SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 21 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVIII | Nº 3902

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ, CNPJ N.º 12.397.803/0001-00
CONTRATADO: GRC SISTEMAS LTDA, CNPJ 11.797.462/0001-06
OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N.º 15/2024 POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTEMPLANDO O PERÍODO DE 01/11/26 A 31/10/27; ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUALIZADO
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 14.133/21, ART. 106, 107 E 124.
VALOR GLOGAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.792,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.0001.2001.339040
DATA DA ASSINATURA: 20 DE OUTUBRO DE 2026.
SIGNATÁRIOS: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - CONTRATANTE; PHILIPE BATALHA DE CAMPOS – CONTRATADO

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:96BF5E70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO SERIDÓ RN (CIM SERIDO)

PRESIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 002, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Regulamenta a criação, a composição, a nomeação, as competências e o funcionamento dos Conselhos Consultivos Regionais, Núcleos Regionais de Atuação e Colegiados de Interesse Regional vinculados às Câmaras Temáticas e aos objetivos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Seridó do Rio Grande do Norte – CIM-SERIDÓ.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE – CIM-SERIDÓ, no uso das atribuições que lhe conferem a Cláusula Nona, § 2º, Cláusula Décima Segunda e Cláusula Décima Quinta, § 2º do Protocolo de Intenções, c/c os artigos 11, § 2º, 14, § 3º e 16, § 4º do Estatuto Social do CIM-SERIDÓ; e

CONSIDERANDO a natureza multifinalitária do CIM-SERIDÓ e a necessidade de descentralizar, planejar e integrar as políticas públicas regionais;

CONSIDERANDO a previsão expressa no Protocolo de Intenções e no Estatuto Social para a regulamentação e instituição de Conselhos Consultivos Regionais integrados à estrutura das Câmaras Temáticas;

CONSIDERANDO as Câmaras Temáticas e os diversos objetivos e finalidades estatuídos no âmbito do CIM-SERIDÓ;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentada a criação, a organização, a nomeação e o funcionamento dos Conselhos Consultivos Regionais, dos Núcleos Regionais de Atuação e dos Colegiados de Interesse Regional, vinculados às Câmaras Temáticas e aos objetivos multifinalitários do CIM-SERIDÓ.

Art. 2º Os referidos órgãos colegiados e núcleos constituem instâncias de natureza consultiva, propositiva, de descentralização operacional e de assessoramento técnico às Câmaras Temáticas, à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral no planejamento e na execução das políticas públicas consorciadas.

CAPÍTULO II – DA INSTITUIÇÃO, COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º Ficam instituídos e autorizados, no âmbito do CIM-SERIDÓ, os seguintes Conselhos Consultivos Regionais por Câmara Temática, além de Núcleos Regionais de Atuação e Colegiados de Interesse Regional:

I – Conselho Consultivo Regional de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
II – Conselho Consultivo Regional de Meio Ambiente;

III – Conselho Consultivo Regional de Inspeção Sanitária, Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar;
IV – Conselho Consultivo Regional de Iluminação Pública;
V – Conselho Consultivo Regional de Habitação, Mobilidade Urbana e Regularização Fundiária;
VI – Núcleos Regionais de Atuação e Colegiados de Interesse Regional: criados por ato próprio para o desenvolvimento de programas, projetos específicos, infraestrutura, serviços regionalizados ou demandas socioeconômicas locais e microrregionais previstas nos objetivos do Consórcio.
Art. 4º Os Conselhos, Núcleos e Colegiados Regionais serão compostos por:

I – Representantes indicados pelas Secretarias ou órgãos municipais dos Municípios consorciados relacionados à respectiva política pública ou ao objetivo pretendido;
II – Representante Técnico indicado pelo Consórcio que exercerá a função de Coordenador das atividades do Conselho ou colegiado regional;
III – Representantes da sociedade civil organizada, especialistas ou entidades parceiras, quando couber.
§ 1º As indicações dos membros serão formalizadas pelos Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados ou pelos órgãos competentes do Consórcio.
§ 2º A designação e nomeação formal dos membros de cada Conselho, Núcleo ou Colegiado Regional dar-se-á mediante Portaria expedida pelo Presidente do CIM-SERIDÓ, após a primeira reunião de convocação e composição do Conselho ou colegiado regional.
§ 3º A participação nos órgãos colegiados e núcleos não será remunerada, sendo classificada como relevante serviço público prestado à região.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES E DA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 5º Compete aos Conselhos Consultivos Regionais, Núcleos Regionais de Atuação e Colegiados de Interesse Regional:

• **I –** Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, definindo suas regras específicas de funcionamento, quórum e deliberação;
• **II –** Aconselhar, sugerir, debater e planejar ações operacionais alinhadas aos objetivos do Consórcio e às diretrizes das Câmaras Temáticas;
• **III –** Propor normas, regulamentos, portarias e arranjos técnicos voltados ao desenvolvimento regional integrado;
• **IV –** Emitir pareceres técnicos e recomendações solicitadas pela Assembleia Geral, pela Presidência, pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
• **V –** Propor a instituição de Comissões Técnicas específicas para o acompanhamento de projetos, obras, convênios ou programas regionais.

Art. 6º Os membros nomeados de cada colegiado ou núcleo deverão apresentar a proposta do respectivo Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da publicação de sua portaria de nomeação, submetendo-o à publicação no Diário Oficial através da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º As reuniões dos Conselhos, Núcleos e Colegiados Regionais ocorrerão em caráter ordinário, conforme cronograma próprio, e em caráter extraordinário sempre que convocados pela Assembleia Geral, pela Presidência, pela Diretoria Executiva ou por seus respectivos coordenadores.
Art. 8º Os pareceres e proposições emanados destes núcleos e colegiados possuem caráter técnico-consultivo, servindo de subsídio para as decisões definitivas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN).

Currais Novos/RN, 20 de OUTUBRO de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente do CIM-Seridó

Publicado por:
Valker Wanderley de Araújo Bernardo
Código Identificador:AB3ED076

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO POTIGUAR

CIM POTIGUAR
CONTRATO DE PROGRAMA N° 030/2026

Contrato de Programa n° 030/2026
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO POTIGUAR – CIM POTIGUAR - CNPJ: 19.322.223/0001-01
Município: SÃO PEDRO/RN; CNPJ: 08.079.915/0001-46
Objeto: Execução dos serviços de destinação final e tratamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos, classe II A, do Contrato Administrativo da Concorrência n. 01/2022, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CIM.AMLAP, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE;
Valor estimado de R$ 23.790,90 (vinte três mil setecentos e noventa reais e noventa centavos)
Vigência: 08/10/2026 a 31/12/2026
Local/data da Assinatura: Natal/RN, 08/10/2026
Assinantes:
LUCIANO DA CUNHA GOMES -Presidente CIM POTIGUAR,
LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO- Prefeito de São Pedro/RN

Publicado por:
Luana de Oliveira Silva
Código Identificador:814F4C81

CIM POTIGUAR
CONTRATO DE RATEIO Nº 039/2026

CONTRATO DE RATEIO Nº 039/2026
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULITFINALITÁRIO POTIGUAR, CNPJ sob nº 19.322.223/0001-01
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO; CNPJ nº 08.079.915/0001-46
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de manutenção, desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos do Consórcio, a serem prestados aos munícipes do Ente Consorciado acima qualificado
Amparo Legal: Lei Federal nº 11.107/05
Vigência: 08/10/2026 a 31/12/2026
Do valor: Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para a execução no exercício de 2026 o valor total estimado de R$ R$ 10.646,10 (dez mil seiscentos e quarenta e seis reais e dez centavos)
Local/data da Assinatura: Natal/RN, 08/10/2026
Assinantes:
LUCIANO DA CUNHA GOMES - Presidente CIM POTIGUAR

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO- Prefeito de São Pedro/RN

Publicado por:
Luana de Oliveira Silva
Código Identificador:1C0BEE24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 045/2026

A Comissão de Contratação do Município de Acari/RN, torna público que se encontra aberto licitação na modalidade **Dispensa Eletrônica Nº 045/2026** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS VETERINÁRIOS, MEDICAMENTOS, ACESSÓRIOS PÓS-**

CIRÚRGICOS, RAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS, DESTINADOS AO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO DE CÃES NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso e seus anexos. A disputa eletrônica se encerra às 10 (dez) horas e 01 (um) minuto do dia **27/10/2026**. O processo será realizado no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, através do e-mail:cpl@acari.rn.gov.br.

Acari/RN, 20 de outubro de 2026.

JACKSON SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:D57415B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 083/2025

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN - INEXIGIBILIDADE Nº 083/2025.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário de Acari/RN (SEMTHAS), CNPJ nº 13.549.741/0001-78. CONTRATADA: Residência Assistencial Laços de Família, CNPJ nº 16.745.991/0001-71, com sede na Avenida Itália, nº 26, Nações, Campina Grande/PB. OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviço de acolhimento institucional de jovens e/ou adultos com e sem necessidades especiais, no âmbito dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e retificação de erros materiais do contrato originário. VIGÊNCIA: 01/11/2026 a 31/10/2027. VALOR: mantido o valor mensal de R$ 1.621,00, perfazendo o valor global estimado de R$ 19.452,00 para o período. DOTAÇÃO: Fundo Municipal de Assistência Social; Funcionais Programáticas 08.244.0020.2063, 08.244.0020.2064 e 08.244.0021.2083; Elemento 3.3.90.39; Fontes 500 e 660. FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula 4.2 do contrato. SIGNATÁRIAS: Albertina da Guia Lopes de Araújo, Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, pela Contratante; Lindicácia Oliveira Silva, Presidente, pela Contratada. Acari/RN, 20 de outubro de 2026

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:A2F4B836

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 095/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 095/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20
CONTRATADO: CONSTRUTORA NOVOLAR.MT LTDA-ME
CNPJ Nº 05.074.774/0001-80
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS URBANAS NAS RUAS BEATRIZ MIRTES DE ARAÚJO BEZERRA, EDITE DE OLIVEIRA MEDEIROS, JOAQUINA MARIA DE ARAÚJO, MANOEL LÚCIO NETO, JOANA DANTAS DE MEDEIROS E SEVERINO SÉRGIO DE ARAÚJO), NO BAIRRO ARI DE PINHO, EM ACARI/RN.
VIGÊNCIA: PRORROGADO ATÉ 19 DE JUNHO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, §1º, II DA LEI Nº 8.666/93
VALOR ACRESCIDO: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ 192.358,30 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS) AO CONTRATO Nº 095/2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666/93, POR OCASIÃO DE AMPLIAÇÃO DE META E ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 016/2022. O VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO PASSA PARA R$ 682.848,79 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).

ACARI/RN, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

MATHEUS ALVES GOMES OTHON -
Secretário Municipal de Infraestrutura -
Contratante

ANTÔNIO FELIPE DA COSTA -
CPF Nº ***.122.804-** -
Sócio Administrador –
Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:212F0931

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 009/2026- SEMUDET

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 009/2026- SEMUDET

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto n° 53, de 25 de janeiro de 2022, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO diária ½ (Meia diária) SEM PERNOITE ao (à):

SERVIDOR (A):	**Cleideane da Silva Delgado**			
CARGO:	**Coordenadora de Turismo**			
MATRÍCULA:	005802			
DOCUMENTOS:	CPF: 081.200.324-11	RG: 284.010-6		
LOTADO (A):	Secretaria de Desenvolvimento econômico e Turismo			
HORÁRIO DE SAÍDA:	10:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Requer-se a concessão de ½ (meia diária) para diligenciar visita à SETURN com o objetivo de obter as carteirinhas do CADASTUR, em virtude da imprescindibilidade decorrente da necessidade de regularização documental. Postula-se, assim, a tomada das medidas cabíveis para referida diligência, a fim de se cumprir com as disposições legais em vigor.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
½	NATAL/RN	02/10/2026	R$ 190,00	R$ 95,00

Importa a quantia total de R$ 95,00 (Noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 02 de outubro de 2026.

DIOGO BEZERRA DUARTE
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:95DFE3D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2026

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar **LOURENA DA SILVA BEZERRA CASTELO,** portadora do CPF n° 071.xxx.xxx-69, do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 20 de outubro de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:2002D18E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2026

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar **JAMILLY CRÍZIA DE SOUZA E SILVA,** portadora do CPF n° 009.xxx.xxx-24, do cargo de ASSESSORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, lotada na Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 20 de outubro de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:C59C3214

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 019, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR N.º 019, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Cria o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Alexandria**, FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a, excepcionalmente, promover Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, para regularização de créditos tributários em atraso, inscritos ou não em Dívida Ativa, com parcelamentos e até 60 (sessenta) vezes, que obedecerá às seguintes condições:
I – se requerido em cota única, dispensa de 100% (cem por cento) nos juros e multas;
II – se requerido em até 06 (seis) vezes, desconto de 90% (noventa por cento) nos juros e multas;
III – se requerido em mais de 06 (seis) até 12 (doze) vezes, desconto de 80% (oitenta por cento) nos juros e multas;
IV – se requerido em mais de 12 (doze) até 18 (dezoito) vezes, desconto de 70% (setenta por cento) nos juros e multas;
V – se requerido em mais de 18 (dezoito) até 24 (vinte e quatro) vezes, desconto de 60% (sessenta por cento) nos juros e multas;
VI – se requerido em mais de 24 (vinte e quatro) até 30 (trinta) vezes, desconto de 50% (cinquenta por cento) nos juros e multas;
VII – se requerido em mais de 30 (trinta) até 36 (trinta e seis) vezes, desconto de 40% (quarenta por cento) nos juros e multas;
VIII –se requerido em mais de 36 (trinta e seis) até 42 (quarenta e dois) vezes, desconto de 30% (trinta por cento) nos juros e multas;
IX – se requerido em mais de 42 (quarenta e dois) até 48 (quarenta e oito) vezes, desconto de 20% (vinte por cento) nos juros e multas;
X – se requerido em mais de 48 (quarenta e oito) até 54 (cinquenta e quatro) vezes, desconto de 10% (dez por cento) nos juros e multas;
XI – se requerido em mais de 54 (cinquenta e quatro) até 60 (sessenta) vezes, desconto de 5% (cinco por cento) nos juros e multas.
§1º O crédito tributário oriundo somente de multas será reduzido em 80% (oitenta por cento) do valor total.
§2º A admissão ao REFIS dar-se-á por opção do Contribuinte, podendo ser formalizado no período de 03 de novembro de 2026 a 18 de dezembro de 2026, sendo esta, a data limite para recolhimento da primeira parcela.
§3º A consolidação dos créditos tributários alcançados pelo REFIS, abrangerá todos aqueles existentes em nome do Contribuinte ou responsável na forma da Lei, inclusive os procedentes de Preços Públicos, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, bem como os acréscimos moratórios determinados nos termos da legislação pertinente e ainda aqueles, objeto de parcelamentos em curso.
§4º O crédito tributário objeto de parcelamento, após consolidado, sujeitar-se-á a variação mensal de 1% (um por cento), além da atualização monetária anual pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.
§5º Para fins de admissão a este REFIS é necessário que o contribuinte esteja com o IPTU do exercício de 2026 totalmente quitado até a data de adesão.
§6º Para fins desta Lei, considera-se crédito tributário a soma do tributo, das multas e dos juros de mora, na forma da legislação em vigor.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 20 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.
.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:81AE51BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 435, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 435, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1o – Nomear os membros da COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO, conforme composição a seguir:

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Presidente da Comissão

SORAIA ALVES DE SOUSA FERREIRA
Membro da Comissão

MARCOS ALBERTO DA SILVEIRA MESQUITA
Membro da Comissão

Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, 20 de outubro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:1A94A72F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 436, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 436, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a senhora **FRANCISCA MONICA PAZ DE SOUSA DANTAS,** portadora do CPF nº 090.815.324-48, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante da função de Coordenadora, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais)**, a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 20.944-9, referente à diárias no período do dia **21 de outubro de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta edilidade – IV Encontro Formativo do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA, ficando-lhe atribuída 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 20 de outubro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:35FA1A59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 49/2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação de Almino Afonso/RN, denominada de "Alfaletrar Almino Afonso", alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e à Política Territorial de Alfabetização do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da rede pública municipal de educação de Almino Afonso/RN, a Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação, denominada **"Alfaletrar Almino Afonso"**, com a finalidade de orientar, estruturar, integrar e fortalecer as ações pedagógicas e de gestão voltadas à garantia do direito humano fundamental de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, como instrumento essencial para a consolidação das aprendizagens e a promoção da equidade educacional.

Art. 2º A Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso" observará o alinhamento e a convergência às diretrizes e metas estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556/2023, pela Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN), instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990/2024, e pelo Plano Municipal de Educação.

Art. 3º A Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso" abrangerá:

as crianças da Educação Infantil, especialmente da Pré-Escola, por meio de experiências pedagógicas focadas no desenvolvimento da linguagem oral, na escuta, no contato sistemático com a leitura literária e na imersão na cultura escrita;
os estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, priorizando a consolidação do sistema de escrita alfabética, a consciência fonológica, a ampliação dos letramentos, a fluência leitora, o trabalho com a escrita, a produção de gêneros discursivos para atender as necessidades sociocomunicativas e as aprendizagens matemáticas fundamentais até o final do 2º ano;
os estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que necessitem de ações contínuas de recomposição das aprendizagens nas práticas de linguagem: leitura, escrita, oralidade, produção textual, análise linguística e semiótica; recomposição das aprendizagens da educação matemática relacionadas ao raciocínio lógico, à álgebra, à geometria.
as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as suas diversidades regionais, culturais e socioeconômicas.

Art. 4º São princípios orientadores da Política "Alfaletrar Almino Afonso":

a garantia da alfabetização e do letramento como direito inalienável e condição estruturante para o sucesso das trajetórias escolares;
a promoção da equidade educacional, garantindo atenção prioritária aos estudantes e às unidades escolares em situação de maior vulnerabilidade ou defasagem de aprendizagem;
o fortalecimento do regime de colaboração federativa e territorial entre a União, o Estado do Rio Grande do Norte, o Município de Almino Afonso, a UNDIME/RN e demais instâncias públicas e comunitárias;
a centralidade dos estudantes, das turmas, dos docentes e das escolas na elaboração e no direcionamento do planejamento pedagógico;
a articulação indissociável entre a alfabetização e os letramentos, integrando os usos sociais da leitura e escrita;
a gestão pedagógica orientada por dados, diagnósticos contínuos e evidências educacionais registradas;
a valorização permanente dos professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, articuladores e demais profissionais da educação pública municipal;
o envolvimento e a mobilização ativa das famílias e da comunidade no acompanhamento e no estímulo às práticas de leitura e escrita.

Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso":

o fortalecimento da governança municipal e do acompanhamento pedagógico sistemático nas unidades de ensino;
a instituição de formação continuada em serviço para todos os profissionais atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
a realização periódica de avaliações diagnósticas, formativas e de fluência leitora para embasar intervenções pedagógicas direcionadas;
a indissociabilidade entre alfabetização e letramentos, o papel das interações, da mediação e da ludicidade nos processos de aprendizagem das crianças e a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve múltiplas aprendizagens, como cultura escrita, sistema de escrita alfabética, e os usos sociais das práticas de leitura e de escrita;
a elaboração e atualização dos mapas de acompanhamento da leitura por estudante, turma, escola e rede municipal;
o fortalecimento da coordenação pedagógica escolar como espaço de acompanhamento do trabalho do professor;
o incentivo ao uso intencional dos materiais didáticos complementares, dos Cantinhos da Leitura e de ambientes alfabetizadores integrados;
a devolutiva qualificada pedagógica periódica aos gestores, professores, conselhos escolares e ao Conselho Municipal de Educação;
o reconhecimento, a certificação e a difusão de práticas pedagógicas alfabetizadoras de excelência.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 6º A Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso" tem por objetivo geral assegurar que todas as crianças da rede pública municipal estejam alfabetizadas até o término do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como garantir a recomposição das aprendizagens essenciais dos estudantes dos anos subsequentes.

Art. 7º São objetivos específicos do programa:

estabelecer a estrutura de governança e de monitoramento permanente da aprendizagem no município;
fornecer formação continuada de qualidade pedagógica aos docentes, coordenadores e gestores;
assegurar suporte pedagógico presencial e acompanhamento direto às turmas de Pré-Escola (4 e 5 anos da Educação Infantil), do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) e do Ciclo de Complementação (3º ao 5º ano do Ensino Fundamental));
acompanhar a utilização de acervos literários, Cantinhos da Leitura e materiais complementares estruturados;
utilizar evidências e indicadores (como o SIMAIS Alfa, CAEd, PARC e SAEB) para eliminar disparidades de aprendizagem entre turmas e escolas;
promover programas de incentivo e valorização de experiências exitosas desenvolvidas por profissionais da rede.

Art. 8º A Política "Alfaletrar Almino Afonso" estrutura-se nos seguintes eixos estratégicos:

Eixo 1: Governança, Gestão e Planejamento Integrado;
Eixo 2: Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional;
Eixo 3: Monitoramento, Avaliação Diagnóstica e Gestão por Evidências;
Eixo 4: Infraestrutura Pedagógica, Ambientes Alfabetizadores e Materiais Complementares;
Eixo 5: Reconhecimento, Certificação e Disseminação de Boas Práticas.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA E DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL – CEMPA/AA

Art. 9º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização e Letramento "Alfaletrar Almino Afonso"**, instância colegiada de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento permanente da execução deste decreto.

Art. 10. Compete ao Comitê Estratégico Municipal:

acompanhar a implementação, o cumprimento de metas e a evolução da Política "Alfaletrar Almino Afonso";
colaborar no planejamento, na avaliação e na revisão do Plano Pedagógico Anual de Alfabetização do Município;
analisar periodicamente os relatórios técnicos, indicadores de fluência leitora e dados de avaliações: da aprendizagem, institucional e larga escala;
propor medidas de intervenção pedagógica para turmas e unidades escolares com indicadores críticos de alfabetização;
promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, gestores, docentes, articuladores e famílias;
deliberar sobre os critérios de certificação e reconhecimento de boas práticas pedagógicas na rede municipal.

Art. 11. A composição, a designação nominal de seus membros titulares e suplentes, a regulação do funcionamento e o cronograma de reuniões ordinárias do Comitê Estratégico Municipal serão disciplinados por Decreto específico do Executivo Municipal ou por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A participação nas atividades neste comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação organizará a estrutura técnica e pedagógica para o acompanhamento contínuo e presencial das unidades escolares, contando com coordenadores de ciclos, orientadores/articuladores de alfabetização e equipes de apoio à avaliação.

Art. 13. O acompanhamento pedagógico observará:

avaliações diagnósticas, acompanhamento de percurso e avaliações de saída em fluência leitora, escrita, educação matemática;
sistematização de resultados e elaboração do Mapa da Fluência por estudante, turma e escola;
realização de devolutiva pedagógica com os coordenadores e professores regentes;
elaboração e execução de planos de intervenção pedagógica imediata para estudantes em nível prioritário de atenção.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Art. 14. Cabe à **Secretaria Municipal de Educação**:

coordenar, implementar e garantir as condições operacionais para a execução da Política "Alfaletrar Almino Afonso";
elaborar anualmente o Plano Pedagógico Anual de Alfabetização e educação matemática;
promover a formação continuada para os profissionais da educação;
consolidar os dados das avaliações e emitir relatórios de acompanhamento para subsidiar a gestão educacional.

Art. 15. Cabe aos **Gestores Escolares**:

apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da unidade escolar;
assegurar o cumprimento da rotina diária de alfabetização, leitura, escrita e educação matemática nas salas de aula;
garantir condições estruturais e administrativas para o planejamento pedagógico e para a realização dos momentos de estudo da equipe docente;
acompanhar os indicadores de frequência escolar dos estudantes e adotar medidas preventivas contra a evasão escolar;

mobilizar a equipe escolar, as famílias e a comunidade em prol da aprendizagem e do fortalecimento da leitura e da escrita;
garantir a infraestrutura necessária para o uso dos Cantinhos da Leitura e a distribuição/preservação do acervo didático complementar.

Art. 16. Cabe à **Coordenação Pedagógica Escolar**:
orientar e acompanhar o planejamento pedagógico periodicamente dos professores;
acompanhar o desenvolvimento das práticas de leitura, escrita, oralidade, fluência leitora e educação matemática nas turmas;
apoiar a aplicação, compilação e análise dos dados e resultados das avaliações diagnósticas, formativas e de fluência leitora;
articular as devolutivas pedagógicas enviadas pela Secretaria Municipal de Educação com o planejamento pedagógico da escola;
orientar a elaboração e o acompanhamento dos planos de intervenção pedagógica e de recomposição das aprendizagens para estudantes prioritários;
dinamizar e acompanhar o uso pedagógico intencional dos Cantinhos da Leitura, dos acervos literários e do material didático complementar.

Art. 17. Cabe ao **Corpo Docente**:

realizar práticas pedagógicas de alfabetização e letramento e educação matemática intencionais, diversificadas e contextualizadas;
registrar assiduamente a evolução da aprendizagem dos alunos nos instrumentos oficiais de acompanhamento;
participar ativamente dos encontros de formação continuada oferecidos pela rede;
implementar estratégias diferenciadas e agrupamentos flexíveis para alunos com dificuldades de aprendizagem.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINANCIARAS E FINAIS

Art. 18. As despesas decorrentes da execução ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), suplementadas se necessário, além de recursos provenientes de convênios, transferências e programas federais e estaduais de apoio à alfabetização.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal e a Secretaria Municipal de Educação expedirão os atos normativos complementares necessários à fiel execução deste decreto.

Art. 20. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Almino Afonso/RN, em 20 de outubro de 2026.

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:AFCB464F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 50/2026

Institui o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Almino Afonso/RN, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o direito à educação e à alfabetização como fundamentos para a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação, denominada “Alfaletrar Almino Afonso”;

CONSIDERANDOa importância do fortalecimento das ações de alfabetização e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação;

CONSIDERANDOa necessidade de promover ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, monitoramento das aprendizagens, análise de resultados e planejamento de intervenções pedagógicas;

CONSIDERANDOa necessidade de fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes técnicas, as coordenações pedagógicas, as equipes gestoras e as unidades escolares;

CONSIDERANDOa necessidade de assegurar mecanismos institucionais para apoiar a implementação e o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Almino Afonso/RN, o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, destinado ao fortalecimento da capacidade institucional do município para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º O Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização tem por finalidade apoiar profissionais que desenvolvam atividades relacionadas ao fortalecimento institucional da política Alfaletrar Almino Afonso, especialmente nas áreas de:

Formação continuada;
Acompanhamento pedagógico;
Monitoramento das aprendizagens;
Análise de resultados educacionais;
Planejamento de intervenções pedagógicas;
Acompanhamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização;
Sistematização e registro das ações desenvolvidas;
Apoio técnico às unidades escolares e às equipes pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º O Programa terá caráter municipal e será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, que será responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e registro das ações vinculadas às bolsas.

Art. 4º Poderão ser beneficiários do Programa os profissionais que atendam aos critérios e requisitos estabelecidos em regulamentação própria da Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.

Art. 5º A concessão das bolsas estará condicionada:

Ao atendimento dos requisitos estabelecidos em regulamentação própria;
À disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
À existência de dotação orçamentária específica ou adequada à despesa;
Ao cumprimento das atribuições e atividades vinculadas ao Programa;
À apresentação dos registros e documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas.

Art. 6º Constituem atribuições vinculadas ao programa, entre outras definidas pela Secretaria Municipal de Educação:

Acompanhar as ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
Colaborar com as ações de formação continuada;
Acompanhar os processos de aprendizagem dos estudantes;
Participar da organização e análise de dados educacionais;
Contribuir para o planejamento de estratégias de intervenção pedagógica;
Apoiar equipes gestoras, coordenações pedagógicas e professores;
Participar de reuniões técnicas e pedagógicas;
Sistematizar informações e registros das ações desenvolvidas;
Elaborar relatórios e documentos de acompanhamento;
Desenvolver outras atividades relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação regulamentará, por meio de instrumento próprio, os critérios, procedimentos, valores, período de concessão, quantitativo de bolsas, atribuições dos beneficiários, mecanismos de acompanhamento e demais condições de execução do Programa, observada a legislação vigente.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação manterá registros das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, incluindo relatórios, atas, listas de frequência, registros de formação, instrumentos de acompanhamento pedagógico, documentos de monitoramento das aprendizagens e demais documentos comprobatórios.

Art. 9º A execução do Programa será acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá produzir relatórios técnicos periódicos ou anuais sobre as atividades realizadas, os beneficiários, as unidades e instâncias atendidas e os resultados observados.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observada a legislação orçamentária, financeira e fiscal aplicável.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências legais e a legislação vigente.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Almino Afonso/RN, em 20 de outubro de 2026.

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:599D8376

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 51/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfaletrar Almino Afonso" de Almino Afonso/RN, define suas competências, composição e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o direito humano fundamental de todas as crianças à alfabetização na idade adequada como condição estruturante para a garantia da aprendizagem, da permanência escolar e da continuidade de trajetórias educacionais bem-sucedidas;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 49/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação de Almino Afonso/RN, denominada "Alfaletrar Almino Afonso";

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança municipal da alfabetização, estruturando uma instância própria de articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância de integrar a Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, articuladores municipais, visando a melhoria dos indicadores de alfabetização, ampliação dos letramentos e recomposição das aprendizagens;

CONSIDERANDO a relevância de separar, no âmbito da organização administrativa, o ato normativo de criação e regulamentação do comitê do ato de designação nominal de seus membros, permitindo futuras substituições sem a necessidade de alteração deste instrumento;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Almino Afonso/RN, o **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfaletrar Almino Afonso"**.

Art. 2º O referido comitê constitui instância municipal de governança, de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de apoiar a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações municipais voltadas à alfabetização das crianças na idade adequada e à recomposição das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 3º O comitê atuará de forma integrada e alinhada às diretrizes da Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso", do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte (Pró-Alfa RN), Plano Municipal de Educação, Plano Pedagógico Anual da Alfabetização e das demais ações municipais de garantia do direito à educação.

Art. 4º São finalidades do Comitê Estratégico Municipal:

fortalecer a governança sistêmica e territorial da Política Municipal "Alfaletrar Almino Afonso";
promover a articulação institucional entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as unidades escolares e os profissionais da rede pública municipal de ensino;
acompanhar a execução das estratégias municipais de alfabetização, letramento, fluência leitora, escrita, oralidade, educação matemática e recomposição das aprendizagens;
subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação com base em indicadores, diagnósticos, registros e evidências pedagógicas;
contribuir para a melhoria contínua das práticas pedagógicas e de gestão escolar.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Comitê Estratégico Municipal (CEMPA/AA):

acompanhar a implementação, o cumprimento de metas e a evolução da Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfaletrar Almino Afonso";
colaborar no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação do Plano Pedagógico Anual de Alfabetização e Educação Matemática do Município;

analisar dados e indicadores educacionais decorrentes de avaliações diagnósticas, formativas, processuais e de larga escala (incluindo o SIMAIS Alfa, CAEd, PARC e SAEB);
acompanhar a aplicação, a sistematização e o uso pedagógico dos resultados de fluência leitora, escrita e matemática, bem como a organização do mapa da fluência por estudante, turma, escola e rede;
acompanhar as ações de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil (Pré-Escola), do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos) e do Ciclo de Complementação (3º ao 5º ano) do Ensino Fundamental;
acompanhar e orientar a elaboração de planos de intervenção pedagógica e devolutivas pedagógicas qualificadas às unidades de ensino e estudantes prioritários;
acompanhar a distribuição, o uso pedagógico de acervos literários, materiais didáticos complementares estruturados e a utilização dos Cantinhos da Leitura e ambientes alfabetizadores;
propor estratégias de mobilização das famílias e da comunidade em prol da frequência escolar e do fortalecimento das práticas de leitura e escrita;
propor e acompanhar ações de reconhecimento, certificação e disseminação de boas práticas pedagógicas alfabetizadoras de excelência no município;
produzir atas, relatórios técnicos, pareceres e recomendações institucionais para o aperfeiçoamento das ações educacionais.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E DA DESIGNAÇÃO

Art. 6º O Comitê Estratégico Municipal será composto por representantes dos seguintes segmentos institucionais e seus respectivos suplentes:

Secretaria Municipal de Educação;
Articulação Municipal da Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA);
Coordenação Técnica do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) da Secretaria Municipal de Educação;
Coordenação Técnica do Ciclo de Complementação (3º ao 5º ano do Ensino Fundamental) da Secretaria Municipal de Educação;
Coordenação do Segmento da Educação Infantil;
Gestão escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Coordenação pedagógica dos anos iniciais;
Docentes regentes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental (Ciclo de Alfabetização);
Docentes regentes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Ciclo de Complementação);
Docentes da Educação Infantil (Pré-Escola);
Coordenação Técnica de Educação Especial e Inclusiva
Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º A designação nominal dos membros titulares e suplentes do **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças** será formalizada por meio de Portaria específica emitida pela Prefeita Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º A Portaria de nomeação indicará expressamente os segmentos representados, os nomes dos titulares e suplentes, bem como as funções exercidas no âmbito do Comitê.

§2º Eventuais substituições de membros titulares e suplentes no decorrer do mandato poderão ser realizadas por ato posterior, sem necessidade de alteração deste Decreto.

§3º A designação dos membros não implicará criação de cargos, vínculos trabalhistas, gratificações ou remuneração adicional.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 8º A estrutura diretiva do Comitê Estratégico Municipal terá a seguinte organização:

Presidência: exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação;
Coordenação Executiva: exercida pelo(a) Articulador(a) Municipal da RENALFA;
Coordenação Pedagógica: exercida pelo(a) Coordenador(a) Técnico(a) do Ciclo de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Esse comitê reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidência, pela Secretaria Municipal de Educação ou por necessidade justificativa das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10. As reuniões do Comitê deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo:

I – data, horário e local da reunião;
II – pauta discutida;
III – membros e participantes presentes;
IV – síntese das discussões e deliberações;
V – encaminhamentos e decisões definidas;
VI – responsáveis pelas ações e prazos de execução, quando houver.

Art. 11. Poderão ser convidados técnicos da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, especialistas, representantes do Conselho Tutelar, de Instituições de Ensino Superior ou parceiras para participar das reuniões com direito a voz, sem direito a voto, visando subsidiar tecnicamente os trabalhos.

Art. 12. A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração adicional aos seus membros.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação prestará todo o suporte técnico, pedagógico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento regular do Comitê.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir atos normativos complementares (instruções normativas, portarias e resoluções) para regulamentar procedimentos internos de funcionamento, regimento interno, cronograma de reuniões, fluxos de acompanhamento e instrumentos de monitoramento do Comitê.

Art. 15. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Almino Afonso/RN, em 20 de outubro de 2026.

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:7BA11457

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 27/2026 - SME

Designa os membros titulares e suplentes do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças "Alfaletrar Almino Afonso" e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALMINO AFONSO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e administrativas que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização de Crianças da Rede Pública Municipal de Educação de Almino Afonso/RN, denominada de Alfaletrar Almino Afonso, instituída pelo Decreto Municipal nº 00/2026;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 00/2026, que instituiu o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças;

CONSIDERANDO a necessidade de designar formalmente os membros titulares e suplentes do referido comitê, a fim de assegurar sua composição, funcionamento, acompanhamento e registro das ações de governança da política municipal de alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros titulares e suplentes para compor o **Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Minaçu**, conforme quadro abaixo:

Segmento	Titular	Suplente	Função
Secretaria Municipal de Educação	Maria Wideilma Campos Belo	Marcos Ananias	Presidência
Articulação Municipal Renalfa	Maria Cláudia Alves Nascimento	Leandro Cesar Câmara	Coordenação executiva
Coordenação Técnica do Ciclo de Alfabetização, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, da SME	Risomeires Fernandes de Souza	Aline Berlarmino Blakeley	Coordenação pedagógica do ciclo de alfabetização
Coordenação Técnica do Ciclo de Complementação, 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da SME Coordenação	Irenice Tomaz Amaral Almeida	Daniele Martins da Silva	Coordenação pedagógica do ciclo de complementação
Coordenação Técnica Educação Infantil (pré-escola	Maria Selma Nascimento de Paiva	Antônia Holanda da Silva	Coordenação pedagógica Educação Infantil
Gestão escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Francisco Josimar Alves Cordeiro	Livia Raylane Silvestre da Silva	Gestão escolar
Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Alvanice Leão Carlos	Francisco Custódio da Silva Neto	Coordenação pedagógica escolar
Professor Educação Infantil	Aureni Tomáz Fernandes Leite	Lenilma Alves do Nascimento	Representação do Corpo docente
Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º e 2º anos	Francisca Albevania Maia	Regivânia Fernandes Alves dos Santos	Representação do Corpo docente
Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 3º ao 5º ano	Milla Kateuska Alves Duarte	Iracema da Silva Vieira	Representação do Corpo docente
Coordenação Técnica de Educação Especial e Inclusiva	Aurizimeire Vieira Leite	Janiara Germana do Nascimento Alves	Coordenação técnica da Educação Especial e Inclusiva
Conselho Municipal de Educação	Maria Claudia de Almeida Diniz	Maria Suely da Silva	Acompanhamento institucional

Parágrafo único. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Almino Afonso/RN, 20 de outubro de 2026.

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

MARIA WIDEILMA CAMPOS BELO
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:7617BBCF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº00049/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN, estabelece sua composição, competências e funcionamento, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e a legislação federal correlata;
CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN, instituída pela Lei Municipal nº. 638, de 19 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão, a articulação, o acompanhamento e o monitoramento das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Antônio Martins/RN, o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças, como instância de caráter consultivo, propositivo, articulador, mobilizador, de acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º O Comitê Municipal tem por finalidade assegurar a articulação, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com as políticas educacionais municipais, estaduais e nacionais.
Parágrafo único. A atuação do Comitê deverá observar o regime de colaboração entre o Município de Antônio Martins/RN, o Estado do Rio Grande do Norte e a União, especialmente no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.
Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização:
I – Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças;
II – Propor estratégias, ações e encaminhamentos destinados à garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – Acompanhar e propor ações de recomposição das aprendizagens destinadas aos estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
IV – Contribuir para a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de ações da Política Municipal de Alfabetização;
V – Acompanhar os indicadores educacionais, os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e somativas e demais evidências relacionadas à alfabetização e à aprendizagem;
VI – Analisar os resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais, propondo estratégias pedagógicas e de gestão para superação das dificuldades identificadas;
VII – Apoiar a definição de metas e estratégias para melhoria dos indicadores de alfabetização e redução das desigualdades de aprendizagem;
VIII – Acompanhar o desenvolvimento das ações de formação continuada destinadas aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, técnicos e demais profissionais envolvidos na alfabetização;
IX – Contribuir para a articulação entre formação continuada, currículo, materiais didáticos, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem;
X – Acompanhar a disponibilização e utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

XI – Propor ações que garantam a equidade educacional, considerando as diferentes necessidades e especificidades dos estudantes;
XII – Incentivar práticas pedagógicas inclusivas e estratégias que assegurem a participação e a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial Inclusiva;
XIII – Promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade;
XIV – Propor estratégias de mobilização e comunicação voltadas à valorização da alfabetização e à corresponsabilidade social pela aprendizagem das crianças;
XV – Identificar, valorizar e divulgar práticas pedagógicas e de gestão que apresentem resultados exitosos na alfabetização e na recomposição das aprendizagens;
XVI – Acompanhar a participação das unidades escolares em programas, projetos, premiações e ações de reconhecimento educacional relacionadas à alfabetização;
XVII – Articular as ações municipais às orientações e iniciativas desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e do Pró-Alfa RN;
XVIII – Produzir registros, relatórios e recomendações acerca da execução da Política Municipal de Alfabetização;
XIX – Propor medidas para aperfeiçoamento contínuo das ações da Política Municipal; e
XX – Exercer outras atribuições correlatas necessárias ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 4º O Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I – Secretário(a) Municipal de Educação;
II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
III - 01 (um) representante da Equipe Técnica e pedagógica da Educação Infantil;
IV - 01 (um) representante da Equipe Técnica e pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V - 02 (dois) representantes dos gestores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino que ofertam educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
VI - 01 (um) representante dos professores que atuam na Educação Infantil - pré-escola (4 e 5 anos);
VII – 01 (um) representante dos professores que atuam no Ciclo de Alfabetização – 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
VIII – 01 (um) representante dos professores que atuam do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
IX – 01 (um) representante da Coordenação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e/ou Pró-Alfa RN;
XI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.
§ 1º Cada membro titular poderá contar com respectivo suplente, indicado pelo órgão ou segmento que representa.
§ 2º Os membros titulares e suplentes serão designados por Portaria do Poder Executivo Municipal, mediante indicação dos respectivos órgãos ou segmentos.
§ 3º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
§ 4º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 5º Poderão participar das reuniões, na condição de convidados e sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, conselhos, entidades da sociedade civil e profissionais cuja contribuição seja considerada relevante para os assuntos em pauta.

Art. 5º O Comitê Municipal terá a seguinte estrutura:
I – Presidência;
II – Vice-Presidência; e
III – Secretaria Executiva.
Art. 6º A Presidência do Comitê será exercida pelo Secretário Municipal de Educação ou por representante da Secretaria Municipal de Educação por ele formalmente indicado.
§ 1º O Vice-Presidente será escolhido entre os membros titulares do Comitê.
§ 2º A Secretaria Executiva será exercida por servidor da Secretaria Municipal de Educação designado para essa finalidade.
Art. 7º Compete ao Presidente do Comitê:
I – Representar o Comitê;
II – Convocar e presidir as reuniões;
III – Definir, em conjunto com a Secretaria Executiva, a pauta das reuniões;
IV – Coordenar e acompanhar o cumprimento das deliberações e encaminhamentos;
V – Promover a articulação do Comitê com a Secretaria Municipal de Educação e demais instituições; e
VI – Exercer o voto de qualidade em caso de empate, quando necessário.
Art. 8º Compete à Secretaria Executiva:
I – Organizar as reuniões do Comitê;
II – Elaborar e encaminhar as pautas, convocações e demais documentos;
III – Registrar as reuniões em atas;
IV – Manter organizados os documentos, relatórios e registros produzidos;
V – Acompanhar os encaminhamentos definidos pelo Comitê; e
VI – Prestar apoio técnico e administrativo ao funcionamento do colegiado.

Art. 9º O Comitê Municipal reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou mediante solicitação da maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou virtual, conforme necessidade e disponibilidade dos membros.
§ 2º A convocação para as reuniões deverá ser realizada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas.

Art. 10 As reuniões serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros do Comitê.
§ 1º As deliberações serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes.
§ 2º As decisões e os encaminhamentos do Comitê serão registrados em ata.

Art. 11 O membro que faltar, sem justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões alternadas no período de 12 (doze) meses poderá ser substituído, mediante solicitação do Comitê ao respectivo órgão ou segmento representado.

Art. 12 O Comitê poderá constituir grupos de trabalho temporários destinados à análise, ao estudo e à elaboração de propostas relacionadas a temas específicos da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho poderão contar com a participação de profissionais e especialistas convidados, conforme a natureza da matéria analisada.

Art. 13 O Comitê deverá acompanhar sistematicamente os resultados e indicadores relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens da Rede Municipal de Ensino.

Art. 14 Para fins de acompanhamento da Política Municipal, deverão ser considerados, entre outros:
I – Os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e somativas (avaliações internas);
II – Os resultados das avaliações realizadas no âmbito do CNCA, do Pró-Alfa RN e de outros sistemas oficiais de avaliação;
III – Os indicadores de alfabetização e aprendizagem;
IV – Os dados de frequência, participação e trajetória escolar dos estudantes;
V – A evolução das aprendizagens ao longo do ano letivo;
VI – A participação dos profissionais nas formações continuadas;
VII – A utilização dos materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados; e
VIII – As ações de intervenção e recomposição das aprendizagens implementadas pelas unidades escolares.

Art. 15 Com base nas informações de acompanhamento e monitoramento, o Comitê poderá emitir recomendações à Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares, respeitadas as competências administrativas e pedagógicas de cada instância.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará o apoio técnico, administrativo e institucional necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 17 O Comitê poderá elaborar Regimento Interno para disciplinar aspectos complementares de sua organização e funcionamento, submetendo-o à aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Comitê, quando necessário.
Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 20 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antônio Martins/RN, em 20 de outubro de 2026.

JÉSSICA ÍRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:F2944763

SECRETARIA DE SAUDE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO MARTINS

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2026
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00030/2026, que objetiva: AQUISIÇÕES FRACIONADAS DE OXIGÊNIO, ACESSÓRIOS E COMODATO DE CILINDROS, VISANDO ATENDER ÀS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E HOSPITAL MATERNIDADE JUSTINO FERREIRA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: **.***.237/0001-** - R$ 28.036,24; DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: **.***.524/0001-** - R$ 5.300,00; OXIBORGES COMERCO DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA - CNPJ: **.***.961/0001-** - R$ 178.200,00.

Antônio Martins - RN, 20 de Outubro de 2026

EUDES MESQUITA DE OLIVEIRA -
Secretário de Saúde

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:8324BB7C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PARECER: 01/2026 – CP/CME

INTERESSADO: **Secretaria Municipal de Educação**	Município: **Apodi**	UF: **RN**
ASSUNTO: **Aprovação e Homologação do Projeto de Lei da Política Municipal de Alfabetização "Apodi Alfabetiza"**		
RELATORES: **FRANCISCO DE ASSIS MARINHO MORAIS**		
PARECER: 01/**2026 – CP/CME**	( ) Conselho Pleno – CP ( ) Câmara - CPEF ( ) Câmara– CEJAEM ( ) Câmara - CLNP	
SESSÃO REALIZADA EM: **20/10/2026**		
APROVADO EM: **20/10/2026**		
PROTOCOLO: **Ofício Nº 83/2026, de 20 de Outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação**		

1 – HISTÓRICO
Este conselho recebeu o Ofício 83/2026 - SEME/Apodi/RN, de 20 de outubro de 2026, que trata de Análise, Aprovação e Homologação da minuta do Projeto de Lei da Política Municipal de Alfabetização do município de Apodi/RN, de interesse da Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 37, Bairro Centro – Apodi/RN – CEP: 59.700 - 000.
O presente Parecer tem como objetivo analisar a proposta do Projeto de Lei da Política Municipal de Alfabetização (PMA) "Apodi Alfabetiza" encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Apodi/RN. A iniciativa visa assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças na idade certa, em conformidade com a legislação educacional vigente e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).
A educação escolar no Brasil é direito de todos e dever do Estado, direito esse, que somente a partir da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, foi explicitado a nível constitucional seguindo-se nas demais constituições, cuja clareza deu-se na atual Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, também conhecida por "Constituição Cidadã", em razão de ter como foco de suas ações o cidadão.
Conforme referencia a Constituição Federal de 1988, a educação escolar para crianças se efetiva na garantia do acesso ao ensino-aprendizagem a partir de zero a cinco anos em creches e pré-escola. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. É inegável que desde a década de 1980, documentos oficiais legitimaram o direito à educação escolar para todos, tendo início na infância e, nesse sentido, a Constituição instituiu o direito à educação às crianças de zero a cinco anos e o dever do Estado de ofertar creches e pré-escolas, bem como, rever os conceitos e sentidos da infância.
A esse respeito é importante destacar que a trajetória das políticas de alfabetização no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, insere-se no processo de construção e implementação de políticas educacionais nacionais voltadas à garantia do direito à alfabetização e à melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse percurso, destacam-se iniciativas federais de formação continuada de professores, entre as quais o Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. O Pró-Letramento foi concebido pelo Ministério da Educação como programa de formação continuada destinado à melhoria da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mediante regime de colaboração entre União, estados, municípios e instituições de educação superior. A regulamentação do FNDE estabeleceu que os municípios participantes deveriam aderir às etapas do programa e coordenar, executar e acompanhar as atividades formativas em suas redes.
Posteriormente, o PNAIC consolidou uma política nacional específica para a alfabetização, tendo como uma de suas dimensões a formação continuada dos professores alfabetizadores. A regulamentação federal estabeleceu como objetivo apoiar os docentes do ciclo de alfabetização no planejamento das aulas e na utilização articulada dos materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizados pelo Ministério da Educação. A própria normativa do PNAIC estabeleceu relação entre a formação dos orientadores de estudo e a experiência anterior como tutores do Pró-Letramento, evidenciando uma continuidade entre as políticas federais de formação docente. Quanto à comprovação documental específica da adesão, execução, quantidade de profissionais formados e resultados do Pró-Letramento e do PNAIC no município de Apodi/RN, não foi localizado, nas fontes oficiais consultadas, documento municipal ou federal suficientemente específico que permita afirmar quantitativos ou períodos de participação da rede municipal, razão pela qual tais informações são registradas como não localizado.
No período mais recente, a política de alfabetização do município passou a integrar as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, política instituída nacionalmente em 2023 e atualmente orientada pela meta de assegurar que as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de promover a recomposição das aprendizagens nos anos iniciais. O Inep estabeleceu, para o acompanhamento dessa política, o Indicador Criança Alfabetizada – ICA, construído a partir de padrão nacional de alfabetização definido pela Pesquisa Alfabetiza Brasil. O ponto de corte estabelecido pelo Inep corresponde a 743 pontos na escala de proficiência do Saeb.
Em Apodi, há evidências oficiais da participação da rede municipal nas ações do CNCA. Desde a implantação da política uma das primeiras ações foram os 3 ciclos de avaliações realizadas em todas as escolas municipais com acompanhamento a partir de março de 2024. O município registrou a aplicação, nas escolas municipais, das

avaliações vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, destacando sua utilização para identificar o desempenho dos estudantes e subsidiar o planejamento de estratégias pedagógicas. Em março de 2026, a Prefeitura também informou a realização do primeiro ciclo de avaliações do CNCA na rede municipal, indicando que os resultados diagnósticos são utilizados para identificar níveis de aprendizagem e orientar projetos de intervenção pedagógica.

A política de formação continuada constitui outro elemento relevante do processo recente. Em maio de 2025, o município de Apodi registrou a realização do primeiro encontro de formação de professores municipais com ênfase na Educação Infantil, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, mediante participação no Curso de Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI. Segundo a informação oficial divulgada pelo Município, a formação contemplava profissionais que atuavam diretamente com crianças de 4 e 5 anos, com carga horária de 120 horas, tendo como foco a oralidade, a leitura e a escrita na primeira infância. Em março de 2026, a Secretaria Municipal de Educação deu continuidade às ações formativas por meio do PROLEEI – Programa de Formação Continuada de Leitura e Escrita na Educação Infantil, voltado ao fortalecimento das práticas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita e à formação dos profissionais da Educação Infantil.

No âmbito da estrutura administrativa, a Secretaria Municipal de Educação de Apodi/RN possui, entre suas atribuições oficiais, o planejamento, a execução, a coordenação e a supervisão das políticas municipais de educação, o acompanhamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a promoção da formação continuada, o monitoramento de programas educacionais, a manutenção dos sistemas de informação e estatística educacional, o acompanhamento das metas educacionais e o combate à evasão, à repetência e às causas do baixo rendimento escolar. Essa estrutura institucional constitui base administrativa para a implementação, acompanhamento e avaliação de políticas municipais de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

Para legitimar esta infância ao longo da educação básica, o Ensino Fundamental dos anos iniciais, no Município de Apodi, vem garantir como política pública, os direitos de aprendizagem (alfabetização e letramento) a serem desenvolvidos nas turmas de 1º e 2º do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do ciclo de alfabetização no sentido de confirmar que todas as crianças, ao final do primeiro ciclo, estejam alfabetizadas e o processo de recomposição das aprendizagens para as turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do ciclo de complementação.

É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação (SEME) encaminhou ao CME, por meio do Ofício Nº 83/2026 - SEME/Apodi, de 20 de Outubro de 2026, a minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização de Apodi/RN, para análise, apreciação e emissão de normativa, visando à sua institucionalização no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. O processo de elaboração da Política Municipal de Alfabetização teve início em agosto de 2026, com a constituição de um Grupo de Trabalho composto por: I – Coordenadores Técnicos Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação – SEME; II – Representante da Coordenação da Educação Infantil da SEME; III – Representante da Coordenação do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da SEME; IV – Representante de Professor da Educação Infantil; V – Representante Professor do Ensino Fundamental – Anos Iniciais; VI – Representantes de Coordenadores Pedagógicos das instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais; VII – Representantes de Gestores Escolares representantes das instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, sendo concluído em outubro de 2026. Ao longo desse período, o Grupo de Trabalho realizou estudos, debates, escutas e análises técnicas, voltados à construção de uma política pública alinhada às especificidades do município e em consonância com as diretrizes das esferas federal, estadual e municipal. Destaca-se, ainda, que o CME participou desse processo de forma colaborativa, contribuindo para o aprimoramento da proposta.

A iniciativa fundamenta-se no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto Federal Nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e pela Lei Nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, bem como no Programa Pró-Alfa RN, incorporando seus princípios, objetivos e estratégias para garantir o direito à alfabetização e à aprendizagem.

A Política Municipal de Alfabetização tem como público-alvo as crianças da Educação Infantil (Grupos 04 e 05) e do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental), assegurando-lhes a alfabetização e o letramento na idade adequada; os estudantes do Ciclo Complementar (3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental), por meio de ações de recomposição das aprendizagens destinadas à consolidação da alfabetização daqueles que não alcançaram esse direito até o final do 2º ano; e os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo oportunidades de alfabetização às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade apropriada, contribuindo para a redução dos índices de analfabetismo no município.

A política constitui-se, ainda, em importante instrumento para o alcance das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME), fortalecendo o compromisso do município com a garantia do direito à aprendizagem, a melhoria da qualidade da educação, a promoção da equidade educacional, da inclusão, da justiça social e da igualdade racial.

No exercício de suas funções consultiva, normativa e propositiva, o CME manteve diálogo permanente com a Secretaria Municipal de Educação e o Grupo de Trabalho durante o processo de construção da política, contribuindo, inclusive, com orientações para a instituição do Comitê Municipal de Alfabetização de Apodi/RN.

Após a análise da minuta do Projeto de Lei e de seus fundamentos legais, o CME concluiu que a proposta atende aos requisitos legais, pedagógicos e normativos à sua instituição no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, encaminhando o presente Parecer à apreciação e deliberação do Conselho Pleno.

2 – DO RELATÓRIO

A proposta tem como objetivo garantir o direito à alfabetização plena, com equidade, inclusão e qualidade social, a todos os estudantes da rede municipal de ensino, com ênfase na alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A minuta encontra-se fundamentada na legislação educacional vigente, incluindo a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 15.388/2026, sancionada em 14 de abril de 2026, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Potiguar, o Decreto Federal nº 11.556/2023, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a Portaria MEC nº 85/2025, publicada em 31 de janeiro de 2025, institui o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro LEEI) no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Esta iniciativa está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96), que estabelece a alfabetização como prioridade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, atende diretamente ao Objetivo 3, as 03 (três) metas e as 16 (dezesseis) Estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 15.388/2026, sancionada em 14 de abril de 2026, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. A política municipal, ao estabelecer esse prazo para o final do 2º ano, demonstra proatividade e ambição em benefício dos estudantes. O respeito aos tempos e ritmos de aprendizagem das crianças, destacado na introdução, é um princípio pedagógico fundamental e a ser valorizado.

A análise da minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Educação de Apodi/RN fundamenta-se na legislação educacional vigente e nos atos normativos das esferas federal, estadual e municipal que asseguram o direito à educação, à alfabetização e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A proposta encontra respaldo nos princípios constitucionais da igualdade de condições para o acesso, a permanência, a aprendizagem e o sucesso escolar, da gestão democrática e da qualidade da educação, além de observar as diretrizes estabelecidas nos seguintes dispositivos:

• Constituição Federal de 1988 (Art. 205 ao Art. 214);
• Lei Nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
• Lei Nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE);
• Decreto Nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• Lei Nº 15.247/2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), por meio da conjunção dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
• Lei Nº 13.257/2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas para a primeira infância e altera a Lei Nº 8.069/1990;
• Decreto Nº 12.574/2025, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI) e estabelece seus princípios, diretrizes e instâncias de governança;
• Portaria MEC Nº 501/2025, que institui o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (CONAQUEI);
• Lei Estadual Nº 10.049/2016, de 27 de janeiro de 2016, que institui o Plano Estadual de Educação do RN;
• Resolução CNE/CP Nº 2/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
Dessa forma, constata-se que a minuta da Política Municipal de Alfabetização encontra amplo respaldo constitucional, legal e normativo, revelando-se compatível com os princípios da gestão democrática, da qualidade social da educação, da valorização da primeira infância e da efetivação do direito à aprendizagem, constituindo importante instrumento para o fortalecimento das ações de alfabetização e letramento na Rede Municipal de Ensino de Apodi/RN.

3 – ANÁLISE DO DOCUMENTO
Ao analisarmos os autos do presente documento Ofício 83/2026 - SEME/Apodi, de 20 de Outubro de 2026, que trata de Análise, Aprovação e Homologação da minuta do Projeto de Lei da Política Municipal de Alfabetização do município de Pendências/RN, este colegiado faz a seguintes considerações:
3.1 – Os Objetivos
Os objetivos apresentados são claros, mensuráveis e diretamente relacionados à melhoria do processo de alfabetização. Destaca-se a preocupação com o acompanhamento contínuo da aprendizagem, o apoio aos professores, o fortalecimento da parceria escola-família-comunidade e o monitoramento dos resultados, elementos cruciais para o sucesso da política.
– As Diretrizes
Reforçam princípios importantes, como o respeito à infância, a garantia do direito à alfabetização na idade certa, a valorização dos profissionais da educação e a gestão pedagógica participativa. A articulação com outras políticas públicas (assistência social, saúde e cultura) é um ponto positivo que reconhece a complexidade do processo de aprendizagem e a necessidade de uma abordagem intersetorial.
- Público-Alvo e Avaliação da Política
O público-alvo (Educação Infantil – Pré-escola e 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e 3º ao 5º ano) é adequado, abrangendo as etapas em que a alfabetização se consolida. Os indicadores de avaliação propostos são pertinentes e permitirão aferir a eficácia da política de forma objetiva.
– Ações Estratégicas
I - **Formação Continuada**: Essencial para capacitar os professores para os desafios da alfabetização contemporânea. As parcerias com universidades e instituições formadoras são estratégicas para garantir a qualidade da formação.
II - **Avaliação Diagnóstica**: Fundamental para identificar as necessidades dos alunos e subsidiar o planejamento pedagógico. A periodicidade das avaliações garante o acompanhamento em tempo real.
III - **Material Didático e Recursos Pedagógicos**: A garantia de materiais de qualidade e o incentivo à produção local são cruciais para a efetividade do ensino-aprendizagem.
IV - **Acompanhamento e Monitoramento**: A criação de uma equipe técnica municipal e a elaboração de relatórios semestrais asseguram o controle e a análise dos avanços.
V - **Envolvimento da Família e da Comunidade**: Reconhece o papel corresponsável da família no processo de alfabetização e propõe ações para sua efetiva participação.
VI - **Valorização dos Professores**: Ponto chave para a motivação e permanência de profissionais qualificados no processo.

– ANÁLISE

A proposta apresenta consistência técnica e alinhamento às diretrizes nacionais e estaduais de alfabetização, contemplando os aspectos fundamentais para a efetivação do direito à aprendizagem.
Diante da análise realizada, o CME de Apodi/RN conclui que a minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização encontra-se em consonância com as legislações educacionais que asseguram o direito à educação, à alfabetização, ao letramento e à aprendizagem.
Verifica-se que a proposta representa um importante instrumento para a consolidação de uma política pública de alfabetização no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Apodi/RN, assegurando o direito à alfabetização e ao letramento na idade adequada, sem desconsiderar as especificidades dos estudantes em processo de recomposição das aprendizagens.
Destaca-se, ainda, que a instituição do Comitê Municipal de Alfabetização, com a participação deste Conselho, fortalecerá a governança da Política Municipal de Alfabetização, por meio do acompanhamento, do monitoramento e da avaliação de sua execução. Além disso, favorece a articulação intersetorial, a continuidade e o aperfeiçoamento da política pública, e contribui para a redução das desigualdades educacionais e para a melhoria dos indicadores de alfabetização no município.
O colegiado do CME fez seus relatos, explanou suas opiniões e com base na proposta, observou-se que destacam-se como pontos relevantes:
A definição clara da meta de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
A articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, em consonância com as diretrizes do PROLEEI;
A estruturação da política em eixos estratégicos, incluindo formação docente, práticas pedagógicas, avaliação, governança e boas práticas;
A previsão de avaliação diagnóstica, formativa e de fluência leitora;
A instituição de mecanismos de recomposição das aprendizagens;
A criação do Comitê Municipal de Alfabetização;
A previsão de monitoramento por meio de metas e indicadores;
A valorização e disseminação de boas práticas pedagógicas.
Observa-se que a Política proposta atende aos princípios da equidade, inclusão, gestão democrática e uso de evidências científicas, estando em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

5 – VOTO
Diante da análise do documento, o Conselho Municipal de Educação de Apodi/RN é FAVORÁVEL a aprovação, pois considera a proposta da Política Municipal de Alfabetização pertinente, bem fundamentada e alinhada às necessidades educacionais do município e à legislação vigente. A sua implementação trará benefícios significativos para a educação pública, garantindo o direito à alfabetização de todas as crianças.
Recomenda-se, por parte deste CME, que após a aprovação da Política Municipal de Alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto dê prosseguimento à sua implementação, com a devida publicidade e acompanhamento.
É fundamental que o Conselho seja mantido informado sobre o progresso da política e os resultados das avaliações anuais, para que possa exercer seu papel de órgão normativo, consultivo e fiscalizador.

6 – DECISÃO
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Apodi/RN em sessão realizada em 20/10/2026, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação da Política Municipal de Alfabetização do Município de Apodi/RN, por meio de Lei Municipal, recomendando:
I – o imediato envio do Projeto de Lei em caráter de urgência para à Câmara Municipal para apreciação, aprovação e posterior sanção pela Chefe do Poder Executivo, tendo em vista que a referida lei é um dos

critérios a serem avaliados no Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização;
II – a sua imediata implementação pelo Poder Executivo, por meio da SEME;
III – a garantia de monitoramento contínuo por meio do Comitê Municipal de Alfabetização;
IV – a divulgação periódica dos resultados à comunidade escolar;
V – a revisão periódica da política com base nos indicadores de aprendizagem.
É o parecer.
Diante do exposto, e em vista da consonância da minuta com a legislação vigente e sua relevância para o fortalecimento das políticas educacionais do município, o CME manifesta-se favoravelmente à aprovação da minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização, por entender que sua implementação contribuirá para a efetivação do direito à alfabetização e ao letramento de todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pela Rede Municipal de Ensino, assegurando uma educação pública de qualidade, inclusiva, equitativa e socialmente referenciada.
O Conselho Pleno do CME aprova, por unanimidade, o presente Parecer Nº 01/2026 – CP/CME/APODI RN, apresentado pelos conselheiros responsáveis pela análise do processo.
Este Parecer foi aprovado em Reunião Plenária do Conselho Municipal de Educação de Apodi/RN, realizada em 20 de outubro de 2026.

Apodi/RN, 20 de outubro de 2026

Parecer aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação na 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 20/10/2026.

MÁRCIA ADRIANA REGIS ALVES PINHEIRO
Presidenta do Conselho Municipal de Educação

Assinatura dos Conselheiros presentes que aprovaram:

_____

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:77B5D11D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PARECER CME/ Nº 02/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Apodi-RN
Assunto: Lei complementar para atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Apodi/RN.
Relator(a): Márcia Adriana Regis Alves Pinheiro
I – RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Apodi/RN, encaminhou através do ofício nº 84/2026 SEME/APODI, ao Conselho Municipal de Educação a proposta de atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, com a finalidade de adequá-la às alterações promovidas no ordenamento jurídico nacional, especialmente às Diretrizes Operacionais Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e às determinações da Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026.
A atualização decorre da necessidade de revisar os atos normativos do Sistema Municipal de Ensino, harmonizando-os às novas orientações nacionais para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, fortalecendo a garantia do direito à educação, à equidade, ao desenvolvimento integral dos estudantes e à melhoria da qualidade social da educação.
A proposta foi analisada pelos conselheiros titulares do Conselho Municipal de Educação, considerando a legislação educacional vigente, o Plano Nacional de Educação 2026–2036, o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, o Plano Municipal de Educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte e os demais instrumentos normativos aplicáveis.
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente análise fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

• Constituição Federal de 1988;
• Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);
• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
• Lei nº 11.947/2009 (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
• Lei nº 14.113/2020 (FUNDEB);
• Lei nº 14.640/2023 (Programa Escola em Tempo Integral);
• Lei nº 15.388/2026 (Plano Nacional de Educação 2026–2036);
• Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
• Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte;
• Resolução CNE/CEB nº 7/2025;
• Resolução CNE/CEB nº 2/2026;

III – ANÁLISE DA MATÉRIA
A proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação demonstra significativa evolução em relação ao documento anteriormente aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, adequando sua estrutura às Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral.
Observa-se que a política deixa de compreender a ampliação da jornada escolar apenas como aumento do tempo de permanência do estudante na escola e passa a concebê-la como política pública voltada ao desenvolvimento integral, fundamentada na articulação entre currículo, gestão democrática, intersetorialidade, territórios educativos e garantia dos direitos de aprendizagem.
A organização do documento evidencia coerência entre seus fundamentos legais, princípios, objetivos e estratégias de implementação, contemplando aspectos relacionados à equidade educacional, justiça curricular, inclusão, sustentabilidade socioambiental, justiça climática, valorização da diversidade, fortalecimento da participação social e promoção dos direitos humanos.
Constata-se, ainda, que a política define claramente as responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares, do Conselho Municipal de Educação, das famílias e da comunidade, fortalecendo a governança da Educação Integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
Outro aspecto relevante refere-se à organização curricular, estruturada na perspectiva do currículo integrado, da ampliação dos tempos e espaços educativos e da articulação entre conhecimentos científicos, culturais, esportivos, tecnológicos e ambientais, em consonância com a BNCC, o Documento Curricular do Rio Grande do Norte e as Diretrizes Curriculares Nacionais.
A proposta também incorpora mecanismos de monitoramento e avaliação da política, definindo indicadores de acesso, permanência, aprendizagem, equidade e qualidade social da educação, fortalecendo o acompanhamento permanente da implementação da Educação Integral.
IV – DAS RECOMENDAÇÕES
Após análise da proposta, este Conselho recomenda que a Secretaria Municipal de Educação:
Implemente a Política Municipal de Educação Integral em consonância com as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral;
Assegure a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares e Propostas Curriculares das unidades escolares;
Promova formação continuada para gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação;
Fortaleça a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais políticas públicas;
Assegure infraestrutura adequada, alimentação escolar, transporte, recursos pedagógicos, acessibilidade e recursos tecnológicos compatíveis com a jornada ampliada;
Implemente sistema permanente de monitoramento e avaliação da política, utilizando indicadores de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral;
Apresente ao Conselho Municipal de Educação relatórios anuais de acompanhamento da política.
V – DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Compete ao Conselho Municipal de Educação:
Deliberar sobre a oferta da Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino;
Acompanhar a implementação da política;
Apreciar os Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares das unidades que ofertarem Educação Integral;

Acompanhar os processos de monitoramento e avaliação da política;
Emitir recomendações visando ao aperfeiçoamento da oferta;
Exercer o controle social e zelar pelo cumprimento da legislação educacional.
VI – CONCLUSÃO
Após análise da documentação apresentada, verifica-se que a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Apodi/RN encontra-se em conformidade com a legislação educacional vigente e com as Diretrizes Operacionais Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e pela Resolução CNE/CEB nº 2/2026.
A proposta apresenta coerência entre seus fundamentos legais, conceituais e pedagógicos, estabelece mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação da política e fortalece a garantia do direito à educação na perspectiva da formação integral dos estudantes.
Diante do exposto, considerando a análise técnica, pedagógica e normativa realizada, esta Relatoria manifesta-se favoravelmente à aprovação da Reformulação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Apodi /RN.
Voto, portanto, pela aprovação da Política, nos termos deste Parecer, com a consequente expedição da correspondente Resolução pelo Conselho Municipal de Educação de Apodi/RN, a ser posteriormente encaminhada ao Poder Executivo Municipal para fins de homologação, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, e da legislação municipal aplicável.
Recomenda-se, que após a homologação, a adoção, pela Secretaria Municipal de Educação, das providências necessárias à implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, inclusive quanto à adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares, propostas curriculares e demais instrumentos institucionais.

VII – VOTO DOS MEMBROS TITULARES DO CME

Voto pela aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Apodi/RN, nos termos deste Parecer, recomendando a expedição da correspondente Resolução pela Secretaria Municipal de Educação bem como a sua implementação, observadas as competências legais de cada órgão.

_____
Relator(a): Márcia Adriana Regis Alves Pinheiro

Apodi /RN, 20 de outubro de 2026.

Parecer aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação na 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 20/10/2026.

MÁRCIA ADRIANA REGIS ALVES PINHEIRO
Presidenta do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:72EBAF4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 144016/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das atividades, projetos, programas e eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura do Município de Arez/RN.
O Prefeito Constitucional de Arez/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, tendo em vista a realização do Processo 144016/2026, modalidade **Pregão Eletrônico nº 17/2026, HOMOLOGA** a licitação, autorizando o **Registro de Preços para a Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das atividades, projetos, programas e eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura do Município de Arez/RN**. Ficam a(s) empresa(s) vencedora(s) abaixo convocada(s) a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Arez/RN para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste documento.
JOZILMA MARIA DE CARVALHO - CNPJ: 04.805.345/0001-73, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 4, 5, 7, 8, 10, 31, 32, 40, 42, 63, 71; totalizando o valor de **R$ 67.116,70 (sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e setenta centavos)**.
A NOVA SOLUÇÃO LTDA - CNPJ: 70.157.680/0001-37, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 87; totalizando o valor de **R$ 40.515,00 (quarenta mil, quinhentos e quinze reais)**.
HB PROTECTION LTDA - CNPJ: 40.276.871/0001-57, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3; totalizando o valor de **R$ 15.500,00 (quinze mil, quinhentos reais)**.
DANDARA SPORT LTDA - CNPJ: 51.543.641/0001-23, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 9, 13, 20, 24, 27, 30, 41, 46, 48, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 107; totalizando o valor de **R$ 307.585,00 (trezentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais)**.
FJCRP COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.358.556/0001-71, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 14, 17; totalizando o valor de **R$ 8.183,50 (oito mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos)**.
FISIC SPORTS EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 33.519.601/0001-64, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 12, 15, 43, 91, 96; totalizando o valor de **R$ 44.196,15 (quarenta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e quinze centavos)**.
VANINHA UTILIDADES LTDA - CNPJ: 58.421.861/0001-23, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 6, 11, 19, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 44, 47, 49, 53, 56, 59, 60, 72, 80, 89, 102, 105; totalizando o valor de **R$ 90.974,13 (noventa mil, novecentos e setenta e quatro reais e treze centavos)**.
GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 63.129.821/0001-42, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 21, 22, 23, 25, 36, 45, 76, 81, 94, 100, 104, 106, 108; totalizando o valor de **R$ 19.717,65 (dezenove mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos)**.
KEMARY ESPORTES LTDA - CNPJ: 58.546.968/0001-06, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 16, 18, 77; totalizando o valor de **R$ 16.771,80 (dezesseis mil, setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos)**.
ROGER ANDRE BRAUN - CNPJ: 29.253.577/0001-97, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 54; totalizando o valor de **R$ 9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

Arez/RN, 20 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:2992B315

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 262, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa fiscal de contrato Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria na execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Lei nº 14.399/2022, Ciclo 2, bem como para a realização de ações de capacitação e formação nas áreas técnicas, abrangendo elaboração de projetos, captação de recursos, prestações de contas e linguagens artísticas, com ênfase em artes cênicas e economia criativa, direcionadas aos agentes culturais do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o senhor **ANTÔNIO ROBERTO DE OLIVEIRA VITOR,** CPF:088.xxx.xxx-70, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB, LEI Nº 14.399/2022, CICLO 2, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO NAS ÁREAS TÉCNICAS, ABRANGENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, PRESTAÇÕES DE CONTAS E LINGUAGENS ARTÍSTICAS, COM ÊNFASE EM ARTES CÊNICAS E ECONOMIA CRIATIVA, DIRECIONADAS AOS AGENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 174/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 026/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16090001/2026**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 20 de outubro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F3F54511

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31030003/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE (EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS) EM VEÍCULOS LEVES, COM MOTORISTA, DESTINADOS AO SUPORTE LOGÍSTICO E OPERACIONAL DAS AÇÕES, MOBILIDADE DAS EQUIPES NO ATENDIMENTO CONTÍNUO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (EMULTI), PROGRAMA DE ATENÇÃO DOMICILIAR À PESSOA IDOSA (PADI), EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS, CONFORME DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARAÚNA/RN.

Na qualidade de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN e no uso das minhas atribuições legais em simetria com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 71, de 2023.

CONSIDERANDO o resultado do procedimento de licitação em tela, configurado nas atas que integram os autos deste certame;
CONSIDERANDO que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valores de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO o resultado após julgar as empresas vencedoras do certame, houve manifestação de intenção de recurso na fase final da licitação;
CONSIDERANDO que houve razões e contratarrazões, e que as mesmas foram julgadas pela Agente de Contratação/Pregoeira e pela Autoridade Competente, conforme consta nos autos do processo;
CONSIDERANDO o resultado do procedimento de licitação em tela, configurado nas atas que integram os autos deste certame;
CONSIDERANDO que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valores de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO todo o exposto, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresenta a empresa: **WM TRANSPORTES LTDA** (CNPJ: **13.164.747/0001-27**), **VENCEDORA DO LOTE ÚNICO,** perfazendo o valor total de **R$ 2.260.350,00 (dois milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta reais).**
Dê-se ciência e cumpra-se.
Baraúna-RN, em 20 de outubro de 2026

BEVANIA SILVA COSTA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:A8D000BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 174/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 026/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16090001/2026

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **: L DA SILVA BEZERRA– CNPJ: 14.935.157/0001-13,** com sede na R Euni Gurgel Filho, 118, Sala A, Bairro: Dr. Onezio Maia, 59.690-000, Janduis/RN, representada pelo Sr. **LINDEMBERG DA SILVA BEZERRA**, portador da Cédula de Identidade n°1921692 SSP RN, inscrito no CPF: 009.990.684-82 doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Inexigibilidade de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria na execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Lei nº 14.399/2022, Ciclo 2, bem como para a realização de ações de capacitação e formação nas áreas técnicas, abrangendo elaboração de projetos, captação de recursos, prestações de contas e linguagens artísticas, com ênfase em artes cênicas e economia criativa, direcionadas aos agentes culturais do Município de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
1	Serviços especializados em apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria na execução do Programa Nacional Aldir Blanc – PNAB, instituído pela Lei Federal nº 14.399/2022, Ciclo 2, em favor do Município de Baraúna/RN, compreendendo, entre outras atividades previstas na proposta e no cronograma de serviços. ***a.*** Elaboração de editais e respectivas minutas; orientação quanto ao lançamento e divulgação dos editais; acompanhamento do período de inscrições dos agentes culturais; avaliação de propostas; emissão de pareceres; análise de recursos; preparação de portarias; auxílio na elaboração dos Termos de Execução Cultural e respectivos extratos, bem como demais atividades técnicas relacionadas à execução da política cultural.	Mês	02	R$5.000,00	R$10.000,00

2	Serviços especializados de capacitação em formação e mobilização na área cultural, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Lei Federal nº 14.399/2022, Ciclo 2, direcionados aos agentes culturais e à administração municipal. ***a.*** Capacitação para elaboração de portfólio cultural, organização curricular e reunião de comprovações culturais; interpretação de editais; elaboração de propostas; orientações quanto à execução e prestação de contas; capacitação administrativa sobre prestação de contas na plataforma Transferegov; formação de pareceristas; atualização de plataformas virtuais culturais; elaboração de projetos, captação de recursos e linguagens artísticas em artes cênicas e economia criativa.	Mês	03	R$4.000,00	R$12.000,00

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Cultura e Juventude de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de **R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **20 de outubro de 2026 até 20 de outubro de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;

6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;

6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) Salários;

b) Seguros de acidentes;

c) Taxas, impostos e contribuições;

d) Frete;

e) Indenizações; e

f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;

6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;

6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;

6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;

6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;

6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:

7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;

7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **ANTÔNIO ROBERTO DE OLIVEIRA VITOR** inscrito no **CPF: 088.945.464-70.**

9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO

10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA

11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

DESCRIÇÃO	**CÓDIGO**	**DETALHAMENTO**
UNID. ORÇAM:	02.012	SECRETARIA MUN. DE CULTURA E JUVENTUDE
AÇÃO:	2661	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE
NATUREZA:	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:	15000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 20 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
(Contratante)

L da Silva Bezerra
LINDEMBERG DA SILVA BEZERRA
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D4ABB39B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16090001/2026

A Secretaria Municipal de Cultura e Juventude, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 16090001/2026 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria na execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Lei nº 14.399/2022, Ciclo 2, bem como para a realização de ações de capacitação e formação nas áreas técnicas, abrangendo elaboração de projetos, captação de recursos, prestações de contas e linguagens artísticas, com ênfase em artes cênicas e economia criativa, direcionadas aos agentes culturais do Município de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **L DA SILVA BEZERRA– CNPJ: 14.935.157/0001-13,** com sede na R Euni Gurgel Filho, 118, Sala A, Bairro: Dr. Onezio Maia, 59.690-000, Janduis/RN, *com fulcro na alínea c, do inciso III, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo na alínea c, do inciso III, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços especializados de assessoria, consultoria, capacitação e formação para a execução da **Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, instituída pela Lei nº 14.399/2022, especificamente no âmbito do Ciclo 2**, fundamenta-se na necessidade de proporcionar ao Município de Baraúna/RN suporte técnico especializado para o adequado planejamento, operacionalização, acompanhamento e execução das ações de fomento cultural.

A execução da PNAB envolve procedimentos técnicos e administrativos específicos, incluindo a elaboração de editais e minutas, publicação dos instrumentos, acompanhamento das inscrições dos agentes culturais, avaliação de propostas, emissão de pareceres, análise de recursos, preparação de portarias, elaboração de Termos de Execução Cultural e respectivos extratos, demandando conhecimento especializado para garantir maior segurança e eficiência aos procedimentos administrativos.

A contratação também se mostra necessária para fortalecer a capacidade dos agentes culturais do Município, mediante ações de capacitação e formação voltadas à elaboração de portfólios culturais, organização curricular, juntada de comprovações, interpretação de editais, elaboração de propostas, execução e prestação de contas de projetos culturais.

Além da capacitação dos agentes culturais, pretende-se qualificar os procedimentos administrativos relacionados à execução da política cultural, especialmente quanto à prestação de contas na plataforma Transferegov, formação de pareceristas e atualização quanto à utilização de plataformas virtuais culturais, contribuindo para a melhoria da gestão dos recursos públicos destinados ao setor cultural.

A ausência de apoio técnico especializado pode ocasionar dificuldades na elaboração e operacionalização dos instrumentos da PNAB, inconsistências na análise e seleção das propostas, falhas na documentação dos processos e dificuldades na execução e prestação de contas dos recursos, comprometendo a eficiência da política pública e a adequada aplicação dos recursos destinados ao Município.

A solução proposta contempla, de forma integrada, duas frentes de atuação: **assessoria e consultoria**, abrangendo o apoio técnico-administrativo à execução do Ciclo 2; e **capacitação, formação e mobilização**, destinada tanto ao aprimoramento dos agentes culturais quanto ao fortalecimento dos conhecimentos necessários à gestão da política cultural municipal.

Dessa forma, a contratação visa assegurar maior organização, eficiência, segurança técnica e regularidade na execução da **PNAB – Ciclo 2**, contribuindo para o fortalecimento da gestão cultural municipal, para a qualificação dos agentes culturais locais e para o adequado aproveitamento dos recursos públicos destinados ao fomento da cultura em Baraúna/RN.

Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II, o art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **L DA SILVA BEZERRA– CNPJ: 14.935.157/0001-13**, será no valor global estimado de **R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

JOÃO PAULO DE MELO
Secretário Municipal de Cultura e Juventude

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:ADDEE4E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16090001/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada na alínea c, do inciso III, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **L DA SILVA BEZERRA– CNPJ: 14.935.157/0001-13,** no valor global de **R$ 22.000,00 (vinte e dois reais)** referente à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo, assessoria técnica e consultoria na execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Lei nº 14.399/2022, Ciclo 2, bem como para a realização de ações de capacitação e formação nas áreas técnicas, abrangendo elaboração de projetos, captação de recursos, prestações de contas e linguagens artísticas, com ênfase em artes cênicas e economia criativa, direcionadas aos agentes culturais do Município de Baraúna/RN.

RATIFICO, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **João Paulo de Melo,** Secretário Municipal de Cultura e Juventude, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:5CA19F84

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REDESIGNAÇÃO DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 91488-2026

O Município de Barcelona/RN, por intermédio de seu Prefeito, torna público, para conhecimento dos interessados, que foi realizada a **SEGUNDA RETIFICAÇÃO** do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026, cujo objeto é a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES**, destinados ao atendimento das necessidades da frota municipal.

A presente retificação decorre de manifestação técnica da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes, em atendimento a pedido de esclarecimento apresentado por fornecedor, contemplando a **unificação dos itens 05 e 21**, com a manutenção do item 05, referente ao pneu de medida 14.00-24, cujo quantitativo passa de 04 (quatro) para 08 (oito) unidades, e a exclusão do antigo item 21, referente ao pneu G2/L2, com a consequente renumeração dos itens subsequentes.

Para o item 05 consolidado, permanece o valor unitário de referência originalmente estabelecido, conforme adequações constantes dos autos do processo administrativo.

Em razão das alterações, que interferem na formulação das propostas, fica **REDESIGNADA A SESSÃO PÚBLICA**, anteriormente prevista para 27/10/2026, passando a observar o seguinte cronograma:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/10/2026, às 08h00min.

ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/11/2026, às 08h59min.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/11/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).

PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: Até 29/10/2026, observado o disposto no edital.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br.

O Edital da Segunda Retificação e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal Licita Fácil do TCE/RN, em licitafacil.tce.rn.gov.br, e na sede da Prefeitura Municipal de Barcelona/RN, situada na Rua Major Artur, nº 156, Centro, no horário das 08h00min às 12h00min.

A presente retificação observa o disposto no art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a nova divulgação do instrumento convocatório e a reabertura do prazo legal para apresentação das propostas.

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital anteriormente publicado que não tenham sido expressamente modificadas pela presente retificação.

Barcelona/RN, 20 de outubro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:C7D3B515

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 02/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 02/2026
O MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, por intermédio da Secretaria Municipal De Finanças, Tributação E Patrimônio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Código Tributário Nacional, a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), o Código Tributário Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
TORNA PÚBLICO que os contribuintes relacionados no Anexo I deste Edital possuem créditos tributários e/ou não tributários regularmente constituídos e inscritos em Dívida Ativa Municipal, referentes a exercícios anteriores, cujos valores encontram-se atualizados na forma da legislação vigente.
Dessa forma, ficam **NOTIFICADOS** para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da publicação deste Edital, promovam a regularização de seus débitos mediante uma das seguintes opções:

• pagamento integral do débito;
• requerimento de parcelamento, quando admitido pela legislação municipal;
• apresentação de requerimento administrativo, caso exista fundamento legal para revisão do crédito.

O atendimento poderá ser realizado junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, localizado na Rua Manoel Joaquim De Souza, 434, Centro, Boa Saúde/RN durante o horário de expediente, ou pelos canais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal. E-mail: sectribuboasaude@gmail.com ou WhatsApp: 84 98172-7545.
ADVERTÊNCIA
O não atendimento da presente notificação dentro do prazo estabelecido implicará o prosseguimento das medidas administrativas e judiciais destinadas à satisfação do crédito público, podendo o Município promover, dentre outras providências legalmente cabíveis:

• protesto da Certidão de Dívida Ativa;
• ajuizamento da competente Ação de Execução Fiscal;
• incidência de atualização monetária, juros de mora, multa, custas processuais e honorários advocatícios, quando cabíveis;
• adoção de outras medidas previstas na legislação aplicável.

Caso o débito já tenha sido quitado ou exista causa legal para sua extinção, suspensão ou inexigibilidade, o contribuinte deverá apresentar a documentação comprobatória perante o Setor de Tributação dentro do prazo acima estabelecido.
Para os fins legais, considera-se realizada a presente notificação na data da publicação deste Edital no Diário Oficial do Município.

Boa Saúde/RN, ___ de _____ de 2026.

HEMILLY FRANÇOISE SOUZA MESQUITA
Secretário(a) Municipal de Tributação

Prefeito Municipal

ANEXO I

N.º	NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ	CÓDIGO DO CONTRIBUINTE	EXERCICIO	VALOR R$
01	R L DA SILVA ROSAS	**.434.***.0001-**	3332	2024	R$3.903,45
02	EDMILSON MARIA SOARES FILHO	***.556.49*.**	2393	2021, 2022,2023, 2024, 2025	R$ 2.833,13
03	TIM S A	**.421.***/0028-**	2505	2023, 2024	R$3.334,09

Publicado por:
Marilia Francisca de Oliveira Costa
Código Identificador:95337A69

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 229, 20 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº 229, 20 de outubro de 2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidora **MARIA VERÔNICA BATISTADE SOUZA OLIVEIRA**, matrícula nº **121882-4**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **ASG**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **05 de outubro de 2026 a 05 de janeiro de 2027.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05 de outubro 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 20 de outubro de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilia Francisca de Oliveira Costa
Código Identificador:C697A634

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº066/2026

Processo Nº 4.096/2026 - Inexigibilidade Nº 017/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS
Contratada: **FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 15.230.289/0001-02**

Objeto: Contratação de empresa especializada em soluções de Business Intelligence (BI) e Inteligência Artificial (IA) aplicadas à saúde, incluindo pacote tecnológico, capacitação, apoio ao SUSDIGITAL, auditoria e consultoria das informações da Atenção Primária à Saúde, pesquisa e produção de informações técnico-científicas para apoio à gestão e tomada de decisões no Município de Bom Jesus/RN, empresa FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVICOS LTDA - 15.230.289/0001-02.

Vigência: 14/09/2026 à 14/09/2027.

Valor: R$423.200,00 (Quatrocentos e vinte e três mil e duzentos reais).

Bom Jesus/RN, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:7872817E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 076/2026-GP TRANSFERE A DATA DA REALIZAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS EM VIRTUDE DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES 2026, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 076/2026-GP

Transfere a data da realização da Feira Municipal do Município de Bom Jesus em virtude do Segundo Turno das Eleições 2026, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Transferida a data de realização da Feira Municipal do Município de Bom Jesus **do dia 25 de outubro de 2026 (domingo) para o dia 24 de outubro de 2026 (sábado)**, em virtude do 2º Turno das Eleições de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus/RN, 20 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:9B6753C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 308/2026–SMG (*) DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 308/2026–SMG (*)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 83 da Lei nº 176/97 - Regime Jurídico do Servidor Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o gozo de férias o servidor efetivo **FRANCISCO CLODOALDO XAVIER DE CARVALHO,** matrícula nº 050, portador do CPF nº XXX.882.094-XX, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos pelo período de 30 dias relativos ao período aquisitivo de 2022, contados a partir do dia 19/10/2026 a 18/11/2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 16 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:35AEAB26

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADESÃO 008/2026

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025 DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 010/2024 DO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE-RN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTAVEIS.

TERMO DE ADESÃO 008/2026

Pelo presente termo de autorização de adesão a ata de registro de preços, considerando a autorização do Município de Maxaranguape-RN, anuência da empresa e diante da necessidade de aquisição de material de limpeza para atender demanda das secretarias foi consultado o órgão gerenciador sobre a possibilidade de adesão a ata em comento, onde havendo a concordância do Orgão Gerenciador e comprovada a vantagem econômica através de pesquisa mercadológica de caráter amplo, aprovo a ADESÃO ao Processo, haja vista terem sido obedecidas as regras do edital e do regime juridico ao qual foi autuado e submetido.

Brejinho/RN, em 16 de outubro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:87450221

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 421/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 421/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a importância do reconhecimento e da valorização dos servidores públicos municipais, cuja atuação é essencial para o funcionamento da Administração Pública e para a prestação dos serviços à população;

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é tradicionalmente dedicado à comemoração do Dia do Funcionário Público;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de antecipar as comemorações para o dia 26 de outubro de 2026, segunda-feira, visando à organização do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam antecipadas para o dia **26 de outubro de 2026 (segunda-feira)** as comemorações alusivas ao Dia do Funcionário Público, originalmente celebrado em 28 de outubro, no âmbito da Administração Pública Municipal de Brejinho/RN.

Art. 2º Em razão da antecipação estabelecida no artigo anterior, o expediente administrativo referente às comemorações do Dia do Funcionário Público será observado no dia 26 de outubro de 2026, ficando o dia 28 de outubro de 2026 com expediente normal nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, ressalvadas eventuais disposições específicas.

Art. 3º Os serviços públicos considerados essenciais, especialmente os de saúde, limpeza pública, vigilância e outros cuja continuidade seja indispensável ao atendimento da população, deverão funcionar normalmente, cabendo aos titulares das respectivas Secretarias adotar as providências necessárias para garantir a continuidade dos serviços.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 20 de outubro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:C2396EAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164/2026 - GP

PORTARIA Nº 164/2026 - GP

BREJINHO/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a Instituição do Programa *SEMEADORES DO BREJO*, que premia: gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos e administrativos da Rede Municipal de Ensino de Brejinho/RN com base no desempenho e resultados das avaliações do CAED.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREJINHO/RN, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO os resultados das Avaliações Diagnósticas do CAED, que refletem o nível de aprendizagem dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;
CONSIDERANDO a importância de reconhecer, valorizar e incentivar o desempenho docente, como forma de estimular práticas pedagógicas eficazes e o compromisso com a aprendizagem dos alunos;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios transparentes e equitativos para a seleção dos gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos premiados;
RESOLVE:
Art. 1º – Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Brejinho/RN, a Premiação para os gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos por Segmento de Ensino, com o objetivo de valorizar as categorias que se destacaram no desenvolvimento das aprendizagens e na melhoria dos indicadores educacionais.
Art. 2º – A premiação será concedida aos gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos e administrativos que obtiverem os melhores resultados e desempenhos nos seguintes segmentos:
I – Educação Infantil;
II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano);
III – Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos).
IV – Gestores Escolares

V – Coordenação Pedagógica e Administrativa

Seção I – Educação Infantil
Art. 3º – Na Educação Infantil, serão premiados os professores que demonstrarem excelência nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento integral das crianças, conforme os critérios abaixo (máximo de 50 pontos):

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Planejamento pedagógico efetivo	Planejamentos alinhados à BNCC e às faixas etárias.	0–10
Desenvolvimento Integral das crianças	Avanços observados na linguagem, escrita motricidade e socialização.	0–10
Engajamento das famílias	Participação das famílias nas ações escolares.	0–10
Participação em formações e projetos	Assiduidade e protagonismo nas ações formativas.	0–10
Organização e cumprimento das datas da plataforma de gestão escolar, Sysdelta	Planejamento, Frequência e Desempenho dentro das datas estabelecidas pelo calendário escolar	0–10

Critério de desempate: maior pontuação no item "Desenvolvimento integral das crianças".
Seção II – Anos Iniciais
Art. 4º – Nos Anos Iniciais, o critério de premiação será baseado na média percentual de aprendizado adequado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com os resultados do CAED.
Fórmula:
Média final = (Português + Matemática) / 2.
Desempate: maior percentual em Língua Portuguesa; persistindo, maior percentual em Matemática.
Seção III – Anos Finais
Art. 5º – Nos Anos Finais, serão premiados os professores com melhor desempenho pedagógico e engajamento, com base nos critérios (máximo de 50 pontos):

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Organização e cumprimento das datas da plataforma de gestão escolar, Sysdelta	Planejamento, Frequência e Desempenho dentro das datas estabelecidas pelo calendário escolar	0–10
Evolução dos resultados	Provas diagnósticas externas, portfólios e registros de aprendizagem demonstrando progresso por turma	0–10
Ações de reforço e recuperação	Planejamento e execução de estratégias pedagógicas de recuperação.	0–10
Participação e protagonismo docente	Participação em formações, projetos e atividades escolares.	0–10
Clima escolar e compromisso profissional	Cumprimento de horários, cooperação e postura profissional.	0–10

Critério de desempate: maior pontuação no item "Evolução diagnóstica dos estudantes".
Seção IV – Gestores Escolares
Art. 6º – Para os Gestores Escolares, a premiação será concedida com base no desempenho da gestão pedagógica, administrativa e comunitária, conforme os critérios abaixo (máximo de 50 pontos):

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Planejamento e gestão escolar	Organização da rotina escolar, cumprimento de calendário, eficiência na liderança e tomada de decisões.	0–10
Gestão pedagógica	Acompanhamento dos resultados de aprendizagem, apoio aos professores e promoção de práticas pedagógicas eficazes.	0–10
Gestão administrativa e documental	Organização e envio de documentos, relatórios, informações ao Sysdelta e cumprimento dos prazos oficiais.	0–10
Engajamento da comunidade escolar	Ações de aproximação com famílias, participação da comunidade e articulação com parceiros.	0–10
Clima institucional e liderança	Ambiente escolar positivo, mediação de conflitos, motivação da equipe e conduta profissional.	0–10

Critério de desempate: maior pontuação no item **"Gestão pedagógica".**

Seção V – Coordenadores Pedagógicos e Administrativos
Art. 7º – Para os Coordenadores Pedagógicos e Administrativos, a premiação será concedida com base no desempenho na coordenação das ações pedagógicas, formativas e administrativas da escola, conforme os critérios abaixo (máximo de 50 pontos):

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Acompanhamento pedagógico e formativo	Monitoramento das práticas docentes, apoio pedagógico e condução de formação continuada.	0–10
Monitoramento dos resultados de aprendizagem	Análise de provas diagnósticas, registros, CAED e uso de dados para orientar intervenções.	0–10
Organização e acompanhamento do Sysdelta	Cumprimento das datas, conferência das informações e orientação aos professores.	0–10
Articulação das ações escolares	Planejamento e execução de projetos pedagógicos, avaliações internas e organização escolar.	0–10
Compromisso profissional e relacionamento interpessoal	Colaboração com a gestão, assiduidade, responsabilidade, mediação de conflitos e postura ética.	0–10

Critério de desempate: maior pontuação no item **"Monitoramento dos resultados de aprendizagem".**
Art. 8º – A premiação será concedida aos professores classificados em 1º lugar em cada segmento, conforme os valores abaixo:
1º lugar: R$ 500,00 (Quinhentos reais);
Art. 9º – O reconhecimento a todas as categorias apresentadas nessa portaria acontecerá de igual modo para todos os seguimentos desde o 1º ao 3º colocado, por meio de:
I – Certificado de destaque e menções honrosas (1º, 2º e 3º lugar para todos os seguimentos);

II – Divulgação das práticas premiadas nos meios oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação (1º, 2º e 3º lugar para todos os seguimentos);
II – Entrega de medalhas e homenagens públicas, durante eventos educacionais do município, (1º, 2º e 3º lugar para todos os seguimentos).
Art. 10º – A análise e pontuação dos critérios serão realizadas por uma Comissão Avaliadora, composta por membros da equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, que poderá solicitar evidências documentais (portfólios, registros, relatórios e atas) para subsidiar a avaliação.
Art. 11º – As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, constante no orçamento vigente, observando os limites legais de execução orçamentária e financeira do Município de Brejinho/RN.
Art. 12º - Do Cronograma de execução

ETAPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS
1	Divulgação da Portaria	Secretaria Municipal de Educação
2	Formação da Comissão Avaliadora	Secretaria Municipal de Educação
3	Orientação aos Gestores Escolares	Coordenação Pedagógica
4	Envio das Evidências pelas Escolas	Diretores e Coordenadores Escolares
5	Análise da Comissão Avaliadora	Comissão Avaliadora
6	Homologação dos Resultados	Secretaria Municipal de Educação
7	Divulgação dos Resultados	Setor de Comunicação / SME
8	Preparação do Evento de Premiação	Comissão Organizadora / Setor Financeiro
9	Cerimônia de Premiação	Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal

Observações Importantes:
- Os prazos poderão ser ajustados conforme o calendário escolar e a disponibilidade das escolas.
- O pagamento das premiações observará a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e as normas legais vigentes.

- A cerimônia poderá ser integrada à festa de encerramento do ano letivo, valorizando o reconhecimento público aos docentes, bem como, no início do ano letivo na abertura da Jornada Pedagógica.
Art. 13º – Disposições Gerais
§1º A premiação tem caráter reconhecedor e motivacional, não integrando vencimentos ou gratificações permanentes.
§2º Os resultados serão divulgados em cerimônia oficial de reconhecimento docente, promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal de Brejinho/RN

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:939865F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026
PROC. ADMINIST. MC/ RN N° 2026.06.17.0091

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** COOPERATIVA MISTA DOSAGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS, inscrita no CNPJ: 14.426.441/0001-64 e representada pelo Senhor Aldenir Araújo de Morais, CPF 077.956.144-93; **OBJETO:** Contratação para aquisição de produtos da agricultura familiar destinados ao fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede municipal de ensino, no município de Caicó/RN; **VALOR:** O valor final deste instrumento é de R$ 103.736,00 (cento e três mil, setecentos e trinta e seis reais); **VIGÊNCIA**: a vigência do contrato terá o prazo de 1(um) ano, contados a partir da data de assinatura; **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo CONTRATANTE e COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDÓ – COAFS – pela CONTRATADA.

Caicó/RN, 30 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stéphanie Cristina Alves Santos
Código Identificador:9F7C38BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 60/2026

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação ou pedido de advertência por escrito dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, NOTIFICA DA PENALIDADE DE MULTA referente à infração de trânsito, os proprietários dos veículos ou infratores relacionados no ANEXO do presente edital, com suas respectivas penalidades.
O pagamento da multa poderá ser efetuado com um desconto de 20% do seu valor, até o vencimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital. Além disso, caso queiram, os interessados poderão, dentro do mesmo prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso em 1ª instância perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Para isso, é necessário apresentar um requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado.
Os Recursos poderão ser entregues na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Senador José Bernardo, 336 - Centro – Caicó/RN RN - CEP: 59300-000, ou enviados pelo e-mail: semutran@caico.rn.gov.br, e deverão ser acompanhados, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, nº do auto de infração, data da infração, código da infração, desdobramento, Valor da Multa.

Caicó/RN, 20 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

Rua Senador José Bernardo, 336 - Centro – Caicó/RN CNPJ (MF) 08.096.570/0001-39 | semutran@caico.rn.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS

Página :

1 / 1

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000060/2026

Placa	Nº Auto Infração	Data da Infração	Cód. da Infração	Desdobramento	Valor da Multa
OWG5780	A 30015090	01/09/2025 10:00	5541	4	R$ 195,23
QFV8A40	A300012749	04/09/2025 16:55	6637	1	R$ 195,23

CAICO/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - Caico/ RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:775594D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 185/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Jonathan Rafael Lopes dos Santos			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	2013150/1			
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.279.544-XX	**ID: X.146.XXX**		
LOTADO (A):	SEMTHAS			
HORÁRIO DE SAÍDA: **HORARIO DA VOLTA**	07:00 hs 17:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	SPIN TSP – 7F36			
OBJETIVO DA VIAGEM				
TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO CREAS, NA CIDADE DE NATAL/RN. A REFERIDA DIÁRIA SERÁ PAGA COM RECURSO PRÓPRIO DO FMAS, CONTA Nº41733-5.				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 Diária	Natal/RN	23 de Outubro de 2026	S/pernoite: 80,00	80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6D201BC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 186/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Jonathan Rafael Lopes dos Santos			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	2013150/1			
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.279.544-XX	**ID: X.146.XXX**		
LOTADO (A):	SEMTHAS			
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:00 hs			
HORARIO DA VOLTA	17:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	SPIN TSP – 7F36			
OBJETIVO DA VIAGEM				
TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO CREAS, NA CIDADE DE NATAL/RN. A REFERIDA DIÁRIA SERÁ PAGA COM RECURSO PRÓPRIO DO FMAS, CONTA Nº 41733-5.				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 Diária	Natal/RN	26 de Outubro de 2026	S/pernoite: 80,00	80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:5B8A17DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 187/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Jonathan Rafael Lopes dos Santos			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	2013150/1			
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.279.544-XX	**ID: X.146.XXX**		
LOTADO (A):	SEMTHAS			
HORÁRIO DE SAÍDA: **HORARIO DA VOLTA**	10:00 hs 20:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	SPIN TSP – 7F36			
OBJETIVO DA VIAGEM				
TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO CREAS, NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN. A REFERIDA DIÁRIA SERÁ PAGA COM RECURSO PRÓPRIO DO FMAS, CONTA Nº 41733-5.				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 Diária	Mossoró/RN	30 de Outubro de 2026	S/pernoite: 80,00	80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:01C3EFDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 621 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.07.27.0053;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **MARLY MAIA CAVALCANTE**, matricula nº 1.0969/1, Assistente

Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 851,49 (Oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 30 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:53B3CB0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 192/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a formação do CONSEA Municipal conforme alteração realizada pela lei n° 1.543 de 2026

O **PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o princípio da gestão democrática do ensino público, previsto na Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança alimentar;
CONSIDERANDO as diretrizes do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e do Plano Municipal de Educação;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO GOVERNO
Art. 1º Fica de responsabilidade dos secretários o envio de um titular e um suplente para compor o CONSEA das seguintes secretarias.

•
Secretaria do Desenvolvimento do Trabalho e de Assistência Social.

•
Secretaria de Educação

•
Secretaria de Políticas do Campo

•
Secretaria de Saúde

Art. 2° São entidades da sociedade civil aptas a participar do CONSEA:

•
Organizações da Sociedade Civil de combate a fome a pobreza.

•
Associações ou organizações relacionadas a alimentação e a agricultura.

•
Associações de agricultores familiares e cooperativas.

•
ONGS com atuação em segurança alimentar e desenvolvimento rural.

•
Organização de usuários, defesa de direitos e promoção da cidadania.

•
Entidades religiosas e organizações comunitárias.

•
Entidades Profissionais e Setoriais que representem profissionais dos setores de alimentação, agricultura, pecuária e pesca.

Art. 3° Do que trata o artigo 1° ficam os secretários com prazo de 10 (dez dias) para o envio da indicação dos 2 servidores que serão titular e suplente, o envio dessa indicação deverá ser feito por meio de memorando direcionado a Secretaria do Desenvolvimento do Trabalho e de Assistência Social.

Art. 4° O que trata o artigo 2° será feito por meio de Edital de Convocação realizada pela Secretaria do Desenvolvimento do Trabalho e de Assistência Social.

Art. 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caraúbas/RN, em de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal
CPF nº 089.531.114-39

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:AF546447

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 253/2026-GP*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de doença em pessoa da família a servidor público municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor público municipal, **solicitando a concessão de licença para tratamento de doença em pessoa da família** em face as condições de terceiros;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, opinando pela concessão do benefício pleiteado, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a servidora **MARIA DAS NEVES DE FREITAS,** professora, com matrícula funcional sob o nº 382, nos termos aduzidos no Art. 74, §1º e §2ª da Lei Municipal n° 333/93, **licença para tratamento de saúde de pessoa da família,** por período

de **360 (trezentos e sessenta) dias**, pelo período compreendido entre **20 de outubro de 2026** e **14 de outubro de 2027**.

Art. 2º Fica facultado a(o) servidor(a), em situação justificada de permanência da necessidade, que esta ingresse com solicitação de prorrogação do benefício, através de requerimento à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo de término da vigência atual.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 19 de outubro de 2026;

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:E09E17F2

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 254/2026-GP*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor público municipal, **solicitando a concessão de licença para tratamento de saúde** em face as suas condições atuais de saúde;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, opinando pela concessão do benefício pleiteado, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a servidora **EDNA BRAGA RODRIGUES SANTOS,** professora, com matrícula funcional sob o nº 439, nos termos aduzidos no Art. 64, Inciso I, da Lei Municipal n° 333/93, **licença para tratamento de saúde,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **20 de outubro de 2026** a **17 de abril de 2027**.

Art. 2º Fica facultado a(o) servidor(a), em situação justificada de permanência da necessidade, que esta ingresse com solicitação de prorrogação do benefício, através de requerimento à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo de término da vigência atual.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua expedição, revogando as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 19 de outubro de 2026;

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:EEFBE01D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINSTRATIVA

"TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 8326/2026 COM VISTAS A APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO AS ORDENS DE FORNECIMENTO Nº 1568/2026 E 1570/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E A EMPRESA ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA".

O Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 57 e 58 da lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO que a empresa **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 53.571.459/0001-01, não atendeu a ordem de fornecimento nº 1568/2026 e 1570/2026, oriundo licitação nº 3/2026, na modalidade Pregão Eletrônico;
CONSIDERANDO o risco de dano ao erário;
CONSIDERANDO as reiteradas notificações emitidas pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da contratada.
RESOLVE:
Abrir processo administrativo, nos moldes da lei 14.133/21, com vistas a apurar a responsabilidade da Empresa **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 53.571.459/0001-01, com sede BR 423, S/N – Dom Thiago Postma – Garanhuns/PE, Loteamento Planalto do Quilombo, Quadra 06, Lote R, CEP: 55293 -000, celebrado entre as partes de acordo com a licitação nº 3/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, quando do descumprimento aos termos do fornecimento parcial das ordens 1568/2026 e 1570/2026;
Designar servidores deste Município para reger o processo e apurar as responsabilidades decorrentes dos possíveis erros de fornecimento e eventual dano ao erário;
Notificar a empresa supramencionada para que a mesma tome conhecimento do curso do presente procedimento e exerça o contraditório e ampla defesa, prestando as informações, que se mostrem necessárias no prazo de 03 dias corridos;
O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 dias corridos.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 20 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:34DE472D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 926/2026-GP, 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 09 de outubro de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **MÁRCIO MÁGNO MACEDO DE AZEVEDO, matrícula n.º 18293, empossado em 09 de outubro de 2024, para o cargo efetivo de Médico,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório do servidor **MÁRCIO MÁGNO MACEDO DE AZEVEDO, matrícula n.º 18293,** por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 9,18 (nove inteiros e dezoito centésimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 08 de outubro de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 20 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:DB1BCEE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 925/2026-GP, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 19/10/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **HERCULANA DE SOUZA MELO,** matrícula nº 18152, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 21/10/2026 a 30/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2025 a 04/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 20 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:5247BF9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2233 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2233 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II,
RESOLVE:
Art. 1º Tornar **sem efeito** a Portaria n.º 2256, de 09 de outubro de 2026, que exonerou a servidora **Emilly Lemos da Silva** do cargo em comissão de Subsecretária de Desenvolvimento Econômico, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e PROCON.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 20 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EA003173

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 157 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre as normas de autorização de funcionamento e supervisão das instituições de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Ceará-Mirim/RN e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe conferem e a Lei Municipal nº 1290/1997, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 208, inciso IV, e 211, § 2º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe aos Municípios autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), e que integram o sistema municipal as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, conforme o art. 18, inciso II, da mesma Lei;

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), a Base Nacional Comum Curricular, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015);

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as normas de autorização e supervisão fixadas pelas Resoluções CME nº 001/1998 e nº 002/1998;

R E S O L V E :

Capítulo I – Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Portaria estabelece as normas de autorização de funcionamento, renovação, supervisão, suspensão e encerramento das atividades das instituições de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Ceará-Mirim/RN.

Art. 2º. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é direito da criança de zero a cinco anos de idade e dever do Estado, da família e da sociedade.

Art. 3º. Sujeitam-se a esta Portaria:

I - as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, situadas no território do Município.

§ 1º As instituições privadas classificam-se em particulares ou comunitárias, podendo qualificar-se como confessionais e ser certificadas como filantrópicas, na forma do art. 19 da Lei nº 9.394/1996 e da legislação específica.

§ 2º Às instituições públicas municipais aplicam-se as exigências desta Portaria compatíveis com sua natureza, observado o disposto no § 1º do art. 11.

Art. 4º. A Educação Infantil será oferecida em:

I - creche, ou entidade equivalente, para crianças de zero a três anos e onze meses de idade;
II - pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos e onze meses de idade.

§ 1º Considera-se entidade equivalente a creche toda instituição responsável pela educação e pelo cuidado de crianças de zero a três anos de idade, independentemente de sua denominação e regime de funcionamento.

§ 2º A instituição que atenda simultaneamente crianças em creche e em pré-escola constitui Centro de Educação Infantil (CEI), com denominação própria.

§ 3º As crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação serão atendidas com os apoios, às adaptações curriculares, o espaço físico e os materiais necessários, nos termos da Lei nº 13.146/2015 e da legislação aplicável.

Capítulo II – Da Finalidade e dos Objetivos

Art. 5º. A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos e onze meses de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 6º. A Educação Infantil tem como objetivo proporcionar condições adequadas ao bem-estar e ao desenvolvimento integral da criança e à ampliação de suas experiências, garantindo a produção e o acesso ao conhecimento.

Parágrafo único: Dadas as particularidades do desenvolvimento da criança até cinco anos e onze meses de idade, a Educação Infantil cumpre duas funções indissociáveis: educar e cuidar.

Capítulo III – Da Autorização de Funcionamento

Seção I – Da Comissão

Art. 7º. A análise dos pedidos de autorização e a supervisão das instituições de que trata esta Portaria competem à Comissão de Autorização, Implantação e Funcionamento de Creches, Pré-escolas e CEI, doravante denominada Comissão, designada por portaria da Secretaria Municipal de Educação Básica.

§ 1º A Comissão será composta, preferencialmente, por servidores efetivos e estáveis, com um membro titular e, facultativamente, um suplente de cada um dos seguintes setores da SMEB:

I – Escrituração Escolar, que a coordenará;
II – Setor Pedagógico;
III – Setor de Engenharia e Arquitetura;
IV – Alimentação Escolar;
V – Recursos Humanos.

§ 2º Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º As verificações in loco serão realizadas por, no mínimo, dois membros, sendo obrigatória a participação do representante do Setor de Engenharia e Arquitetura quando envolverem as condições físicas da instituição.

Art. 8º. Compete à Comissão:

I – analisar a documentação que instrui os pedidos de autorização e de renovação;
II – realizar verificação in loco e emitir relatório circunstanciado com parecer conclusivo;
III – supervisionar, acompanhar e avaliar o cumprimento da legislação de ensino, a execução do Projeto Político-Pedagógico, a qualidade dos espaços físicos, instalações e equipamentos e a regularidade da escrituração e do arquivo escolar;
IV – comunicar ao(à) Secretário(a) as irregularidades constatadas;
V – encaminhar ao Conselho Municipal de Educação (CME), sempre que necessário e ao menos uma vez por ano, relatório sobre a situação das instituições.

Seção II – Do Procedimento

Art. 9º. Autorização de funcionamento é o ato pelo qual o Município de Ceará-Mirim, por meio da SMEB, permite o funcionamento de instituição de Educação Infantil, condicionado à manutenção dos requisitos que a fundamentaram.

Art. 10. O pedido de autorização será protocolado pela mantenedora no sistema eletrônico de protocolo do Município (1Doc), com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data prevista para o início das atividades, mediante requerimento conforme o Anexo I.

Art. 11. O requerimento será instruído com:

I – Projeto Político-Pedagógico;
II – Regimento Escolar;
III – proposta curricular ou matriz curricular;
IV – documentos pessoais do(a) Diretor(a) e do(a) Vice-Diretor(a), quando houver;
V – Quadro de Recursos Humanos (Anexo II), acompanhado dos comprovantes de formação do(a) Diretor(a), da Coordenação Pedagógica e dos professores;
VI – planta baixa do prédio e descrições sumárias das dependências (Anexos III a VII);
VII – Certificado ou Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte;
VIII – alvará de funcionamento emitido pelo órgão municipal competente;
IX – licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária municipal;
X – comprovante de inscrição no CNPJ e ato constitutivo da mantenedora devidamente registrado (contrato social, requerimento de empresário ou estatuto, conforme o caso);
XI – inscrição no cadastro mobiliário municipal;
XII – documento que comprove a posse ou o direito de uso do imóvel (certidão de matrícula, escritura, contrato de locação, comodato ou cessão);
XIII – certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas, de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
XIV – certidões de antecedentes criminais dos profissionais que atuarão com as crianças, observado o art. 59-A da Lei nº 8.069/1990.

§ 1º Para as instituições públicas municipais, os documentos dos incisos X, XI e XII serão substituídos pelo ato de criação da unidade, aplicando-se os demais no que couber.

§ 2º Os documentos sujeitos a prazo de validade deverão estar vigentes na data do protocolo.

Art. 12. O pedido observará as seguintes etapas:

I – análise documental pela Comissão, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser expedida diligência para complementação, a ser atendida em até 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento;

II – verificação in loco;
III – relatório circunstanciado com parecer conclusivo, favorável ou desfavorável;
IV – decisão do(a) Secretário(a) Municipal de Educação Básica;
V – publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN.

Art. 13. A autorização será concedida por portaria, que indicará a instituição, a mantenedora, o endereço, as etapas e faixas etárias atendidas, a capacidade máxima de atendimento por turno e o prazo de validade.
Art. 14. O indeferimento será fundamentado e comunicado à mantenedora, que poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao(à) Secretário(a), o(a) qual, se não reconsiderar a decisão, o encaminhará à autoridade superior.
Art. 15. Nenhuma instituição poderá iniciar suas atividades antes da publicação do ato de autorização, ressalvado o disposto no art. 42.

Seção III – Da Validade e da Renovação

Art. 16. A autorização terá validade de 5 (cinco) anos.

§ 1º A validade da autorização fica condicionada à vigência dos documentos que a instruíram, devendo a instituição apresentar à SMEB os documentos renovados em até 30 (trinta) dias após cada vencimento.

§ 2º A renovação será requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término da validade, com documentação atualizada, e dependerá de nova verificação in loco pela Comissão.

§ 3º A autorização não exime a instituição de atender às normas supervenientes que disciplinem a matéria.

Capítulo IV – Do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar

Art. 17. O Projeto Político-Pedagógico será concebido, desenvolvido e avaliado pela equipe escolar, respeitados os princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, o Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte para a Educação Infantil e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 18. O Projeto Político-Pedagógico deve integrar os aspectos físicos, afetivos, cognitivos, sociais e culturais das crianças, respeitar a expressão e os saberes infantis e garantir a identidade, a autonomia e a cidadania da criança.

Art. 19. O Regimento Escolar, documento normativo de inteira responsabilidade da instituição, deve sustentar a execução do Projeto Político-Pedagógico.

Parágrafo único: O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar serão analisados pela Comissão e submetidos ao CME, sendo arquivados no processo de autorização.

Art. 20. Compete à instituição elaborar e executar seu Projeto Político-Pedagógico.

§ 1º É assegurado à instituição, na forma da lei, o respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

§ 2º O regime de funcionamento atenderá às necessidades da comunidade, podendo ser ininterrupto no ano civil, respeitada a legislação trabalhista.

§ 3º O currículo articulará as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que integram o patrimônio cultural, em consonância com a BNCC e o Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 21. Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento, observação e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção.

Capítulo V – Da Organização dos Agrupamentos e dos Recursos Humanos

Art. 22. A organização dos agrupamentos considerará a proposta pedagógica e o espaço físico, observados os seguintes limites máximos de crianças por professor:

I – (6 a 8) crianças, de zero a um ano de idade;
II – (15) crianças, de dois a três anos de idade;
III – (20) crianças, de quatro a cinco anos de idade.

Parágrafo único: Aplicam-se, no que couber, as normas do CME e do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria.

Art. 23. A direção da instituição será exercida por profissional graduado em Pedagogia ou em outra licenciatura com pós-graduação em Administração Escolar ou Gestão Escolar, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.394/1996, com jornada compatível com o funcionamento da unidade.

Art. 24. A Coordenação Pedagógica será exercida por profissional licenciado em Pedagogia, preferencialmente com habilitação ou pós-graduação em Educação Infantil, com jornada compatível com o funcionamento da unidade.

Art. 25. O professor da Educação Infantil deve possuir licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior, admitida como formação mínima a de nível médio na modalidade normal, nos termos do art. 62 da Lei nº 9.394/1996.

Parágrafo único: Os cursos de que tratam os arts. 23 a 25 deverão ter sido realizados em instituições autorizadas ou credenciadas pelos órgãos competentes.

Art. 26. Para qualquer função, será aceito diploma ou certificado de conclusão de curso, ou declaração de conclusão acompanhada de histórico escolar, emitida há no máximo 180 (cento e oitenta) dias.

Capítulo VI – Do Espaço, das Instalações e dos Equipamentos

Art. 27. Os espaços serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição, de forma flexível e versátil, para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento da criança de até cinco anos e onze meses de idade, respeitadas suas necessidades e capacidades e garantida a plena acessibilidade, nos termos da Lei nº 13.146/2015 e da ABNT NBR 9050.

Art. 28. Toda construção, reforma ou demolição dependerá de aprovação do projeto pelos órgãos competentes.

§ 1º Os materiais utilizados deverão adequar-se à finalidade a que se destinam e atender às normas técnicas aplicáveis.

§ 2º Serão garantidas condições de localização, acesso, segurança, estabilidade, salubridade e saneamento, em conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 29. Os espaços internos atenderão às funções de educar e cuidar e conterão, no mínimo:

I – salas de atividades com boa ventilação e iluminação e mobiliário, equipamentos e materiais adequados à faixa etária;
II – instalações e equipamentos para o preparo de alimentos e para as refeições, que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;
III – instalações sanitárias suficientes e próprias para uso das crianças e dos adultos, separadamente;
IV – espaço para repouso, com berços ou similares, área livre para movimentação e espaço para banho de sol;
V – espaço para recreação e atividades variadas;

VI – recepção, secretaria e direção, próximas à entrada, para atendimento ao público e guarda da documentação escolar;
VII – espaço reservado para aleitamento materno e acolhimento, preferencialmente próximo à recepção.

Parágrafo único: Os ambientes terão pé-direito mínimo de 2,70m (dois metros e setenta centímetros), salvo norma técnica ou edilícia que disponha de modo diverso.

Art. 30. O projeto atenderá às seguintes especificações:

I – Sala de atividades: **a)** área mínima de 1,50m² por criança, exceto berçário; **b)** não servir de passagem para outros ambientes; **c)** ventilação cruzada; **d)** saídas que garantam o escoamento seguro em emergências; **e)** piso liso e antiderrapante; **f)** paredes revestidas com material de fácil limpeza, preferencialmente em cores claras; **g)** janelas que permitam ventilação e iluminação naturais, preferencialmente com tela milimétrica nas salas de repouso; **h)** bancadas, prateleiras ou armários para a guarda de materiais individuais e coletivos.

II – Área de recreação: **a)** área coberta, protegida contra chuva e vento, com bebedouro de água filtrada e iluminação e ventilação adequadas, podendo servir a atividades múltiplas; **b)** área descoberta suficiente para o número de crianças, preferencialmente com área verde, e parque instalado sobre superfície plana e nivelada, com amortecimento de quedas.

III – Cozinha: **a)** adjacente ao refeitório, com abertura para distribuição das refeições; **b)** pisos antiderrapantes e paredes de material liso, impermeável e lavável; **c)** forro; **d)** janelas, portas, passa-pratos, exaustores e ralos telados; **e)** bancada com duas cubas; **f)** exaustor ou coifa; **g)** sistema eficiente de higienização de utensílios; **h)** despensa, quando houver, anexa e com aberturas teladas.

IV – Refeitório: **a)** piso antiderrapante e piso e paredes de material resistente, liso, impermeável e lavável; **b)** preferencialmente com comunicação direta com a cozinha; **c)** não servir de passagem para outros ambientes; **d)** aberturas teladas; **e)** mobiliário adequado à faixa etária, incluindo cadeirões para bebês; **f)** pia para higienização das mãos das crianças; **g)** bebedouro de água filtrada em altura adequada.

V – Berçário: **a)** acomodações individuais e área mínima de 2,50 m² por bebê; **b)** no máximo 12 (doze) crianças por sala; **c)** mobiliário apropriado; **d)** área livre para movimentação, com piso liso, antiderrapante, de fácil limpeza e conforto térmico; **e)** ambientes para repouso e atividades; **f)** portas e janelas com tela milimétrica.

VI – Lactário: **a)** local exclusivo para recepção, higienização e esterilização de mamadeiras; **b)** local para preparo e distribuição; **c)** equipamentos exclusivos para preparo e conservação dos alimentos dos bebês; **d)** porta, janelas e ralos com tela milimétrica.

VII – Fraldário: **a)** bancada de troca com dimensões mínimas de 100 cm x 80 cm e altura aproximada de 85 cm, com trocador impermeável em bom estado; **b)** banheira contígua à bancada, com água aquecida; **c)** armários ou prateleiras para itens de higiene individual; **d)** cabides; **e)** lixeira com tampa e pedal; **f)** pia para higienização das mãos do educador.

VIII – Sanitários: **a)** bacias sanitárias infantis na proporção mínima de uma para cada 20 (vinte) crianças; b) divisórias entre as cabines e portas que preservem a privacidade, com vãos livres de 20cm (vinte centímetros) na parte inferior e 30cm (trinta centímetros) na superior; **c)** instalações separadas para adultos; **d)** sanitário acessível, conforme a ABNT NBR 9050; **e)** chuveiro para uso das crianças; **f)** pisos e paredes resistentes, laváveis e impermeáveis; **g)** lixeira com tampa e pedal; **h)** ralos com tela milimétrica ou fechamento.

IX – Lavanderia, quando a instituição oferecer o serviço, com equipamento adequado e acesso exclusivo dos profissionais responsáveis, podendo abrigar os produtos de limpeza.

X – Almoxarifado, dimensionado conforme as necessidades da instituição.

XI – Circulações: **a)** corredores com largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros); **b)** escadas com degraus antiderrapantes, corrimão em altura adequada para adultos e crianças em ambos os lados e dispositivo de contenção; **c)** rampas com corrimão duplo, piso antiderrapante e cobertura, quando houver desnível entre a entrada e a rua.

XII – Condições gerais: **a)** acabamentos resistentes e de fácil limpeza; **b)** pintura lavável, preferencialmente em cores claras; **c)** espaço para exposição das produções das crianças; **d)** pisos sem ranhuras que dificultem a limpeza e antiderrapantes nas áreas molhadas; **e)** fiação embutida e tomadas com protetores; **f)** água potável suficiente; **g)** bebedouros em altura apropriada às crianças; **h)** mobiliário proporcional ao tamanho das crianças, de fácil limpeza e que permita reorganizar os espaços; **i)** luminárias com proteção; **j)** ralos telados em todos os ambientes; **k)** brinquedos e livros diversificados, adequados à faixa etária, em todos os espaços de acesso das crianças.

Capítulo VII – Da Supervisão

Art. 31. A supervisão compreende o acompanhamento e a avaliação sistemática do funcionamento das instituições e será exercida pela SMEB, por meio da Comissão, mediante verificações periódicas, programadas ou não, observadas a legislação aplicável e as normas do CME.

Capítulo VIII – Das Irregularidades e das Sanções

Art. 32. Constatado descumprimento da legislação educacional ou desta Portaria, a Comissão lavrará relatório circunstanciado e o encaminhará ao(à) Secretário(a), que determinará a instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A mantenedora será notificada para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Da decisão caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 14.

Art. 33. Conforme a gravidade da irregularidade, poderão ser aplicadas, sucessivamente ou não, as seguintes sanções:

I – advertência escrita, com fixação de prazo para saneamento;
II – suspensão da autorização até o saneamento das irregularidades;
III – cassação da autorização de funcionamento.

Art. 34. Havendo risco iminente à saúde ou à integridade das crianças, o(a) Secretário(a) poderá, motivadamente, suspender cautelarmente a autorização, sem prejuízo do prosseguimento do processo administrativo e da comunicação aos órgãos competentes.

Art. 35. Os atos de suspensão e de cassação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN.

Capítulo IX – Da Suspensão Voluntária, do Encerramento e das Alterações

Art. 36. A suspensão temporária das atividades a pedido da mantenedora dependerá de autorização da SMEB e não poderá exceder 2 (dois) anos.

Parágrafo único: O reinício das atividades será comunicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e dependerá de verificação in loco que ateste o atendimento a esta Portaria.

Art. 37. O encerramento das atividades será comunicado à SMEB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, devendo a instituição, no mesmo prazo, notificar os pais ou responsáveis, inclusive mediante aviso afixado em local visível.]

§ 1º A mantenedora entregará à SMEB, em até 30 (trinta) dias do encerramento, o acervo da escrituração escolar, que ficará sob a guarda da SMEB para expedição de documentos aos interessados.
§ 2º A SMEB publicará o ato de encerramento e adotará as providências de atualização da situação da instituição no Censo Escolar (INEP).

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo à instituição cuja autorização tenha expirado sem pedido de renovação e que tenha encerrado suas atividades.

Art. 38. A mudança de endereço e o funcionamento de nova unidade da mesma mantenedora em local diverso dependem de nova autorização.

Art. 39. A alteração da mantenedora será comunicada à SMEB e aos pais ou responsáveis com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, com a documentação atualizada da nova mantenedora, para apostilamento do ato de autorização.

Capítulo X – Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 40. As instituições em funcionamento na data de publicação desta Portaria, autorizadas ou não, protocolarão pedido de autorização ou de renovação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 41. Poderá ser concedida autorização provisória, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, à instituição que:

I – esteja localizada em área de proteção ambiental ou em assentamento habitacional de interesse social, observada a legislação aplicável;
II – seja mantida por organização da sociedade civil com parceria vigente com o Município e aguarde a emissão de licença.

Parágrafo único. A autorização provisória não dispensa as exigências de segurança e sanitárias.

Art. 42. Os requerimentos e as descrições observarão os modelos dos Anexos I a VII.

Art. 43. Os casos omissos serão resolvidos pela SMEB, ouvido o CME.

Art. 44º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Art. 45. Esta Portaria será encaminhada ao Conselho Municipal de Educação, para fins de revogação das Resoluções CME nº 001/1998 e nº 002/1998.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 20 de Outubro de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

ANEXOS

ANEXO I – Modelo de Requerimento de Autorização de Funcionamento

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA

Razão Social			
CNPJ			
Inscrição Municipal			
Natureza da Instituição			
Endereço da Sede			
Representante Legal			
CPF		**RG**	
Telefone / WhatsApp		**E-mail**	

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Denominação da Unidade de Ensino			
Endereço de Funcionamento			
Bairro/Comunidade		**CEP**	
Diretor(a)		**CPF**	
Vice-Diretor(a) (quando houver)		**CPF**	
Coordenador(a) Pedagógico(a)		**CPF**	

3. OBJETO DO REQUERIMENTO E DADOS DE ATENDIMENTO

A Entidade Mantenedora acima qualificada vem, respeitosamente, nos termos da Portaria – SMEB nº 157, de 20 de outubro de 2026, requerer junto à Secretaria Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim/RN:

TIPO DE SOLICITAÇÃO	
	Autorização de Funcionamento (protocolada no sistema 1Doc com antecedência mínima de 120 dias da data prevista para o início das atividades, nos termos do art. 10)
	Renovação de Autorização de Funcionamento (protocolada com antecedência mínima de 120 dias do término da validade, nos termos do art. 16, § 2º)
	Regularização de Instituição em Funcionamento (no prazo de até 180 dias da publicação da Portaria, nos termos do art. 40)
	Autorização Provisória (pelo prazo máximo de 1 ano, nas hipóteses do art. 41, incisos I e II)

O pedido tem fundamento no art. 7º, inciso II, e no art. 18, inciso II, da Lei nº 9.394/1996 (LDB), e nas normas do Sistema Municipal de Ensino de Ceará-Mirim.
A requerente se compromete a apresentar os documentos complementares que forem solicitados pela Secretaria ou pelo Conselho Municipal de Educação durante a análise do pedido.

Data prevista para o início das atividades (quando aplicável):_____

ETAPAS E MODALIDADE DE OFERTA	
	Creche ou entidade equivalente: atendimento a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses de idade.
	Pré-escola: atendimento a crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.
	Centro de Educação Infantil (CEI): atendimento simultâneo a crianças em creche e em pré-escola.

FAIXAS ETÁRIAS ATENDIDAS E CAPACIDADE MÁXIMA POR TURNO				
Matutino	Faixas etárias:		Capacidade máxima:	
Vespertino	Faixas etárias:		Capacidade máxima:	
Integral	Faixas etárias:		Capacidade máxima:	
Capacidade Total da Instituição:				

4. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

Para instruir o presente requerimento, anexamos a seguinte documentação exigida pelo art. 11 da Portaria nº 157/2026 - SMEB:

CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO	
Projeto Político-Pedagógico	
Regimento Escolar	
Proposta curricular ou matriz curricular	
Documentos pessoais do(a) Diretor(a) e do(a) Vice-Diretor(a), quando houver	
Quadro de Recursos Humanos (Anexo II), acompanhado dos comprovantes de formação do(a) Diretor(a), da Coordenação Pedagógica e dos professores (observados os arts. 23 a 26)	
Planta baixa do prédio e descrições sumárias das dependências (Anexos III a VII)	
Certificado ou Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte	
Alvará de funcionamento emitido pelo órgão municipal competente	
Licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária municipal	
Comprovante de inscrição no CNPJ e ato constitutivo da mantenedora devidamente registrado (contrato social, requerimento de empresário ou estatuto, conforme o caso)	
Inscrição no cadastro mobiliário municipal	
Documento que comprove a posse ou o direito de uso do imóvel (certidão de matrícula, escritura, contrato de locação, comodato ou cessão)	
Certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas, de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o FGTS e a Justiça do Trabalho	
Certidões de antecedentes criminais dos profissionais que atuarão com crianças, observado o art. 59-A da Lei nº 8.069/1990	
Ato de criação da unidade (exclusivo para instituições públicas municipais, em substituição aos documentos dos incisos X, XI e XII, conforme o § 1º do art. 11)	
Plano de adequação física com cronograma (quando aplicável, para instituições já em funcionamento na data de publicação da Portaria, nos termos do parágrafo único do art. 40).	

Nota: Nos termos do art. 11, § 2º, todos os documentos sujeitos a prazo de validade devem estar vigentes na data do protocolo.

5. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste requerimento e os documentos a ele acostados são verdadeiros, e assumo o compromisso de:

1. Manter integralmente os requisitos pedagógicos, físicos, documentais e de recursos humanos que fundamentam o pedido de autorização de funcionamento (art. 9º);
2. Não iniciar as atividades antes da publicação do respectivo ato de autorização no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, ressalvado o disposto na Portaria (art. 12, inciso V, e art. 15);
3. Apresentar à SMEB os documentos sujeitos a vencimento devidamente renovados em até 30 (trinta) dias após cada vencimento, sob pena de comprometimento da validade da autorização (art. 16, § 1º);
4. Submeter a instituição às verificações in loco e à supervisão periódica da Comissão de Autorização, Implantação e Funcionamento de Creches, Pré-escolas e CEI da SMEB (arts. 7º, 8º e 31).

Nestes termos, pede deferimento.

Ceará-Mirim, _____.

_____
Assinatura do(a) Representante Legal da Mantenedora

6. PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Nº do protocolo (1Doc)	
Data do recebimento	
Servidor(a) que recebeu	

ANEXO II – Quadro de Recursos Humanos

Nº	NOME	CPF	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO

ANEXO III – Descrição Sumária das Dependências Administrativas

Nº NA PLANTA	ÁREA (M²)	DESTINAÇÃO	DESCRIÇÃO DO MOBILIÁRIO

ANEXO IV – Descrição Sumária das Salas de Atividades

Nº NA PLANTA	ÁREA (M²)	AGRUPAMENTO/IDADE	TURNO (M/T/I)	Nº DE CRIANÇAS	PROFESSOR(A) RESPONSÁVEL

Total de crianças: _____.

Descrição do mobiliário e do material educativo:
_____

ANEXO V – Descrição Sumária do Espaço de Leitura

Tipo: Circulante ( ) Fixo ( )

Nº na planta: _____.

Área: _____m².

ACERVO (LIVROS, JOGOS, REVISTAS, MÍDIAS)	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO MOBILIÁRIO

ANEXO VI – Descrição Sumária de Outras Instalações (arte, vídeo, informática, brinquedoteca etc.)

Nº NA PLANTA	ÁREA (M²)	DESTINAÇÃO	MATERIAIS EDUCATIVOS	DESCRIÇÃO DO MOBILIÁRIO

ANEXO VII – Descrição Sumária da Área Externa (pátio, parque, tanque de areia, horta, quadra etc.)

Nº NA PLANTA	DESTINAÇÃO	EQUIPAMENTOS	ÁREA COBERTA (M²)	ÁREA DESCOBERTA (M²)

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:8CA555E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 158 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros da Comissão de Autorização, Implantação e Funcionamento de Creches, Pré-escolas e CEI e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe conferem e a Lei Municipal nº 1290/1997, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Portaria nº 157/2026 – SMEB, que dispõe sobre as normas de autorização de funcionamento e supervisão das instituições de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Ceará-Mirim/RN;
CONSIDERANDO a necessidade de constituir a Comissão responsável pela análise dos pedidos de autorização e renovação, pela verificação in loco e pela supervisão das instituições de Educação Infantil;

R E S O L V E :

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Autorização, Implantação e Funcionamento de Creches, Pré-escolas e CEI, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação Básica:

I – CARLOS BEZERRA DO NASCIMENTO
Representante do Setor Pedagógico;

II – FAILMA DE ARAÚJO ROSENDO
Representante do Setor de Recursos Humanos;

III – ALLAN BRUNO BARBOSA DE OLIVEIRA
Representante do Setor de Engenharia e Arquitetura;

IV – MARIA LINDALVA SANTANA PIMENTEL
Representante do Setor de Escrituração Escolar;

V – WALQUÍRIA FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO
Representante do Setor de Alimentação Escolar (Nutrição).

Art. 2º. A Comissão será coordenada pela servidora **Maria Lindalva Santana Pimentel**, designada no inciso IV do art. 1º.

Art. 3º. Compete à Comissão exercer as atribuições previstas no art. 8º da Portaria nº 157/2026 – SMEB, observadas as demais disposições daquele ato.

Art. 4º. Os membros ora designados terão mandato de 2 (dois) anos, contado da publicação desta Portaria, permitida a recondução.

Art. 5º. Os membros exercerão suas atribuições sem prejuízo das atividades de seus cargos, não fazendo jus a remuneração adicional pela participação na Comissão.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 20 de Outubro de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:D097B97F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0784/2026-GP

PORTARIA Nº 0784/2026-GP Cerro Corá/RN, 20 de outubro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear a senhora **Manuella Oliveira do Nascimento de Maria**, CPF nº XXX.881.264-XX, ao cargo comissionado de Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, CC1, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de outubro de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:3D790CB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 785/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Regina Célia Guimarães,** matricula nº. 0011517 – Secretária – SEMSA - Conforme Portaria nº. 031/2025-GP - CPF: XXX.084.804-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diárias sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia, **22 de outubro de 2026 –** Objetivo - Participar da 274° Reunião Ordinária do COSEMS/RN – **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do RN –** Local: Auditório do Centro Administrativo Federal: Av. Alexandrino de Alencar, 1402- Tirol, Natal/RN, CEP: 59.015-350.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais),** correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:ECA0993D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Pregoeiro do município de Coronel Ezequiel/RN, torna público que se encontra aberto licitação - Pregão Eletrônico Nº 006/2026, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da zona rural, pertencente à rede pública de ensino do município Coronel Ezequiel/RN. Início da Sessão: 09:01 (horário de Brasília-DF) do dia 09/11/2026, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, situada à Rua João Antunes Sobrinho, 165, centro, e/ou endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas) e www.coronelezequiel.rn.gov.br.

CAIO VLADMIR SILVA DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:D52D845F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 075/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01857/2026;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 072-045/2023 – P.A 02044/2023;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO;
CONTRATADA: DE FATO COMUNICAÇÃO EIRELI – ME – CNPJ N.º 24.104.330/0001-95;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 075/2023 POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2026 A 15 DE NOVEMBRO DE 2028, BEM COMO A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS ORIGINARIAMENTE PREVISTOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DURANTE OS PERÍODOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2021;
VALOR TOTAL ANUAL DO TERMO ADITIVO: R$ 16.320,00 (DEZESSEIS MIL TREZENTOS E VINTE REAIS), CORRESPONDENTE AO VALOR UNITÁRIO DE R$ 27,20 (VINTE E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS), PARA A QUANTIDADE DE 600 (SEISCENTAS) CM/COL (CENTÍMETROS POR COLUNA) POR PERÍODO ANUAL,

TOTALIZANDO R$ 32.640,00 (TRINTA E DOIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS) PARA O PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 16/11/2026 E 15/11/2028, SENDO O 1º PERÍODO DE 16/11/2026 A 15/11/2027 E O 2º PERÍODO DE 16/11/2027 A 15/11/2028.
OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 39 - 1 . 2003 . 4 . 122 . 8 . 2.4 . 0 . 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
VIGÊNCIA: 16/11/2026 ATÉ 15/11/2028;
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21
DATA DE ASSINATURA 19/10/2026
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, E A SRA. ALANA DE CÁSSIA FIGUEIREDO LIMA REGO, SECRETÁRIA MUNICIPAL; ATUANDO COMO FISCAL DO CONTRATO O SR. JOÃO BOSCO LOPES DE CARVALHO. PELO CONTRATADO, A EMPRESA DE FATO COMUNICAÇÃO EIRELI – ME – CNPJ N.º 24.104.330/0001-95 – ÂNGELA KARINA CARLOS LIMA, TITULAR DO CPF N.º 032.747.454-80.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:633154C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01850/2026;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 069-044/2023 – PA. 01984/2023;
CONTRATO N.º 074/2023;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO;
CONTRATADA: FERNANDES E MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ N.º 27.686.622/0001-71;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 074/2023 POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2026 A 15 DE NOVEMBRO DE 2028, BEM COMO A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS ORIGINARIAMENTE PREVISTOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DURANTE OS PERÍODOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2021;
OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO (PPCIP), PARA OS EVENTOS QUE COMPÕEM O CALENDÁRIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR TOTAL DO TERMO ADITIVO: O MONTANTE INTEGRAL DO PRESENTE TERMO ADITIVO CORRESPONDE A R$ 57.793,84 (CINQUENTA E SETE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), REFERENTE AO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 16/11/2026 E 15/11/2028, DIVIDIDO NOS SEGUINTES PERÍODOS: 1º PERÍODO: DE 16/11/2026 A 15/11/2027; E 2º PERÍODO: DE 16/11/2027 A 15/11/2028. O VALOR ACIMA É MERAMENTE ESTIMATIVO, DE FORMA QUE OS PAGAMENTOS DEVIDOS AO CONTRATADO DEPENDERÃO DOS QUANTITATIVOS EFETIVAMENTE PRESTADOS;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 57 - 6 . 2004 . 12 . 361 . 42 . 2.6 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
VIGÊNCIA: 16/11/2026 ATÉ 15/11/2028;
FUNDAMENTO LEGAL: 107 DA LEI Nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 20/10/2026;
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, A SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, NA QUALIDADE DE PREFEITA MUNICIPAL; O SRA FRANCISCA DALIANA BEZERRA DE SOUZA, SECRETÁRIA MUNICIPAL; E O SR. MAX MYCHEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO, DESIGNADO COMO FISCAL DO CONTRATO. PELA CONTRATADA, A EMPRESA FERNANDES E MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.686.622/0001-71, É REPRESENTADA PELO SR. SÉRVULO AUGUSTO VIDAL FERNANDES, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 071.930.404-05.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:EDD92471

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 076/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01865/2026;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 074-047/2023 – PA. 01848/2023;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
CONTRATADA: SUPORTE PONTO CERTO LTDA – CNPJ N.º 49.457.087/0001-10;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 076/2023 POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 21/11/2026 A 20/11/2028, BEM COMO A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS ORIGINARIAMENTE PREVISTOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DURANTE OS PERÍODOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2021;
VALOR MENSAL: R$ 1.000,00 (MIL REAIS), TOTALIZANDO O MONTANTE DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS) PARA O PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 21/11/2026 E 20/11/2028, SENDO 12 (DOZE) MESES REFERENTES AO 1º PERÍODO, DE 21/11/2026 A 20/11/2027, E 12 (DOZE) MESES REFERENTES AO 2º PERÍODO, DE 21/11/2027 A 20/11/2028;
OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO E MANUTENÇÃO (PREVENTIVA, CORRETIVA E ADAPTATIVA) DE SOFTWARE. SERVIÇOS REFERENTES AO FUNCIONAMENTO GERAL DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO – LICENÇAS/MANUTENÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 321 - 3 . 2009 . 10 . 302 . 75 . 2.26 . 0 . 339039OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
VIGÊNCIA: 21/11/2026 E 20/11/2028;
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21;
DATA DE ASSINATURA 19/10/2026.
SIGNATÁRIOS: PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSINAM A SRA. MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, O SR. LUIZ MARCOS ALVES DA COSTA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A SRA. NÍVIA AMORIM DA SILVA, DESIGNADA COMO FISCAL DO CONTRATO. PELA CONTRATADA, ASSINA A SUPORTE

PONTO CERTO LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 49.457.087/0001-10, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. EMANUEL PACIFICO DA SILVA, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 054.702.074-10.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:9D2EEA2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CREDENCIADO(A): 64.931.965 JOÃO BATISTA DA SILVA OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 64.931.965/0001-80; OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução gradativa dos serviços de Pedreiro; VIGÊNCIA: 14 de outubro de 2026 a 13 de outubro de 2027; VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 525.420,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte reais); UNIDADES: 02 - Gabinete Do Prefeito; 04 - secretaria municipal de administração e tributação; 05 - secretaria municipal de finanças e planejamento; 06 - secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 07 - secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 08 - secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 09 - secretaria municipal de saúde; 10 - secretaria municipal de assistência social; 11 - secretaria municipal de agricultura e meio ambiente e pesca; Proj. Atividade: 2002 - Manutenção das atividades do gabinete; 2097- Manutenção das atividades de apoio a junta de serviço militar do Município; 2094 - Manutenção e estruturação para guarda municipal; 2040 - Manutenção das atividades e serviços do Conselho Tutelar; 2003 - Manutenção das atividades da secretaria municipal de administração e tributação; 2007 – Manutenção das atividades da secretaria municipal de finanças e planejamento; 2149 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 2012 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino infantil; 2013 - Manutenção do salário educação; 2019 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino pré-escola; 2020 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ensino fundamental; 2021 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino EJA; 2022 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ABE; 2027 – Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 2049 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 1062 - Manutenção do centro especializado em atendimento multifuncional - CEAM; 2029 - Manutenção do fundo municipal de saúde; 2004 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção primária em saúde; 2033 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção especializada em saúde; 2100 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de vigilância em saúde; 2038 – Manutenção das atividades e serviços da proteção social básica no SUAS; 2145 - Manutenção da secretaria municipal de assistência social; 2147 – Manutenção e fortalecimento do controle social no SUAS; 2106 – Manutenção das atividades e serviços do programa primeira infância no SUAS; 2111 – Aprimoramento da gestão descentralizada do programa bolsa família e cadastro único; 2089 – Implantação do centro de referência especializado da Assistência Social – CREAS; 2165 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - PJ; FONTE: 15000000 - recursos não vinculado de impostos; 15001001 - recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino; 15500000 - transferência do salário educação; 15400000 - transferência do FUNDEB - impostos e transferência de impostos; 15001002 recursos não vinculados de impostos - despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo federal - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde; 16600000 - transferência de recursos do fundo nacional de assistência social - FNAS; 16610000 - transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º 1.280/2023; SUBSCRITORES: Joaquim José de Medeiros – pelo Credenciante e João Batista da Silva Oliveira – pelo(a) Credenciado(a).

Cruzeta/RN, 14 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:508FF67E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 232/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 34, inciso II, da Lei Complementar nº 02, de 23 de dezembro de 1992 (Regime Jurídico Único),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, **JOHN LENNON OLIVEIRA DE GÓES**, portador do CPF nº XXX.815.394-XX, do cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, para o qual foi nomeado por meio da Portaria nº 051/2025.

Art. 2º O desligamento do servidor ocorrerá a partir de **20 de outubro de 2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cruzeta/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:75E2AFF1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2026 – SRP COMPRAS.GOV – PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, instituído pela Portaria n° 795, de 02 de junho de 2026, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, que tem como objeto a **aquisição de Medicamentos destinados à Farmácia Básica Municipal, com o propósito de atender às demandas dos pacientes e garantir a continuidade dos atendimentos**, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará às 9 horas (horário local) do dia 4 de novembro de 2026, através do sítio www.gov.br/compras, conforme Lei nº 14.133/21 e Decreto Federal n° 11.462/23.

Currais Novos/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO EMANUEL MARQUES DE LIMA
Agente de Contratação/Pregoeiro
Port. nº 795/2026 - PMCN

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:26B0894A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE **CAICÓ/RN** E A PREFEITURA MUNICIPAL DE **CURRAIS NOVOS/RN** OBJETIVANDO A PERMUTA E CESSÃO DE SERVIDORES.

O MUNICÍPIO DE CAICÓ (Prefeitura Municipal), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 08.096.570/0001-39, com sede na Av. Cel. Martiniano, n.º 993, Centro, Caicó-RN, CEP: 59300-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, com endereço na sede desta municipalidade e a **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN (Prefeitura Municipal),** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 08.109.126/0001-00, com sede na Pça. Des. Tomaz Salustino, 90, Centro, Currais Novos/RN, CEP 59.380-000, neste ato representado pelo Prefeito **LUCAS GALVÃO DA CRUZ**, brasileiro, com endereço na sede da referida municipalidade, firmam o presente termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem como objeto a permuta e cessão de servidores entre as partes signatárias, em razão do interesse público, da conveniência administrativa e da eficiência da gestão, visando suprir a necessidade de ambas as partes.
Parágrafo único. A permuta e Cessão de servidores a que se refere o objeto deste Termo se dará com observância nas devidas compensações financeiras referentes aos vencimentos dos servidores cedidos com base no presente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

Ficam estabelecidas as seguintes condições:

I.A permuta através do Termo de Cooperação se dará em números iguais.
II. Nenhuma das partes poderá aumentar, diminuir ou substituir o número de servidores cedidos neste Termo, bem como liberá-los para cursos e/ou licenças sem a prévia anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE SERVIDORES

Poderão as partes ceder servidores públicos para exercício em unidade diversa da lotação de origem. Observado:
III. Requerimento ao CEDENTE, em que se especificará o nome do servidor, o cargo, a matrícula, a lotação, o Órgão Público a que pertence e a obrigação do ônus; IV. Finalidade da cessão; e
V. Anuência da parte CEDENTE, com publicação do Ato de cessão em seu veículo oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes, **CEDENTE** e **CESSIONÁRIO**, continuarão submetidas as suas chefias mediatas de origem, no que diz respeito às responsabilidades oriundas de possíveis encargos trabalhistas e/ou previdenciários.

§ 1º Cada **CEDENTE** obriga-se, com relação ao servidor cedido:
I. Anotar e contar o tempo de serviço do servidor cedido para fins legais; II. Assumir o ônus da remuneração do servidor cedido.
III. Requisitar, com antecedência de 90 (noventa) dias, a devolução do servidor cedido, nos casos em que haja requerimento e anuência neste sentido.

§ 2º Cada **CESSIONÁRIO** obriga-se a:

I. Exercer as funções de controle administrativo, disciplinar e poder hierárquico atinente aos servidores cedidos;
II. Comunicar ao CEDENTE frequência funcional para fins de registro de tempo de serviço;
III. Encaminhar ao CEDENTE os autos referentes à apuração de faltas funcionais em sindicância, para fins de processamento de inquérito administrativo pelo CEDENTE;
IV. Encaminhar ao CEDENTE eventuais horas extras ou desempenho de função com insalubridade ou periculosidade, até 5° dia de cada mês;
V. Ressarcir ao CEDENTE o valor da remuneração do servidor cedido; VI. No caso de nomeação de servidores para exercer funções gratificadas ou cargos em comissão, assumir a integralidade da remuneração da função ou cargo concedido;
VII. Devolver os servidores cedidos ao final da cessão.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente termo terá vigência de 01 (um) ano a partir da data da publicação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA

Constituirá causa imediata de denúncia por parte de ambas as partes o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, bem como, o desvio do servidor para o exercício de atribuições fora do local de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Caicó/RN, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente convênio e por estarem de acordo com as cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes atuarão para operacionalização deste convênio, exceto os requerimentos de cessão e prorrogações, por intermédio do setor pessoal dos órgãos públicos, pelo **CEDENTE** e pelo **CESSIONÁRIO**.
§ 1º As partes poderão denunciar o presente convênio a qualquer tempo, observado o prazo de 90 (noventa) dias para a ultimação das obrigações das partes.
§ 2º As partes publicarão extrato deste convênio em seus veículos de publicação oficial para que surtam seus efeitos jurídicos, o qual será assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, devendo cada órgão receber 2 (duas) vias para arquivar em seus registros.

Caicó/RN, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal de Currais Novos

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:AE0A1A64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1427, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 28.794/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) Jaedna Cunha da Silva Azevedo, matrícula nº 2646, ocupante do cargo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 3 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 2015-2020 com usufruto no período compreendido entre 26/10/2026 a 23/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 26 outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 06 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:7B3D64C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1429, DE 8 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 31.064/2026			
SERVIDOR: Fabiano de Araújo Medeiros		MATRÍCULA: 34.525	
CARGO: Coordenador de Meio-Ambiente		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Meio-Ambiente, Agricultura e Abastecimento.	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Meio-Ambiente, Agricultura e Abastecimento.			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 08/10/2026	HORA: 5h22min	PREVISÃO DE RETORNO: 08/10/2026	HORA: 17h22min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 200,00 (Duzentos reais)	VALOR TOTAL: . R$ 100,00 (Cem reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN para tratar sobre recursos hídricos do município de Currais Novos/RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em de 8 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:080B41A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 31.062/2026			
SERVIDOR: Mateus Alcântara da Costa Soares		MATRÍCULA: 44.717	
CARGO: Técnico Agropecuário		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Meio Amb., Agric. e Abastecimento	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Meio Amb., Agric. e Abastecimento			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 08/10/2026	HORA: 5h22min	PREVISÃO DE RETORNO: 08/10/2026	HORA: 17h22min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal para comparecimento ao Mercado da Agricultura Familiar e entregar produtos agrários locais e demais resoluções de demandas da SEMAAB.			
Obs: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 2.252, de 09 de dezembro de 2025			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 8 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:06D1FE34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1431, DE 8 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº: 31.092/2026			
SERVIDOR: David Narwith Marques Gomes		MATRÍCULA: 33600	
CARGO: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação			
DESTINO: Natal/RN			
DATA DE SAÍDA: 08/10/2026	HORA: 6h	DATA DE RETORNO: 08/10/2026	HORA: 16h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 200,00	VALOR TOTAL: R$ 100,00 (Cem reais)	

	(Duzentos reais)
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem à sede da Fundação José Augusto (FJA) para tratar de assuntos pertinentes ao Município de Currais Novos/RN junto á referida fundação estadual. Fundação localizada à Rua Jundiaí, 641 – Tirol, Natal – RN, CEP: 59020-120.	

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 8 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0CC74DD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1435, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 31.149/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Mossoró/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 09/10/2026	HORA: 04h 30min	PREVISÃO DE RETORNO: 09/10/2026	HORA: 15h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Mossoró/RN conduzindo os familiares de adolescente que cumpre medida Socioeducativo provisória no CAPES/MOSSORÓ-RN.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 09 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F6B23B33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1437, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 31.325/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata		MATRÍCULA: 2607	
CARGO: Motorista		LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social	
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 13/10/2026	HORA: 4h	PREVISÃO DE RETORNO: 13/10/2026	HORA:16h 30min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN conduzindo a criança Yan Gael para realizar fisioterapia no Hospital e Maternidade Januário Ciclo			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 13 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EF5EBFB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1443, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 31.530/2026			
SERVIDOR: Mateus Alcântara da Costa Soares	MATRÍCULA: 44.717		
CARGO: Técnico Agropecuário	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Meio Amb., Agric. e Abastecimento		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Meio Amb., Agric. e Abastecimento			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 14/10/2026	HORA: 5h21min	PREVISÃO DE RETORNO: 14/10/2026	HORA: 17h12min
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal para comparecimento ao Mercado da Agricultura Familiar e entregar produtos agrários locais e demais resoluções de demandas da SEMAAB.			
Obs: Autorização de condução de veículo, por meio da Portaria nº 2.252, de 09 de dezembro de 2025			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C0D6A2D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1449, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, protocolizado sob o nº 3.597/2021, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 31.569/2026			
SERVIDOR: Francisco Sales da Silva	MATRÍCULA: 2291		
CARGO: Vigilante	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 15/10/2026	HORA: 6h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 15/10/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Deslocamento a Natal/RN para tratar de demandas institucionais junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN/RN), bem como participar de reunião para alinhamento de questões administrativas e institucionais de interesse da Secretaria.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A0570DC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1451, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 31.568/2026			
SERVIDOR: Renata Furtado de Oliveira	MATRÍCULA: 42757		
CARGO: Secretária Adjunta de Trânsito e Transporte	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 15/10/2026	HORA: 6h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 15/10/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT. R$ 200,00 (Duzentos reais)	VALOR TOTAL: R$ 100,00 (Cem reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Deslocamento a Natal/RN para tratar de demandas institucionais junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN/RN), bem como participar de reunião para alinhamento de questões administrativas e institucionais de interesse da Secretaria.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado a comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EE1975D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1452, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 31.605/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Caicó/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 14/10/2026	HORA: 5h	PREVISÃO DE RETORNO: 14/10/2026	HORA:14h 40min
Nº DIÁRIAS: 75% de ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 80,00 (Oitenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 60,00 (Sessenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Caicó/RN conduzindo a senhora Graça Almeida para realizar perícia na Justiça Federal.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3EB6C11B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1453, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO: 31.567/2026			
SERVIDOR: Rodolpho Luiz da Silva Azevedo	MATRÍCULA: 2215		
CARGO: Coordenador de Transporte Institucional	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 15/10/2026	HORA: 6h30min	PREVISÃO DE RETORNO: 15/10/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN para tratar de demandas institucionais junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN/RN), bem como participar de reunião para alinhamento de questões administrativas e institucionais de interesse da Secretaria.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 14 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C82DD64B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1454, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4.616, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor supracitado o pagamento da diária de viagem, de acordo com o Decreto nº 5.212, de 31/10/2022, conforme instruções vigentes:

PROTOCOLO Nº 31.740/2026			
SERVIDOR: Franciélio Lopes Mata	MATRÍCULA: 2607		
CARGO: Motorista	LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social		
ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
DESTINO: Natal/RN			
PREVISÃO DE SAÍDA: 16/10/2026	HORA: 4h	PREVISÃO DE RETORNO: 16/10/2026	HORA: 17h
Nº DIÁRIAS: ½ (meia) diária	VALOR UNIT: R$ 160,00 (Cento e sessenta reais)	VALOR TOTAL: R$ 80,00 (Oitenta reais)	
DESCRIÇÃO DO DESLOCAMENTO: Viagem a Natal/RN conduzindo familiares de jovem que cumpre medida socioeducativa no CASEMI/Nazaré para visitas.			

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor condicionado à comprovação efetiva da realização da diária, sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 16 de outubro de 2026.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Secretário Adjunto de Administração
Matrícula nº 33448

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:67BF574F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
PARECER CME Nº 03/2026

PARECER CME Nº 03/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação de Doutor Severiano/RN

ASSUNTO: Apreciação e manifestação favorável ao Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026 da Política Municipal de Alfabetização**.**

RELATORA: Margarida Maria Sampaio Fernandes Dantas

COMISSÃO DE TRABALHO: Elder Fernandes do Rego, Luzirene Lobo da Cunha, Margarida Maria Sampaio Fernandes Dantas, Ângela Maria Nogueira Sampaio da Silva, Maria da Apresentação de Oliveira Marques, Sandrilene Pereira da Silva Abrantes, , Leilane Maria de Castro, Miriam Lopes da Silva, Janaina Maria Fernandes, Wanessa Jácome França Souza, Amon Abrantes de Lima, Lizandra Maria de Castro Fernandes, Alana Cyntia Rodrigues, Monaliza Correia Bento, Claudivânia Ferreira de Queiroz, Marcelina Lima de Castro Neta, Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade, Francisco Izac Dias, Raquel Gerôncio de Albuquerque Queiroz, Clécio Sueldo da Silva.

EMENTA

Apreciação do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026 da Rede Municipal de Ensino de Doutor Severiano/RN. Política de alfabetização. Regime de colaboração. Formação continuada. Acompanhamento pedagógico. Avaliação da aprendizagem. Recomposição das aprendizagens. Fortalecimento da gestão educacional e das práticas de alfabetização. Manifestação favorável à aprovação.

I – RELATÓRIO

O presente Parecer tem por finalidade apreciar o Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026 da Rede Municipal de Ensino de Doutor Severiano/RN, elaborado no âmbito da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte e articulado às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Pró-Alfa. O documento apresenta o planejamento das ações destinadas ao fortalecimento da alfabetização das crianças, com ênfase na garantia do direito à aprendizagem, na alfabetização na idade certa e na recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O PTA contempla a identificação da rede municipal, os indicadores educacionais, as metas norteadoras, os eixos estruturantes, as estratégias, as ações, os resultados esperados, os responsáveis, os períodos de execução e o acompanhamento do andamento das atividades previstas para o exercício de 2026. Entre as ações planejadas, destacam-se: I – fortalecimento da governança e da gestão da política municipal de alfabetização; II – realização de reuniões técnicas, fóruns e seminários de monitoramento; III – participação em formações continuadas, percursos formativos e ações de mentoria técnica; IV – acompanhamento das formações do PRO-LEEI e apoio às equipes pedagógicas; V – utilização dos resultados das avaliações internas e externas, incluindo os indicadores do CNCA, CAEd, PARC, SAEB e SIMAIS Alfa, conforme previsto no plano; VI – organização e fortalecimento dos cantinhos de leitura nas escolas municipais; VII – distribuição e acompanhamento da utilização dos materiais pedagógicos complementares, incluindo o Ciranda Potiguar; VIII – realização de intervenções pedagógicas e ações de recomposição das aprendizagens; IX – reconhecimento e socialização de boas práticas de alfabetização desenvolvidas pelas escolas municipais; X – elaboração e acompanhamento de indicadores, relatórios e evidências que permitam avaliar a execução das ações e os resultados alcançados. O documento também estabelece metas relacionadas à ampliação dos níveis de alfabetização das crianças, à conclusão do Ensino Fundamental na idade recomendada e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação da política educacional.

III – FUNDAMENTAÇÃO

A análise do Plano de Trabalho Anual fundamenta-se no direito à educação e à aprendizagem, assegurado pela Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 205 e 206, e na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Considera, ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990; a Lei nº 14.113/2020, no que couber ao financiamento e à valorização da educação básica; e a Lei nº 14.934/2024, que prorrogou a vigência do Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 13.005/2014 até 31 de dezembro de 2025, observada a legislação superveniente aplicável ao planejamento educacional. Consideram-se também as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556/2023, bem como as normas e orientações estaduais e municipais pertinentes à política de alfabetização, à formação dos profissionais da educação e ao acompanhamento dos resultados da aprendizagem. O Conselho Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições legais e normativas, reconhece a importância do planejamento educacional como instrumento de organização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, contribuindo para a garantia do direito de aprender de todas as crianças. Nessa perspectiva, o PTA constitui instrumento de planejamento e articulação das ações da Secretaria Municipal de Educação com as unidades escolares, os profissionais da educação e as instâncias de colaboração, favorecendo a definição de responsabilidades, a utilização de evidências pedagógicas e o acompanhamento dos resultados.

IV – ANÁLISE DO MÉRITO

Após apreciação do documento, verifica-se que o PTA 2026 apresenta um conjunto articulado de ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização na Rede Municipal de Ensino de Doutor Severiano/RN. O planejamento demonstra preocupação com a melhoria dos indicadores de aprendizagem, a formação continuada dos profissionais, o acompanhamento sistemático das escolas e a utilização dos resultados das avaliações para orientar intervenções pedagógicas. Destaca-se, ainda, a previsão de estratégias de recomposição das aprendizagens, o incentivo à leitura, a valorização das experiências pedagógicas exitosas e a construção de uma cultura de monitoramento e gestão baseada em evidências. O documento contempla aspectos relevantes para a organização da política municipal de alfabetização, especialmente ao estabelecer ações, responsáveis, períodos de execução, resultados esperados e situações de acompanhamento, favorecendo a articulação entre planejamento, execução e avaliação. O Conselho ressalta que a efetividade das ações dependerá da participação dos gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e demais profissionais envolvidos, bem como da manutenção de mecanismos de acompanhamento e avaliação durante todo o período de execução. Recomenda-se, para o aprimoramento da implementação do PTA: a) manter atualizados os indicadores educacionais e as informações referentes às metas estabelecidas; b) assegurar o registro sistemático das ações realizadas, mediante relatórios, listas de participação, registros pedagógicos e demais evidências pertinentes; c) acompanhar periodicamente a execução das metas e dos prazos, promovendo os ajustes necessários diante das dificuldades identificadas; d) garantir que os resultados das avaliações sejam utilizados para orientar o planejamento docente e as intervenções pedagógicas; e) fortalecer a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental; f) ampliar as oportunidades de participação e colaboração entre as escolas, a Secretaria Municipal de Educação e as famílias; g) apresentar ao Conselho Municipal de Educação relatórios periódicos de execução, com informações sobre as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e as providências adotadas; h) conferir a consistência dos dados, indicadores, metas e respectivos períodos de referência apresentados no documento, de modo a assegurar a fidedignidade das informações utilizadas no monitoramento. As recomendações acima têm caráter orientador e visam contribuir para a execução, o monitoramento e o aperfeiçoamento contínuo da política municipal de alfabetização.

V – VOTO DA RELATORA

Diante do exposto, considerando a relevância das ações propostas para a garantia do direito à alfabetização, a melhoria da aprendizagem, a recomposição das habilidades não consolidadas e o fortalecimento da gestão pedagógica da Rede Municipal de Ensino, voto favoravelmente à aprovação do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026 da Rede Municipal de Ensino de Doutor Severiano/RN. Recomendo que sua execução seja acompanhada sistematicamente pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, com apresentação de relatórios e evidências que permitam verificar o cumprimento das metas e a efetividade das ações planejadas. É o voto.

VI – DECISÃO DO CONSELHO

O Conselho Municipal de Educação de Doutor Severiano/RN, reunido em sessão ordinária, realizada em 20 de Outubro de 2026, após apreciação do Parecer CME nº 03/2026, deliberou pela aprovação do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026 da Rede Municipal de Ensino de Doutor Severiano/RN, acompanhando o voto da relatora. A aprovação considera a relevância das ações propostas para o fortalecimento da política municipal de alfabetização e recomenda o acompanhamento contínuo de sua execução, com atenção ao cumprimento das metas, à qualidade das ações pedagógicas e à melhoria dos resultados de aprendizagem.

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação de Doutor Severiano/RN, reunido em Sessão Plenária realizada em 20 de outubro de 2026, após análise e discussão do presente Parecer, **APROVA por unanimidade.** Delibera, portanto, **FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO CME Nº 03/2026** e determina-se o encaminhamento

do presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação para as providências cabíveis e a adoção das medidas necessárias à publicação deste Parecer.

LUZIRENE LOBO DA CUNHA
Presidente

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:C8A92FD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão

TIPO: Menor Preço

EDITAL Nº 008/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, fornecimento, instalação, manutenção, operação, montagem e desmontagem de estruturas, equipamentos e demais serviços necessários ao suporte e à realização de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Doutor Severiano.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano comunica aos interessados que no dia 04/11/2026 às 08:30 (oito horas e trinta minutos), será realizado Pregão, cujo objeto supracitado.

Os interessados poderão obter o texto integral do Edital pelo ambiente eletrônico no sítio da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site: https://novobbmnet.com.br/ e https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/.

Doutor Severiano/RN, 19 de outubro de 2026.

ÍRIS MATIAS DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:84A4CE22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: CREDENCIAMENTO N° 002/2026

CONTRATO N° 2026.0055

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN

CONTRATADO: CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA DIAGNOSTICA E PREVENTIVA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 28.906.884/0001-67, COM SEDE NA AV. JOSÉ RAULINO DA COSTA, 329, CHICO CAJÁ, PAU DOS FERROS/RN, CEP Nº 59.900-000.

OBJETO: CREDENCIAMENTO COM A FINALIDADE DE CONTRATAR EMPRESAS OU PROFISSIONAIS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, INCLUINDO PRESTADORES NA ÁREA DE EXAMES, CONSULTAS ESPECIALIZADAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS DE SAÚDE DE FORMA A PROPICIAR ATENDIMENTO ESPECIALIZADOS NAS SEDES DOS CONTRATADOS.

VALOR TOTAL: R$ 1.676.607,48 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SETE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS). A TÍTULO MERAMENTE ESTIMATIVO, CORRESPONDENTE AO LIMITE MÁXIMO DE DESPESAS PREVISTAS, NÃO CONSTITUINDO OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO INTEGRAL NEM GARANTIA DE FATURAMENTO MÍNIMO, FICANDO O PAGAMENTO CONDICIONADO À EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
INFORMAMOS QUE A DESPESA HORA PRETENDIDA ENCONTRAM-SE ALOCADOS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO EXERCÍCIO 2026. E TERÁ AS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DOUTOR SEVERIANO
2000 - PODER EXECUTIVO
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
10 - SAÚDE
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
14 - INCREMENTO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
2.116 - INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE/EMENDA PARLAMENTAR
686 - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
17063110 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - EMENDAS INDIVIDUAIS

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DOUTOR SEVERIANO
2000 - PODER EXECUTIVO
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
10 - SAÚDE
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
8 - PROGRAMA DE ATENDIMENTO A SAÚDE DO MUNICÍPIO
2.13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
715 - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
15001002 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DOUTOR SEVERIANO
2000 - PODER EXECUTIVO
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
10 - SAÚDE
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10 - PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SAÚDE
2.36 - ATENÇÃO À SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC
166 - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
16000000 - TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MUNUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

VIGÊNCIA: 16 DE OUTUBRO DE 2026 A 15 DE OUTUBRO DE 2027

DATA DA ASSINATURA: 16 DE OUTUBRO DE 2026

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:9B19D5B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021001/2026 PUBLICADO POR INCORREÇÃO

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 021001/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 021001/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos, bem como locação de máquinas de sorvete, pipoca e algodão doce para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Encanto/RN **pelo valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais),** em favor da empresa Joao Jotaessio De Freitas

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 09 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 021001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02100001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021001/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: Joao Jotaessio De Freitas.

OBJETO: Contratação de empresa para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos, bem como locação de máquinas de sorvete, pipoca e algodão doce para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Encanto/RN.

VALOR TOTAL: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 9 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:3E8BF1A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº** 1013197/2026 - **CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA/RN, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA – CNPJ: nº 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA: JULIANA ANGELICA CAVALCANTI DE MORAES, CNPJ: 28.698.335/0001-44.** Contratação de empresa detentora de representação artística exclusiva da Banda Doutor Zé, para a realização de apresentação musical ao vivo, no dia 30 de outubro de 2026, durante a programação do evento II Caverna Moto Fest, mediante atendimento às condições, especificações, obrigações e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual, **VALOR GLOBAL: R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**. LEGALIDADE: Lei federal n° 14.133/2021, para o corrente exercício.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão Orçamentário	08 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos
Programa	0063 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Ação	2035 Realização de Eventos Histórico e Culturais
Elemento de despesa	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais

O prazo de vigência da contratação é a partir da data da sua assinatura até 19/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Felipe Guerra/RN, 20 de outubro de 2026. ASSINATURAS: SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA, pela **CONTRATANTE** e JULIANA ANGELICA CAVALCANTI DE MORAES pela **CONTRATADA**.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:6BABC997

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 020010007/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 020010007/2026
Objeto:.Aquisição de pneus e câmaras de ar destinados ao conserto e manutenção do veículo automotivo de tipo ônibus escolar, marca Volkswagen, pertencente a frota da Secretaria Municipal de Educação
Contratado: M L VALENTIM ME (33.145.185/0001-81)
Valor Total Julgado: R$ 5.011,20
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN,01/10/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:A62513F1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 020010008/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 020010008/2026
Objeto: Contratação de serviços de manutenção veicular de refrigeração, lubrificação e revisão destinado ao veículo automotivo de tipo ambulância semi-uti, marca Renault, pertencente a frota da Secretaria Municipal de Saúde
Contratado: FRIOTEC REFRIGERACAO LTDA (08.481.012/0001-97)
Valor Total Julgado: R$ 900,00
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/10/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:64EE9E13

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 030009061/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 030009061/2026
Objeto:.Contratação de serviços de limpeza, higienização e manutenção preventiva/corretiva básica para aparelhos de ar condicionado, destinados as instalações das escolas da rede municipal de ensino
Contratado: Fagner Paiva da Silva (052.330.024-77)
Valor Total Julgado: R$ 3.526,31
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN,01/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E6E6E10F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

A Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021, fará realizar Procedimento Licitatório- Sistema de Registro de Preços -Modalidade: Pregão -Tipo: Menor preço - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal gasoso, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Frutuoso Gomes/RN -Sessão Pública e Início da Abertura da sessão: 09:00 do dia 06/11/2026, Local: http://www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

FRUTUOSO GOMES/RN, 20/10/2026

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:84A003FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE APOSTILAMENTO 03 - CONCORRÊNCIA 001/2024 - CE

TERMO DE APOSTILAMENTO 03

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 63868043/2024
CONTRATO 021001/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 01 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN E PELA EMPRESA INOVACAO EMPREENDIMENTOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA EXTENSÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DO TIPO CONVENCIONAL COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA RUA MARCOS MAGNO DE CÁSSIO NO ASSENTAMENTO PIRANGI EM GALINHOS/RN.

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, sendo de um lado como CONTRATANTE, o Município de Galinhos/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.110.991/0001-77, com sede à Praça 03 Poderes, 717, Centro, Galinhos/RN, aqui representado pelo Prefeito, o Sr. Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF (MF) sob o nº ***.360.***-13, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Galinhos/RN; e do outro lado como CONTRATADA, a empresa INOVACAO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 21.268.253/0001-10, situada na Avenida Manoel Rocha de Oliveira, nº 87 – Centro – Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo seu Representante Legal o Sr. SAULO VIEIRA CALDAS, inscrito no CPF: ***.781.***-65, ficam aditados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas combinações, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:
O presente apostilamento tem por objeto o reajuste contratual de 22,20% (vinte e dois virgula vinte por cento) do valor contratual, pela justificativa apresentada pelo departamento de engenharia, perfazendo um acréscimo de R$ 80.239,43 (oitenta mil duzentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos)

CLÁUSULA 2ª - DA BASE LEGAL:
A celebração deste apostilamento ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no Artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA:
A vigência permanece conforme ultimo termo aditivo publicado no Diário Oficial dos Municípios FEMURN

CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 02 de outubro de 2024, inclusive as condições de pagamento.

E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, assinado na forma eletrônica, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Galinhos/RN, em 20 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Pela Contratante
Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)
SAULO VIEIRA CALDAS
Pela Contratada
Inovacao Empreendimentos LTDA

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:60D07BA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 005/2026 – SME

Dispõe sobre a publicidade do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Município de Goianinha/RN e a Associação Bem Comum, para implementação do Programa Educar para Valer, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIANINHA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Município de Goianinha/RN e a Associação Bem Comum, destinado à implementação do Programa Educar para Valer;

CONSIDERANDO que a parceria tem por finalidade promover assessoria técnica, capacitação e consultoria na área educacional, visando ao aprimoramento da gestão pública e à melhoria da aprendizagem dos estudantes da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante do referido Acordo de Cooperação Técnica, com ações previstas para o período de 2026 a 2030;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a publicidade, a transparência e o acompanhamento das ações decorrentes da parceria;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Município de Goianinha/RN e a Associação Bem Comum, para a implementação do Programa Educar para Valer, nos termos do instrumento firmado e do respectivo Plano de Trabalho.

Art. 2º A parceria tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública municipal, por meio de assessoria

técnica, capacitação, acompanhamento pedagógico, avaliações diagnósticas e monitoramento dos indicadores educacionais.
Art. 3º A execução das ações deverá observar as disposições do Acordo de Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho aprovado, respeitadas as responsabilidades atribuídas a cada partícipe.

Art. 4º O acompanhamento e a fiscalização da execução do Acordo de Cooperação Técnica observarão o disposto no instrumento celebrado, inclusive quanto à designação do responsável pelo acompanhamento das ações.

Art. 5º A parceria não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goianinha/RN, 20 de outubro de 2026.

FELIPE ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação de Goianinha/RN

Publicado por:
Wedsley Wanderly Silva Melo
Código Identificador:67481ADF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DOS VEÍCULOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, *In verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:
[...]
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pela respectiva unidade administrativa no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 016/2026 – Processo Administrativo nº 81/2026, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: PORCINO & FILHOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 04.675.869/0001-97, localizada na Avenida Lauro Monte, 381, Sala 1, Abolição I, Mossoró/RN, totalizando o valor global de R$ 2.334,35 (dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 20 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:53302199

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 022/2026-GP

Dispõe sobre a transferência do Ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é tradicionalmente comemorado em 28 de outubro;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do expediente administrativo municipal, visando o melhor aproveitamento das atividades e a organização dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que devem ser resguardadas as atividades e serviços essenciais ao interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público Municipal, originalmente comemorado em 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º O disposto neste decreto não se aplica aos serviços essenciais, cujas atividades deverão manter-se em funcionamento normal, a critério e sob responsabilidade das respectivas Secretarias Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado/RN, em 20 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:28033758

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 078/2026

O Secretário Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.
CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.
Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.
Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, nos dias 21 e 22 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.
Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).
Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.
Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.
Governador Dix-Sept Rosado, 20 de outubro de 2026.

JEOACAZ GOMES MARQUES DA SILVEIRA
Secretário Municipal De Educação (Interino)
Portaria nº 104/2026-GP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 078/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: **LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZAOU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
8.	336	**ANTONIO BATISTA DE FREITAS**

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:

( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?

_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:E026B776

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **MARIA SUELDA DE SOUZA OLIVEIRA** CPF: 538.508.744-00, Professora, o valor de **R$ 200,00** (duzentos reais), referente a uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do IV Encontro de Formação Presencial de formadores Municipais do ProLEEI – RN, na cidade de Natal – RN, no dia 21 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 20 de outubro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:BF111F1B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a pessoa **ANA JUCIELE DA COSTA** CPF: 052.667.284-69, professora, o valor de **R$ 200,00** (duzentos reais), referente a uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do IV Encontro de Formação Presencial de formadores Municipais do ProLEEI – RN, na cidade de Natal – RN, no dia 21 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 20 de outubro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:42F5C563

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90011/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei nº. 14.133/21, a autoridade superior Prefeito Constitucional, Sr. Hélio Willamy Miranda da Fonseca, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA a presente licitação: Processo nº 000016/000006/2025 (antigo 3167/2025), Pregão Eletrônico nº 90011/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente para atender as necessidades da Unidade de Acolhimento Provisório Regionalizado Caminho do Lar - SEMAS.

Resultado da Adjudicação/Homologação

CATFELLI DESIGN COMÉRCIO LTDA - CNPJ 44.460.306/0001-04 - Itens 3,10,18,19 e 32.
NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS - CNPJ: 03.829.590/0001-58 - Itens 11.
GO VENDAS ELETRONICAS LTDA - CNPJ: 36.521.392/0002-62 - Itens 25 e 31.
DIGITALHOUSE LTDA - CNPJ: 37.871.120/0001-74 - Item 24.
REOBOTE PRODUTOS E SERVICOS LTDA - CNPJ: 44.371.514/0001-29 - Item 26.
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOSLTDA - CNPJ: 52.386.933/0001-62 - Itens 27 e 29.
Itens 16,20,21 e 22 DESERTOS.
Itens 1,2,4,5,6,7,8,9,12,13,14,15,17,23,28 e 30 FRACASSADOS.

PUBLIQUE-SE.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito(a) Constitucional

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:165DDB26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90015/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei nº. 14.133/21, a autoridade superior Prefeito Constitucional, Sr. Hélio Willamy Miranda da Fonseca, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA a presente licitação: Processo nº 001078/000063/2026, Pregão Eletrônico nº 90015/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Testes Reagentes para dosagens de Gasometria Arterial, COVID-19, Troponina Quantitativa e D - Dímero com cessão de aparelhos analisadores em comodato.

Resultado da Adjudicação/Homologação

• VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA - CNPJ nº 11.308.834/0001-85 - item 02;
• DIAGFARMA COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA - CNPJ nº 11.426.166/0001-90 - item 03;
• VITALLIS DIAGNOSTICA LTDA - CNPJ nº 01.663.156/0001-15 - item 04;

Item 01 fracassado, uma vez que não houve proposta válida.

PUBLIQUE-SE.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito(a) Constitucional

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:2163B051

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 484/2026

Instaura sindicância administrativa para apuração de possível irregularidade funcional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e os arts. 131 e 133 da Lei Complementar Municipal nº 079, de 18 de dezembro de 2008 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Ipanguaçu),

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 133 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO o recebimento do expediente encaminhado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, registrado sob o nº 02.23.2048.0000055/2026-95, que noticia possível irregularidade relacionada à conduta de servidor público municipal e solicita

informações sobre o conhecimento dos fatos e as providências adotadas ou a serem adotadas pela Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer os fatos noticiados, verificar sua autoria, materialidade e eventual repercussão funcional, bem como subsidiar a manifestação institucional do Município perante o órgão ministerial;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 132, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, a abertura de sindicância interrompe a prescrição da ação disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar os fatos noticiados no expediente do Ministério Público nº 02.23.2048.0000055/2026-95, relacionados a possível irregularidade funcional atribuída a servidor público municipal

Art. 2º A sindicância de que trata o art. 1º será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município, constituída pela Portaria nº 470/2026.

Art. 3º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigido pelo interesse da Administração, com reuniões e audiências em caráter reservado (art. 140) e registradas em atas que detalhem as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, podendo recorrer a técnicos e peritos quando necessário. Serão aplicadas, no que couber, as disposições dos arts. 145 a 149 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008.

Parágrafo único. Se no curso dos trabalhos houver indícios de autoria imputáveis a servidor determinado, e caso se cogite a aplicação de penalidade no âmbito da própria sindicância, será assegurado ao servidor o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (arts. 133 e 143).

Art. 5º Concluída a instrução, a Comissão apresentará relatório conclusivo e fundamentado. O relatório resumirá as peças principais dos autos, indicará as provas em que se baseou e proporá, conforme o caso, uma das seguintes providências (art. 135):

I – o arquivamento do processo;
II – a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;
III – a instauração de processo administrativo disciplinar.

§ 1º Será obrigatoriamente proposta a instauração de processo administrativo disciplinar sempre que o ilícito apurado puder ensejar suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão (art. 136). Nesse caso, os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução (art. 144, *caput*).

§ 2º Se o relatório concluir que a infração também está capitulada como ilícito penal, cópia dos autos será encaminhada ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração de processo disciplinar (art. 144, parágrafo único).

Art. 6º A sindicância deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria e prazo contado nos termos do art. 203 da Lei Complementar nº. 079/2008, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, mediante solicitação fundamentada da Comissão, rigor do art. 135, parágrafo único, do mesmo diploma.

Art. 7º O Presidente da Comissão informará ao Gabinete do Prefeito e à Procuradoria-Geral do Município as providências adotadas e o andamento dos trabalhos, de modo a subsidiar a resposta ao Ministério Público dentro dos prazos das requisições ministeriais. Deverá ser preservado o sigilo de que trata o art. 3º desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipanguaçu/RN, em 20 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FBE93479

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 231/2026 – DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***IRAMI MORAIS BRITO***, ocupante do cargo de motorista, 1 diária (uma diária), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de realizar deslocamento para acompanhamento de usuário durante realização de perícia junto ao INSS, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, no dia 16 de Outubro de 2026, em Mossoró/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 16 de Outubro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:9F0C3309

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 232/2026 – DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***DEBORA KELY DE MEDEIROS NOBREGA***, ocupante do cargo Cuidadora de Crianças e Adolescentes, 1 diária (uma diária), ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), com objetivo de participar de Formação do ProLEEI, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação, no dia 21 de Outubro de 2026, em Mossoró/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 20 de Outubro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:07A68CFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 233/2026 – DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***Gleydson Eduardo de Medeiros***, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes e Desenvolvimento Econômico, 1 (UMA) diária ao preço unitário de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), com objetivo de cumprir agenda administrativa, no dia 20/10/2026, em Natal/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 20 de Outubro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:8BD605AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 234/2026 – DIÁRIA

O(A) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS***, ocupante do cargo de PREFEITO, 1 (uma) diária, ao preço unitário de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) perfazendo a quantia de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), com objetivo de cumprir agenda administrativa, no dia 20/10/2026, em Natal/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 20 de Outubro de 2026.

LEONARDO CLERISTON NÓBREGA FÉLIX
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:0D993D72

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 235/2026

Em 20 de Outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA-RN, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 59 inciso VI da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os Srs.(a) abaixo relacionados, todos residentes e domiciliados neste município, para compor o Conselho Municipal de Habitação do município de Ipueira/RN.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: Pedro Paulino Torres Neto
SUPLENTE: Morgana Michelle Araújo Brasil

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
TITULAR: Alana Laís de Medeiros Morais
SUPLENTE: Jonathan Dantas de Araújo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
TITULAR: Francinaldo de Assis Souza
SUPLENTE: Bento Josué de Medeiros Fernandes

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TITULAR: Ana Maria Morais de Azevedo
SUPLENTE: Gleydson Eduardo de Medeiros

TRABALHADORES DO SUAS
TITULAR: Kátia Simone Macedo de Medeiros
SUPLENTE: Ryan Silva Xavier

USUÁRIOS
TITULAR: Maria Suely Barros de Medeiros
SUPLENTE: Maria Daguia Lucena da Nóbrega

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPUEIRA
TITULAR: Susana Alencar de Medeiros
SUPLENTE: Flávia Lúcia de Medeiros

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ARTESÃOS DE IPUEIRA – RN - ACAI
TITULAR: Maria de Fátima Ferreira de Morais
SUPLENTE: Edileuza Rodriguês Morais

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Outubro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:6E1D0C06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 715, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

LEI Nº 715, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), visando o atendimento de despesas com a execução dos recursos oriundo de emenda para Assistência Social bloco GND3.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, para atender objetivo não previsto no orçamento conforme especificado abaixo:
2.000 – PODER EXECUTIVO
4- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
7000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
08 - Assistência Social
245 – Serviços Socio assistenciais
9 – Itaú Cidadã – Acolhedora, Justa e Igualitária
2285 – ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS E FORTALECIMENTO DA
GESTAO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS) GND3

3.3.90.30 – Material de Consumo R$ 20.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica R$ 70.000,00
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro P. Física R$ 10.000,00
FR- 17063110 – Transferências especial da união
Total R$ 100.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei, utilizar-se-ão como fonte de recursos provenientes de **excesso de arrecadação,** decorrente da transferência de recursos da União oriundos da **Emenda Parlamentar nº 202642760005**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:0184E881

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 716, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Proteção, atendimento e Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das Pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento e/ou Transtornos de Aprendizagem no Município de Itaú/RN; e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Itaú/RN, a **Política Municipal de Proteção, Atendimento e Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das Pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento e/ou Transtornos de Aprendizagem.**

Parágrafo único. A Política de que trata esta Lei será desenvolvida de forma intersetorial, envolvendo, especialmente, as áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer e demais órgãos e serviços municipais relacionados à garantia de direitos.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – **Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA**: aquela que apresenta diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, conforme critérios clínicos reconhecidos e legislação vigente;
II – **Transtornos do Neurodesenvolvimento**: conjunto de condições que se manifestam durante o período do desenvolvimento e podem ocasionar alterações no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional;
III – **Transtornos de Aprendizagem**: condições que podem interferir significativamente na aquisição e utilização de habilidades acadêmicas, incluindo, entre outras, dislexia, discalculia e outros transtornos específicos de aprendizagem;
IV – **TDAH**: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, caracterizado por alterações persistentes de atenção, impulsividade e/ou hiperatividade, conforme critérios diagnósticos reconhecidos;
V – **Responsável Legal**: pessoa que detenha a responsabilidade legal pela pessoa identificada, quando aplicável;
VI – **cuidador**: pessoa que presta assistência habitual à pessoa identificada, nos limites da legislação vigente.

Art. 3º A Política Municipal de que trata esta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, da inclusão social, da acessibilidade, da proteção integral, da intersetorialidade, da participação da família e da garantia de direitos.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal:

I – a articulação entre as políticas municipais de Saúde, Educação e Assistência Social;
II – a identificação e o encaminhamento precoce das pessoas que apresentem sinais ou diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento ou transtornos de aprendizagem;
III – a garantia de atendimento humanizado e individualizado;
IV – o incentivo à formação continuada dos profissionais da rede municipal;
V – o fortalecimento da participação da família no acompanhamento da pessoa;
VI – o desenvolvimento de ações de conscientização e combate ao preconceito e à discriminação;
VII – a promoção de ações de inclusão educacional, social, cultural, esportiva e comunitária;
VIII – a articulação com a rede estadual, federal e privada, quando necessária;
IX – a produção e organização de informações que auxiliem o planejamento das políticas públicas municipais;
X – a observância da legislação federal e estadual aplicável.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DO ATENDIMENTO

Art. 5º São assegurados às pessoas abrangidas por esta Lei, nos limites da legislação aplicável:

I – atendimento digno, humanizado e respeitoso;
II – acesso às políticas públicas municipais;
III – orientação às famílias e responsáveis;
IV – encaminhamento para os serviços disponíveis na rede municipal;
V – acesso à educação inclusiva e aos apoios educacionais cabíveis;
VI – acesso às ações de saúde e assistência social disponíveis;
VII – proteção contra negligência, discriminação, abuso, violência e exploração;
VIII – participação em atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer, observadas as condições de acessibilidade e inclusão.
Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá desenvolver ações de acompanhamento e apoio às pessoas com TEA, TDAH, dislexia, discalculia e outros transtornos do neurodesenvolvimento ou de aprendizagem, observadas as competências de cada política pública.

Art. 7º Os serviços municipais deverão, sempre que necessário, promover articulação entre profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, respeitadas as atribuições profissionais e a legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DA CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TEA

Art. 8º Fica instituída, no âmbito do Município de Itaú/RN, a **Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA**, nos termos da legislação federal.

§ 1º A CIPTEA terá como finalidade facilitar a identificação da pessoa com TEA e garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade nos serviços e atendimentos nos termos da legislação vigente.

§ 2º A emissão da CIPTEA será gratuita.

Art. 9º A CIPTEA será emitida pelo órgão municipal definido pelo Poder Executivo, mediante requerimento do interessado ou de seu responsável legal.

Art. 10. A solicitação da CIPTEA deverá ser acompanhada da documentação exigida pela legislação federal, incluindo relatório ou laudo médico com indicação do diagnóstico e do respectivo código da Classificação Internacional de Doenças – CID, quando aplicável.

Art. 11. A CIPTEA conterá, no mínimo, as informações exigidas pela legislação federal, observadas as normas de proteção de dados pessoais.

Art. 12. A CIPTEA terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revalidada com o mesmo número, mediante atualização dos dados cadastrais, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DA CARTEIRA MUNICIPAL PARA OUTROS TRANSTORNOS

Art. 13. Fica instituída a **Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Transtorno do Neurodesenvolvimento e/ou Transtorno de Aprendizagem – CMITNA**, destinada à identificação e ao acesso organizado às políticas e serviços municipais.

§ 1º A CMITNA poderá ser emitida para pessoas com diagnóstico devidamente comprovado de:

I – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH;
II – dislexia;
III – discalculia;
IV – outros transtornos específicos de aprendizagem;
V – outros transtornos do neurodesenvolvimento reconhecidos pelos sistemas oficiais de classificação diagnóstica e regulamentados pelo Poder Executivo.

§ 2º A inclusão de novas condições poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, mediante critérios técnicos e observada a legislação vigente.

Art. 14. A CMITNA terá como finalidades:

I – facilitar a identificação da pessoa junto aos serviços municipais;
II – facilitar o acesso às políticas públicas municipais disponíveis;
III – auxiliar na organização e planejamento das políticas públicas;
IV – possibilitar o encaminhamento adequado aos serviços de saúde, educação e assistência social;
V – permitir que o Município conheça, de forma estatística e protegida, a demanda existente no território;
VI – contribuir para a articulação intersetorial das ações de atendimento.

Art. 15. A CMITNA não substitui documentos oficiais de identificação civil, laudos, relatórios médicos ou documentos exigidos por legislação específica.

Art. 16. A apresentação da CMITNA não poderá ser utilizada para restringir direitos nem para exigir da pessoa informações além das necessárias à finalidade do atendimento.

Art. 17. O atendimento prioritário decorrente da CMITNA observará os direitos expressamente previstos na legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá estabelecer, dentro das competências municipais, procedimentos de atendimento facilitado e fluxos específicos para os portadores da CMITNA nos serviços públicos municipais.

CAPÍTULO VI
DA EMISSÃO DAS CARTEIRAS

Art. 18. A emissão das carteiras será realizada gratuitamente pelo Município de Itaú/RN.

Art. 19. O requerimento poderá ser apresentado:

I – pela própria pessoa interessada;
II – pelo responsável legal;
III – por procurador legalmente constituído, quando cabível.

Art. 20. Para emissão da CMITNA deverão ser apresentados, conforme regulamentação:

I – documento de identificação da pessoa interessada;
II – CPF;
III – comprovante de residência no Município de Itaú/RN;
IV – fotografia para identificação;
V – documento comprobatório do diagnóstico ou condição, emitido por profissional habilitado;
VI – documentos do responsável legal, quando houver;
VII – demais documentos necessários à identificação, definidos em regulamento.

Art. 21. O documento comprobatório poderá ser apresentado por meio de laudo, relatório ou documento equivalente emitido por profissional legalmente habilitado, observada a regulamentação específica de cada condição.

Art. 22. A CMITNA terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser revalidada mediante atualização dos dados cadastrais.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá estabelecer prazo diferenciado quando houver alteração normativa que assim determine ou quando tecnicamente justificado.

Art. 23. Em caso de perda, furto, roubo ou extravio, poderá ser solicitada segunda via, mediante procedimento definido pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO VII
DO CADASTRO MUNICIPAL

Art. 24. O Município poderá instituir Cadastro Municipal das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e das Pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento e/ou Transtornos de Aprendizagem.

Art. 25. O cadastro terá finalidade exclusivamente administrativa, estatística e de planejamento das políticas públicas.

§ 1º Os dados pessoais e dados referentes à saúde deverão ser tratados de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e demais normas aplicáveis.

§ 2º A divulgação de informações estatísticas deverá, sempre que possível, ocorrer de forma agregada e anonimizada.

CAPÍTULO VIII
DA EDUCAÇÃO

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações destinadas à inclusão educacional dos estudantes abrangidos por esta Lei, observadas as normas da educação inclusiva.

Art. 27. A rede municipal de ensino deverá promover a identificação precoce de sinais que possam indicar transtornos de aprendizagem ou do neurodesenvolvimento e, quando necessário, realizar os encaminhamentos adequados.

Art. 28. O Município poderá promover formação continuada dos profissionais da educação para identificação, acolhimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes com TEA, TDAH, dislexia, discalculia e outros transtornos de aprendizagem ou do neurodesenvolvimento.

Art. 29. Os estudantes com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem terão assegurado acompanhamento específico, observadas as disposições da legislação federal aplicável.

CAPÍTULO IX
DA SAÚDE

Art. 30. A Secretaria Municipal de Saúde poderá promover ações de:

I – acolhimento;
II – identificação precoce;
III – avaliação e encaminhamento;
IV – acompanhamento pela rede municipal, conforme os serviços disponíveis;
V – orientação às famílias;
VI – articulação com serviços especializados da rede pública ou conveniada.

Art. 31. O atendimento deverá observar os protocolos clínicos, as atribuições profissionais e a disponibilidade dos serviços integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

CAPÍTULO X
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 32. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá promover ações de orientação, acompanhamento e encaminhamento das pessoas abrangidas por esta Lei e de seus familiares.

Art. 33. Os serviços socioassistenciais poderão atuar de forma articulada com as áreas de Saúde e Educação para identificação das necessidades das famílias e encaminhamento aos serviços disponíveis.

CAPÍTULO XI
DA CONSCIENTIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Art. 34. O Poder Executivo poderá promover campanhas, palestras, seminários e atividades educativas destinadas à conscientização da população sobre:

I – TEA;
II – TDAH;
III – dislexia;
IV – discalculia;
V – outros transtornos do neurodesenvolvimento e transtornos de aprendizagem;
VI – inclusão, acessibilidade, respeito e combate à discriminação.

Art. 35. Poderão ser celebradas parcerias com instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil, universidades e demais entidades para realização das ações previstas nesta Lei, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO XII
DA PROTEÇÃO DOS DADOS

Art. 36. O tratamento das informações pessoais e de saúde decorrentes desta Lei deverá observar a legislação vigente, especialmente as normas relativas à proteção de dados pessoais.

Art. 37. O acesso aos dados constantes dos cadastros e documentos deverá ser restrito aos servidores e profissionais autorizados e na medida necessária ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto:

I – ao órgão responsável pela emissão das carteiras;
II – aos procedimentos de solicitação;
III – aos modelos das carteiras;
IV – aos documentos necessários;
V – ao fluxo de atendimento;
VI – ao cadastro municipal;
VII – às normas de proteção dos dados;
VIII – aos procedimentos de atualização e revalidação.

Art. 39. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 40. O Poder Executivo poderá realizar as adequações administrativas necessárias para implantação das carteiras e dos procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:C3214FA6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 717, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), visando o atendimento a despesas com a execução dos recursos da Escola em Tempo Integral do exercício de 2026 em virtude de mudanças promovidas pelo FNDE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, para atender objetivo não previsto no orçamento conforme especificado abaixo:

2.000 – PODER EXECUTIVO
7.001 – FUNDO MUNICIPAL E. B. VALORIZACAO P. EDUCACAO - FUNDEB
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
8 - ACESSO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
2283 – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas P. civil R$ 395.000,00
3.1.90.13 – Obrigações Patronais R$ 105.000,00

FR 15461072 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI
SubTotal R$ 500.000,00
3.3.90.30 – Material de Consumo R$ 70.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica R$ 50.000,00
4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente R$ 30.000,00
FR 15461071 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI
SubTotal R$ 150.000,00
Total R$ 650.000,00

Art. 2º Para ocorrer a cobertura de que trata o artigo 1º, utilizar-se-ão como fonte de recursos os provenientes do **excesso de arrecadação**, por repasse proveniente de transferências do FNDE, nos termos do parágrafo 1º. do art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:E144FEC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 328/2026

Concede férias ao servidor público Eugênio Andrade Filho e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 77 e 78 da Lei Municipal nº 202/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor, devidamente registrado sob o Protocolo nº 2026.10.13.0004.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor público **EUGÊNIO ANDRADE FILHO**, inscrito no CPF sob o nº 515.***.**4-20, matrícula n° 485, ocupante do cargo Jardineiro A, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, referente ao período aquisitivo de **01/08/2024 a 31/07/2025**, para gozo no período de **03/11/2026 a 02/12/2026**.

Art. 2º Fica autorizado o setor competente a proceder com o pagamento do respectivo adicional de 1/3 (um terço) de férias constitucional, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:E87EF1FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 329/2026

Concede férias ao servidor público Antonio Rejanio do Rego e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 77 e 78 da Lei Municipal nº 202/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor, devidamente registrado sob o Protocolo nº 2026.10.15.0003.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor público **ANTONIO REJANIO DO REGO**, inscrito no CPF sob o nº 588.***.**4-49, matrícula n° 635, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, referente ao período aquisitivo de **30/04/2025 a 29/04/2026**, para gozo no período de **03/11/2026 a 02/12/2026**.

Art. 2º Fica autorizado o setor competente a proceder com o pagamento do respectivo adicional de 1/3 (um terço) de férias constitucional, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:07F257AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330/2026

Dispõe sobre a concessão de diária à Sra. Elenilda Batista de Medeiros, para participação no IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/2022, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da servidora pública, a Sra. Elenilda Batista de Medeiros**,** para participar do IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o TEA na Rede Pública de Saúde, a ser realizado no dia 29 de outubro de 2026, em Natal/RN.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **01 (uma) diária**, em favor da Coordenadora de Gestão da Atenção Básica de Saúde, a Sra. **Elenilda Batista de Medeiros**, matrícula nº 131737-7, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, para custear as despesas decorrentes do

deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o TEA na Rede Pública de Saúde, a ser realizado no dia 29 de outubro de 2026.

Período de deslocamento: de 29 a 30 de outubro de 2026;
Saída às: 3h, do dia 29 de outubro de 2026;
Total de Diárias: 1 (uma) diária;
Valor Unitário da Diária: R$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 200,00 (duzentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento da diária de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal nº 582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Itaú/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:E61BCE60

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 508/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área parcial de imóvel situado no Município de Jaçanã/RN, destinada à construção de escola pública municipal, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e nos arts. 2º, 5º, alínea "m", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
CONSIDERANDO a necessidade de disponibilização de área adequada para a construção de **Unidade Escolar** destinada ao atendimento da população do Município de Jaçanã;
CONSIDERANDO o interesse público na ampliação e melhoria da infraestrutura municipal destinada à prestação dos serviços públicos;
CONSIDERANDO que os estudos técnicos realizados pelo Município identificaram como adequada à implantação do referido equipamento uma parcela de terreno com área de aproximadamente **1.956,00 m²**, a ser destacada de imóvel de maior porção;
CONSIDERANDO que o imóvel de origem encontra-se relacionado à **Matrícula nº 670 do Registro de Imóveis competente**, referente ao imóvel denominado **Sítio Flores I**, figurando nos documentos apresentados como titular registral **Daniel Dantas Viana Medeiros**;
CONSIDERANDO que a área objeto da presente declaração encontra-se delimitada em planta e será individualizada por memorial descritivo, os quais integrarão o processo administrativo de desapropriação;

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de **utilidade pública, para fins de desapropriação**, amigável ou judicial, uma **área parcial de aproximadamente 1.956,00 m²**, a ser destacada de imóvel de maior porção denominado **Sítio Flores I**, objeto da **Matrícula nº 670 do Registro de Imóveis competente**, de propriedade registral de **Daniel Dantas Viana Medeiros**, situada no Município de Jaçanã/RN.
§ 1º A área efetivamente objeto da desapropriação corresponderá ao polígono definido na **planta e no memorial descritivo elaborados por profissional legalmente habilitado**, contendo área, perímetro, coordenadas, distâncias, confrontações e demais elementos necessários à sua perfeita individualização.
§ 2º A planta e o memorial descritivo referidos no § 1º constituirão partes integrantes do processo administrativo de desapropriação.
Art. 2º A área declarada de utilidade pública destina-se exclusivamente à **construção de uma escola pública municipal**, compreendendo as instalações, acessos e demais estruturas necessárias ao funcionamento do equipamento público.
Art. 3º A desapropriação de que trata este Decreto possui caráter **parcial**, restringindo-se exclusivamente à parcela individualizada na planta e no memorial descritivo, **não abrangendo o remanescente do imóvel**.
Parágrafo único. A presente declaração não implica reconhecimento, pelo Município, de eventual divergência de área, limites, ocupações ou situação fundiária existente no remanescente do imóvel, que permanece estranho ao objeto da desapropriação, ressalvado o que for estritamente necessário à identificação registral da parcela expropriada.
Art. 4º Fica o Município de Jaçanã autorizado a adotar todas as providências administrativas e, se necessárias, judiciais destinadas à efetivação da desapropriação, inclusive levantamento cadastral, avaliação, negociação, pagamento de indenização e demais atos necessários à transferência da área para o patrimônio municipal.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 19 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:8B511E24

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a alteração da Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jaçanã/RN, constante da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI COMPLEMENTAR:
Art. 1º O art. 42 da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social tem a seguinte composição:
I – Gabinete do Secretário;
II – Coordenação da Proteção Social Básica;
III – Coordenação da Proteção Social Especial;
IV – Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
V – Coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
VI – Coordenação do Cadastro Único;
VII – Coordenação do Centro de Convivência;
VIII – Assessoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
IX – Conselho Tutelar." (NR)

Art. 2º O Anexo X da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a redação do Anexo, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Lei Complementar nº 61, de 20 de outubro de 2026

ANEXO

ANEXO X
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO: Secretário Municipal de Assistência Social	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: Regime remuneratório de subsídio fixado em lei.	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: Aquelas definidas na Lei Orgânica Municipal além das seguintes atribuições gerais: a) Fazer cumprir as atribuições de sua Secretaria; b) Planejar e controlar o orçamento da Secretaria e avaliar os resultados; c) Manter controle e acompanhamento de prestação de contas de convênios e contratos; d) Estabelecer controles de gestão; e) Fazer cumprir as atividades relacionadas com sua área de atuação que forem determinadas pelo Prefeito Municipal.	

CARGO: Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC5	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Assessorar o secretário da pasta; b) Chefiar as atividades e atribuições da secretaria, quando designadas pelo Secretário Municipal; c) Substituir o Secretário nas suas ausências ou impedimentos; d) Participar na elaboração do planejamento estratégico e das políticas públicas de governo; e) Acompanhar a avaliação do desempenho dos Programas do Planejamento Estratégico e do alcance dos indicadores estabelecidos; f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador da Proteção Social Básica	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Coordenar e planejar as ações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); b) Liderar, orientar e supervisionar a equipe técnica de referência (assistentes sociais, psicólogos e orientadores sociais); c) Monitorar as metas e indicadores; d) Coordenar o mapeamento socioassistencial do território de abrangência e planejar ações de busca ativa para incluir famílias vulneráveis (como beneficiários do Bolsa Família e BPC) nos programas vinculados; e) Promover a integração do CRAS com as demais políticas públicas (saúde, educação, habitação); f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: graduação em qualquer área do conhecimento.	

CARGO: Coordenador da Proteção Social Especial	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Gerenciar as rotinas e fluxos operacionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e unidades vinculadas; b) Coordenar e supervisionar a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), além de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) e serviços de acolhimento institucional; c) Supervisionar as equipes multiprofissionais; d) Avaliar permanentemente os prontuários eletrônicos, os planos individuais de atendimento (PIA) e monitorar indicadores de reincidência de violações de direitos no município; e) Intermediar e alinhar os fluxos de atendimento técnico com o Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Conselhos Tutelares; f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: graduação em qualquer área do conhecimento.	

CARGO: Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Organizar e planejar os serviços, rotinas e fluxos operacionais internos do CRAS; b) Garantir a oferta continuada do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); c) Coordenar e articular a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no território; d) Supervisionar a equipe técnica de referência (assistentes sociais, psicólogos e orientadores); e) Mapear a área de abrangência para identificar vulnerabilidades e planejar ações de busca ativa; f) Integrar o CRAS com outras políticas públicas locais (saúde, educação, habitação e cultura); g) Acompanhar metas físicas e os indicadores de qualidade do Índice de Desenvolvimento do CRAS; h) Submeter o planejamento de ações à avaliação local e alimentar os sistemas do MDS; i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: graduação em qualquer área do conhecimento.	

CARGO: Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Coordenar as rotinas do CREAS e, se aplicável, do Centro POP ou serviços de acolhimento; b) Garantir o padrão técnico do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; c) Supervisionar a aplicação e execução das medidas em meio aberto (Liberdade Assistida e PSC); d) Apoiar a equipe técnica no manejo de casos graves de violência, abuso, negligência e abandono; e) Intermediar e responder com rigor técnico os fluxos com o Ministério Público, Juizado e Conselho Tutelar; f) Intermediar e responder com rigor técnico os fluxos com o Ministério Público, Juizado e Conselho Tutelar; g) Monitorar dados de reincidência de violações e índices de resolutividade dos casos acompanhados; h) Construir protocolos municipais de atendimento a vítimas de violência junto à rede de proteção; i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: graduação em qualquer área do conhecimento.	

CARGO: Coordenador do Cadastro Único	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Coordenar a execução descentralizada do Cadastro Único (CadÚnico) no município; b) Planejar e executar estratégias de busca ativa com as equipes do CRAS e CREAS; c) Coordenar e acompanhar, junto às secretarias de **Saúde e Educação**, o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família; d) Organizar e supervisionar os postos de atendimento fixos (Sede do Cadastro Único, CRAS) e itinerantes, definindo escalas de trabalho, fluxos de triagem e agendamentos para otimizar o tempo de espera do cidadão; e) Supervisionar os processos de inclusão, atualização e revisão cadastral periódica; f) Controlar o acesso aos perfis do Sistema do Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão; g) Promover o treinamento técnico continuado da equipe de entrevistadores e digitadores quanto aos conceitos formulários do MDS, técnicas de entrevista sensível e operacionalização dos sistemas; h) Acompanhar o cálculo e a evolução do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M); i) Garantir que as informações do Cadastro Único sirvam de insumo para o planejamento das ofertas socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial; j) Submeter os planos de aplicação dos recursos do IGD e relatórios de metas físicas ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), prestando os esclarecimentos técnicos necessários; k) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: ensino médio completo.	

CARGO: Coordenador do Centro de Convivência	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Coordenar o funcionamento administrativo, a infraestrutura e a rotina operacional do Centro de Convivência; b) Supervisionar e garantir a oferta qualificada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para os ciclos de vida atendidos (crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos); c) Planejar e monitorar as atividades artísticas, culturais, esportivas e lúdicas desenvolvidas pelos facilitadores e/ou oficineiros; d) Liderar e orientar a equipe de trabalho, incluindo técnicos de referência (assistentes sociais/psicólogos) e orientadores sociais; e) Manter articulação direta e contínua com o CRAS de referência do território para encaminhamento de famílias, alinhamento técnico e inclusão no PAIF; f) Alimentar e acompanhar sistematicamente os dados de frequência e desligamento dos usuários no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) ou outro que venha substituí-lo; g) Coordenar a elaboração do plano de percurso das oficinas, garantindo que as atividades tenham caráter socioeducativo e preventivo; h) Promover eventos comunitários, assembleias de usuários e atividades de integração que fortaleçam a socialização e o sentimento de pertença; i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	
REQUISITO PARA INVESTIDURA: ensino médio completo.	

CARGO: Assessor de Gestão do SUAS	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC1	**QUANTIDADE:** 02 (duas)
ATRIBUIÇÕES: a) Prestar apoio direto à gestão na tomada de decisões, planejamento estratégico e cumprimento das normativas vigentes do SUAS; b) Subsidiar a gestão na aplicação, execução e prestação de contas dos recursos financeiros (estaduais e federais) do Fundo Municipal de Assistência Social; c) Monitorar os índices de gestão descentralizada (IGD-M e IGD-PBF), os censos SUAS e os indicadores de eficiência da rede socioassistencial; d) Apoiar a produção, sistematização e análise de dados socioterritoriais para subsidiar as ações do município; e) Facilitar o diálogo e a integração entre as Proteções Sociais (Básica e Especial), a Gestão do Cadastro Único e o Controle Social; f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:ADADADE5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 486, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Declara a Casa de Taipa de propriedade de Maria das Vitórias Pereira da Silva como Patrimônio Cultural do Município de Jaçanã/RN, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada Patrimônio Cultural do Município de Jaçanã/RN a edificação em taipa de propriedade de MARIA DAS VITÓRIAS PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF nº 060.180.664-67, situada na Rua João Fernandes da Silva, nº 318, Centro, CEP 59.225-000, Jaçanã/RN, em razão de seu valor histórico, arquitetônico, cultural e turístico.

Parágrafo único. A declaração de que trata o caput fundamenta-se no reconhecimento de que o imóvel constitui exemplar preservado da arquitetura tradicional nordestina em taipa, integrando o patrimônio cultural do Município nos termos dos arts. 11, inciso III, 19, inciso I, alínea "b", e 162, § 4º, da Lei Orgânica Municipal, e representa, ainda, ponto turístico e de referência da identidade local, por abrigar estabelecimento comercial (bar e restaurante) que preserva o ambiente rústico característico das casas de taipa da região.

Art. 2º A declaração de que trata esta Lei tem caráter honorífico e de reconhecimento público, não implicando, por si só, restrição ao direito de uso, gozo e disposição do imóvel por sua proprietária, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 3º Qualquer intervenção que importe demolição total ou descaracterização das características externas de taipa da edificação deverá ser previamente comunicada ao Poder Executivo Municipal, que poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer subsídios técnicos e apoio institucional voltados à preservação do bem, sem prejuízo do livre exercício do direito de propriedade pela titular.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias, promover ações de divulgação turística e conceder,

mediante lei específica, incentivos fiscais ou outras contrapartidas à proprietária do imóvel referido no art. 1º, em reconhecimento à sua contribuição para a preservação da memória e da identidade cultural do Município.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:39FF0BD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 14/10/2026, EDIÇÃO Nº 3897, NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE TERMO DE AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026, DATADO DE 13/10/2026, ONDE SE LÊ. ancorado no §7º do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025. LEIA-SE: ancorado no Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 19 de Outubro de 2026.

CLAUDINEIDE SABINO DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:01C31697

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 037/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 05/10/2026, EDIÇÃO Nº 3891, NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE TERMO DE AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 037/2026, DATADO DE 02/10/2026, ONDE SE LÊ. com base no §7º do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21. LEIA-SE: com base no Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Jaçanã – RN, em 19 de Outubro de 2026.

CLAUDINEIDE SABINO DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:FCBA2075

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 131/2026 EMPENHO Nº 35/2026.

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, bem como o Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO que os serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis são extremamente necessários à execução de serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo - SEMUT e, por conseguinte, pelo próprio município, de modo a garantir a preservação do interesse público envolvido em cada atividade.
CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para o pagamento a **ANA MARIA ROCHA inscrita no CPF/MF 638.541.204-00**, relativo ao empenho de nº. 35/2026, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), em razão da prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado diretamente por pessoa física, que, alinhado com os serviços de coleta urbana e rural, contribuem significativamente à manutenção de uma cidade limpa e organizada, com impactos significativos em questões sanitárias, motivo pelo qual mostra-se imprescindível a sua continuidade para o bom funcionamento da Secretaria e da Municipalidade, motivo pelo qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 20 de outubro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:0C5F5FE9

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 132/2026 EMPENHO Nº 36/2026.

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, bem como o Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO que os serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis são extremamente necessários à execução de serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo - SEMUT e, por conseguinte, pelo próprio município, de modo a garantir a preservação do interesse público envolvido em cada atividade.

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para o pagamento a **ANTONIA APARECIDA DE SOUZA inscrita no CPF/MF 099.025.814-98**, relativo ao empenho de nº. 36/2026, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), em razão da prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado diretamente por pessoa física, que, alinhado com os serviços de coleta urbana e rural, contribuem significativamente à manutenção de uma cidade limpa e organizada, com impactos significativos em questões sanitárias, motivo pelo qual mostra-se imprescindível a sua continuidade para o bom funcionamento da Secretaria e da Municipalidade, motivo pelo qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.
Janduís, 20 de outubro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:96DBCE71

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 133/2026 EMPENHO Nº 37/2026.

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, bem como o Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO que os serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis são extremamente necessários à execução de serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo - SEMUT e, por conseguinte, pelo próprio município, de modo a garantir a preservação do interesse público envolvido em cada atividade.
CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para o pagamento a **JANITO CIRILO DA SILVA inscrita no CPF/MF 156.081.914-63**, relativo ao empenho de nº. 37/2026, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), em razão da prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado diretamente por pessoa física, que, alinhado com os serviços de coleta urbana e rural, contribuem significativamente à manutenção de uma cidade limpa e organizada, com impactos significativos em questões sanitárias, motivo pelo qual mostra-se imprescindível a sua continuidade para o bom funcionamento da Secretaria e da Municipalidade, motivo pelo qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 20 de outubro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:DEF088FA

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 134/2026 EMPENHO Nº 129/2026 E 166/2026.

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente sobre a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, e a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, com a comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza do contrato de prestação de serviços de fornecimento de alimentação pronta e a essencialidade desse fornecimento para o regular funcionamento das atividades e dos serviços públicos municipais, especialmente para atender às necessidades das secretarias, unidades administrativas, equipes de trabalho e demais setores vinculados à Administração Pública Municipal;
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **F 2 COMERCIO SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 48.751.570/0001-40,** relativamente ao **empenho de nº 129/2026 e 166/2026**, no valor de **R$ 1.845,80 (mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), referente** às **Notas Fiscais de nº 99 e 303**, possibilitando a continuidade no fornecimento.
A adoção da presente medida fundamenta-se na essencialidade do fornecimento de alimentação pronta para assegurar a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos municipais, considerando que eventual interrupção ou descontinuidade do fornecimento poderá comprometer o atendimento das demandas institucionais, o suporte às equipes de trabalho e o regular desenvolvimento das ações executadas pela Administração Pública Municipal.
Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ANTÔNIO DÁRIO ARRUDA DUARTE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7502C0FD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 304/2026-GP.

CONCEDE: 1 (uma) diária ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º Concessão de 1 (uma) diária para custear as despesas com o Servidor Elvécio Gurgel de Sales Filho, ocupante do cargo público em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, inscrito no CPF: 083.774.034-71, para o deslocamento às cidades circunvizinhas, com a finalidade de realizar a entrega de convites para a Festa da Padroeira Santa Teresinha, contribuindo para a divulgação do evento e o fortalecimento da participação das comunidades da região. A atividade visa ampliar a divulgação do evento, incentivar a participação popular e fortalecer os vínculos institucionais entre o Município de Janduís e as comunidades vizinhas, contribuindo para a valorização das manifestações religiosas e culturais e para a integração regional.
Art. **2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se

Registre-se.
Janduís/RN, 15 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:02454EC1

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÕES - PORTARIA Nº294/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor MARCOS ANTONIO SABINO pleiteando a progressão horizontal**,**

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº626/2022, que estabelece o Plano de Carreira, de Cargos e Salários dos Servidores da Administração e Educação do Município de Janduís.

R E S O L V E:

Art.1º Promover a Progressão Horizontal da letra "G" para "H" do servidor MARCOS ANTONIO SABINO**,** matricula nº 447, ocupante do cargo público efetivo de GUARDA MUNICIPAL, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, conforme art. 19 da Lei Municipal nº626/2022.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís Em 05 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:F86D9809

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4294/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4294/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026
SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Educação cultura e desporto.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica especializada visando aquisição de solução integrada de ensino para educação infantil para atender os alunos e professores de 05 anos da educação infantil, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN,

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, para a contratação de pessoa jurídica. A Secretaria Municipal de educação cultura e desporto necessita assegurar o fornecimento de materiais da solução integrada de ensino para atender alunos e professores da educação infantil estejam alinhados às diretrizes e aos referenciais que orientam a Educação Infantil, especialmente à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos cognitivo, social, emocional e motor.

RESOLVE:
Adjudicar o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa Jurídica selecionada: **CEI EDITORA E DESTRIBUIDORA,** inscrita sob o **CNPJ**: **07.681.440/0001-09**, com sede na Rua: JOÃO DE MATA, N° 694 – BAIRRO: CENTRO - CEP: 58.400-245 – CAMPINA GRANDE**,** neste ato representada pelo Sr. **TIAGO DE OLIVEIRA FELIX** portador do **CPF nº 047.793.644-00, e com o valor global de R$: 46.690,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais),**

A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa com emissão de fatura de prestação de serviços.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:F107B6DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4334/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4334/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026
SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa física para aquisição de postes tubulares de aço galvanizado, com braços duplos para instalação de luminárias, destinados à iluminação pública dos canteiros centrais do Município de Janduís/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, a necessidade de contratação de pessoa física para aquisição de postes tubulares de aço galvanizado, com braços duplos para instalação de luminárias, destinados à iluminação pública dos canteiros centrais do Município de Janduís/RN.

RESOLVE:
Adjudicar o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa física selecionada**: JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** inscrita sob o **CPF**: **027.483.734-05**, com sede na Rua: RUA OTONI MAIA, 37 , CENTRO, JANDUIS/RN CEP:59690000–**,** neste ato representada pela Sra. **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** portadora do **CPF nº 027.483.734-05,** e com o valor global de **R$: 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais).**

A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa com emissão de fatura de prestação de serviços.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:85D295FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4565/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4565/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026
SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos humanos.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de vulcanização de pneus para veículos de pequeno e grande porte, máquinas e implementos agrícolas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, e demais órgãos vinculados.
O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, a necessidade de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de vulcanização de pneus para veículos de pequeno e grande porte, máquinas e implementos agrícolas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, e demais órgãos vinculados.

RESOLVE:
Adjudicar o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa Jurídica selecionada **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS 06164128439,** inscrita sob o **CNPJ**: **40.921.193/0001-38**, com sede na Rua: RUA MOISES GURGEL, SALA A, **N°** 27 - CENTRO - CEP: 59690-000 – JANDUIS-RN**,** neste ato representada pela Sra. **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS,** portadora do **CPF nº 061.641.284-39, e com o valor global de R$: 65.085,00 (sessenta e cinco mil e oitenta e cinco reais),**

A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa com emissão de fatura de prestação de serviços.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:0B0775DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3920/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3920/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026.

O Município de Janduís/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO; por intermédio do seu Pregoeiro, Francisco Cleber Torres, designado pela Portaria nº 303/2025-GP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em **sessão pública eletrônica às 08h30 (oito horas e trinta minutos - horário de Brasília-DF) do dia 03/11/2026, (terta-feira)** através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, objetivando o registros de preços da proposta mais vantajosa visando a Contratação de pessoa jurídica para futuro e eventual fornecimento parcelado de materiais de uso odontológico, destinados aos atendimentos e necessidades dos usuários da Atenção Primária à Saúde do Município de Janduís/RN. Além de se compatibilizar com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Decreto Municipal nº 03/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Janduís-RN, 20 de outubro de 2026.

OZAIAS PRAXEDES DOS SANTOS
Diretor de Licitações e Contratos – Port. 270/2025
CPF: 108.364.304-50

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:AB92C082

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4155/2026.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4155/2026.

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

1 – OBJETO
Contratação de pessoa jurídica especializada visando aquisição de solução integrada de ensino para educação infantil para atender os alunos e professores de 05 anos da educação infantil, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN,

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR
Os preços referenciais foram coletados mediante pesquisa mercadológica aferidos no mercado local e atestam a conformidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado e detalhado em relatório do setor de compras deste município, em consonância com o artigo 23 da lei nº 14.133/21. Já a escolha da proposta mais vantajosa, conforme decisão do setor demandante, se deu observando o disposto no inciso III do artigo 15 do decreto 04/2024 - *valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas*, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no âmbito do município de Janduís/RN. Verifica-se, que mediante análise das propostas de preços que deram base a construção da pesquisa mercadológica, foi escolhida a proposta mais vantajosa, levando-se em consideração o critério de menor preço global, ficando demonstrado a vantajosidade para esta administração no tocante a esta contratação. Neste giro, entendendo que o setor demandande, junto ao setor de compras e serviços, responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, demonstrou em relatório que a administração já conseguiu o melhor preço, pode-se assegurar que este município estará contratando com a proposta mais vantajosa.

Destarte, fica neste termo de dispensa, justificada a não publicação de aviso de dispensa a fim de se conseguir outras propostas adicionais, uma vez que o setor demandante assumiu ter aferido os preços de mercado e, dentre estes preços, foi identificada a proposta mais vantajosa para o objeto em tela. Todavia, o município deve publicar extrato de dispensa, bem como seu contrato em tempo hábil consoante a Lei Federal nº 14.133/21. Vale ressaltar ainda, que a Pessoa Jurídica selecionada **CEI EDITORA E DESTRIBUIDORA,** inscrita sob o **CNPJ**: **07.681.440/0001-09**, com sede na Rua: JOÃO DE MATA, N° 694 – BAIRRO: CENTRO - CEP: 58.400-245 – CAMPINA GRANDE, neste ato representado pelo Sr. TIAGO DE OLIVEIRA FELIX portador do CPF nº 047.793.644-00, e com o valor global de R$: 46.690,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais),
Apresentou todos os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto em tela. Ademais, o processo tramitou com sua instrução legal, observando o artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como foram observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 do mesmo diploma legal e também que foram adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa de licitação, no caso em epígrafe, expomos adiante:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Assim, configura-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, incluindo o transporte e a distribuição de água nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme demanda, visando a assegurar o fornecimento regular de água adequada para consumo e hidratação de alunos, professores, servidores e demais integrantes da comunidade escolar, bem como garantir condições adequadas para o funcionamento das atividades escolares e administrativas, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

4 - DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Assim, preenchidos os requisitos legais do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da pessoa Jurídica selecionada **CEI EDITORA E DESTRIBUIDORA, inscrita sob o CNPJ: 07.681.440/0001-09, com sede na Rua: JOÃO DE MATA, N° 694 – BAIRRO: CENTRO - CEP: 58.400-245 – CAMPINA GRANDE, neste ato representado pelo Sr. TIAGO DE OLIVEIRA FELIX portador do CPF nº 047.793.644-00, e com o valor global de R$: 46.690,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais),**

Janduis-RN, 20 de outubro de 2026.

MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA
Agente de Contratação
CPF: 030.520.694-03, Port. 305/2025-GP

ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação, Cultura e Desporto
CPF: 014.618.764-43 – Port. 321/2025-GP.

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:C4A613DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4565/2026.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4565/2026.

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos humanos

1 – OBJETO
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de vulcanização de pneus para veículos de pequeno e grande porte, máquinas e implementos agrícolas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, e demais órgãos vinculados.

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR
Os preços referenciais foram coletados mediante pesquisa mercadológica aferidos no mercado local e atestam a conformidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado e detalhado em relatório do setor de compras deste município, em consonância com o artigo 23 da lei nº 14.133/21. Já a escolha da proposta mais vantajosa, conforme decisão do setor demandante, se deu observando o disposto no inciso III do artigo 15 do decreto 04/2024 - *valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas*, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no âmbito do município de Janduís/RN. Verifica-se, que mediante análise das propostas de preços que deram base a construção da pesquisa mercadológica, foi escolhida a proposta mais vantajosa, levando-se em consideração o critério de menor preço global, ficando demonstrado a vantajosidade para esta administração no tocante a esta contratação. Neste giro, entendendo que o setor demandande, junto ao setor de compras e serviços, responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, demonstrou em relatório que a administração já conseguiu o melhor preço, pode-se assegurar que este município estará contratando com a proposta mais vantajosa.

Destarte, fica neste termo de dispensa, justificada a não publicação de aviso de dispensa a fim de se conseguir outras propostas adicionais, uma vez que o setor demandante assumiu ter aferido os preços de mercado e, dentre estes preços, foi identificada a proposta mais vantajosa para o objeto em tela. Todavia, o município deve publicar extrato de dispensa, bem como seu contrato em tempo hábil consoante a Lei Federal nº 14.133/21. Vale ressaltar ainda, que a Pessoa Jurídica selecionada **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS 06164128439,** inscrita sob o **CNPJ**: **40.921.193/0001-38**, com sede na Rua: RUA MOISES GURGEL, SALA A, N° 27 - CENTRO - CEP: 59690-000 - JANDUIS/RN**,** neste ato representada pela Sra. **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS,** portadora do **CPF nº 061.641.284-39, e com o valor global de R$: 65.085,00 (sessenta e cinco mil e oitenta e cinco reais),**
Apresentou todos os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto em tela. Ademais, o processo tramitou com sua instrução legal, observando o artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como foram observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 do mesmo diploma legal e também que foram adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa de licitação, no caso em epígrafe, expomos adiante:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Assim, configura-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, incluindo o transporte e a distribuição de água nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme demanda, visando a assegurar o fornecimento regular de água adequada para consumo e hidratação de alunos, professores, servidores e demais integrantes da comunidade escolar, bem como garantir condições adequadas para o funcionamento das atividades escolares e administrativas, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

4 - DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Assim, preenchidos os requisitos legais do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da pessoa Jurídica selecionada **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS 06164128439,** inscrita sob o CNPJ**: 40.921.193/0001-38,** com sede na Rua: RUA MOISES GURGEL, SALA A, N° 27 - CENTRO - CEP: 59690-000 - JANDUIS/RN**,** neste ato representada pela Sra**. ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS,** portadora do CPF nº **061.641.284-39,** e com o valor global de R$: **65.085,00 (sessenta e cinco mil e oitenta e cinco reais),**

Janduis-RN, 20 de outubro de 2026.

MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA
Agente de Contratação
CPF: 030.520.694-03, Port. 305/2025-GP

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
Portaria Nº 015/2026-GP.,
CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:89E78992

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4334/2026.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4334/2026.

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

1 – OBJETO
Contratação de pessoa física para aquisição de postes tubulares de aço galvanizado, com braços duplos para instalação de luminárias, destinados à iluminação pública dos canteiros centrais do Município de Janduís/RN.

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR
Os preços referenciais foram coletados mediante pesquisa mercadológica aferidos no mercado local e atestam a conformidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado e detalhado em relatório do setor de compras deste município, em consonância com o artigo 23 da lei nº 14.133/21. Já a escolha da proposta mais vantajosa, conforme decisão do setor demandante, se deu observando o disposto no inciso III do artigo 15 do decreto 04/2024 - *valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas*, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no âmbito do município de Janduís/RN. Verifica-se, que mediante análise das propostas de preços que deram base a construção da pesquisa mercadológica, foi escolhida a proposta mais vantajosa, levando-se em consideração o critério de menor preço global, ficando demonstrado a vantajosidade para esta administração no tocante a esta contratação. Neste giro, entendendo que o setor demandande, junto ao setor de compras e serviços, responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, demonstrou em relatório que a administração já conseguiu o melhor preço, pode-se assegurar que este município estará contratando com a proposta mais vantajosa.

Destarte, fica neste termo de dispensa, justificada a não publicação de aviso de dispensa a fim de se conseguir outras propostas adicionais, uma vez que o setor demandante assumiu ter aferido os preços de mercado e, dentre estes preços, foi identificada a proposta mais vantajosa para o objeto em tela. Todavia, o município deve publicar extrato de dispensa, bem como seu contrato em tempo hábil consoante a Lei Federal nº 14.133/21. Vale ressaltar ainda, que a Pessoa física selecionada **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** inscrita sob o **CPF: 027.483.734-05**, com sede na Rua: RUA OTONI MAIA, 37 , CENTRO, JANDUIS/RN CEP:59690000**,** neste ato representada pela Sra. **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** portadora do **CPF nº 027.483.734-05, e com o valor global de R$: 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais).**
Apresentou todos os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto em tela. Ademais, o processo tramitou com sua instrução legal, observando o artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como foram observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 do mesmo diploma legal e também que foram adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa de licitação, no caso em epígrafe, expomos adiante:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Assim, configura-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, incluindo o transporte e a distribuição de água nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme demanda, visando a assegurar o fornecimento regular de água adequada para consumo e hidratação de alunos, professores, servidores e demais integrantes da comunidade escolar, bem como garantir condições adequadas para o funcionamento das atividades escolares e administrativas, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Janduís/RN.
4 - DECISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Assim, preenchidos os requisitos legais do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação para contratação direta da pessoa Jurídica selecionada **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** inscrita sob o CPF**: 027.483.734-05, com sede na Rua:** RUA OTONI MAIA, 37 , CENTRO, JANDUIS/RN CEP**:59690000,** neste ato representada pela Sra**. JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA,** portadora do CPF nº **027.483.734-05**, e com o valor global de **R$: 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais).**

Janduis-RN, 20 de outubro de 2026

MARCOSUEL VIEIRA DE ARRUDA
Agente de Contratação
CPF: 030.520.694-03, Port. 305/2025-GP

ELVECIO GURGEL DE SALES FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras
Port. Nº 271/2025 – GP
CPF: 083.774.034-71

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:249F85C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 100/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

EXTRATO DO CONTRATO 100/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: LUIZ CARLOS JUNIOR**.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **39.685,00, (trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).**
• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

LUIZ CARLOS JUNIOR
CPF: 701.407.224-24
Contratado

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:E1F07A71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 101/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 101/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: MARIA NOBREGA DE BRITO**.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: de R$ **39.950,24, (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos).**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA NOBREGA DE BRITO
CPF: 018.495.084-88
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:2D410A11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 102/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 102/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: PABLO KAYKY ALVES DE OLIVEIRA**.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **39.887,40, (trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos),**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

PABLO KAYKY ALVES DE OLIVEIRA
CPF: 152.952.604-37
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:36DF7680

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 103/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 103/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: TEREZINHA GURGEL DOS SANTOS**.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **39.835,60, (trinta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos),**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

TEREZINHA GURGEL DOS SANTOS
CPF: 156.727.194-49
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:85659C63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 96/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 96/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada:**ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POCO DA FORQUILHA E COMUNIDADES CIRCUNVIZINH.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **457.776,60, (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos),**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Associacao Comunitaria do Poco da Forquilha e Comunidades Circunvizinh
CNPJ: 14.723.927/0001-64
OSNITA GRAZIELLY HIPOLITO DE BRITO
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:2C31B701

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 97/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 97/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: FANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA**.**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **39.959,50, (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos),**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

FANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA
CPF: 051.649.754-59
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:4C3C94D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 98/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

EXTRATO DO CONTRATO 98/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: LEIRISMAR GOMES DA NOBREGA**..**

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020**..**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: de R$ **39.835,60, (trinta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).**

• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

LEIRISMAR GOMES DA NOBREGA
CPF: 045.306.794-89
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:380E07E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 99/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3942/2026. CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 99/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *3942/2026.*
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: LIVIA MARIA GOMES DA NOBREGA.

Objeto: Constitui objeto do presente certame, Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, para compor os itens de preparo da merenda escolar – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, bem como atendendo demandas das unidades administrativas – Prefeitura Municipal de Janduís-RN; com

Fundamentação no § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, combinado com o disposto na Resolução FNDE/MEC nº 38/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020..

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **39.852,50, (trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos),**
• 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO;
• 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
• 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
• 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
• 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;
• 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO;
• 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
• 02.071 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO;
• 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
• 02.081 - SEC. MUNICIPAL DO TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
• 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA;
• 02.090 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS;
• 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
• 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO;
• 02.120 - FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

Janduís, 15 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

LIVIA MARIA GOMES DA NOBREGA
CPF: 136.293.254-08
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:37A0EA92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4294/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4294/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Educação cultura e desporto.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica especializada visando aquisição de solução integrada de ensino para educação infantil para atender os alunos e professores de 05 anos da educação infantil, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN,

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, para a contratação de pessoa jurídica. A Secretaria Municipal de educação cultura e desporto necessita assegurar o fornecimento de materiais da solução integrada de ensino para atender alunos e professores da educação infantil estejam alinhados às diretrizes e aos referenciais que orientam a Educação Infantil, especialmente à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos cognitivo, social, emocional e motor.
CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:
Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa Jurídica selecionada: **CEI EDITORA E DESTRIBUIDORA,** inscrita sob o **CNPJ**: **07.681.440/0001-09**, com sede na Rua: JOÃO DE MATA, N° 694 – BAIRRO: CENTRO - CEP: 58.400-245 – CAMPINA GRANDE, neste ato representada pelo Sr. TIAGO DE OLIVEIRA FELIX portador do CPF nº 047.793.644-00, e com o valor global de R$: 46.690,00 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa reais),

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da dispensa de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:A5938807

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4334/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4334/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2026

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa física para aquisição de postes tubulares de aço galvanizado, com braços duplos para instalação de luminárias, destinados à iluminação pública dos canteiros centrais do Município de Janduís/RN.
O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, a necessidade de contratação de pessoa física para aquisição de postes tubulares de aço galvanizado, com braços duplos para instalação de luminárias, destinados à iluminação pública dos canteiros centrais do Município de Janduís/RN.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:
Homologar ADJUDICAR o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa física selecionada: **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA**, inscrita sob o CPF: **027.483.734-05**, com sede na Rua: RUA OTONI MAIA, 37 , CENTRO, JANDUIS/RN CEP:59690000–, neste ato representada pela Sra. **JOSÉ LEONARDO GOMES DA SILVA**, portadora do CPF nº **027.483.734-05**, e com o valor global de R$: **64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais).**

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da dispensa de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:8D4BDF6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4565/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4565/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN
Secretaria Municipal de Administração e Recursos humanos.

ASSUNTO:
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de vulcanização de pneus para veículos de pequeno e grande porte, máquinas e implementos agrícolas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, e demais órgãos vinculados.
O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, nos casos previstos em lei, a necessidade de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de vulcanização de pneus para veículos de pequeno e grande porte, máquinas e implementos agrícolas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, e demais órgãos vinculados.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:
Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa Jurídica selecionada **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS 06164128439**, inscrita sob o CNPJ: **40.921.193/0001-38**, com sede na Rua: RUA MOISES GURGEL, SALA A, N° 27 - CENTRO - CEP: 59690-000 – JANDUIS-RN, neste ato representada pela Sra. **ADRIANA SILVA DE LIMA SANTOS**, portadora do CPF nº **061.641.284-39**, e com o valor global de R$: **65.085,00 (sessenta e cinco mil e oitenta e cinco reais),**

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da dispensa de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 20 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:7A0A78A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°127/2026-GS.

CONCEDE: 01 (uma) diária ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 01 (uma) diária para custear as despesas do Prefeito Municipal, Sr. Elvécio Gurgel de Sales, inscrito no CPF nº 262.026.974-15, matrícula nº 1208, em viagem à cidade de Currais Novos/RN, com a finalidade de participar da visita institucional para a entrega de unidades móveis para o SAMU e ambulâncias tipo "A" aos municípios, bem como acompanhar as ações relacionadas à Carreta da Saúde da Mulher, conforme convite do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), e do Ministério da Saúde. O evento será realizado no dia 20 de outubro de 2026, às 10h, na Avenida Teotônio Freire, nº 346-460, Bairro Manoel Salustino, ao lado do Terminal Rodoviário, em Currais Novos/RN.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Registre-se.

Janduís/RN, 19 de outubro de 2026

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Sec. Mun. de Administração e Recursos Humanos
CPF: 014.429.364-10 - Portaria Nº 015/2026-GP.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:5BA9D7F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
DISTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 017/2026

GABINETE DA PREFEITA

DISTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 017/2026

Contratante: A Prefeitura Municipal de Japi/RN.

Contratado: Luis Otavio Farias Fechine
CRM/PB: 15094
Cargo: Médico Plantonista
Objeto: Exercer a função de Médico Plantonista na Unidade Mista Toquarta Leopoldina da Costa
Período: 21 de julho de 2026 a 20 de outubro de 2026.

Assinaturas: Pela Contratante

SIMONE FERNANDES DA SILVA
(Prefeita Municipal).

Pelo Contratado,
LUIS OTAVIO FARIAS FECHINE

Local e data de assinatura: Japi/RN, 20 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:B37A79AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES
PORTARIA Nº 07/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 07/2026

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica para a implementação da Política Municipal de Alfabetização do Município de JARDIM DE ANGICOS/RN e dá outras providências.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JARDIM DE ANGICOS/RN
Dispõe sobre a implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jardim de Angicos/RN, destinada ao fortalecimento da capacidade institucional para a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, em articulação com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), as ações estaduais de alfabetização e as demais políticas educacionais vigentes.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela legislação que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município e pelas
demais normas pertinentes,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206 e 211 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino de Jardim de Angicos/RN, com garantia de aprendizagem na idade adequada e redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO a importância do fortalecimento da capacidade técnica e institucional da Secretaria Municipal de Educação para planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar as ações de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a formação continuada dos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem;
CONSIDERANDO a importância do monitoramento sistemático das aprendizagens, da utilização pedagógica dos resultados das avaliações e da implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer responsabilidades, fluxos de trabalho e mecanismos de governança para a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a importância da educação inclusiva, da equidade étnico-racial e da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jardim de Angicos/RN, a Estrutura Administrativa e Pedagógica para a implementação da Política Municipal de Alfabetização, destinada à formulação, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das ações de alfabetização e letramento na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º A estrutura de que trata esta Portaria tem como finalidade ampliar a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para:
– formular, coordenar e implementar as ações da Política Municipal de Alfabetização;

– articular as ações de alfabetização às políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais;

– promover o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, fluência leitora, compreensão textual e conhecimentos matemáticos fundamentais;
– oferecer apoio técnico e pedagógico às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

– planejar e executar programas de formação continuada para professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos na alfabetização;
– acompanhar os indicadores de aprendizagem e de fluxo escolar relacionados à alfabetização;

– promover avaliações diagnósticas, formativas e de acompanhamento da aprendizagem;

– produzir, selecionar, organizar e disseminar materiais e orientações pedagógicas destinados à alfabetização;

– identificar desigualdades de aprendizagem e desenvolver estratégias para sua redução;

– articular ações com outras áreas da Administração Municipal e instituições parceiras, quando pertinente;

– sistematizar informações e evidências para subsidiar a tomada de decisões da gestão educacional;

– fortalecer as ações de alfabetização na idade certa e de recomposição das aprendizagens;

– promover a inclusão, a equidade étnico-racial e a valorização da diversidade cultural; e
– desenvolver outras ações necessárias à consolidação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

Art. 3º A estrutura administrativa e pedagógica para a implementação da Política Municipal de Alfabetização ficará vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Jardim de Angicos/RN, em articulação com a Coordenação Pedagógica e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 4º A equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização será composta pelos seguintes profissionais:
– **Raquel Lima de Moura** — Secretária Municipal de Educação, responsável pela coordenação institucional e administrativa da política;
– **Célia Maria Brito Lopes** — Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

– **Jonatathan Carlos Alvez Beserra** — Técnico da Secretaria Municipal de Educação;

– **Sária de Lima Braz** — Coordenador Pedagógico;

– **Ana Patrícia Silva do Nascimento** — Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

§ 1º Os profissionais indicados atuarão de forma articulada, respeitadas as atribuições dos respectivos cargos e funções e as competências administrativas da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º Poderão integrar a estrutura, conforme a necessidade do serviço e a disponibilidade de pessoal, professores formadores, coordenadores pedagógicos das unidades escolares, gestores, professores alfabetizadores e outros profissionais vinculados às ações de alfabetização.
§ 3º A participação de outros profissionais será formalizada pelos instrumentos administrativos cabíveis, observada a legislação municipal vigente.
§ 4º A indicação dos profissionais neste artigo não implica, por si só, criação de cargos, funções gratificadas, gratificações ou benefícios financeiros.
Art. 5º Os profissionais integrantes da estrutura permanecerão vinculados aos respectivos cargos e carreiras, sem prejuízo das atribuições legais de seus cargos, observadas as competências específicas estabelecidas nesta Portaria.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Jardim de Angicos/RN:

– coordenar institucionalmente a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

– estabelecer diretrizes e prioridades para as ações municipais de alfabetização;

– aprovar o planejamento anual das atividades;

– assegurar, conforme a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente, as condições necessárias à execução das ações;

– promover a articulação entre as equipes técnica e pedagógica;

– acompanhar os resultados das avaliações e os indicadores educacionais;

– apoiar a realização das formações continuadas;

– promover a articulação com as políticas estaduais e nacionais de alfabetização;

– acompanhar a elaboração dos relatórios de execução e monitoramento;

– incentivar a participação das famílias e da comunidade escolar;

– adotar medidas para o aperfeiçoamento das ações de alfabetização; e

– expedir orientações complementares necessárias à execução desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

Art. 7º Compete à Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, **Célia Maria Brito Lopes**:
– articular a implementação das ações municipais vinculadas ao CNCA;

– acompanhar a execução das estratégias de alfabetização previstas no planejamento municipal;

– colaborar na elaboração e atualização do plano de ação municipal;

– promover a interlocução entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e as instâncias de colaboração;

– acompanhar os indicadores de alfabetização e contribuir para a análise dos resultados;

– colaborar na organização das formações continuadas;

– apoiar o monitoramento das metas e dos resultados;

– sistematizar informações e registros das ações desenvolvidas;

– contribuir para a elaboração de relatórios de acompanhamento;

– apoiar a implementação das estratégias de recomposição das aprendizagens; e

– desenvolver outras atividades relacionadas à articulação municipal do CNCA, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Art. 8º Compete ao Técnico da Secretaria Municipal de Educação, **Jonathan Carlos Alves Beserra**:

– prestar apoio técnico à elaboração e implementação da Política Municipal de Alfabetização;

– colaborar na elaboração, organização e revisão dos documentos orientadores da política;

– apoiar o planejamento das ações de alfabetização e formação continuada;

– colaborar na organização de reuniões, encontros formativos e atividades pedagógicas;

– contribuir para a sistematização de informações e indicadores educacionais;

– apoiar a elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação;

– organizar e acompanhar os registros administrativos e técnicos relacionados às ações da política, conforme as atribuições de seu cargo;
– colaborar com a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;

– apoiar a elaboração de projetos, planos de ação e estratégias de intervenção pedagógica; e

– desempenhar outras atividades técnicas relacionadas à política, respeitadas as atribuições legais de seu cargo.

Art. 9º Compete ao Coordenador Pedagógico, **Sária de Lima Braz**:

– colaborar com o planejamento e o acompanhamento das ações pedagógicas da Rede Municipal de Ensino;

– apoiar as equipes gestoras e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares;

– contribuir para a implementação das estratégias de alfabetização e letramento;

– participar da análise dos resultados das avaliações internas e externas;

– apoiar a elaboração de estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;

– colaborar com a formação continuada dos profissionais da educação;

– acompanhar, em articulação com a equipe técnica, os indicadores de aprendizagem;

– participar das reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação da política; e

– contribuir para a integração das ações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. Compete a Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, **Ana Patrícia silva Nascimento**:

– acompanhar o planejamento pedagógico dos Anos Iniciais;

– orientar as práticas de alfabetização e letramento desenvolvidas nas unidades escolares;

– apoiar os professores alfabetizadores na organização das rotinas pedagógicas;

– acompanhar os resultados das avaliações diagnósticas e formativas;

– colaborar na elaboração de estratégias de intervenção pedagógica;

– apoiar as ações de recomposição das aprendizagens do 3º ao 5º ano;
- incentivar práticas de leitura, escrita, compreensão textual e produção escrita;

– promover o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas;

– contribuir para a análise dos avanços e das dificuldades dos estudantes; e

– colaborar com a articulação entre professores, gestores escolares e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11. Compete à equipe técnica e pedagógica atuar de maneira integrada, promovendo a articulação entre planejamento, formação continuada, acompanhamento das escolas, avaliação das aprendizagens e implementação das estratégias de intervenção.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações de formação continuada destinadas aos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos na alfabetização.
Art. 13. As ações de formação continuada poderão contemplar:

– fundamentos teóricos e metodológicos da alfabetização e do letramento;

– desenvolvimento da consciência fonológica e apropriação do sistema de escrita alfabética;

– práticas de leitura, escrita, oralidade e produção textual;

– desenvolvimento da fluência e da compreensão leitora;

– planejamento e organização de rotinas pedagógicas;

– avaliação diagnóstica e formativa;

– recomposição das aprendizagens;
– educação inclusiva e estratégias de acessibilidade;

– utilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos;

– análise de dados e indicadores educacionais;

– literatura infantil e formação de leitores; e

– equidade étnico-racial e Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

Art. 14. O acompanhamento pedagógico das unidades escolares deverá ocorrer de forma planejada, considerando as necessidades de aprendizagem identificadas, os resultados das avaliações e as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 15. Os profissionais responsáveis pelas ações formativas poderão atuar em articulação com professores formadores do Pró-Alfa RN, do CNCA, do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI) e de outras iniciativas pertinentes, conforme as regras e orientações de cada programa.
Parágrafo único. A atuação como formador e eventual concessão de bolsa dependerão de regulamentação específica, quando exigida, e do atendimento às condições legais, administrativas e orçamentárias aplicáveis.

CAPÍTULO VII

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, considerando, entre outros, os seguintes indicadores:
– resultados de aprendizagem em Lingua portuguesa(leitura e escrita) fluência leitora e Matemática;
– resultados das avaliações diagnósticas e formativas;

– indicadores oficiais de alfabetização;

– indicadores de frequência e permanência escolar;

– participação dos profissionais nas formações continuadas;

– execução das ações previstas nos planos de alfabetização;

– evolução das aprendizagens dos estudantes que necessitem de recomposição;

– redução das desigualdades de aprendizagem entre escolas, territórios e grupos de estudantes; e

– promoção da equidade étnico-racial e implementação de práticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Art. 17. A equipe responsável pela Política Municipal de Alfabetização deverá produzir, no mínimo, relatório semestral de acompanhamento, contendo:
– ações realizadas;

– metas estabelecidas e resultados alcançados;

– análise dos indicadores de aprendizagem;

– principais desafios identificados;

– estratégias de enfrentamento adotadas; e

– recomendações para o período subsequente.

Art. 18. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar o planejamento pedagógico, a formação continuada, a organização das intervenções e a revisão das estratégias de alfabetização.
Parágrafo único. O tratamento e a divulgação dos dados dos estudantes deverão respeitar a legislação de proteção de dados pessoais e o sigilo das informações individuais.

CAPÍTULO VIII

DA ARTICULAÇÃO INTERNA E DA GOVERNANÇA

Art. 19. A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma articulada com as demais áreas da Secretaria Municipal de Educação, especialmente as responsáveis por:
– Educação Infantil;

– Ensino Fundamental anos iniciais;

– formação continuada;

– currículo e avaliação;

– educação inclusiva;

– gestão escolar;

– planejamento e gestão educacional;

– tecnologia educacional e gestão de dados;

– programas e projetos educacionais; e

– promoção da equidade étnico-racial e Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir, por ato próprio, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo e propositivo, destinado a promover a articulação intersetorial e acompanhar a implementação da política.
Parágrafo único. A composição, as competências, a periodicidade das reuniões e o funcionamento do Comitê serão definidos em ato específico.

CAPÍTULO IX

DA ALOCAÇÃO E DA ATUAÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 21. A atuação dos servidores na estrutura de que trata esta Portaria observará a legislação municipal e a organização administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A distribuição das atividades deverá considerar a formação acadêmica, a experiência profissional e as competências relacionadas à alfabetização, formação docente, gestão pedagógica, avaliação educacional, currículo e análise de dados.
§ 2º Os profissionais poderão atuar em regime integral ou parcial, conforme a organização do serviço e as necessidades administrativas e pedagógicas.
§ 3º A organização das atividades não poderá comprometer a continuidade dos serviços educacionais essenciais das unidades escolares.
§ 4º A designação de atribuições deverá respeitar os cargos, as carreiras e as competências legalmente estabelecidas.

CAPÍTULO X

DO PLANO DE TRABALHO ANUAL — PTA

Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, o Plano de Trabalho Anual (PTA) da Política Municipal de Alfabetização, contendo, no mínimo:
– diagnóstico da situação da alfabetização na Rede Municipal de Ensino;

– objetivos e metas anuais;

– estratégias pedagógicas;

– ações de formação continuada;

– ações de acompanhamento e apoio às escolas;

– estratégias de avaliação e monitoramento;

– cronograma de execução;

– responsáveis por cada ação; e

– indicadores e meios de verificação dos resultados.

Art. 23. O Plano de Trabalho Anual deverá estar articulado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, às políticas
estaduais de alfabetização, ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação, ao Plano Municipal de Educação e às diretrizes curriculares vigentes.
Art. 24. O Plano de Trabalho Anual deverá ser acompanhado periodicamente, com registro das atividades realizadas, dos resultados alcançados e das medidas necessárias para o cumprimento das metas.
CAPÍTULO XI

DOS RECURSOS E DO APOIO INSTITUCIONAL

Art. 25. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável, as condições administrativas, pedagógicas, materiais e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 26. As despesas decorrentes da execução das ações previstas nesta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, respeitadas as regras de aplicação dos recursos, a legislação de responsabilidade fiscal e as demais disposições legais pertinentes.
Art. 27. A execução das ações poderá contar com recursos de programas estaduais e federais, cooperação técnica e parcerias legalmente formalizadas, observadas as condições de utilização e prestação de contas.
CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir instruções normativas, orientações técnicas e demais atos necessários à execução desta Portaria.

Art. 29. Os casos omissos serão analisados pela Secretária Municipal de Educação, observadas as competências administrativas e a legislação vigente.
Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 20 de Outubro de 2026.

RAQUEL LIMA DE MOURA
Secretária municipal de Educação

Publicado por:
Raquel Lima de Moura
Código Identificador:DAFF6D98

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO/CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 002/2026E 007/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2025- PROC. ADMINIST. Nº 715.019/2025

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: N2M INOVAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA,**,**inscrita no CNPJ/MF Nº 61.835.529/0001-10, **OBJETO**: O credenciamento para prestação de serviços de Pedreiro, Auxiliar de Pedreiro, Calceteiro e Auxiliar de Calceteiro, nos termos do respectivo edital e instrumentos correlatos; **DATA DA ASSINATURA:** 19 de outubro de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Credenciamento; **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 pela Contratante e Rocely Izabela Raysa de Lima, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.***.***–40 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 19 de outubro de 2026

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:99F2B001

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.
CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Senhora Edilza Maria de Azevedo, servidora ocupante do cargo de Pedagoga, lotada na Secretaria de Educação, matrícula n° 1523, ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 105,00 (cento e cinco reais), com objetivo de participação da servidora no IV Encontro Presencial de Formação de Formadores Municipais do PROLEEI/CNCA, que acontecerá no dia 21 de outubro de 2026, no Praiamar Hotel e Convenções, Natal/RN.

Art. 2º A participação da servidora no justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento da gestão educacional no âmbito municipal. O referido evento reúne especialistas da área, promovendo um espaço de diálogo, troca de experiências e atualização acerca das políticas públicas educacionais vigentes. A presença neste seminário possibilita o alinhamento das ações da Secretaria Municipal de Educação às diretrizes estaduais e nacionais, bem como o acesso a informações estratégicas que auxiliam na tomada de decisões mais assertivas e eficientes no contexto educacional
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:06A9E52B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 05/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N° 05/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada **aos vinte dias de outubro de dois mil e vinte e seis, às nove horas da manhã**, de forma online, pelo aplicativo Google Meet ®, **através do link https://meet.google.com/azw-mxem-rbq**.
A Sra. Josinete dos Santos Medeiros de Azevedo, presidente do conselho, iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes e apresentou as seguintes pautas para o dia: 1. Informes Gerais; 2. Apreciação de planos de trabalho de emendas parlamentares; 3. Avaliação de solicitação desse Conselho referente a concessão de benefício eventual.
A palavra foi repassada então a Samuel Azevedo Santos de Medeiros, secretário municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, logo, dando prosseguimento às pautas da reunião. Foram apresentados os informes gerais, oportunidade em que os conselheiros compartilharam comunicados e informações relevantes relacionadas às ações e ao funcionamento do Conselho, bem como assuntos de interesse da política pública em questão.
Na sequência, procedeu-se à apreciação dos espelhos das emendas parlamentares destinadas ao SUAS, ocasião em que contou com a participação de Francisco Toucheé, assessor técnico da SEMTHAS, no qual abordou acerca das destinações e valores que serão enviados para este município. Informo, que após as transações financeiras repassadas ao município serão apresentadas por parte das organizações os Planos de Trabalho das emendas parlamentares. Após a apresentação, foi facultada a palavra para os conselheiros sem ocorrer nenhum questionamento. A sra. Josinete, presidente do CMAS, abriu a votação referente a aprovação dos espelhos, no qual foi aprovado por unanimidade pelos presentes.
A terceira e última pauta contou com a participação do técnico de referência do CREAS, o Sr. Levi Carvalho de Freitas, que explanou aos presentes a necessidade de apreciação da solicitação de prorrogação do caso de um usuário, a qual já foram entregues as 06 (seis) cestas básicas prevista na Resolução Municipal, e sua solicitação era a conceção de 1 (uma) cesta básica. O servidor informou dos ocorridos ao longo dos atendimentos e algumas situações que perduram o caso, o nome e demais informações do usuário foram mantidos em sigilo considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Após a participação do servidor, foi dada a palavra para os presentes explanarem alguma dúvida ou fazerem alguma observação do caso, mas não houve pronunciamentos, posteriormente, cada conselheiro foi convocado a responder um questionário (via Google Forms) informando se estava de acordo ou em desacordo a solicitação, conforme votação, em anexo, foi decidido com a maioria de 8 (oito) votos favoráveis ao caso e 3 (três) votos desfavoráveis a situação demandada. Ficando assim, o servidor autorizado a proceder com a concessão de uma cesta básica a requerente.

Por fim, a Sra. Josinete dos Santos Medeiros de Azevedo, não havendo outros assuntos a serem tratados, agradeceu a presença e o pronto atendimento dos senhores Conselheiros, registrou a conclusão da pauta prevista para a reunião, sendo encerrados os trabalhos às nove horas e cinquenta e oito minutos da manhã deste dia, dos quais se lavrou a presente ata redigida por Samuel Azevedo Santos de Medeiros, Secretário da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, encaminhando-a para a coleta de assinaturas da Presidente deste Conselho e dos senhores Conselheiros, para os devidos fins.

JOSINETE DOS SANTOS MEDEIROS DE AZEVEDO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Samuel Azevedo Santos de Medeiros
Código Identificador:64161FD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 006, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre o parecer acerca de recursos provenientes de emendas parlamentares destinadas a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Considerando, o Conselho Municipal da Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas Leis Federais nº 8.742/93, nº 12.435/2011 e pela Lei Municipal Nº. 605/96;
Considerando, a Reunião Ordinária, realizada em 20 de Outubro de 2026, conforme Ata de N°. 05/2026;
Considerando, o Espelho da programação n° 240570220260003, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Considerando, o Espelho da programação n° 240570220260004, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Resolve:

Art. 1º - Aceita o repasse de recurso do espelho da programação n° 240570220260003, da emenda parlamentar n° 202644740007.

Art. 2° - Aceita o repasse de recurso do espelho da programação n° 240570220260004, da emenda parlamentar n° 202644740007.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação desta resolução.

Jardim do Seridó – RN, 20 de outubro de 2026.

JOSINETE DOS SANTOS MEDEIROS DE AZEVEDO
Presidente do CMAS Jardim do Seridó/RN

Publicado por:
Samuel Azevedo Santos de Medeiros
Código Identificador:73BCCAEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): ILAZARO FIGUEIREDO NAZARIO
CPF/CNPJ: 032.780.124-70
MATRÍCULA: 137416-8
CARGO: PROFESSOR
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 14/10/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 07/10/2026 a 04/01/2027

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:168FD879

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): FRANCISCO ALDAIR DAS CHAGAS SOUZA
CPF/CNPJ: 720.815.114-87
MATRÍCULA: 137411-7
CARGO: PROFESSOR
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 14/10/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 07/10/2026 a 04/01/2027

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:7767C1E2

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGÊNCIAL Nº19100001/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.647/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a dispensa de licitação emergencial nº 19100001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ sob o n.º 33.345.344/0001-91

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE IDA, SAINDO DA POUSADA ATÉ A CLÍNICA MÉDICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE VOLTA, DA CLÍNICA MÉDICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN ATÉ A POUSADA.	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00
Total Geral					**R$ 21.000,00**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remoção e transporte de paciente em veículo tipo ambulância, para

realização de tratamento médico em clínicas especializadas no município de Natal/RN, em atendimento às necessidades especiais de saúde do paciente, assegurando transporte adequado e assistência compatível com sua condição clínica.

MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ sob o n.º 33.345.344/0001-91 - pelo valor de R$ 21.000,00 em 20/10/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0CDC08E8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA EMERGÊNCIAL Nº19100001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.647/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a dispensa de licitação emergencial nº 19100001/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ sob o n.º 33.345.344/0001-91

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE IDA, SAINDO DA POUSADA ATÉ A CLÍNICA MÉDICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE VOLTA, DA CLÍNICA MÉDICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN ATÉ A POUSADA.	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00
Total Geral					**R$ 21.000,00**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remoção e transporte de paciente em veículo tipo ambulância, para realização de tratamento médico em clínicas especializadas no município de Natal/RN, em atendimento às necessidades especiais de saúde do paciente, assegurando transporte adequado e assistência compatível com sua condição clínica.

MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ sob o n.º 33.345.344/0001-91 - pelo valor de R$ 21.000,00 em 20/10/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:7736C495

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
DISPENSA N° 056/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25080002/2025

Interessado: SOMA SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 50.318.072/0001-50.
Assunto: Solicitação da apuração do reajuste pelo IPCA do **Contrato Administrativo n° 158/2025.**

No uso de minhas atribuições legais, notadamente as previstas na **Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, **considerando** a solicitação da apuração do reajuste de preços do contrato em referência, **AUTORIZO** o reajuste dos preços, por estarem presentes nos autos as devidas justificativas e comprovação de variação de preços através da realização dos cálculos, utilizando calculadora do Banco Central, e o índice do IPCA,
conforme previsto no contrato inicial. Sendo assim os preços passam a ser:

Item	Descrição	UNID MED.	Qtd.	Valor Unit. REAJUSTADO – IPCA - 5,078090 %	Valor Total
1	SISTEMA DE PACS NA NUVEM COM DIREITO A 100 LAUDOS	SERV	12	1.366,02	16.392,24
2	PELÍCULAS 25X30 AGFA 100 UNIDADES	SERV	12	945,70	11.348,40
				TOTAL	27.740,64

Ficam integralmente mantidas todas as demais condições pactuadas no **Contrato Administrativo nº 158/2025.**

Publique-se,

Jucurutu/ RN, 19 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:A27C175C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 158/2025 DISPENSA N° 056/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25080002/2025

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: SOMA SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 50.318.072/0001-50; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIO-X E IMPRESSÃO DE PELÍCULAS, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 23 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Alisson José de Lima Silva – Contratado.

Jucurutu/ RN, 19 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:4A875534

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 019/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026 – PROCESSO Nº 102/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 019/2026

CREDENCIAMENTO 003/2026 – PROCESSO Nº 102/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.346.921/0001-67; OBJETO: Execução dos serviços de TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; VIGÊNCIA: O termo de credenciamento deverá ter vigência de um (01) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente, por se tratar de serviços de necessidade contínua (art. 107 da Lei n° 14.133/2021), respeitada a vigência máxima decenal. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **I - GESTÃO/UNIDADE:** 09.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. **II - FONTES DE RECURSOS:** 15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE; 16000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE; 16003110 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS; 16210000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL. **III - PROGRAMA DE TRABALHO:** 0010 – SAUDE PARA TODOS. **IV - ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. **V – PLANO INTERNO:** 2223 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2030 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 – MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Tamylla Izabel da Silva – Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 19 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:30B9628C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 029/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Assunto: **Registro de preços para locação de conjunto veicular pesado para transporte de materiais para atendimento às demandas da secretaria municipal de agricultura.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que preceitua a Lei nº 14.133/2021:

R E S O L V E

Conhecer o recurso interposto pela empresa licitante **TS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** - CNPJ nº 03.386.750/0001-31, por ser tempestivo e admissível, e no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, acatando em todos os seus termos as informações apresentadas pela **Pregoeira Oficial do Município de Jucurutu/ RN,** ratificando a **DECISÃO** que julgou pela **Inabilitação** da empresa recorrente **TS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** - CNPJ nº 03.386.750/0001-31, por não apresentar atestados de capacidade técnica conforme o previsto no item 10.6.4.a do Termo de Referência.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 14 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:BE615507

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN Nº 037/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS

Assunto: **contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de acesso à internet, incluindo fornecimento, instalação, operação, manutenção e suporte técnico, por meio de links dedicados, utilizando tecnologias de fibra óptica ou equivalente, para atendimento aos diversos pontos da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que preceitua a Lei nº 14.133/2021:

R E S O L V E

Conhecer os recursos interpostos pelas empresas licitantes **FENIXNETCOM - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA -** CNPJ nº 21.080.022/0001-89, e **PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S.A.** - CNPJ nº 40.120.343/0001-04, por serem tempestivos e admissíveis, e no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, acatando em todos os seus termos as informações apresentadas pela **Pregoeira Oficial do Município de Jucurutu/ RN,** ratificando a **DECISÃO** que julgou pela:

Inabilitação da empresa recorrente **FENIXNETCOM - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA -** CNPJ nº 21.080.022/0001-89, por não apresentar atestados de capacidade técnica conforme o previsto no item 10.8.a.1 do Termo de Referência;
Inabilitação da empresa recorrente **PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S.A. -** CNPJ nº 40.120.343/0001-04, por não apresentar atestados de capacidade técnica conforme o previsto no item 10.8.a.1 do Termo de Referência.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 13 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:0D6B1F88

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN Nº 037/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de acesso à internet, incluindo fornecimento, instalação, operação, manutenção e suporte técnico, por meio de links dedicados, utilizando tecnologias de fibra óptica ou equivalente, para atendimento aos diversos pontos da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN.

TERMO DE ARQUIVAMENTO

CONSIDERANDO, o fracasso do certame referente ao Pregão Eletrônico nº 015/2026, destinado à contratação de serviços de acesso à internet para o Município de Jucurutu/RN;

CONSIDERANDO, que durante o procedimento, foram constatados descumprimentos das exigências editalícias, especialmente quanto à documentação de habilitação e à comprovação da qualificação técnico-operacional. Mesmo após as diligências realizadas, não restaram licitantes habilitados para a contratação;
CONSIDERANDO, por fim, os recursos administrativos apresentados pelas empresas PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S/A e FENIXNETCOM SERVIÇOS TECNOLÓGICOS EM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI foram indeferidos pela autoridade competente, sendo a sessão finalizada em 20 de outubro de 2026, com a declaração de fracasso do processo;

O Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente as previstas na legislação especial de licitações e contratos, DECIDE,

ARQUIVAR o presente processo licitatório.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 20 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:4AD5FA1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 DISPENSA N° 056/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25080002/2025

Trata o presente do **1º Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo n°. 158/2025**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN** e a empresa **SOMA SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 50.318.072/0001-50**, de acordo com o constante nos autos do respectivo processo, visando o **REAJUSTE DE PREÇO**, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente APOSTILAMENTO tem como objeto o **REAJUSTE PELO IPCA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 158/2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - *A* Apostila, como instrumento próprio para formalização de **REAJUSTE DE PREÇO DO CONTRATO**, está prevista no **artigo 136 da Lei nº 14.133/2021**:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I – Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;"

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
3.1 - Em vista do presente **REAJUSTE DE PREÇO DO CONTRATO**, os valores unitários dos itens do contrato são reajustados em:

item	Descrição	UNID MED.	Qtd.	Valor Unit. REAJUSTADO – IPCA - 5,078090 %	Valor Total
1	SISTEMA DE PACS NA NUVEM COM DIREITO A 100 LAUDOS	SERV	12	1.366,02	16.392,24
2	PELÍCULAS 25X30 AGFA 100 UNIDADES	SERV	12	945,70	11.348,40
				TOTAL	27.740,64

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
4.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

Publique-se,

Jucurutu/ RN, 19 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:3C109B06

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/RN N° 029/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **TS LOCAÇOES E SERVIÇOS LTDA –** CNPJ: 03.386.750/0001-31, visando à assinatura da ata de registro de preços, cujo objeto é o **Registro de preços para locação de conjunto veicular pesado para transporte de materiais para atendimento às demandas da secretaria municipal de agricultura.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura da referida ata.

Jucurutu/RN, 20 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA
Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:9F9EDC0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 327 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 327 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária a servidora, **Luciclelia Tomaz de Araújo,** Coordenadora do Ensino Infantil, lotada na *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura, matrícula nº 5287, CPF: ***.550***-85 e RG:1.***.205, que irá a serviço do Município por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cidade de Natal no dia 21 de outubro de 2026, para participar de evento.

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Viagem para participar do 4° Encontro

Presencial, com carga horária de 8h, para os/as formadores/as municipais, do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA. Que acontecerá no dia 21 de outubro de 2026, no Praiamar Hotel e Convenções, das 8h às 17h30. Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 21 de outubro de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(x) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *125,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 20 de outubro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:FBE56B87

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 328 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 328 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária a servidora, **Ana Maria Rodrigues da Silva Medeiros,** Coordenadora do Ensino Fundamental, lotada na *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura, matrícula nº 253, **CPF:** ***.240.***-15 e **RG:**1.***.031, que irá a serviço do Município por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cidade de Natal no dia 21 de outubro de 2026, participar de evento.

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Viagem para participar do 4° Encontro Presencial, com carga horária de 8h, para os/as formadores/as municipais, do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA. Que acontecerá no dia 21 de outubro de 2026, no Praiamar Hotel e Convenções, das 8h às 17h30. Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 21 de outubro de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *125,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 20 de outubro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:9FE7246F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 068/2026-GP

Declara a anulação das Portarias nºs 034/2024-GP, 039/2024-GP, 040/2024-GP, 064/2024-GP e 065/2024, em cumprimento à decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) proferida nos autos do Processo nº 0816010-20.2024.8.20.0000, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a decisão judicial transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 0816010-20.2024.8.20.0000, que reconheceu a incompatibilidade dos §§ 3º e 4º do artigo 54 da Lei Complementar Municipal nº 002/2001 com a Constituição Estadual (art. 28, § 13, acrescentado pela EC nº 20/2020) e com a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019;

CONSIDERANDO a notificação expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte no Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.23.2227.0000295/2026-33 (Ofício nº 459/2026-NRCC/CJUD/PGJ/RN) para dar cumprimento ao acórdão do TJRN;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de anular seus próprios atos quando eivados de inconstitucionalidade e ilegalidade, conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (Súmula 473);

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, em estrito cumprimento ao julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), com efeitos a contar da data do julgamento da ADPF nº 0816010-20.2024.8.20.0000, as seguintes portarias:

I - Portaria nº 034/2024-GP, de 28 de março de 2024 (servidora Maria Solidade de Araújo Sousa);

II - Portaria nº 039/2024-GP, de 24 de abril de 2024 (servidor Luiz Eduardo Fernandes);

III - Portaria nº 040/2024-GP, de 24 de abril de 2024 (servidor João André Ferreira Filho); e

IV - Portaria nº 064/2024-GP, de 04 de julho de 2024 (servidora Maria Aparecida Dias Duarte).
V – Portaria nº 065/2024, de 04 de julho de 2024 (servidora Michele de Souza Silva).

Art. 2º Em conformidade com a decisão do TJRN, ficam preservados os efeitos financeiros produzidos até a data do julgamento do referido feito, resguardando-se os valores já pagos até aquele marco.

Art. 3º Determine-se ao Setor de Recursos Humanos e ao Setor de Folha de Pagamento a adoção imediata das providências operacionais necessárias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Jundiá/RN, 20 de outubro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jundiá/RN

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:29D23DB4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 119006/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN
CNPJ: 08.142.887/0001-64
Contratada: JOZILMA MARIA DE CARVALHO
CNPJ. Nº. 04.805.345/0001-73
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGOA D'ANTA/RN.
Valor do Contrato: R$ 58.160,00 (cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais)
Fundamentação Legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024.
Dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 14.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Projeto/atividade: 27.812.0001.2256 - Manutenção Das Ações Da Secretaria
Municipal De Esportes
Natureza de despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Lagoa D'Anta/RN, 10 de fevereiro de 2026

Signatários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN
CNPJ: 08.142.887/0001-64
JOÃO PAULO GUEDES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL
PELA CONTRATANTE

JOZILMA MARIA DE CARVALHO
CNPJ. Nº. 04.805.345/0001-73
PELA CONTRATADA

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:87BC6839

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 08/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 119007/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN
CNPJ: 08.142.887/0001-64
Contratada: 64.586.854 ELOISA CORDEIRO GOMES
CNPJ. Nº. 64.586.854/0001-84
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN.
Valor do Contrato: R$ 39.960,00 (trinta e nove mil, novecentos e sessenta reais)
Fundamentação Legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 147/2024.
Dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 02.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/atividade: 04.122.0001.2028 - Manutenção Das Ações Da Secretaria
Municipal De Administração
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 01.001 - GABINETE DO PREFEITO
Projeto/atividade: 04.122.0003.2002 - Aquisição de Equipamentos e Material
Permanente
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Projeto/atividade: 04.122.0001.2003 - Manutenção Das Ações Da Secretaria
Municipal De Finanças
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Projeto/atividade: 20.122.0001.2022 - Manutenção Das Ações Da Secretaria
Municipal De Agricultura
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto/atividade: 12.122.0001.2185 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria
De Educação
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Projeto/atividade: 12.122.0003.1135 - Aquisição de Material Permanente e
Outros Equipamentos
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União -
VAAT

Projeto/atividade: 12.361.0001.2168 - Manutenção Das Atividades Do FUNDEB
- Ensino Fundamental
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União –
VAAT
Fonte: 15400000 - Transferências do FUNDEB
Projeto/atividade: 12.365.0001.2011 - Manutenção Das Atividades Do FUNDEB
- CRECHE
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União –
VAAT
Fonte: 15400000 - Transferências do FUNDEB
Projeto/atividade: 12.365.0001.2216 - Manutenção Das Atividades Do FUNDEB
- PRÉ ESCOLA
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União -
VAAT
Fonte: 15400000 - Transferências do FUNDEB
Unidade Orçamentária: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PUBLICAS E SERVIÇOS
Projeto/atividade: 15.122.0001.2019 - Manutenção Das Ações Da Secretaria
Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Projeto/atividade: 26.122.0003.1507 - Aquisição De Veículos e Outros
Equipamentos
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 13.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E
TURISMO
Projeto/atividade: 13.392.0013.1632 - Aquisição de Equipamentos e Material
Permanente
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 14.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Projeto/atividade: 27.812.0014.1637 - Aquisição De Equipamentos e Materiais
Permanentes
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 15.001 - SECRETARIA DE SAÚDE
Projeto/atividade: 10.122.0001.2173 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria
De Saúde
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Projeto/atividade: 10.301.0006.1145 - Aquisição de Equipamento e Material
Permanente - APS
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços
Públicos de Saúde
Projeto/atividade: 10.302.0006.1146 - Aquisição de Equipamento e Material
Permanente – MAC
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços
Públicos de Saúde
Unidade Orçamentária: 16.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL
Projeto/atividade: 08.244.0009.1147 - Aquisição de Equipamentos e Material
Permanente
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 17.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE
Projeto/atividade: 18.122.0003.1638 - Aquisição e Equipamentos e Materiais
Permanentes
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 18.001 - SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
Projeto/atividade: 04.122.0001.2262 - Manutenção Da Secretaria Municipal De
Tributação
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 19.001 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Projeto/atividade: 04.122.0001.2263 - Manutenção da Secretaria Municipal de
Defesa Social
Natureza de despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Lagoa D'Anta/RN, 10 de fevereiro de 2026

Signatários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN
CNPJ: 08.142.887/0001-64
JOÃO PAULO GUEDES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL
PELA CONTRATANTE

64.586.854 ELOISA CORDEIRO GOMES
CNPJ. Nº. 64.586.854/0001-84
PELA CONTRATADA

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:B1D286D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 33/2026 DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: CONSTRUTORA J V A LTDA
CNPJ: 07.062.694/0001-30
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva acréscimo quantitativo e qualitativo de serviços, no valor de R$ 85.933,93 (Oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos, correspondente a 21,48% do valor inicial, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO

DE UNIDADE DE APOIO PARA ATENDIMENTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE DA MACAMBIRA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.
DO VALOR: Fica alterada da Clausula Terceira para o valor global de R$ $ 485.933,93 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no artigo 124, I, "a" e "b", c/c os arts. 125, 126, 127 e 128 da Lei nº 14.133/2021

Lagoa Nova/RN, em 16 de outubro de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:6F5FCB1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 – CMS

RESOLUÇÃO Nº 006/2026 – CMS

RESOLUÇÃO Nº 006/2026 – 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CONSIDERANDO a Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Lagoa Nova, em sua Reunião Extraordinária de 2026 realizada em 04 de agosto de 2026, na sede da Casa dos Conselhos.

CONSIDERANDO a Lei 8.142 de 1990 e suas atribuições legais o § 2° O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

CONSIDERANDOa Lei Complementar 141 de 2012 que institui as atribuições legais e normatizações técnicas Art. 34. A prestação de contas prevista no art. 37 conterá demonstrativo das despesas com saúde integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a fim de subsidiar a emissão do parecer prévio de que trata o art. 56 da Lei Complementar no101, de 4 de maio de 2000.

CONSIDERANDO Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: I - montante e fonte dos recursos aplicados no período; II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.§ 3odo art. 165 da Constituição Federal.

RESOLVE:

ART. 1º - APROVAR, APÓS AVALIAÇÃO, O RELATÓRIO DETALHADO DO 1° QUADRIMESTRE ANTERIOR - RDQA DE 2026.

Homologo a Resolução nº 006/2026 – de termos do Conselho Municipal de Saúde do Município de Lagoa Nova.

FRANCISCO DE SALES MEDEIROS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

MARIA ONIZE MEDEIROS DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:D1383BB7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA SMART EVENTOS LTDA.

Processo Administrativo n° 2003000052/2026
Licitação nº 121/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **SMART EVENTOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 41.601.214/0001-09, sediado Rua Aurenio Nunes Vasconcelos, 130, Muribara - São Lourenco da Mata/PE, CEP: 54.720-265, neste ato representado por RAFAEL GUEDES DE LIMA, inscrito no CPF nº 009.XXX.674-XX, que exerce a função de SÓCIO/ADMINISTRADOR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL E MINISTRAÇÃO DA DUPLA MARCHANDO PARA CANAÃ – TAÍS E THAMIRES, PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA SEMANA DO EVANGÉLICO, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2026, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 01H30MIN.

MODALIDADE: Inexigibilidade nº 55/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação: 1210 - Manutenção de Ações para a Realização de Eventos Culturais, Históricos e Artísticos
Função: 13 - CULTURA
Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0117 - DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO CULTURAL
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 20 de outubro de 2026 a 19 de abril de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 16 de outubro de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

Smart Eventos LTDA
CNPJ: 41.601.214/0001-09
RAFAEL GUEDES DE LIMA
CPF: 009.XXX.674-XX
Contratada

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:63059F3C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 002/2026*

TERMO DE AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, INDENIZAÇÃO, QUITAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS.

Aos 29 de julho de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Lajes, situada na Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000, de um lado, como EXPROPRIANTE: O MUNICÍPIO DE LAJES/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, o Sr. FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.842.134 SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 090.085.724-27, residente e domiciliado à Rua Vereador Mael Querino, nº 88, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000, de outro lado, como EXPROPRIADOS: os legítimos proprietários do imóvel objeto deste termo, a saber: 1. FRANCISCO CANINDÉ SALVIANO, brasileiro, professor, divorciado, portador do CPF/MF nº 270.371.934-53 e CI nº 454.091 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Coronel Manoel Câmara, nº 51, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 2. MARIA APARECIDA SALVIANO DE SOUZA, brasileira, do lar, portadora do CPF/MF nº 914.171.204-87 e CI nº 001.468.498 SSP/RN, e seu esposo, FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, aposentado, portador do CPF/MF nº 043.879.454-00 e CI. nº 101721 – DPRF/RN, casados, residentes e domiciliados na Praça Manoel Januário Cabral, nº 306, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 3. MARIA NORMÉLIA SALVIANO, brasileira, professora, solteira, portadora do CPF/MF nº 512.372.534-20 e CI nº 672.801 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Coronel Joaquim Teixeira, nº 303, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 4. MARIA MÔNICA SALVIANO, brasileira, vendedora, solteira, portadora do CPF/MF nº 626.540.804-63 e CI nº 001.062.467 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Raimundo de Melo, nº 236, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 5. JOÃO BATISTA SALVIANO, brasileiro, aposentado, solteiro, portador do CPF/MF nº 312.062.204-49 e CI nº 472.429 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Cel. Manoel Câmara, nº 51, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 6. MARIA DA CONCEIÇÃO SALVIANO CAVALCANTI, brasileira, professora, viúva, portadora do CPF/MF nº 130.690.554-00 e CI nº 214.193 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Coronel Manoel Câmara, nº 18, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000; 7. GUILHERME SALVIANO, brasileiro, empresário, portador do CPF/MF nº 474.270.864-49 e CI. nº 949022 ITEP/RN, casado com DANIELLE ROCHA DE ANDRADE SALVIANO, brasileira, do lar, portadora do CPF/MF nº 595.354.154-68e CI nº 1.061.762 ITEP/RN, residentes e domiciliados na Rua Letícia Garcia, nº 45, Apto. 201, Neópolis, Natal/RN, CEP: 59.088-750; 8. THYAGO MENEZES SALVIANO, brasileiro, vendedor, solteiro, portador do CPF/MF nº 059.871.824-92 e CI. nº 2.680.856 SSP/RN, residente e domiciliado na Avenida dos Caiapós, nº 121, Torre Florença, BL – B, Apto. 1205, Pitimbu, Natal/RN, CEP: 59.067-400; 9. MARIA CAROLINE MENESES SALVIANO, brasileira, bacharel em direito, solteira, portadora do CPF/MF nº 098.941.984-30 e CI. n º 2.826.480 ITEP/RN, residente e domiciliado na Avenida dos Caiapós, nº 121, Torre Florença, BL – B, Apto. 1205, Pitimbu, Natal/RN, CEP: 59.067-400; 10. MARIA CLARA MENESES SALVIANO, brasileira, ecóloga, solteira, portadora do CPF/MF nº 098.940.564-82 e CI. nº 002.836.889 ITEP/RN, residente e domiciliado na Avenida dos Caiapós, nº 121, Torre Florença, BL – B, Apto. 1205, Pitimbu, Natal/RN, CEP: 59.067-400; 11. JOÃO ZITO BEZERRA DA SILVA SALVIANO, brasileiro, autônomo, solteiro, portador do CPF/MF nº 111.250.214-97 e CI. nº 002.836.902 ITEP/RN, residente e domiciliado na Praça Manoel Januário Cabral, nº 07, Centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objeto a desapropriação amigável da fração do imóvel rural denominado "FAZENDA SÃO LUCAS", propriedade rural com área total de 47,4966 hectares, objeto da Matrícula nº 2.953 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lajes/RN, cujas descrições, limites e confrontações constam detalhadamente no referido registro e no memorial descritivo anexo e no Decreto Municipal nº 026/2026, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – O imóvel descrito na Cláusula Primeira foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, através do Decreto Municipal nº 026, de 23 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 23/07/2026, Edição 3840.

CLÁUSULA TERCEIRA – A desapropriação destina-se à implantação do Novo Bairro Planejado "NOVO HORIZONTE", visando à expansão urbana sustentável do Município, com a criação de infraestrutura pública, unidades habitacionais, equipamentos comunitários e áreas verdes, em conformidade com o interesse público que fundamentou o referido decreto.

CLÁUSULA QUARTA – A título de justa e prévia indenização pela desapropriação do imóvel, o EXPROPRIANTE pagará aos EXPROPRIADOS o valor total de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fixado com base no Laudo de Avaliação Administrativo, consoante consta no Processo Administrativo nº 391/2026. O referido valor foi expressamente aceito pelos EXPROPRIADOS, conforme Termo de Aceite da Proposta de Desapropriação Amigável, que para todos os fins de direito passa a fazer parte integrante deste instrumento.

§1º - O pagamento será realizado em 8 (oito) parcelas mensais e consecutivas, cada uma no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a serem creditados até o dia 10 (dez) de cada mês, mediante depósito/transferência em conta bancária de titularidade a ser formalmente indicada pelos EXPROPRIADOS.

§2º Com o recebimento integral do valor estipulado na Cláusula Quarta, os EXPROPRIADOS darão ao EXPROPRIANTE a mais plena, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer título, em juízo ou fora dele, no que tange à indenização pelo imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA QUINTA - A transferência da posse opera-se, neste ato, por força da cláusula constituti, passando os EXPROPRIADOS, do momento do pagamento da primeira parcela em diante, a deterem a posse em nome do EXPROPRIANTE, podendo usar, gozar e dispor do bem.

§ 1º - As partes, de comum acordo, estabelecem que a transferência definitiva da propriedade do imóvel objeto da presente desapropriação amigável poderá ser formalizada e submetida a registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente antes da quitação integral da indenização, desde que observados os requisitos legais e registrais aplicáveis.

§ 2º - A transferência antecipada da propriedade não importará quitação, remissão, novação ou extinção das obrigações indenizatórias assumidas pelo EXPROPRIANTE, permanecendo integralmente exigíveis as parcelas vincendas, nos valores, prazos e condições estabelecidos na Cláusula Quarta deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – O presente Termo de Desapropriação Amigável é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, renunciando as partes a qualquer direito de arrependimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os EXPROPRIADOS declaram, sob as penas da lei, que o imóvel objeto deste termo encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus, dívidas, hipotecas, penhoras, arrestos, sequestros, ações reais ou pessoais reipersecutórias, conforme atesta a Certidão de Inteiro Teor anexa. Declaram, ainda, que não existem contratos de arrendamento, parceria ou quaisquer outros que possam impedir a imediata imissão na posse pelo EXPROPRIANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Todas as despesas com a lavratura e o registro deste instrumento no Cartório de Registro de Imóveis competente correrão por conta exclusiva do EXPROPRIANTE.

§1º - As partes se comprometem a assinar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para o fiel cumprimento e registro do presente termo.

CLÁUSULA NONA – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

Lajes/RN, 29 de julho de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal de Lajes/RN (Expropriante)

FRANCISCO CANINDÉ SALVIANO
CPF/MF nº 270.371.934-53 (Proprietário - Expropriado)

MARIA APARECIDA SALVIANO DE SOUZA
CPF/MF nº 914.171.204-87 (Proprietário - Expropriado)

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA
CPF/MF nº 043.879.454-00 (Proprietário - Expropriado)

MARIA NORMÉLIA SALVIANO
CPF/MF nº 512.372.534-20 (Proprietário - Expropriado)

MARIA MÔNICA SALVIANO
CPF/MF nº 626.540.804-63 (Proprietário - Expropriado)

JOÃO BATISTA SALVIANO
CPF/MF nº 312.062.204-49 (Proprietário - Expropriado)

MARIA DA CONCEIÇÃO SALVIANO CAVALCANTI
CPF/MF nº 130.690.554-00 (Proprietário - Expropriado)

GUILHERME SALVIANO
CPF/MF nº 474.270.864-49 (Proprietário - Expropriado)

DANIELLE ROCHA DE ANDRADE SALVIANO
CPF/MF nº 595.354.154-68 (Proprietário - Expropriado)

THYAGO MENEZES SALVIANO
CPF/MF nº 059.871.824-92 (Proprietário - Expropriado)

MARIA CAROLINE MENESES SALVIANO
CPF/MF nº 098.941.984-30 (Proprietário - Expropriado)

MARIA CLARA MENESES SALVIANO
CPF/MF nº 098.940.564-82 (Proprietário - Expropriado)

JOÃO ZITO BEZERRA DA SILVA SALVIANO
CPF/MF nº 111.250.214-97 (Proprietário - Expropriado)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:D34357A1

PREVLAJES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

Licitação nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05001.000001/2026

A **DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN – PREVLAJES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer da Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal n° 11, de 24 de março de 2023, verbis:
"Art. 75 – É dispensável a Licitação:
[...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;"

CONSIDERANDO que a escolha da proposta vencedora se deu após regular procedimento de disputa, precedido da publicação do Aviso de Dispensa de Licitação, sagrando-se vencedora a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração;

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE

DISPENSAR licitação, Com fundamento no **Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21, o** seguinte objeto: **Contratação de Empresa para fornecimento de material gráfico destinado a atender às necessidades institucionais e administrativas do Fundo de Previdência Social de Lajes/RN,** em favor da empresa **LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA, CNPJ nº 07.805.649/0001-29**, estabelecida à Avenida Deodoro da Fonseca, nº 755, Petrópolis, Natal/RN – CEP: 59.020-600, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, no valor global de **R$ 11.749,60 (onze mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).**

O Fundo de Previdência Social do Município de Lajes/RN efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 05001.000001/2026, bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Lajes/RN, em 20 de outubro de 2026.

FRANCISCA REJANE DA SILVA MOREIRA
Diretora Executiva

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:0049B529

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2026

Dispõe sobre a adesão ao Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Lajes Pintadas/RN

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Lajes Pintadas/RN, no uso das atribuições que lhe conferea Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;
CONSIDERANDO a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009, que estabelece o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências como serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção social à população atingida por situações de calamidade pública e emergência, mediante a oferta de acolhimento, atenção socioassistencial e articulação com as demais políticas públicas e órgãos integrantes do sistema de proteção e defesa civil;
CONSIDERANDO a necessidade de estruturar e garantir a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito municipal, observadas as diretrizes e normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
RESOLVE:

Art. 1 - Aprovar a adesão do Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Art. 2 - Fica autorizada a adoção das providências necessárias à formalização da adesão do Município ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências - 2026, bem como à implementação das ações dele decorrentes, observadas as normativas vigentes e as responsabilidades do Município no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Art. 3 - A execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências deverá observar as normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e demais legislações e regulamentações pertinentes, sendo realizada de forma articulada com a rede socioassistencial e intersetorial, em consonância com as competências e responsabilidades atribuídas ao Município, visando assegurar proteção e atenção integral às pessoas e famílias afetadas.
Art. 4 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social, Santa Cruz/RN, 15 de outubro de 2026.

ELIZAMA PEREIRA BARROS
Presidente do Conselho

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:410DC0B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - ESMAEL SUEL DA SILVA

PORTARIA Nº 170/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **ESMAEL SUEL DA SILVA**, ocupante do cargo de Subc. de Atenção Básica, matrícula n° 0004707/3, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 0,5(meia) diária no valor total de R$ 100,00(cem reais) Para Participar da 274ª Reunião Ordinária do Cosems/RN, no dia 22 de outubro de 2026, em Natal/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:CD849D77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - JOSÉ HUMBERTO DE AGUIAR

PORTARIA Nº 169/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **JOSÉ HUMBERTO DE AGUIAR**, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, matrícula 000038/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 0,5(meia) diária no valor total de R$ 100,00(cem reais) Para Participar da 274ª Reunião Ordinária do Cosems/RN, no dia 22 de outubro de 2026, em Natal/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:06B7286C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - NIVALDO ALVES DA SILVA

PORTARIA Nº 171/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **NIVALDO ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, matrícula n° 0000310/4, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 0,5(meia) diária no valor total de R$ 175,00(cento e setenta e cinco reais) Para Participar da 274ª Reunião Ordinária do Cosems/RN, no dia 22 de outubro de 2026, em Natal/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:805E4EBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS - FRANCISCO EVANUEL DE SOUTO

PORTARIA N° 120/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, combinado com a subseção IX e capitulo IV, artigos 84 e 85 da Lei Complementar Municipal n° 121/2000.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a pedido, férias de 30(trinta) dias, computados a partir do dia 03/11/2026, o servidor público municipal, o Sr. **FRANCISCO EVANUEL DE SOUTO**, matricula n°4472, relativo ao período aquisitivo de 2026.

Art. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:6E55E1CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS - PATRICIA DE LIMA DA SILVA

PORTARIA N° 121/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, combinado com a subseção IX e capitulo IV, artigos 84 e 85 da Lei Complementar Municipal n° 121/2000.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a pedido, férias de 30(trinta) dias, computados a partir do dia 03/11/2026, a servidora pública municipal, a Sra. **PATRICIA DE LIMA DA SILVA**, matricula n°265, relativo ao período aquisitivo de 2026.

Art. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:1D0FFFAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS - WENZEL DE MOURA MATIAS

PORTARIA N° 119/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, combinado com a subseção IX e capitulo IV, artigos 84 e 85 da Lei Complementar Municipal n° 121/2000.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a pedido, férias de 30(trinta) dias, computados a partir do dia 03/11/2026, o servidor público municipal, o Sr. **WENZEL DE MOURA MATIAS**, matricula n°467, relativo ao período aquisitivo de 2026.

Art. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, 20 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:9DA48B2C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1818/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto Nº. 1818/2026 Lucrécia/ RN, 19/10/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 19/10/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
1 - Câmara Municipal de Lucrecia			
1001 - Câmara Municipal de Lucrecia			
2.1 - Manutenção dos Serviços da Camara Municipal			
488 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00	
Total da Ação:			**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 2.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 2.000,00

Redução

2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
3301 - SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS			
2.4 - Contribuição para o PASEP			
514 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00	
Total da Ação:			**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 2.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 2.000,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:A2ED5009

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1819/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto Nº. 1819/2026 Lucrécia/ RN, 20/10/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 25.550,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 25.550,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 20/10/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.142 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex.			
	1035 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021002	R$ 9.100,00
	1038 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021002	R$ 15.100,00
Total da Ação:			**R$ 24.200,00**
2.30 - Prog. Nac. Qual. A. Farm. B1. A. F. QUALIFARS			
	1047 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16000000	R$ 1.350,00
Total da Ação:			**R$ 1.350,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 25.550,00**

Valor total Suplementado: R$ 25.550,00

Redução

2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
17001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE			
2.177 - Programa Gestão de Resíduos Sólidos			
	964 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 14.400,00
	965 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 9.800,00
Total da Ação:			**R$ 24.200,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 24.200,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.30 - Prog. Nac. Qual. A. Farm. B1. A. F. QUALIFARS			
	1045 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16000000	R$ 1.350,00
Total da Ação:			**R$ 1.350,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 1.350,00**

Valor total Reduzido: R$ 25.550,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:87A32E23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002/2026 – SMECCT

Divulgação do Resultado Final do Comitê de Ação Cultural para a concessão em Ações Culturais por meio de Edital de Chamamento para Credenciamento de Agentes Culturais, referentes a Política Nacional Aldir Blanc – Lei de nº 14.399/2022 no município de Lucrécia/RN, Ciclo 2.

A Secretária Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo do município de Lucrécia/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que determina a Lei Orgânica do município.

Resolve:

Art. 1º - Divulgar o resultado final do Edital Nº 01/2026 – Chamamento para Credenciamento de Agentes Culturais do município de Lucrécia/RN.

Art. 2º - A lista dos contemplados com a pontuação seguem em anexo.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Lucrécia/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO ERIVANALDO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo

ANEXO

RESULTADO FINAL

Edital Nº 01/2026 – Chamamento para Credenciamento de Agentes Culturais do município de Lucrécia/RN.

RELAÇÃO DOS CONTEMPLADOS

CATEGORIA(A): Refere-se a credenciamento para ações que contemplem apresentações culturais, shows musicais, apresentações de artes cênicas, exposição, com duração mínima de duas horas, compreendendo produção local e execução em favor Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo.

• Mailson Belarmino de Souza – (100 pontos)
• Genival da Silva Gomes – (100 pontos)
• Ludmilla da Silva Augusto – (100 pontos)
• Márcio Manoel Dantas dos Santos – (100 pontos)
• Esrom Mattã Soares e Silva – (100 pontos)
• Mariel Emanuelle Dias da Silva – (100 pontos)

CATEGORIA(B): Refere-se a credenciamento para ações que contemplem oficinas, palestras, rodas de conversas, circulo de cultura, recreação cultural, com duração mínima de uma hora, compreendendo produção local e execução em favor Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo.

• Izabel Cristina Rezende do Amaral – (100 pontos)
• Luciano José da Silva – (100 pontos)
• Ilana Jorrana da Costa Medeiros – (100 pontos)

• Jéssica Morais da Silva – (100 pontos)
• Marlon Lima de Souza – (100 pontos)
• Lorena Kauana Costa Ferreira – (100 pontos)
• Valéria Campos de Queiroz – (100 pontos)
• Valesca Campos de Queiroz – (100 pontos)

FRANCISCO ERIVANALDO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:2DCCE83F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 858, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Lucrécia/RN – CEMPA, instituído pelo Decreto Municipal nº 1817/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUCRÉCIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1817, de 19 de outubro de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição da instância municipal responsável pela governança, articulação, coordenação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
CONSIDERANDO a necessidade de articulação da política municipal com a Política de Alfabetização do território estadual, especialmente o Pró-Alfa RN;
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Lucrécia/RN – CEMPA, os seguintes representantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Maria José Duarte Leite
Suplente: Maria Cléia Alves

GESTÃO ESCOLAR
Titular: Maria da Conceição Queiroz
Suplente: Francisco Walber Leite

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Titular: Maria Edineide da Silva
Suplente: Joseilma Queiroz da Costa Vieira

PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL
Titular: Antônia Evânia Araújo dos santos
Suplente: Ana Cristina da Silva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: José Washington Alves
Suplente: Abília Leane Dias Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: Damiana Bezerra de Lima
Suplente: Juliana Carla Morais Lopes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO
Titular: Joselena Reges Patrício
Suplente: Francisco Erivanaldo de Oliveira

ARTICULADOR(A) MUNICIPAL DO CNCA/RENALFA
Titular: Francisco Lidiano da Cunha

FORMADOR(A) MUNICIPAL DO PROALFA CNCA/RENALFA
Titular: Ferdinanda Cristina Pimenta de Almeida Dantas
Suplente: Angélia Mirací Soares da Costa

Parágrafo único. A participação dos representantes observará a vinculação institucional indicada no caput, podendo ser atualizada mediante nova designação, sempre que houver alteração dos representantes.

Art. 2º Fica designada como Coordenadora do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
Nome: Maria José Duarte Leite
Cargo/Função: Secretária de Educação

Art. 3º Fica designado como Secretário Executivo do Comitê:
Nome: José Washington Alves
Cargo/Função: Professor

Art. 4º São atribuições dos membros do Comitê:
I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – analisar documentos, dados e indicadores relacionados à alfabetização;
III – contribuir para o planejamento e monitoramento das ações;
IV – acompanhar os encaminhamentos definidos pelo Comitê;
V – colaborar na articulação entre os órgãos e instituições representados;
VI – compartilhar informações relevantes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
VII – contribuir para a identificação de desafios e proposição de soluções;
VIII – apoiar a mobilização das instituições e públicos sob sua responsabilidade;
IX – participar das ações de acompanhamento e avaliação da política; e
X – cumprir os encaminhamentos e responsabilidades definidos nas reuniões.

Art. 5º O Comitê deverá reunir-se ordinariamente, no mínimo, bimestralmente, podendo realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário.
§ 1º As reuniões serão convocadas pelo(a) Coordenador(a) do Comitê.
§ 2º As reuniões deverão ser registradas em ata, contendo a pauta, participantes, discussões, deliberações, encaminhamentos, responsáveis e prazos.

Art. 6º O Comitê deverá manter arquivo organizado de sua documentação, incluindo:
I – Decreto de instituição;
II – Portaria de designação dos membros;
III – calendário de reuniões;
IV – atas e listas de presença;
V – plano de trabalho;
VI – relatórios de acompanhamento;
VII – indicadores e dados de alfabetização;
VIII – registros das ações intersetoriais;
IX – recomendações e encaminhamentos; e
X – demais documentos comprobatórios de sua atuação.

Art. 7º A atuação dos membros do Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 8º A substituição de membros poderá ocorrer mediante indicação formal do órgão ou instituição representada, devendo ser publicada nova Portaria sempre que houver alteração da composição.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 20 de outubro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:6EF891DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 274/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 274/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 03(três) meses de Licença Prémio ao servidor José Zilmar Lopes Costa, Matrícula nº 99823, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo 2007/2012, tendo início em 14/10/2026 e terminando em 11/01/2027.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 20 de outubro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:0ECCD95D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 394 -2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA O GABINETE DO PREFEITO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao senhor **PAULO CESAR GALDINO**, Matrícula nº 9000311, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais), perfazendo o total de R$2.200,00(dois mil e duzentos reais).

Objeto do Deslocamento: deslocamento para participação em reunião e visita técnica junto ao Antonino Pio Cavalcanti De Albuquerque Sobrinho – Sociedade Individual de Advocacia e ao RJ Escritório de Assessoria Técnica, com o objetivo de tratar e encaminhar assuntos de interesse do Município de Martins, especialmente questões de natureza jurídica, administrativa e relacionadas a convênios, buscando orientações e soluções para demandas de interesse da Administração Municipal.
Local de destino: Natal/RN.
Período do Afastamento: 08 a 09 de outubro de 2026

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 20 de outubro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:D0BE2B35

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 395 -2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA O GABINETE DO PREFEITO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao senhor **KAYO GUTHIERRES DA SILVA MENEZES**, Matrícula nº 9000263, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, 02(duas) diárias, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o total de R$600,00(seiscentos reais).

Objeto do Deslocamento: deslocamento para participação em reunião e visita técnica junto ao Antonino Pio Cavalcanti De Albuquerque Sobrinho – Sociedade Individual de Advocacia e ao RJ Escritório de Assessoria Técnica, com o objetivo de tratar e encaminhar assuntos de interesse do Município de Martins, especialmente questões de natureza jurídica, administrativa e relacionadas a convênios, buscando orientações e soluções para demandas de interesse da Administração Municipal.
Local de destino: Natal/RN.
Período do Afastamento: 08 a 09 de outubro de 2026

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 20 de outubro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:A62C8109

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 396 -2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre concessão de férias aos Agentes de Saúde"

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **DIMAS BEZERRA FREIRE**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 213, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a serem gozadas no período de 20 de outubro a 18 de novembro de 2026, bem como o pagamento do 1/3 constitucional referente as mesmas.

Art. 2º. **CONCEDER** a servidora **MARIA SUEDNA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 74, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a serem gozadas no período de 20 de outubro a 18 de novembro de 2026, bem como o pagamento do 1/3 constitucional referente as mesmas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 20 de outubro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:2AC46B52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 186, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 186, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,
CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.
Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 21 de outubro de 2026 a 29 de outubro de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Administração e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: COVEIRO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Fundamental Completo**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
CALIEL DA SILVA FIRMINO	712.618.624-06	18º

CARGO: ELETRICISTA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma do Ensino Médio com curso técnico na área;
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de

Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ROBSON RODRIGUES CORDEIRO DE SANTANNA JUNIOR	047.004.314-82	1º
RAFAEL ALVES DO NASCIMENTO	047.586.864-16	2º

CARGO: TÉCNICO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Médio e Curso Técnico em Informática**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
VALDINEI DA SILVA SANTOS	121.856.934-41	1º

CARGO: TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Médio e Técnico em Edificações**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
MILENA SOUSA DE AZEVEDO LIMA	701.561.434-02	1º

CARGO: ARQUITETO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior em Arquitetura e Urbanismo**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
RAFAEL OLIVEIRA FERNANDES	014.466.594-88	1º

CARGO: AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Graduação Tecnológica na Área de Recursos Humanos e/ou Bacharelado em Administração e/ou Ciências Contábeis**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
RAFAELA GOMES DA SILVA	112.329.504-24	1º

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma Nível Superior em Engenharia Ambiental**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
LARYNNE DANTAS DE SENNA	096.427.164-88	1º

CARGO: FISCAL AMBIENTAL
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Graduação em Gestão Ambiental e/ou Ciências Biológicas e/ou áreas afins.**;**

4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
FERNANDO DE CARVALHO ARAUJO	064.176.064-73	2º

CARGO: NUTRICIONISTA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma Nível Superior em Engenharia Ambiental**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
MARIA JANAINA FERREIRA DE OLIVEIRA	095.834.014-55	5º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:44983539

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 588/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, três meses de Licença Prêmio, com início em 10 de outubro de 2026, a senhora **ROSILMA MARIA DA SILVA**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN, sob a matrícula 0009431.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de outubro de 2026.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 16 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:E95F93AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2026 –Dispensa Nº 9/2026 CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. CONTRATADO(A): FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RN,inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 02.852.277/0001-78.OBJETO: Serviço voltados à revisão do Plano Diretor Estratégico e Participativo e à atualização do Código de Obras do Município de Monte Alegre/RN, compreendendo diagnóstico técnico e comunitário, participação social, audiências públicas, atualização cartográfica, definição de diretrizes e instrumentos urbanísticos, elaboração de minutas legislativas e anexos técnicos.DA RATIFICAÇÃO:As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo.FUNDAMENTO LEGAL:Art. 107 da Lei Federal Nº 14.133/2021e suas alterações posteriores.

Monte Alegre/RN, em 20 de outubro de 2026.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA–
Prefeito – Contratante

e

TANIA COSTA,
P/Contratada.

Publicado por:
Carlos Eduardo da Silva
Código Identificador:2A316B29

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 046/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE IMÓVEL SITUADO NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA, MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE ESCOLAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO o dever constitucional do Município de promover o acesso à educação e de assegurar condições adequadas para a prestação dos serviços públicos educacionais, nos termos dos arts. 205 e 211 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Ofício nº 074/2026 – SME, que

apontou a insuficiência da estrutura física da Escola Municipal Prefeito João Galvão para atender adequadamente à demanda educacional da Comunidade de Santa Luzia e das localidades circunvizinhas;

CONSIDERANDO que a construção de nova unidade escolar, destinada ao atendimento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos – EJA, constitui medida de interesse público voltada à ampliação da infraestrutura educacional e à melhoria das condições de atendimento aos estudantes;

CONSIDERANDO a Certidão de Inexistência de Imóvel Público Disponível constante do Processo Administrativo nº 02006.000672/2026, que informa não ter sido identificado imóvel pertencente ao patrimônio municipal apto a atender à finalidade pretendida na área de interesse;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 02006.000672/2026, instruído com relatório de vistoria técnica, levantamento topográfico, planta georreferenciada, memorial descritivo, laudo de avaliação e parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO o interesse público na disponibilização de área adequada à implantação de equipamento educacional na Comunidade de Santa Luzia, visando à ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de imóvel rural denominada Granja Descanso do Guerreiro, situada no Distrito de Santa Luzia, zona rural do Município de Monte Alegre/RN, indicada nos documentos do Processo Administrativo nº 02006.000672/2026 como vinculada a **JOSINA FRANCISCA DE LIRA**, inscrita no CPF sob o nº 202.382.744-20, com área de 0,8132 ha (oito mil cento e trinta e dois metros quadrados) e perímetro de 367,53 m (trezentos e sessenta e sete metros e cinquenta e três centímetros), individualizada pela planta georreferenciada e pelo memorial descritivo constantes dos autos, cuja descrição é a seguinte:

"Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice E-01, de coordenadas 242.957,2472 mE e 9.324.417,8572 mN; deste segue confrontando com Rua Projetada, com azimute 100° 43' 36,92" por uma distância de 54,55 m até o vértice E-02, de coordenadas 243.010,8445 mE e 9.324.407,7038 mN; deste segue confrontando com Igreja, com azimute 193° 36' 12,44" por uma distância de 12,15 m até o vértice E-03, de coordenadas 243.007,9868 mE e 9.324.395,8946 mN; deste segue confrontando com Igreja, com azimute 105° 49' 22,21" por uma distância de 30,26 m até o vértice E-04, de coordenadas 243.037,1048 mE e 9.324.387,6425 mN; deste segue confrontando com Estrada Municipal, com azimute 188° 27' 47,14" por uma distância de 60,49 m até o vértice E-05, de coordenadas 243.028,2022 mE e 9.324.327,8102 mN; deste segue confrontando com o Espólio de Veríssimo Firmino de Oliveira, com azimute 260° 07' 10,81" por uma distância de 68,21 m até o vértice E-06, de coordenadas 242.961,0074 mE e 9.324.316,1066 mN; deste segue confrontando com o Espólio de Veríssimo Firmino de Oliveira, com azimute 261° 17' 40,16" por uma distância de 27,27 m até o vértice E-07, de coordenadas 242.934,0501 mE e 9.324.311,9789 mN; deste segue confrontando com José Erinaldo Barbosa, com azimute 6° 46' 20,70" por uma distância de 51,36 m até o vértice E-08, de coordenadas 242.940,1072 mE e 9.324.362,9841 mN; deste segue confrontando com Rua Projetada, com azimute 5° 43' 33,99" por uma distância de 43,43 m até o vértice E-09, de coordenadas 242.944,4405 mE e 9.324.406,1989 mN; deste segue confrontando com Rua Projetada, com azimute 17° 07' 38,13" por uma distância de 7,30 m até o vértice E-10, de coordenadas 242.946,5898 mE e 9.324.413,1735 mN; deste segue confrontando com Rua Projetada, com azimute 44° 12' 39,12" por uma distância de 6,08 m até o vértice E-11, de coordenadas 242.950,8286 mE e 9.324.417,5307 mN; deste segue confrontando com Rua Projetada, com azimute 87° 05' 16,80" por uma distância de 6,43 m até o vértice E-01, ponto inicial da descrição deste imóvel."

Parágrafo único. A área objeto deste Decreto encontra-se individualizada pela planta georreferenciada e pelo memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº 02006.000672/2026, inexistindo matrícula imobiliária em nome da possuidora, conforme certidão expedida pelo Serviço Notarial e Registral da Comarca de Monte Alegre/RN.

Art. 2ºA desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente, para efeito de imissão provisória na posse, caso se torne necessária a propositura de ação de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 3ºA desapropriação de que trata este Decreto destina-se à construção de nova unidade escolar no Sítio Santa Luzia, visando à ampliação da infraestrutura educacional do Município e à melhoria das condições de atendimento à população escolar local e das comunidades circunvizinhas.

Art. 4ºAs despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento do Município.

Art. 5ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, em 20 de outubro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:30723822

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N º 090612/2025
DISPENSA 039/2025

O Município de Monte das Gameleiras/RN, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº 08.196.941/0001-54, com endereço a Rua Justiniano da Costa, 118– Centro, Monte das Gameleiras – RN CEP 59.217-000, neste ato representado pelo Exmº. Senhor Prefeito Municipal, JEFERSON RODRIGUES FELIX, na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) NL CONTABILIDADE ASSESSORIA, inscrita no CNPJ sob o n° 44.804.586/0001-12, sito a R JOAO CESARIO, Nº 516 - CENTRO, LAGOA DE PEDRAS/RN, CEP: 59.244-000, neste ato representado pelo Srº Nivaldo Lucio dos Santos, CPF: 045.225.354-30, – denominado(a) CONTRATADO, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo por 12 (doze meses) de vigência do contrato até 19 de agosto de 2027, nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

EXERCÍCIO 2026
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0213
PROJETO ATIVIDADE: 2.081
FONTE DE RECURSOS: 1500000000
FICHA DE DESPESA: 3.3.90.39.00

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir de 20/08/2026, e terá sua vigência até 19/08/2027

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

MONTE DAS GAMELEIRAS/RN 20 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL MONTE DAS GAMELEIRAS/RN,
CNPJ nº 08.196.941/0001-54
Contratante

NL Contabilidade Assessoria
CNPJ sob o n° 44.804.586/0001-12
NIVALDO LUCIO DOS SANTOS
CPF: 045.XXX.354-XX
Contratada

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:7E7E782B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 097/2026 GAB/PMNF

DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN,** no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente face ao que preconiza o artigo 65, inciso VI da LOM,

CONSIDERANDO a realização das comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, e, em razão da necessidade de adotar medidas que gerem economia ao erário público municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Nísia Floresta, o dia 30 de outubro de 2026.

Parágrafo Único – O "caput" deste artigo não se aplica às atividades de emergência do setor público, tais como saúde, limpeza pública e outras consideradas essenciais, que atenderão em sistema de plantão.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:58BF277D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 96, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece normas e fixa a programação de encerramento do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Nísia Floresta, e, tendo em vista o que dispõem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - As disponibilidades orçamentárias e financeiras do exercício de 2026, somente poderão ser utilizadas pelas Unidades Orçamentárias integrantes da estrutura do Poder Executivo Municipal, da Administração
Direta e Indireta, uma vez observados os prazos seguintes:

I – até 23 de outubro: Solicitação à Secretaria de Planejamento e Finanças de novos empenhos ordinários, estimativos ou global;
II – **até 10 de dezembro:** para emissão de Nota de Liquidação;
III – **até 17 de dezembro:** remessa à Controladoria Geral do Município para análise e emissão de parecer;
IV – **até 24 de dezembro:** para que as Unidades Orçamentárias realizem os comandos de autorização e confirmação de pagamento;
V – **até 14 de janeiro de 2027:** anular todos os saldos de empenhos que não existam despesas, deixando no máximo 1/12 avos de saldo a liquidar, tomando como referência o montante já liquidado no ano de 2026, referente a despesas realizadas e ainda não liquidadas de competência do ano 2026.

§1º – Para fins deste Decreto considerar-se-ão Unidades Orçamentárias as dispostas no art. 2°, I, do Decreto n° 17/2025.

§2º – Os prazos de que trata este artigo não se aplicam às despesas com pessoal, encargos, sociais, despesa com imprensa oficial, despesa com telefonia fixa, móvel e dados, consumo de água e energia elétrica, serviço postal (Correios), contratos de repasse, operações de crédito, convênios, repasse da Câmara Municipal, despesas decorrentes do leilão reverso, amortização, juros da dívida pública, Precatórios e RPV, cuja movimentação financeira poderá ocorrer até 30 de dezembro de 2026.

§3º – As notas fiscais emitidas em dezembro, referente a prestação de serviço que requer incidência (retenção) de INSS, deverão ser liquidadas até 30 de dezembro de 2026.

§4º – As notas fiscais relativas às despesas deverão ser emitidas somente após a efetiva conclusão da prestação dos serviços ou a entrega dos bens, observando-se que sua emissão deverá ocorrer a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.

§5º – Os processos diligenciados retornarão à Controladoria Geral do Município, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar do seu recebimento pelo órgão responsável.

§6º – Qualquer solicitação de crédito adicional, emissão de empenho, liquidação e pagamento fora dos prazos fixados neste Decreto, só poderá se realizar com expressa autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 2º. Os saldos financeiros decorrentes de convênios e dos recursos vinculados, de destinação específica, devem ser conciliados em sua conta de origem, com registro e disponibilização dos saldos para cada Unidade
Orçamentária, até 14 de janeiro de 2027.

Parágrafo Único. Aplicam-se as disposições deste artigo aos rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos de convênios e recursos vinculados.

Art. 3º. Até o dia 31 de dezembro de 2026 as Unidades Orçamentárias terão que manter em suas contas de recursos de convênios e recursos vinculados, as receitas decorrentes de retenções financeiras provenientes dos pagamentos efetuados.

Art. 4º. Fica estabelecido o prazo de até 31 de janeiro de 2027 para que as Unidades Orçamentárias remetam à Controladoria Geral do Município os seguintes documentos:
a) prestação de contas relativas aos Convênios do exercício 2026;

Art. 5º. As Unidades Orçamentárias remeterão para a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, até o dia 08 de janeiro de 2027, a relação dos saldos disponíveis de transferências voluntárias, convênios, repasses fundo a fundo, emendas e demais receitas vinculadas, para serem reprogramadas e incorporadas ao orçamento do exercício de 2027, informando o número da conta e a fonte orçamentária.

Parágrafo Único. A inobservância do prazo estabelecido neste artigo implica na retenção, pelo tesouro municipal, dos recursos financeiros referentes ao orçamento de 2027.

Art. 6º. Para fins de elaboração do Balanço Geral do Município, e, visando o cumprimento de prazo estabelecido pela Lei Complementar 101/2000, sem prejuízo dos procedimentos para remessas das contas anuais por seus titulares, nos termos das Resoluções 012/2016 e 003/2026 do TCE/RN, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município os documentos relacionados no anexo I e II, deste Decreto, até o dia 31 de janeiro de 2027.

Art. 6º-A. Para fins de encerramento do exercício e de preparação da Prestação de Contas Anual – PCA, todas as Unidades Orçamentárias deverão observar, além dos prazos e documentos previstos neste Decreto, as exigências aplicáveis das Resoluções nº 012/2016-TCE/RN, com suas alterações, e nº 003/2026-TCE/RN, especialmente quanto à documentação necessária às Contas Anuais de Governo e, quando cabível, às Contas Anuais de Gestão.

§1º. As unidades orçamentárias deverão encaminhar às unidades indicadas no Anexo I e II , conforme a natureza do documento, os elementos necessários à consolidação das contas, não se admitindo a alegação de ausência de informação que esteja sob sua responsabilidade administrativa.

§2º. A documentação deverá ser encaminhada completa, legível, íntegra, organizada e compatível com os modelos e formatos exigidos pelo TCE/RN, devendo permanecer disponível para eventual requisição de documentos, sistemas, bancos de dados e informações complementares.

Art. 6º- B. Os documentos destinados à Prestação de Contas Anual deverão, quando encaminhados em meio eletrônico, observar os requisitos estabelecidos pelo TCE/RN, inclusive formato próprio, limite de tamanho de até 50 MB por arquivo, ausência de vírus ou ameaças, legibilidade e, para documentos digitalizados em PDF, aplicação de OCR, de modo a permitir a pesquisa e extração de dados.

Art. 6º- C. Os documentos e peças da Prestação de Contas Anual deverão conter as assinaturas digitais exigidas pelo TCE/RN, observada a responsabilidade do gestor pelo encaminhamento e, nas peças contábeis, a assinatura digital do contabilista responsável pela elaboração.

Art. 6º- D. A ausência de documento ou informação somente poderá ser suprida mediante declaração negativa, devidamente justificada e assinada pela autoridade responsável, quando efetivamente inexistente ou inaplicável o documento, sem prejuízo da análise posterior pelo Tribunal de Contas.

Art. 6º- E. Não serão considerados suficientes para fins de encerramento e preparação da PCA os encaminhamentos parciais, incompletos ou desacompanhados das informações necessárias à conferência. As unidades deverão promover a complementação das pendências apontadas pela Secretaria de Planejamento e Finanças ou pela Controladoria Geral do Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a diligência decorrer de processo em análise pela Controladoria, sem prejuízo de prazo específico fixado para outras providências.

Art. 6º- F. A responsabilidade pelo conteúdo, exatidão, autenticidade, integridade e validade das informações e documentos encaminhados permanecerá com o agente ou unidade responsável pela sua elaboração, produção, guarda ou gestão, não se transferindo à Secretaria de Planejamento e Finanças ou à Controladoria Geral do Município em razão da consolidação, conferência ou análise realizada.

Art. 6º- G. A Prestação de Contas Anual de Governo do Município deverá ser consolidada, abrangendo os resultados do Poder Executivo, da Administração Direta, inclusive fundos municipais, e do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Resolução nº 003/2026-TCE/RN, devendo a Câmara Municipal encaminhar ao Poder Executivo os dados necessários à consolidação no prazo estabelecido pelo TCE/RN.

Art. 6º- H. O cumprimento das exigências deste Decreto não substitui o envio periódico de dados e informações aos sistemas do TCE/RN, inclusive ao SIAI, nem os procedimentos de remessa previstos em normas específicas. Os documentos relativos ao PPA, LDO, LOA, créditos adicionais, RREO e RGF deverão observar os prazos, formatos e ferramentas definidos nas normas específicas do TCE/RN.

Art. 6º-I. As Unidades Orçamentárias deverão informar à Controladoria Geral do Município, até o prazo definido para a consolidação da PCA, a existência de tomadas de contas, medidas administrativas de apuração e recomposição ao Erário, inquéritos ou processos administrativos instaurados para apurar dano ao Erário, fraudes, desvios de bens ou valores públicos, bem como as providências adotadas e a situação atual de cada procedimento.

Art. 6º-J. O Chefe do Poder Executivo deverá tomar ciência formal das conclusões do relatório e da manifestação do Controle Interno relativos às contas, sem prejuízo da responsabilidade da autoridade competente pela apresentação da prestação de contas e pela autenticidade e integridade das informações encaminhadas ao TCE/RN.

Art. 6º- K. Quando o Prefeito ou outro gestor estiver sujeito às Contas Anuais de Gestão em razão do exercício de função de ordenador de despesa ou da prática de atos de gestão, as unidades competentes deverão também fornecer, para fins de consolidação e instrução, a documentação prevista na Resolução nº 012/2016-TCE/RN, com suas alterações, inclusive avaliação do controle interno, pronunciamento do gestor, tomadas de contas e medidas administrativas, contas bancárias e conciliações, responsáveis, licitações, contratos, atas de registro de preços, obras e serviços de engenharia, convênios e congêneres, restos a pagar, processos administrativos, pareceres de conselhos, softwares e demais peças aplicáveis.

Art. 7º. O Chefe do Poder Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo, para fins da consolidação disposta no caput do art. 10, os dados relativos ao resultado da gestão anual da Câmara Municipal até sessenta dias antes do término do prazo de apresentação das contas ao Tribunal de Contas.

§1º. As informações e documentos encaminhados pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo destinam-se exclusivamente à consolidação das Contas Anuais de Governo do Município, permanecendo sob responsabilidade da Câmara Municipal a exatidão, integralidade, consistência e veracidade dos dados, bem como os atos de gestão que lhes deram origem.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

a) Secretaria de Gabinete do Prefeito:

Item	Documento	Formato
1	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada.	PDF

	declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações encaminhadas.	
2	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item anterior, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 do TCE/RN.	**PDF**
3	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**PDF**
4	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	**PDF**
5	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior, indicando, no mínimo: as realizações relativas à educação, saúde e assistência social; os investimentos em obras públicas, destacando as paralisadas ou inacabadas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais e a política de remuneração; capacitação dos servidores municipais, com especificações do alcance das metas previstas nos instrumentos de planejamento os valores repassados ao legislativo; e o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	**PDF**
6	Relação dos Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**

b) Secretaria Municipal de Administração:

Item	Documento	Formato
7	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 do TCE/RN e suas alterações.	**XLS/ODS**
8	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
9	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
10	Relação da Comissão de Licitação, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
11	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
12	Relação das transferências de recursos , mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
13	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas e/ou vigentes no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
14	Encaminhar à Controladoria Geral do Município até o dia, até 31 de janeiro de 2027 a Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
15	Demonstrativo referente às tomadas de contas e medidas administrativas adotadas visando à regularização da situação e recomposição ao Erário, contendo a relação dos processos de tomadas de contas e/ou de adoção de medidas administrativas regularizadoras instaurados ou em processo de instauração, que foram concluídos ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	**XLS/ODS**
16	Íntegra dos processos de tomada de contas arquivados antes do encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 11 da Resolução nº 025/2022-TCE.	**PDF**

c) Procuradoria Geral do Município:

Item	Documento	Formato
17	Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho, contendo a relação dos pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual constem origem da ação, valor e data dos pagamentos.	**XLS/ODS**
18	Relação dos Inquéritos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**

d) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico:

Item	Documento	Formato
19	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
20	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
21	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**

e) Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Item	Documento	Formato
22	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
23	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
24	Conciliações Bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	**PDF**
25	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	**PDF**

f) Procuradoria Geral do Município (Dívida Ativa) juntamente a Secretaria Municipal de Tributação:

Item	Documento	Formato
26	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, conforme Modelo 26 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**

g) Secretaria Municipal de Transporte e Frota juntamente com a Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana

Item	Documento	Formato
27	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação da frota de veículos próprios da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 – TCE/RN, no decorrer do exercício de 2026.	**XLS/ODS**

h) Todas as Unidades Orçamentárias:

Item	Documento	Formato
28	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação dos bens móveis públicos alienados e baixados, assim como dos incorporados ao patrimônio municipal, no decorrer do exercício de 2026, conforme mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis - Modelo 06 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
29	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação dos bens imóveis públicos próprios, locados, cedidos e doados, conforme Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis - Modelo 07 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
30	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
31	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação da frota de veículos próprios, locados, cedidos ou doados (em uso ou desuso) da entidade, como também tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 – TCE/RN, no decorrer do exercício de 2026.	**XLS/ODS**
32	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
33	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação das transferências de recursos , mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
34	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**
35	Encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e à Controladoria Geral do Município até o dia , até 31 de janeiro de 2027 a Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 e suas modificações.	**XLS/ODS**

i) Controladoria Geral do Município:

Item	Documento	Formato
36	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, que abrange, no mínimo, a análise e avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V, da Resolução nº 012/2016 do TCE/RN.	PDF
37	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V da Resolução nº 012/2016 do TCE/RN.	PDF
38	Registrar, para fins de elaboração do relatório anual, as recomendações, diligências, achados, providências adotadas pelos órgãos responsáveis e pendências de atendimento, sem assumir a execução dos atos de gestão ou a responsabilidade originária dos respectivos agentes.	PDF

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Item	Documento	Formato
1	Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
2	Despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 02 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
3	Programa de trabalho, por despesas executadas (Anexo 06 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
4	Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades, por despesas executadas (Anexo 07 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
5	Demonstrativo da despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 08 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
6	Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 09 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
7	Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
8	Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64).	PDF e XML
9	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
10	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
11	Balanço Patrimonial (Anexo 14, previstas na Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
12	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
13	Demonstração da dívida fundada interna por contrato (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
14	Demonstração da dívida fundada externa por contrato, para os municípios que possuírem. (Adotar o modelo do Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64, criando colunas auxiliares para o registro da dívida em moeda estrangeira)	PDF e XML
15	Demonstração da dívida flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML
16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (De acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML
17	Demonstração dos Fluxos de Caixa (De acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML
18	Notas Explicativas.	PDF e XML
19	Balancete Consolidado da Receita e da Despesa do mês de dezembro, com saldos acumulados no exercício.	PDF
20	Relação consolidada dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, pagos e cancelados, por unidade orçamentária, contendo: fonte dos recursos; número do empenho; nome do credor, com os totais; classificação funcional programática; valor e data da realização do empenho e da liquidação, conforme Quadro nº 01 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
21	Originais dos extratos bancários do mês de dezembro, com saldo, referentes às contas mantidas em instituições financeiras pela Administração Municipal, inclusive os daquelas sem movimentação no período, acompanhados, quando for o caso, das correspondentes conciliações de saldos, cujos saldos deverão ser transcritos para o Quadro nº 2 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
22	Demonstrativo da dívida com precatórios, conforme Quadro nº 05 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML
23	Demonstrativo da dívida ativa inscrita, recebida e cancelada no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária, conforme Quadro nº 06 do Anexo III desta Resolução.	PDF
24	Demonstrativo do Cálculo de Repasse a Câmara Municipal, conforme Quadro nº 07 do Anexo III desta Resolução, acompanhado ainda das seguintes informações: mês de referência, valor transferido e data do repasse.	PDF
25	Envio das leis e dos decretos autorizativos para abertura de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário) e instrumentos de realocação (remanejamento, transposição e transferência), acompanhados do Quadro nº 03 e nº 04 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML

b) Secretaria de Gabinete do Prefeito:

Item	Documento	Formato
26	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício.	PDF
27	Informação sobre o(s) prefeito(s) responsáveis do exercício, conforme Quadro nº 08 do Anexo III desta Resolução.	PDF

c) Secretaria Municipal de Educação:

Item	Documento	Formato
28	Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB.	PDF

d) Secretaria Municipal de Saúde:

Item	Documento	Formato
29	Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício (§ 3º, artigo 77 do ADCT c/c § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.° 141/12).	PDF

e) Controladoria Geral do Município:

Item	Documento	Formato
30	Relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual.	PDF

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:00E0EDD9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – 069/2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026. **UNIDADE GESTORA/ORÇAMENTÁRIA**: Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana – SESDEM. **CONTRATANTE**: Município de Nísia Floresta/RN, através da SESDEM, CNPJ: 08.167.306/0001-49. **CONTRATADA**: RENAULT DO BRASIL LTDA, CNPJ: 00.913.443/0001-73, sediada na Avenida Renault, nº 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83070-900. **OBJETO DA DESPESA:** Aquisição de 02 (dois) veículos novos (zero quilômetro), tipo Camioneta/SUV de médio porte, bicombustíveis (modalidade 'flex'), caracterizados e com proteção balística parcial (semiblindados), destinados à estruturação e ao aparelhamento da Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN (SESDEM). **TIPO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 033/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2025 do Ministério da Justiça e Segurança Pública / SENASP. **VALOR TOTAL**: R$ 401.258,00 (quatrocentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais). **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Nísia Floresta/RN, 06 de maio de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:F017908E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 327/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte,**GUSTAVO DA SILVA SANTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **Hudison Gonçalo do Nascimento Leite** ocupante do cargo de Auxiliar de Agente Comunitário de Saúde, licença-prêmio no período de 03 de novembro de 2026 a 31 de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:E5C7FB7F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 328/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte,**GUSTAVO DA SILVA SANTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **Giclicane Trajano da Silva** ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, licença-prêmio no período de 04 de novembro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:F6B89051

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 329/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte,**GUSTAVO DA SILVA SANTOS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **Anderson Adriano do Nascimento** ocupante do cargo de Motorista, licença-prêmio no período de 03 de novembro de 2026 a 31 de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:052DB74F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 27/2026 – SESDEM

Designa Comissão para avaliação, conferência e recebimento das viaturas destinados à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE URBANA – SESDEM**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que as viaturas destinadas à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN sejam recebidas em conformidade com as especificações, quantidades, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no instrumento de contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização dos procedimentos de conferência, avaliação e recebimento dos materiais adquiridos pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão de Avaliação, Conferência e Recebimento das viaturas destinadas à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN**:

I – Presidente:
JOSÉ TORRES SEGUNDO, matrícula nº 2375095;
II – Membro:
BISMARK PEREIRA SÁTIRO, matrícula nº 00329;
III – Membro:
WAGNER TARGINO DA SILVA, matrícula nº 08273.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – Acompanhar e realizar a conferência das viaturas entregues pela empresa contratada;
II – Verificar as quantidades, tamanhos, modelos, padrões, materiais, cores, acabamentos, identificação visual e demais características previstas nas especificações da contratação;
III – verificar a conformidade dos produtos entregues, com o Termo de Referência, contrato, proposta comercial, nota de empenho e demais documentos que integram o processo de contratação;
IV – Identificar eventuais divergências, defeitos, avarias ou desconformidades nos materiais apresentados;
V – Solicitar, quando necessário, a substituição ou correção dos itens que não estiverem em conformidade com as especificações contratadas;
VI – Elaborar e assinar o respectivo **Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo**, conforme a situação e a legislação aplicável;
VII – registrar, em relatório ou documento próprio, as ocorrências verificadas durante o procedimento de recebimento;
VIII – encaminhar ao setor competente os documentos necessários à continuidade dos procedimentos administrativos relacionados ao recebimento e pagamento da despesa.
Art. 3º A Comissão deverá observar, para fins de avaliação e recebimento, exclusivamente as especificações e condições estabelecidas no respectivo processo de contratação, não podendo promover alterações nas características dos objetos contratados.

Art. 4º O recebimento das viaturas pela Comissão não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto à qualidade, adequação, garantia e demais obrigações previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

Art. 5º A Comissão poderá, sempre que necessário, solicitar apoio técnico ou informações aos setores da Administração Municipal envolvidos no processo de aquisição.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados.

Art. 7º Esta portaria retroage seus efeitos ao dia 06 de maio de 2026.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

MARCONDES RODRIGUES PINHEIRO
Secretário Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:E90D028D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 28/2026 - SESDEM

O **PREFEITO** do Município de Nísia Floresta/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, para exercer a função de GESTOR (A) dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Gestor (a)	Contrato nº	Contratado (a)	Objeto
BISMARK PEREIRA SÁTIRO, Matrícula: 0013293	069/2025	RENAULT DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.913.443/0001-73	Aquisição de Viaturas para a Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN

Art. 2º Ao Gestor do contrato cabem as seguintes competências:

I - Tratar com o contratado, exigindo que este cumpra com o que foi pactuado;
II - Sugerir eventuais modificações contratuais;
III - Comunicar a falta de materiais e recusar o serviço, se for o caso, subsidiado pelas anotações do fiscal do contrato respectivo;
IV - Manter o(a) Secretário(a) da respectiva pasta, informado(a) de todas as ocorrências relativas ao Contrato, com o auxílio do Fiscal do Contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato nos termos dos arts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.

Art. 3° Em respeito ao princípio da segregação de funções, o servidor ora designado não se enquadra nas seguintes situações de impedimento:

a) Ser responsável pela execução do próprio contrato;
b) Figurar como pregoeiro ou ser membro de comissão de licitação;
c) Possuir condição que enseje conflito de interesses que importem em óbice à designação como Fiscal de Contrato.

Art. 4º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de FISCAL dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Fiscal (a)	Contrato nº	Contratado (a)	Objeto
JOSÉ TORRES SEGUNDO, Matrícula: 0013293	069/2025	RENAULT DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.913.443/0001-73	Aquisição de Viaturas para a Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN

Art. 5º Ao Fiscal do contrato cabem as seguintes competências:

I – Acompanhar a execução objeto do contrato, tendo em vista garantir que estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;
II – Fiscalizar se a contratada mantém durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
III – Acompanhar o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos;
IV – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, durante o prazo de vigência do contrato, facilitando a obtenção dos dados técnicos necessários à elaboração dos documentos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
V – Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para o fornecimento do material;
VI – Notificar à CONTRATADA, quando da ocorrência e/ou anormalidades relacionadas com a execução do contrato, que resultem na inexecução parcial ou total do objeto do contrato, para que sejam adotadas as providências cabíveis;
VII – Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
VIII – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
IX – Manter o Secretário da pasta e o Chefe do Executivo informados de todas as ocorrências relativas ao contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato, nos termos dos arts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.

Art. 3º. A atribuição do Fiscal de Contratos Administrativos não será remunerada.

Art. 6º Na ausência justificada do fiscal/gestor do contrato, a chefia imediata do setor encontra-se autorizada a atestar as notas fiscais / relatório do gestor, devendo este estar ciente da prestação do serviço e/ou recebimento do material.

Art. 7º Na ausência, impedimento legal ou afastamento temporário do Gestor Titular do Contrato, fica designado o servidor WAGNER TARGINO DA SILVA, matrícula nº 08273, para responder excepcionalmente pela gestão contratual, praticando os atos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, até o retorno do titular.

Art. 8º As atribuições de fiscalização e gestão de contratos não serão remuneradas, nem
poderão ser recusadas, salvo nos casos de impedimento legal.

Art. 9º Esta portaria retroage seus efeitos ao dia 06 de maio de 2026.

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:06FAE812

SECRETARIAMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2026

A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SEMHARF, torna público o resultado do julgamento do Chamamento Público nº 012/2026, cujo objeto consiste na seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebração de Termo de Colaboração destinado à execução de ações e serviços integrados de regularização fundiária, visando à regularização e titulação de 1.000 (mil) unidades imobiliárias no Município de Nísia Floresta/RN, conforme condições estabelecidas no edital e respectivos anexos. Após análise do Plano de Trabalho apresentado e observados os critérios previstos no instrumento convocatório, a Comissão de Seleção, instituída nos termos da Portaria nº 233/2026, deliberou pela **HABILITAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E HABILITAÇÃO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NDS**, inscrito no CNPJ nº 04.656.212/0001-82, por considerar atendidos os requisitos estabelecidos no edital, conforme registrado na respectiva Ata de Julgamento. Portanto, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias corridos para interposição de recursos administrativos conforme o item 8.9 do edital, ou seja, até às 17h00min do dia 26 de outubro de 2026.
Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

VINÍCIUS GABRIEL BEZERRA DE ANDRADE SILVA
Presidente

MARIA ITAMIRA DINIZ DA SILVA
Membro

IRISMAR LINHARES PIMENTA
Membro

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:E1A0B6DA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 021/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NÍSIA FLORESTA/RN. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 04 de novembro de 2026, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 20 de outubro de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:758A3550

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO | PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 – SRP | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0915004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 – SRP
Processo Administrativo nº 0915004/2026

O Município de Olho D'água do Borges/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento, da Administração e das Finanças, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde e do Saneamento e da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às09:00horas do dia04 de novembro de 2026, fará realizar licitação na modalidadePREGÃO ELETRÔNICO, tipoMENOR PREÇO POR ITEM, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN – Centro, Olho D'água do Borges – RN, e no Portal de Compras Públicas, link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos?filtroEspecial=0&pagina=1&orgao=borges, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, link: https://pncp.gov.br/app/editais/08349029000195/2026/69, podendo ser solicitado através do e-mail: licitacao@olhodaguadoborges.rn.gov.br , a partir da publicação deste Aviso, nos dias uteis no horário das 08:00 às 12:00 e das 14 às 18:00horas.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D'água do Borges - RN, 20 de outubro de 2026.

JOSE RONALDO DE LIMA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:08ADFB66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075.04010/2026-01

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco/RN, por meio de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico n° 010/2026, objetivando o Registro de preço para aquisição parcelada de **carnes e frios**, visando atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Ouro Branco/RN. A abertura do certame acontecerá no dia 03 de outubro de 2026, às 08h31min, (Horário de Brasília**)** no Portal de Compras Públicas. O Edital contendo maiores informações está à disposição dos interessados nos sites: https://ourobranco.rn.gov.br/ e https://portaldecompraspublicas.com.br/.

Ouro Branco/RN, 20 de outubro de 2026.

JUCIARA ALVES FERREIRA
Pregoeira – Matricula nº 745

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:72607B58

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA JETON 020/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE JETON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE OURO BRANCO-RN, no uso de suas atribuições legais, Conforme estabelecido no artigo 47-C da Lei Complementar Municipal 001/2024, publicada em 14 de maio de 2024, é prevista a concessão de uma gratificação a título de JETON para os membros do Conselho Deliberativo, fiscal e comitê de investimentos do OUROBRANCOPREV,

RESOLVE:

Conceder aos servidores abaixo designados, membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Ouro Branco/RN, gratificação no valor de R$ 100,00 (cem reais), a título de Jeton, conforme disposto na Lei Complementar Municipal 001/2024 c/c Lei 997/2022, pela participação em Reunião Ordinária realizada em 07 de outubro de 2026, com o Comitê de Investimentos, para análises e ajustes necessários dos fundos de investimento.

Comitê de Investimentos:
Alcione da Costa Rocha – R$ 100,00
Heudes Nobrega Silva – R$ 100,00
Silvânia Vanessa de Medeiros – R$ 100,00

Que sejam adotadas as providências necessárias para garantir o cumprimento desta concessão.

Dê Ciência e Cumpra-se.

Ouro Branco/RN, 20 de outubro de 2026.

LUANNA ELIZIA DANTAS DOS SANTOS SILVA
Presidente do Ouro Branco-PREV
Portaria n.º 058/2021

Publicado por:
Luanna Elizia Dantas Dos Santos Silva de Azevedo
Código Identificador:2705ED15

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00045/2026
A Prefeitura Municipal de Paraná manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: Locação de software de controle de frotas com tecnologia web para gerenciamento de controle de consumo de combustíveis para os veículos pertencentes e locados à Prefeitura Municipal de Paraná – RN. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Nova, 41 - Centro - Paraná - RN, ou acessando: PARANA.RN.GOV.BR. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 23 de Outubro de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: PMPARANARN@GMAIL.COM. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33890031.
Paraná - RN, 19 de Outubro de 2026

CID LEITE VIEIRA **-**
Agente de Contratação

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:209E269F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Aos 07 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis na sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Capitão Manoel Martins, Centro, Paraú/RN, compareceram as partes abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida nas condições que se seguem:
I – **Prefeitura Municipal**, órgão institucional de primeiro nível hierárquico da administração direta Municipal de Paraú, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.084.691/0001-60, com sede na Rua Capitão Manoel Martins, Centro em Paraú, Estado do Rio Grande do Norte, neste ato representada pelo Senhor João Evaristo Peixôto, residente e domiciliado na cidade de Paraú/RN; e, pela Senhora Isadora Beatriz Martins Silva, Titular da Secretaria Municipal de Saúde do município;
II –**WILDEVANDIO MARCOS RAMOS**, brasileiro, técnico de enfermagem, portador do R.G. nº 002776225-SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 080.312.084-25, residente na rua Doutorzinho, 4, Santo Antônio, Mossoró/RN; **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 076.069.484-29, residente na rua Francisco Galdino, 705, Centro, Paraú/RN; **FABIANA NUNES TERTULINO**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 052.779.934-36, portadora do R.G. n° 002.320.959-SSP/RN, residente na rua Raimundo Galdino de Aquino, 243 CS-04, Paraú/RN; **KASSIA RILENE MARINHO PEIXOTO,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.504-09, residente na rua dez de maio, 102, centro, Paraú/RN; **JOICY MIRELLE ALVES DE ANDRADE**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 088.227.884-35, residente na rua Alferes Tonho, 327, Centro, Paraú/RN; **GIULLIA WALESKA AQUINO DE MEDEIROS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 100.164.244-92, residente na Rua Manoel Galdino, 27, Centro de Paraú/RN; **ANANDA QUEIROZ BATISTA DE OLIVEIRA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 104.466.144-59, residente na rua Maria Cabral, 73, Paraú/RN; **ESTELA MÉRCIA FONSECA DE SOUZA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 120.221.224-70, portadora do R.G. n° 002.862.871-SSP/RN, residente na rua Vicente Ferreira da Cunha, 109, Centro, Paraú/RN; **RAIMUNDA ELIELMA MARTINS RAMOS**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 067.405.924-70, residente na rua Maria Cabral, 53, Centro, Paraú/RN; **KEILHA RODRIGUES DA SILVA,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 054.848.834-74, residente na rua Maria Cabral, 63, Centro, Paraú/RN; **CRISCIANA ALVES DE FREITAS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 009.980.094-23, residente na rua Julio Martins Fernandes, 281, Frutilândia, Assu/RN; **ANTONIO BELMIRO PEIXOTO JÚNIOR**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no CPF/MF nº 085.925.154-32, residente na Rua Maria Cabral, 136, Centro, Paraú/RN; **JULINEIDE RAKELLI ALVES DE SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 057.871.364-03, portadora do R.G. n° 002.439.810-SSP/RN, residente na Rua Benedito Peixoto, 387, Centro, Paraú/RN; **RAFANIA CRISTINA JACOME FERNANDES**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 013.872.894-11, residente na Rua Benedito Peixoto, 109-B, Centro, Paraú/RN; **MARIA GERLANIA DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, técnico de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 044.799.324-02, residente na rua Sete de Setembro, 2, Centro, Paraú/RN; **JAMILI RAINARA DO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 103.895.405-55, residente na Rua José Eufrásio, 372, Centro, Paraú/RN; **VALESKA MARIA DA SILVA SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.562.344-79, portadora do R.G. n° 003.775.097-SSP/RN, residente na travessa Alferes Tonho, Centro, Paraú/RN; **MARIA ERINEIDE DE SOUZA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 038.004.614-80, portadora do R.G. n° 001.637.466-SSP/RN, residente na Rua Damião Alexandre de Oliveira, 62, Centro, Upanema/RN; **NAAMA BENAIA RAMOS DA SILVA,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.414-18, residente na rua Triunfo Potiguar, 04, Centro, Paraú/RN; **NATHALIA NADJA MARTINS**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 073.822.574-60, portadora do R.G. n° 6026817-SSP/RN, residente na rua Jose Eufrásio, 148, Centro, Paraú/RN; **ANNY CAROLAYNY DANTAS CABRASL,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n º 116.739.064-43, portadora do R.G. nº 003.370.840, residente na rua José Eufrásio, 104, Centro, Paraú/Rn; **AMANDA LETÍCIA MONTEIRO DA SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 707.181.974-29, portadora do R.G. nº 003.577.169, residente na rua José Vicente, 239, Centro, Paraú/RN e, **GEORGIANA JÉSSICA MELO PEIXÔTO SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 105.671.234-13, portadora do R.G. n° 002.471.501-SSP/RN, residente na rua Claudina Cândida Lopes, 20, Centro, Paraú/RN .

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA** tem por objeto a liquidação do valor devido pela Secretaria Municipal de Saúde relativo ao pagamento pela prestação de serviços junto às Unidades de saúde do Município de Paraú, no valor total de R$ 88.484,30 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), tendo tais serviços sido efetivamente prestados, conforme consta nos autos do processo indenizatório.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS** é de R$ 86.484,30 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta quatro reais e trinta centavos), onde será pago com recursos do orçamento vigente e nota de empenho a ser elaborada.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDAS**, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na cláusula primeira.
CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos

artigos58a65, da Lei nº.4.320/64 e, ainda no Parecer da Assessoria Jurídica do Município de Paraú/RN.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Prefeitura Municipal de Paraú, de acordo com as normas de publicidade vigentes, tornará público o extrato resumido do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS**.

A Prefeitura Municipal, obriga-se a enviar cópia fiel do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** aos prestadores do serviço.

O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** é elaborado em uma via para a Prefeitura Municipal de Paraú, uma para cada um dos prestadores dos serviços; e uma para constar dos autos do presente processo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paraú/RN, 07 de outubro de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

ISADORA BEATRIZ MARTINS SILVA
Secretária de Saúde

WILDEVANDIO MARCOS RAMOS

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA

FABIANA NUNES TERTULINO

KASSIA RILENE MARINHO PEIXOTO

JOICY MIRELLE ALVES DE ANDRADE

GIULLIA WALESKA AQUINO DE MEDEIROS

ANANDA QUEIROZ BATISTA DE OLIVEIRA

ESTELA MÉRCIA FONSECA DE SOUZA

RAIMUNDA ELIELMA MARTINS RAMOS

KEILHA RODRIGUES DA SILVA

CRISCIANA ALVES DE FREITAS

ANTONIO BELMIRO PEIXOTO JÚNIOR

JULINEIDE RAKELLI ALVES DE SANTANA

RAFANIA CRISTINA JACOME FERNANDES

MARIA GERLANIA DA SILVA NASCIMENTO

JAMILI RAINARA DO NASCIMENTO DA SILVA

VALESKA MARIA DA SILVA SANTANA

MARIA ERINEIDE DE SOUZA DA SILVA

NAAMA BENAIA RAMOS DA SILVA

NATHALIA NADJA MARTINS

ANNY CAROLAYNY DANTAS CABRAL

AMANDA LETÍCIA MONTEIRO DA SILVA

GEORGIANA JÉSSICA MELO PEIXÔTO SILVA

Testemunhas:

1ª.
CPF nº.

2ª.
CPF nº.

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:8A34AD64

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 041/2026/GP/PMP
DE 01 DE JULHO DE 2026.

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO O presente ato é republicado por incorreção, tendo sido publicado originalmente no Diário Oficial da FEMURN, edição nº 3.825, de 2 de julho de 2026.

Designa servidores para as funções de Gestor e Fiscal dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. ISADORA BEATRIZ MARTINS SILVA, matrícula nº 395-3, para exercer a função de Gestora dos Contratos celebrados no âmbito da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Paraú/RN.

Art. 2º - Designar o Sra. AMANDA GABRIELLY MACEDO SILVA, matrícula nº 419-3, para exercer a função de Fiscal dos Contratos celebrados no âmbito da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Paraú/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 01 de julho de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:47C45E77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145/2025. PROCESSO: 3.498/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 35/2025

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145/2025.

PROCESSO: 3.498/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 35/2025

CONTRATADA: **DROGARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA LTDA ME.**
CNPJ: 26.877.924/0001-64.
OBJETO: O presente termo aditivo de quantitativo tem por objeto aditivar os quantitativos dos itens da ata de registro de preços 145/2025, proveniente do processo administrativo 3.498/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: 35/2025, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E**

SIMILARES, DE A A Z, ATRAVÉS DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA OFICIAL DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ABC FARMA, MEDIANTE SOLICITAÇÃO PERIÓDICA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER DIARIAMENTE NOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PARELHAS/RN", nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

DA ALTERAÇÃO: Fica concedido, nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130 da Lei Federal n° 14.133/2021, o aditivo ata a de registro de preços 145/2025 o quantitativo em 25% de acréscimos permitidos pela Lei Federal n° 14.133/2021 nos itens:

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.
02	0026749 - FORNECIMENTO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS CONSTANTES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO ABC FARMA, EXCETO OS RELACIONADOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS, DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	UNIDADE	1,25

Assinatura: 20/10/2026.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:AC5A5745

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 6657/2026
CREDENCIAMENTO 12/2026

TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO6657/2026
CREDENCIAMENTO 12/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADA E ULTRASSONOGRAFIAS..

ADJUDICAMOSpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, a licitação Credenciamento nº012/2026realizada em 19 de outubro de 2026, nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$ 338.000,00, sendo vencedor a empresa relacionada a seguir:

HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitaçãoCredenciamento nº 012/2026 realizada em 19 de outubro de 2026, Artigo 79, Inciso II da Lei nº 14.133 e alterações, em favor da empresa relacionada a seguir:
R L DA SILVA ROSAS- CNPJ: 19.434.565/0001-05, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3 e 4; totalizando o valor de R$ 338.000,00**.**
A empresa acima citada está convocada, através de seu representante legal, para assinatura da ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 20 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:A0FEE9F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

PROCESSO Nº 67/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
CONTRATADO: CAIRO DAVID SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 32.077.900/0001-23
OBJETO: Recuperação de créditos tributários e de receitas do Município de Passagem/RN.
REMUNERAÇÃO: 20% (vinte por cento) incidente, exclusivamente, sobre o valor efetivamente recuperado ou garantido ao Município, a título de êxito na demanda, sem ônus antecipado ou fixo para a Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, III, alíneas "c" e "e", da Lei nº 14.133/2021

Passagem/RN, 20 de outubro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:A461E33A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

A Prefeita Municipal de PassagemRN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 67/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
CONTRATADO: CAIRO DAVID SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 32.077.900/0001-23
OBJETO: Recuperação de créditos tributários e de receitas do Município de Passagem/RN.
REMUNERAÇÃO: 20% (vinte por cento) incidente, exclusivamente, sobre o valor efetivamente recuperado ou garantido ao Município, a título de êxito na demanda, sem ônus antecipado ou fixo para a Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, III, alíneas "c" e "e", da Lei nº 14.133/2021

Passagem/RN, 20 de outubro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:5B1FBC6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2026– PMP/GP

Concede diária ao servidor público municipal que indica, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIOAL DO MUNÍCIPIO DE PATU**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e

constitucionais, e, especialmente, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017,
CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diárias, para que o servidor público municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU nas instituições e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder as diárias a seguir discriminadas, destinada à cobertura de custos de hospedagem e alimentação do Secretário Municipal do Gabinete Civil, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **ELISSON BENIGNO DE OLIVEIRA MOURA**

Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	02	500,00	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Descrição do objetivo/serviços do deslocamento: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 02 (DUAS) DIÁRIAS, para participar de reuniões nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no Gabinete do Deputado Estadual, Bernardo Amorim, em Natal/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 13 de outubro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:55D0BAC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2026– GP/PMP

Concede diária ao servidor público municipal que indica, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIOAL DO MUNÍCIPIO DE PATU**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diária, para que o servidor público municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU na instituição e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a diária a seguir discriminada, destinada à cobertura de custos de hospedagem e alimentação do Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **GIOVANNI LAURINDO DE MOURA JÚNIOR**

Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	02	500,00	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Descrição do objetivo/serviços do deslocamento: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 02 (DUAS) DIÁRIAS, para participar de reuniões nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no Gabinete do Deputado Estadual, Bernardo Amorim, em Natal/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 13 de outubro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:6A97944F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2026– PMP/GP

Concede diária ao servidor público municipal que indica, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIOAL DO MUNÍCIPIO DE PATU**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diária, para que o servidor público municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU na instituição e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a diária a seguir discriminada, destinada à cobertura de custos de hospedagem e alimentação do Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Gabinete Civil, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **CAYO BRUNNO DANTAS CAVALCANTE**

Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	02	250,00	500,00
TOTAL			500,00

Descrição do objetivo/serviços do deslocamento: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 02 (DUAS) DIÁRIAS, para participar de reuniões nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no Gabinete do Deputado Estadual, Bernardo Amorim, em Natal/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 13 de outubro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:0A33FE1B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO Nº 2873/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, E A EMPRESA PIRES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 11.452.879/0001-29

Pelo presente instrumento contratual, onde de um ladoA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Jose da Costa Alecrim, Nº 164 - Centro, PEDRA PRETA/RN, inscrito no CNPJ nº 08.113.995/0001-09, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo excelentíssimo senhor prefeito,**LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 008.213.744-78, neste ato denominado CONTRATANTE, de um lado e de outro, a empresa**: PIRES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 11.452.879/0001-29,** estabelecida à Rua PALMIRA NUNES FERNANDES, Nº 90 - SALA A, NOVO HORIZONTE, ASSÚ/RN, sendo representada pelo Senhor: LENILSON EDUARDO DOS SANTOS**,**portador do CPF: 938.232.074-15, decidiram as partes contratantes assinarem o presente**TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025**o qual será regido pelas cláusulas a seguir e demais ditames da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei Federal 14.133/2021), nos princípios gerais da administração, dentre ele o da economia, eficiência, razoabilidade, tudo conforme com os dados constantes no procedimento administrativo, vinculado a**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025,**realizado na Prefeitura Municipal de Pedra Preta/RN, que mutuamente acordam e aceitam as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025, OBJETIVANDO A CONTINUAÇÃO DOREGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, CONFORME CONDIÇÕES, oriundo da PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2025,e foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitadoque se vinculam a Ata de Registro de Preço nº 002/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Fica estabelecido, a que alude este TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que será prorrogado prazo por mais 12 (doze) meses, contados a partir de**10 de abril de 2026 até 09 de abril de 2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Os pagamentos serão realizados de acordo com o fornecimento descriminados nas Ordens de Serviços emitidas pelo responsável desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços original, não expressamente alteradas por este instrumento de aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
5.1. Em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
6.1. Ficam mantidas todas e demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços original. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.
Pedra Preta/RN, 10 de abril de 2026.

Prefeitura Municipal de Pedra Preta
CNPJ: 08.113.995/0001-09
LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Constitucional

PIRES E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ sob n° 11.452.879/0001-29
LENILSON EDUARDO DOS SANTOS
CPF: 938.232.074-15
Contratada

TESTEMUNHAS:

1._____
CPF:_____

2._____
CPF:_____

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:2195D2B6

CPL
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO Nº 3246/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO Nº: 3246/2025
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

O Prefeito Municipal de Pedra preta/RN, em respeito aos princípios gerais de direito público, bem como o contido nas prescrições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, através do presente ato administrativo em defesa do interesse público, determina a ANULAÇÃO do processo administrativo nº 3246/2025, na modalidade dispensa de licitação nº 002/2026. O objeto pretendido na referida dispensa, publicado no diário oficial dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 06/03/2026 na edição **3744**, código identificador: **4A423441**.
A referida decisão está sendo tomada após a empresa vencedora do certame não cumprir com os prazos de entrega dos matérias solicitados na ordem de fornecimento.
Outrossim, tendo em vista que o processo se encontra transparente os itens abaixo:

Não houve prejuízo ao erário público;

Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros;

Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público;

Pedra Preta/RN, em 20 de outubro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:B1AFE653

CPL
TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 005/2026, CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN E A EMPRESA SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, localizada na Rua Coronel José da Costa Alecrim, nº 164 - Centro, CEP: 59.547-000, Pedra Preta/RN, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA - CPF: 008.213.744-78, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e das demais normas legais aplicáveis, resolve CANCELAR a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 005/2026, celebrada com a empresa SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 26.777.742/0001-11, com sede na Rua República do Peru, Nº 18 – sala 03 e 04, Nova Betânia, Mossoró/RN, CEP: 59.612-000, representada legalmente pela Sra. ALANA RODRIGUES DO VALE COSTA, portadora do CPF nº 010.812.284-07, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento: O CANCELAMENTO TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026, firmada entre o Município de Pedra Preta/RN e a pessoa jurídica SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 005/2026, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DO RAMO PERTINENTE OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS NAS ÁREAS DE ORTOPEDIA, GINECOLOGIA E CARDIOLOGIA, CONFORME AS OFERTAS DE CUIDADOS INTEGRADOS (OCI)".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO

2.1. Conforme consta nos autos, a empresa SOMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA solicitou formalmente pedido de desistência, justificando que por motivos supervenientes e imprevisíveis, notadamente relacionados à elevação extraordinária de custos de aquisição, logística e insumos essenciais.

2.2. Diante disso, tendo em vista a impossibilidade da prestação dos serviços ofertados pela empresa supracitada, restou motivado o cancelamento da Ata de Registro de Preços em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO E DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Fica CANCELADA a Ata de Registro de Preços nº 016/2026, a contar da assinatura deste Termo, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, bem como, no que dispõe o ITEM 5. REVISÃO E CANCELAMENTO, SUBITEM 5.9., in verbis:

[...]

5. REVISÃO E CANCELAMENTO.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. Por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

[...]

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICIDADE

4.1. O presente Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Fica eleito o foro da cidade de Lajes/RN, para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos provenientes do presente instrumento e não citadas neste que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia de qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

5.2. E, para fins de formalização do presente CANCELAMENTO UNILATERAL, o Município de Pedra

Preta/RN firma este Termo, em conformidade com a legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pedra Preta/RN, 20 de outubro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:2C3240A2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 015/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre a realização de ações de vacinação extramuros nas instituições de ensino públicas do Município de Pedra Preta/RN, e dá outras providências.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA, O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e do Programa Nacional de Imunizações – PNI;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as coberturas vacinais, reduzir o risco de doenças imunopreveníveis e promover a proteção coletiva;

CONSIDERANDO as ações desenvolvidas pelo Programa Saúde na Escola – PSE, que integra as políticas de saúde e educação;

CONSIDERANDO a importância da vacinação em ambiente escolar como estratégia para facilitar o acesso da população às vacinas do Calendário Nacional de Vacinação;

DECRETA:

Art. 1º

Fica autorizada a Secretaria Municipal de Saúde a realizar ações de vacinação extramuros nas instituições de ensino públicas localizadas no Município de Pedra Preta/RN.

Art. 2º

As ações de vacinação terão como finalidade:

I – Ampliar as coberturas vacinais da população;

II – Promover a atualização da caderneta de vacinação;

III – Reduzir o risco de surtos e da circulação de doenças imunopreveníveis;

IV – Fortalecer as ações integradas entre Saúde e Educação.

Art. 3º

A vacinação ocorrerá mediante planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e as direções das instituições de ensino.

Art. 4º

A aplicação das vacinas será realizada exclusivamente por profissionais habilitados da Secretaria Municipal de Saúde, observando:

I – As normas técnicas do Ministério da Saúde;

II – Os protocolos do Programa Nacional de Imunizações – PNI;

III – As normas de conservação, transporte e administração dos imunobiológicos;

IV – As medidas de segurança do paciente.

Art. 5º

A vacinação dos estudantes menores de 18 (dezoito) anos dependerá da apresentação do **Termo de Autorização** assinado pelos pais ou responsáveis legais, conforme modelo adotado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O responsável poderá, ainda, acompanhar presencialmente a vacinação do estudante.

Art. 6º

As escolas deverão colaborar com a execução das ações, disponibilizando espaço adequado para a vacinação, apoiando a divulgação das campanhas e auxiliando na entrega e recolhimento dos termos de autorização.

Art. 7º

Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I – Elaborar o cronograma das ações;

II – Disponibilizar equipe capacitada;

III – Garantir os insumos necessários;

IV – Registrar as doses aplicadas nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde;

V – Monitorar e avaliar os resultados das ações.

Art. 8º

As ações de vacinação poderão contemplar todas as vacinas previstas no Calendário Nacional de Vacinação, conforme disponibilidade de imunobiológicos e definição do Ministério da Saúde.

Art. 9º

Os casos de contraindicação à vacinação deverão obedecer aos protocolos clínicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 10

As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 11

A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 12

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta/RN, 10 de agosto de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:1B32BB53

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE REGULAMENTO PARA O PRÊMIO CRIANÇA ALFABETIZADA DE PEDRA PRETA/ RN – 2026

A Secretaria Municipal de Educação de Pedra Preta/RN, em conformidade com o PTA do Município que prevê incentivos e premiações aos professores que alcançaram metas de aprendizagem em suas turmas com boas práticas no âmbito da alfabetização e do letramento, no uso de suas atribuições, torna público o presente edital que dispõe sobre a concessão de Prêmio para os Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

O "Prêmio Criança Alfabetizada de Pedra Preta" têm por objetivo valorizar e reconhecer que os profissionais docentes desempenham um papel central no processo da aprendizagem da Alfabetização dos estudantes é um passo vital para ampliar horizontes e enriquecer o processo educativo.

RESOLVE

CAPÍTULO I

Art.1 - O Prêmio Criança Alfabetizada de Pedra Preta visa reconhecer o trabalho dos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas municipais no Município de Pedra Preta/RN, valorizando e fortalecendo suas identidades, valorizando o alcance de metas de aprendizagem, além de evidenciar as boas práticas que serão analisadas a partir dos resultados das Avaliações de Fluência do CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora) do 2º ao 5º anos e de Leitura dos 1º anos.

CAPÍTULO II
DO OBJETIVO

Art. 2 Incentivar, reconhecer e valorizar os profissionais da educação considerando o alcance de metas de aprendizagem e os resultados das Avaliações de Fluência (2º ao 5ºanos) e de Leitura (1º anos) do CAEd de cada turma em suas respectivas unidades escolares da rede municipal de ensino de Pedra Preta/RN contribuindo com a melhoria da qualidade da educação.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO, DATAS IMPORTANTES E DA INSCRIÇÃO

Art. 4 Todos os professores titulares, conforme cadastro no Censo escolar 2026, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Pedra Preta/RN estão inscritos automaticamente a partir da publicação desse edital.

Art. 5 Os professores deverão atender aos seguintes critérios:

I - Atuarem em escolas da rede municipal de ensino de Pedra Preta/RN.

II - Atuarem no Ensino Fundamental (1º ao 5º) na base comum.

CAPÍTULO IV
DA CATEGORIA

Art. 8 O Prêmio Criança Alfabetizada de Pedra Preta é um incentivo ao alcance de resultados satisfatórios nas Avaliações de Fluência (2º ao 5ºanos) e de Leitura (1º anos) do CAEd de cada turma em suas respectivas unidades escolares, e será atribuído a professor da Rede Municipal que atua no Ensino Fundamental (1º ao 5º) da Base Comum que atingir os critérios descritos no Artigo 9.

CAPÍTULO V
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 9 A comissão de avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Pedra Preta/RN será responsável por analisar os resultados das Avaliações de Fluência (2º ao 5ºanos) e de Leitura (1º anos) do CAEd de cada turma em suas respectivas unidades escolares e elaborar planilha com os resultados individuais de cada professor. Na Seleção Técnica Pedagógica os resultados das turmas serão avaliados com base nos seguintes critérios:

I – 2º ano
1º Prêmio: atingir mínimo de 80% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: atingir mínimo de 70% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3° Prêmio: atingir mínimo de 60% de Leitores Fluentes nas Avaliações

II - 3º ano
1º Prêmio: atingir mínimo de 90% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: atingir mínimo de 80% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3° Prêmio: atingir mínimo de 70% de Leitores Fluentes nas Avaliações

III - 4º E 5° ano
1º Prêmio: atingir mínimo de 95% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: atingir mínimo de 85% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3° Prêmio: atingir mínimo de 75% de Leitores Fluentes nas Avaliações

IV – 1º anos:
1º Prêmio: atingir mínimo de 80% Aprendizado nas Avaliações de Leitura.
2º Prêmio: atingir mínimo de 70% Aprendizado nas Avaliações de Leitura.
3° Premio: atingir mínimo de 60% Aprendizado nas Avaliações de Leitura

Art. 10 O processo de análise dos resultados das boas práticas será realizado por uma Comissão Avaliadora composta por:
I - um representante da Secretaria Municipal de Educação;
II - um coordenador pedagógico da rede municipal;
III - um representante do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DA PREMIAÇÃO

Art. 11 Os professores receberão a seguinte premiação com base nos seguintes critérios:

I – 2º ano:
1º Prêmio: de R$ 1.000,00
para cada professor cuja turma atingir 80% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: de R$ 600,00
para cada professor cuja turma atingir 70% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3º Prêmio: de R$ 400,00
para cada professor cuja turma atingir 60% de Leitores Fluentes nas Avaliações

II – 3º ano:
1º Prêmio: de R$ 1.000,00
para cada professor cuja turma atingir 90% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: de R$ 600,00
para cada professor cuja turma atingir 80% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3º Prêmio: de R$ 400,00
para cada professor cuja turma atingir 70% de Leitores Fluentes nas Avaliações

III – 4º E 5° ano:
1º Prêmio: de R$ 1000,00
para cada professor cuja turma atingir 95% de Leitores Fluentes nas Avaliações
2º Prêmio: de R$ 600,00
para cada professor cuja turma atingir 85% de Leitores Fluentes nas Avaliações
3º Prêmio: de R$ 400,00
para cada professor cuja turma atingir 75% de Leitores Fluentes nas Avaliações

IV – 1º anos:
1º Prêmio: de R$ 1000,00
para cada professor cuja turma atingir 80% de Aprendizado nas Avaliações de Leitura.
2º Prêmio: de R$ 600,00
para cada professor cuja turma atingir 70% de Aprendizado nas Avaliações de Leitura.
3º Prêmio: de R$ 400,00
para cada professor cuja turma atingir 60% de Leitores Fluentes nas Avaliações

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 12 - A Comissão de Avaliação levará em consideração os seguintes critérios para classificação:
I- Analise das planilhas por turma na plataforma CAEd.
II- Classificação do maior para o menor conforme das planilhas por turma na plataforma CAEd.

CAPÍTULO VIII
DOS RESULTADOS

Art. 13 - O resultado da premiação, bem como, os nomes dos professores cujas turmas atingirem as metas esperadas, serão divulgados em evento presencial a ser realizado em dezembro de 2026 no Seminário Municipal de Encerramento do ano letivo que acontecerá em Pedra Preta/RN.
I – Os nomes dos professores cujas turmas atingirem as metas esperadas será anunciado e reconhecido publicamente durante a apresentação no encerramento.
II - A premiação concedida não poderá ser substituída, nem cedida a terceiros, e o professor receberá o valor em sua conta corrente por meio de transferência bancária, em até 15 (quinze), dias após a divulgação do resultado oficial;
III - Além disso, haverá divulgação em mídia social para celebrar as boas práticas e o nome do professor selecionado.

CAPÍTULO IX
Art. 14 Essa resolução é exclusiva para o Seminário Municipal de Encerramento do ano letivo de 2026 no Município de Pedra Preta/RN.

Pedra Preta/RN, em 02 de OUTUBRO de 2026.

RENATA GABRIELA DE MEDEIROS BANDEIRA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:117C6C42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA-CH02 DISPENSA Nº 27/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1085/2026

O MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, torna público que realizará procedimento de **Contratação Direta**, na modalidade **Dispensa de Licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observadas as condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.
O procedimento será realizado mediante recebimento de propostas por correio eletrônico (e-mail), não havendo fase de lances. Qualquer fornecedor interessado no objeto poderá solicitar o Termo de Referência por meio do endereço eletrônico indicado neste Aviso e, após seu recebimento, encaminhar a proposta de preços e a documentação de habilitação exigida, dentro do prazo estabelecido, observadas as condições previstas neste Aviso e na Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção elétrica preventiva e corretiva nos prédios públicos municipais e no sistema de iluminação pública do Município de Pedro Avelino/RN, compreendendo a execução de reparos, instalações, substituições, correções de falhas e demais intervenções elétricas necessárias ao adequado funcionamento das instalações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
Recebimento das Propostas: As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico: pmpacpl2@gmail.com
Período para apresentação das propostas:
Início: 21/10/2026, às 09h00;
Encerramento: 23/10/2026, às 11h00.
Critério de Julgamento: Menor preço.
Habilitação: A documentação de habilitação será exigida apenas do fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme o **Aviso de Contratação Direta** e o **Termo de Referência**.

Pedro Avelino/RN, 20 de outubro de 2026.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA
Agente de Contratação

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:1758C5E0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 514 2026 - UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – JOSÉ WILTON FERREIRA DOS SANTOS (IN MEMORIAM)

LEI Nº 514/2026,
DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – JOSÉ WILTON FERREIRA DOS SANTOS (IN MEMORIAM) DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pilões/RN, em Sessão Ordinária, de 25 de setembro de 2026, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – JOSÉ WILTON FERREIRA DOS SANTOS (IN MEMORIAM), inscrita no CNPJ nº 66.086.385/0001-60, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Enéas Ferreira, Nº 31, Centro, Pilões/RN. E com atuação ao público na Rua José Eliton Rodrigues da Silva, Nº 06, Bairro Maria Elisa de Paiva Cavalcante, Pilões/RN, CEP nº 59.960-000.
Art. 2º - O reconhecimento de que trata esta Lei tem por fundamento a relevante atuação social da entidade, especialmente na promoção e apoio a ações e serviços destinados à saúde e ao bem-estar da população, observadas as finalidades previstas em seu Estatuto Social.
Art. 3º - O reconhecimento de Utilidade Pública Municipal não implica, por si só, obrigação de transferência de recursos financeiros pelo Poder Público Municipal, devendo eventual parceria, convênio, termo de colaboração, termo de fomento ou instrumento congênere observar os requisitos estabelecidos na legislação aplicável.
Art. 4º - A entidade deverá manter o cumprimento dos requisitos legais necessários à manutenção da condição de Utilidade Pública Municipal, especialmente quanto à sua natureza sem fins lucrativos e à regularidade de suas atividades institucionais.
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 20 de outubro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:E32E2252

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 953, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 953, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **07 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:0675526C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 954, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 954, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Tony Márcio Fernandes Magalhães**, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, designado **Gerente Transportes**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 100,00** (cem Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **19 de**

Outubro do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.
Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:04DC919A

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 955, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 955, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **19 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B9DDEA02

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
059 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1225 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1225 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$12.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 12.000,00
02 15 00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA - SEMA

847 15.451.0030.1253.0000 INVESTIMENTO EM MOBILIDADE E ABASTECIMENTO NA ZON 12.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 706 3110
706 Transferência Especial da União
510 000 Outras Transferências de Convênios ou Co

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 02 00 SEC MUN DE ADM.E RECURSOS HUMANOS-SEMARH
39 04.122.0002.1123.0000 GESTÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA -1.000,00
3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
82 12.122.0023.1047.0000 GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO -5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

114 12.361.0025.2010.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 551 0000
551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
121 000 Transferências de Recursos do FNDE Refer

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
446 10.301.0004.1232.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -1.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 706 3110
706 Transferência Especial da União
220 000 Transferências de Convênios ou de Contra

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:503AA6B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de veículo automotor destinado à Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Rafael Fernandes–RN, consistente na aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A (Simples Remoção), zero quilômetro, padrão Ministério da Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 00010/2026. DOTAÇÃO: 10.301.0075.2090 – BLOCO DE CUSTEIO DO SUS – ATENÇÃO BÁSICA; 44905200 – Equipamentos e material permanente; Órgão: 0214 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 16000000 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde. ENTREGA: 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Empenho. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes e: CT Nº 10190/2026 - 19.10.26 - DICAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS CAJAZEIRAS LTDA - R$ 154.000,00.

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:FB830307

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICACAO Nº. 0172026

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX 0172026
RECONHEÇO:a Inexigibilidade de Licitação**nº INEX 0172026**, com base no Lei 14.133/2021, Art. 74, II e suas alterações posteriores, para**Contratação de equipe de Teatro com personagens vivos para apresentação em praça publica no dia 29/11/2026**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Rafael Godeiro – RN, 20 de outubro de 2026.

LUDMILA CARLOS A. DE A ROSADO
Prefeita

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:DF308960

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE RIACHO DA CRUZ / RN.

RESOLUÇÃO N°005/2026

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico das Medida Socioeducativa em Meio Aberto do Município de Riacho da Cruz/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Riacho da Cruz/RN, em Assembleia Extraordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2026, no uso da competência que lhe confere a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Municipal n. 438/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Aprovado Integralmente o Projeto Político Pedagógico das Medida Socioeducativa em Meio Aberto do Município de Riacho da Cruz/RN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgada aos órgãos competentes e à população.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Riacho da Cruz/RN, 20 de outubro de 2026

KALIANNA DA SILVA PEREIRA
Presidente do CMAS/RC

Publicado por:
Raphaella Alexandre Cavalcante
Código Identificador:2AFC19FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE RIACHO DA CRUZ / RN.

RESOLUÇÃO Nº 003/2026/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico das Medida Socioeducativa em Meio Aberto do Município de Riacho da Cruz/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Riacho da Cruz/RN, em Assembleia Ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2026, no uso de suas atribuições legais e de acordo com regramento disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) na Lei Municipal nº 455/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Aprovado Integralmente o Projeto Político Pedagógico das Medida Socioeducativa em Meio Aberto do Município de Riacho da Cruz/RN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgada aos órgãos competentes e à população.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Riacho da Cruz/RN, 20 de outubro de 2026

PAULO GUILHERME DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Raphaella Alexandre Cavalcante
Código Identificador:E0E87ADB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 05090/23 - PE Nº 015/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana-RN
Contratada: M H F DE FREITAS EIRELI – CNPJ: 14.148.901/0001-30 - Objeto: prorroga para mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato original de Prestação de serviços de mão de obra especializada para manutenção dos prédios públicos deste Município de Riacho de Santana–RN. base Legal: Lei 8.666/93.

Riacho de Santana/RN, 29 de dezembro de 2023.

DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA –
Pela Contratante e

MARIA HELENA FERREIRA DE FREITAS –
Pela Contratada

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:D6603333

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 05090/23 - PE Nº 015/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana-RN
Contratada: M H F DE FREITAS EIRELI – CNPJ: 14.148.901/0001-30 - Objeto: prorroga para mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato original de Prestação de serviços de mão de obra especializada para manutenção dos prédios públicos deste Município de Riacho de Santana–RN. base Legal: Lei 8.666/93.
Riacho de Santana/RN, 27 de dezembro de 2024.

DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA –
Pela Contratante

e

MARIA HELENA FERREIRA DE FREITAS –
Pela Contratada

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:18315D64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 493/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 493/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDSON SILVA FREIRE**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 20 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:A47F5A32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 494/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 494/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY DE SOUSA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 18 de outubro do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 20 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:036D66F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 495/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 495/2026 RIACHO SANTANA/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **FERNANDO LUIS DE CARVALHO MARTINS**, Secretário de Agricultura, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Angicos/RN, para participar do Rally Forrageiras do Semiárido, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 20 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:377942E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº047, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

CONSTITUI O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o disposto no decreto e/ou neste decreto.
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.058, de 18 de fevereiro de 2025, publica no Diário Oficial da União, que dispõe sobre a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão compartilhada, o monitoramento contínuo e o planejamento integrado das ações relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família, assegurando maior eficiência na execução e no alcance de seus objetivos sociais;
RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituído o Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de promover a gestão compartilhada, o monitoramento e a articulação das ações intersetoriais relativas ao referido Programa, no âmbito do Município de Rio do Fogo/RN.
Art. 2º - Compete ao Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família:
I – Promover ações de divulgação das condicionalidades do Programa Bolsa Família, tais como atualização cadastral, cumprimento das condicionalidades escolares e acompanhamento da saúde (pesagem e vacinação), conforme critérios estabelecidos pelo Programa;
II – Desenvolver campanhas de sensibilização em postos de saúde, escolas e demais locais, visando ao cumprimento das condicionalidades;
III – Apoiar, estimular e divulgar o Cadastro Único para Programas Sociais;
IV – Promover, em articulação com a União e o Estado, o acompanhamento do cumprimento e do eventual descumprimento das condicionalidades do Programa.
Art. 3º - O Comitê Gestor será composto por representantes dos seguintes órgãos:
I Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 4º - O Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e se reunirá sempre que necessário, para tratar dos temas e assuntos de sua competência.
§ 1º - Os membros do Comitê serão indicados pelas respectivas Secretarias Municipais.
§ 2º - Ficam nomeados, por esta Portaria, os seguintes membros representantes:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: Maiara Cristiane da Silva Barbosa;
b) Suplentes: Amanda Gomes Morais e Daiana Conceição Lopes de Oliveira;
c) Apoio Técnico: Rissandra de Souza Bezerra.

II – Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: Joária de Araújo Vieira;
b) Suplente: Ramilson de Souza Silva;
c) Apoio Técnico: Josineide de Souza Barbosa.

III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Antônio Teixeira de Medeiros;
b) Suplente: Karla Christiane de Lima Martins;
c) Apoio Técnico: Giulliana Bortoleto Lira.

Art. 5. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Fogo/RN, 20 de outubro 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:81472824

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026 - SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DO FOGO/RN

Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto Rio do Fogo/RN - CNPJ: 02.793.292/0001-92;
Contratada: JMZ – IRRIGAÇÃO E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - CNPJ: 01.714.448/0001-81;

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES ESSENCIAIS E OPERACIONAIS DESTA AUTARQUIA.

VALOR: O valor global deste processo, à base dos preços propostos e aprovados é de, com o valor global de R$ **1.318,92** (Hum mil, trezentos e dezoito reais e noventa e dois centavos)

Amparo Legal: Inciso II c/c com o parágrafo segundo do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Assinaturas:
Pela contratante: ALEXANDRE CARLOS RODRIGUES FERREIRA - CPF: 876.628.844-49 (Diretor)
Pela contratada: JESUINO DE AZEVEDO FILHO- CPF: 004.737.314-87

Rio do Fogo- RN, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:723281B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Rodolfo Fernandes/RN, por intermédio do Setor de Contratações, representado pelo Agente de Contratação, designado pela Portaria da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, Ana Cláudia Almeida Cavalcante, Nº. 132/2026 - GC - de 04 de junho de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar processo de despesa, cujo objeto é **Contratação de pessoa física ou jurídica, devidamente habilitada, para a prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e/ou engenharia, compreendendo a elaboração, desenvolvimento e adequação de projetos técnicos, bem como o acompanhamento, a fiscalização e a supervisão técnica de obras e serviços de engenharia, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública do Município de Rodolfo Fernandes/RN, conforme as demandas dos órgãos municipais, observadas as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente**, conforme especificações e quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	**Prestação de serviços técnicos de arquitetura ou engenharia – Projetista.** Contratação de pessoa física ou jurídica, legalmente habilitada, especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de arquitetura ou engenharia, para elaboração, desenvolvimento e adequação de projetos técnicos de interesse da Administração Pública do Município de Rodolfo Fernandes/RN, incluindo projetos arquitetônicos, complementares e de engenharia, conforme as demandas da Administração, observadas as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente, com emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), quando exigíveis.	MÊS	12
2	**Prestação de serviços técnicos de arquitetura ou engenharia – Fiscalização de obras.** Contratação de pessoa física ou jurídica, legalmente habilitada, especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de arquitetura ou engenharia, para acompanhamento, fiscalização e supervisão técnica de obras e serviços de engenharia executados ou contratados pela Administração Pública do Município de Rodolfo Fernandes/RN, compreendendo a verificação da conformidade da execução com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronogramas físico-financeiros e contratos, bem como a elaboração de relatórios, registros de ocorrências e pareceres técnicos, com emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), quando exigíveis.	MÊS	12

Os orçamentos deverão ser elaborados em papel timbrado, assinados pelo representante legal, datadas, digitalizadas e encaminhadas para o e-mail licitacao@rodolfofernandes.rn.gov.br juntamente com a devida documentação de habilitação jurídica e identificação; regularidade fiscal, social e trabalhista; qualificação técnica especifica, excepcionalmente, até o dia **23 de outubro de 2026, às 13h00min**.

Informações e esclarecimentos relacionados ao objeto poderão ser obtidos junto ao Setor de Contratações do Município de Rodolfo Fernandes/RN, por meio do e-mail

licitacao@rodolfofernandes.rn.gov.br durante o período de recebimento das propostas.

Os interessados poderão consultar os documentos e demais informações referentes ao presente processo no Portal da Transparência do Município de Rodolfo Fernandes/RN, por meio do seguinte endereço eletrônico: https://www.rodolfofernandes.rn.gov.br/dispensaeinexigibilidade.php

Rodolfo Fernandes/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO KENNEDY MONTEIRO ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Maria Caroca Carneiro
Código Identificador:7E611FE1

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 205/2026

Dispõe sobre a Nomeação do Cargo Comissionado na Função de Subcoordenador do Centro de Saúde da Zona Rural, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, VIII, XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os cargos de livre nomeação e exoneração, vagos na estrutura administrativa, a consequente impossibilidade da prestação dos serviços públicos, e, em observância a Lei da Estrutura Administrativa, Lei Municipal nº 498/2013 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear a Sr.ª **LURDENIA DE LIMA MARTINS,** inscrita no CPF sob nº XXX.523.XXX-40, para exercer o Cargo Comissionado na Função de Subcoordenador do Centro de Saúde da Zona Rural.

Art. 2°. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 20 de outubro de 2026

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:2E6B33B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 050/2026 – GP

Nomeia os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Ruy Barbosa/RN.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA/RN**, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Municipal nº 623/2026 de 16 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Ruy Barbosa/RN, conforme prevê a Lei Municipal nº 623/2026 de 16 de outubro de 2026.
Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Ruy Barbosa/RN:
I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
Representante Titular: Rita Ferreira da Silva
Representante Suplente: Ana Rodrigues de Souza
II – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
Representante Titular: Jakeline de Lima Medeiros
Representante Suplente: Manoel Gilberto Vitorino
III – 1 (um) representante dos gestores escolares;
Representante Titular: Francileide Cardoso Soares
Representante Suplente: Francelma Cipriano
IV – 1 (um) representante dos professores da pré-escola;
Representante Titular: Andreliana Liédja de Souza
Representante Suplente: Francilene de Moura Bezerra
V – 1 (um) representante dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Representante Titular: Francisca Raimunda Andrade Ribeiro
Representante Suplente: Maria Luiza Alves
VI – 1 (um) representante dos pais ou responsáveis, indicado pelos Conselhos Escolares;
Representante Titular: Iara Pereira da Silva
Representante Suplente: Raile Priscila Pegado de Oliveira
VII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Secretaria Municipal de Saúde.
Representante Titular: Francisco Elson dos Santos
Representante Suplente: Veiza Maria de Araújo

Art. 3º O mandato dos membros do CEMA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN, em 20 de outubro de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:6F79C23B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS
PORTARIA Nº 009/2026 – SEMED

Nomeia os membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Ruy Barbosa/RN.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DE RUY BARBOSA/RN**, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Municipal nº 623/2026 de 16 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Ruy Barbosa/RN, conforme prevê o decreto da Lei Municipal Nº 623/2026 de 16 de outubro de 2026.
Art. 2º Ficam nomeados para compor o Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Ruy Barbosa/RN:
I – 1 (um) Coordenador(a) Geral:
Representante Titular: Kátia Adriana Ferreira
Representante Suplente: Francisco Olinto Sobrinho
II – 1 (um) representante da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Desporto:
Representante Titular: Edna Soares de Lima
Representante Suplente: Maria Aparecida Peres de Macedo
III – 1 (um) coordenador(a) pedagógico (a) ou gestor (a) de cada unidade escolar que atenda Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental;
Representante Titular:

Arethusa Astevany da Costa Silva (Gestora Escolar – Colégio Municipal Professora Rita Juventina de Souza)
Representante Suplente:
Rosinalva Gomes de Brito Silva (Gestora Escolar – CIEI - Professora Joseane Coutinho Dias)
IV – 1 (um) professor(a) de turma de pré-escola:
Representante Titular: Lilían Carla Rodrigues de Santos
Representante Suplente: Júlia Patrícia Cardoso
V – 1 (um) professor(a) alfabetizador(a) dos anos iniciais do Ensino Fundamental:
Representante Titular: Zoraide Barbosa Dias
Representante Suplente: Gizeuda André de Lima
VI – 1 (um) profissional da Educação Especial ou do Atendimento Educacional Especializado:
Representante Titular: Maura Lúcia de Moura
Representante Suplente: Ana Cristina Pereira de Souza

Art. 3º O mandato dos membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ruy Barbosa/RN, em 20 de outubro de 2026.

ROBSON CLETON DE SOUZA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:A64E92AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O**SAAE (SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN**, inscrita no**CNPJ/MF nº 08.520.389/0001-08**, localizada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade**PREGÃO**, a se processar de**FORMA ELETRÔNICA**, do tipo**MENOR VALOR POR LOTE**, objetivando o Contratação de empresa especializada no serviço de locação de equipamentos com sistema de recepção de dados e fornecimento de bobinas personalizadas, para emissão das faturas de consumo de água e esgoto do SAAE do Município de Santa Cruz/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições:**INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**Às 10h00min do dia 21/09/2026.**LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**Às 08h00min do dia 04/11/2026.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**Às 08h30min do dia 04/11/2026.**ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h00min do dia 04/11/2026.
LOCAL/SITE:www.portaldecompraspublicas.com.br.**REFERÊNCIA DE TEMPO:**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.**DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:**O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 21/10/2026, no sítiowww.portaldecompraspublicas.com.br, na sede do SAAE do Município de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br.**FORMALIZAÇÃO DEPEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OUENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente a Pregoeira, na sede do SAAE do Município de Santa Cruz, situada à Av. Rio Branco, 609 - Bairro Centro - Santa Cruz /RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail saaesantacruzrn.licitacoes@gmail.com ou ainda através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.
PREGOEIRA: Uliana Pinto de Assis Crisanto.
Santa Cruz/RN, em 20 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:3F1F33B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 423084/2025 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. EMPRESA REGISTRADA: MARCELO FERNANDES GRACIANO 06165091466, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.513.562/0001-49. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 100/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 31/10/2026 até 31/10/2027. DATA DA ASSINATURA: 20 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Pelo Órgão Gerenciador /

MARCELO FERNANDES GRACIANO -
Pela Empresa Registrada.

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:88AFFFB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.166-2026 – GAB-PMSM - ALTERAÇÃO DO PONTO FACULTATIVO – DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

Altera a data do ponto facultativo referente ao Dia do Servidor Público, previsto no Decreto Municipal nº 1.120/2026 – GAB/PMSM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1.120/2026 – GAB/PMSM, que divulga os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais e decreta os dias de ponto facultativo no ano de 2026, no âmbito da Administração Pública Municipal de Santana do Matos/RN;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a data do ponto facultativo referente ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º *Fica transferido para o dia* ***30 de outubro de 2026 (sexta-feira)*** *o ponto facultativo referente ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Santana do Matos/RN.*

Art. 2º *Fica mantido o feriado municipal do dia* ***27 de outubro de 2026 (terça-feira)****, referente ao Aniversário da Cidade, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.120/2026 – GAB/PMSM.*

Art. 3º *Caberá aos Secretários Municipais e aos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal assegurar a continuidade dos serviços essenciais, sem prejuízo do atendimento às necessidades da população.*
Art. 4º *Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 1.120/2026 – GAB/PMSM.*

Art. 5º *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Santana do Matos/RN, 20 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:BB418BC7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04092/2026 – ORIUNDO DA ARP Nº 073/2024 – PREGÃO ELETRONICO Nº 023/2024 – PROC. ADMINIST. MSM/RN N° 2455/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89; com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56 – Centro – Santana do Matos/RN – CEP 59.520-000;

CONTRATADA: DHD LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.284.764/0001-30, com sede à Rua Dom Carlos, 17, sala 01 – Centro – Extremoz/RN – CEP 59.575-000;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

VALOR GLOBAL: 44.892,45(quarenta e quatro mil oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos);
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da sua subscrição, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Dotação Orçamentária:
03.001.10.301.0087.2265 – Manutenção do Programa Saúde na Escola;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fontes:
1.500.1002 – Identificação da Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
2.600.3110 – Identificação das Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentar;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 28, Inciso I da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

Santana do Matos/RN, 04 de setembro de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

DHD LTDA
DAYANE RAFAELA DE MELO FRANÇA DANTAS
Represente Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:2EBD6FC5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.116-2026 – GAB-PMSM - INSTITUIÇÃO DO DIA MUNICIPAL DO PESCADOR.

Ementa: Institui o Dia Municipal do Pescador no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Santana do Matos/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Santana do Matos/RN, o Dia Municipal do Pescador, a ser celebrado, anualmente, no dia 29 de junho.

Art. 2º O Dia Municipal do Pescador tem por finalidade reconhecer e valorizar a importância social, econômica, cultural e histórica dos pescadores para o Município de Santana do Matos, especialmente daqueles que desenvolvem a pesca artesanal e de subsistência.

Art. 3º A data instituída por esta Lei terá como objetivos:
I – Valorizar os pescadores e os conhecimentos tradicionais relacionados à atividade pesqueira;
II – Reconhecer a importância da pesca artesanal e de subsistência para a segurança alimentar, a geração de renda e a manutenção das tradições das comunidades locais;
III – Estimular a conscientização acerca da preservação dos recursos pesqueiros, dos ecossistemas aquáticos e dos recursos hídricos;
IV – Incentivar a transmissão dos conhecimentos e das práticas tradicionais da pesca entre as gerações;
V – Promover a valorização social e cultural das comunidades e famílias que desenvolvem atividades relacionadas à pesca.

Art. 4º Na data de que trata esta Lei poderão ser promovidas atividades culturais, educativas, ambientais e de reconhecimento e valorização dos pescadores, respeitadas as competências dos órgãos públicos e a legislação aplicável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 20 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:3FA4CB59

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.117-2026 – GAB-PMSM - PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO AÇUDE RIO DA PEDRA.

Ementa: Declara o Açude Rio da Pedra Patrimônio Histórico Hídrico, Ambiental e Paisagístico de relevante interesse do Município de Santana do Matos/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o Açude Rio da Pedra como Patrimônio Histórico Hídrico, Ambiental e Paisagístico do Município de Santana do Matos/RN, em razão de sua importância para a história, o desenvolvimento e o abastecimento de água da população santanense.

Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei tem por objetivos:
I – Preservar e valorizar a memória histórica relacionada ao Açude Rio da Pedra e sua contribuição para ao longos de 42 anos para o desenvolvimento do nosso município;
II – Reconhecer sua relevância social como reservatório historicamente relacionado ao abastecimento de água da população de Santana do Matos;

III – Reconhecer sua importância para a segurança hídrica e para a convivência da população com as condições climáticas do semiárido;
IV – Valorizar a relação histórica, social existente entre o reservatório e a população santanense;
V – Estimular a preservação da memória, da história e da importância ambiental e hídrica do Açude Rio da Pedra;
VI – Promover o conhecimento, pelos presentes e futuras gerações, da importância do reservatório para a formação e o desenvolvimento social do Município.

Art. 3º O reconhecimento estabelecido por esta Lei possui natureza histórica, social e de valorização do patrimônio hídrico municipal, não implicando tombamento do bem nem alteração das competências relativas à propriedade, administração, operação, segurança, fiscalização ou gestão dos recursos hídricos do Açude Rio da Pedra.

Art.4º Poderão ser desenvolvidas ações educativas, culturais, históricas e de conscientização destinadas à preservação da memória e à valorização da importância do Açude Rio da Pedra para o Município, observadas as competências dos órgãos responsáveis pelo reservatório.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Matos/RN, 20 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:B02B55E9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 291-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias a servidor(a) municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1 (uma) diária à servidora Maria Vitoria de Lima, matrícula nº 175, ocupante do cargo de Coordenadora de Educação Especial, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

***Parágrafo único.** A diária destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento da servidora à cidade de Natal/RN, no dia 21 de outubro de 2026, para participar do IV Encontro de Formação Presencial de Formadores Municipais do ProLEEI-RN.*
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 20 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:E069A41F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 188/2026 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 15/03/2007 a 14/03/2012 (02 meses) e 15/03/2012 a 14/03/2017 (01 mês);

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância da Secretaria da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **MARIA DA PAZ LEITE DE OLIVEIRA**, matrícula n°. 314 e CPF nº XXX.343.994--XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 01/10/2026 a 31/12/2026, reassumindo suas funções em 01 de janeiro de 2027.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

**REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.*

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:25E89B62

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 2523/2026 - Dispensa de Licitação nº 062/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto Aquisição de equipamento para Média e Alta Complexidade, para execução de recurso oriundo da Emenda Parlamentar n° 41420003/2025, Proposta n° 10709689000125002, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (item remanescente do pregão eletrônico 019/2026), conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso II do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a não obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico, conforme art. 203, §2º do Decreto Municipal nº 1.058/2024, por se tratar de hipótese prevista no inciso I e II do art. 201 no mesmo Decreto.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso V, IV e VII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

Ratifico a contratação da empresa META MÓVEIS DE METAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n°01.866.388/0001-70, no valor global de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a presente contratação será satisfeita na dotação orçamentária: Classificação: 10.302.0036 2.067 – Manutenção de Atividades de Media e Alta Complexidade MAC, Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente , Fonte: 16010000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos dos SUS proveniente do governo federal-Bloco Estruturação da Rede de Serviços Públicos de saúde.
Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso II, de forma a **AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 09 de outubro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:9D4FEB31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PE 022-2026 - REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 022-2026 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Pregão Eletrônico - 22/2026		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 80252 - LOTE 1 - Valor Referência: R$ 112.536,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
SEC PUBLICIDADE LTDA (08.381.234/0001-38)	Adjudicado em: 19/10/2026 - 12:18:19 - Por: Raulison de Sena Ribeiro	83.999,00
RAULISON DE SENA RIBEIRO		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:337CE87A

GABINETE DO PREFEITO
PE 022-2026 - REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 022-2026 - TERMO DE HOMOLOGACAO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Santo Antônio			
Prefeitura Municipal de Santo Antônio			
Pregão Eletrônico - 22/2026			
Resultado da Homologação			
80252 - LOTE 1 - Valor Referência: 112.536,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SEC PUBLICIDADE LTDA	83.999,00	83.999,00	Homologado em 19/10/2026 12:18:26 Por: Raulison de Sena Ribeiro
RAULISON DE SENA RIBEIRO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:6325F5AF

GABINETE DO PREFEITO
PE 023-2026 - REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 023-2026 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 023/2026		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 80260 - LOTE 1 - Valor Referência: R$ 4.166.965,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
POSTO LAGOA D 19ANTA LTDA (11.940.467/0002-19)	Adjudicado em: 19/10/2026 - 12:34:42 - Por: Raulison de Sena Ribeiro	4.166.548,31
RAULISON DE SENA RIBEIRO		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:57333A7D

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2026

Aos primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 11h00, no Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antônio/RN, em formato híbrido, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação de Santo Antônio/RN, convocada por meio do Edital de Convocação nº 001/2026, com a finalidade de tratar da organização do Conselho, da eleição de sua Mesa Diretora, da apresentação do processo de construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, da construção dos Relatórios de Gestão e de demais assuntos de interesse da política municipal de Habitação. A reunião foi conduzida pela Assessora de Habitação, Sra. Cíntia Carvalho, que realizou a abertura dos trabalhos, registrou a importância da participação dos conselheiros e apresentou a composição do Conselho conforme a Portaria Municipal de atualização da composição para o biênio 2025/2027. Para fins de registro, integram o Conselho Municipal de Habitação os seguintes representantes: I – Poder Executivo: Izabel Angelina Cecilia Silva, titular, e Izabele Venceslau Barbosa, suplente; II – Poder Legislativo: Francicarlos da Silva Santos, titular, e Jonas Gonçalves dos Santos, suplente; III – Secretaria Municipal de Assistência Social do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social: Simone Lima da Silva, titular, e Samara da Silva Sobrinho, suplente; IV – Associação de Lagoa Comprida: Maria Ivancleide Felipe da Silva, titular, e Luciana Corsino de Araújo, suplente; V – Associação de Desenvolvimento Integrado da Comunidade de Redenção e Municípios Vizinhos: Erivaldo Alves de Oliveira, titular, e Raimundo Basilio Florêncio, suplente; VI – Associação do Gravatá: Crenilda Ribeiro da Silva, titular, e Genival Tomaz de Aquino, suplente. Em seguida, passou-se ao primeiro ponto da pauta, referente à eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Habitação. Após manifestação dos presentes e não havendo outras candidaturas apresentadas, foram eleitos, por deliberação dos conselheiros, para exercer as funções de Presidente, Vice-Presidente e Secretária Executiva, respectivamente: **Simone Lima da Silva, Presidente; Samara da Silva Sobrinho, Vice-Presidente; e Ana Cristina Teixeira do Nascimento, Secretária Executiva.** Os eleitos foram declarados empossados para o exercício das respectivas funções, passando a Mesa Diretora a conduzir os trabalhos do Conselho, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis. Na sequência, foi apresentado o processo de construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, na modalidade simplificada. A Assessora de Habitação, Cíntia Carvalho, explicou que o PLHIS constitui instrumento de planejamento da política habitacional municipal e deve ser elaborado de forma participativa. Foram abordados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.796, de 6 de junho de 2006, bem como os compromissos relacionados à instituição do fundo, constituição do conselho, elaboração do PLHIS, formalização da adesão e elaboração dos relatórios de gestão.
Foi registrada a necessidade de atualização do esboço do PLHIS elaborado pelo Município em 2023, com complementação das informações e construção coletiva das etapas do Plano. Também foram discutidas as áreas que apresentam indícios de assentamentos precários, destacando-se, preliminarmente, os recortes do Bairro do Carmo, Santa Luzia, Vilage, Bairro Saturnino e Bairro São Domingos, ressalvando-se que tais áreas ainda deverão ser objeto de confirmação técnica no diagnóstico do PLHIS. No tocante ao déficit habitacional,

foram apresentados dados do CECAD, do Observatório do Cadastro Único, com referência ao mês de julho, e informações do IBGE. Registrou-se quantitativo aproximado de 1.874 necessidades habitacionais relacionadas aos componentes do déficit, a ser conferido e validado antes da consolidação do diagnóstico. Foram apresentados os seguintes dados: 01 domicílio improvisado na área urbana e 01 na área rural; 01 domicílio rústico na área urbana e 31 na área rural; 335 ocorrências de coabitação involuntária na área urbana e 140 na área rural; 1.165 famílias com ônus excessivo com aluguel na área urbana e 88 na área rural; e 72 ocorrências de adensamento excessivo em domicílios alugados na área urbana e 40 na Área rural. Também foi informado que a política municipal de habitação é atualmente operacionalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo mencionada a existência de cadastros habitacionais realizados no ano de 2022. Os conselheiros foram convidados a apresentar informações, esclarecimentos e contribuições, especialmente para subsidiar a atualização do diagnóstico habitacional e a Construção participativa do PLHIS. Quanto aos Relatórios de Gestão do Fundo Local de Habitação de Interesse Social, foi registrada a necessidade de sua construção e acompanhamento pelo Conselho. Considerando o horário e a extensão das discussões, a leitura e apreciação detalhada dos Relatórios de Gestão ficaram para reunião posterior, devendo o tema constar da respectiva convocação e pauta. Ainda, dando continuidadae, foram dados alguns **encaminhamentos tais como:** 1) dar continuidade à atualização e construção participativa do PLHIS; 2) levantar e complementar os documentos e informações necessários ao diagnóstico habitacional; 3) avaliar a criação de comissão para levantamento de informações e acompanhamento da elaboração e atualização do PLHIS; 4) realizar novas reuniões para aprofundamento do diagnóstico, validação das informações e alinhamento das demandas e estratégias habitacionais; 5) incluir os Relatórios de Gestão do Fundo na pauta da próxima reunião para apreciação do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, **Ana Cristina Teixeira do Nascimento**, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Habitação, lavrei a presente Ata, que, após lida, apreciada e aprovada, será assinada pelos membros presentes, para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

Santo Antônio/RN, 01 de setembro de 2026.

SIMONE LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Habitação

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:85EDC118

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMH

"Dispõe sobre a eleição da Presidência, Vice-Presidência e demais integrantes da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Habitação de Santo Antônio/RN."

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a deliberação dos conselheiros registrada na Ata da Reunião Extraordinária nº 001/2026, realizada em 1º de setembro de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Habitação de Santo Antônio/RN, realizada em reunião extraordinária no dia 1º de setembro de 2026, ficando eleitos os seguintes membros:

I – Presidente: Simone Lima da Silva;
II – Vice-Presidente: Samara da Silva Sobrinho;
III – Secretária Executiva: Ana Cristina Texeira do Nascimento.

Art. 2º Os membros eleitos ficam empossados nas respectivas funções, devendo exercer suas atribuições conforme a legislação aplicável e o regimento interno do Conselho.

Art. 3º A presente Resolução limita-se ao registro da eleição e composição da Mesa Diretora, conforme a ata mencionada, não deliberando sobre os demais assuntos tratados na reunião.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de Setembro de 2026.

SIMONE LIMA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Habitação

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:BC050D54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZOAO CONVÊNIO 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 603021/2025
CONVÊNIO 003/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada em mensurar os impactos causados em decorrência dos anos de operação e deposição no solo dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Santo Antônio, bem como a proposição das referidas medidas mitigadoras e de recuperação, com elaboração de plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD).

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 21.212.556/0001-11, com sede à Av. Professor Antônio Campos s/n, Campus Universitário Central, Prédio das Pró-Reitorias, bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN – CEP: 59.625-620.

VIGÊNCIA: de 23 de outubro 2026 à 22 novembro 2026.

BASE LEGAL: art. 6°, inciso XVII, art. 111, caput, art. 124, inciso I, art. 184, caput da Lei 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 20 de outubro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:BEF8454B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 177, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 315/1999, Artigo nº 152, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais de São Bento do Norte/RN e na Lei Complementar Federal n. 226, de 12 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo de número 076/2026;

RESOLVE:
Art. 1º - **Deferi** a concessão do **Adicional de 1/6** da Servidor **EMANOEL PORCINO DE QUEIROZ**, inscrito no CPF sob o n.° ***.878.264-**, matrícula nº 00109-1, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício será implanto em sua folha de pagamento com efeito retroativo a data de **19 de julho de 2026**, data em que restou comprovado o período aquisitivo de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de outubro de 2026.
**** Republicado por erro material. (correção no n. da matrícula)***

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:D1796EDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 180, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências e o Ofício n. 069/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite para o servidor **GILMAR SILVA DE SOUZA**, Secretário de Agricultura, mat. 002024-9, CPF: xxx.058.374-xx, no valor total de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) com a finalidade de participar da reunião com a CONAB e no INCRA para entrega de contratos de Fomento Mulher e apoio inicial para atender as demandas dos agricultores familiares do Município, a ser realizado na cidade do Natal/RN, no dia 21 de outubro do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 20 de outubro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:57DB98DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2026 - ANEXO I - CRONOGRAMA DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

1. DA FINALIDADE
O presente Cronograma de Trabalho estabelece as etapas, atividades, responsabilidades e produtos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho – GT para Elaboração do Plano Municipal de Comunicação na Educação, instituído pela Portaria nº ____/2026, em consonância, com as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com as necessidades de comunicação da Rede Municipal de Ensino.

O trabalho será desenvolvido no período de 4 (quatro) semanas, compreendendo as etapas de diagnóstico, planejamento estratégico, definição e teste de canais de comunicação e validação final do Plano.

2. CRONOGRAMA GERAL

Semana	Etapa	Objetivo principal	Consumação
1ª Semana	Diagnóstico e Alinhamento Técnico	Conhecer a realidade da comunicação educacional do Município	Diagnóstico e mapa dos desafios de comunicação
2ª Semana	Desenho da Estratégia de Comunicação	Definir objetivos, públicos, mensagens, linguagem e responsabilidades	Matriz estratégica de comunicação e calendário preliminar
3ª Semana	Definição e Teste dos Canais	Selecionar os canais mais adequados e testar modelos de comunicação	Protótipos de materiais e canais definidos
4ª Semana	Consolidação, Validação e Lançamento	Consolidar o documento e submetê-lo à validação institucional	Plano Municipal de Comunicação na Educação validado

3. DETALHAMENTO DAS ETAPAS
3.1 – 1ª SEMANA
DIAGNÓSTICO E ALINHAMENTO TÉCNICO
Objetivo: realizar o levantamento da situação atual da comunicação educacional no Município, identificando públicos, canais utilizados, potencialidades, fragilidades e principais necessidades de comunicação.
Atividades:
I – apresentação, pelo coordenador do GT, dos objetivos da Portaria e da finalidade do Plano Municipal de Comunicação na Educação;
II – apresentação das diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Educação que deverão ser contempladas nas estratégias de comunicação;
III – apresentação, pelo(a) Articulador(a) Municipal do CNCA, das principais ações, metas, indicadores e estratégias relacionadas à alfabetização que demandam comunicação e mobilização social;
IV – levantamento dos canais atualmente utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares;
V – identificação dos públicos prioritários da comunicação educacional, incluindo gestores, professores, estudantes, famílias, Conselhos e comunidade;
VI – levantamento das principais dificuldades encontradas na comunicação entre Secretaria, escolas, profissionais, estudantes e famílias;
VII – identificação das formas de comunicação mais utilizadas pelas famílias e comunidade;
VIII – levantamento das principais dúvidas, demandas e informações que necessitam de maior divulgação;
IX – identificação de boas práticas de comunicação já existentes na Rede Municipal de Ensino;
X – elaboração de diagnóstico situacional da comunicação educacional.
Perguntas orientadoras:

• Como a Secretaria comunica suas ações atualmente?
• Como as escolas se comunicam com as famílias?
• Quais canais apresentam maior alcance?
• Quais canais apresentam menor efetividade?
• As informações são compreendidas pelas famílias?
• Quais informações educacionais precisam ser divulgadas com maior frequência?
• Quais são as principais dificuldades de comunicação identificadas pelas escolas?
• Quais estratégias podem fortalecer a participação das famílias?

Consumação da semana:
Diagnóstico da Comunicação Educacional de São Bento do Norte contendo:

• canais existentes;
• públicos atendidos;
• principais demandas;
• potencialidades;
• fragilidades;
• barreiras de comunicação;
• oportunidades de melhoria;
• mapa dos principais desafios de comunicação.

3.2 – 2ª SEMANA
DESENHO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Objetivo: estabelecer as bases estratégicas do Plano Municipal de Comunicação, definindo o que comunicar, para quem comunicar, como comunicar e quem será responsável por cada ação.
Atividades:
I – definição dos objetivos geral e específicos do Plano;
II – definição dos princípios e diretrizes da comunicação educacional municipal;
III – definição dos públicos prioritários;
IV – organização das principais mensagens institucionais e pedagógicas;
V – definição da linguagem a ser utilizada nos diferentes canais, priorizando comunicação clara, objetiva, acessível, inclusiva e acolhedora;
VI – definição das responsabilidades pela elaboração, revisão, aprovação e divulgação dos conteúdos;
VII – estabelecimento de estratégias específicas para comunicação com as famílias;
VIII – definição das estratégias de comunicação relacionadas ao Plano Municipal de Educação;
IX – definição das estratégias para divulgação de programas, projetos, formações, avaliações e resultados educacionais;
X – definição de estratégias para valorização e divulgação das boas práticas desenvolvidas nas unidades escolares;
XI – elaboração de calendário preliminar de comunicação;
XII – definição dos principais temas e períodos de comunicação ao longo do ano letivo.
Consumação da semana:
Matriz Estratégica de Comunicação, contendo:

• objetivo;
• público-alvo;
• mensagem principal;
• linguagem;
• canal;
• responsável;
• periodicidade;
• período de divulgação.

Deverá ser elaborado, ainda, um calendário preliminar de comunicação educacional, articulado ao calendário escolar e às ações do Plano Municipal de Educação.

3.3 – 3ª SEMANA
ESCOLHA E TESTE DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO
Objetivo: selecionar, de acordo com as características dos públicos, os canais de comunicação mais adequados e testar modelos de materiais e mensagens.
Atividades:
I – análise dos canais disponíveis no Município;
II – definição dos canais institucionais prioritários;
III – definição dos canais específicos para comunicação entre escola e famílias;
IV – avaliação da utilização de redes sociais institucionais, grupos de WhatsApp, comunicados impressos, murais escolares, reuniões, rádio local e outros meios disponíveis;
V – definição das finalidades específicas de cada canal;
VI – elaboração de modelos padronizados de comunicados;
VII – elaboração de protótipos de cards e peças para redes sociais;
VIII – elaboração de modelos de comunicados destinados às famílias;
IX – elaboração de roteiros para comunicação em rádio ou outros meios comunitários, quando aplicável;
X – teste dos materiais e mensagens com representantes dos públicos prioritários;
XI – avaliação da clareza, objetividade, acessibilidade e compreensão das mensagens;
XII – realização dos ajustes necessários nos materiais produzidos.
Consumação da semana:
Plano de Canais de Comunicação, contendo:

• canal;
• finalidade;
• público;
• tipo de conteúdo;
• frequência;
• responsável;
• fluxo de aprovação.

Também deverão ser produzidos protótipos de materiais de comunicação, contemplando, quando aplicável:

• cards;
• comunicados;
• informativos;
• modelos de avisos às famílias;
• roteiros de áudio;
• modelos de divulgação de ações e resultados;
• modelos de divulgação das ações de alfabetização.

3.4 – 4ª SEMANA
CONSOLIDAÇÃO, VALIDAÇÃO E LANÇAMENTO
Objetivo: consolidar as contribuições das etapas anteriores, finalizar o Plano Municipal de Comunicação na Educação e submetê-lo à validação institucional.
Atividades:
I – apresentação dos resultados das três primeiras etapas pelo coordenador do GT;
II – análise coletiva do diagnóstico, da matriz estratégica e do plano de canais;
III – consolidação das ações, responsabilidades e cronograma;
IV – definição dos indicadores de acompanhamento e avaliação;
V – estabelecimento dos mecanismos de monitoramento do Plano;
VI – revisão da articulação entre o Plano Municipal de Comunicação e o Plano Municipal de Educação;
VII – revisão técnica e institucional do documento;
VIII – realização dos ajustes e adequações necessários;
IX – leitura final do Plano pelos integrantes do Grupo de Trabalho;
X – registro das contribuições e aprovação das alterações;
XI – elaboração da versão final do Plano Municipal de Comunicação na Educação de São Bento do Norte/RN;
XII – encaminhamento do documento à Secretaria Municipal de Educação para homologação;
XIII – planejamento das primeiras ações de comunicação decorrentes da implementação do Plano.
Produto da semana:
Plano Municipal de Comunicação na Educação de São Bento do Norte/RN, consolidado e validado pelo Grupo de Trabalho, contendo:
· diagnóstico;
· princípios e diretrizes;
· objetivos;
· públicos prioritários;
· estratégias;
· mensagens;
· canais;
· responsabilidades;
· calendário;
· ações;
· indicadores;
· mecanismos de monitoramento e avaliação.

4. ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO
As reuniões do Grupo de Trabalho deverão ocorrer, preferencialmente, uma vez por semana, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que necessárias.
Cada reunião deverá contemplar:
I – apresentação da pauta;
II – discussão e análise das informações;
III – definição das atividades e responsabilidades;
IV – registro das decisões;
V – definição dos produtos da etapa;
VI – encaminhamento das atividades para a semana subsequente.
As decisões e encaminhamentos deverão ser registrados em ata ou instrumento próprio de acompanhamento, garantindo a memória do processo de construção do Plano.

5. QUADRO DE RESPONSABILIDADES

Atividade	Responsáveis principais
Coordenação geral dos trabalhos	Secretaria Municipal de Educação
Articulação com o Plano Municipal de Educação	Articulador(a) Municipal do CNCA
Diagnóstico da comunicação	Grupo de Trabalho

Levantamento das demandas das escolas	Gestores e representantes docentes
Levantamento das demandas das famílias	Representantes das famílias e escolas
Estratégia de conteúdo	GT / Equipe Pedagógica / Comunicação
Identidade e materiais institucionais	Setor responsável pela Comunicação
Definição dos canais	Grupo de Trabalho
Teste dos materiais	Grupo de Trabalho / representantes dos públicos
Consolidação do Plano	Coordenação do GT
Validação final	Grupo de Trabalho / Secretaria Municipal de Educação
Monitoramento da implementação	Secretaria Municipal de Educação / Grupo de Trabalho

6. RESULTADO FINAL ESPERADO

Ao final das quatro semanas, o Grupo de Trabalho deverá apresentar à Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Norte:

I – Diagnóstico da Comunicação Educacional Municipal;
II – Matriz Estratégica de Comunicação;
III – Plano de Canais de Comunicação;
IV – Calendário de Comunicação Educacional;
V – modelos e protótipos de materiais de comunicação;
VI – indicadores de monitoramento e avaliação;
VII – versão final do Plano Municipal de Comunicação na Educação de São Bento do Norte/RN.

O processo deverá assegurar que a comunicação seja compreendida como instrumento de gestão, mobilização, participação social, transparência, valorização das ações educacionais e fortalecimento da política municipal de alfabetização, contribuindo para a efetivação do direito de todas as crianças à aprendizagem e à alfabetização.

São Bento do Norte, /RN, 20 de outubro de 2026.

ROSA MAURÍCIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:67690BD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2026 - ANEXO II - PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN – 2026

1. Apresentação

O Plano de Comunicação na educação de São Bento do Norte estabelece as diretrizes para a comunicação institucional da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Fundamentado no Regime de Colaboração, tem como finalidade fortalecer o fluxo de informações entre a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Saúde, demais órgãos institucionais, tais como o Conselho Tutelar e as unidades escolares, promovendo a divulgação das ações, a mobilização das redes de ensino e a transparência dos resultados.

Articulado ao Plano de Trabalho Anual (PTA), este Plano orienta as ações de comunicação interna e externa do Programa, assegurando uma comunicação integrada, padronizada e alinhada aos objetivos da Política Municipal de Alfabetização.

2. Objetivo Geral

Fortalecer a comunicação institucional da Secretaria Municipal de Educação, assegurando a divulgação oportuna das ações, formações, avaliações, resultados e iniciativas desenvolvidas em Regime de Colaboração, ampliando a transparência, a mobilização e o engajamento das redes de ensino.

3. Objetivos Específicos

• Divulgar as ações estratégicas da Política Municipal de Alfabetização;
• Fortalecer o fluxo de comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação e demais instituições;
• Mobilizar gestores, professores e equipes técnicas para participação nas ações contempladas pelo Plano Municipal de Educação;
• Disseminar orientações técnicas e pedagógicas de forma padronizada;
• Dar publicidade aos resultados das avaliações e indicadores educacionais;
• Valorizar experiências exitosas desenvolvidas pelos municípios;
• Ampliar a visibilidade das ações do Plano Municipal de Comunicação desta Secretaria junto à comunidade escolar.

4. Públicos Estratégicos

Comunicação Interna: Gabinete da SEDUC; Equipes Técnicas da Secretaria Municipal de Educação.
Comunicação Externa: Demais Secretarias Municipais; Coordenadores Pedagógicos; Gestores Escolares; Professores; Comunidade Escolar; Instituições Parceiras;

5. Eixos da Comunicação

• **Comunicação Institucional:** divulgação das ações governamentais, programas, normativos, agendas institucionais, parcerias e eventos.
• **Comunicação Pedagógica**: compartilhamento de orientações técnicas, materiais didáticos, documentos orientadores e práticas pedagógicas.
• **Comunicação Formativa**: divulgação das formações, cursos, encontros presenciais e virtuais, cronogramas e certificações.
• **Comunicação de Mobilização**: mobilização das redes de ensino para avaliações, campanhas, eventos e demais ações estratégicas
• **Comunicação de Resultados:** divulgação de indicadores, avanços, premiações, boas práticas e resultados alcançados pelo Programa.

6. Canais de Comunicação

CANAL	FINALIDADE	PÚBLICO
E-mail Institucional	Comunicação oficial, formal e normativa	Demais órgãos institucionais
Redes Sociais	Divulgação de ações, campanhas e engajamento	Comunidade escolar, gestores e sociedade
WhatsApp Institucional	Alertas operacionais e avisos rápidos (sem caráter decisório formal)	Equipes técnicas e articuladores
Google Meet	Reuniões de alinhamento técnico e pedagógico	Coordenadores pedagógicos, professores e equipe técnica.
AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem)	Formação continuada e certificação	Professores e coordenadores
Google Drive	Repositório de materiais técnicos e pedagógicos	Equipes técnicas e formadores

7. Principais Ações de Comunicação

O GT do Plano Municipal de Comunicação da Educação concentrará esforços na divulgação das ações estratégicas da Política Municipal de Alfabetização.

AÇÃO ESTRATÉGICA	OBJETIVO	PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO
Planejamento anual do Programa	Apresentar o calendário oficial das ações	Cards, notícias e e-mail institucional
Circuitos Pedagógicos	Dar visibilidade às ações formativas desenvolvidas nas regionais	Cobertura fotográfica, vídeos, reportagens e lives
Avaliações Diagnósticas, de Fluência e Somativas	Informar cronogramas, orientar as redes e divulgar resultados	Cards, boletins, infográficos, notícias, lives e reuniões
Divulgação dos resultados educacionais	Garantir transparência dos indicadores e subsidiar a definição de prioridades	Painéis, boletins, notícias, reuniões e planilhas
Distribuição dos Materiais Didáticos Complementares	Divulgar a entrega dos materiais e orientar sua utilização	Notícias, vídeos, registros fotográficos e termos de recebimento
Seminários, encontros e eventos municipais	Divulgar programação e resultados	Cards, vídeos e reportagens
Boas práticas municipais	Valorizar experiências exitosas	Reportagens, vídeos, publicações em redes sociais e e-books
Campanhas institucionais	Fortalecer o compromisso da sociedade com a alfabetização	Campanhas digitais e materiais gráficos

8. Cronograma Geral das ações desenvolvidas com a implementação do Plano Municipal de Comunicação.

Mês	Ações Prioritárias de Comunicação
Março	Divulgação dos resultados da Avaliação de Fluência e da Avaliação Somativa (5º ano); Mobilização para adesão ao Currículo Integrado; Divulgação e cobertura do 1º Circuito Pedagógico; Divulgação do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização; Divulgação do Prêmio Alfabetiza São Bento do Norte; Divulgação da entrega dos Materiais Didáticos Complementares (MDC); Publicação do 1º Boletim Informativo;.
Abril	Mobilização para o I Ciclo Avaliativo do CNCA; Divulgação da Avaliação Diagnóstica Alfabetiza São Bento do Norte; Cobertura do Prêmio Alfabetiza São Bento do Norte; Divulgação dos Resultados do Indicador Criança Alfabetizada Divulgação das formações presenciais e do Ambiente Virtual de Aprendizagem
Maio	Divulgação dos resultados da Avaliação Diagnóstica; Campanhas institucionais; Início das formações de gestores e professores; Divulgação das ações do ProLEEI; Mobilização para acesso às trilhas de formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
Junho	Mobilização para o II Ciclo Avaliativo do CNCA;
Agosto	Divulgação e cobertura do 2º Circuito Pedagógico; Mobilização para acesso às trilhas de formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem; Divulgação das ações do ProLEEI;

	Divulgação do Resultado do Saeb 2026.
Setembro	Mobilização para a Avaliação Somativa (3º, 5º e 9º anos);
Outubro	Mobilização para o III Ciclo Avaliativo do CNCA**;**
Novembro	Mobilização para a Avaliação de Saída de Fluência Leitora; Divulgação das ações do ProLEEI; Mobilização para emissão de certificados das trilhas de formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem
Dezembro	Mobilização para a Avaliação Somativa do (2º ano); Mobilização para elaboração do Plano de Trabalho para 2027.

9. Periodicidade das Ações de Comunicação

AÇÃO	PERIODICIDADE
Reuniões de Alinhamento	Quinzenal (Articuladores) e trimestral (Dirigentes e demais integrantes do GT).
Divulgação da Semana Pedagógica	Semestral
Boletim Informativo Digital	Bimestral
Divulgação das Formações	Mínimo de 15 dias de antecedência
Divulgação das Avaliações	Mínimo de 15 dias antes da aplicação
Divulgação dos Resultados	Até 30 dias após a consolidação dos dados
Publicação de Boas Práticas	Bimestral
Atualização dos Canais Digitais	Contínua

10. Responsabilidades

Equipe Municipal do Programa Alfabetiza São Bento do Norte	Planejar e coordenar as ações de comunicação; Validar os conteúdos técnicos; Acompanhar a execução do Plano.
Comunicação Institucional da SEDUC	Produzir materiais gráficos e audiovisuais; Apoiar a divulgação institucional; Publicar conteúdos nos canais oficiais
Secretaria Municipal de Educação	Disseminar as informações às escolas; Apoiar a mobilização das equipes escolares; Compartilhar boas práticas e resultados

11. Divulgação dos Resultados

A transparência das ações e dos resultados do Programa Alfabetiza São Bento do Norte será assegurada por meio dos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e de eventos institucionais, garantindo amplo acesso às informações e fortalecendo o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Serão divulgados:

• Índices/indicadores de alfabetização por cada instituição de ensino do e município;

• resultados das avaliações diagnósticas, somativas e de fluência leitora;

• relatórios de monitoramento da participação nas formações;

• painéis de indicadores educacionais;

• boas práticas desenvolvidas pelas escolas da rede municipal.

12. Monitoramento

A execução deste Plano será acompanhada continuamente pela Equipe Municipal do Programa Alfabetiza São Bento do Norte, considerando o cumprimento das ações previstas, a efetividade da comunicação e o alcance dos públicos estratégicos.

Serão observados:

• cumprimento dos prazos de divulgação;

• atualização dos canais institucionais;

• alcance das publicações;

• engajamento dos públicos;

• feedback das redes de ensino.

13. Indicadores de Monitoramento

INDICADOR	META
Escolas alcançadas	100%
Divulgação das ações estratégicas	Antes da execução das atividades
Atualização dos canais institucionais	Contínua
Publicação do Boletim Informativo	Bimestral
Divulgação dos resultados das avaliações	Até 30 dias após a consolidação
Divulgação de boas práticas	Publicação mensal

Este Plano Municipal de Comunicação deverá ser revisado anualmente, considerando o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Norte, o Plano de Trabalho Anual e as prioridades da Política Municipal de Alfabetização em Regime de Colaboração.

São Bento do Norte, /RN, 20 de outubro de 2026.

ROSA MAURÍCIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:15B642B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2026 - SEDUC

Institui o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração, sistematização, validação e acompanhamento do Plano Municipal de Comunicação na Educação do Município de São Bento do Norte/RN, em articulação com o Plano Municipal de Alfabetização e com as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO NORTE, Rosa Maurício Gomes de Menezes, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente quanto ao direito à educação e ao regime de colaboração entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e atribui aos sistemas de ensino competências para organização e desenvolvimento das políticas educacionais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação, especialmente as diretrizes relacionadas à melhoria da qualidade da educação, à gestão democrática, à redução das desigualdades e à articulação das políticas educacionais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, estabelecendo a colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem entre seus princípios o fortalecimento do regime de colaboração, a promoção da equidade educacional, a valorização da diversidade, o protagonismo dos Municípios e a centralidade dos processos de ensino e aprendizagem;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 639, de 10 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo às Boas Práticas de Alfabetização, Leitura e Escrita, no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Município de São Bento do Norte/RN, enquanto instrumento de planejamento, articulação, implementação, monitoramento e avaliação da política municipal de alfabetização, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e Plano Municipal de Educação em toda sua abrangência;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar uma política municipal de comunicação educacional que utilize linguagem clara, acessível, inclusiva e adequada aos diferentes públicos da comunidade escolar;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Norte, o Grupo de Trabalho – GT para Elaboração do Plano Municipal de Comunicação na Educação, responsável por coordenar, sistematizar, elaborar, validar e acompanhar a construção do Plano Municipal de Comunicação na Educação do Município de São Bento do Norte/RN.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Comunicação na Educação deverá estar articulado às diretrizes, objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano Municipal de Alfabetização e o Plano Municipal de Educação, especialmente no que se refere às ações de mobilização, participação das famílias, divulgação de resultados, valorização das boas práticas e fortalecimento da comunicação com a comunidade escolar.

Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação na Educação terá como finalidade estabelecer diretrizes, estratégias, canais, responsabilidades e mecanismos de comunicação institucional e pedagógica da Rede Municipal de Ensino, promovendo:

I – o fortalecimento da comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e a comunidade;

II – a transparência das ações e dos resultados das políticas educacionais;

III – a mobilização das famílias e da comunidade em torno do direito à educação e à alfabetização;
IV – a disseminação de informações sobre programas, projetos, ações formativas, avaliações e resultados educacionais;
V – a valorização dos profissionais da educação e das boas práticas desenvolvidas nas unidades escolares;
VI – a utilização de linguagem simples, objetiva, acolhedora, acessível e inclusiva;
VII – a integração dos diferentes canais de comunicação utilizados pela Rede Municipal de Ensino;
VIII – o fortalecimento da participação social nas políticas públicas educacionais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A elaboração e implementação do Plano Municipal de Comunicação na Educação observarão os seguintes princípios:
I – direito à informação;
II – transparência e responsabilidade na divulgação de informações públicas;
III – respeito à diversidade e à equidade;
IV – linguagem clara, acessível e inclusiva;
V – participação e corresponsabilidade da comunidade escolar;
VI – valorização dos profissionais da educação;
VII – proteção e respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes;
VIII – articulação intersetorial e colaboração entre os diferentes atores educacionais;
IX – coerência entre comunicação institucional e objetivos pedagógicos;
X – valorização das experiências e boas práticas da Rede Municipal de Ensino;
XI – alinhamento às políticas municipal, estadual e nacional de alfabetização;
XII – respeito à identidade institucional do Município e às orientações oficiais dos programas educacionais.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Art. 4º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I – representante da Secretaria Municipal de Educação, que exercerá a coordenação do GT;
II – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
III – representante dos gestores das unidades escolares;
IV – representante dos professores alfabetizadores;
V – representante dos professores da Rede Municipal de Ensino;
VI – representante do Conselho Municipal de Educação;
VII – representante das famílias ou responsáveis pelos estudantes;
VIII – outros representantes de setores da Administração Pública Municipal ou da comunidade escolar, quando considerados necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.
§ 1º A coordenação do Grupo de Trabalho ficará sob responsabilidade do representante indicado pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados por ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º A participação no Grupo de Trabalho será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DO GRUPO DE TRABALHO

Art. 5º Compete ao Grupo de Trabalho:
I – realizar diagnóstico dos processos e canais de comunicação utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares;
II – identificar as principais necessidades de comunicação da Rede Municipal de Ensino;
III – mapear os diferentes públicos da comunicação educacional;
IV – identificar barreiras que dificultem o acesso das famílias e da comunidade às informações educacionais;
V – definir objetivos, diretrizes, estratégias e ações de comunicação;
VI – estabelecer os canais de comunicação prioritários para cada público;
VII – definir responsabilidades pela produção, revisão, aprovação e divulgação dos conteúdos;
VIII – estabelecer calendário integrado de comunicação educacional;
IX – propor estratégias para divulgação das ações do Plano Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
X – promover a divulgação de resultados educacionais de forma responsável, compreensível e contextualizada;
XI – incentivar a divulgação de experiências exitosas e boas práticas pedagógicas;
XII – propor estratégias de comunicação destinadas ao fortalecimento da participação das famílias;
XIII – elaborar modelos e padrões de comunicação institucional e pedagógica;
XIV – propor indicadores para acompanhamento da efetividade das ações de comunicação;
XV – elaborar a versão final do Plano Municipal de Comunicação na Educação;
XVI – submeter o Plano à apreciação e validação da Secretaria Municipal de Educação;
XVII – acompanhar a implementação do Plano e propor atualizações quando necessárias.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar institucionalmente a elaboração do Plano;
II – garantir a articulação do Plano de Comunicação com o Plano Municipal de Alfabetização e demais instrumentos de planejamento educacional;
III – assegurar as condições necessárias para o funcionamento do Grupo de Trabalho;
IV – validar as estratégias institucionais de comunicação;
V – acompanhar a implementação e os resultados do Plano.
Art. 7º Compete ao(à) Articulador(a) Municipal do CNCA:
I – fornecer informações técnicas relativas às ações de alfabetização;
II – contribuir para a tradução dos objetivos, metas, resultados e indicadores de alfabetização em mensagens acessíveis à comunidade;
III – articular as estratégias de comunicação às ações do Plano Municipal de Alfabetização;
IV – apoiar a divulgação das ações do CNCA no território municipal;
V – contribuir para a mobilização dos profissionais, famílias e comunidade em torno da garantia do direito à alfabetização.
Art. 8º Compete ao setor responsável pela comunicação institucional:
I – orientar a identidade visual e institucional das campanhas;
II – apoiar a produção e revisão dos materiais de comunicação;
III – organizar estratégias de divulgação nos canais oficiais;
IV – apoiar a produção de materiais para redes sociais, rádio, murais, informativos e demais meios de comunicação;
V – orientar quanto à adequação da linguagem e da apresentação dos conteúdos institucionais.
Art. 9º Compete aos gestores escolares e professores participantes do Grupo de Trabalho:
I – contribuir para o diagnóstico das necessidades de comunicação das unidades escolares;
II – apresentar demandas e sugestões das equipes escolares;
III – identificar as principais dúvidas e necessidades de informação das famílias;
IV – contribuir para a divulgação das ações e boas práticas desenvolvidas nas escolas;
V – colaborar para o fortalecimento da comunicação entre escola, família e comunidade.
Art. 10. Compete aos representantes dos conselhos e das famílias:
I – contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de participação social;
II – avaliar a clareza e a acessibilidade das informações divulgadas;
III – apresentar sugestões quanto aos canais de comunicação mais adequados;
IV – colaborar para a mobilização das famílias e da comunidade.

CAPÍTULO VI
DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Art. 11. A elaboração do Plano Municipal de Comunicação na Educação observará, preferencialmente, as seguintes etapas:
I – diagnóstico e alinhamento técnico, compreendendo o levantamento dos canais existentes, públicos, necessidades e principais desafios de comunicação;

II – definição da estratégia de comunicação, compreendendo objetivos, mensagens prioritárias, públicos, linguagem e responsabilidades;
III – definição e teste dos canais de comunicação, considerando as características e necessidades dos diferentes públicos;
IV – elaboração do plano de ação, contendo ações, responsáveis, canais, periodicidade, cronograma e indicadores;
V – validação institucional e lançamento, mediante apreciação do documento final pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 12. O diagnóstico deverá considerar, entre outros aspectos:
I – os canais atualmente utilizados pela Secretaria e pelas escolas;
II – a efetividade dos canais existentes;
III – o acesso das famílias às informações;
IV – as dificuldades de compreensão dos comunicados;
V – a necessidade de comunicação diferenciada para públicos específicos;
VI – as potencialidades das tecnologias digitais e dos meios tradicionais de comunicação.
Art. 13. O Plano Municipal de Comunicação deverá contemplar, no mínimo:
I – diagnóstico da comunicação educacional municipal;
II – objetivos gerais e específicos;
III – princípios e diretrizes;
IV – públicos prioritários;
V – mensagens estratégicas;
VI – canais de comunicação;
VII – identidade e padrões de comunicação;
VIII – responsabilidades dos setores envolvidos;
IX – cronograma de ações;
X – estratégias de mobilização das famílias;
XI – estratégias de divulgação das ações de alfabetização;
XII – mecanismos de divulgação de resultados;
XIII – indicadores de acompanhamento e avaliação;
XIV – mecanismos de revisão e atualização.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO COM O PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 14. O Plano Municipal de Comunicação na Educação deverá constituir instrumento complementar de apoio à implementação do Plano Municipal de Educação de São Bento do Norte, fortalecendo a comunicação, a mobilização e a participação social necessárias à execução da política municipal de alfabetização.
Art. 15. As ações de comunicação relacionadas à alfabetização deverão observar as metas, estratégias e indicadores estabelecidos no Plano Municipal de Alfabetização, garantindo unidade entre as ações pedagógicas, de gestão, formação, mobilização e comunicação.
Art. 16. A comunicação das ações de alfabetização deverá priorizar:
I – o direito de todas as crianças à alfabetização;
II – a importância da frequência e da participação escolar;
III – o papel das famílias no processo de aprendizagem;
IV – a valorização dos professores e demais profissionais da educação;
V – a divulgação de ações de formação e apoio pedagógico;
VI – a divulgação responsável dos resultados educacionais;
VII – o compartilhamento de boas práticas;
VIII – a mobilização da comunidade para a garantia do direito à aprendizagem.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 17. O Plano Municipal de Comunicação na Educação deverá ser acompanhado periodicamente pelo Grupo de Trabalho, considerando indicadores de alcance, participação, compreensão, efetividade e retorno dos diferentes públicos.
Art. 18. O Grupo de Trabalho poderá propor ajustes nas estratégias, canais e ações de comunicação sempre que os resultados do monitoramento demonstrarem necessidade de adequação.
Art. 19. A avaliação do Plano deverá considerar, entre outros aspectos:
I – alcance das ações de comunicação;
II – participação das famílias;
III – utilização dos diferentes canais;
IV – compreensão das mensagens pelos públicos destinatários;
V – divulgação das ações e resultados educacionais;
VI – integração entre Secretaria, escolas e comunidade;
VII – contribuição da comunicação para a mobilização em torno das políticas educacionais e da alfabetização.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Grupo de Trabalho poderá solicitar informações, documentos e apoio técnico aos setores da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares necessários à realização de suas atribuições.
Art. 21. O Plano Municipal de Comunicação na Educação deverá ser revisado periodicamente, de acordo com as necessidades da Rede Municipal de Ensino e com as alterações nas políticas educacionais municipais, estaduais e nacionais.
Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.
Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Bento do Norte/RN, 20 de outubro de 2026.

ROSA MAURÍCIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:5A668F30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 99/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI
RUA THEODORICO BEZERRA Nº 90 – CENTRO – CEP 59.210-000
CNPJ: 08.160.467/0001-00

PORTARIA Nº 99/2026.

O Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR – O Servidor **PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA**, portador do CPF: 019.xxx.xxx-82, do cargo em comissão de DIRETOR DO SETOR DE ENGENHARIA.
Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros a partir do dia de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Trairi-RN, em 20 de outubro de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:CA785BB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN**, por intermédio do seu Agente de Contratação/Setor de Licitações, torna público aos interessados que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.
1. DO OBJETO

1.1. Contratação de sociedade seguradora especializada para a prestação de serviços de **seguro total para a frota de veículos oficiais pertencentes ao Município de São Fernando/RN**, compreendendo cobertura contra danos materiais decorrentes de colisão, incêndio, roubo/furto, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V para danos materiais e corporais a terceiros), Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), assistência 24 horas sem limite de quilometragem e demais especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA SESSÃO PÚBLICA E DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

•

Data da Sessão Pública: 26 de outubro de 2026

•

Horário da Disputa/Fase de Lances: Das 10h01min às 12h00min (Horário de Brasília/DF)

•

Plataforma Eletrônica: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) **Período do Envio de Propostas Iniciais:** A partir da publicação deste aviso até as 10h00min do dia 26/10/2026.

São Fernando/RN, 20/10/2026

MISAC ROBSON FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:BEF863ED

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PMSF/RN N° 2026.10.0203 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 030/2026 FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de São Fernando/RN vem a público comunicar que no dia 04/11/2026 às 10h01 (horário de Brasília), no site www.portaldecompraspublicas.com.br fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico-SRP destinado ao registro de preços para possível aquisição gradual de material de uso hospitalar para atender as necessidades do município de São Fernando/RN. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: agentedecontratacaomisac@saofernando.rn.gov.br

São Fernando/RN, 20/10/2026

MISAC ROBSON FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:0FFAAA5F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 185/2025 DECORRENTE DO PROCESSO Nº 2025.09.0247

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Fernando/RN – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Lazer, CNPJ n. º 08.096.612/0001-31.

CONTRATADO: MARLOS REGIS DE QUEIROZ, inscrita no Cadastro Nacional de pessoas físicas sob o CPF n. º 110.020.514-44, residente na Nova Barra de Santana, Quadra 02, n. º 136, Zona Rural – Jucurutu/RN.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato em epígrafe por mais doze meses a partir de sua assinatura, conforme previsto na sua Cláusula 2.ª e no artigo 107.

FUNDAMENTO: Lei Federal n. º 14.133/2021 e suas alterações ulteriores.

SIGNATÁRIOS: GENILSON MEDEIROS MAIA – pelo Contratante, e MARLOS REGIS DE QUEIROZ – pela Contratada.

São Fernando/RN, 15 de Outubro 2026

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:D203EC98

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1484 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1484 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	15 DE OUTUBRO DE 2026.		
Datas de afastamento	15 DE OUTUBRO DE 2026.	Saída/origem	07 HS DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2026.
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	16:50 hs DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2026.
Beneficiário	GARRIDO FERNANDES DANTAS DE ARAÚJO		
CPF n.°	053.795.234-98		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE THEMES LOPES DA COSTA PARA CONSULTA MÉDICA NO HOSPITAL MARIANO COELHO LOCALIZADO AV. TEOTÔNIO FREIRE, 813 - JK, CURRAIS NOVOS - RN, NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 15 DE OUTUBRO DE 2026...

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:2CAE9C89

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1485 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1485 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	16 OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	17 DE OUTUBRO DE 2026	Saída/origem	129H DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	01:30 H DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2026
Beneficiário	JOSEILDO FERNANDES		
CPF n.°	785.213.784-91		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR O PACIENTE MARCELO JACKSON DE MEDEIROS PARA REALIZAR PROCEDIMENTO DE TRANSFERENCIA DE PACIENTE PARA O HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO, LOCOLIZADO R. CÔNEGO MONTE, 110 - QUINTAS, NATAL - RN, NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:CE45B520

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1486 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1486 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIARIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	16 DE OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	16 DE OUTUBRO DE 2026	Saída/origem	12H DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	01:30 H DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2026
Beneficiário	JOSIRENE FERNANDES DOS SANTOS		
CPF n.°	023.202.084-10		
Cargo e/ou Função	AUX. DE ENFERMAGEM		

Finalidade: ACOMPANHAR O TRANSPORTE DO PACIENTE MARCELO JACKSON DE MEDEIROS PARA REALIZAR PROCEDIMENTO DE TRANSFERENCIA DE PACIENTE PARA O HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO, LOCOLIZADO R. CÔNEGO MONTE, 110 - QUINTAS, NATAL - RN, NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 16 DE OUTUBRO DE 2025

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:5EB71320

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1487 - FMSF/2026

PORTARIA N. º 1487 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n. º 037/2016, de 04 de julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária (s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Destino	FORTALEZA –CE		
Data da concessão	19 DE OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	19 DE OUTUBRO DE 2026	Saída/origem	01:00 DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	02:00 DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAUJO		
CPF n.°	080.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

FINALIDADE: **TRANSPORTAR A PACIENTE ANA CLARA COSTA DE SOUZA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL DR. JOSÉ FROTA, LOCALIZADO NA RUA BARÃO DE RIO BRANCO 1816 CENTRO FORTALEZA CE NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:6A7C05DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1488 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1488- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (OUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN,		
Data da concessão	19 DE OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	19 DE OUTUBRO 2026	Saída/origem	06H DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	17:30 H DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

TRANSPORTAR A PACIENTE JOSEANE DOS SANTOS FERNANDES PARA REALIZAR EXAMES E CONSULTA MEDICA NO HOSPITAL MARIANO COELHO, LOCALIZADO NA RUA TEOTONIO FREIRE, 813, CENTRO, CURRAIS NOVOS RN, NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN 19 DE OUTUBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:2278DE0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 214/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de outubro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 19 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 19 de outubro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:E132F6E1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 215/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 20 de outubro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 20 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:81F3A47C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.475/2026 - GP/PMSJM

Dispõe sobre a desafetação e a alienação, na modalidade compra e venda, de uma via pública localizada no Loteamento Jardim dos Ipês, Zona de Expansão do município de São José de Mipibu/RN.

O Prefeito Municipal de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos que dispõe o art. 55, inciso IV da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Esta Lei dispõe sobre a desafetação e alienação, na modalidade compra e venda, de uma via pública localizada no Loteamento Jardins dos Ipês, Zona de Expansão do âmbito do município de São José de Mipibu/RN.

Art. 2º - Fica desafetada da condição de bem público de uso comum, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, parte da Rua Embaúva (antiga Rua Projetada), entre as Quadras 23 a 24, do Loteamento Jardins dos Ipês, Zona de Expansão deste município destinada ao tráfego de pessoas e de veículos, tendo uma área superficial de 5.200 m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme Planta de Localização e Memoriais

Descritivos anexos, que passam a integrar esta lei como se aqui tivessem transcritos, possuindo os seguintes limites e dimensões: ao Norte, medindo 260,00 m, limita-se com os lotes 05, 14 a 21 e 26, da quadra 23; ao Sul, medindo 260,00m, limita-se com os lotes 01, 06 a 13 e 22, da quadra 24; ao Leste, medindo 20,00m, limitando-se com a Rua Guatambu (antiga Rua Projetada) e a Oeste, medindo 20,00m, limita-se com a Rua Copaíba (antiga Rua Projetada), tendo uma área superficial de 5.200,00m² (Cinco mil e duzentos metros quadrados), conforme Planta de Localização, Memoriais Descritivos em anexo, que passam a integrar a presente Lei, como se aqui estivessem transcritos;

Art. 3º - Fica autorizada a alienação, na modalidade de compra e venda, do terreno discrimi8nado e desafetado nos termos do artigo 2º, que passará a pertencer a empresa Pincol Premoldados Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: 10.724.474/0010-20, com sede na Rodovia BR 101, Km 116, quadra 25, s/n, Jardim dos Ipês, Taborda, CEP 59.162-000, São José de Mipibu/RN.

Art. 4º - O valor da compra e venda deverá ser de R$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais), a ser pago pela empresa compradora, Pincol Premoldados Indústria e Comércio Ltda (CNPJ: 10.724.474/0010-20) através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser emitido pela Secretaria Municipal de Tributação.

§ 1º. Caberá à empresa Pincol Premoldados Indústria e Comércio Ltda (CNPJ: 10.724.474/0010-20) o pagamento de todas as despesas necessárias à transferência da propriedade (do domínio) do imóvel para o seu nome, tais como lavratura de escritura pública, registro em cartório de imóveis, impostos de transmissão, taxas e demais despesas inerentes à presente compra e venda.

§ 2º. A empresa Pincol Premoldados Indústria e Comércio Ltda (CNPJ: 10.724.474/0010-20) deverá diligenciar no sentido de proceder com a transferência da propriedade do bem imóvel para o seu nome no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Tributação atestará o pagamento da obrigação prevista no Art. 3º, que deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da sanção da presente Lei, sob pena de reversão da área desafetada, sem indenização de benfeitorias que porventura venha ser feita e que se incorporarão imediatamente ao imóvel.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal não poderá fazer uso do valor da compra e venda, descrito no Artigo 3º desta Lei, para cobrir despesas que deveriam ser suportadas pelas receitas correntes do Município, nos termos da vedação imposta pelo artigo 44 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 e maio de 2000.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 20 de outubro de 2026.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:F414B51E

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2026, ART. 75, II (PNCP) DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O processo abaixo, originário da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN foi dispensado de licitação, consoante art. 75, II (PNCP) da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO	OBJETO	VALOR
ADRIANO DE MEDEIROS LOPES LTDA - ME CNPJ: 09.570.105/0001-50	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES COMPLETOS PARA OS AGENTES MUNICIPAIS DE TRANSITO.	R$ 17.444,00 (dezessete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais)

Fonte de Recurso: O.G.M (Orçamento Geral do Município).

São José de Mipibu/RN 20 de outubro de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Lindaci de Souza
Código Identificador:2EAA8B2B

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 03/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E CIRURGICOS NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, E, REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
MODALIDADE: **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E CIRURGICOS NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, E, REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE ANALISE ANATOMO PATOLÓGICO, COM BASE NO ETP DA REFERIDA DEMANMDA DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.**
LISTA DE CREDENCIADOS APTOS:
CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA - CNPJ: 35.652.783/0001-72, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 22, 26, 28, 29, 30,
32, 33, 35, 36, 37, 41, 43, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75.
LABORATORIO RUDOLF VERCHOW DE ANATOMIA PATOLOGIA E CITOPATOLOGIA LTDA S/S - CNPJ: 01.493.668/0001-80, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09.
VALOR GLOBAL: **R$ 1.430.543,44** (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).
São José de Mipibu/RN, 20 de outubro de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município.
EXTRATO DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
CREDENCIANTE:
Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN.
CREDENCIADOS:
CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA - CNPJ: 35.652.783/0001-72, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 22, 26, 28, 29, 30,
32, 33, 35, 36, 37, 41, 43, 46, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75.
LABORATORIO RUDOLF VERCHOW DE ANATOMIA PATOLOGIA E CITOPATOLOGIA LTDA S/S - CNPJ: 01.493.668/0001-80, credenciada nos itens:
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09.
VALOR GLOBAL: **R$ 1.430.543,44** (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).
São José de Mipibu/RN, 20 de outubro de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município. RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
ASSINATURAS: Maurício José Gomes de Melo – p/Credenciante e - p/Credenciados. CENTRO DE SAÚDE OCULAR DE PARNAMIRIM LTDA, LABORATORIO RUDOLF VERCHOW DE ANATOMIA PATOLOGIA E CITOPATOLOGIA LTDA S/S.
DATA: São José de Mipibu/RN, 20 de outubro de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO –
Sec. Geral Do Município.

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:631C4367

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 5664/2026

O Município de São José de Mipibu/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, representada por sua Coordenadora de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **27 de outubro de 2026, às 09:30hs**, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN** conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**.**
O edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo site oficial da Prefeitura Municipal, no Portal de Compras Públicas, no Portal Nacional de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **10hs** do dia **25/09/2026** até às **09:30hs** do dia **27/10/2026**, por meio do endereço , onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

São José de Mipibu/RN, 19 de outubro de 2026

FABÍOLA MARIA JERÔNIMA DA COSTA SOUZA
Coordenadora de Licitação
Portaria Nº 118/2025-SGM

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:88586120

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 242/2026 - GP

São José do Campestre/RN, 20 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a convocação para cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de São José do Campestre, com a consequente convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público Unificado nº 001/2025, para apresentação de habilitação e posse, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, no art. 21 da Lei Orgânica Municipal, na Lei nº 443/97 de 10 de março de 1997, que Dispõe Sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de São José do Campestre/RN, na Lei Municipal nº 1.023/2025, e nos termos do Edital nº 001/2025 do Concurso Público Unificado, cujo resultado foi homologado pelo Decreto nº 08, de 08 de abril de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar, para os cargos efetivos do quadro de pessoal permanente do Município de São José do Campestre/RN, os candidatos aprovados no Concurso Público Unificado nº 001/2025, relacionados no ANEXO I desta Portaria, que dela é parte integrante para todos os efeitos de direito, observadas as respectivas classificações finais, as modalidades de provimento e os limites de vagas fixados no Edital nº 001/2025.

Parágrafo único - A publicação desta Portaria no órgão oficial de imprensa do Município constitui o ato formal de convocação, produzindo seus efeitos jurídicos a partir dessa data, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e art. 21 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Convocar os candidatos nomeados no art. 1º desta Portaria para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de publicação deste ato na imprensa oficial, comparecerem à Secretaria Municipal de Administração, Desporto e Comunicação Social, situada Avenida Getúlio Vargas, nº 591, Centro, São José do Campestre/RN, CEP: 59275-000, no horário das 08h às 13h, para fins de habilitação documental, realização de inspeção médica e, ulterior, posse no cargo.

§ 1º - Além da publicação no órgão oficial de imprensa, a Administração Municipal diligenciará o envio de comunicação pessoal a cada candidato nomeado, por meio de telegrama com aviso de recebimento (AR) e mensagem eletrônica (e-mail) para o endereço e o contato cadastrados no ato da inscrição, em conformidade com o art. 13.3 do Edital nº 001/2025, sem que tal comunicação constitua condição de eficácia do ato de nomeação, o qual se opera exclusivamente pela publicação oficial.

§ 2º - O prazo de que trata o caput deste artigo tem por termo inicial o primeiro dia útil subsequente à publicação desta Portaria, não se computando o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 9.784/1999.

Art. 3º - No ato do comparecimento, o candidato nomeado deverá apresentar, sob pena de impossibilidade de posse, a integralidade dos documentos relacionados no ANEXO II desta Portaria, todos em via original acompanhada de cópia simples, não sendo aceitos protocolos de solicitação de documentos, declarações de próprio punho em substituição a certidões, nem documentos ilegíveis ou com data de validade expirada.

§ 1º - A verificação dos requisitos de escolaridade, habilitação profissional e registro em conselho de classe ocorrerá exclusivamente no ato da posse, vedada a exigência de sua comprovação em momento anterior, consoante orientação consolidada na Súmula 266 do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º - A comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos para a posse é aferida na data de realização do ato de investidura, nos termos do art. 13.9.2 do Edital nº 001/2025 c/c art. 104 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 4º - A posse no cargo fica condicionada à aprovação em inspeção de saúde física e mental, de caráter eliminatório, exames necessários no ANEXO III, a ser realizada por Junta Médica Oficial designada pelo Município de São José do Campestre, nos termos do art. 13.8 do Edital nº 001/2025 e do art. 13 da Lei Municipal nº 443/97, que Dispõe Sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de São José do Campestre/RN.

§ 1º - A inspeção médica será realizada na Unidade Básica de Saúde do Centro, localizada na Rua Senador João Câmara, nº 240, Centro, São José do Campestre/RN, CEP 59275-000. A data e o horário deverão ser agendados previamente pelo candidato, mediante solicitação enviada para o e-mail: rhcampestrern@gmail.com, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data pretendida.

§ 2º - O candidato considerado inapto na inspeção de saúde terá o ato de nomeação tornada sem efeito, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante solicitação de revisão por

Junta Médica diversa, no prazo de 10 (dez) dias da ciência do resultado, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

§ 3º - O candidato nomeado na condição de Pessoa com Deficiência (PCD) será submetido à perícia médica específica prevista no art. 13.21 do Edital, para comprovação da deficiência declarada e verificação da compatibilidade com as atribuições do cargo, sem que tal procedimento implique nova fase eliminatória distinta da inspeção geral de saúde.

Art. 5º - Para os fins de controle das vagas reservadas e da alternância proporcional previstas nos itens 2.3 e 2.4 do Edital nº 001/2025 e na Lei Municipal nº 1.023/2025, as convocações constantes do Anexo I desta Portaria são classificadas segundo as seguintes modalidades:
I - Ampla Concorrência (AC): vaga preenchida por candidato classificado na lista geral, sem vínculo a qualquer reserva legal;
II - Vaga Reservada — Candidato Preto, Pardo, Indígena ou Quilombola (PPIQ): vaga provida em cumprimento à reserva de 30% (trinta por cento) prevista no art. 5º, IV, da Lei Municipal nº 1.023/2025, observada a alternância nas posições 3ª, 6ª e 9ª de convocação por cargo;
III - Vaga Reservada — Pessoa com Deficiência (PCD): vaga provida em cumprimento à reserva mínima de 5% (cinco por cento) prevista no art. 37, VIII, da Constituição Federal e item 2.3 do Edital nº 001/2025, observada a alternância na 5ª posição de convocação por cargo.

Parágrafo único - O candidato cotista que, em razão de sua classificação geral, tiver sido convocado pela lista de ampla concorrência não consome a vaga reservada correspondente, que remanesce para o próximo classificado na respectiva lista especial, nos termos da orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 2.076.494.

Art. 6º - O não comparecimento do candidato nomeado no prazo estabelecido no art. 2º desta Portaria implicará desistência tácita, com a consequente tornada sem efeito do ato de nomeação e a convocação do candidato subsequente na respectiva ordem classificatória, observado o disposto no art. 13.4 do Edital nº 001/2025.

§ 1º - A desistência tácita somente se configurará após o exaurimento dos meios de convocação pessoal previstos no § 1º do art. 2º desta Portaria, devendo a Administração documentar formalmente as tentativas de comunicação realizadas, em observância ao entendimento fixado na Súmula 15 do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - O candidato que se encontre impedido de comparecer por motivo de força maior devidamente comprovado poderá requer, antes do vencimento do prazo, sua prorrogação por igual período, mediante petição fundamentada dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Desporto e Comunicação Social, a ser apreciada pelo Prefeito Municipal no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º - A desistência expressa, formalizada por escrito pelo candidato nomeado, produz efeitos imediatos, dispensada a fluência do prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 7º - A posse nos cargos nomeados por esta Portaria ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias contados da conclusão da inspeção médica com resultado de aptidão, mediante assinatura do termo de posse lavrado pela Secretaria Municipal de Administração, Desporto e Comunicação Social, nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 443/97, que Dispõe Sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de São José do Campestre/RN e do art. 25 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único - O empossado iniciará suas atividades no cargo no prazo de 15 (quinze) dias contados da posse, sob pena de exoneração, devendo exercê-las no local determinado pelo Município, nos termos do art. 13.6 do Edital nº 001/2025.

Art. 8º - O servidor nomeado e empossado submeter-se-á a estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual terá avaliada sua aptidão para o exercício do cargo, com observância dos critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, nos termos do art. 41 da Constituição Federal e do art. 13.23 do Edital nº 001/2025.

Art. 9º - A posse fica condicionada à apresentação de declaração formal de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, ressalvados os casos constitucionalmente admitidos, nos termos do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal e art. 13.9.8 do Edital nº 001/2025.

Art. 10 - Esta Portaria não prejudica o prazo de validade do Concurso Público Unificado nº 001/2025, fixado em 2 (dois) anos a contar da data de homologação do resultado definitivo, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração Municipal, nos termos do item 1.3 do Edital.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS
PORTARIA Nº 242/2026 - GP — CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO Nº 001/2025

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO		
Ord.	Nome do Candidato	Class. / Modalidade
1º	DOMINGOS ANDRADE NETO	1º — AMPLA CONCORRÊNCIA

ANEXO II
CHECKLIST DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO E POSSE
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO Nº 001/2025

Os documentos abaixo relacionados são exigidos de todos os candidatos convocados. Documentos adicionais específicos por cargo constam do art. 13 do Edital nº 001/2025. Todos os originais devem ser acompanhados de cópia simples legível.

Documento	Fundamento
Documento oficial de identificação com foto (RG, CNH, Passaporte ou equivalente)	Art. 13.13 do Edital
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	Art. 13.14 do Edital
Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral (última eleição)	Art. 13.17 do Edital
Comprovante de regularidade com o serviço militar (homens até 45 anos)	Lei nº 4.375/1964
Comprovante de residência atualizado (últimos 3 meses)	Art. 13.16 do Edital
PIS/PASEP (carteira ou extrato)	CF, art. 7º, III
Dados bancários (conta corrente individual em banco oficial)	Art. 13 do Edital
Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública	CF, art. 37, XVI/XVII
Declaração de bens e valores (patrimônio pessoal)	Lei nº 8.429/1992, art. 13
Certidão negativa de antecedentes criminais (Justiça Federal e Estadual)	Art. 13.9.9 do Edital
Certidão de nascimento ou casamento (atualizada)	CF, art. 37, I
Diploma, certificado ou declaração de conclusão do nível de escolaridade exigido para o cargo (original ou autenticado)	Súmula 266 STJ — aferição na posse
Registro ativo e regular no respectivo conselho de classe profissional (quando exigido pelo cargo)	Edital — Anexo I, Requisitos
Laudo médico comprobatório de deficiência, com CID, assinado por médico especialista (exclusivo para candidatos PCD nomeados em vaga reservada)	Arts. 13.20 e 13.21 do Edital
Comprovante de residência na área de atuação desde a data do edital (exclusivo para Agente Comunitário de Saúde)	Lei nº 11.350/2006 e art. 9.1 do Edital
Certificado de aprovação no Curso de Formação Inicial (exclusivo para ACS e ACE)	Art. 10 do Edital

ANEXO III
EXAMES NECESSÁRIOS
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO Nº 001/2025

Os documentos abaixo relacionados são exigidos aos candidatos convocados.

Exames

Hemograma completo – validade: 90 dias;

Glicemia de jejum – validade: 90 dias;

Atestado de sanidade mental, emitido por médico psiquiatra com RQE – validade: 30 dias;

Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:41188EF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA 05/2026 – SMED

Dispõe sobre a utilização dos espaços físicos das escolas da rede municipal de ensino do município de São José do Campestre/RN, na realização de eventos, reuniões, ensaios de quadrilhas, festas de aniversários, festas culturais, religiosas e desportivas, eventos familiares, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para o o bom funcionamento das unidades de ensino da rede municipal do município de São José do Campestre/RN;

CONSIDERANDO a Lei do estado do Rio Grande do Norte, lei nº 10.685, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos espaços físicos das escolas;

CONSIDERANDO a portaria nº 1758/2016 SEEC/RN, que institui normas sobre o uso dos espaços das escolas estaduais para eventos desvinculados do Currículo Escolar;

CONSIDERANDO que as unidades escolares são bens públicos destinados exclusivamente a fins educacionais, nos termos do artigo 205 da Constituição Federal e do Art. 70 da LDB nº 9.394/96;

CONSIDERANDO que os recursos para a manutenção das escolas da rede municipal são oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação FUNDEB e com recursos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação , MDE, não podendo ser desviados de sua finalidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica expressamente **PROIBIDO** o uso das dependências físicas das escolas da rede municipal de São José do Campestre, incluindo salas de aula, pátios, quadras, cozinhas, refeitórios e áreas externas para a realização de:
I – Festas de aniversários particulares;
II – Confraterniuzação particulares;
III – Eventos com consumo, distribuição ou comercialização de bebidas alcóoolicas;
IV – Qualquer evento particular sem fins pedagógicos e sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Edcuação – SME.

Art. 2º - É vedado, em qualquer hipótese, dentro das unidades escolares:
I – O ingresso e o consumo de bebidas alcoólicas;
II – O uso de aparelhagem de som em volume incompatível com o ambiente escolar;
III **–** A utilização da cozinha, utensílios e gêneros alimentícios da merenda escolar.

Art. 3º - Os diretores das unidades Escolares são responsáveis pela guarda e zelo do patrimônio escolar, devendo impedir a realização de eventos não autorizados pela Secretaria de Educação e comunicar imediatamente a SME, qualquer descumprimento desta portaria.

Parágrafo Único - Em caso excepcional, a cessão dos espaços físicos das escolas da rede municipal fica condicionada a formalização de ofício ou requerimento expresso, que deverá ser dirigido aos gestores das escolas. No entanto a decisão final será tomada em conjunto com o conselho escolar, com assinatura de termo de compromisso, responsabilizando-se por manter os espaços físicos em bom estado de limpeza e de conservação, assim como, responder financeiramente por eventuais danos causados ao patrimônio público.

Art. 4º - Os gestores das unidades de ensino da rede municipal de São José do Campestre/RN, deverão comunicar de forma antecipada por meio de ofício a cessão do espaço físico a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º - O descumprimento desta portaria sujeitará o responsável as sanções administrativas cabíveis,além da obrigação de ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.

Art. 6º - Eventos de caráter pedagógico, cultural, esportivo, religioso e institucional, promovidos pela própria escola, desde que previstos no calendário escolar e autorizados pela secretaria, serão executados sem proibição, sendo ainda vedado nestes, o consumo de bebida alcóolica.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e Cumpra-se.

Sala de despachos da Secretaria Municipal de Educação de São José do Campestre/RN, 20 de outubro de 2026.

DANIELLY CLEMENTINO GOMES
Secretária Municipal de Educação
São José do Campestre/RN

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:27FC3BA3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 520, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Revoga o inciso III e o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 410, de 03 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso III e o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 410, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2026.

*****Republicado por incorreção

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:6B2F92AA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 521, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA O EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SENDO O DESFRUTO DO FERIADO DO SERVIDOR PÚBLICO DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2026, PARA O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO, a conveniência administrativa e a necessidade de adequação com adoção de procedimento visando a não interrupção e continuidade do serviço público, com a prestação dos serviços de maneira eficiente e escorreita;
DECRETA:
Art. 1º O Feriado do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) terá o seu desfruto alterado para o dia **26 de outubro de 2026 (**segunda-feira), como forma de melhor aproveitamento do serviço público.
Art. 2º Os efeitos do presente Decreto não se aplicam às atividades classificadas como essenciais ao funcionamento do serviço público municipal.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 19 de outubro de 2026.

*Republicado por incorreção

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:13011837

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 486/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022 de 27 de janeiro de 2022,
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ELIZABETH MACEDO COSTA SANTOS**

Cargo/Função: Técnica de enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	19 de outubro de 2026	R$ 320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( ) 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 19 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 19 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:AC07DB57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 487/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **MANOEL JOSE CIRNE NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	19 de outubro de 2026	310,00	155,00

R$ 155,00

TOTAL

( )100%

(x) 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 19 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 19 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:ECCF2566

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 488/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	19 de outubro de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 20 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 19 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:A551C897

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123, DE 22 DE JULHO DE 202

Dispõe sobre mudança de gozo de férias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a solicitação de mudança de gozo de férias por meio do requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SEAGEP, e processo administrativo n° 065/2026.
RESOLVE:
Art. 1º. Alterar o segundo período de gozo de férias do servidor **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**, referente ao exercício de 2026, do período de 22 a 31 de julho de 2026, conforme Portaria nº 047/2026, para 19 a 28 de outubro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 22 de julho de 2026.
*Republicada por incorreção.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:29AA7D3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 553 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ADRIANA MARIA DA SILVA
MATRÍCULA	211627-1
CARGO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513004-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	21/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	16/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:E9A6F4B9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 554 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ANA ALICE MARTINS DE SOUZA
MATRÍCULA	576
CARGO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS

PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513043-2
INÍCIO DA VIGÊNCIA	02/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	16/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D378FD2D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 555 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	FERNANDA MIRRAELE DE LIMA FREITAS
MATRÍCULA	210837-8
CARGO	AUXILIAR TÉCNICA CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513001-7
INÍCIO DA VIGÊNCIA	03/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	29/03/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:233DDB18

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 556 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	FRANCISCA LIDUINA DE CARVALHO
MATRÍCULA	211451-1
CARGO	TÉC. ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS VERA RÊGO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513034-3
INÍCIO DA VIGÊNCIA	29/04/2026
FIM DA VIGÊNCIA	28/12/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:5062D8A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 557 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	GERALDA MARIA DE MOURA OLIVEIRA
MATRÍCULA	874.976.464.00
CARGO	TÉC. ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS JACÓ
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513212-5
INÍCIO DA VIGÊNCIA	11/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	07/05/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:4ABC0618

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 558 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ISAAC DANTAS DE LIRA FRANÇA
MATRÍCULA	612
CARGO	CIRURGIÃO-DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS JACÓ
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513040-8
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	04/05/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:763FC42B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 559 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	JANILSON ALVES DE SOUZA
MATRÍCULA	210357-8
CARGO	DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR. JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513044-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	18/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	18/08/2028

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:B01973B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 560 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	JOCELIO AUGUSTO NOGUEIRA JUNIOR
MATRÍCULA	616
CARGO	CIRURGIÃO-DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513030-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	04/05/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:07881A63

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 561 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	THALITA WALERIA DE ARAUJO BEZERRA
MATRÍCULA	658
CARGO	AUXILIAR TÉCNICO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS CACHOEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513029-7
INÍCIO DA VIGÊNCIA	05/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	31/03/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:F88B8EBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 562 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	LUCAS DE LIMA BARBOSA
MATRÍCULA	686
CARGO	CIRURGIÃO-DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513010-6
INÍCIO DA VIGÊNCIA	31/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	31/08/2028

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:309A4068

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 563 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA DE FÁTIMA DANTAS TORRES
MATRÍCULA	210001-5
CARGO	VACINADORA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513000-9
INÍCIO DA VIGÊNCIA	12/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	09/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C33F31D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 564 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA GEANE VIDAL ESTEVAM
MATRÍCULA	640
CARGO	VACINADORA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201512999-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	12/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	09/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:E42C7558

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 565 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA NUNES NOGUEIRA
MATRÍCULA	643
CARGO	TÉCNICO SAÚDE BUCAL
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS JACÓ
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513039-4
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	09/07/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C3889368

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 566 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA RONICLECIA PESSOA DANTAS
MATRÍCULA	211293-1
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513023-8
INÍCIO DA VIGÊNCIA	04/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	30/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:DE7D562C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 567 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA VALDENIA DE AQUINO ALVES
MATRÍCULA	211322-1
CARGO	ODONTÓLOGO
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513078-5
INÍCIO DA VIGÊNCIA	07/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	02/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:3C83B8AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 568 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MISSILENE TARGINO PESSOA
MATRÍCULA	200953-1
CARGO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513077-7
INÍCIO DA VIGÊNCIA	07/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	02/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:006EA849

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 569 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	NAYARA NAYANE ALVES DE LIMA
MATRÍCULA	211153-1
CARGO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513077-7
INÍCIO DA VIGÊNCIA	04/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	10/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:2A16D02F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 570 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	RENATO CARVALHO DE AQUINO
MATRÍCULA	211606-5
CARGO	CIRURGIÃO DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS VERA RÊGO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513036-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	07/07/2026
FIM DA VIGÊNCIA	27/07/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:090047F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 571 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ROSÂNGELA DA SILVA CARVALHO FRANÇA
MATRÍCULA	211101-9
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS JACÓ
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.SOL.201511909-9
INÍCIO DA VIGÊNCIA	06/05/2026
FIM DA VIGÊNCIA	02/03/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:74DA1600

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 572 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	SÂMIA FERNANDES PINHEIRO FORTE DA SILVA
MATRÍCULA	11973
CARGO	MÉDICA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513002-5
INÍCIO DA VIGÊNCIA	09/04/2026
FIM DA VIGÊNCIA	09/10/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C45116F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 573 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	TATIANA GONÇALVES DE SOUZA
MATRÍCULA	211247-9
CARGO	TÉCNICO SAÚDE BUCAL
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS ALTO SANTA TEREZA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513005-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	21/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	16/04/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:E3AC3DFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 574 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	JORGE LUIZ QUEIROZ DE LIMA
MATRÍCULA	617
CARGO	CIRURGIÃO-DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201513007-6
INÍCIO DA VIGÊNCIA	20/02/2026
FIM DA VIGÊNCIA	21/01/2028

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C835F56E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 575 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	VARTAN LEITE DE QUEIROZ
MATRÍCULA	701
CARGO	MÉDICO
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS VERA RÊGO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.2015130038-6

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:982ACB02

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 576 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ANA BEATRIZ MORAIS DE CARVALHO
MATRÍCULA	718
CARGO	ENFERMEIRA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153008-4
INÍCIO DA VIGÊNCIA	19/05/2026
FIM DA VIGÊNCIA	19/05/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D9132830

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 577 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ANNE STEFANY MARQUES
MATRÍCULA	581
CARGO	ENFERMEIRA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS CACHOEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153027-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/11/2026
FIM DA VIGÊNCIA	30/05/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:6B02F28F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 578 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	JOSE JOGIVALDO PESSOA
MATRÍCULA	705
CARGO	MÉDICO
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153042-4
INÍCIO DA VIGÊNCIA	31/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	22/01/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:2DECDA40

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 579 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	JOZEFA PAOLA DE AQUINO CARVALHO
MATRÍCULA	698
CARGO	ENFERMEIRA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MIGUEL TORRES
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153003-3
INÍCIO DA VIGÊNCIA	09/09/2025
FIM DA VIGÊNCIA	09/10/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:5E1C7A56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 580 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	LINDIVANIA FERREIRA DE MOURA CARVALHO
MATRÍCULA	627
CARGO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR. JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153022-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	29/01/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:536B4A48

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 581 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DE LIMA
MATRÍCULA	685
CARGO	TÉCNICA SAÚDE BUCAL
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153009-2
INÍCIO DA VIGÊNCIA	31/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	01/02/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:54A4EE96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 582 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA ELIZABETE DE AQUINO BOBO
MATRÍCULA	210535-6
CARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153019-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	01/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	01/02/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:29880AB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 583 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MARIA NATALIA DE LIMA NUNES
MATRÍCULA	211151-1
CARGO	AUX. TÉCNICA SAÚDE BUCAL
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153021-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	27/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	22/01/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:4552842D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 584 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	SABRINA MARIA DE AQUINO
MATRÍCULA	699
CARGO	ENFERMEIRA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS VERA REGO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153033-5
INÍCIO DA VIGÊNCIA	27/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	27/08/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:BBF38BE3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	THAÍS DE ANDRADE OLIVEIRA CÂNDIDO
MATRÍCULA	657
CARGO	ENFERMEIRA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS DR JOSÉ TORQUATO
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.201512998-1
INÍCIO DA VIGÊNCIA	31/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	31/08/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:DA155B4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	THAYS DA SILVA QUEIROZ
MATRÍCULA	689
CARGO	TÉC. ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS CACHOEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153011-4
INÍCIO DA VIGÊNCIA	11/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	11/01/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:EB316C3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 587 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	VALQUIRIA AQUINO DE ARAÚJO
MATRÍCULA	210651-1
CARGO	CIRURGIÃ DENTISTA
CARGA HORÁRIA	40H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153081-5
INÍCIO DA VIGÊNCIA	08/09/2026
FIM DA VIGÊNCIA	05/02/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:25888FE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 588 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 20266

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N° 779/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL / RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária semanal do servidor(a), conforme descrição abaixo:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	YARA RAYANY DE AQUINO MORENO
MATRÍCULA	660
CARGO	ENFERMEIRA

CARGA HORÁRIA	44H SEMANAL
LOTAÇÃO	UBS MANOEL VIEIRA
REDUÇÃO PLEITEADA	8 HORAS SEMANAIS
PROCESSO	2026.SAFI.OUT.20153041-6
INÍCIO DA VIGÊNCIA	28/08/2026
FIM DA VIGÊNCIA	28/02/2027

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:A394D0F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 589 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **JOSEFA NILZETE DANTAS**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 211251-7, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513674-1.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/12/2025 a 10/12/2026 as quais serão usufruídas entre os dias 01/10/2026 a 30/10/2026, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:F3611818

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590 / 2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 90 (noventa) dias consecutivos de Licença prêmio ao(a) Servidor(a)**NORMA SUZANA DIAS**, ocupante do cargo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210328-3, conforme protocolo nº 2026.SMEE.LIC.201513338-5.

Parágrafo Único. A licença será usufruída entre os dias **05/10/2026 a 02/01/2027**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 03 de janeiro de 2027.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos de 05 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:23154D2A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 340, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

TRANSFERE PARA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026 O PONTO FACULTATIVO ALUSIVO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, PREVISTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 309, DE 13 DE JANEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, previsto para 28 de outubro de 2026 na alínea "f" do art. 2º e no Anexo Único do Decreto Municipal nº 309, de 13 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDOque o Decreto Estadual nº 35.209, de 22 de dezembro de 2025, estabelece, em seu art. 1º, inciso XVIII, o dia 30 de outubro de 2026 como ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito da Administração Pública estadual;

CONSIDERANDOa conveniência administrativa de harmonizar o funcionamento das repartições municipais com o calendário da Administração Pública estadual, assegurada a continuidade dos serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido do dia**28 de outubro de 2026, quarta-feira, para o dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira**, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito dos órgãos e entidades

da Administração Pública Municipal direta e indireta do Poder Executivo.

Parágrafo único. Em decorrência da transferência prevista no caput, haverá expediente normal nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2026, observadas as respectivas jornadas de trabalho.

Art. 2ºA alínea "f" do art. 2º do Decreto Municipal nº 309, de 13 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º.....
f) 30 de outubro (sexta-feira): ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, transferido de 28 de outubro;
....." (NR)
Art. 3º No Anexo Único do Decreto Municipal nº 309, de 13 de janeiro de 2026, o registro referente ao ponto facultativo do Dia do Servidor Público passa a vigorar da seguinte forma:

Dia	Mês	Dia da semana	Acontecimento	Feriado / Ponto facultativo
30	Outubro	Sexta-feira	Dia do Servidor Público — ponto facultativo transferido de 28 de outubro	Ponto facultativo

Art. 4ºO ponto facultativo de que trata este Decreto não se aplica aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, observadas as disposições do art. 3º do Decreto Municipal nº 309, de 13 de janeiro de 2026.

Parágrafo único. Caberá aos titulares dos órgãos e entidades, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração, organizar as escalas e os plantões necessários à continuidade desses serviços e dar publicidade aos respectivos horários de funcionamento.

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 309, de 13 de janeiro de 2026.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:AD75DA5F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.275, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN E DISPÕE SOBRE SUAS RECEITAS, APLICAÇÕES, GESTÃO, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Esportes de São Paulo do Potengi/RN (FME), fundo especial de natureza contábil, integrante do orçamento fiscal do Município, sem personalidade jurídica própria, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

Parágrafo único.O FME constitui instrumento de programação, captação, identificação e aplicação de recursos destinados a ações municipais de esporte e lazer, observadas as leis orçamentárias e as competências do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), instituído pela Lei Municipal nº 1.265, de 8 de junho de 2026.

Art. 2ºSão objetivos do FME:
I – promover o acesso ao esporte educacional, de formação, de participação e de rendimento, incluído o paradesporto;
II – apoiar programas municipais de incentivo a atletas, equipes, projetos e entidades esportivas, na forma da legislação pertinente;
III – financiar a implantação, manutenção, conservação e melhoria de equipamentos públicos esportivos e de lazer;
IV – estimular a inclusão, a acessibilidade, a participação comunitária e a formação esportiva.

Parágrafo único. As ações financiadas observarão as diretrizes da política municipal de esporte e lazer e o Plano Municipal de Esporte e Lazer, quando aprovado, sem prejuízo das competências do CMEL previstas em sua lei instituidora.

CAPÍTULO II
DAS RECEITAS E DAS APLICAÇÕES

Art. 3º Constituem receitas do FME:
I – dotações que lhe sejam especificamente consignadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais regularmente autorizados;
II – transferências da União, do Estado e de outros entes públicos destinadas a finalidades esportivas ou de lazer compatíveis com esta Lei;
III – recursos provenientes de emendas parlamentares que, segundo seu regime jurídico e programação, possam ser aplicados nas finalidades do Fundo;
IV – doações, legados, contribuições e patrocínios de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, aceitos na forma da legislação aplicável;
V – rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos, observadas as condições da fonte e da legislação financeira;
VI – outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

§ 1ºO ingresso de recursos observará os instrumentos, condições, classificações e vinculações próprias de cada fonte, vedado seu emprego em finalidade incompatível com a destinação legal ou pactuada.

§ 2ºA aceitação de doações e patrocínios será formalizada e publicizada, não conferindo ao particular ingerência na seleção de beneficiários, na celebração de ajustes ou em decisões administrativas.

§ 3º Esta Lei não vincula ao FME percentual da receita de impostos do Município; o cumprimento do art. 184 da Lei Orgânica Municipal será demonstrado no orçamento e na execução das despesas esportivas, independentemente de sua realização por meio do Fundo.

Art. 4º Os recursos do FME serão aplicados exclusivamente em ações compatíveis com suas finalidades, inclusive:
I – execução de programas e projetos de esporte e lazer;
II – pagamento de benefícios do Programa Bolsa-Atleta Municipal, desde que instituído por lei específica e observados seu processo seletivo, dotação e demais requisitos;
III – apoio a eventos, formação, participação em competições e desenvolvimento de modalidades esportivas;
IV – aquisição de bens e serviços e realização de obras em equipamentos públicos esportivos e de lazer;
V – parcerias com organizações da sociedade civil, na forma da legislação aplicável.

§ 1ºA previsão de finalidade nesta Lei não dispensa edital, processo administrativo, contratação, instrumento de parceria ou ato de concessão exigido para cada modalidade de despesa.

§ 2ºÉ vedada a aplicação do FME em despesa estranha às finalidades desta Lei ou em obrigação que incumba a outra fonte vinculada, salvo autorização legal e compatibilidade demonstrada.

Art. 5ºA celebração de termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação com organizações da sociedade civil observará a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável, inclusive suas regras de seleção, plano de trabalho, monitoramento, desembolso e prestação de contas.

Parágrafo único. As transferências e parcerias submetidas a disciplina específica observarão também as condições estabelecidas pelo concedente, sem afastar as normas gerais de direito financeiro e de controle.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

Art. 6ºA gestão administrativa do FME compete à Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, à qual caberá:
I – elaborar a proposta anual de ações e de aplicação de recursos, submetendo ao CMEL as matérias de sua competência;
II – instruir os processos de seleção, apoio, contratação e parceria, conforme o regime jurídico aplicável;
III – acompanhar a execução física das ações financiadas e reunir os dados necessários aos relatórios do Fundo;
IV – encaminhar os processos de despesa aos órgãos municipais competentes para exame, empenho, liquidação e pagamento;
V – assegurar a divulgação das ações, dos critérios de seleção e dos resultados, resguardados os dados pessoais protegidos.

Parágrafo único. A vinculação administrativa não confere à Secretaria autonomia para afastar as competências dos órgãos centrais de planejamento, finanças, contabilidade, tesouraria ou controle interno.

Art. 7º Ao CMEL cabem, em relação ao FME, as funções de proposição, deliberação sobre concessão de benefícios financeiros, definição de critérios técnicos e fiscalização da aplicação dos recursos previstas no art. 4º da Lei Municipal nº 1.265, de 2026.

§ 1ºA Secretaria encaminhará ao CMEL a proposta anual de aplicação dos recursos e relatórios periódicos, para acompanhamento e manifestação no âmbito de suas competências.

§ 2ºA deliberação do CMEL será motivada e registrada em ata, com observância dos impedimentos de integrantes que tenham interesse direto em beneficiários ou propostas submetidas à sua apreciação.

§ 3ºO CMEL não exercerá escrituração contábil, ordenação de despesa, movimentação bancária ou julgamento técnico das contas municipais, preservadas suas atribuições de fiscalização social.

Art. 8ºÀ Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e às unidades de contabilidade e tesouraria do Município competem, segundo suas atribuições legais, a programação financeira, classificação por fonte, escrituração, conciliação, execução orçamentária e financeira e elaboração dos demonstrativos do FME.

§ 1ºA identificação do ordenador de despesas e dos agentes autorizados a praticar atos de movimentação bancária observará a legislação municipal vigente e os atos formais de competência ou delegação, com segregação de funções e registro nos processos administrativos.

§ 2º As despesas serão precedidas de dotação suficiente e processadas pelas fases de empenho, liquidação e pagamento, conforme a legislação financeira.

Art. 9ºÀ Controladoria-Geral do Município incumbe exercer o controle interno da execução do FME, nos termos de suas competências legais, inclusive a avaliação dos procedimentos, dos riscos, da conformidade e das prestações de contas, sem prejuízo do controle externo e da fiscalização social exercida pelo CMEL.

CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 10. Os recursos do FME serão identificados contabilmente e movimentados em instituição financeira oficial, em conformidade com o regime de caixa único previsto na Lei Orgânica Municipal e com as condições específicas dos instrumentos de transferência.

§ 1º Serão mantidas contas individualizadas ou outras formas de segregação quando exigidas pela legislação ou pelo instrumento de origem dos recursos.

§ 2ºO saldo financeiro apurado ao final do exercício será tratado segundo a legislação de fundos especiais, a programação orçamentária do exercício seguinte e as condições da fonte de recursos.

Art. 11.A Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, com apoio das unidades de Finanças e Contabilidade, apresentará ao CMEL relatório bimestral de acompanhamento e relatório anual de gestão, contendo, no mínimo:
I – receitas arrecadadas e saldos, discriminados por fonte;
II – dotações, despesas empenhadas, liquidadas e pagas por ação;
III – programas, projetos, bolsas e parcerias apoiados, com metas e resultados;
IV – informações sobre pendências e providências de controle e prestação de contas.

Parágrafo único. Os relatórios e demonstrativos serão publicados no Portal da Transparência, observadas as regras de proteção de dados pessoais e os deveres legais de prestação de contas.

Art. 12. As propostas de apoio financeiro a atletas, equipes e entidades observarão critérios prévios, objetivos e públicos estabelecidos pelo CMEL, na forma da Lei Municipal nº 1.265, de 2026, e os procedimentos específicos previstos na legislação de cada programa.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações especificamente consignadas ao FME no orçamento municipal ou em créditos adicionais regularmente autorizados.

Parágrafo único. A instituição do FME não autoriza, por si só, a abertura de crédito, a assunção de obrigação, o início de programa não previsto no orçamento ou a realização de despesa sem disponibilidade orçamentária.

Art. 14.A abertura de crédito suplementar ou especial necessário à implantação ou à execução do FME observará prévia autorização legislativa, identificação da programação, indicação dos recursos correspondentes e justificativa, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15.A implantação de ação que crie ou aumente despesa observará as exigências de estimativa de impacto, adequação orçamentária e compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, na forma da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16.A execução de despesas por meio do FME terá início após sua identificação na programação orçamentária, a organização dos controles contábeis e financeiros e a definição formal dos responsáveis pelos atos de gestão e movimentação.

Art. 17.O Poder Executivo poderá regulamentar os procedimentos necessários à execução desta Lei, respeitadas as competências do CMEL e dos órgãos municipais estabelecidas na legislação vigente.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:2ED8C0BA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.276, DE 19 DE OUTUBRODE 2026

ALTERA O CAPÍTULO IV DA LEI MUNICIPAL Nº 847, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA ATUALIZAR A ORGANIZAÇÃO, O FUNCIONAMENTO E O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, E COM AS DIRETRIZES NACIONAIS APLICÁVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Esta Lei altera o Capítulo IV da Lei Municipal nº 847, de 23 de outubro de 2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, para atualizar a organização, o funcionamento e o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Paulo do Potengi/RN, observadas a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e as diretrizes nacionais aplicáveis à matéria.

Art. 2º- O **Capítulo IV – Do Conselho Tutelar**, da Lei Municipal nº 847, de 23 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
"CAPÍTULO IV
DO CONSELHO TUTELAR

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 17.O Conselho Tutelar de São Paulo do Potengi é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração Pública Municipal, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, na forma da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
§ 1ºO Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução mediante participação em novos processos de escolha.
§ 2ºA autonomia prevista no caput compreende o exercício independente das atribuições legalmente conferidas ao Conselho Tutelar, vedada a interferência indevida de órgãos ou autoridades em suas decisões, sem prejuízo:
I – da vinculação administrativa necessária ao fornecimento de estrutura material, pessoal e orçamentária;
II – da fiscalização administrativa quanto ao cumprimento da jornada, deveres funcionais e aplicação de recursos públicos;
III – do controle judicial de suas decisões, nos casos previstos em lei; e
IV – da fiscalização do Ministério Público e dos demais órgãos de controle, no âmbito de suas respectivas competências.
§ 3ºA gestão orçamentária e administrativa do Conselho Tutelar ficará a cargo do órgão municipal ao qual estiver administrativamente vinculado, asseguradas sua autonomia funcional e as condições necessárias ao desempenho de suas atribuições.
§ 4ºO exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constitui serviço público relevante e estabelece presunção de idoneidade moral, nos termos da legislação federal.
Seção II
Da Estrutura e do Funcionamento
Art. 18.O Poder Executivo Municipal assegurará ao Conselho Tutelar instalações físicas, equipamentos, recursos materiais, tecnológicos, transporte e apoio administrativo suficientes ao desempenho permanente e adequado de suas atribuições.
§ 1ºA sede do Conselho Tutelar deverá localizar-se em local de fácil acesso à população e assegurar condições adequadas de acessibilidade, privacidade, segurança, sigilo e atendimento digno às crianças, adolescentes e respectivas famílias.
§ 2º Deverão ser disponibilizados, conforme a necessidade do serviço:
I – salas adequadas para atendimento individual e reservado;
II – espaço destinado às atividades administrativas e reuniões do colegiado;
III – computadores, impressora, acesso à internet e demais recursos tecnológicos necessários;
IV – linhas telefônicas e outros meios institucionais de comunicação;
V – veículo adequado para diligências e demais atividades externas; e
VI – equipe administrativa de apoio compatível com as necessidades do órgão.
§ 3º Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, à remuneração e à formação continuada de seus membros deverão constar da legislação orçamentária municipal, observado o disposto no art. 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069, de 1990.
Art. 19.O Conselho Tutelar funcionará regularmente em dias úteis, em horário compatível com o expediente dos órgãos da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da manutenção de regime de plantão ou sobreaviso destinado ao atendimento ininterrupto das situações urgentes.
§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar estarão sujeitos à mesma carga horária semanal de trabalho e à distribuição equitativa dos períodos de plantão ou sobreaviso.
§ 2ºA escala de plantão ou sobreaviso será elaborada pelo colegiado, observados os critérios estabelecidos no Regimento Interno e a necessidade de continuidade do atendimento.
§ 3ºO regime de funcionamento não afasta a responsabilidade individual dos membros pelo cumprimento da jornada, participação nas reuniões colegiadas, diligências, atividades externas e demais obrigações inerentes ao mandato.
§ 4ºO controle administrativo do cumprimento da jornada e dos plantões será realizado na forma definida em regulamento, respeitada a autonomia funcional do Conselho Tutelar.
Art. 20. O Conselho Tutelar elaborará e aprovará seu Regimento Interno, observados a Lei Federal nº 8.069, de 1990, esta Lei e as demais normas aplicáveis.
§ 1ºA proposta de Regimento Interno e suas alterações serão encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para conhecimento e apreciação, facultada a apresentação de sugestões destinadas à adequação do texto à legislação vigente.
§ 2ºO Regimento Interno aprovado será publicado no órgão oficial de divulgação do Município ou meio equivalente e encaminhado ao CMDCA, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário competente.
§ 3ºO Regimento Interno disciplinará, entre outras matérias:
I – organização interna;
II – distribuição de tarefas;
III – sessões e deliberações do colegiado;
IV – atendimento ao público;
V – plantões e sobreavisos;
VI – registro e tramitação dos atendimentos;
VII – utilização dos sistemas oficiais de informação;
VIII – procedimentos de preservação do sigilo;
IX – organização das escalas; e
X – demais questões necessárias ao regular funcionamento do órgão.
Seção III
Das Atribuições e da Autonomia Funcional
Art. 21. Compete ao Conselho Tutelar exercer exclusivamente as atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069, de 1990, e nas demais normas federais que legalmente disciplinem suas competências.
§ 1ºÉ vedada a atribuição ao Conselho Tutelar, por ato administrativo, regulamentar ou determinação de outro órgão ou autoridade, de funções estranhas àquelas previstas na legislação federal.
§ 2ºO Conselho Tutelar não executará diretamente políticas, programas ou serviços públicos de atendimento, cabendo-lhe, quando necessário, requisitá-los aos órgãos competentes na forma da legislação federal.
§ 3º As decisões do Conselho Tutelar serão adotadas pelo colegiado, ressalvadas as providências urgentes adotadas durante plantão, que deverão ser submetidas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente.

§ 4º As decisões deverão ser fundamentadas, formalmente comunicadas aos interessados e registradas nos sistemas oficiais aplicáveis, resguardado o sigilo das informações protegidas por lei.
§ 5º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, mediante provocação de quem tenha legítimo interesse, na forma do art. 137 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Seção IV
Do Processo de Escolha

Art. 22. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pela população local mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal, facultativo e secreto dos eleitores do Município, em processo realizado sob a responsabilidade do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público.
§ 1º Cada eleitor poderá votar em apenas 1 (um) candidato.
§ 2ºO processo de escolha ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
§ 3º Poderão votar os eleitores regularmente inscritos no Município e aptos ao exercício do voto, observadas as informações constantes do cadastro eleitoral disponibilizado para o processo.
§ 4ºO CMDCA buscará o apoio da Justiça Eleitoral para a realização do processo, especialmente quanto à cessão de urnas, elaboração das listas de eleitores, definição dos locais de votação e apoio técnico necessário, observadas as competências legais de cada órgão.
Art. 23. O processo de escolha será regulamentado pelo CMDCA mediante resolução específica e edital de convocação, observados esta Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas nacionais aplicáveis.
§ 1ºO edital será publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data prevista para o processo de escolha.
§ 2ºO edital deverá estabelecer, no mínimo:
I – calendário do processo;
II – prazo e procedimento para registro das candidaturas;
III – documentos necessários à comprovação dos requisitos legais;
IV – regras de impugnação, defesa e recursos;
V – regras de campanha;
VI – condutas vedadas e respectivas sanções;
VII – procedimentos de votação e apuração;
VIII – critérios de desempate;
IX – composição e atribuições da Comissão Especial;
X – jornada, remuneração, atribuições e regime de funcionamento do Conselho Tutelar;
XI – programa de formação dos candidatos ou dos membros eleitos, quando previsto;
XII – meios oficiais de publicação dos atos; e
XIII – demais disposições necessárias à regularidade do processo.
§ 3º Será assegurada ampla publicidade ao processo de escolha, inclusive mediante divulgação no órgão oficial do Município, sítio eletrônico institucional, redes sociais oficiais e outros meios acessíveis à população.

Seção V
Da Comissão Especial do Processo de Escolha

Art. 24.O CMDCA constituirá Comissão Especial encarregada de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
§ 1ºA Comissão Especial terá composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil integrantes do CMDCA.
§ 2ºNão poderão integrar a Comissão Especial pessoas que tenham interesse direto no resultado do processo ou que mantenham com candidato relação capaz de comprometer a imparcialidade de sua atuação, observados os impedimentos definidos na resolução regulamentadora.
§ 3º Compete à Comissão Especial, sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas pelo CMDCA:
I – receber e analisar os requerimentos de registro de candidatura;
II – verificar o preenchimento dos requisitos legais;
III – publicar a relação dos candidatos inscritos e habilitados;
IV – receber, instruir e decidir, em primeira instância administrativa, impugnações, denúncias e incidentes;
V – assegurar contraditório e ampla defesa;
VI – organizar os locais de votação e apuração;
VII – providenciar, quando necessário, cédulas, urnas e materiais destinados ao pleito;
VIII – selecionar, requisitar e orientar mesários, escrutinadores e demais colaboradores;
IX – adotar providências destinadas à segurança dos locais de votação e apuração;
X – fiscalizar o cumprimento das normas de campanha;
XI – apurar ou encaminhar para apuração as denúncias de condutas vedadas;
XII – realizar a apuração dos votos;
XIII – divulgar o resultado do processo; e
XIV – resolver os casos omissos, observadas esta Lei e a resolução regulamentadora.
§ 4º Das decisões da Comissão Especial caberá recurso ao plenário do CMDCA, nos prazos e condições estabelecidos no edital.
§ 5ºO Ministério Público será cientificado dos atos relevantes do processo, na forma estabelecida pelas normas aplicáveis.

Seção VI
Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Art. 25.São requisitos mínimos para candidatura a membro do Conselho Tutelar:
I – reconhecida idoneidade moral;
II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;
III – residência no Município de São Paulo do Potengi/RN;
IV – comprovação de conclusão do ensino médio;
V – comprovação de experiência ou atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, na forma definida em edital; e
VI – aprovação em avaliação de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas relacionadas às atribuições do Conselho Tutelar, quando instituída na forma desta Lei.
§ 1º Os requisitos previstos neste artigo deverão estar preenchidos no prazo estabelecido pelo edital, ressalvadas as hipóteses para as quais a legislação federal estabelecer momento próprio de comprovação.
§ 2ºA comprovação da idoneidade moral observará critérios objetivos estabelecidos no edital, vedada a criação de restrições incompatíveis com a legislação federal.
§ 3º Para fins do inciso V, o edital estabelecerá os meios admitidos para comprovação da experiência, respeitando atividades profissionais, voluntárias ou institucionais efetivamente relacionadas à promoção, proteção ou defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
Art. 26. Havendo previsão no edital, será realizada avaliação de conhecimentos de caráter eliminatório, destinada a aferir conhecimentos mínimos necessários ao exercício das atribuições do Conselho Tutelar.
§ 1ºO conteúdo, critérios de aprovação, forma de aplicação e procedimento recursal serão previamente estabelecidos no edital.
§ 2º Será assegurado recurso contra o resultado da avaliação, nos termos do edital.
Art. 27. Publicada a relação dos candidatos inscritos, qualquer cidadão poderá apresentar impugnação fundamentada no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada dos elementos de prova disponíveis.
§ 1ºO candidato impugnado será notificado para apresentar defesa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2ºA Comissão Especial poderá determinar diligências, requisitar documentos e colher informações necessárias ao julgamento.
§ 3º Da decisão da Comissão Especial caberá recurso ao plenário do CMDCA.
§ 4º Encerrada a fase recursal, será publicada a relação definitiva dos candidatos habilitados, com comunicação ao Ministério Público.
Art. 28.O CMDCA envidará esforços para que o processo de escolha conte com, no mínimo, 10 (dez) candidatos habilitados.
Parágrafo único. Sendo inferior a 10 (dez) o número de candidatos habilitados, o CMDCA poderá suspender o andamento do processo e reabrir o prazo de inscrições, preservada a conclusão tempestiva do processo e a posse dos novos membros na data legal.

Seção VII
Da Candidatura e da Campanha

Art. 29.A candidatura ao Conselho Tutelar será individual, não sendo admitida a composição de chapas.
§ 1ºÉ vedada a vinculação formal da candidatura a partido político.
§ 2ºA participação conjunta de candidatos em debates, entrevistas, reuniões, fóruns ou outros eventos destinados à apresentação pública das candidaturas não caracteriza formação de chapa, desde que assegurada igualdade de condições e observadas as normas estabelecidas pelo CMDCA.

§ 3ºA propaganda somente poderá ser iniciada após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, na data estabelecida no calendário oficial.

Seção VIII

Das Condutas Vedadas

Art. 30.É vedado ao candidato, diretamente ou por intermédio de terceiros, praticar atos que comprometam a liberdade de escolha, a igualdade entre os candidatos, a normalidade ou a legitimidade do processo.

§ 1º Constituem condutas vedadas, sem prejuízo das demais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na regulamentação do processo:

I – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

II – oferecer alimentação, transporte, dinheiro, benefício ou vantagem com a finalidade de obter voto;

III – utilizar recursos públicos, bens, servidores, serviços, veículos, equipamentos ou instalações públicas em benefício de candidatura, ressalvados os espaços e recursos disponibilizados igualmente pelo CMDCA;

IV – praticar abuso de poder econômico;

V – utilizar cargo, função, emprego público ou posição institucional para constranger, pressionar ou induzir eleitor ou subordinado a apoiar determinada candidatura;

VI – utilizar organização político-partidária para promover candidatura em desacordo com as regras do processo;

VII – utilizar celebrações, cultos, atos ou a autoridade de instituições ou lideranças religiosas para constranger ou direcionar institucionalmente a escolha dos eleitores, observado o direito individual à liberdade de expressão e de consciência;

VIII – promover propaganda que contenha informação sabidamente falsa, ofensiva, discriminatória ou destinada a induzir o eleitor em erro;

IX – promover propaganda em desacordo com os locais, meios, períodos e condições estabelecidos no edital;

X – realizar propaganda por meio de outdoors ou estruturas equivalentes, quando vedados pelas normas do processo;

XI – promover transporte irregular de eleitores;

XII – utilizar carros de som, alto-falantes ou meios equivalentes em desacordo com as normas regulamentares;

XIII – realizar propaganda no dia da votação em desacordo com as regras estabelecidas pelo CMDCA;

XIV – confeccionar, oferecer ou distribuir brindes, camisetas ou outros bens que proporcionem vantagem ao eleitor; e

XV – praticar qualquer ato de coação, ameaça, fraude ou captação ilícita de votos.

§ 2ºA responsabilidade do candidato poderá decorrer de conduta própria ou de terceiro quando comprovados sua autorização, participação, anuência ou benefício consciente, observados o contraditório e a ampla defesa.

Seção IX

Das Infrações e Sanções Relativas ao Processo de Escolha

Art. 31.A violação das normas do processo de escolha sujeitará o responsável, conforme a natureza e a gravidade da conduta, às seguintes sanções:

I – advertência;

II – determinação de retirada ou cessação da propaganda irregular;

III – suspensão temporária de atividade de campanha;

IV – cassação do registro da candidatura; ou

V – cassação da habilitação ou do resultado, quando a irregularidade for reconhecida após a votação e antes da posse.

§ 1ºA aplicação da sanção observará:

I – gravidade da conduta;

II – repercussão sobre a igualdade entre os candidatos;

III – potencial de comprometimento da liberdade de escolha do eleitor;

IV – reincidência;

V – proporcionalidade; e

VI – existência de dolo, participação, anuência ou benefício comprovado do candidato, quando juridicamente exigível.

§ 2º Nenhuma sanção será aplicada sem prévia instauração de procedimento que assegure ciência dos fatos imputados, oportunidade de defesa, produção de provas e recurso.

§ 3ºA resolução do CMDCA poderá detalhar o procedimento, os prazos e as medidas cautelares necessárias para impedir a continuidade da irregularidade, sem criar novas sanções não previstas nesta Lei.

§ 4ºA aplicação das sanções administrativas previstas neste artigo não exclui eventual responsabilidade civil, penal ou de outra natureza.

Seção X

Da Votação, Apuração e Resultado

Art. 32. A votação ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, no horário estabelecido pelo CMDCA, preferencialmente correspondente ao adotado pela Justiça Eleitoral para as eleições gerais.

§ 1º Os locais de votação serão definidos pelo CMDCA, observados facilidade de acesso, distribuição territorial dos eleitores e acessibilidade.

§ 2ºA votação poderá ser realizada por meio de urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral ou, não sendo possível, por outro sistema que assegure sigilo, segurança, confiabilidade e fiscalização.

§ 3º Será assegurado aos candidatos ou fiscais por eles indicados o acompanhamento dos atos de votação e apuração, nos termos do edital.

Art. 33. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente à apuração, observadas as regras estabelecidas no edital e na resolução regulamentadora.

§ 1º Concluída a apuração, a Comissão Especial proclamará o resultado, submetendo-o à homologação do CMDCA.

§ 2º Serão considerados eleitos os 5 (cinco) candidatos que obtiverem o maior número de votos.

§ 3º Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, observada a ordem decrescente de votação.

§ 4º Os critérios de desempate serão estabelecidos previamente no edital, mediante critérios objetivos compatíveis com a legislação vigente.

§ 5ºO resultado será publicado no órgão oficial de divulgação do Município ou meio equivalente, no sítio eletrônico oficial e nos demais meios estabelecidos no edital.

Seção XI

Da Nomeação, Posse, Mandato e Recondução

Art. 34. Os 5 (cinco) candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º A posse ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha, ressalvadas as hipóteses excepcionais admitidas pela legislação aplicável.

§ 2ºO mandato será de 4 (quatro) anos.

§ 3ºÉ permitida a recondução mediante participação e aprovação em novos processos de escolha, na forma da legislação federal.

§ 4ºA posse será precedida da comprovação da manutenção dos requisitos legais e da participação em programa de formação inicial, quando instituído.

Seção XII

Da Vacância, Afastamento e Suplência

Art. 35. Ocorrendo vacância ou afastamento temporário de membro titular, o Poder Executivo convocará o suplente, observada rigorosamente a ordem de classificação.

§ 1ºO suplente convocado perceberá remuneração proporcional ao período de efetivo exercício, sem prejuízo dos direitos do titular nas hipóteses de afastamento legal remunerado.

§ 2ºA convocação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3ºO suplente ficará sujeito aos mesmos deveres, impedimentos, vedações e responsabilidades aplicáveis aos titulares durante o período de exercício.

§ 4º Existindo 2 (dois) ou menos suplentes disponíveis, o CMDCA adotará imediatamente as providências necessárias à realização de processo de escolha suplementar.

§ 5ºO processo suplementar observará, no que couber, as normas aplicáveis ao processo ordinário, admitida a adequação dos prazos necessária à continuidade do serviço.

Seção XIII

Da Remuneração e dos Direitos

Art. 36.O exercício da função de membro do Conselho Tutelar será remunerado na forma estabelecida na legislação municipal específica e nas dotações orçamentárias próprias.

§ 1º Aos membros do Conselho Tutelar serão assegurados, no mínimo, os direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069, de 1990, especialmente:
I – cobertura previdenciária;
II – férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
III – licença-maternidade;
IV – licença-paternidade; e
V – gratificação natalina.
§ 2ºO exercício do mandato de conselheiro tutelar não gera, por si só, vínculo estatutário ou empregatício com o Município.
§ 3ºO orçamento municipal deverá prever os recursos necessários à remuneração, funcionamento e formação continuada dos membros do Conselho Tutelar.

Seção XIV
Da Dedicação Exclusiva

Art. 37.O exercício da função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, observado o regime jurídico aplicável e as normas nacionais pertinentes.
§ 1ºÉ vedado o exercício concomitante de atividade pública ou privada incompatível com a dedicação exigida para o mandato, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação superior.
§ 2ºA dedicação exclusiva não afasta os direitos políticos, associativos e de participação social do conselheiro, desde que seu exercício não comprometa a imparcialidade, a disponibilidade e os deveres inerentes à função.

Seção XV
Dos Deveres

Art. 38.São deveres dos membros do Conselho Tutelar, sem prejuízo daqueles previstos na legislação federal:
I – manter conduta pública e funcional compatível com a dignidade da função;
II – zelar pelo prestígio e pela autonomia do Conselho Tutelar;
III – exercer suas atribuições com zelo, presteza, imparcialidade e dedicação;
IV – fundamentar suas manifestações e decisões;
V – participar das sessões deliberativas do colegiado;
VI – cumprir a jornada, os plantões e as escalas regularmente estabelecidas;
VII – preservar o sigilo das informações protegidas por lei;
VIII – utilizar adequadamente os sistemas oficiais de registro;
IX – tratar com urbanidade crianças, adolescentes, familiares, servidores, autoridades e demais usuários;
X – declarar-se impedido ou suspeito nas hipóteses previstas em lei;
XI – residir no Município durante o exercício do mandato;
XII – participar das atividades de formação continuada promovidas ou reconhecidas pelo Poder Público;
XIII – zelar pelos bens, equipamentos e recursos públicos colocados à disposição do Conselho;
XIV – prestar informações às autoridades competentes, respeitado o dever legal de sigilo; e
XV – atender às situações urgentes submetidas ao Conselho Tutelar, inclusive durante os períodos de plantão ou sobreaviso.

Seção XVI
Das Vedações

Art. 39.É vedado ao membro do Conselho Tutelar:
I – utilizar a função para obtenção de vantagem pessoal ou favorecimento de terceiros;
II – receber vantagem, presente, benefício ou gratificação em razão do exercício de suas atribuições, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;
III – divulgar informações sigilosas obtidas em razão da função;
IV – utilizar informações, instalações, equipamentos ou recursos do Conselho Tutelar para finalidade particular, político-partidária ou estranha às suas atribuições;
V – exercer suas funções em benefício ou prejuízo de pessoa, grupo, entidade ou interesse político, religioso ou econômico;
VI – recusar, sem motivo legalmente justificável, atendimento ou providência inserida em suas atribuições;
VII – delegar a pessoa estranha ao Conselho atribuição privativa de conselheiro tutelar;
VIII – ausentar-se injustificadamente durante o expediente, plantão ou atividade previamente designada;
IX – praticar conduta incompatível com os deveres funcionais estabelecidos nesta Lei e na legislação federal; e
X – exercer atividade incompatível com o regime de dedicação exigido para a função.

Seção XVII
Dos Impedimentos

Art. 40.São impedidos de servir simultaneamente no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tios e sobrinhos, padrasto ou madrasta e enteado, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação federal.
§ 1ºO impedimento estende-se às demais relações familiares ou de afinidade que a legislação federal ou as normas nacionais aplicáveis expressamente reconhecerem como incompatíveis com o exercício simultâneo da função.
§ 2º Aplica-se igualmente o impedimento legal do membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na respectiva comarca, na forma da legislação federal.

Seção XVIII
Da Responsabilidade Funcional

Art. 41.O membro do Conselho Tutelar responderá administrativamente pela violação dos deveres e vedações previstos nesta Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.
§ 1ºA apuração de infração funcional dependerá de procedimento administrativo que assegure contraditório, ampla defesa, imparcialidade da autoridade julgadora e decisão fundamentada.
§ 2ºO procedimento disciplinar, as autoridades competentes, os prazos e as sanções aplicáveis serão disciplinados pela legislação municipal, vedada a perda do mandato sem observância do devido processo legal.
§ 3ºA regulamentação administrativa poderá disciplinar aspectos procedimentais, mas não poderá criar infrações ou sanções não previstas em lei.

Seção XIX
Da Formação e Qualificação

Art. 42.O Município, em articulação com o CMDCA, assegurará formação inicial e continuada aos membros do Conselho Tutelar.
§ 1ºA formação abrangerá, preferencialmente:
I – Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III – políticas públicas municipais;
IV – atendimento humanizado;
V – direitos humanos;
VI – procedimentos administrativos e elaboração de documentos;
VII – utilização dos sistemas oficiais de informação;
VIII – proteção de dados pessoais e sigilo;
IX – prevenção e enfrentamento das diversas formas de violência contra crianças e adolescentes; e
X – articulação intersetorial da rede de proteção.
§ 2º As despesas com formação e qualificação observarão a legislação orçamentária e as normas relativas à utilização dos recursos destinados à política municipal dos direitos da criança e do adolescente.

Seção XX
Das Disposições Gerais do Conselho Tutelar

Art. 43.O Conselho Tutelar manterá articulação permanente com o CMDCA, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, órgãos municipais e demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, preservadas sua autonomia e suas competências legais.
Art. 44. Os casos omissos relativos ao funcionamento do Conselho Tutelar serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.069, de 1990, desta Lei e das demais normas aplicáveis, vedada a criação, por ato infralegal, de restrições a direitos, requisitos de candidatura, infrações ou sanções não autorizadas em lei.
Art. 45. As referências desta Lei à legislação federal compreenderão suas alterações posteriores, observada a competência legislativa municipal."
Art. 3º- O inciso XVIII do art. 6º da Lei Municipal nº 847, de 23 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 6º**. .....
XVIII – organizar, regulamentar e realizar, sob sua responsabilidade, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Paulo do Potengi, mediante Comissão Especial de

composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil integrantes do Conselho, observadas a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, esta Lei e as normas nacionais aplicáveis;
....." (NR)

Art. 4º- O Poder Executivo e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA adotarão, no âmbito de suas respectivas competências, as providências administrativas e regulamentares necessárias ao cumprimento desta Lei.
Parágrafo único. Os atos regulamentares deverão observar os limites estabelecidos nesta Lei, não podendo criar requisitos de candidatura, infrações, sanções, impedimentos ou restrições de direitos sem fundamento legal.

Art. 5º- As alterações promovidas por esta Lei aplicar-se-ão aos processos de escolha iniciados após sua entrada em vigor.
Parágrafo único. Os mandatos em curso na data de entrada em vigor desta Lei permanecerão regidos, quanto à duração e à data de encerramento, pelos atos de nomeação e pela legislação vigente à época do respectivo processo de escolha, sem prejuízo da aplicação imediata das normas relativas ao funcionamento, deveres e garantias institucionais compatíveis com o mandato em curso.

Art. 6º -O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá adequar, no que couber, seu Regimento Interno, as resoluções relativas ao Conselho Tutelar e os atos regulamentares do processo de escolha às disposições desta Lei.

Art. 7º- Ficam revogados os dispositivos da Lei Municipal nº 847, de 23 de outubro de 2013, incompatíveis com a nova redação conferida por esta Lei ao Capítulo IV, especialmente as disposições que:
I – autorizem o eleitor a votar em mais de um candidato no processo de escolha do Conselho Tutelar;
II – limitem a recondução a uma única oportunidade;
III – façam referência à Resolução CONANDA nº 152/2012 como norma regulamentadora vigente do processo de escolha; ou
IV – estabeleçam procedimento incompatível com a candidatura individual e com o voto uninominal previstos nesta Lei.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:00E98D8F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.278, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

RECONHECE O CARÁTER EDUCACIONAL E FORMATIVO DA CAPOEIRA EM SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS E SOCIAIS, PERMITE A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS PARA O SEU ENSINO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o caráter educacional e formativo da atividade da Capoeira, em suas manifestações culturais, esportivas, artísticas e sociais, no âmbito do Município de São Paulo do Potengi/RN.

Parágrafo único. A Capoeira fica reconhecida como manifestação cultural de relevante valor, e o seu ensino, nas suas diversas modalidades, como forma de valorização e preservação do patrimônio cultural.

Art. 2º Os estabelecimentos da rede municipal de ensino poderão celebrar parcerias com entidades ou associações vinculadas à administração do desporto de Capoeira, nos termos desta Lei.

§ 1ºO ensino da Capoeira, a ser ministrado por profissionais de Capoeira, poderá ser integrado à proposta pedagógica da escola, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 2ºO exercício do ensino da Capoeira exigirá que o profissional seja mestre ou contramestre e tenha vínculo com a entidade ou associação com a qual seja celebrada a parceria.

§ 3ºNão se exigirá do profissional de Capoeira qualquer titulação acadêmica específica, nem filiação a conselhos profissionais, para o exercício do ensino da Capoeira no âmbito das parcerias previstas nesta Lei.

Art. 3º As parcerias previstas nesta Lei deverão observar a legislação aplicável e poderão contemplar atividades culturais, esportivas, artísticas e sociais relacionadas à Capoeira.

Art. 4ºA implementação das ações previstas nesta Lei ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município e à observância da legislação pertinente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:CAA577A8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.277 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, TRANSFORMANDO-O NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, EMPREENDEDORISMO E CULTURA – COMTEC, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, EMPREENDEDORISMO E CULTURA – FUMTEC, ESTABELECE O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO, DISCIPLINA REGRAS DE TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.236, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Inovação (COMTEI), instituído pela Lei Municipal nº 1.236, de 13 de novembro de 2025, que passa a denominar-se CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, EMPREENDEDORISMO E CULTURA – COMTEC, órgão colegiado permanente, paritário, de caráter consultivo, deliberativo, normativo e de fiscalização social, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura – SEMTUC.

Art. 2ºO COMTEC constitui a principal instância de gestão democrática e participação social para a formulação, implementação,

acompanhamento e controle das políticas públicas municipais voltadas ao:
I – Turismo;
II – Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local;
III – Cultura e Economia Criativa.
Parágrafo único. A inovação e a sustentabilidade constituem princípios transversais e orientadores de todas as diretrizes e ações disciplinadas nesta Lei.

Art. 3ºSão finalidades e competências gerais do COMTEC:
I – articular a integração entre o Poder Público, o setor produtivo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável dos setores de turismo, empreendedorismo e cultura;
II – formular, apreciar e aprovar as diretrizes estratégicas para a elaboração e execução dos Planos Municipais de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico;
III – estimular a criação e o fortalecimento do ecossistema local de inovação, abrangendo pequenos negócios, empresas de base tecnológica, economia solidária, artesanato e economia criativa;
IV – deliberar sobre a destinação e fiscalizar a aplicação dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – FUMTEC;
V – promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, bem como dos atrativos naturais, paisagísticos e históricos do Município;
VI – garantir a participação e a escuta social na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais afetas às suas áreas temáticas;
VII – assegurar a manutenção dos requisitos legais e técnicos para a permanente integração e qualificação do Município no Mapa do Turismo Brasileiro;
VIII – elaborar, aprovar e atualizar o seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4ºO COMTEC será composto de forma paritária por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, distribuídos igualmente entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada, nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva por igual período.

§ 1ºA atividade exercida pelos membros do COMTEC é considerada serviço público relevante, não remunerada a qualquer título.

§ 2ºA representação do Poder Público Municipal será composta por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelos titulares das seguintes pastas:
a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura – SEMTUC, que exercerá a Presidência do Conselho;
b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania;
f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;
g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca.

§ 3ºA representação da Sociedade Civil Organizada será composta por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, distribuídos pelos seguintes segmentos representativos:
a) 01 (um) representante do setor de Alimentação e Hospedagem (hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares);
b) 01 (um) representante do setor de Cultura Popular e Tradicional (teatro, dança, capoeira, folclore, quadrilhas juninas e manifestações comunitárias);
c) 01 (um) representante do setor Artístico-Musical;
d) 01 (um) representante do setor de Empreendedorismo, Comércio e Serviços;
e) 01 (um) representante do setor Educacional, Ciência, Tecnologia e Inovação (instituições de ensino técnico, profissionalizante ou superior, pesquisa ou entidades afins);
f) 01 (um) representante do setor de Artesanato e Economia Criativa;
g) 01 (um) representante do setor de Turismo, Guias de Turismo, Agências de Viagens e Eventos.

§ 4ºA escolha dos representantes da sociedade civil e de seus suplentes dar-se-á por meio de processo eletivo público, transparente, democrático e amplamente divulgado, convocado por Edital público específico, segundo critérios fixados em regulamento do Poder Executivo.

Art. 5ºA estrutura organizacional do COMTEC é integrada por:
I – Plenário;
II – Presidência;
III – Secretaria Executiva;
IV – Câmaras Setoriais Temáticas.

Art. 6ºO Plenário é a instância soberana e deliberativa máxima do COMTEC, reunindo-se ordinariamente com periodicidade estabelecida em Regimento Interno e, extraordinariamente, mediante convocação fundamentada de seu Presidente ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do COMTEC serão públicas, lavrando-se ata circunstanciada de todas as deliberações, resoluções e recomendações, garantindo-se ampla publicidade por meio do Diário Oficial dos Municípios e do portal eletrônico oficial da Prefeitura Municipal.

Art. 7º Ficam instituídas no âmbito do COMTEC as seguintes Câmaras Setoriais permanentes de assessoramento técnico:
I – Câmara Setorial de Cultura;
II – Câmara Setorial de Turismo;
III – Câmara Setorial de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. As Câmaras Setoriais têm por finalidade instruir matérias técnicas, emitir relatórios preliminares e subsidiar as decisões do Plenário, ao qual devem ser submetidas todas as proposições deliberativas.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Seção I
Da Política Cultural

Art. 8ºO COMTEC atuará como instância colegiada deliberativa e consultiva do Sistema Municipal de Cultura, competindo-lhe, em articulação com a Câmara Setorial de Cultura e o Plenário:
I – participar da formulação, aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;
II – deliberar sobre as diretrizes de aplicação e fiscalizar a prestação de contas dos recursos destinados ao fomento cultural alocados no FUMTEC, inclusive as transferências federais decorrentes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022) e da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo);
III – coordenar e assegurar a realização de consultas, audiências públicas e conferências municipais para a elaboração participativa do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR), garantindo a realização de no mínimo uma audiência pública anual;
IV – zelar pelo cumprimento de diretrizes afirmativas de inclusão social, acessibilidade, diversidade e desconcentração territorial dos editais e premiações de fomento cultural.

Seção II
Da Política de Turismo

Art. 9º Compete ao COMTEC, na área do Turismo:

I – apreciar, aprovar e monitorar a implementação do Plano Municipal de Turismo;
II – propor diretrizes estratégicas para o fortalecimento do turismo religioso, cultural, ecológico, rural, gastronômico e de eventos no Município;
III – fiscalizar e acompanhar a execução dos investimentos públicos e convênios destinados à infraestrutura e à promoção turística custeados com recursos do FUMTEC;
IV – propor medidas voltadas à qualificação profissional dos agentes da cadeia produtiva do turismo local.

Seção III
Do Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico

Art. 10. Compete ao COMTEC, na área de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Econômico:
I – colaborar na formulação e acompanhar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;
II – sugerir políticas de estímulo à desburocratização, à formalização e à competitividade dos microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte;
III – incentivar parcerias técnicas e convênios com entidades de apoio empresarial, instituições financeiras oficiais, universidades e institutos de educação profissional para capacitação, assistência técnica e acesso ao microcrédito orientado;
IV – fomentar a integração de iniciativas de inovação tecnológica e economia circular nos negócios tradicionais do Município.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL – FUMTEC

Art. 11. Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – FUMTEC, de natureza contábil, financeira e especial, vinculado à Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura – SEMTUC, destinado a centralizar, gerir e aplicar os recursos voltados ao financiamento de planos, programas, projetos e ações aprovados pelo COMTEC.

Art. 12. Constituem receitas do FUMTEC:
I – dotações orçamentárias anuais consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município e créditos adicionais autorizados por lei;
II – transferências e repasses financeiros da União, dos Estados e de outros órgãos públicos, incluídos os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (Lei nº 14.399/2022) e de fundos nacionais ou estaduais de fomento;
III – receitas provenientes de convênios, acordos de cooperação, contratos de repasse ou ajustes celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
IV – doações, patrocínios, legados, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
V – rendimentos auferidos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do Fundo;
VI – taxas municipais, preços públicos, multas administrativas ou percentuais de concessões e permissões decorrentes de eventos ou serviços vinculados às áreas de turismo e cultura, quando previstos em lei;
VII – outros recursos que lhe venham a ser legalmente atribuídos.
Art. 13.A gestão e a operacionalização do FUMTEC obedecerão às normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às seguintes diretrizes:
I – os recursos do FUMTEC serão mantidos e movimentados em conta corrente bancária específica e individualizada, aberta em instituição financeira oficial;
II – a execução das despesas e a movimentação financeira caberão à Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura – SEMTUC, na condição de unidade gestora orçamentária, em estrita consonância com o Plano Anual de Aplicação previamente aprovado pelo COMTEC;
III – o saldo financeiro positivo apurado em balanço anual do FUMTEC será automaticamente transferido para o exercício financeiro subsequente, a crédito do próprio Fundo, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964;
IV – a prestação de contas da aplicação dos recursos será apresentada trimestral e anualmente ao COMTEC e submetida aos órgãos de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado, assegurada ampla publicidade e transparência à população.

CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS

Art. 14. Constituem instrumentos de planejamento estratégico das políticas municipais disciplinadas nesta Lei:
I – o Plano Municipal de Cultura;
II – o Plano Municipal de Turismo;
III – o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Parágrafo único. Os planos municipais terão vigência plurianual de 04 (quatro) anos, alinhados ao Plano Plurianual (PPA) do Município, elaborados com ampla participação social, aprovados pelo Plenário do COMTEC e homologados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Fica instituído o Calendário Oficial de Eventos Turísticos, Culturais e Esportivos de São Paulo do Potengi/RN, instrumento de planejamento, fomento socioeconômico e salvaguarda das tradições municipais, composto pelas seguintes datas e manifestações:
I – Janeiro: a) Festa do Padroeiro São Paulo Apóstolo; b) Copa Potengi de Futebol; c) Eco Pedal Potengi;
II – Fevereiro: a) Carnaval Tradicional de São Paulo do Potengi;
III – Março: a) Potengi Moto Fest;
IV – Abril: a) Celebrações e Espetáculo da Paixão de Cristo;
V – Maio: a) Exposição Agropecuária de São Paulo do Potengi – EXPO POTENGI; b) Cavalgada Tradicional de São Paulo do Potengi;
VI – Junho: a) Festejos Juninos e São João da Tradição; b) Festival Municipal de Quadrilhas Juninas;
VII – Agosto: a) Tradicional Vaquejada de São Paulo do Potengi;
VIII – Setembro: a) Desfile Cívico da Independência do Brasil; b) Desafio Potengi de Mountain Bike (MTB); c) Potengi Folia (Micareta Tradicional);
IX – Novembro: a) Potengi Fé – Celebração da Cultura e Música Cristã;
X – Dezembro: a) Luzes do Potengi – Abertura dos Festejos Natalinos; b) Semana e Solenidades de Emancipação Política do Município; c) Réveillon da Paz e Festividades de Encerramento do Ano.

§ 1ºA realização dos eventos constantes do Calendário Oficial poderá contar com o apoio logístico, institucional e financeiro do Município, observada a disponibilidade orçamentária e a aprovação dos respectivos planos de trabalho pelo COMTEC.

§ 2ºA inclusão, exclusão ou alteração de datas e denominações de eventos no Calendário Oficial dependerá de prévia deliberação do Plenário do COMTEC e de respectiva homologação por Decreto do Chefe do Poder Executivo, ou de lei municipal específica.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Fica estabelecido o regime de transição institucional, patrimonial e orçamentária entre a estrutura anterior e a instituída por esta Lei:
I – todos os saldos financeiros, disponibilidades em contas bancárias, direitos, contratos, convênios, termos de parceria e haveres do extinto Fundo Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Inovação – FUNDETI ficam automaticamente sub-rogados e transferidos ao Fundo Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – FUMTEC;
II – os atuais membros do Conselho Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Inovação (COMTEI) permanecerão no exercício de suas funções em caráter estritamente transitório, até a conclusão do novo processo eleitoral e a posse dos novos conselheiros do COMTEC, período que não poderá exceder a 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 17.O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, estabelecendo as normas do processo eleitoral da

sociedade civil e as diretrizes complementares de funcionamento do Fundo.

Art. 18.O COMTEC elaborará e aprovará a proposta de seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da posse de seus novos membros titulares, submetendo-o à homologação por Decreto do Poder Executivo.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da SEMTUC e do Município, suplementadas se necessário, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

Art. 20. Fica integralmente revogada a Lei Municipal nº 1.236, de 13 de novembro de 2025, e demais disposições em contrário.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:B7B8D836

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
EDITAL Nº 001/2026

PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN

A Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais, através da Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, em consonância com o Decreto nº 135/2022, de 29 de agosto de 2022, TORNA PÚBLICO o Edital do Processo de Eleições para escolha de diretores e vice-diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN - Gestão 2027/2028, conforme as normas estabelecidas neste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º O Processo Seletivo para Eleição de diretores e vice-diretores nas unidades escolares do município de São Paulo do Potengi/RN, será regido por este Edital e realizado pela Secretaria Municipal de Educação - SME, cuja Comissão de Sistematização e Avaliação foi nomeada através da Portaria nº 212/2026, e as atribuições estão de acordo com Decreto Municipal nº 135/2022, de 29 de agosto de 2022, que dispõe sobre a gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi e dá outras providências.
Art. 2º A escolha de diretor e vice-diretor para as unidades escolares dar-se-á mediante análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho.
Art. 3º O interessado em se candidatar para a função de diretor e vice-diretor deverá preencher os critérios exigidos nos termos deste Edital.
Art. 4º A seleção para provimento do cargo de diretor e vice-diretor das escolas públicas municipais, considerando-se a aptidão para a liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em etapas, sendo elas:
- 1ª Etapa: inscrição junto à Secretaria Municipal de Educação, contendo documentação comprobatória de escolaridade relativa à formação em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área da Educação; comprovação de experiência profissional em atividades educacionais; apresentação de plano de gestão;
- 2ª Etapa: divulgação, por meio da Comissão Eleitoral, das inscrições deferidas e indeferidas;
- 3ª Etapa: análise dos recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;
- 4ª Etapa: organizar e realizar as entrevistas com os(as) candidatos(as) classificados(as);
- 5ª Etapa: emitir e enviar o resultado final do processo de seleção para divulgação.

II– DAS INSCRIÇÕES
Art. 5° As inscrições serão realizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, entre os dias 26 a 30 de outubro de 2026, das 8h às 12h e das 14h às 17h.
Art. 6° Para concorrer ao cargo, o candidato deve atender aos seguintes requisitos técnicos, conforme disposto no Decreto nº 135/2022 – GP, de 29 de agosto de 2022, que estabelece critérios para o processo da gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi-RN:
I - possuir formação em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área de educação;
II - possuir formação continuada em Gestão Escolar com carga horária mínima de 120h.
III - estar no uso legal das atribuições do cargo;
IV - comprovar no mínimo 02 (dois) anos, de experiência profissional em atividades educacionais;
V - comprovar no mínimo 01 (um) ano de serviço prestado na instituição que está pleiteando o cargo;
VI - possuir disponibilidade para atuar em regime de dedicação integral, com cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a fim de gerenciar a escola em todo seu funcionamento;
VII-nãopossuirregistrodepenalidadeemprocedimentoadministrativo-disciplinar comprovado mediante declaração de órgão competente da Administração Municipal;
VIII - apresentar currículo nos moldes exigidos neste Edital;
IX - não ter sido condenado em ação penal por sentença irrecorrível;
X- apresentar, no ato da inscrição, do Plano de Gestão, cuja finalidadeserá a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na unidadeescolar a ser dirigida.
Art. 7° Para concorrer à função de diretor e vice-diretor das unidades escolares da Rede Municipal, os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:
I - ficha de inscrição devidamente preenchida de acordo com o (Anexo II) deste Edital acompanhada de cópias autenticadas ou cópias com originais dos documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência);
II - certificado de conclusão ou declaração de que está em andamento no curso de Gestão Escolar, conforme Art. 6º deste Edital;
III - currículo de acordo com o (Anexo III), acompanhado de cópias autenticadas ou cópias com originais do diploma de graduação, pós-graduação Latu Sensu e Strictu Sensu e cursos complementares na área da Educação de no mínimo 40h;
IV - comprovante de regularidade eleitoral emitido pelo site oficial do Tribunal Superior Eleitoral;
V- declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando no mínimo 01 (um) ano de serviço prestado na instituição que está pleiteando o cargo;
VI- declaração de experiências educacionais pelo período mínimo de 02 (dois) anos;
VII - termo de disponibilidade de horas nos moldes do (Anexo IV) deste edital;
VIII - certidão de antecedentes criminais emitida pelo site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;
IX - declaração deidoneidade emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de São Paulo do Potengi/RN ou pela Secretaria Municipal de Educação;
X - Plano de Gestão.
Art. 8° O Plano de Gestão deverá conter:
I - objetivos e metas para a melhoria da unidade escolar, incluindo os índices de ensino e aprendizagem;
II - estratégias para o fortalecimento da participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhando e avaliando as ações pedagógicas e administrativas.
Art. 9° É vedada a participação no processo eleitoral do professor que:
I - tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;
II - esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;
III - esteja sob processo de sindicância;
IV- esteja inadimplente junto ao Tribunal de Justiça;

V - esteja de Licença Médica.

III– DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Art. 10 A relação dos candidatos aptos a participarem do processo eleitoral, será divulgada no dia 11 de novembro de 2026, em mural da Secretaria Municipal de Educação, assim como no sítio eletrônico oficial, Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias Sociais Oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi – RN.

Art. 11 Em caso de indeferimento da inscrição, caberá recurso à Comissão Eleitoral no prazo de 1 (um) dia útil. Os recursos serão recebidos na Secretaria Municipal de Educação, no dia 12 de novembro de 2026, das 8h às 12h.

IV– DA ENTREVISTA

Art. 12O Resultado Definitivo das inscrições e a Convocação para a fase de Entrevistas e Apresentação do Plano de Gestão serão divulgados dia 16 de novembro de 2026 e o(a) candidato(a) classificado(a) será submetido(a) a uma entrevista com duração máxima de até 30 minutos e será feita através de questionário com intuito de avaliar as capacidades de ação e resolução de quaisquer problemas no âmbito escolar e será realizada pelos membros da comissão eleitoral organizadora e executora do processo de seleção de Gestor(a) ou Diretor(a)Escolar, cuja pontuação implicará no resultado final.

Art. 13 Na entrevista serão abordados os seguintes tópicos:

I - liderança na gestão ou direção escolar;

II - responsabilidade administrativa referente à organização escolar; entendimento da gestão democrática na escola;

III - entendimento da gestão pedagógica e curricular da escola;

IV - entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola;

V - entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola;

VI - conduta ética na relação interpessoal e profissional;

VII - proatividade na resolução de conflitos.

V– DOS CRITÉRIOS PARAPREENCHIMENTOE PERMANÊNCIA NO CARGO

Art. 14 O(a) Gestor(a) ou Diretor(a)Escolar selecionado e posteriormente designado cumprirá o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, desde que observado o cumprimento das metas estabelecidas no respectivo Plano de gestão, devidamente corroborado pela comunidade escolar.

Art. 15 A melhoria dos indicadores educacionais, tais como: índice de aprovação e reprovação de aluno, índice de evasão e abandono escolar, índice de distorção idade/ano escolar, indicadores de avaliação interna e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Esses indicadores serão considerados para a permanência e/ou continuidade do(a) Gestor(a) ou Diretor(a)Escolar na ocupação do cargo.

Art. 16 As metas estabelecidas no Plano de Gestão serão verificadas anualmente, e o IDEB será analisado conforme as realizações e publicações dos resultados divulgados pelo INEP.

Art. 17 O(a) Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar será auxiliado por ocupante do cargo de Coordenação Pedagógica, sendo este de livre nomeação por parte do Chefe do Poder Executivo.

VI– DO LOCAL E DATA DA ENTREVISTA

Art. 18 A entrevista será realizada no dia 19 de novembro de 2026, das 08h às 16h, na sede da Secretaria Municipal de Educação.

VII– ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL E PROCEDIMENTOS DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Art. 19 A Comissão Eleitoral constituída pela Portaria nº 212/2026, 01 de outubro de 2026, terá, dentre outras atribuições, a de:

I - planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato pela comunidade;

II - divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III - receber os pedidos de impugnação por escrito relativos aos candidatos ou ao processo de análise junto à Secretaria Municipal de Educação;

IV - elaborar o edital de seleção para o cargo de Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar, contendo os critérios técnicos de mérito e desempenho;

V - organizar o material de inscrição dos pretendentes ao cargo, com orientações claras e transparentes, evitando informações ambíguas e conflitantes;

VI - analisar a documentação dos candidatos(as) inscritos(as) no processo de seleção, registrando as devidas observações e emitindo parecer de forma conjunta;

VII - enviar para publicação o resultado preliminar;

VII - analisar os recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;

IX - organizar e realizar as entrevistas com os(as) candidatos(as) classificados(as);

X - emitir e enviar o resultado final do processo de seleção, após avaliar todos os recursos;

XI - manter as documentações relativas ao processo devidamente organizadas e arquivadas.

Art. 20 Será eleito o candidato que obtiver a maior nota conforme requisitos do Art. 6°;

Art. 21 Na ocorrência de empate, será considerado eleito o candidato que:

I - tiver mais tempo de serviço na unidade escolar que pretende administrar na Rede Pública Municipal;

II - tiver mais tempo de serviço na Educação;

III - possuir maior titulação.

Art. 22 Concluídos os trabalhos, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da Comissão Eleitoral, todo material será entregue à Secretaria Municipal de Educação que arquivará todo processo.

VIII – DO CRONOGRAMA E ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETORES

26 a 30/10/2026 – Inscrições e entrega da documentação

11/11/2026– Resultado Preliminar das inscrições;

12/11/2026 (das 8h às 12h)– Prazo de Recurso do Resultado Preliminar das inscrições;

16/11/2026– Resultado Definitivo das inscrições e Convocação para a fase de Entrevistas e Apresentação do Plano de Gestão;

19/11/2026– Realização das Entrevistas e Apresentação do Plano de Gestão;

25/11/2026– Resultado Preliminar das Entrevistas e do Plano de Gestão;

26 e 27/11/2026– Período dos recursos;

02/12/2026– Resultado dos recursos;

04/12/2026– Resultado final;

09/12/2026– Envio da lista tríplice ao Chefe do Poder Executivo;

21/12/2026– Nomeações

IX –– DOS RECURSOS

Art. 23 Os candidatos que se julgarem prejudicados com a eliminação ou a avaliação atribuída em qualquer das etapas previstas no presente Edital poderá recorrer, com requerimento e fundamentação direcionados à Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo do Potengi/RN, observando as datas estabelecidas no cronograma.

Art. 24 Não haverá hipótese de novo recurso diante da decisão da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Art. 25 Os resultados dos recursos eventualmente apresentado será publicado, mencionando apenas sua procedência ou não, estando disponível ao recorrente na sede da Secretaria Municipal de Educação o inteiro teor da decisão.

Art. 26 O recurso deverá ser apresentado através do Formulário de Recurso, conforme modelo do (Anexo V) e deverá ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Educação, durante seu horário de funcionamento.

Art. 27 Não será analisado o recurso administrativo que for protocolado após os prazos previstos neste Edital.

Art. 28 Após a análise e decisão dos recursos os candidatos serão cientificados do resultado, através da publicação de lista com o Resultado no Mural da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 29 Os candidatos que obtiverem provimento em seus recursos prosseguirão concorrendo nas demais etapas previstas neste Edital.

X– DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 30 Poderão participar do processo de seleção de Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar, profissionais da educação básica municipal, efetivo ou temporário, em exercício ou aqueles que, comprovadamente, tenham experiência profissional na rede municipal de ensino, desde que atendam aos requisitos mínimos exigidos para a participação na seletividade.
Art. 31 É de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a realização da transmissão do cargo ao eminente diretor, que deve ser empossado em cerimonial realizado em até 10 (dez) dias úteis após o final da eleição.
Art. 32 As escolas que participarão do processo eleitoral estão listadas no anexo VII deste edital.
Art. 33 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.
Art. 34 O eleito ao tomar posse assinará termo de responsabilidade de gestão.
Art. 35 Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, 14 de outubro de 2026.

Comissão Eleitoral De Gestão Democrática

- LUÍZA RENATA DA CRUZ BASÍLIO
Conselho Municipal De Educação

- JUSSARA KARLA DE MACEDO GOMES MOTA
Secretaria Municipal De Educação

- FRANCISCA APARECIDA DA SILVA BEZERRA
Representante Do CACS – Conselho De Acompanhamento E Controle Social Do Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação

- SAYRO FREDSON DE MELO MARTINS
Secretário Executivo Dos Conselhos Municipais De Educação

- ÍZIDY BÁRBARA DA SILVA DANTAS
Psicóloga Educacional

ANEXO I

LISTA DE TEMAS E INSTRUMENTOS NORTEADORES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO E ENTREVISTA

I - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9393/1996) e suas alterações;
II - Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
III - Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014);
IV - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) e suas alterações;
V – Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs);
VI - Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
VII - Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13146/2015);
VIII – Projeto Político Pedagógico (PPP);
IX - As relações do ensino e aprendizagem na sala de aula;
X- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
XI- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
XII – Busca Ativa Escolar.
XIII – Regimento Escolar.
XIV – Lei do Sistema Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

CARGO:	N.º DA INSCRIÇÃO:
NOME DO CANDIDATO:	
IDENTIDADE DE GÊNERO:	
DATA DE NASCIMENTO: ___/___ /_____	
RG:	CPF:
NOME DA MÃE:	
ENDEREÇO:N.º COMPLEMENTO: BAIRRO:CEP:	
CIDADE:UF:	
CELULAR: E-MAIL:	
CELULAR: E-MAIL:	

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

ANEXO III
CURRÍCULO
PRESTARAPENASASINFORMAÇÕESPASSÍVEISDECONFIRMAÇÃO

I - DADOSPESSOAIS

Nome:				
CI(RG):		CNPJ/CPF:		
DatadeNascimento:	Naturalidade:	UF:	EstadoCivil:	
Endereço:	Nº	Compl.	Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:	
Telefone:()	Celular:()			
e-mail:				

II–SITUAÇÃOFUNCIONALATUAL

PRESTARINFORMAÇÕESDA UNIDADEEMQUEATUA
Unidadedeexercício:
Cargo/Função:
Endereço:
Localidade:

III–EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Cargo/Função	NaEscolaMunicipal ondepleiteiaocargooufunção			EmoutraEscolaMunicipal		
	Até01ano	De01a04 anos	Acimade04 anos	Até01ano	De01a04 anos	Acimade04 anos
Diretor						
Vice-Diretor						
Professorde EducaçãoBásica						
Coordenador Pedagógico						

IV- FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso	NomedoCurso / Área do Conhecimento:	Instituição de Ensino	Carga Horária
Doutorado			
Mestrado			
Graduação			
Pós – graduação			
Cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento na área da educação			

_____
Local e Data

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO

EU_____,portador do RG Nº _____ , Órgão expedidor:_____,inscrito no CPF sob nº _____, DECLARO para fins do Edital de Processo Seletivo nº 001/2026, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo do POTENGI/RN, QUE DISPONHO DE TEMPO PARA ME DEDICAR A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR/VICE- DIRETOR ESCOLAR.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

São Paulo do Potengi/RN, _____de _____de 2026.

ANEXO V

MODELO DE RECURSO

NOME:

À Comissão de Sistematização e Avaliação- EDITAL Nº 001/2026

Eu, _____Como candidato ao Processo Seletivo para o cargo de Diretor, solicito revisão**daDivulgação do Resultado Preliminar das Entrevistas e Apresentação do Plano de Gestão para o Processo de Seleção para os cargos de Diretores e Vice-diretores Escolares da Rede Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN**, pelas seguintes razões:

São Paulo do Potengi/RN, _____ de _____ de 2026.

ANEXO VI

MODELO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR - PGE

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DE DIRETOR ESCOLAR
BIÊNIO 2027-2028
Em cumprimento ao dispositivo doDecreto Municipal nº 135/2022, de 29 de agosto de 2022, que dispõe sobre a gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi e dá outras providências,o Plano de Gestão Escolar – PGE deve ser escrito de forma clara, objetiva, coesa e coerente, seguindo as normas da ABNT com a estrutura a seguir:
ESTRUTURA

• CAPA

Nome da Escola
Nome do Candidato
Mês e Ano

• SUMÁRIO

• JUSTIFICATIVA DA CANDIDATURA

Elencar os motivos pelos quais quer ser diretor deixando clara sua concepção de gestão.

• CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Neste item devem constar:
a) Nome da escola, endereço, telefone, e-mail, redes sociais.
b) Organização e funcionamento da escola: etapas e modalidade, turnos (quantitativo por ano e período de funcionamento) e horários.
c) Histórico: criação, patrono, localização, contextualização da comunidade em que a escola está inserida.
d) Prédio escolar: número de salas, ambientes pedagógicos e administrativos.
e) Recursos humanos e função conforme regimento escolar e projeto político pedagógico: direção, coordenação pedagógica, secretário, corpo docente, agentes operacionais, merendeiras, vigias. Descrever como será realizado o cumprimento do plano de trabalho dos profissionais de educação, bem como, estratégias de motivação e integração da equipe.
f) Indicadores (IDEB, avaliação institucional, etc.)

• **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA GESTÃO ESCOLAR**(fundamentados no regimento e PPP, LDB, proposta curricular, diretrizes e teóricos da área)

Explicitação dos objetivos da escola, da concepção do homem que se deseja formar, concepções de ensino e aprendizagem, avaliação. Aspectos legais e teóricos dos processos fundamentais do papel da escola e sua função.

• DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

A partir deste item o (a) candidato (a) deve, com base em fundamentação teórica, contextualizar brevemente cada uma das cinco dimensões que envolvem a gestão escolar: Gestão Pedagógica, Gestão Democrática, Gestão Administrativa, Gestão Financeira e Gestão de Resultados. A partir do diagnóstico realizado no PDE - Interativo analisar quais os problemas existentes na escola em relação as dimensões.
Em seguida, deve-se fazer a problematização, ou seja, apontar o que precisa ser resolvido. Partindo do diagnóstico e da problematização, estabelecer metas que sejam objetivas, tangíveis e mensuráveis e elencar ações que ajudarão a atingir as metas propostas.
Deve-se também indicar quais instrumentos serão utilizados para avaliar se as metas foram alcançadas ao longo do período do mandato. É importante ainda, estabelecer um prazo para que as metas sejam cumpridas. As metas podem ser de curto, médio e longo prazo.

GESTÃO PEDAGÓGICA
Tópicos para contextualização da dimensão:
Proposta curricular municipal alinhada à BNCC: quais ações serão feitas no sentido de garantir o desenvolvimento das competências socioemocionais, bem como a recomposição da aprendizagem na reconstrução do processo ensino–aprendizagem, considerando a retomada educacional após a pandemia;
Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe docente;
Ações pedagógicas que viabilizem a participação das famílias na aprendizagem dos estudantes, fortalecendo o compromisso, vínculo entre aluno, professor, família;
Implementação de Projetos e programas do Governo Federal.

GESTÃO PEDAGÓGICA			
Metas	Ações	Período	Indicador de avaliação das metas

GESTÃO DEMOCRÁTICA
Tópicos para contextualização da dimensão:
Contextualizar sobre o envolvimento da comunidade escolar, a participação na Associação de Pais e Mestres – APM, no Projeto Político Pedagógico - PPP, Regimento Interno, formas de socialização de informações e nas tomadas de decisões, nas atividades extracurriculares e no processo educacional da escola.

GESTÃO DEMOCRÁTICA			
Metas	Ações	Período	Indicador de avaliação das metas

GESTÃO ADMINISTRATIVA
Tópicos para contextualização da dimensão:
Considerando os aspectos administrativos que permeiam a prática de gestão escolar na Rede Municipal de Ensino, discorrer: organização do espaço físico, horários, profissionais de apoio, frequência, depredação do patrimônio público, verbas municipais e federais;
Planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações para a formação continuada dos profissionais da escola em suas diferentes áreas e desenvolvimento dos aspectos socioemocionais para o fortalecimento das relações interpessoais
Práticas de valorização e reconhecimento do trabalho da equipe escolar.

GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Metas	Ações	Período	Indicador de avaliação das metas

GESTÃO FINANCEIRA
Tópicos para contextualização da dimensão:
No aspecto financeiro, nortear as decisões da instituição, no que diz respeito a investimentos, uso dos recursos disponíveis para manutenção e desenvolvimento do ensino.
Transparência nas informações e nas consultas à comunidade escolar para a aplicação dos recursos financeiros destinados à escola.
Aplicação dos recursos financeiros da escola: planejamento, acompanhamento, prestação de contas, preservação do patrimônio.
Prestação de contas à comunidade escolar e Secretaria de Educação de todos os recursos financeiros vinculados à escola.

GESTÃO FINANCEIRA			
Metas	Ações	Período	Indicador de avaliação das metas

GESTÃO DE RESULTADOS(escolas de educação infantil não inserir essa dimensão)
Tópicos para contextualização da dimensão:
Quais ações serão planejadas para minimizar os impactos dos desafios advindos do período pós pandêmico e da retomada do calendário educacional, no sentido de garantir a melhoria do processo ensino-

aprendizagem, considerando os resultados educacionais: IDEB, avaliações diagnósticas, planos de intervenção, fluxo escolar, aprovação, reprovação, evasão escolar.

GESTÃO DE RESULTADOS			
Metas	Ações	Período	Indicador de avaliação das metas

Indicadores Municipais (taxa de aprovação / reprovação / evasão por ano de escolaridade no ano em**2021**)

• AVALIAÇÃO DO PLANO

Descrever de forma clara, o que se espera diante do que foi proposto neste Plano de Gestão Escolar, estabelecendo os resultados a serem atingidos na instituição, durante o período de vigência do mesmo.

• REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.
Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

ANEXO VII

ESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINOASEREMATENDIDASPELOPRESENTEEDITAL

ESCOLAS	LOCALIDADE
Escola Municipal Deputado Djalma Marinho	Rua João Guilherme, nº 339, Centro.
Escola Municipal Professora Francisca Azevedo	Rua José Pereira de Araújo, nº 208, Santos Dumont
Escola Municipal Monsenhor Expedito	Avenida Ouro Branco, nº 1185, Novo Juremal
Escola Municipal Paulina Nunes de Queiroz	Rua Manoel Barbalho, nº 87, Santa Clara
Escola Municipal Vereador Luiz Antônio Dias Campos	Rua Irmã Selma, nº 133, Centro
Pré-Escolar Pequeno Príncipe	Rua Basílio Rocha, nº 236, Santos Dumont
Pré-Escolar Pinguinho de Gente	Rua Manoel Joaquim de Araújo, nº 579, Nossa Senhora Aparecida
Escola Municipal Joaquim Aleixo de Luna	Comunidade Jurema, Zona Rural
Escola Municipal Luiz Gonzaga de Medeiros	Comunidade Quixaba, Zona Rural
Escola Municipal Maria Luíza de Araújo	Comunidade Cabaço, Zona Rural

ANEXO VIII

TÓPICOS ABORDADOS NA ENTREVISTA

TÓPICOS	**PONTUAÇÃO**
LIDERANÇANAGESTÃO OU DIREÇÃO ESCOLAR	01PONTO
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA REFERENTE À ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	01PONTO
ENTENDIMENTODAGESTÃODEMOCRÁTICANAESCOLA	01PONTO
ENTENDIMENTO DAGESTÃO PEDAGÓGICAE CURRICULAR DA ESCOLA	01PONTO
ENTENDIMENTOSOBREAAPLICAÇÃOADEQUADADOSRECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À ESCOLA	01PONTO
ENTENDIMENTOSOBREAGERÊNCIAEOZELODOPATRIMÔNIODA ESCOLA	01PONTO
CONDUTAÉTICANARELAÇÃOINTERPESSOALE PROFISSIONAL	02PONTOS
PROATIVIDADENARESOLUÇÃODECONFLITOS	02PONTOS

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:1CA2E234

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2025

O Município de SÃO TOMÉ, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, representado por JOSINALDO AMARO DE LIMA na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) CONTRATANTE, ARAUJO CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 55.627.234/0001-55, localizada em Rua Princesa Leopoldina, 3537, Candelária, Natal/RN, entro, CEP nº 59.065-100 neste ato representada pelo Sr. CARLOS EDUARDO DE ARAUJO BELMONT, brasileiro, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 21 de Outubro de 2027, nos termo do art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AÇÃO: 2016 – MANUTENÇÃO DAS ATIV.SEC.MUN.DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS, MEIO AMBIENTE E TURISMO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS, MEIO AMBIENTE E TURISMO
AÇÃO: 2018 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E TURISMO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2021 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15001001 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO
AÇÃO: 2022 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15001001– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FONTE DE RECURSO: 17050000 – TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS.
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS
PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI
9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2060 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2064 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES ESF E
EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMARIA/EAP
AÇÃO: 2076 - MANUTENÇÃO PROGRAMA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL
E HOSPITALAR - MAC
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS
PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
FONTE DE RECURSO: 16013110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS
PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS
PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI
9.478/1997
FONTE DE RECURSO: 16210000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS
PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL
FONTE DE RECURSO: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO
GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE DE RECURSO: 17063110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS
PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
AÇÃO: 2083 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2107 - MANUT.DO FUNDO MUL.DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2101 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO INTEGRADA COM CRIANÇA
CADASTRADA EM PROTEÇÃO SOCIAL
AÇÃO: 2115 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA
BOLSA FAMILIA- IGDBF
AÇÃO: 2102 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS -
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ
ÓRGÃO REQUISITANTE: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
AÇÃO: 2119 - MANUT.DA SEC.MUNIC.DE TRIBUTAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: 099 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO: 17050000 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir de 21/10/2026 e terá sua vigência até 21/10/2027

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SÃO TOMÉ/RN 20 DE OUTUBRO DE 2026

Refeitura de São Tomé/RN
CNPJ Nº 08.080.210/0001 -49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Araujo ConfecçõesLTDA
CNPJ Nº 55.627.234/0001-55
CARLOS EDUARDO DE ARAUJO BELMONT
CPF: 025.875.684-55
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:8BEBFBC9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2023 PROC. ADMINISTRATIVO /RN N° 055/2023 REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, inscrito no CNPJ n° **08.308.470/0001-29**, com sede na Praça Joaquim Araújo Filho, 84– Centro – CEP: 59340-000, torna público por meio da Comissão de Contratação que realizará **Credenciamento para prestação do serviço de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo avaliar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outros, dos servidores ativos e inativos vinculados ao Município de São Vicente/RN, bem como, aqueles vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente/RN (IPSV), com finalidade de avaliar condições laborativas ou não, dando fundamento a retorno ao trabalho com ou sem readaptação, afastamento para tratamento ou aposentadoria, bem como assistência técnica judicial decorrente dos laudos emitidos,** por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, mediante as condições estabelecidas neste ato convocatório e seus ANEXOS, subordinando-se em tudo o que for aplicável, à Lei n. 14.133/2021.

Local da entrega do envelope DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: na sala da Comissão de Contratação, Praça Joaquim Araújo Filho, 84– Centro, Centro, São Vicente/ RN.

Período de recebimento do envelope DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: a partir de 18 de maio de 2023, das 08:00 às 12:00 horas (de segunda a sexta-feira, em dias úteis (dias em que houver expediente no Município de São Vicente/ RN) **até o término da vigência do credenciamento, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, nos termos do inciso I, do Parágrafo Único, do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021.**

1. DO OBJETO:
1.1. O objeto do presente Edital é a **prestação do serviço de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo avaliar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outros, dos servidores ativos e inativos vinculados ao Município de São Vicente/RN, bem como, aqueles vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente/RN (IPSV), com finalidade de avaliar condições laborativas ou não, dando fundamento a retorno ao trabalho com ou sem readaptação, afastamento para tratamento ou aposentadoria, bem como assistência técnica judicial decorrente dos laudos emitidos**.

1.1.1 - A realização da perícia médica será realizada por no mínimo 01 (um) médico, em servidores municipais, para fins de concessão de auxílio doença, constando indicação do respectivo prazo de vigência do referido benefício.

1.1.2 - A realização de perícia composta por junta médica de no mínimo 03 (três) médicos, para proceder a exame pericial para fins de concessão de aposentadoria por invalidez.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1. O presente procedimento administrativo será regido pelas seguintes normas: Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1. Os recursos para pagamento dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município de São Vicente/ RN para o exercício financeiro vigente, sendo as dotações informadas no ato da contratação.

4 - INFORMAÇÕES INICIAIS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
4.1 – O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados na sede do MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, com sede na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro – CEP: 59340-000 podendo ainda ser adquirido mediante solicitação por meio do endereço eletrônico cpl_saovicente@yahoo.com.br.

4.2 – Esclarecimentos sobre a inscrição no credenciamento serão prestados pelo e-mail cpl_saovicente@yahoo.com.br ou por intermédio do telefone: (84) 3436-0226.

4.3 – Os esclarecimentos serão comunicados por e-mail ou outro meio escolhido pelo solicitante.

4.4 – Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar os termos deste edital, a qualquer tempo, o que não terá efeito de recurso.

4.5 – As impugnações serão conhecidas se dirigidas diretamente a comissão de contratação e/ou enviadas eletronicamente pelo interessado para o endereço eletrônico cpl_saovicente@yahoo.com.br.

5. DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS E DO REAJUSTE:
5.1. O Município de São Vicente/RN, pagará os valores por perícia médica realizada, conforme tabela a seguir:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT	V UNIT	V TOTAL
01	UND	Perícia Médica Simples	20	R$ 250,00	R$ 5.000,00
02	UND	Perícia com Junta Médica	05	R$ 300,00	R$ 1.500,00

5.2. É expressamente proibida a cobrança ou o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros da atribuição de proceder ao credenciamento ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

5.3. Os preços poderão ser reajustados com base na em eventuais alterações promovidas na Resolução nº 232/2016, aplicado uma redução em relação a perícia simples, considerando a hipossuficiência do município.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:
6.1. Somente serão admitidas a participar deste processo de credenciamento as empresas/pessoas naturais que comprovem, no que couber, a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, apresentando todos os documentos exigidos neste Edital.

6.2. Não poderão participar:

6.2.1. empresas e ou associações reunidas em consórcio;

6.2.2. empresas cumprindo suspensão temporária de participação em licitação da Administração Pública;

6.2.3. empresas impedidas de contratarem com o Município de São Vicente/ RN ou com a Administração Pública;

6.2.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites da legislação em vigor;

6.2.5. empresas que possuam restrições quanto as suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

6.2.6. empresas que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

6.2.7. empresas que tenham em seu quadro servidor do Município de São Vicente/ RN na qualidade de sócio-administrador.

6.3. Aplica-se as pessoas naturais as vedações dispostas no item 6.2 no que couber.

6.4. A participação neste **procedimento administrativo** implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

6.5. A empresa interessada deverá designar um representante legal, que será o único admitido a intervir em seu nome, o qual deverá se apresentar para credenciamento junto à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, munido de credencial que o autorize a participar deste procedimento administrativo, bem como de Cédula de Identidade.

6.5.1. Entende-se por credencial: documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social) que comprove a competência do titular ou sócio da empresa para representá-la perante terceiros; ou procuração para representar a instituição junto ao Município de São Vicente/ RN, acompanhada, no caso de instrumento particular, de prova de investidura do outorgante na qual conste expressamente seus poderes para a outorga.

6.6. Para participar, as empresas/pessoas naturais interessadas deverão apresentar toda a documentação solicitada neste Edital, a qualquer tempo, nos horários e local estabelecidos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

7. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:
7.1. Documentação a ser confeccionada pelo(a) proponente (PESSOA JURÍDICA):
a) Requerimento para Credenciamento;

7.1.1 Documentação para comprovação da Habilitação Jurídica:
a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrados nos órgãos competentes, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados de documento de eleição de seus atuais administradores;
c) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.1 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.1.2. Documentação para comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista:
a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, incluindo-se créditos previdenciários, mediante a Certidão Negativa de débitos referentes a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e com a Procuradoria Geral do Estado da sede da licitante;
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa;
h) cópia do diploma do profissional de saúde responsável;

7.1.3. Para comprovação da Qualificação Técnica:
a) Registro ou inscrição no Conselho Regional competente, com o nome do responsável técnico da empresa;

7.1.4. Para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira:
a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.5. Outras comprovações:
a) Declaração da empresa de que não possui em seus quadros funcionais, menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988; **(Anexo III)**

b) Declaração da empresa de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021. **(Anexo IV)**

7.2. Documentação a ser confeccionada pelo(a) proponente (PESSOA NATURAL):
a) Requerimento para Credenciamento;

Documentação pessoal:
a) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
b) Comprovante de inscrição na Previdência Social (NIT/NIS/PIS/PASEP); e
c) Documento oficial de identidade.

7.2.2. Documentação para comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista:
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, incluindo-se créditos previdenciários, mediante a Certidão Negativa de débitos referentes a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e com a Procuradoria Geral do Estado da sede da licitante;
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa;
Cópia do diploma do profissional de saúde responsável;

7.2.3. Para comprovação da Qualificação Técnica:
a) Registro ou inscrição no Conselho Regional competente;

7.2.4. Outras comprovações:
a) Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021. **(Anexo III)**

7.3. Os documentos devem estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso, considerada a data do requerimento e da apresentação dos documentos. Na falta desta informação serão considerados válidos por 30 (trinta) dias, contados da data de emissão, aprovação ou da data de assinatura pela autoridade.

7.4. Os documentos confeccionados pela interessada deverão estar sem rasuras, datados e assinados pelo proponente ou seu representante legal. As folhas devem conter timbre da instituição ou seus dados básicos no corpo do documento.

7.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

7.6. Toda documentação deve ser apresentada em **01 (uma) via** autenticada em cartório, **OU** por servidor da administração municipal em atuação na Comissão de Contratação. Os documentos obtidos por *internet* não necessitam ser autenticados em cartório. Todas as cópias devem estar legíveis.

7.7. Após julgada habilitada a proponente, poderão ser credenciados todos os serviços ofertados em sua proposta, ou apenas parte dela, de acordo com a conveniência da Administração, devendo ser dada ciência ao proponente dos serviços aceitos.

7.8. A documentação deverá ser entregue, mediante protocolo, com envelope lacrado, identificado externamente com os seguintes dizeres:
Município de São Vicente/RN
Comissão de Contratação
DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
[NOME] - [CNPJ/CPF]

7.9. A Comissão de Contratação se reserva ao direito de solicitar, em qualquer tempo, no curso da atividade de julgamento da proposta, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

7.10. Ao apresentar o requerimento para credenciamento, a proponente se obriga aos termos do presente Edital, inclusive, quanto a vinculação dos serviços aos preços estabelecidos pelo Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:
8.1 – Os requerimentos para credenciamento serão analisados pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, com vistas à homologação pelo gestor do MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN.

8.2 – Os documentos emitidos por sistema eletrônico serão aceitos pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO se verificada sua autenticidade no site do órgão emissor ou diretamente a este, e no caso de impossibilidade de acesso à Internet, observa-se do que:
8.2.1 – A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá suprir ou sanar, via internet, eventuais omissões ou falhas relativas aos documentos apresentados pelas interessadas, mediante a inserção de documentos; e
8.2.2 – Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou de acesso aos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO diligenciará à interessada para que, em 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação, apresente o que lhe for solicitado, sob pena de não obtenção do credenciamento.

8.3 – A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para aprovar o requerimento de credenciamento ou sua atualização, ficando este prazo suspenso, na hipótese do subitem 8.2.2.

8.4. A Comissão de Contratação verificará se a documentação apresentada pelos proponentes atende ao exigido nos preceitos do presente Edital, registrando-se em Ata própria.

8.4.1. Constatada a falta ou irregularidade na documentação apresentada, **será comunicado por escrito a proponente**, tendo a mesma um prazo de até **05 (cinco) dias** para regularizar as pendências. Caso a proponente não regularize a sua situação no prazo estipulado, a mesma será inabilitada para o credenciamento.

9. DOS RECURSOS:

9.1. As proponentes poderão, em um prazo máximo de **03 (três)** dias úteis do recebimento do comunicado de inabilitação, apresentar o recurso devidamente fundamentado com documentos comprobatórios, quando for o caso, que deverá ser protocolado nas mesmas condições da entrega de documentação estipulados neste Edital, para a averiguação da procedibilidade do recurso.

10. DO CREDENCIAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO:
10.1 – Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

10.2 – O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN procederá à homologação de cada credenciamento, após instrução favorável da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

10.3 – Homologado o credenciamento, será publicado na Imprensa Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/), sendo a credenciada comunicada por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento.

10.4 – A homologação do requerimento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

10.5. O **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN** poderá, até a assinatura do termo de credenciamento, inabilitar o proponente, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, jurídica, econômico-financeira, ou regularidade fiscal da entidade ou prestador de serviço credenciado ou a credenciar.

10.6. O conteúdo das Minutas de Termos de Credenciamento dispõe sobre todas as outras condições necessárias para a prestação dos serviços que serão credenciados, e será utilizado como modelo básico para a efetivação do credenciamento, adequando-se a cada entidade ou profissional a ser credenciado, levando em consideração os serviços que serão prestados e outros dados, que nos Anexos citados estão grifados.

10.7. O prazo de vigência dos termos de credenciamentos oriundos deste processo terá por **termo inicial a data de sua subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração até o limite máximo de 05 (cinco) anos, ou suspenso, ou rescindido, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer penalidade ou indenização em favor do CREDENCIANTE.

11 – CRITÉRIO DE ESCOLHA:
11.1 – A contratação ocorrerá com todos os credenciados, em igualdade de condições, tendo como referência, a data do encaminhamento para realização da perícia médica.
12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
12.1 – Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
12.1.1 – ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a

pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
12.1.2 – MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:
- 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento do magistrado, considerando o prazo previsto no subitem 5.4 do projeto básico anexo, salvo por motivo de força maior;
- 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso na entrega do laudo, considerando o prazo previsto no item 5 do projeto básico anexo, salvo por motivo de força maior;
- 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

12.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Poder Executivo poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

12.4. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

12.5. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo
fixado na notificação de cobrança, a administração pública municipal inscreverá o valor em dívida ativa.

12.6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

12.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.8. É admitida a reabilitação da credenciada perante o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, exigidos, cumulativamente:
reparação integral do dano causado à Administração Pública;
pagamento da multa;
transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12.9. Além das penalidades citadas, a(s) CREDENCIADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

12.10. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, a(s) CREDENCIADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

12.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

12.12. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

13 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

13.1 – O presente credenciamento terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração.

13.2 – Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novas interessadas, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.

13.3 – A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.

13.4 – O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14. DA RESCISÃO:

14.1. O Termo de Credenciamento rescinde qualquer outro vigente, sem qualquer ônus para o CREDENCIANTE ou direitos para o CREDENCIADO além daqueles correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão contratual.

14.2. O CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas no Termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento ou rescisão do Credenciamento.

14.3. Este Credenciamento poderá ser rescindido de pleno direito, nos seguintes casos:

a) Se o CREDENCIADO falir, requerer concordar ou transferir para terceiros no todo ou em parte seus encargos, sem prévia aceitação, por escrito, do CREDENCIANTE;

b) No interesse da Administração, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer ônus para o CREDENCIANTE ou direitos para o CREDENCIADO além daqueles correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão;

c) Liquidação amigável ou judicial do CREDENCIADO;

d) Superveniência de norma legal ou ato de autoridade competente, que torne inviável ou inexequível o prosseguimento da prestação dos serviços;

e) Ocorrência de quaisquer das situações previstas na Lei n° 14.133/2021;

f) No interesse exclusivo do CREDENCIADO, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer penalidade ou indenização em favor do CREDENCIANTE.

g) Não cumprimento das condições ou prazos constantes do Termo de Credenciamento;

h) Cumprimento irregular das condições ou prazos constantes do Termo de Credenciamento;

i) Lentidão no cumprimento dos atendimentos, levando o **Município de São Vicente/ RN** a presumir sua não conclusão nos prazos requeridos pelos respectivos procedimentos;

j) Atraso injustificado do início da execução do objeto deste termo;

k) Paralisação da execução do objeto do presente Termo, sem justa causa e prévia comunicação ao CREDENCIANTE;

l) Subcontratação total ou parcial para execução do objeto;

m) Não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

n) Cometimento reiterado de faltas na execução do Termo, anotadas na forma do parágrafo 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

o) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do CREDENCIANTE, prejudique a execução deste Credenciamento;

p) Quando houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **Município de São Vicente/ RN** e exaradas no processo administrativo a que se refere este Credenciamento;

q) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do objeto deste credenciamento;

r) Quando o CREDENCIADO deixar de satisfazer as exigências de Habilitação ou as estabelecidas para a classificação cadastral, conforme previsto no edital.

14.4. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

14.5. O CREDENCIADO reconhece os direitos do **Município de São Vicente/RN** em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

15 – DISPOSIÇÕES FINAIS:
15.1 – Nenhuma indenização será devida às interessadas pela apresentação de documentos relativos a este credenciamento.
15.2 – Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei n. 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.
15.3 – Fica eleito o Foro da Comarca da Florânia/RN para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste edital e de seus anexos.

16. DOS ANEXOS:
16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes ANEXOS:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de requerimento para credenciamento;
ANEXO III – Modelo de declaração do trabalho do menor;
ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui em seu quadro servidor público municipal como sócio-administrador.
ANEXO V – Minuta do termo de credenciamento;

São Vicente/RN 03 de maio de 2023

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Presidente

MARIA DA GUIA DOS SANTOS DANTAS
Membro

NATHAN LÚCIO DE LIMA
Membro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CREDENCIAMENTO

1 – OBJETO:

1.1 – **Credenciamento para prestação do serviço de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo avaliar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outros, dos servidores ativos e inativos vinculados ao Município de São Vicente/RN, bem como, aqueles vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente/RN (IPSV), com finalidade de avaliar condições laborativas ou não, dando fundamento a retorno ao trabalho com ou sem readaptação, afastamento para tratamento ou aposentadoria, bem como assistência técnica judicial decorrente dos laudos emitidos, nos termos da tabela a seguir:**

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	V UNIT	V TOTAL
01	UND	Perícia Médica Simples	20	R$ 250,00	R$ 5.000,00
02	UND	Perícia com Junta Médica	05	R$ 300,00	R$ 1.500,00
VALOR TOTAL					R$ 6.500,00

2 – JUSTIFICATIVA:

2.1 – O presente processo de contratação tem como um dos fundamentos legais a Lei Complementar Municipal nº 08/2013 e suas alterações, que dispõe que será concedida ao servidor público municipal licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia e laudo médico oficial, sem prejuízo da remuneração a que tiver direito, desde que atendido os requisitos previstos nesta Lei e em normas ou regulamentos estabelecidos pela Administração Municipal. A Perícia Médica deve ser realizada por profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, para avaliar as condições de saúde dos servidores, visando decidir quanto a necessidade de conceder ou prorrogar licença para tratamento médico; a possibilidade do servidor afastado das atividades laborativas retornar ao trabalho; a indicação de readaptação tendo em vista as limitações físicas do servidor; a indicação para aposentadoria por invalidez do servidor; e o enquadramento das condições de saúde do servidor, objetivando a possibilidade deste vir a auferir benefícios previstos em lei, e outras matérias que dependam ou venham a depender de avaliação médico-pericial. Assim, faz-se necessário o presente processo diante da previsão legal sobre a necessidade de realização de perícia médica para os servidores públicos municipais de São Vicente/RN, cumulado com a inexistência de médicos efetivos/contratados na Secretaria Municipal de Administração para realizar os atendimentos demandados.

3 – PERÍODO DE CONTRATAÇÃO:

3.1 – 12 (doze) meses.

4 – DO PREÇO:

4.1 – Os preços que deverão ser aceitos é o disciplinado no Estudo Técnico Preliminar, no valor R$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) por perícia médica simples e R$ 300,00 (Trezentos reais) por perícia com junta médica, de acordo com o item 1, deste termo de referência.

5 – VALOR GLOBAL:

5.1 – O Valor desta contratação é de R$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

6 – OUTRAS PRESCRIÇÕES:

6.1 – Deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento dos **serviços** licitados.

6.2 – Não serão aceitos **serviços ou preços** em desacordo com as especificações constantes no item 1, deste termo de referência.

7 – DA EXECUÇÃO:

7.1 – Os serviços deverão ser executados pelas empresas/pessoas naturais credenciadas no processo de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, no realizado será realizada no prestador de serviço , em até cinco (05) dias do recebimento da ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, a ser encaminhada através do **e-mail: prefsaovicente@yahoo.com.br**, através do qual serão contados dos prazos para entrega e consequente abertura de processos administrativos de punição, nas quantidades, locais, dias e horários indicados no momento da solicitação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, fretes, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da **execução dos serviços;**

7.1.1 – Optando, o credenciado pode executar os serviços em estabelecimento de saúde disponibilizado pelo município.

7.2 – As empresas/pessoas naturais credenciadas e, após o recebimento da ordem de execução do serviço, antes da realização das perícias, objeto desta contratação, deverão averiguar a segurança dos serviços no tocante às instalações sanitárias.
7.3 – As empresas credenciadas são responsáveis por todos os insumos, medicamentos, equipe médica, técnicos de enfermagem, equipamentos entre outros.

8 – DO PAGAMENTO:

8.1 O(A) CREDENCIADO(A) apresentará **até o decimo (10º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços** à CREDENCIANTE, especificamente a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de São Vicente/ RN**, toda a produção referente ao mês anterior, constando em anexo todas os registros de atendimento efetuados.

8.2. Somente após a validação dos documentos originados pelo(a) CREDENCIADO(A) e vistoriados pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de São Vicente/ RN, o Prestador de Serviços emitirá a Nota Fiscal de Serviços realizados, a qual deverá ser encaminhada a **Secretaria Municipal de Fazenda e Arrecadação do Município de São Vicente/ RN** para as providências necessárias à realização do pagamento.

8.3. Os documentos rejeitados pela **Secretaria Municipal de Administração e RH** serão devolvidos ao(a) CREDENCIADO(A) para as devidas correções no prazo de dez (10) dias, e serão reapresentadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução juntamente com a produção mensal do mês em evidência. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado pela Secretaria Municipal de Administração e RH.

8.4. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CREDENCIANTE, este garantirá ao(a) CREDENCIADO(A) o pagamento, no prazo avençado neste Edital, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Administração e RH exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos do(a) CREDENCIADO(A);

8.5. As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo **Município de São Vicente/ RN.**

8.6. O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura**, através de transferência bancária para conta corrente de titularidade da CONTRATADA, e mediante a apresentação à **Secretaria Municipal das Finanças**, de Nota Fiscal /Fatura (em duas vias), atestados e aceitos pela **Secretaria Municipal de Administração**, após a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, respeitando-se, em todos os casos, a ordem cronológica de pagamentos.

8.7. O pagamento da despesa pelo agente recebedor se dará através de crédito bancário na conta do prestador do serviço (CREDENCIADO).
8.8. Não serão efetuados pagamentos ao prestador do serviço (CREDENCIADO) quando ocorrerem as seguintes situações:

a) Enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual por parte do prestador do serviço (CREDENCIADO);

b) Não apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados, nas condições prescritas pelo **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE); e

c) Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação de ordem financeira, previdenciária ou obrigações sociais por parte do prestador do serviço (CREDENCIADO).

8.9. Em hipótese alguma o prestador do serviço (CREDENCIADO) poderá submeter, ao paciente que está sendo atendido, qualquer assunto referente a pagamento de serviços prestados que estejam sendo objeto de discussão entre as partes.

9 - DOS DIREITOS DAS PARTES:

9.1. Constitui direito legal do CREDENCIANTE ter o serviço prestado, objeto deste Termo de Referência, dentro das condições estabelecidas neste Credenciamento e em seus anexos.

9.2. São direitos legais do CREDENCIADO:

a) Receber do CREDENCIANTE o pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de Credenciamento, nos prazos e condições estabelecidas no mesmo; e

b) Requerer ao CREDENCIANTE a rescisão deste Termo de Credenciamento caso este descumpra qualquer uma das cláusulas estabelecidas no mesmo ou venha a ocorrer qualquer das situações previstas nos incisos do Art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O CREDENCIADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão contratual, previstos na Lei nº 14.133/2021.

10 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO:

10.1. São obrigações e responsabilidades do prestador do serviço (CREDENCIADO):

a) Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação dos dados pessoais do usuário será de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço (CREDENCIADO);

b) Permitir ao **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE) avaliar o atendimento e os serviços prestados aos usuários, por intermédio de auditorias específicas realizadas por profissionais do quadro do **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE) que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas;

c) Obedecer aos critérios exigidos, quando das auditorias e perícias, na fiscalização dos serviços credenciados e das pessoas a eles vinculados, bem como aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

d) Prestar ao **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE) esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento;

e) Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata;

f) Comunicar ao **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, corpo clínico, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo;

g) Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do **Município de São Vicente/ RN**, atendendo às suas normas e diretrizes;

h) O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

i) A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do prestador do serviço (CREDENCIADO) e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço (CREDENCIADO) e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

j) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

k) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento;

m) A inadimplência do prestador do serviço, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE), nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o prestador do serviço (CREDENCIADO) renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Município de São Vicente/ RN**.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:
11.1. São obrigações do CREDENCIANTE:

a) Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Credenciamento;

b) Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, notificando-o por escrito a respeito de eventuais irregularidades detectadas na execução dos serviços;

c) Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

ANEXO II - MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

(Timbre ou dados da empresa)

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

I - Dados de identificação do Requerente:

Razão Social- NOME: **XXXXXXXXXXXXXXX** CNPJ - CPF: **XXXXXXXXXXXXXXXXX**
Endereço: **XXXXXXXXXXXXXXXXX** Telefone: **XXXXXXXXXXXXXXXXX**
Fax: **XXXXXXXXXXXXXXXXX** E-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXX**

II – Dados de identificação do representante do requerente (CONFORME O CASO):
Nome Completo: **XXXXXXXXXXXXXXXXX** CPF **XXXXXXXXXXXXXXXXX** - RG – **XXXXXXXXXXXXXXXXX** Endereço- **XXXXXXXXXXXXXXXXX** - Fone **XXXXXXXXX**

III - Natureza do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS	UNID

IV – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados na clínica/ hospital **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, localizada na **XXXXXXXXXXXXXXXXX** (endereço).

V – RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Diretor técnico - **XXXXXXXXXXXXXXXXX** - Conselho Regional **XXXXXXXXXXXXXXXXX**.

VI - Dados Bancários: (onde deverão ser creditados os pagamentos)
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

VII - Declaramos conhecer os termos do Edital do Credenciamento nº XXX/2023 e seus anexos e aceitamos as condições e os preços discriminados no mesmo.

Segue em anexo os documentos especificados no **Edital de Credenciamento nº XXX /2023.**

Local e data

_____
(Nome do Representante Legal)
(nº cédula de identidade)
(nº CPF)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Ref. Credenciamento nº /2023

Declaro, para fins de prova junto ao **Município de São Vicente/ RN**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, situada _____, **NÃO** emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data,

_____
(Nome do Representante Legal)
(nº cédula de identidade)
(nº CPF)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI SERVIDOR MUNICIPAL COMO SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ref. Credenciamento nº /2023

A empresa _____ e/ou Pessoa Física _____, inscrita no CNPJ/CPF nº _____ abaixo infrafirmado, declara, e sob as penas da lei, que não possui como sócio ou responsável técnico com :

1) servidor público federal, estadual ou municipal com atuação profissional relacionada com os serviços a serem prestados.

2) nem parente de servidor público estadual consanguíneo em linha reta ou colateral até o terceiro grau, ou afim em linha reta ou colateral até o segundo grau de servidor público estadual com atuação profissional relacionada com os serviços a serem prestados.

3) vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

LOCAL XXXXXXXX

(Nome do Representante Legal)
(nº cédula de identidade)
(nº CPF)

ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO nº ___/2023__

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/ RN** E A EMPRESA____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/ RN, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____, _____, centro, São Vicente/ RN, CEP: _____, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. _____

CREDENCIADO(A): _____.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
2.1. O presente Termo de Credenciamento será regido pelo disposto no inciso IV o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável ao assunto. Os casos omissos serão orientados conforme consulta jurídica a **Procuradoria Geral do Município de São Vicente/ RN**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
3.1. O presente Termo vincula-se ao **Edital de Credenciamento nº /2023** da Comissão de Contratação do **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN**, e ao seu Termo de Inexigibilidade de Licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO E DO VALOR
4.1. Obriga-se o **CREDENCIADO** a executar os serviços de **prestação do serviço de perícia médica, conforme legislação vigente, tendo como escopo avaliar as condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica e outros, dos servidores ativos e inativos vinculados ao Município de São Vicente/RN, bem como, aqueles vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Vicente/RN (IPSV), com finalidade de avaliar condições laborativas ou não, dando fundamento a retorno ao trabalho com ou sem readaptação, afastamento para tratamento ou aposentadoria, bem como assistência técnica judicial decorrente dos laudos emitidos,** descritos na Tabela abaixo, no **Município de São Vicente/ RN**, conforme condições previstas neste Termo de Credenciamento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS	UNID

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO PELA CREDENCIADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. Obriga-se o CREDENCIADO a manter, durante a vigência contratual, todas as condições para habilitação demonstradas para credenciamento, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO
6.1. As pericias deverão ser executados pelas empresas credenciadas no processo de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Administração, em até cinco (05) dias do recebimento da ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO, a ser encaminhada através do **e-mail: _____**, através do qual serão contados dos prazos para entrega e consequente abertura de processos administrativos de punição, nas quantidades, locais, dias e horários indicados no momento da solicitação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, fretes, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da **execução dos serviços;**

6.1 – Optando, o credenciado pode executar os serviços em estabelecimento de saúde disponibilizado pelo município.

6.2 – As empresas/pessoas naturais credenciadas e, após o recebimento da ordem de execução do serviço, antes da realização das perícias, objeto desta contratação, deverão averiguar a segurança dos serviços no tocante às instalações sanitárias.

6.3 – As credenciadas são responsáveis por todos os insumos, necessários para execução do objeto**.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO
7.1. As pessoas físicas e/ou jurídicas deverão realizar perícias médicas aos servidores no Município de São Vicente/RN

7.2. Em hipótese alguma, o prestador do serviço (CREDENCIADO) poderá realizar qualquer cobrança relativa as perícias, ao servidor, por serviços cobertos por este Credenciamento, bem como orientar o servidor a pleitear o reembolso posterior junto ao Município de São Vicente/RN (CREDENCIANTE).

7.2.1. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do prestador dos serviços (CREDENCIADO), em relação aos servidores

CLÁUSULA OITAVA - DOS PREÇOS E CRITÉRIO DE REAJUSTE
8.1. O CREDENCIANTE se compromete a pagar os serviços prestados e apresentados, na forma deste Termo de Credenciamento, sendo o valor de R$ xxxxxx,xx (xxxxxxx) por cada perícia médica**.**

8.2. É expressamente proibida a cobrança ou o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros da atribuição de proceder ao credenciamento ou intermediação do pagamento dos serviços prestados.

8.3. Os preços poderão ser reajustados com base na em eventuais alterações promovidas na Resolução nº 232/2016, aplicado uma redução em relação a perícia simples, considerando a hipossuficiência do município.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
9.1. O(A) CREDENCIADO(A) apresentará **até o decimo (10º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços** à CREDENCIANTE, especificamente ao **Município de São Vicente/ RN**, toda a produção referente ao mês anterior, constando em anexo todas os registros de atendimento efetuados.

9.2. Somente após a validação dos documentos originados pelo(a) CREDENCIADO(A) e vistoriados pelo **Município de Vicente/ RN**, o Prestador de Serviços emitirá a Nota Fiscal de Serviços realizados, a qual deverá ser encaminhada a **Secretaria Municipal de Administração do Município de São Vicente/ RN** para as providências necessárias à realização do pagamento.

9.3. Os documentos rejeitados pela **Secretaria Municipal de Administração** serão devolvidos ao(a) CREDENCIADO(A) para as devidas correções no prazo de dez (10) dias, e serão reapresentadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução juntamente com a produção mensal do mês em evidência. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado pela Secretaria Municipal de Administração.

9.4. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CREDENCIANTE, este garantirá ao(a) CREDENCIADO(A) o pagamento, no prazo avençado neste Edital, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a SMS exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos do(a) CREDENCIADO(A);

9.5. As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo órgão de Controle Interno e/ou da Assessoria Jurídica do **Município de São Vicente/ RN.**

9.6. O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento da fatura de até R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para faturas superiores a R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), nos termos da **Resolução nº 032/2016 do TCE/RN**, através de transferência bancária para conta corrente de titularidade da CONTRATADA, e mediante a apresentação à **Secretaria Municipal das Finanças**, de Nota Fiscal /Fatura (em duas vias), atestados e aceitos pela **Secretaria Municipal de Administração**, através do (a) Gestor (a) do Contrato, o (a) _____**(**CPF n _____), com a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.6.1 – O prazo para liquidação da despesa será de até cinco (05) dias úteis para faturas de valor até R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais); e em até quinze (15) dias para faturas superiores a R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

9.7. O pagamento da despesa pelo agente recebedor se dará através de crédito bancário na conta do prestador do serviço (CREDENCIADO).

9.8. Não serão efetuados pagamentos ao prestador do serviço (CREDENCIADO) quando ocorrerem as seguintes situações:

a) Enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual por parte do prestador do serviço (CREDENCIADO);
b) Não apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados, nas condições prescritas pelo **Município de São Vicente/ RN** (CREDENCIANTE); e
c) Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação de ordem financeira, previdenciária ou obrigações sociais por parte do prestador do serviço (CREDENCIADO).

9.9. Em hipótese alguma o prestador do serviço (CREDENCIADO) poderá submeter, ao paciente que está sendo atendido, qualquer assunto referente a pagamento de serviços prestados que estejam sendo objeto de discussão entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1. Serão alocados, para execução do objeto do presente Termo de Credenciamento, recursos pertencentes ao Orçamento geral do **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN**, exercício financeiro de 2023, e assim alocadas as despesas:

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RH	
Ação:	
041220005.2.004	Manutenção da Sec. Administração e RH
Elementos da Despesa:	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – PJ
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – PF
Fontes:	
1500100100	Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA
11.1. O prazo de vigência dos termos de credenciamentos oriundos deste processo terá por **termo inicial a data de sua subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração até o limite máximo de 05 (cinco) anos, ou suspenso, ou rescindido, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer penalidade ou indenização em favor do CREDENCIANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
12.1. O presente Termo de Credenciamento poderá receber Termos Aditivos que ajustem acréscimos ou retiradas de serviços existentes por ocasião de sua assinatura.

12.2 O presente Termo de Credenciamento poderá ser alterado unilateralmente pelo CREDENCIANTE, quando houver modificação das especializações dos serviços, visando à melhor adequação técnica aos seus objetivos, quando for necessário modificar o valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites, ou mediante acordo entre as partes, nas hipóteses previstas no art. 125 na Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
13.1. A Fiscalização será exercida sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Administração e RH.**

13.2. A fiscalização e o acompanhamento da execução do instrumento contratual por servidores da **Secretaria Municipal de Administração e RH** não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador do serviço (CREDENCIADO).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14.1 – Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
14.1.1 – ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a
pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
14.1.2 – MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:
I - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento do magistrado, considerando o prazo previsto no subitem 5.4 do projeto básico anexo, salvo por motivo de força maior;
II - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso na entrega do laudo, considerando o prazo previsto no item 5 do edital anexo, salvo por motivo de força maior;
III - 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do serviço, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica, salvo por motivo de força maior.

14.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Poder Executivo poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

14.4. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

14.5. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo
fixado na notificação de cobrança, a administração pública municipal inscreverá o valor em dívida ativa.

14.6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

14.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

14.8. É admitida a reabilitação da credenciada perante o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, exigidos, cumulativamente:
reparação integral do dano causado à Administração Pública;
pagamento da multa;
transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.9. Além das penalidades citadas, a(s) CREDENCIADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

14.10. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração Pública Municipal, a(s) CREDENCIADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

14.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

14.12. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO
15.1. O Termo de Credenciamento rescinde qualquer outro vigente, sem qualquer ônus para o CREDENCIANTE ou direitos para o CREDENCIADO além daqueles correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão contratual.

15.2. O CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas no Termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento ou rescisão do Credenciamento.

15.3. Este Credenciamento poderá ser rescindido de pleno direito, nos seguintes casos:

a) Se o CREDENCIADO falir, requerer concordar ou transferir para terceiros no todo ou em parte seus encargos, sem prévia aceitação, por escrito, do CREDENCIANTE;

b) No interesse da Administração, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer ônus para o CREDENCIANTE ou direitos para o CREDENCIADO além daqueles correspondentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão;

c) Liquidação amigável ou judicial do CREDENCIADO;

d) Superveniência de norma legal ou ato de autoridade competente, que torne inviável ou inexequível o prosseguimento da prestação dos serviços;

e) Ocorrência de quaisquer das situações previstas na Lei n° 14.133/2021;

f) No interesse exclusivo do CREDENCIADO, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte qualquer penalidade ou indenização em favor do CREDENCIANTE.

g) Não cumprimento das condições ou prazos constantes do Termo de Credenciamento;

h) Cumprimento irregular das condições ou prazos constantes do Termo de Credenciamento;

i) Lentidão no cumprimento das pericias, levando o **Município de São Vicente/ RN** a presumir sua não conclusão nos prazos requeridos pelos respectivos procedimentos;

j) Atraso injustificado do início da execução do objeto deste termo;

k) Paralisação da execução do objeto do presente Termo, sem justa causa e prévia comunicação ao CREDENCIANTE;

l) Subcontratação total ou parcial para execução do objeto;

m) Não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

n) Cometimento reiterado de faltas na execução do Termo, anotadas na forma do parágrafo 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

o) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do CREDENCIANTE, prejudique a execução deste Credenciamento;

p) Quando houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **Município de São Vicente/ RN** e exaradas no processo administrativo a que se refere este Credenciamento;

q) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do objeto deste credenciamento;

r) Quando o CREDENCIADO deixar de satisfazer as exigências de Habilitação ou as estabelecidas para a classificação cadastral, conforme previsto no edital.

15.4. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

15.5. O CREDENCIADO reconhece os direitos do **Município de São Vicente/ RN** em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS DAS PARTES
16.1. Constitui direito legal do CREDENCIANTE ter o serviço prestado, objeto deste Termo de Credenciamento, dentro das condições estabelecidas neste Credenciamento e em seus anexos.

16.2. São direitos legais do CREDENCIADO:

a) Receber do CREDENCIANTE o pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de Credenciamento, nos prazos e condições estabelecidas no mesmo; e

b) Requerer ao CREDENCIANTE a rescisão deste Termo de Credenciamento caso este descumpra qualquer uma das cláusulas estabelecidas no mesmo ou venha a ocorrer qualquer das situações previstas nos incisos do Art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

16.3. O CREDENCIADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão contratual, previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO:
17.1. São obrigações e responsabilidades do prestador do serviço (CREDENCIADO):

a) Prestar serviços de perícia e avaliação médica, com vista à concessão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, reavaliação clínica e correlatos listados no objeto; e
b) Iniciar o atendimento em até 03 (três) dia úteis após a homologação do credenciamento e ratificação do credenciamento médico;
c) Atender com presteza e eficiência a demanda existente, ser pontual e assíduo, contribuindo para o cumprimento das obrigações assumidas;
d) Manter-se habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria;
e) Zelar pelo cumprimento das normas internas da CREDENCIANTE, bem como, de higiene e segurança do trabalho, seguindo as normas do CRM/RN, Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde;
f) Prestar ao Município de São Vicente/RN (CREDENCIANTE) esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento;
g) Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata;
h) No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em atendimento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;
i) Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do Município de São Vicente/ RN, atendendo às suas normas e diretrizes;
j) O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
k) A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do prestador do serviço (CREDENCIADO) e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço (CREDENCIADO) e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;
l) A responsabilidade civil pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do servidor ou gerar danos morais ou materiais será suportada exclusivamente pelo prestador do serviço (CREDENCIADO), que será acionado judicialmente para responder e deverá arcar com os honorários advocatícios fixados para defesa do Município de São Vicente/RN (CREDENCIANTE);
m) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de São Vicente/RN;
n) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
o) O Prestador de Serviço (credenciado) terá que cumprir rigorosamente o horário estabelecido para a jornada de trabalho.
p) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
q) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento;
r) A inadimplência do prestador do serviço, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de São Vicente/RN (CREDENCIANTE), nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o prestador do serviço (CREDENCIADO) renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de São Vicente/RN

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

18.1. São obrigações do CREDENCIANTE:

a) Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações, notificando-o por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços

b) Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria; e
c) Repassar aos servidores as informações referentes aos dias, horários e endereços de atendimento.;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO
19.1. É vedado ao profissional ou entidade credenciada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.

19.2. O CREDENCIADO será responsável civil e penalmente pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS
20.1. Caberá ao CREDENCIADO o recolhimento dos tributos e taxas federais, estaduais e municipais, decorrentes das faturas apresentadas.

20.2. O **Município de São Vicente /RN** não poderá ser alegado, ou servir como amparo a pretendidas isenções tributárias, ou motivo a favores fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os atos ou questões que caibam ao CREDENCIADO ou ao USUÁRIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Vedação de sobretaxa – Não será permitido o pagamento de qualquer sobretaxa em relação às tabelas adotadas, ou do cometimento a terceiros da atribuição de proceder a intermediação do pagamento dos serviços prestados, sob pena de rescisão do TC.

21.2. O presente Termo poderá ser denunciado pelo CREDENCIADO, a qualquer tempo, ao Serviço de Credenciamento **do Município de São Vicente/ RN**, cabendo as justificativas pertinentes, dentro das disposições do Edital deste Credenciamento.

21.3. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o Credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências de Habilitação, ou por solicitação formal da Credenciada, com antecedência mínima de trinta (30) dias, cabendo as justificativas pertinentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Para resolver as divergências entre as partes, oriundas da execução do presente Termo de Credenciamento, fica eleito o Foro da Justiça Comum Estadual da Comarca de Florânia/ RN.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Termo de Credenciamento que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes.

São Vicente/ RN, ____ de 2023.

_____ Pelo Credenciante	_____ Pelo Credenciado

TESTEMUNHAS:

1 -	2 - .....
CPF nº	CPF nº .....

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BA6AE31C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 440/2026/GAB/PREF DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

São Vicente – RN, 20 de outubro de 2026.

Concede diária(s) ao Senhor ANDRÉ LUIZ SALES SOARES DE MARIA, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **ANDRE LUIZ SALES SOARES DE MARIA**, Mat. **807**, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS,** deste Município, para custear despesas com alimentação, combustível entre outros, durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN, no dia 20 de outubro de 2026, para tratar de assuntos relacionados ao Município de São Vicente/RN,** conforme Comprovante(s) em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7694FCEA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20260019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: Município de São Vicente/RN, inscrito no CNPJ nº 08.308.470/0001-29.

CONTRATADA: J G VAREJINHO COMÉRCIO LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 16.606.276/0001-58.

OBJETO: Acréscimo quantitativo de itens destinados à aquisição de produtos de bomboniere em geral e artigos de festas, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 8.424,25 (oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), correspondente a aproximadamente 24,36% do valor inicial do contrato.

VALOR GLOBAL ATUALIZADO: R$ 43.008,80 (quarenta e três mil e oito reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projetos/Atividades: 12.368.0027.2018 – Manutenção da Cota do Salário Educação; 12.368.0027.2015 – Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo; e 12.361.0025.2077 – Fomento em redes e sistemas de ensino, para educação integral – educação fundamental. Elemento de despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo. Subelemento: 33.90.30.99 – Outros materiais de consumo. Fontes: 1500100100, 1550000000 e 1546000000.

DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026.

PRODUÇÃO DE EFEITOS: A partir da assinatura eletrônica, permanecendo ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo aditivo.

SIGNATÁRIOS: Jane Maria Soares de Medeiros – Prefeita Municipal, pelo contratante; e Jarbas Fagundes de Araujo, pela contratada.

FISCAL DO CONTRATO: SARAH SALES MATOS

São Vicente/RN, 20 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E35DFC47

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA APLICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS ORIUNDOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;

A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA APLICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS

ORIUNDOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB).

Especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE
1	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA APOIO TÉCNICO NA EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB), COM VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES.	MÊS	12

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **dispensa.georginoavelino@gmail.com**, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até as 14h do dia 23/10/2026.

Senador Georgino Avelino, 20 de outubro de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:C21F16F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E REAJUSTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N 120/2025 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 1861/2025.

Primeiro termo de aditivo e reajuste ao Contrato de execução de serviços entre a O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** , inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, doravante denominada LOCATÁRIO, e do outro lado **ANTONIO VICENTE NUNES**, inscrito no CPF sob o n° 149.XXX.XXX-63, plenamente qualificado nos autos, adiante denominada simplesmente LOCADOR firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo na Dispensa de Licitação nº 1861/2025, em obediência à Lei nº 14.133/2021.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo e reajuste ao contrato para a locação do imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, assegurando espaço físico adequado, acessível e estruturado para a realização de reuniões, deliberações, guarda documental e desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas pertinentes ao controle social em saúde.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter prazo prorrogado por mais **12 (doze) meses**.

Fica reajustado o contrato em **R$ 465,03** (quatrocentos e sessenta e cinco reais e três centavos), sendo aplicado o índice IGP-M em 3,34% ao valor mensal do contrato.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:C6027038

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 070/2026

PORTARIA Nº 070, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA, o Sr.(a) TULIO VINICIUS SOARES LOPES no cargo de COORDENADOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista lei municipal nº 993, de 03 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR**,** o(a) senhor(a) TULIO VINICIUS SOARES LOPES no cargo de COORDENADOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, constante da Estrutura Administrativa do Município.
Art. 2º - Essa portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de outubro de 2026, revogando-se a disposição em contrário.

Serra do Mel/RN, 02 de outubro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:FA1629C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1452

Processo Administrativo nº Dispensa 1452/2026

Dispensa nº 1452/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à realização de Tomografia Computadorizada com Avaliação do Escore de cálcio Coronariano, em caráter de urgência, para a paciente Aurenice dos Santos Bezerra, 54 anos de idade, nascida em 20 de março de 1972.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1452/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **INSTITUTO WILSON ROSADO, inscrita no CNPJ 07.303.701/0001-49 no valor de R$720,00 (setecentos e vinte reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 20 de outubro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:61BDADF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
INCORREÇÃO 1443

TERMO DE RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1443/2026
Processo Administrativo nº 1443/2026

Dispensa de Licitação nº 1443/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO MEL,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

RETIFICARa publicação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO,**Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 20/10/2026. Edição 3901, sob o código identificador nº93DDB3FD.
A retificação faz-se necessária devido a um erro de digitação.

Onde se lê:

BEM VIVER SAUDE INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ 58.841.717/0001-46.

Passa-se a ler:
CLINICA DE BEM ESTAR LTDA, inscrita no CNPJ 22.143.099/0001-13.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Serra do Mel/RN, 22 de outubro de 2026.

ANACÉLIA FREITAS DO NASCIMENTO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:D30FDD2A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **IMUNIZADORA JARDIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **38.146.499/0001-12**, que apresentou a proposta de menor valor no montante global de R$ 63.000,00 (**sessenta e três mil reais**).

DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, SUCÇÃO A VÁCUO, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, GALERIAS, TUBULAÇÕES, CAIXAS COLETORAS, CAIXAS DE INSPEÇÃO, FOSSAS E DEMAIS ESTRUTURAS DE SANEAMENTO E DRENAGEM DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, INCLUINDO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS REMOVIDOS, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO ESPECIALIZADO COM SISTEMA COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO E SUCÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES** e, na oportunidade, que se dê publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Serra Negra do Norte-RN, 20 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:AB2ED57B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2026 DISPENSA 027/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

CONTRATADO: IMUNIZADORA JARDIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.146.499/0001-12.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, SUCÇÃO A VÁCUO, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, GALERIAS, TUBULAÇÕES, CAIXAS COLETORAS, CAIXAS DE INSPEÇÃO, FOSSAS E DEMAIS ESTRUTURAS DE SANEAMENTO E DRENAGEM DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, INCLUINDO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS REMOVIDOS, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CAMINHÃO ESPECIALIZADO COM SISTEMA COMBINADO DE HIDROJATEAMENTO E SUCÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

VALOR GLOBAL: R$ 63.000,00 (**sessenta e três mil reais**)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.011 – FUNDO MUN. SANEAMENTO, REC. HIDRICOS E ABASTECIMENTO
AÇÃO: 2217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: A contratação terá vigência de 12 (**doze**) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso caracterizada a natureza continuada dos serviços e mantida a vantajosidade.

Serra Negra do Norte-RN, em 20 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

IMUNIZADORA JARDIM LTDA
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:8BAC62A0

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 364/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 16/10/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente L.A.S. que se encontrava de alta médica no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel em Natal-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 20 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:E2D72BD3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 365/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 17/10/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente E.S.S. que se encontrava de alta no Hospital Paulo Gurgel em Natal-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 20 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:B0F3482A

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 792, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o Ponto Facultativo referente ao Dia do Servidor Público nos órgãos e repartições da administração pública municipal de Serra Negra do Norte – RN, do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira)

Parágrafo único. Excetuam-se da suspensão prevista no *caput* as atividades que são consideradas essenciais à população, que atenderão em regime de plantão.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 20 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:68AB1406

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 327-2026

PORTARIA Nº 327/2026

O(A) SECRETARIO(A) ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 06(seis) diária(s) a(o) MOTORISTAPADRÃO B- NÍVEL IV do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), FRANCISCO FERNANDES DE QUEIROZ, com **Matrícula:** 681998, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 31/08/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:F24319ED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 328-2026

PORTARIA Nº 328/2026

O(A) PREFEITO(A) ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), UELISON GALDINO DA SILVA, portador de **CPF:**081.065.164-58, **Matrícula:**2012010181 para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 09/09/2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:44937C58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 329-2026

PORTARIA Nº 329/2026.

O(A) Secretário(a) ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr(a), AMOEZIO SABINO DA COSTA, **CPF: 256.177.868-14** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 09/09/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF:970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:088F6632

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 330-2026

PORTARIA Nº 330/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), JOSÉ GABRIEL DOS SANTOS SOUZA, **CPF:062.957.834-65** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 09/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:ED060509

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 331-2026

PORTARIA Nº 331/2026.

O(A) LAUDENIR MARCELINO M. SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 06(seis) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SEC. MUNIC. DE OBRAS E MEIO AMBIENTE E URBANISMO deste município, Sr(a), JENI GALDINO DOS SANTOS, com **Matrícula:**1802001, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 08/09/2026.

LAUDENIR MARCELINO M. SANTOS
Secretario de Obras e Meio Ambiente
CPF: 174.882.748-06

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:861E9635

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 332-2026

PORTARIA Nº 332/2026

O(A) SECRETÁRIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SUBCOORDENADOR DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr(a), EMANUEL LUCAS FERNANDES DOS SANTOS, **Matrícula:**2012010437, para cobrir

despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/09/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:83599DBC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 333-2026

PORTARIA Nº 333/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 04(quatro) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), FRANCISCO FERNANDES DE QUEIROZ NETO, **CPF:496.997.414-49** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Umarizal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 15/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:C606CF2C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 334-2026

PORTARIA Nº 334/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), FRANCISCO FERNANDES DE QUEIROZ NETO, **CPF:496.997.414-49** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Felipe Guerra/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 15/09/2026.

MARIA DE FATIMA F PEREIRA
Sec de Educação

ROSANIA MARIA T FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:9C3ACD7E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 335-2026

PORTARIA Nº 335/2026.

MARIA DE FATIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 10(dez) diária(s) a(o) MOTORISTA PADRÃO B- NÍVEL III do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), FRANCISCO CLAUDIO DA SILVA, com **Matrícula:**181200, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação
CPF:307.57.734-49

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:73F247F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 336-2026

PORTARIA Nº 336/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), THIAGO BALBINO DA SILVA, **CPF:102.921.834-02** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:0C2CEA85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 337-2026

PORTARIA Nº 337/2026

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) TÉCNICO(A) do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), MARIA PERPÉTUA LEMOS CARDOSO, com **Matrícula:**1842001, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 17/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação
CPF: 307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.044-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B02DEFD6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 338-2026

PORTARIA Nº 338/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) PROFESSOR DA ESCOLA MUN. LEÍS GOMES DE OLIVEIRA, do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), JOSÉ ANACLETO DA SILVA FILHO, **Matrícula:**1872002, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 19/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:673DE196

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 339-2026

PORTARIA Nº 339/2026

DIANA MARIA DE QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DAS VISITAS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO do(a) SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL deste município, Sr(a), **Erica de Oliveira Lima**, **CPF:043.413.221-76**, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Recife/PE.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos,22/09/2026.

DIANA MARIA DE QUEIROZ
Secretária de Assist. Social
CPF: 050.925.424-11

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF:970.522644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:338C80CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 340-2026

PORTARIA Nº 340/2026

O(A) ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SECRETÁRIO DE TURISMO do(a) SECRETARIA DE TURISMO deste município, Sr(a), ROMERITO GOMES DE OLIVEIRA, com **Matrícula:**2012010140, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 22/09/2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B580E43C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 341-2026

PORTARIA Nº 341/2026.

RONALDO LUCIANO DE QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.
R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) o(a) COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS do(a) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO deste município, Sr.(a), AGLAYRTON TIMMONS FREIRE DE SOUZA, **MATRÍCULA:**2012010252 para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para NATAL/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 22/09/2026.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:6F64AB0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 342-2026

PORTARIA Nº 342/2026

O(A) ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO do(a) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO deste município, Sr(a), RONALDO LUCIANO DE QUEIROZ, com **Matrícula:**2392012, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 22/09/2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B26B0A11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 343-2026

PORTARIA Nº 343/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), FRANCISCO FERNANDES DE QUEIROZ NETO, **CPF:496.997.414-49** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Umarizal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 23/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:C5083C26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 344-2026

PORTARIA Nº344/2026.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 23/09/2026.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:81E76BA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 346-2029

PORTARIA Nº 346/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) PROFESSOR DA ESCOLA MUN. LEÍS GOMES DE OLIVEIRA, do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), JOSÉ ANACLETO DA SILVA FILHO, **Matrícula:**1872002, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 23/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:58C704C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 347-2026

PORTARIA Nº 347/2026

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) o(a) ASSISTENTE SOCIAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a) TALITA MICHELI DE QUEIROZ, **CPF:**076.541.444-90, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 23/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:2E4065B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 348-2026

PORTARIA Nº 348/2026

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) o(a) NUTRICIONISTA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, do(a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a) CASSIA DE QUEIROZ SABINO, **CPF:**082.852.664-86, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos,23/09/2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Secretária de Educação

ROSANIA MARIA TEXIERA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:FC804D51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 349-2026

PORTARIA Nº 349/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:CBA7001F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 350-2026

PORTARIA Nº 350/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:
Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Umarizal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:D929AF2C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 351-2026

PORTARIA Nº 351/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.
R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Currais Novos/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:801F3E53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 352-2026

PORTARIA Nº 352/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Apodi/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:A2B018A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 353-2026

PORTARIA Nº 353/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 05(cinco) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Alexandria/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:41517354

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 354-2026

PORTARIA Nº 354/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), ELIAS ALVES DA COSTA NETO, portador de **CPF:** 761.567.024-15, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Catolé do Rocha/PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:4502D086

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 355-2026

PORTARIA Nº 355/2026.

O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), EDINEI EVILÁ DOS ANTOS, **CPF: 970.435.164-04,** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 28/09/2026

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:4132B48F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 356-2026

PORTARIA Nº 356/2026

DIANA MARIA DE QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DAS VISITAS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO do(a) SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL deste município, Sr(a), **Erica de Oliveira Lima**, **CPF:043.413.221-76**, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 01/10/2026.

DIANA MARIA DE QUEIROZ
Secretária de Assist. Social
CPF: 050.925.424-11

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF:970.522644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:25CE79A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 357-2026

PORTARIA Nº 357/2026.

O(A) Secretário(a) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA PADRÃO B- NÍVEL III do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE deste município, Sr.(a), JESSI GOMES DE OLIVEIRA, com **Matrícula:**701998, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN a serviço desta repartição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 30/09/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:003CB09E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 358-2026

PORTARIA Nº 358/2026.

O(A) Secretário(a) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015

R E S O L V E:

Conceder 08(oito) diária(s) a(o) MOTORISTA PADRÃO B- NÍVEL III do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE deste município, Sr.(a), JESSI GOMES DE OLIVEIRA, com **Matrícula:**701998, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN a serviço desta repartição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 30/09/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:3FF9D787

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00106/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00106/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00106/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e

suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito da oferta de cuidados integrados (OCI) em oftalmologia, compreendendo a realização de consultas, exames, procedimentos diagnósticos e cirúrgicos, incluindo cirurgia de catarata e demais procedimentos oftalmológicos previstos, destinados ao atendimento dos usuários do sistema único de saúde – sus do município de serrinha dos pintos/rn, em conformidade com as diretrizes e disposições estabelecidas na portaria SAES/MS nº 1.826, de 11 de junho de 2024., pelo valor de R$ 60.515,00 (Sessenta mil quinhentos e quinze reais), em favor de COELHO E AUGUSTO CLINICA MEDICA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.25.007.392/0001-41 .
Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 20/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 00106/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0910000106/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00106/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: COELHO E AUGUSTO CLINICA MEDICA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.25.007.392/0001-41
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito da oferta de cuidados integrados (OCI) em oftalmologia, compreendendo a realização de consultas, exames, procedimentos diagnósticos e cirúrgicos, incluindo cirurgia de catarata e demais procedimentos oftalmológicos previstos, destinados ao atendimento dos usuários do sistema único de saúde – sus do município de serrinha dos pintos/rn, em conformidade com as diretrizes e disposições estabelecidas na portaria SAES/MS nº 1.826, de 11 de junho de 2024..
VALOR TOTAL: 60.515,00 (Sessenta mil quinhentos e quinze reais)
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Serrinha dos Pintos/RN, 20/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:0B850EE2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00107/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00107/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00107/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recepcionistas e equipe de apoio, destinados ao atendimento, organização e suporte operacional durante eventos e festividades promovidos pelo Município de Serrinha dos Pintos/RN, pelo valor de R$ 24.480,00 (VINTE E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA REAIS), em favor de VICENTE SABINO ELIZEU, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.40.934.991/0001-02 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 20/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 00107/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1410000107/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00107/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: VICENTE SABINO ELIZEU, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.40.934.991/0001-02
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recepcionistas e equipe de apoio, destinados ao atendimento, organização e suporte operacional durante eventos e festividades promovidos pelo Município de Serrinha dos Pintos/RN.
VALOR TOTAL: 24.480,00 (VINTE E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Serrinha dos Pintos/RN, 20/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B1C6D1CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 345-2026

PORTARIA Nº 345/2026.

O(A) RONALDO LUCIANO DE QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) PREFEITA MUNICIPAL do(a) GABINETE DA PREFEITA deste município, Sr.(a), ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, com **Matrícula:**2012010241 para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 22/09/2026.

RONALDO LUCIANO DE QUEIROZ
Secretario de Admin. e Planejamento
CPF: 051.513.904-14

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B1C382F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 062/2026

DECRETO Nº 062 de 20 de outubro 2026

Transfere o Feriado do dia 28 de outubro – Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SEVERIANO MELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições

legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:
Art. 1º Fica transferido o Feriado do dia 28 de outubro – Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro de 2026.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Severiano Melo/RN, 20 de outubro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:F811173F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
PORTARIA Nº 07/2026 - SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 07/2026 - SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de Sítio Novo/RN - CEMA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA DE SÍTIO NOVO/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN – Sítio Novo Alfabetiza, instituída pelo Decreto Municipal nº 017/2026-GC/PMSN;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 04/2026 – SEMEC, que regulamenta o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de Sítio Novo/RN – CEMA:

I – **FRANCISCO XAVIER MAFRA** – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;
II – **DEISIANA BARROS RAIMUNDO DA SILVA SANTOS** – Representante da Articulação Municipal da RENALFA/CNCA;
III – **ERICA MARIA FELINTO DA ROCHA** – Representante da Educação Infantil;
IV – **DALVANI GOMES DA CRUZ** – Representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V – **JÚLIO CEZAR BATISTA** – Representante da equipe técnica e pedagógica da SEMEC;
VI – **ROSIGMA TEXEIRA DE AZEVEDO GONÇALO SILVA** – Representante dos gestores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal;
VII – **MARIA GILDERLANI DA SILVA** – Representante dos professores alfabetizadores;
VIII – **LAISA ALINE DANTAS** – Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º O Comitê exercerá suas atribuições conforme as competências e disposições estabelecidas na Portaria nº 04/2026 – SEMEC, sob a presidência do Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura ou de representante por ele designado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sítio Novo/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

Publicado por:
Saul Sanchez Medeiros Santos
Código Identificador:B427F2EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
PORTARIA Nº 08/2026 - SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 08/2026 - SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Reconhecimento Institucional de Boas Práticas de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens da Rede Municipal de Ensino de Sítio Novo/RN, com critérios de avaliação e premiação simbólica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA DE SÍTIO NOVO/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN – Sítio Novo Alfabetiza, instituída pelo Decreto Municipal nº 017/2026-GC/PMSN;

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;

CONSIDERANDO as disposições das Portarias nº 04/2026 – SEMEC, nº 05/2026 – SEMEC/SN e nº 06/2026 – SEMEC/SN, no âmbito de suas respectivas competências;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Reconhecimento Institucional de Boas Práticas – Sítio Novo Alfabetiza, destinado a identificar, valorizar e divulgar experiências pedagógicas e de gestão que contribuam para a alfabetização até o final do 2º ano e para a recomposição das aprendizagens do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º Poderão participar unidades escolares da Rede Municipal que ofertem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, gestores, coordenadores pedagógicos, professores e equipes escolares, mediante apresentação de experiências individuais ou coletivas.

Art. 3º A avaliação observará as seguintes dimensões: I – gestão e planejamento; II – práticas pedagógicas; III – avaliação e monitoramento; IV – recomposição das aprendizagens; V – equidade e inclusão; VI – participação e colaboração; VII – resultados e evidências; VIII – continuidade e disseminação.
§ 1º Cada dimensão receberá de 0 a 4 pontos, totalizando até 32 pontos. Poderão ser reconhecidas as experiências que alcançarem, no mínimo, 24 pontos e apresentarem evidências consistentes de execução.
§ 2º A análise considerará o contexto escolar e os avanços observados, sendo vedado o reconhecimento exclusivamente por resultados brutos de desempenho. Práticas apenas planejadas não serão apresentadas como executadas.

Art. 4º Serão considerados, conforme a natureza da experiência e a disponibilidade de dados, indicadores de aprendizagem, avaliação, acompanhamento pedagógico, participação em formações, uso de materiais, equidade e envolvimento da comunidade escolar.

Art. 5º As experiências serão apresentadas por relato ou dossiê contendo identificação dos responsáveis, diagnóstico, objetivos, público atendido, período, ações desenvolvidas, resultados e respectivas evidências, observada a proteção dos dados e da imagem dos estudantes.

Art. 6º A análise será realizada por comissão técnica designada em ato próprio da SEMEC, responsável por verificar as evidências, registrar a pontuação fundamentada e elaborar relatório técnico, sem prejuízo das atribuições de acompanhamento estratégico do CEMA.
Parágrafo único. Os membros da comissão deverão declarar impedimento na avaliação de experiências em que tenham interesse direto.

Art. 7º Fica estabelecida premiação institucional de caráter simbólico, mediante certificados e menções honrosas às experiências reconhecidas, sem concessão de vantagem financeira ou funcional.
Parágrafo único. Eventual premiação financeira dependerá de regulamentação específica, autorização legal e disponibilidade orçamentária.

Art. 8º O ciclo de 2026 observará o cronograma e as orientações do Relatório Técnico de Planejamento constante do Anexo Único. A comissão registrará as atividades efetivamente realizadas e elaborará relatório final com os resultados e as evidências correspondentes.

Art. 9º As boas práticas reconhecidas poderão ser divulgadas e compartilhadas para fins formativos, observadas as disposições do Plano de Comunicação da Política Municipal e as normas de proteção de dados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sítio Novo/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

ANEXO ÚNICO
RELATÓRIO TÉCNICO DE PLANEJAMENTO
Reconhecimento Institucional de Boas Práticas – Sítio Novo Alfabetiza | Ciclo 2026

1. Finalidade e público.
Identificar, avaliar, reconhecer e compartilhar boas práticas de escolas, gestores, coordenadores pedagógicos, professores e equipes escolares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização e na recomposição das aprendizagens.
2. Critérios e indicadores.
Serão avaliadas as oito dimensões definidas no art. 3º da Portaria, considerando planejamento, intervenções pedagógicas, participação, inclusão, evolução das aprendizagens e evidências. Cada dimensão terá pontuação de 0 (sem evidência) a 4 (prática consolidada e documentada), com limite de 32 pontos e mínimo de 24 pontos para reconhecimento. A comissão considerará indicadores disponíveis e o contexto de cada escola, sem classificação baseada apenas em notas.
3. Evidências previstas.
Relatos de experiência, planejamentos, sequências didáticas, avaliações diagnósticas e formativas, registros de acompanhamento, produções anonimizadas, portfólios, atas, registros de formação e fotografias autorizadas. Serão diferenciadas ações realizadas, em andamento e apenas planejadas.
4. Cronograma previsto para o ciclo 2026

Período	Etapa	Evidência prevista
Até 23/10/2026	Formalização e designação da comissão	Portaria, ato de designação e instrumentos
26 a 30/10/2026	Mobilização e orientação das escolas	Comunicados, pautas e registros
03 a 13/11/2026	Apresentação das experiências	Dossiês ou relatos protocolados
16 a 27/11/2026	Análise técnica e validação	Fichas de avaliação e ata
30/11 a 04/12/2026	Divulgação e premiação simbólica	Resultado oficial e certificados
Até o fim do ano letivo	Socialização e relatório final	Registros e recomendações para 2027

Os períodos poderão ser ajustados pela SEMEC ao calendário escolar, sem prejuízo da realização das etapas até o encerramento do ano letivo.

5. Acompanhamento e comprovação.
A comissão técnica registrará o recebimento e a análise das experiências, documentará o reconhecimento e produzirá relatório final com participantes, critérios aplicados, resultados observados, limitações e recomendações. A existência deste planejamento não comprova, por si só, a execução das ações, que deverá ser demonstrada por registros específicos.
6. Articulação institucional.
O processo será coordenado pela SEMEC, articulado às responsabilidades pedagógicas da Política Municipal Sítio Novo Alfabetiza e acompanhado estrategicamente pelo CEMA, conforme as portarias municipais vigentes.

Sítio Novo/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

Publicado por:
Saul Sanchez Medeiros Santos
Código Identificador:04ABA2C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
PORTARIA Nº 09/2026 – SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 09/2026 – SEMEC/SN, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a certificação e o reconhecimento institucional de profissionais da educação por participação e conclusão de formações continuadas vinculadas à Política Municipal Sítio Novo Alfabetiza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA DE SÍTIO NOVO/RN, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN – Sítio Novo Alfabetiza, instituída pelo Decreto Municipal nº 017/2026-GC/PMSN;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, do Pró-Alfa RN e da Portaria nº 06/2026 – SEMEC/SN;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura – SEMEC, o procedimento de certificação e reconhecimento institucional de profissionais da educação pela participação e conclusão de formações continuadas voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, em consonância com a Política Municipal Sítio Novo Alfabetiza.
Parágrafo único. Serão contempladas formações promovidas pela SEMEC ou realizadas em regime de colaboração com o Estado e o CNCA, mediante comprovação da participação e conclusão.
Art. 2º A iniciativa abrangerá gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articuladores, formadores e integrantes das equipes técnicas da SEMEC, quando vinculados às ações formativas da Política Municipal.
Art. 3º A certificação dependerá do cumprimento da carga horária, da participação e da realização das atividades exigidas em cada formação, conforme seus critérios próprios de conclusão.
Parágrafo único. Poderão ser consideradas atividades presenciais, remotas ou assíncronas, desde que previstas e registradas; certificados de instituições parceiras serão reconhecidos mediante documento emitido pela instituição responsável.
Art. 4º Os certificados emitidos pela SEMEC deverão informar, no mínimo, nome do participante, formação concluída, carga horária, período de realização, data de emissão e instituição responsável.

Parágrafo único. O reconhecimento institucional poderá ocorrer por registro oficial, divulgação de ações formativas, certificados de reconhecimento ou menções honrosas, sem gerar vantagem financeira ou funcional e observadas as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 5º Compete à SEMEC, por meio dos responsáveis pelas ações de formação, planejar e acompanhar os percursos formativos, verificar os requisitos de conclusão, organizar os registros e emitir ou providenciar os certificados correspondentes, observadas as atribuições da estrutura administrativa e pedagógica vigente.
Art. 6º Para comprovação, serão mantidos planos e cronogramas, listas de frequência, registros de participação e conclusão, relação dos profissionais certificados, cópias ou registros dos certificados emitidos e relatório técnico das ações realizadas.
Art. 7º No exercício de 2026, as ações seguirão os calendários das respectivas formações, com consolidação dos registros até o encerramento do ano letivo, conforme o Anexo Único.
Parágrafo único. As ações apenas planejadas deverão ser identificadas como tal, não se confundindo com formações concluídas ou certificados efetivamente emitidos. **Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sítio Novo/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

ANEXO ÚNICO
REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DA CERTIFICAÇÃO – 2026
1. Registro dos profissionais certificados
A SEMEC organizará relação nominal a partir das comprovações efetivamente recebidas, com as seguintes informações:
Nome completo Função Formação concluída Carga horária Emissão do certificado
2. Etapas de acompanhamento

Etapa	Período	Comprovação
Planejamento e divulgação	Conforme o cronograma de cada formação	Plano e comunicação institucional
Participação e conclusão	Durante a execução dos percursos formativos	Frequências, atividades e registros de conclusão
Certificação e reconhecimento	Após a conclusão e validação	Relação nominal, certificados e registros institucionais
Relatório de acompanhamento	Até o encerramento do ano letivo de 2026	Relatório técnico com resultados comprovados

O registro de planejamento não constitui, isoladamente, comprovação de certificação ou reconhecimento efetivamente realizado.

Sítio Novo/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

Publicado por:
Saul Sanchez Medeiros Santos
Código Identificador:42E21BB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 238/2026-GGP/PMSN DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 238/2026-GPP/PMSN DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 - REPUBLICAR POR INCORREÇÃO.

Dispõe sobre nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Sítio Novo/RN, para o Biênio 2026/2028, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando as indicações de conselheiros (titulares e suplentes) realizadas pelas representações governamentais (SMS, SEMTHAS, SMTF e SEMEC) deste município,

Considerando a Assembleia de Eleição do para escolha dos representantes da Sociedade Civil realizada em 24 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA / Sítio Novo – RN, para o biênio 2026/2028, na composição, representantes do Segmento Governamentais e Segmento Não – governamentais.

REPRESENTANTES DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL:
1-Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades – SEMTHAS
Lenalda Mafra da Costa Rocha, CPF: 073.011.844-41 (conselheiro titular)
Leiane Gomes da Silva, CPF: 110.587.664-06 (Conselheira suplente)

2-Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC
Maria Clarice Portela da Silva, CPF: 017.490.204-24 (Conselheira titular)
Julio Cesar Batista, CPF: 016.794.724-96 (Conselheira suplente)
3-Secretaria Municipal de Saúde-SMS
Jady Ladíere Bezerra da Silva CPF: 072.324.394-82 (Conselheira titular)
Rozivania Teixeira de Araújo, CPF: 028.376.914-96 (Conselheira suplente)

4- Secretaria Municipal de Finanças e Tributação
Edeilson Ayron Silva de Freitas, CPF: 018.040.664-78 (Conselheiro titular)
Erivan Porfirio Fernandes, CPF: 702.189.434-15 (suplente)

REPRESENTANTES DO SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL
5- Representantes dos segmentos populares (Sindicatos, Institutos e Associações) – Associação Comunitária das Mulheres do Carrasco - RN
Magaly de Carvalho Porfírio Silva, CPF: 017.490.204-24 (Conselheira titular)
Vilma Sabina da Rocha, CPF: 067.729.724-65 (Conselheira suplente)

6- Representantes dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS / Sítio Novo – RN.
Hellany Rayane Gomes Azevedo, CPF: 114.017.634-05 (Conselheira titular)
Deisiclly Rodrigues de Carvalho, CPF: 086.441.614-82 (Conselheira suplente)

7. Representantes dos segmentos populares (Sindicatos, Institutos e Associações) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sítio Novo - RN.
Rosa Maria Mafra, CPF: 020.991.684-23 (Conselheira titular)
Maria Vanderleia da Silva, CPF: 039.258.474-30 (Conselheira suplente)

8. Representantes dos Segmentos Populares (Sindicatos, Institutos e Associações) – Instituto Flora - Sítio Novo – RN
Vanessa Cassia de Souza, CPF: 076.976.774-58 (Conselheira titular)
Gabriela Ludmyla Rocha de Almeida, CPF: 130.848.514-09 (Conselheiro suplente)

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sítio Novo-RN, em 19 de outubro de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:FADEBA28

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2021

EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2021
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: IGOR BARBOSA BRANDÃO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.330.896/0001-72.
OBJETO: Prorrogar até o dia 27.09.2027 o prazo para Locação de veículos com e sem motorista, para atendimento de diversas Secretarias Municipais — veículo destinado ao transporte sanitário de pacientes do Município de Taipu/RN para a Capital do Estado, para fins de consultas, exames complementares, atendimentos especializados, tratamentos e demais procedimentos de saúde conforme Contrato celebrado em 27/09/2021, oriundo da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 27.09.2021, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 25/09/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:FC87BFAC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2021

EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2021
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: PELICANO COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.089.757/0001-80.
OBJETO: Prorrogar até o dia 27.09.2027 o prazo para Locação de veículos com e sem motorista, para atendimento de diversas Secretarias Municipais — veículo destinado ao transporte de profissionais da ESF (Equipe II), conforme Contrato celebrado em 27/09/2021, oriundo da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021.
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 27.09.2021, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 25/09/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:EA38B801

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2021

EXTRATO DE CONTRATO – 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2021
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: TAC TRANSPORTE E ALUGUEL DE CARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.097.587/0001-78.
OBJETO: Prorrogar até o dia 27.09.2027 o prazo para Locação de veículos com e sem motorista, para atendimento de diversas Secretarias Municipais — serviços de transporte rodoviário de pacientes em tratamento hemodialítico e de crianças com microcefalia, com deslocamento e retorno entre o Município de Taipu/RN e a capital do Estado, Natal/RN, para atendimento em unidades de saúde de referência, em veículo adequado às necessidades dos usuários, inclusive com acompanhante quando necessário, conforme demanda e programação da Secretaria Municipal de Saúde conforme Contrato celebrado em 27/09/2021, oriundo da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 27.09.2021, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 25/09/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:A1498881

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
Ariosvaldo Bandeira Junior, Prefeito do Município Taipu/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do respectivo Processo Administrativo, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: P**restação de serviços de publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União (DOU), Seções 1, 2 e 3, de interesse da Prefeitura Municipal de Taipu/RN**. Contratado:Imprensa Nacional, CNPJ nº 04.196.645/0001-00. Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais), Base Legal: Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Taipu/RN, 20 de outubro de 2026. Assinatura: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:75A86075

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 091, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Regulamenta a lei federal nº 14.129/2021, de 29 de março de 2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal de Tangará/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN, no uso de suas atribuições legais e no que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º- Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal o Programa de Governança Digital.

Art. 2º- O Programa de Governança Digital terá as seguintes diretrizes:
I - a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;
II - ampliação da oferta de serviços digitais;
III - aproximação entre o Poder Executivo Municipal e o cidadão;
IV - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;
V - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão;

Art. 3º- A Controladoria Municipal, em parceria com a Secretaria de Administração e o Gabinete Executivo, em conjunto com as demais entidades da Administração Direta, coordenará o estudo para a ampliação dos serviços digitais públicos.

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 4º- O Poder Executivo Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:
I - criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;
II - pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

Art. 5º- As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos públicos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:
I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;
II - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.
§1º. As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.
§2º. As funcionalidades deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 6º- O Poder Executivo Municipal deverá no âmbito de suas atribuições, quanto a oferta de serviços digitais:
I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente as referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;
II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
III - integrar os serviços às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;
IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;
V - aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital;

Art. 7º- O Poder Executivo Municipal buscará oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 8º- As Plataformas de Governo Digital deverá atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 9º- São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos
I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
II - atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;
III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas;

DA INTEROPERABILIDADE DE DADOS ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS

Art. 10– O Poder Executivo Municipal e os gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:
I - a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade.
III - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

DO USO DE DADOS

Art. 11– O Poder Executivo Municipal promoverá o uso de dados para a construção e o acompanhamento das políticas públicas, respeitada a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

DOS SERVIÇOS DIGITAIS PÚBLICOS DISPONÍVEIS

Art. 12- Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, são os seguintes:
I - Carta de Serviços ao Usuário;
II – Portal da Transparência;
III - e-Sic : Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;
IV - Diário Oficial do Poder Executivo Municipal;
V - Programa de Dados Abertos;
VI - Disponibilização de Emissão de Certidões;
VII - Legislação municipal;
VIII - Sistema Contábil;
IX - Serviços Online de FAQ;
X - Sistema de Ouvidoria;
XI - Transparência Fiscal;
XII - Publicação de Licitações;
XIII - Siafic;
XIV - Nota Fiscal Eletrônica;
XV - Portal do Contribuinte;
XVI - Portal do Servidor;

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13- O acesso para o uso de serviços públicos poderá ser garantidos total ou parcialmente pelo Poder Executivo Municipal, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços.

Art. 14- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 20 de outubro de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal de Tangará/RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:8FE0AB36

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 078/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a substituição de membro e atualiza a composição da Junta Médica do Município de Tangará/RN, instituída pela Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024, que nomeou os profissionais integrantes da Junta Médica do Município de Tangará/RN e disciplinou os procedimentos relativos à concessão de benefício por incapacidade aos servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de manter regularmente constituída a Junta Médica Municipal, responsável pela realização de perícias médicas, avaliações de incapacidade, emissão de laudos e pareceres técnicos e demais atribuições previstas na regulamentação municipal;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição de membro da Junta Médica, de modo a assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços médico-periciais prestados aos servidores públicos municipais;
RESOLVE:

Art. 1º Fica designada **ANA CECÍLIA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO**, CRM/RN nº 14.622, para integrar a Junta Médica do Município de Tangará/RN, em substituição a **JOSERLANDIA MEYRE DOA SANTOS SILVA**, CRM/RN nº 8.733, anteriormente designada pela Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024.
Art. 2º Em decorrência da substituição prevista no artigo anterior, a **Junta Médica do Município de Tangará/RN** passa a ter a seguinte composição:
I – **ANA CECÍLIA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO** – CRM/RN nº 14.622;
II – **FRANCISCO JOSERLANIO DE OLIVEIRA JÚNIOR**– CRM/RN nº 11.537;
III – **DAVID DE SOUSA BEZERRA DE MENEZES** – CRM/RN nº 11.051.
Art. 3º Os membros da Junta Médica exercerão as atribuições estabelecidas na Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024, especialmente aquelas relacionadas à realização de perícias médicas, avaliação da capacidade laborativa dos servidores, emissão de laudos e pareceres técnicos, avaliação e revisão das condições de saúde dos servidores afastados e fornecimento de subsídios técnicos à Administração Municipal.
Art. 4º A substituição de que trata esta Portaria não implica alteração das competências, atribuições, procedimentos e demais disposições estabelecidas na Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024.
Art. 5º Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições da Portaria nº 177/2024, de 19 de novembro de 2024, naquilo que não conflitarem com a presente Portaria.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Tangará/RN, 20 de outubro de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal de Tangará/RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:7171A07D

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 079/2026/GP DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a alteração da composição da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 064/2025/GP, de 21 de maio de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais aplicáveis;
CONSIDERANDO a Portaria nº 064/2025/GP, de 21 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 22 de maio de 2025, Edição nº 3542, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possível abandono de cargo por servidores públicos municipais e designou os membros da respectiva Comissão Processante;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de substituição da Presidente da Comissão Processante, visando assegurar a continuidade dos trabalhos e a regular apuração dos fatos, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, devido processo legal, contraditório e ampla defesa;
RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 064/2025/GP, de 21 de maio de 2025, exclusivamente para substituir a servidora **NAYARA MEDEIROS SANTOS**, matrícula nº **0095338-1**, anteriormente designada Presidente, pela servidora **EMILY LORRAH BATISTA MOURA**, matrícula nº 0097039-1, que passa a exercer a Presidência da referida Comissão.
Art. 2º A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar passa a ser composta pelos seguintes integrantes:
I – **EMILY LORRAH BATISTA MOURA**, matrícula nº 0097039-1, Presidente;
II – **MARIA DO SOCORRO ALVES DE LIMA PONTES**, matrícula nº **0000500-1**, Membro;
III – **FRANCISCO CANINDÉ DE SOUZA JÚNIOR**, matrícula nº **0092177-3**, Membro.
Art. 3º A substituição ora determinada não altera o objeto do Processo Administrativo Disciplinar, permanecendo a Comissão responsável pela apuração dos fatos descritos na Portaria nº 064/2025/GP, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições da Portaria nº 064/2025/GP, de 21 de maio de 2025, que não conflitarem com a presente Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tangará/RN, em 20 de outubro de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal de Tangará/RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:E57800E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2026

Dispõe sobre a aprovação prévia do Termo de Aceite/Aprovação do cofinanciamento federal para a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do SUAS no Município de Tangará/RN, em caráter preventivo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ/RN - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 295 de 21 de março de 1997 e a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e considerando:
A Portaria MDS nº 1.172, de 20 de março de 2026, que regulamenta o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
As orientações normativas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) relativas ao cadastramento preventivo de órgãos gestores para pronto atendimento em eventuais situações de emergência ou calamidade pública;
A necessidade de assegurar a prorrogação ou habilitação prévia do Termo de Aceite do município de Tangará/RN junto ao Governo Federal, garantindo agilidade operacional e regularidade formal caso ocorra situação de emergência ou calamidade pública;
Que a presente deliberação possui caráter exclusivamente prévio e preventivo de estruturação e gestão do SUAS, não configurando, neste ato, a solicitação imediata ou repasse efetivo de recursos financeiros federais;
A deliberação do Plenário do CMAS em Reunião Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o Termo de Aceite / Aprovação do Cofinanciamento Federal para a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referente ao Município de Tangará/RN.
Art. 2º Esclarecer que a aprovação contida no Art. 1º possui caráter preventivo, visando manter a Secretaria Municipal de Assistência Social de Passagem/RN habilitada e alinhada às exigências do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
Art. 3º Ressaltar que a presente Resolução não implica pedido imediato nem transferência de recursos financeiros, ficando a solicitação de aporte pecuniário condicionada ao eventual decreto formal de emergência ou calamidade pública e ao preenchimento dos requisitos legais específicos exigidos pela legislação federal vigente.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 20 de outubro de 2026.

MARCELO JOSÉ TAVARES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Tangará/RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:5FAE6C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CNAS Nº 007/2026

Dispõe sobre a Aprovação do Projeto Executivo do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS) do Município de Tangará/RN para o exercício de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social, através de seu Presidente o Sr. Marcelo José Tavares, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o guia de orientações decorrente da Resolução CNAS/MDS nº 96, de 15 de fevereiro de 2023 que criou o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS);
Considerando, A apresentação do Projeto Executivo do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS) ocorrida em reunião do CMAS ocorrida no dia 22 de setembro de 2026;
Considerando a Resolução CNAS/MDS nº 246, de 23 de setembro de 2026, que altera a Resolução CNAS/MDS nº 130, de 27 de novembro de 2023;
Considerando a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Tangará/RN, em reunião extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por UNANIMIDADE, o Projeto Executivo do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS) do Município de Tangará/RN.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 20 de outubro de 2026.

MARCELO JOSÉ TAVARES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Tangará/RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:4E1204F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260042

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260042
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-0042
A PREFEITA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS/RN, no uso de suas atribuições legais, considerando a regular instrução do Processo Administrativo nº 720260042, RATIFICA E AUTORIZA a contratação direta, mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme as condições abaixo:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde (RSS), classificados nos Grupos A, B e E, gerados pelas unidades municipais de saúde de Tenente Ananias/RN.
CONTRATADA: TRASH COLETA E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.482.492/0001-52.
VALOR MENSAL: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).
VALOR GLOBAL: R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.
A contratação encontra-se devidamente instruída, observadas as exigências legais aplicáveis, ficando autorizada a formalização do respectivo contrato administrativo e a adoção das providências necessárias à sua publicação.
Tenente Ananias/RN, 20 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jose Verissimo de Oliveira Queiroz
Código Identificador:C2E0991A

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260039
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-0039
OBJETO: Aquisição de brinquedos lúdicos e pedagógicos.
A Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN torna público que a empresa DANIEL DIAS MILFONTE, inscrita no CNPJ nº 07.488.975/0001-50, adjudicatária do objeto referente à Dispensa de Licitação nº 7/2026-0039, apresentou formalmente pedido de desistência da contratação, alegando impossibilidade de realizar o fornecimento dos produtos em conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas pela Administração Pública.
Considerando que não houve formalização de contrato administrativo e diante da impossibilidade de prosseguimento da contratação nas condições inicialmente previstas, a Administração Municipal determinou o encerramento da tentativa de contratação, adotando as providências necessárias para avaliação e realização de novo procedimento, caso permaneça a necessidade administrativa, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021.

Tenente Ananias/RN, 20 de outubro de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:DF229B8D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0399/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0399/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***KELLE JACIANI DA SILVA FERNANDES*** ocupante do Cargo de ***COORDENADORA PEDAGÓGICA*** Lotado(a) na ***Secretaria Municipal de Educação*** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN.** Para **Participar De Formação Presencial Dos Formadores Municipais do PRÓLEEI (Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil),** no período: de **21/10/2026 à 21/10/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	400,00	400,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 20 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:00DDFC68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 011, DE 20 OUTUBRO DE 2026.

Altera o dia do ponto facultativo referente ao Dia do Servidor Público no ano de 2026 e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,no uso das atribuições legais que lhes são conferidas peloart. 69, inciso I, "m" da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º. Fica transferido o ponto facultativo do Dia do Servidor Público nos órgãos da Administração Pública Municipal direta, indireta, autárquica e fundacional para o dia 30 de outubro de 2026
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas asdisposições em contrário.

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:EDE7ECAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 099/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre exoneração no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, a senhora **MARIA ROSILEIDE ARAÚJO DE PAIVA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o número 009.***.*** - 82 do cargo de provimento em comissão de Coordenadora Escolar, lotada na Secretaria de Educação do Município de Tibau do Sul/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de outubro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:CF84FEAF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre nomeação no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, a senhora **MARIA ROSILEIDE ARAÚJO DE PAIVA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o número 009.***.***-82 do cargo de provimento em comissão de Diretora Escolar, lotada na Secretaria de Educação do Município de Tibau do Sul/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de outubro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:A9E931BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre concessão de licença prêmio a servidor do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Prêmio, noperíodo 18/09/2026 a 16/12/2026, referente ao período 2016 a 2020 ao Sr. **IAN PATRICK CAMELO DO VALE** inscrito no CPF/MF sob o nº 087.***.***-27, servidor efetivo no cargo de Auxiliar de Secretaria,lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de outubro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:9646C6DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2026 – GP/GMTS

Dispõe sobre nomeação no Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 874 de 05 de dezembro de 2024, o senhor **Valdecio Vasconcelos Lacerda Filho**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o número 061.***.***-13 para ocargo de provimento em comissão de Diretor Técnico, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Tibau do Sul/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de outubro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:DDF0BEB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2026 – GP/GMTS

Altera a redação da Portaria nº 241/2025, que dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo do Município de Tibau do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar os membros queintegra o Conselho Municipal de Turismo de Tibau do Sul, nos termos da legislação concernente, para o biênio 2025/2026:

(...);

III – como representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo:

a) Titular:Katarine Maria Freire Diesel;

b) Suplente: Isabel Ferreira Galvão.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Tibau do Sul/RN, 20 de outubro 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:48C4BF4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2026 – GP/GMTS

Nomeia os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) do Município de Tibau do Sul/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição da República Federativa do Brasil,
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros Conselho deAcompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB), no quadriênio 2027/2030, do município de Tibau do Sul, abaixo relacionados:

II .MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
TITULAR:Michele Ferreira dos SantosCPF: 011.***.***-02;
SUPLENTE: Ivana Sheila da SilvaCPF:121.***.***-11;
TITULAR:Ecione Félix de LimaCPF:028.***.***-66;
SUPLENTE: Alayne Fernanda da Costa Galvão Silva CPF:012.***.***-20.

III . MEMBROS REPRESENTANTES DOS PROFFESSORS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
TITULAR: Percival Aparecido Prado CPF: 027.***.***-08;
SUPLENTE: Ana Paula Tavares de LimaCPF: 184.***.***-88.

IV. MEMBROS REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS
TITULAR:Carlos Jean Castelo da SilvaCPF:008.***.***-40;
SUPLENTE:Janaina dos Santos AlvesCPF:023.***.***-37.

V.MEMBROS REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICA-ADMINISTRATIVOS DAS ESOLAS BÁSICAS PÚBLICAS
TITULAR: Mariano Martins de Lima FilhoCPF:061.***.***-76;
SUPLENTE: Judmila Cavalcante Lopes GalvãoCPF: 084.***.***-66.

VI. MEMBROS REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
TITULAR:Erika Danyelle Medeiros da Silva**CPF**:085.***.***-90;
SUPLENTE:Selma do Nascimento Basilio**CPF**:063.***.***-10;
TITULAR:Amanda Miguel da Silva**CPF**:145.***.***-39;
SUPLENTE: Marcia Candido Galvão**CPF**: 103.***.***-85.

VII. MEMBROS REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Katia Jeanne Dias MarinhoCPF: 033.***.***-36;
SUPLENTE: Edinaldo Cavalcante do Nascimento CPF:045.***.***-44.

VIII. MEMBROS REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:
TITULAR: Antônio Eduardo de Lima Filho**CPF:**775.***.***-38;
SUPLENTE: Elisângela Oliveira Gomes Barreto**CPF:**818.***.***-91.

IX. MEMBROS REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
TITULAR: Rafael Ramos da Silva**CPF:**701.***.***-48;
SUPLENTE: Suerda Cristina Ferreira**CPF:**914.***.***-15;
TITULAR: Lurian Soares da Silva**CPF:**091.***.***-10;

SUPLENTE: Rosilene dos Anjos Candido**CPF:**026.***.***-50.

X. MEMBROS REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO CAMPO
TITULAR: Bruna Marinho Bezerra da SilvaCPF:010.***.***-65;
SUPLENTE: Edileuza da Silva BezerraCPF: 037.***.***-48.

XI. MEMBROS REPRESENTANTE DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS
TITULAR: Wilaneide da Silva CamposCPF: 969.***.***-00;
SUPLENTE: Thaisa da Silva CavalvanteCPF: 103.***.***-55.

Art.2º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.
Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:53E193D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 - SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal**, torna público através** do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portarias nº 012/2025 e 205/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, COM OBJETO,**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GELO E GÁS DE COZINHA DESTINADO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN**,** cujas especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I – Termo de Referência, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 05/11/2026**, às **09h00min**. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível a partir do dia 23/10/2026 para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

EWERTON WELLINGTON DA COSTA SILVA
Pregoeiro Oficial da PMTS.

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:51D88298

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 - SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal**, torna público através** do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portarias nº 012/2025 e 205/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, COM OBJETO,**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES, INCLUINDO REMOÇÃO, CARGA E DESTINAÇÃO DOS MATERIAIS DEMOLIDOS OU APREENDIDOS DESTINADO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE TIBAU DO SUL/RN**,** cujas especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I – Termo de Referência, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 05/11/2026**, às **11h00min**. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível a partir do dia 23/10/2026 para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.
Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

EWERTON WELLINGTON DA COSTA SILVA
Pregoeiro Oficial da PMTS.

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:50735061

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº176/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL–COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, através da PREFEITURA MUNICPAL DE TIBAU DE SUL/RN, CNPJ: 08.168.775/0001-82, com sede á Rua Dr. Hélio Galvão, 122, Centro, Tibau do Sul/RN CEP: 59178000, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**,** CUJO O **OBJETO** Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema de Gestão Educacional como Serviço (SaaS — Software as a Service), compreendendo licenciamento, hospedagem, consultoria, instalação, configuração, implantação, treinamento, manutenção, sustentação e suporte técnico, destinado a atender a Secretaria Municipal de Educação de Tibau do Sul/RN**,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.
O edital e seus anexo deverá ser solicitado através do e-mail endereço eletrônico: pmtsadm@gmail.com, e as propostas e documentação de habilitação serão recebidas a partir das 08:00hs do dia 21 a 24 de outubro de 2026 até as 10:00hs.

Tibau do Sul/RN, 20 de outubro de 2026.

JAILAMA DE OLIVEIRA FERNANDES CONRADO DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:7D2C58A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 060/2026 - GPMTB

Dispõe sobre a instituição da Estrutura Administrativa e Pedagógica específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Timbaúba dos Batistas-RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbaúba dos Batistas-RN, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças, com qualidade, equidade e no tempo adequado;

CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização do Estado do Rio Grande do Norte- Pró-Alfa/RN;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e o Decreto Federal 11.556 de 12 de junho de 2023, relativos ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar estrutura técnico-pedagógica permanente para o planejamento, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das ações referentes à Política Municipal de Alfabetização.

R E S O L V E:

Art. 1º- Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Timbaúba dos Batistas/RN, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada à implementação, ao acompanhamento, ao monitoramento e à avaliação das ações voltadas à alfabetização na idade adequada e à recomposição das aprendizagens.

Art. 2º- A estrutura instituída por esta Portaria tem como finalidade organizar e regulamentar a atuação dos servidores que já integram a estrutura administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e da Rede Municipal de Ensino, estabelecendo atribuições, responsabilidades e formas de articulação para a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º- A Estrutura Administrativa e Pedagógica atuará de forma articulada com a Política Municipal de Alfabetização, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada- CNCA, a RENALFA e as demais políticas e ações educacionais relacionadas à alfabetização e a recomposição das aprendizagens.

Art. 4º- A Estrutura Administrativa e Pedagógica para implementação da Política Municipal de Alfabetização será composta, conforme a organização administrativa vigente do Município, pelos seguintes profissionais e segmentos:
I - Secretário(a) Municipal de Educação;
II - Coordenador(a) Municipal de Alfabetização;
III - Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada-CNCA/RENALFA;
IV - Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
V - Diretores das Unidades Escolares;
VI - Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares;
VII - Professores da Educação Infantil- Pré-Escola e Professores dos Anos Iniciais;

Parágrafo Único: A participação dos professores das unidades escolares ocorrerá de forma articulada com as ações da Secretaria Municipal de Educação, respeitadas as atribuições de cada cargo ou função.

Art. 5º- A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, Relatório Técnico de acompanhamento da Estrutura Administrativa e Pedagógica para implementação da Política Municipal de Alfabetização, contendo no mínimo:

I - Descrição da estrutura;
II - Composição e atribuições;
III - Organograma;
IV - Quantitativo de cargos e servidores;
V - Regime de trabalho;
VI - Tempo dedicado às atividades de alfabetização.

Art. 6º- Compete ao (à) Secretário(a) Municipal de Educação:

I - Coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II - Garantir condições administrativas, financeiras e pedagógicas para execução das ações;
III - Acompanhar indicadores de aprendizagem;
IV - Promover a articulação entre as unidades escolares e demais órgãos envolvidos.

Art. 7º- Compete ao (à) Coordenador(a) Municipal de Alfabetização:

I - Coordenar e acompanhar as ações pedagógicas relacionadas à alfabetização;
II - Articular as ações da SEMED com as unidades escolares;
III - Acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
IV - Apoiar e acompanhar ações de formação continuada relacionadas à alfabetização;
V - Promover a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental- Anos Iniciais;
VI - Elaborar, organizar e consolidar relatórios técnicos e registros de monitoramento.

Art. 8º- Compete ao (à) articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada- RENALFA:

I - Articular, no âmbito municipal, as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as orientações da RENALFA;
II - Apoiar a mobilização para a formação continuada dos professores, gestores e coordenadores pedagógicos, em regime de colaboração com o Estado;
III - Acompanhar as orientações e ações disponibilizadas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização;
IV - Apoiar a Secretaria Municipal de Educação na organização dos registros e documentos necessários ao acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização;
V - Orientar e apoiar as unidades escolares na implementação das ações de alfabetização;
VI - Promover a articulação entre a Política Municipal de Alfabetização, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a RENALFA e as demais ações relacionadas à alfabetização e a recomposição das aprendizagens.

Art. 9º- Compete à Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:

I - Prestar apoio técnico-pedagógico às unidades escolares;
II - Orientar práticas pedagógicas alinhadas à BNCC, ao DCRN e às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização;
III - Acompanhar os processos de avaliação diagnóstica e formativa;
IV - Acompanhar os avanços e dificuldades de aprendizagem identificados nas unidades escolares;
V - Propor ações de replanejamento a partir dos resultados observados.

Art. 10- Compete aos Diretores das unidades escolares:

I - Assegurar a implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da unidade escolar;
II - Acompanhar os resultados de aprendizagem dos estudantes;
III - Incentivar a participação dos profissionais nas formações promovidas em regime de colaboração com o Estado;

Art.11- Compete aos Coordenadores Pedagógicos nas unidades escolares:

I - Acompanhar o planejamento pedagógico dos professores;
II - Orientar intervenções pedagógicas conforme o resultado das avaliações;
III - Monitorar a evolução da aprendizagem dos estudantes;
IV - Manter o contato constante com a Secretaria Municipal de Educação para a implementação de ações voltadas à Política de Alfabetização.

Art. 12- Compete aos Professores:
I - Desenvolver práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização;

II - Identificar dificuldades e necessidades de aprendizagem dos estudantes;
III - Utilizar os resultados das avaliações para subsidiar o planejamento;
IV - Participar das ações de formação continuada.

Art. 13- A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização atuará de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal e com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 14- A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares à execução das atividades previstas nesta Portaria.

Art. 15º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbaúba dos Batistas/RN, 20 de outubro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:AFA2FC8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Touros/RN. Fornecedor registrado: EM SERVICE LTDA, CNPJ nº 11.438.013/0001-63, com sede na Praça Monsenhor Vicente Freitas, nº 382, Centro, João Câmara/RN, CEP 59550-000, representada por Martina Gabriela de O. B. Ferreira, CPF nº 051.XXX.704-83. Lotes registrados: Lote 04 – Materiais de Escrita e Correção, no valor de R$ 88.239,65; Lote 05 – Material Escolar e Artístico, no valor de R$ 406.778,00; e Lote 06 – Colas, Fitas e Adesivos, no valor de R$ 267.997,75. O valor global registrado para os lotes é de **R$ 763.015,40** (setecentos e sessenta e três mil, quinze reais e quarenta centavos), conforme especificações, marcas, quantidades e preços unitários constantes da Ata. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, c/c os decretos municipais vigentes. Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO,
Pelo Órgão Gerenciador;

MARTINA GABRIELA DE O. B. FERREIRA,
Pela Fornecedora Registrada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:792F41CA

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Touros/RN. Fornecedor registrado: MATHEUS DE MELO FAGUNDES, CNPJ nº 26.950.087/0001-51, com sede na Rua Cruzeiro do Sul, nº 917, Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP 59141-090, representado por Matheus de Melo Fagundes, CPF nº 065.XXX.654-01. Lotes registrados: Lote 01 – Cadernos, Agendas e Livros Administrativos, no valor de R$ 205.799,70; Lote 02 – Papéis e Envelopes, no valor de R$ 1.331.959,35; Lote 03 – Pastas, Arquivo e Organização, no valor de R$ 172.743,90; Lote 07 – Grampeamento e Fixação, no valor de R$ 99.294,75; e Lote 10 – Tecnologia, Energia e Diversos, no valor de R$ 79.802,10. O valor global registrado para os lotes é de R$ 1.889.599,80 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), conforme especificações, marcas, quantidades e preços unitários constantes da Ata. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, c/c os decretos municipais vigentes. Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO,
Pelo Órgão Gerenciador;

MATHEUS DE MELO FAGUNDES,
Pela Fornecedora Registrada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:A603A154

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Touros/RN. Fornecedor registrado: RC RAMOS COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 07.048.323/0001-02, com sede na Rua Helena da Silva Ferreira, nº 794, Ipanema, Catalão/GO, CEP 75705-070, representada por Dalcimar Antonio Ramos, CPF nº 058.xxx.446-97. Lote registrado: Lote 09 – Equipamentos e Suprimentos de Escritório, itens 136 a 144, conforme especificações, marcas, quantidades e preços unitários constantes da Ata. Valor global registrado: R$ 134.997,94 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos). Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, c/c os decretos municipais vigentes. Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO,
Pelo Órgão Gerenciador;

DALCIMAR ANTONIO RAMOS,
Pela Fornecedora Registrada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:740CC137

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026.

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Touros/RN. Fornecedor registrado: ÚNICA SANEANTES LTDA, CNPJ nº 43.392.983/0001-61, com sede na Rua Frei Caneca, nº 0, G Única, Engenho Maranguape, Paulista/PE, CEP 53423-623, representada por Cleide Jane Ferreira, CPF nº 906.XXX.344-68. Lote registrado: Lote 08 – Materiais de Apoio de Escritório, itens 120 a 135, conforme especificações, marcas, quantidades e preços unitários constantes da

Ata. Valor global registrado: R$ 61.693,50 (sessenta e um mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, c/c os decretos municipais vigentes. Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO,
Pelo Órgão Gerenciador;

CLEIDE JANE FERREIRA,
Pela Fornecedora Registrada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:8A3AB5CF

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.081, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo municipal a instituir o Programa Municipal de Esgotamento Sanitário e Limpeza de Fossas Sépticas no Município de Touros/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa Municipal de Esgotamento Sanitário e Limpeza de Fossas Sépticas, destinado à prestação do serviço de limpeza, sucção, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, negras ou similares.

Art. 2º. O programa tem como objetivos:

I – Promover a melhoria das condições de saúde pública;
II – Prevenir a contaminação do solo, dos rios e dos lençóis freáticos;
III – reduzir os riscos de doenças causadas pelo descarte inadequado de esgoto doméstico;
IV – Ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico nas localidades não atendidas por rede pública de esgotamento sanitário.

Art. 3º. O serviço poderá ser executado:

I – Diretamente pelo Município, mediante equipamentos próprios;
II – Por meio de convênios, consórcios ou parcerias com órgãos públicos;
III – Mediante contratação ou credenciamento de empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 4º. Terão prioridade no atendimento:

I – Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
II – Idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social;
III – comunidades rurais e localidades não atendidas pela rede pública de esgotamento sanitário.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá estabelecer critérios para a cobrança de tarifa, isenção ou subsídio, observadas as condições socioeconômicas dos beneficiários e a disponibilidade orçamentária.

Art. 6º. Os resíduos coletados deverão receber destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:BF33378B

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 761, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida licença maternidade complementar a servidora a **WILICARLA TAVARES DA SILVA, Mat. 6467-11**, PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo **período de 60 (sessenta) dias**, a contar do dia 27/10/2026 a 25/12/2026, , nos termos do art. 88, II,"b" c/c o art. 94, da Lei Municipal n. 570/2007
Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 19 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:4337C54A

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 762, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida licença maternidade complementar a servidora a **KALIANE CUNHA DE OLIVEIRA, Mat. 21091**, **PROFESSORA CONTRATADA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo **período de 60 (sessenta) dias**, a contar do dia 14/10/2026 a 12/12/2026, nos termos do art. 88, II,"b" c/c o art. 94, da Lei Municipal n. 570/2007.
Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2026.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 19 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:5A35B6AA

GABINETE CIVIL
PORTARIA N. 763, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026. GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida licença maternidade a servidora **ADILENE COSTA SABINO, Mat. 25267-1**, **auxiliar de serviços gerais-ASG**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo **período de 120 (cento e vinte) dias**, a contar do dia 03/10/2026 a 30/01/2027, nos termos do art. 94, da Lei Municipal n. 570/2007.
Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2026.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 19 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:E8219E55

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 764, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida licença maternidade complementar a servidora a **EDILEUZA DE SOUZA, Mat. 6327-6**, **PROFESSORA CONTRATADA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo **período de 60 (sessenta) dias**, a contar do dia 30/09/2026 a 28/11/2026, nos termos do art. 88, II,"b" c/c o art. 94, da Lei Municipal n. 570/2007.
Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30/09/2026.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 19 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:63FFD8FF

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 765/2026 - GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER, nos termos do art. 102, da Lei 570/2007 (Regime Jurídico Único), **03 (três) meses** de licença prêmio por assiduidade, ao servidor, JUCILENE VARELA DA SILVA, Matrícula 1447-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. O período de gozo desta licença será de 21 de outubro de 2026 a 18 de janeiro de 2027, quando a servidor (a) deverá se apresentar para ser reconduzida a função pública.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Touros/RN.
Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:050F8EF7

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 766/2026 - GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER, nos termos do art. 102, da Lei 570/2007 (Regime Jurídico Único), **03 (três) meses** de licença prêmio por assiduidade, ao servidor, ESTER GOMES DO NASCIMENTO BEZERRA, Matrícula 1660-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. O período de gozo desta licença será de 21 de outubro de 2026 a 18 de janeiro de 2027, quando a servidor (a) deverá se apresentar para ser reconduzida a função pública.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Touros/RN.
Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:743D53AC

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 767/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **RAFAEL ADRIANO DA SILVA**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 18503, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.245.XXX-41, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação, no dia 22 de outubro de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará consultas no Hospital Universitário Ana Bezerra – Santa Cruz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:E3D9925E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 768/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Touros/RN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, o Senhor Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 806, de 29/11/2018, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para compor o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Touros/RN**.

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (GOVERNO):

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Fatima Lucia Teixeira de Menezes

Suplente: Izadora Andreza do Nascimento

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ana Lucia, de Sousa Andrade

Suplente: Luciene Figueredo.

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Damilza Ferreira dos Santos Lima

Suplente: Samara Rute da Silva Torres

Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Leticia Karine Lourenço Vieira.

Suplente: Clyvia Saraiva Torres.

Secretaria Municipal de Pesca;

Titular: Francisca Camila dos Santos Nascimento

Suplente: Cleydson Cesar Oliveira de Souza.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: Francisca Vilma do Nascimento

Suplente: Ana Maria dos Santos Colônia Carielo.

Grupo Desbravadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia:

Titular: Leticia Maria Ramos Batista.

Suplente: Emanoel Victor Ramos Batista

Pastoral da Criança:

Titular: Tevania da Silva

Suplente: Maria Marcleide Oliveira

Núcleo Espirita Caminho da Luz:

Titular: Maria Antônia Teixeira da Costa

Suplente: Luciana Rafael da Penha

Núcleo Espirita Caminho da Luz:

Titular: Anderson Willian da Silva Bezerra

Suplente: Daniela Pereira do Nascimento

Art. 2º O exercício da função de conselheiro do CMDCA é considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Touros/RN, 20 de outubro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:82EC9B5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 075/2026** da Inexigibilidade de Licitação **nº 039/2026**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de Show Artístico com "Leléo do Acordeon" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município,** no valor de **R$ 1.060,00** (um mil e sessenta reais).
Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:16557278

CPL
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através daSecretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 076/2026** da Inexigibilidade de Licitação **nº 040/2026**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de Show Artístico com "Ninajara Fernandes" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município,** no valor de **R$ 530,00** (quinhentos e trinta reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:6DF9AF09

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

CONTRATO: Nº 093/2026

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação **nº 039/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **FRANCISCO MARIO LEONARDO DE SOUZA MOURA**

OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "Leléo do Acordeon" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 1.060,00** (um mil e sessenta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 06.001 – Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto – 13.392.0005.2089 – Apoio a Eventos Culturais Públicos e Privados - 3000.00 - Despesas Correntes 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, Fonte 15000000 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 16 de outubro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:FA176159

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

CONTRATO: Nº 094/2026

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação **nº 040/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **NINAJARA FERNANDES DA SILVA**

OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "Ninajara Fernandes" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 530,00** (quinhentos e trinta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 06.001 – Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto – 13.392.0005.2089 – Apoio a Eventos Culturais Públicos e Privados - 3000.00 - Despesas Correntes 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, Fonte 15000000 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 16 de outubro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:05F0A866

CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "Leléo do Acordeon" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

CONTRATADO: **FRANCISCO MARIO LEONARDO DE SOUZA MOURA**

VALOR TOTAL: **R$ 1.060,00** (um mil e sessenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II e suas alterações posteriores.
Declaração de Inexigibilidade de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:469A18C5

CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito

Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:
OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "Ninajara Fernandes" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

CONTRATADO: **NINAJARA FERNANDES DA SILVA**

VALOR TOTAL: **R$ 530,00** (quinhentos e trinta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II e suas alterações posteriores.

Declaração de Inexigibilidade de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:D1C3DD30

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

RECONHEÇO: a Inexigibilidade de Licitação **nº 039/2026**, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de Show Artístico com "Leléo do Acordeon" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:7606F416

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

RECONHEÇO: a Inexigibilidade de Licitação **nº 040/2026**, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de Show Artístico com "Ninajara Fernandes" para apresentação na programação cultural das festividades religiosa de mãe rainha do lalins, em praça pública neste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ADRIANO MESSIAS PINHEIRO BEZERRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 16 de outubro de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:A9F01E1F

GABINETE DO PREFEITO
***LEI MUNICIPAL N°. 954/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.**

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **PALLO JACSON DE PAIVA PINTO**, inscrito no CPF/MF sob n° 028.194.214-58, portador do RG n° 1877258 ITEP-SP, de um terreno localizado na Rua Antônio Marcelino, n° 167, Bairro Centro, medindo 4,85m (quatro metros e oitenta e cinco centímetros); ao Sul com José Delfino Dias, medindo 04,85 (quatro metros e oitenta e cinco centímetros); ao Oeste com Raimundo Sueldo da Costa, medindo 40,00m (quarenta metros) e ao Leste com João Batista de Moraes, medindo 40,00m (quarenta metros), sendo que a área construída mede 92,63m² (noventa e dois metros e sessenta e três centímetros quadrados) e a área total mede 218,00m² (duzentos e dezoito metros quadrados).

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 19 de outubro de 2026

*republicado por incorreção

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:0A652AC9

GABINETE DO PREFEITO
***LEI MUNICIPAL N°. 956/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.**

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **AÉCIO GABRIEL DA COSTA**, inscrito no CPF/MF sob n° 465.489.634-15, de um terreno localizado na Rua Vereador José Martins, s/n, Bairro Novo Horizonte, medindo atualmente 10m (dez metros) por 30m (trinta metros), encerrando uma área total de 300m² (trezentos metros quadrados). O imóvel limita-se ao lado NORTE, com a Rua Vereador José Martins; ao lado SUL, com a Rua Francisco Costa; ao lado OESTE, com Cícero Damião Alves e ao lado LESTE, com José Damásio.

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 20 de outubro de 2026

**republicado por incorreção.*

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:18A93FB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

EMENTA: Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Umarizal/RN (PMA), em regime de colaboração, alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a educação é direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 6º e 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e do Plano Municipal de Educação de Umarizal;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, ao qual o Município aderiu, e o disposto em seu art. 25, segundo o qual as secretarias municipais que aderirem ao Compromisso deverão elaborar e consolidar suas respectivas políticas de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a cooperação entre os entes federativos para assegurar o direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar política pública permanente, baseada em evidências, orientada pela equidade, pela inclusão, pela valorização da diversidade, pela cultura de paz e pela educação em direitos humanos,
DECR E T A:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO
Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Umarizal/RN, a Política Municipal de Alfabetização de Crianças do município de Umarizal (PMA), doravente denomidada Política Municipal de Alfabetização, com o propósito de garantir o direito de todas as crianças à alfabetização, fortalecer a continuidade das aprendizagens e promover educação pública de qualidade, com equidade e inclusão.
§ 1º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disciplinado pela legislação federal pertinente, bem como da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de setembro de 2024.
§ 2º. A Política Municipal terá como finalidade assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade adequada, prioritariamente até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, bem como promover ações de recomposição das aprendizagens para os estudantes do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens relacionadas à alfabetização, à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos.
§ 3º. As ações previstas nesta Lei serão desenvolvidas de forma articulada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Umarizal/RN, pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e pelos demais órgãos e instituições envolvidos na garantia do direito à educação.
Art. 2º. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Umarizal/RN – (PMA) fundamenta-se na garantia do direito de aprender, na equidade educacional, na valorização dos profissionais da educação, no acompanhamento contínuo das aprendizagens e na cooperação entre os entes federados, respeitando as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Umarizal - PMA abrangerá:
I - crianças da Educação Infantil, especialmente da pré-escola, em ações voltadas à oralidade, à escuta, à leitura literária, à cultura escrita e às experiências iniciais com a linguagem escrita;
II - estudantes de 1° e 2º anos do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização, no letramento, na leitura, na escrita, na oralidade, na consciência fonológica, no sistema de escrita alfabética, na fluência leitora e nas aprendizagens matemáticas iniciais;
III - estudantes do 3° aos 5º anos do Ensino Fundamental com necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a recomposição das aprendizagens em leitura, escrita e matemática;
IV - escolas urbanas e do campo da rede municipal de ensino, observadas suas especificidades territoriais, pedagógicas, sociais e culturais.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4º Constituem os princípios da PMA/Umarizal:
I - Regime de Colaboração entre União, Estado e Município visando fortalecer as ações no âmbito da Alfabetização fortalecendo a cooperação mútua;
II - Garantia do direito a Alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, assegurando que todas as crianças e estudantes tenham acesso às condições necessárias ao desenvolvimento pleno da leitura, da escrita, da oralidade, do letramento matemático e das demais aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Básica;
III – Enfrentamento das desigualdades educacionais, na perspectiva da equidade, visando reduzir as desigualdades de acesso, permanência, participação e aprendizagem;
IV - Educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças e os estudantes, com atenção prioritária às crianças e aos estudantes em situação de vulnerabilidade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento;
V - Educação Integral, compreendendo o desenvolvimento humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, ética, estética, cultural, social e cidadã;
VI - Educação para as relações étnico-raciais, assegurando práticas pedagógicas dedicadas ao enfrentamento ao racismo, a valorização das histórias, culturas e identidades;
VII - Fortalecimento do processo de avaliação como instrumento de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
Art.: 5º - Das Diretrizes da PMA:
I – Incentivar a mobilização social instigando o engajamento da comunidade escolar com o propósito de fortalecer as ações de alfabetização;
II – O planejamento e esforços técnicos e orçamentários visando reduzir o déficit de aprendizagem;
III - Valorização dos profissionais da educação, mediante políticas permanentes de formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional, acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas educativas e incentivo à inovação; e

IV - Gestão democrática, assegurando a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação e demais segmentos da sociedade na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
V – Ampliação dos investimentos para aquisição de recursos pedagógicos, apoio logístico e melhores condições de infraestrutura, sobretudo na área inclusiva.

CAPÍTULO III –
DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Umarizal/RN:
I – Instituir e fortalecer programas, projetos, estratégias e ações destinados à promoção da alfabetização das crianças, assegurando a consolidação do processo de alfabetização, prioritariamente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – Estabelecer uma estrutura de gestão, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, estabelecendo estratégias de acompanhamento e monitoramento visando alcançar os melhores indicadores de crianças alfabetizadas;
III – Garantir, em regime de colaboração, a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização das crianças até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados no 3º, 4º e 5º anos que ainda apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
IV – Fortalecer as ações para o cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, no âmbito da Alfabetização;
V – Promover estratégias para a valorização e reconhecimento, divulgação das práticas pedagógicas e de gestão exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, desenvolvidas por profissionais e unidades escolares da Rede Municipal de Ensino,
VI – Implementar e fortalecer processos sistemáticos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental I;
VII – Utilizar os resultados das avaliações como instrumentos para o planejamento pedagógico, a definição de intervenções, a recomposição das aprendizagens e a personalização do ensino;
VIII – Assegurar ações específicas de acompanhamento aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização, com planejamento de estratégias pedagógicas diversificadas e com intencionalidade educacional voltadas para a alfabetização; e
IX – Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares, profissionais da educação, famílias e comunidade, fortalecendo o diálogo e o compromisso pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças.

Seção I
Das Competências da Secretaria Municipal de Educação

Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Coordenar e monitorar a implementação da PMA em toda a Rede Pública Municipal de Ensino;
II – Estabelecer metas, indicadores e estratégias para a melhoria da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;
III – Promover políticas permanentes de formação continuada dos profissionais da educação;
IV – Disponibilizar referenciais curriculares, materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação e orientações técnicas às unidades de ensino;
V – Organizar e manter sistema permanente de monitoramento dos indicadores de aprendizagem;
VI – Promover avaliações diagnósticas, formativas e institucionais destinadas ao acompanhamento da aprendizagem;
VII – Produzir estudos, relatórios técnicos e painéis gerenciais que subsidiem a tomada de decisão;
VIII – Fomentar práticas pedagógicas inovadoras e baseadas em evidências;
IX – Incentivar a cooperação técnica com instituições de ensino superior, organismos públicos e entidades parceiras;
X – Promover políticas de equidade, inclusão, educação em direitos humanos, cultura de paz e educação para as relações étnico-raciais no âmbito da alfabetização;
XI – Acompanhar a execução dos planos institucionais elaborados pelas unidades de ensino;
XII – Avaliar periodicamente os resultados da PMA e propor seu aperfeiçoamento contínuo.

Seção II
Do Comitê Municipal de Alfabetização

Art. 8º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Municipal de Alfabetização, colegiado de caráter consultivo, técnico e estratégico, com a finalidade de acompanhar, avaliar e apoiar a implementação da PMA.
§ 1º O Comitê não dispõe de estrutura administrativa própria, e sua instituição não implica criação de cargos, empregos ou funções, nem aumento de despesa para o Município.
§ 2º O Comitê será composto por servidores em exercício na Secretaria Municipal de Educação e nas unidades de ensino, bem como por representantes dos conselhos, órgãos e entidades indicados em Portaria da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º A participação no Comitê constitui prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 9º. Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I – Acompanhar a implementação da PMA;
II – Analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
III – Emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações da PMA;
IV – Propor estratégias de enfrentamento às desigualdades educacionais;
V – Acompanhar a execução das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
VI – Incentivar a disseminação de práticas pedagógicas exitosas na Rede Municipal de Ensino;
VII – Colaborar na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da PMA
Art. 9º. A composição, o funcionamento, a periodicidade das reuniões e os procedimentos administrativos do Comitê Municipal de Alfabetização serão disciplinados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DA IMPLEMENTAÇÃO
Seção I
Do Público
I **–** Crianças matriculadas na Educação Infantil (4 e 5 anos de idade);
II – Estudantes matriculados (as) nos anos iniciais do Ensino Fundamental I (1º e 2º anos);
III – Estudantes matriculados (as) nos anos iniciais do Ensino Fundamental I (3º, 4º e 5º anos);
IV – Estudantes matriculados (as) nos anos iniciais do Ensino Fundamental I que necessitam de estratégias pedagógicas voltadas para a recomposição das aprendizagens.

Das Estratégias de Implementação
Art. 10. A PMA será implementada de forma sistêmica, contínua e articulada em todas as unidades da Rede Pública Municipal de Ensino, observados os princípios, as diretrizes e os eixos estratégicos estabelecidos neste Decreto.
Parágrafo único. A implementação compreenderá ações integradas de gestão, currículo, formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens.

Seção II
Do Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens

Art. 11. Cada unidade de ensino elaborará seu Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, em consonância com:
I – a PMA;
II – o Projeto Político-Pedagógico;
III – o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
IV – os indicadores educacionais da unidade de ensino;

V – os resultados das avaliações internas e externas.

Art. 12 O Plano deverá conter, no mínimo:
I – Diagnóstico institucional das aprendizagens;
II – Análise de indicadores educacionais;
III – Metas anuais de alfabetização;
IV – Estratégias pedagógicas;
V – Plano de recomposição das aprendizagens;
VI – Ações voltadas à equidade e à inclusão;
VII – Cronograma de execução;
VIII – Indicadores de monitoramento;
IX – Mecanismos de acompanhamento e avaliação;
X – Estratégias de participação das famílias.
Parágrafo único. O Plano será revisado anualmente ou sempre que os indicadores educacionais demonstrarem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas.

Seção III
Da Organização do Trabalho Pedagógico

Art. 13. A organização do trabalho pedagógico deverá assegurar:
I – Planejamento coletivo e colaborativo;
II – Acompanhamento sistemático das aprendizagens;
III – Utilização pedagógica das avaliações internas e externas;
IV – Intervenções pedagógicas oportunas;
V – Integração entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
VI – Articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica e docentes;
VII – Acompanhamento individual do percurso de aprendizagem das crianças e estudantes.

Seção IV
Das Intervenções Pedagógicas

Art. 14. As unidades de ensino deverão desenvolver estratégias permanentes de intervenção pedagógica destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, observados:
I – a identificação precoce das necessidades;
II – a utilização de avaliações diagnósticas;
III – a elaboração de planos individualizados, quando necessário;
IV – o monitoramento contínuo da evolução das aprendizagens;
V – a reorganização periódica das estratégias de ensino.
§ 1º As intervenções deverão ocorrer, preferencialmente, durante o processo regular de escolarização, sem prejuízo da oferta de programas específicos de recomposição das aprendizagens.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir programas complementares destinados ao fortalecimento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens.

Seção V
Da Transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental

Art. 15. A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá constituir processo pedagógico contínuo, planejado e articulado entre as unidades de ensino e suas equipes pedagógicas.
Parágrafo único. A articulação entre as etapas deverá considerar:
I – o percurso formativo das crianças;
II – os registros pedagógicos produzidos na Educação Infantil;
III – a continuidade das experiências relacionadas à cultura da leitura e da escrita;
IV – o respeito às especificidades do desenvolvimento infantil;
V – a integração entre os profissionais das duas etapas de ensino.

Seção VI
Dos Ambientes Alfabetizadores

Art. 16. As unidades de ensino deverão promover ambientes alfabetizadores que favoreçam experiências permanentes de leitura, escrita, oralidade, produção cultural, investigação, ludicidade e letramento matemático.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação incentivará a ampliação dos espaços de aprendizagem, compreendidas bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, ambientes digitais e demais recursos educacionais destinados ao fortalecimento da cultura escrita.

Seção VII
Da Cooperação Pedagógica

Art. 17. A implementação da PMA fundamentar-se-á na atuação colaborativa entre gestores escolares, equipes pedagógicas, professores, profissionais da educação, famílias e instituições parceiras.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação promoverá mecanismos permanentes de cooperação técnica, intercâmbio de experiências e disseminação de práticas exitosas entre as unidades de ensino.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO E DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 18 A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Umarizal/RN será implementada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, por meio de estratégias destinadas à melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, à garantia do direito à alfabetização e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica e as necessidades dos estudantes.
Art. 19 As estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização serão operacionalizadas por meio de programas, projetos e ações integradas, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – PróAlfa RN, considerando os seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação Continuada dos Profissionais da Educação;
III – Materiais Didáticos e Pedagógicos Complementares;
IV – Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens; e
V – Reconhecimento Educacional, Valorização de Boas Práticas e Incentivos.
Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo deverão orientar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelas unidades escolares, de forma articulada às políticas educacionais estadual e nacional.
Art. 20 Para a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, será instituído o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças de Umarizal/RN.
§ 1º O Comitê Municipal terá caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, competindo-lhe contribuir para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º O Comitê Municipal será composto, preferencialmente, por representantes:
I – Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Da equipe técnica e pedagógica responsável pela Educação Infantil e pelos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – Das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
IV – Dos professores alfabetizadores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – Dos professores atuantes na Educação Infantil da Rede Pública Municipal; e
VI – Do Conselho Municipal de Educação.
Art. 21. Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Umarizal/RN, a Secretaria Municipal de Educação (SME) adotará, entre outras, as seguintes estratégias:
I – Promover a articulação entre os diferentes processos e sistemas de avaliação da aprendizagem, utilizando seus resultados como subsídio para a tomada de decisões no âmbito da Secretaria Municipal de Educação das unidades escolares e do planejamento pedagógico, com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
II – Assegurar apoio técnico e pedagógico para a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos com a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
III – Disponibilizar, de acordo com as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município, materiais didáticos complementares, recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e instrumentos de apoio às práticas de alfabetização;
IV – Promover ações destinadas à melhoria da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das unidades escolares, observadas as condições de acessibilidade e as necessidades específicas dos

estudantes; V – Fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares e das turmas, com especial atenção aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização ou defasagens de aprendizagem; e
VI – Articular as ações municipais às estratégias de assistência técnica, formação, avaliação, materiais pedagógicos e demais iniciativas ofertadas pela União e pelo Estado do Rio Grande do Norte no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - O acompanhamento da PMA observará indicadores quantitativos e qualitativos capazes de aferir:
I – os níveis de alfabetização dos estudantes;
II – a evolução das aprendizagens;
III – a recomposição das aprendizagens;
IV – a equidade entre escolas e territórios;
V – a frequência e a permanência escolar;
VI – a participação nas avaliações internas e externas;
VII – a efetividade das intervenções pedagógicas;
VIII – os resultados das políticas de formação continuada;
IX – a evolução dos indicadores educacionais municipais, estaduais e nacionais.
§ 1º Os indicadores poderão ser atualizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes da PMA.
§ 2º A definição de novos indicadores deverá considerar evidências científicas, referenciais nacionais e necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação divulgará periodicamente informações consolidadas sobre a execução da PMA, assegurados a transparência, a publicidade e o controle social.
Parágrafo único. Sempre que possível, os resultados serão apresentados em painéis públicos, relatórios técnicos e documentos institucionais, preservados os dados pessoais e as informações protegidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 24 A PMA será submetida a processo permanente de avaliação institucional, destinado a verificar sua efetividade, eficiência, impacto e capacidade de promover a melhoria contínua da aprendizagem.
§ 1º A avaliação institucional considerará, entre outros aspectos:
I – o cumprimento das metas;
II – a qualidade da implementação;
III – a evolução dos indicadores educacionais;
IV – os resultados das avaliações;
V – a percepção das unidades de ensino.
§ 2º Os resultados das avaliações subsidiarão a revisão periódica da PMA e orientarão o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 25. A implementação da PMA observará os princípios da gestão democrática, da cooperação institucional, da transparência, da eficiência administrativa, da melhoria contínua da aprendizagem e da garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto, especialmente os destinados a disciplinar:
I – os procedimentos de monitoramento e avaliação da PMA;
II – a organização e o funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;
III – os instrumentos de acompanhamento das aprendizagens;
IV – a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens das unidades de ensino;
V – os programas, projetos e demais ações necessárias à implementação da PMA;
VI – os procedimentos relativos à Bolsa Municipal de Incentivo à Alfabetização, quando instituída por lei específica.
Art. 27. A PMA será implementada em articulação com as demais políticas educacionais do Município, observados o Plano Municipal de Educação, o Currículo da Rede Municipal de Ensino, os Projetos Político-Pedagógicos das unidades de ensino e os demais instrumentos de planejamento e gestão da educação municipal.
Art. 28. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a revisão periódica da PMASP, considerados:
I – a evolução dos indicadores educacionais;
II – os resultados das avaliações internas e externas;
III – as evidências produzidas pelo SIMALFA;
IV – as atualizações da legislação educacional;
V – as contribuições das unidades de ensino, dos profissionais da educação, das famílias e das instituições parceiras.
Parágrafo único. A revisão terá por finalidade assegurar a atualização permanente da PMASP, o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas e a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
Art. 29. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, cabendo ao Secretário Municipal de Educação expedir as portarias complementares necessárias à sua execução.
Art. 30. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único. A execução das ações, programas e projetos previstos neste Decreto fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e não gera direito subjetivo à sua implantação, manutenção ou continuidade, nem obrigação de natureza pecuniária para o Município.
Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 20 de outubro de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:3E04DA01

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0525/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0525/2026, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e,
Considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN;
Considerando a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites;
Considerando a Lei Municipal nº 657 de 23 de Novembro de 2018, que autoriza o Município de Upanema, através de convênio, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares

e Civis que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte;
Considerando o convênio firmado entre o Município de Upanema com o Estado do Rio Grande do Norte, concernente a cooperação mútua no desenvolvimento das atividades de segurança pública, o qual estabelece a criação de Conselho Municipal que atuará precipuamente no acompanhamento e controle social dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas, e;
Considerando a Lei Municipal nº 718, de 31 de Março de 2021, que Dispõe sobre a criação, funcionamento e regulamentação do Conselho Municipal de Segurança Pública de Upanema - COMSUP.
Resolve:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **ABIDAN-EBER CAETANO DE MEDEIROS**, matrícula 2268507, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00.
Art. 2º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **ANTONIO ALAN DA SILVA LAURENTINO**, matrícula 2512122, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00.

Art. 3º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), ao senhor **ANTONIO GILMAR DA SILVA**, matrícula 1082159, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 18:00 – 13/09/2026 00:00.

Art. 4º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **CARLOS JORDAO COSTA DE OLIVEIRA**, matrícula 2466058, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00

Art. 5º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **CLAUDIO LOPES DE CARVALHO JUNIOR**, matrícula 2466201, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 03/09/2026 19:00 – 04/09/2026 07:00.

Art. 6º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **DIOGO MATEUS FERREIRA COSTA**, matrícula 251022, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.
Art. 7º - CONCEDER quatro diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 429,60 (quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), ao senhor **EUMADAN ABNER CAETANO DE MEDEIROS**, matrícula 2452014, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 19:00 – 13/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 8º - CONCEDER seis diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 644,40 (seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), ao senhor **FRANCISCO LUCAS GOMES DE MORAIS**, matrícula 2472953, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00; 12/09/2026 12:00 – 13/09/2026 00:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 9º - CONCEDER quatro diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 429,60 (quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), ao senhor **HANDNNY WYLLER DE MOURA**, matrícula 2398761, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 10º - CONCEDER oito diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 859,20 (oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), ao senhor **IVIGRE DE OLIVEIRA ACIOLE**, matrícula 2022397, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 16/09/2026 19:00 – 17/09/2026 07:00; 20/09/2026 19:00 – 21/09/2026 07:00; 24/09/2026 19:00 – 25/09/2026 07:00; 28/09/2026 19:00 – 29/09/2026 07:00.

Art. 11º - CONCEDER onze diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 1.181,40 (um mil cento e oitenta e um reais e quarenta centavos), ao senhor **JOSE BATISTA JUNIOR**, matrícula 2022524, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 07/09/2026 14:00 – 08/09/2026 02:00; 15/09/2026 19:00 – 16/09/2026 07:00; 19/09/2026 13:00 – 20/09/2026 07:00; 23/09/2026 14:00 – 24/09/2026 02:00; 27/09/2026 19:00 – 28/09/2026 07:00.

Art. 12º - CONCEDER três diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 322,20 (trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), ao senhor **JOSÉ FRANCISCO FILHO**, matrícula 2273730, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 13:00 – 11/09/2026 07:00.

Art. 13º - CONCEDER nove diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 966,60 (novecentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), ao senhor **JOSE RICARDO DE SOUZA NOGUEIRA**, matrícula 1667769, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 13:00 – 11/09/2026 07:00; 12/09/2026 13:00 – 13/09/2026 01:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00; 28/09/2026 19:00 – 29/09/2026 07:00.

Art. 14° - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **LUIZ PAULO FRANCO DE OLIVEIRA**, matrícula 2274817, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 19:00 – 13/09/2026 07:00.

Art. 15º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **LUIZ YAGO DA SILVA**, matrícula 2509520, para atuar na atividade de

policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 16º - CONCEDER sete diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 751,80 (setecentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), ao senhor **LAZARO CARLOS GONDIM**, matrícula 2022176, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00; 26/09/2026 12:00 – 27/09/2026 06:00.

Art. 17° - CONCEDER quatro diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 429,60 (quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), ao senhor **MARCIO ALISSON PINHEIRO VIEIRA**, matrícula 1962268, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 18º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **MARCOS DANIEL MENDES CARVALHO**, matrícula 2400111, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 12:00 – 13/09/2026 00:00.

Art. 19º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **PATRICIA DA COSTA FREITAS**, matrícula 2512564, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 19:00 – 13/09/2026 07:00.

Art. 20º - CONCEDER vinte diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 2.148,00 (dois mil cento e quarenta e oito reais), ao senhor **PEDRO SALDANHA DA SILVA**, matrícula 1627023, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 03/09/2026 14:00 – 04/09/2026 02:00; 07/09/2026 14:00 – 08/09/2026 02:00; 12/09/2026 19:00 – 13/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00; 14/09/2026 14:00 – 15/09/2026 02:00; 18/09/2026 14:00 – 19/09/2026 02:00; 21/09/2026 14:00 22/09/2026 02:00; 23/09/2026 14:00 – 24/09/2026 02:00; 26/09/2026 14:00 – 27/09/2026 02:00; 28/09/2026 14:00 – 29/09/2026 02:00.

Art. 21° - CONCEDER quatro diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 429,60 (quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos, a senhora **REBEKA KALLYNE ALVES BARRA**, matrícula 2508702, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00; 11/09/2026 19:00 – 12/09/2026 07:00.

Art. 22° - CONCEDER seis diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 644,40 (seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), a senhora **RAQUEL RAYANE DE OLIVEIRA SALDANHA LEMOS**, matrícula 2469391, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 17/09/2026 19:00 – 18/09/2026 07:00; 18/09/2026 13:00 – 19/09/2026 01:00; 20/09/2026 13:00 – 21/09/2026 01:00.

Art. 23º - CONCEDER uma diária, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), ao senhor **SEBASTIÃO TERTULIANO FILHO**, matrícula 1627040, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 18:00 – 13/09/2026 00:00.

Art. 24º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **SEVERINO SANTANA FILHO**, matrícula 1636537, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 12/09/2026 19:00 – 13/09/2026 07:00.

Art. 25º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e oitenta centavos), ao senhor **WELLINGTON KLEBER FREIRE DE ALBURQUEQUE DORE MARQUES**, matrícula 2277590, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 10/09/2026 19:00 – 11/09/2026 07:00.

Art. 26° - Os servidores beneficiários de que trata o art. 1º ao 7º, desta Portaria, ficam obrigados à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 27º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:7C48EFFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
Processo Administrativo nº 082/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores, válvulas e acessórios correlatos para a manutenção e adequada operação da frota de veículos e máquinas do Município de Várzea/RN.
Resultado: Empresas vencedoras pelo valor total de R$326.134,14 (trezentos e vinte e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quatorze centavos), conforme segue:

• **PAULO R PEREIRA** (CNPJ nº 18.131.838/0001-80), vencedora do lote 2, no valor total de **R$3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais).**
• **JOSÉ BEZERRA GUEDES – AUTO PEÇAS** (CNPJ nº 10.725.936/0001-33), vencedora dos lotes 1, 3, 4 e 5, no valor total de **R$322.784,14 (trezentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos).**

Registra-se que foi aberto, na plataforma BNC, o prazo para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação de intenção recursal por nenhum dos licitantes participantes.

Várzea/RN, 20 de outubro de 2026.

DIEGO AVELINO FERREIRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:354EAC54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
Processo Administrativo nº 082/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores, válvulas e acessórios correlatos para a manutenção e adequada operação da frota de veículos e máquinas do Município de Várzea/RN.
O procedimento licitatório resultou no valor total de **R$326.134,14 (trezentos e vinte e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quatorze centavos)**, distribuído entre as seguintes empresas vencedoras:

• **PAULO R. PEREIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.131.838/0001-80, vencedora do Lote 2, no valor total de **R$3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais)**.
• **JOSÉ BEZERRA GUEDES – AUTO PEÇAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.725.936/0001-33, vencedora dos Lotes 1, 3, 4 e 5, no valor total de **R$322.784,14 (trezentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos)**.

Diante do resultado, fica adjudicado o objeto do **Pregão Eletrônico nº 015/2026** às empresas vencedoras acima identificadas, conforme os respectivos lotes e valores adjudicados.
Várzea/RN, 20 de outubro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:1C7733FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
Processo Administrativo nº 082/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores, válvulas e acessórios correlatos para a manutenção e adequada operação da frota de veículos e máquinas do Município de Várzea/RN.
Empresas vencedoras e valor total: R$326.134,14 (trezentos e vinte e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quatorze centavos), distribuídos da seguinte forma:

• **PAULO R. PEREIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.131.838/0001-80, vencedora do Lote 2, no valor total de **R$3.350,00** (três mil, trezentos e cinquenta reais).
• **JOSÉ BEZERRA GUEDES – AUTO PEÇAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.725.936/0001-33, vencedora dos Lotes 1, 3, 4 e 5, no valor total de **R$322.784,14** (trezentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos).

A autoridade competente do Município de Várzea/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o edital e demais disposições aplicáveis, resolve **HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 015/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 082/2026, considerando o atendimento ao objeto do procedimento licitatório acima especificado.
Várzea/RN, 20 de outubro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:F1C293FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DES. COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação prévia do Termo de Aceite/Aprovação do cofinanciamento federal para a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do SUAS no Município de Venha-Ver/RN, em caráter preventivo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VENHA-VER/RN - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº353, de 29 de setembro de 2021 e a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e considerando:
CONSIDERANDO, a Portaria MDS nº 1.172, de 20 de março de 2026, que regulamenta o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
CONSIDERANDO, as orientações normativas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) relativas ao cadastramento preventivo de órgãos gestores para pronto atendimento em eventuais situações de emergência ou calamidade pública;
CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar a prorrogação ou habilitação prévia do Termo de Aceite/Aprovação do município de Venha-Ver junto ao Governo Federal, garantindo agilidade operacional e regularidade formal caso ocorra situação de emergência ou calamidade pública;
CONSIDERANDO, que a presente deliberação possui caráter exclusivamente prévio e preventivo de estruturação e gestão do SUAS, não configurando, neste ato, a solicitação imediata ou repasse efetivo de recursos financeiros federais;
CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CMAS em Reunião Ordinária realizada em 20 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o Termo de Aceite / Aprovação do Cofinanciamento Federal para a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referente ao Município de Venha/RN.
Art. 2º Esclarecer que a aprovação contida no Art. 1º possui caráter preventivo, visando manter a Secretaria Municipal de Assistência Social de Venha-Ver/RN habilitada e alinhada às exigências do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
Art. 3º Estabelecer que a presente Resolução não implica pedido imediato nem transferência de recursos financeiros, ficando a solicitação de aporte pecuniário condicionada ao eventual decreto formal de emergência ou calamidade pública e ao preenchimento dos requisitos legais específicos exigidos pela legislação federal vigente.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
VENHA-VER/RN, 20 de outubro de 2026.

FERNANDA BARBOSA PESSOA ALVES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Venha-Ver/RN

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:02404D67

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DES. COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre a aprovação da utilização do saldo remanescente da Programação SIGTV nº 241475320230001 do município de Venha-Ver/RN.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Venha-Ver/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) e pela Lei Municipal nº 353, de 29/09/2021,
CONSIDERANDO, a deliberação ocorrida em reunião ordinária/extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Venha-Ver/RN, realizada em 20 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, por UNANIMIDADE, a utilização do saldo remanescente referente a Programação SIGTV nº 241475320230001 – modalidade GND4 – Investimento, conta corrente nº 37614-0, no valor correspondente a R$ 41.108,40 (Quarenta e um mil, cento e oito reais e quarenta centavos), referente ao período de 6 de outubro de 2026.
Art. 2º O saldo remanescente será utilizado para aquisição de materiais permanentes para as unidades socioassistenciais da Proteção Social Básica – CRAS e SCFV.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VENHA-VER/RN, 20 de outubro de 2026.

FERNANDA BARBOSA PESSOA ALVES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:5E3A9929

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 046/2026

DECRETO Nº 046/2026

Altera o dia do Ponto Facultativo referente ao Dia do Servidor Publico no ano de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que asseguram aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar normas gerais da União e do Estado,

CONSIDERANDO o princípio da autonomia municipal (art. 18 da CF/88), que garante aos Municípios autogoverno e autoadministração conforme os interesses da coletividade local;

CONSIDERANDO que a medida observa os princípios da razoabilidade, da eficiência (art. 37 da CF/88) e do interesse público, sem prejuízo aos serviços públicos essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo, no âmbito da Administração Pública Municipal de Vera Cruz/RN, no dia 30 de Outubro de 2026 (sexta-feira),

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica aos serviços públicos essenciais ou que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, os quais deverão funcionar normalmente, sob regime de plantão, escala ou atendimento contínuo.
Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos essenciais, entre outros:
I – Unidades de saúde com funcionamento em regime de urgência e emergência, e plantões médicos;
II – Serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos;
III – Atividades de vigilância patrimonial e guarda municipal;
IV – Serviços de manutenção de infraestrutura urbana e abastecimento de água;
V – Serviços de fiscalização ambiental, de trânsito e defesa civil, quando aplicáveis;
VI – Outros que forem definidos como indispensáveis pelas respectivas Secretarias Municipais.

Art. 3º Os Secretários e/ou titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços públicos essenciais elencados neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vera Cruz/RN, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:CDAF5B02

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR Nº 01/2026

PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR do Município de **Vera Cruz/RN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº **036** de **08 de junho de 2026**, **CONVOCA** todos os conselheiros titulares e suplentes, para participarem da **Primeira Reunião Ordinária** deste conselho, a realizar-se conforme as especificações abaixo:

• **Data:** 21 de outubro de 2026
• **Horário:** 10:00hrs
• **Local**: Secretaria Municipal de Educação – SME, **(**Sala de reuniões).
• **Endereço:** Rua Gerônimo de Albuquerque, n 01 – Centro – Vera Cruz/RN.

Contamos com a pontualidade e a valiosa presença de todos para darmos início aos trabalhos em prol das políticas públicas de igualdade racial em nosso município.

Vera Cruz/RN, 16 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:07378FBD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195/2026

Portaria nº 195/2026 Vera-Cruz/RN, 20 de Outubro de 2026.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Social (COMPIR), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN, usando das atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal Nº 036/2026, que dispõe sobre a Instituição da Política Municipal de Promoção da igualdade Racial, e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1º– Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Social, - os (as) senhores (as) abaixo elencados.

I – CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: FELIPE CAVALCANTI DE PAIVA FONSECA
Suplente: ALYSSON DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Educação:
Titular: MARIA DE JESUS DA SILVA
Suplente: ROSEMEYRE RODRIGUES DE PAIVA

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: RAISSA DE SOUZA OLIVEIRA
Suplente: LIVIA MIZAELI DE LIMA PEREIRA

Secretaria de Administração:
Titular: JEFFERSON MYCLAUSE DE LIMA
Suplente: JADSON RODRIGUES TARGINO DE MOURA

Representante da Sociedade Civil – Segmento Comunidades de diferentes Etnias:
Titular: JOSE MOURA FILHO
Suplente: JOSE LUCIO MARQUES

Representante de Entidade Religiosa
Titular: Thales Henrique Guedes de souza
Suplente: Francielio Oliveira de Vasconcelos

Representante da Sociedade Civil – Movimento de lutas pela Igualdade Racial:
Titular: Kethelyn Barbosa Carneiro da Silva
Suplente: Geniorrax Euclides Soares

Representante da Sociedade Civil – Representantes de Matriz ou Congêneres afrodescendentes:

Titular: Pedro Henrique Bernardo da Silva
Suplente: Renata Torres da Silva

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:6AB308F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025.

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANGICOS E A EMPRESA GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI-CNPJ: 31.373.978/0001-22.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PARTES E FUNDAMENTO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN, com sede na Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, na cidade de Angicos/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.409/0001-60, neste ato representado (a) pelo Prefeito, Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, brasileiro, viúvo, agropecuarista, inscrito no (CPF/MF sob o n° 406.644.654-04), portador do RG n° 656.153/SESPDS-RN; residente e domiciliado na Rua João Alexandre, 04, Centro, CEP: 59.515-000 na cidade de Angicos/RN; no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei orgânica municipal.

FORNECEDOR: GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI, com sede a RUA FRANCISCO GUILHERME TEIXEIRA DE SOUZA, 1273 A, ALTO DA ALEGRIA, ANGICOS/RN, CEP: 59515-000 inscrita no CNPJ: 31.373.978/0001-22; neste ato representado por ÁLVARO LUIZ GONÇALVES GUILHERME DE SOUZA; CPF: 105.948.084-05, representante legal conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos do processo de origem da contratação.

FUNDAMENTO: O presente aditivo fundamenta-se na Subcláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 084/2025, assinada em 20/10/2025, oriundo da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 010/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 818004/2025, no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência da **Ata de Registro de Preços nº 084/2025**, de forma consensual entre as partes acima qualificadas, com relação aos itens fornecidos pela empresa, nas condições atualmente pactuadas, inclusive com relação aos respectivos valores registrados, durante o período de **20 de Outubro de 2026 a 20 de Outubro de 2027**, conforme manifestação expressa do fornecedor em sua anuência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados; ficando renovadas as quantidades originais registradas na ata, que passa a vigor com a seguinte redação, conforme quadro abaixo:

LOTE 01 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS E ESTOQUE SECO						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço unitario (R$)	Valor. Total (R$)
1	Açúcar cristal triturado, derivado da sacarose de cana de açúcar, na cor branca, de rápida dissolução. Embalagem com identificação do produto, peso líquido de 1 kg e com prazo de validade.	NECTAR	KG	2.080	R$4,00	R$8.320,00
2	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, peso líquido de 1kg e com prazo de validade.	POP	KG	3.640	R$4,25	R$15.470,00
3	Arroz polido tipo I, grão longo, tipo 1, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, peso líquido de 1kg e com prazo de validade.	POP	KG	3.640	R$4,25	R$15.470,00
4	Aveia em flocos, integral, 100% natural, em embalagem resistente, original da fábrica, com 200g, contendo em sua rotulagem identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e	NATURALLE	PCT	250	R$4,00	R$1.000,00

	prazo de validade.					
5	Colorífico sem sal, deve apresentar ingredientes tais como: fubá, óleo de soja e urucum com matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto. Deverá apresentar a validade de no mínimo 6 (seis) meses, data de fabricação. Registro no MS. De acordo com a RDC nº276/2005. Pacote contendo 500g	SÃO BRAZ	PCT	400	R$3,00	R$1.200,00
6	Farinha de milho flocada, Farinha de milho de granulometria fina, com alto teor de amido e elevada pureza, livre de películas e gérmen, de cor amarela, com odor e sabor característicos do milho. Embalagem contendo 500g.	NORDESTINO	PCT	3.900	R$1,25	R$4.875,00
7	Feijão macassar, constituído de mínimo 90% de grãos na cor característica a variedade correspondente de grãos inteiros, sadios, novos, com umidade permitida de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Produto com identificação, peso líquido de 1 kg e com prazo de validade.	DUZE	KG	1.300	R$6,00	R$7.800,00
8	Feijão preto tipo I, constituído de mínimo 90% de grãos na cor característica a variedade correspondente de grãos inteiros, sadios, novos, com umidade permitida de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Produto com identificação, peso líquido de 1 kg e com prazo de validade.	DUZE	KG	1.300	R$6,00	R$7.800,00
9	Macarrão, tipo espaguete, à base de farinha, sem ovos, embalagens de 500g, com data de fabricação e prazo de validade, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas.	BRANDINI	PCT	7.280	R$2,75	R$20.020,00
10	Sal refinado, refinado, iodado, com granulação uniforme e cristais brancos, não pegajoso ou empedrado. Embalagem com identificação do produto, contendo 1kg e com prazo de validade.	FAIZÃO	KG	400	R$1,36	R$544,00
VALOR GLOBAL LOTE 01 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS E ESTOQUE SECO R$: 82.499,00						

LOTE 03 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
18	Bolo de ovos sabores diversos, preparação realizada em local salubre que atenda as normas de boas práticas de fabricação de alimentos conforme legislação sanitária vigente. Embalado individualmente e com rotulagem contendo informação nutricional obrigatória. Sabores: Cenoura, chocolate, milho e mesclado. Embalagem de 1 kg	DA CASA	KG	2.600	R$20,56	R$53.456,00
19	Bolacha água e sal, o produto deve estar de acordo com a NTA 02 e 83 PCT 150 9,44 1.416,00 12 (Decreto 12.846/78) e Portaria nº 29 de 13 de janeiro de 1998, ANVISA. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, sem colesterol. Características: cor, odor, sabor e textura característica. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400g.	CARREFOUR	PCT	1.625	R$5,00	R$8.125,00
20	Pão (cachorro quente), formato do tipo hot dog, unidade de 50g, preparado com farinha de trigo especial, açúcar, leite, sal e água. Com casca de cor uniforme castanho-dourado, macia, miolo de cor branco-creme de textura macia e granulação fina. Embalagem: Pacotes contendo 10 unidades.	DA CASA	PCT	3.900	R$7,00	R$27.300,00
VALOR GLOBAL LOTE 03 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS: PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO R$88.881,00						

LOTE 04 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: HORTIFRUTIS GRANJEIROS						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total (R$)
21	Abobora/Jerimum, madura, de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Kg A entrega do produto deverá ser feita SEMANALMENTE conforme emissão de pedido do setor de Merenda Escolar.	IN NATURA	KG	5.200	R$3,00	R$15.600,00
22	Alface, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A entrega do produto deverá ser feita SEMANALMENTE conforme emissão de pedido do setor de Merenda Escolar.	IN NATURA	KG	260	R$6,00	R$1.560,00
23	Alho, graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	GROP	KG	400	R$15,00	R$6.000,00
24	Banana prata, in natura, kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	IN NATURA	KG	5.200	R$2,50	R$13.000,00
25	Batata doce, Batata doce lavada. Características Gerais: Rosada, de boa qualidade, compacta, firme, serem suficientemente desenvolvidas, com o tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam a sua aparência. Estarem livres de enfermidades, da maior parte possível de terra aderente à casca. Estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Não apresentarem rachaduras ou cortes na casca.	IN NATURA	KG	5.200	R$3,00	R$15.600,00
26	Batata inglesa, de primeira qualidade, in natura, compacta e firme, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A entrega do produto deverá ser feita SEMANALMENTE conforme emissão de pedido do setor de Merenda Escolar.	IN NATURA	KG	2.340	R$3,00	R$7.020,00
27	Beterraba, primeira qualidade, bem desenvolvida, compacta e firme, isenta de enfermidade e sujidade, tamanho e coloração uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	IN NATURA	KG	520	R$4,00	R$2.080,00
28	Cebola branca, não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, intactas, firmes e bem desenvolvidos de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	IN NATURA	KG	1.040	R$4,00	R$4.160,00
29	Cenoura, sem folhas, de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	IN NATURA	KG	2.340	R$4,00	R$9.360,00
30	Coentro, maço, fresca, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidades, sujidades, parasitos e larvas. A entrega do produto deverá ser feita SEMANALMENTE conforme emissão de pedido do setor de Merenda Escolar.	IN NATURA	KG	210	R$6,00	R$1.260,00
31	Laranja pêra, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, firmes, sem ferimentos ou defeitos.	IN NATURA	KG	5.200	R$3,00	R$15.600,00
32	Maçã vermelha nacional, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	IN NATURA	KG	5.200	R$8,70	R$45.240,00
33	Macaxeira, tipo branca, raízes de primeira, sabor e cor próprios da espécie, uniformes, frescas e com casca inteira, sem ferimento ou defeitos, não fibrosa, livre de terra e corpos estranhos aderente a espécie externa e isenta de umidade.	IN NATURA	KG	5.200	R$4,00	R$20.800,00
34	Mamão formosa, tipo formosa, de primeira qualidade, bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, tamanho e coloração uniformes, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio de transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	IN NATURA	KG	5.200	R$2,50	R$13.000,00
35	Melão, graúdo, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta.	IN NATURA	KG	5.200	R$2,50	R$13.000,00
36	Melancia, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes,	IN NATURA	KG	5.200	R$2,50	R$13.000,00

	devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.					
37	Pimentão, de primeira, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	IN NATURA	KG	520	R$6,00	R$3.120,00
38	Tomate, grau de maturação intermediário, de boa qualidade, graúdo, com polpa firme e intacta, isento de material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	IN NATURA	KG	2.340	R$6,00	R$14.040,00
39	Chuchu, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	IN NATURA	KG	260	R$4,00	R$1.040,00
VALOR GLOBAL LOTE 04 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: HORTIFRUTISGRANJEIROS R$:214.480,00						

LOTE 05 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: POLPA DE FRUTAS						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
40	Polpa de fruta sabor acerola, selecionada e	SERIDO	KG	1.365	R$4,46	R$6.087,90

	pasteurizada, obtida da extração da fruta in natura. Isenta de contaminação. Embalagem individual contendo 1 Kg, em películas plásticas impermeáveis resistentes e transparentes. Registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As embalagens deverão apresentar identificação do produto marca do fabricante, prazo de validade e peso, de acordo com a resolução 12/78 CNNPA.					
41	Polpa de fruta sabor goiaba, selecionada e pasteurizada, obtida da extração da fruta in natura. Isenta de contaminação. Embalagem individual contendo 1 Kg, em películas plásticas impermeáveis resistentes e transparentes. Registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As embalagens deverão apresentar identificação do produto marca do fabricante, prazo de validade e peso, de acordo com a resolução 12/78 CNNPA.	SERIDO	KG	1.365	R$4,45	R$6.074,25
42	Polpa de fruta sabor cajá, selecionada e pasteurizada, obtida da extração da fruta in natura. Isenta de contaminação. Embalagem individual contendo 1 Kg, em películas plásticas impermeáveis resistentes e transparentes. Registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As embalagens deverão apresentar identificação do produto marca do fabricante, prazo de validade e peso, de acordo com a resolução 12/78 CNNPA.	SERIDO	KG	1.365	R$5,00	R$6.825,00
VALOR GLOBAL LOTE 05 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: POLPA DE FRUTAS R$18.987,15						

LOTE 06 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS: DERIVADOS LÁCTEOS						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
43	Leite em pó integral instantâneo, leite em pó integral instantâneo - Acondicionado em embalagem de 01kg. Não violadas, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial	PIRACANJUBA	KG	1.560	R$31,00	R$48.360,00
44	Leite integral UHT, leite integral (sem adição de açúcar e com menos de 5,5g de gordura saturada em 100g do produto), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem de papelão tipo	BETANIA	LT	7.800	R$3,39	R$26.442,00

	longo vida, contendo 1 L, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 03 (três) meses a contar da data de entrega.					
45	Queijo Muçarela fatiado, fabricado à base de leite de vaca, de primeira qualidade, fatiado, acondicionado em embalagem atóxica de 1kg, limpa, não violada, resistente. Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF).	NATULAC	KG	780	R$31,00	R$24.180,00
VALOR GLOBAL LOTE 06 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS: DERIVADOS LÁCTEOS R$: 98.982,00						

LOTE 07 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: CARNE BOVINA, FRANGO, PEIXE E OVOS DE GALINHA						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
46	Carne bovina, tipo músculo, congelada, com no máximo 10% de sebo e gordura. Com cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionada em embalagem própria contendo peso líquido de 1kg a 3kg, transparente, atóxica, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF).	FRIBOI	KG	2.600	R$18,00	R$46.800,00
47	Carne bovina, tipo patinho, congelada, com no máximo 10% de sebo e gordura. Com cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionada em embalagem própria contendo peso líquido de 1kg a 3kg, transparente, atóxica, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF).	FRIBOI	KG	4.160	R$20,00	R$83.200,00
48	Carne bovina, moida, dianteira, congelada, com no máximo 10% de sebo e gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionada em embalagem própria de 1 kg, transparente, atóxica, não violada, resistente,	LINS	KG	3.120	R$16,00	R$49.920,00

	que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF).					
49	Filé de peito de frango, apresentar-se congelado, com adição de água de no máximo 6%, embalado em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Acondicionado em caixas lacradas. Apresentar selo do serviço de inspeção federal do Ministério da Agricultura (SIF) ou estadual (SEIPOA). Em	SOMAVE	KG	8.320	R$18,50	R$153.920,00
50	Ovo de galinha, tamanho padrão (médio), de 1ª qualidade, com boa aparência, sem manchas ou fragmento, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas. Acondicionado em embalagem apropriada (bandeja com 30 unidades). Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF).	FILADELFIA	Bandeja	1.300	R$17,00	R$22.100,00
51	Filé de merluza, congelado, de primeira qualidade, limpo, sem pele ou escamas, sem espinha, com 180g em média, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Com etiqueta de identificação do produto, peso, prazo de validade serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou federal (SIF). Acondicionada em embalagem de 1kg e de material transparente atóxico.	DA CRUZ	KG	1.850	R$10,00	R$18.500,00
VALOR GLOBAL LOTE 07 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS: CARNE BOVINA, FRANGO, PEIXE E OVOS DE GALINHA R$: 374.440,00.						

LOTE 08 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: ÓLEOS E GORDURAS						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Valor. Total(R$)
52	Óleo de soja, refinado, garrafa com peso líquido de 900ml e prazo de validade.	ABC	UND	600	R$7,50	R$4.500,00
53	Manteiga de primeira qualidade com sal, creme pasteurizado obtido exclusivamente do leite de vaca. Não deverá conter gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem de 500g, contendo dados de identificação do produto,	CABUGI	UND	400	R$17,37	R$6.948,00
	marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (10ºc ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embalagens não se apresentem estufadas ou alteradas.					
VALOR GLOBAL LOTE 08 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: ÓLEOS E GORDURAS R$: 11.448,00						

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS E RATIFICAÇÃO

Ratifica-se em todos os termos e condições as demais cláusulas constantes da ata de registro de preços de origem, naquilo que não conflitarem com este Termo, ora a constituir parte complementar daquela.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam este termo eletronicamente, para que produza seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Angicos/RN, 20 de Outubro de 2026.

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE ANGICOS - CNPJ: 08.085.409/0001-60
MIGUEL PINHEIRO NETO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF/MF: 406.644.654-04
REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI- CNPJ: 31.373.978/0001-22
ÁLVARO LUIZ GONÇALVES GUILHERME DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF/MF: 105.948.084-05
REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO

Publicado por:
Leslie Rayssa Pinheiro de Melo
Código Identificador:D2D70F40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0308/2026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 337.805,23 (trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e cinco reais e vinte e três centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e revoga o Decreto Municipal nº 0292, de 11 de setembro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no disposto nos arts. 40, 41, inciso I, e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

CONSIDERANDO a autorização contida no § 2º do art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3.698, de 30 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a autorização contida no § 1º do art. 34 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.289/2025, de 30 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3.570, de 1º de julho de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, que foram identificadas inconsistências técnicas na indicação da fonte de recursos e do elemento de despesa constantes do Decreto Municipal nº 0292, de 11 de setembro de 2026, as quais impõem sua revogação e a edição de novo ato para disciplinar a abertura do crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 337.805,23 (trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e cinco reais e vinte e três centavos), destinado ao reforço de dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º deste Decreto são provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogado o Decreto Municipal nº 0292, de 11 de setembro de 2026.

Apodi/RN, 20 de outubro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**337.805,23**
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**337.805,23**
	2039 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Município de Apodi				**337.805,23**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25690000	0001	236.463,66
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25690000	0001	101.341,57

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:DA33BB3B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 01/2026 - CONTROLADORIA, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinado com a Lei Orçamentária vigente;

Resolve:

Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral da Prefeitura Municipal, o valor de R$ 4.355.800,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), entre as dotações especificadas no anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldos de dotações orçamentárias especificadas no anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em, 02 de janeiro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.355.800,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**272.500,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**174.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	126.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	8.000,00
	2027 Manutenção das Ações da Assessoria de Comunicação.				**98.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	98.500,00
02 .002 SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS					**222.450,00**
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento e das Finanças.				**222.450,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	222.450,00
02 .004 SECRET. MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO					**400.000,00**
	2008 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.				**400.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	200.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	200.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**577.000,00**
	2037 Manutenção das Ações do Programa Quota Salário Educação - QSE				**32.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	32.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação.				**165.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	165.000,00
	2195 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - VAAT/VAAF/VAAR				**90.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	90.000,00
	2196 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - VAAT/VAAF/VAAR				**290.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	290.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA					**863.400,00**
	1046 Construção e Manutenção de Praças, Prédios e Logradouros Públicos				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	60.000,00
	2143 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17510000	0001	20.000,00
	2182 Pavimentação, Manutenção e Drenagem de Ruas e Avenidas com Paralelepípedos e Asfalto.				**723.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	453.400,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17550000	0001	170.000,00
	1093 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**60.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	60.000,00
02 .009 SEC. MUN. DO ESPORTE, LAZER, TURISMO E DA CULTURA					**13.000,00**
	2185 Manutenção das Ações de Incentivo ao Esporte				**10.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	10.000,00
	1012 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
02 .013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.944.650,00**
	2057 Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde				**533.500,00**

		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	333.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
	2058 Manutenção das Ações da Atenção Primária				**594.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	594.600,00
	2064 Manutenção das Ações do Programa da Assistência Farmacêutica.				**50.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	50.000,00
	2154 Manutenção das Ações do Programa Vigilância em Saúde				**65.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	65.000,00
	2159 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - Atenção Especializada				**382.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	229.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	110.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	28.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	15.000,00
	1074 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel Médico e Odontológica				**319.250,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	319.250,00
02 .014 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**62.800,00**
	2079 Bloco da Proteção Social Básica.				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2081 Manutenção das Ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS				**40.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	40.800,00
	2169 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social.				**21.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	21.000,00
Anexo II (Redução)					**4.355.800,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**232.500,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**180.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	106.510,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	4.990,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.010,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	1.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	40.000,00
	2005 Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município				**8.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	2027 Manutenção das Ações da Assessoria de Comunicação.				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.000,00
	2108 Manutenção das Ações da Controladoria Geral do Município				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
02 .002 SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS					**232.450,00**
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento e das Finanças.				**223.970,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	192.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	4.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.980,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	14.000,00
	2190 Qualificação e Capacitação dos Servidores				**8.480,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.990,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.990,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**30.000,00**
	2165 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação.				**30.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.500,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.000,00
02 .004 SECRET. MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO					**400.000,00**
	2007 Amortização da Dívida Fundada Junto aos Precatórios Trabalhistas e RPVs.				**200.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	200.000,00
	2109 Amortização da Dívida Fundada Junto ao INSS.				**200.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	200.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**577.000,00**
	1117 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas.				**32.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	32.000,00
	2029 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental				**55.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação.				**85.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2045 Aquisição de Material Esportivo e Fardamento Escolar				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	25.000,00
	2195 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - VAAT/VAAF/VAAR				**70.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	70.000,00
	2196 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - VAAT/VAAF/VAAR				**310.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	310.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA					**863.400,00**
	1041 Construção, Instalação e Reforma de Quiosque e Áreas de Convivência.				**45.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	30.000,00
	1042 Construção e Ampliação de Cemitério e Centro de Velório				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00

	1046 Construção e Manutenção de Praças, Prédios e Logradouros Públicos				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	1102 Construção de Abrigos Rodoviários.				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
	1125 Construção, Reforma e Manutenção de Ciclovias e Calçadas.				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	2104 Ampliação e Modernização do Sistema de Iluminação Pública.				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	2143 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
	2182 Pavimentação, Manutenção e Drenagem de Ruas e Avenidas com Paralelepípedos e Asfalto.				**753.400,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	19.990,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	634.400,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	33.020,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17550000	0001	65.990,00
02 .009 SEC. MUN. DO ESPORTE, LAZER, TURISMO E DA CULTURA					**13.000,00**
	2185 Manutenção das Ações de Incentivo ao Esporte				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1012 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	3.000,00
02 .013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.944.650,00**
	2057 Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde				**807.350,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	476.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16213210	0001	102.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16213210	0001	129.250,00
	2058 Manutenção das Ações da Atenção Primária				**706.900,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	222.600,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	122.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	48.300,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	254.000,00
	2159 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - Atenção Especializada				**230.400,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	162.400,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	2.990,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	45.010,00
	1075 Construção, Instalação, Manutenção, Ampliação e Reforma de Unidade Básica de Saúde - UBS.				**105.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16003110	0001	95.000,00
	1074 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel Médico e Odontológica				**95.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	95.000,00
02 .014 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**62.800,00**
	2079 Bloco da Proteção Social Básica.				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	1.000,00
	2081 Manutenção das Ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS				**40.800,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	40.800,00
	2169 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social.				**21.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	21.000,00

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:77F48618

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 02/2026 - CONTROLADORIA, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinado com a Lei Orçamentária vigente;

Resolve:

Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral da Prefeitura Municipal, o valor de R$ 1.310.100,00 (um milhão, trezentos e dez mil e cem reais), entre as dotações especificadas no anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldos de dotações orçamentárias especificadas no anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em, 02 de janeiro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.310.100,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**76.000,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**76.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	38.000,00

		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	38.000,00
02 .002 SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS					**14.000,00**
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento e das Finanças.				**14.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17540000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17550000	0001	2.000,00
02 .004 SECRET. MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO					**10.000,00**
	2008 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.				**10.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**615.100,00**
	2195 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - VAAT/VAAF/VAAR				**615.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	310.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	305.100,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA					**371.000,00**
	1046 Construção e Manutenção de Praças, Prédios e Logradouros Públicos				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	100.000,00
	2143 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**135.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17510000	0001	14.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17510000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	6.000,00
	2182 Pavimentação, Manutenção e Drenagem de Ruas e Avenidas com Paralelepípedos e Asfalto.				**130.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	80.000,00
	1093 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17050000	0001	6.000,00
02 .009 SEC. MUN. DO ESPORTE, LAZER, TURISMO E DA CULTURA					**30.000,00**
	2145 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal do Esporte, do Lazer, do Turismo e da Cultura.				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	30.000,00
02 .013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**174.000,00**
	2057 Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde				**84.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	84.000,00
	2159 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - Atenção Especializada				**90.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	40.000,00
02 .014 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.000,00**
	2169 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social.				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**1.310.100,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**76.000,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**66.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	8.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
	2027 Manutenção das Ações da Assessoria de Comunicação.				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .002 SEC. MUN. DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS					**14.000,00**
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento e das Finanças.				**14.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
02 .004 SECRET. MUNIC. DA ADMINISTRAÇÃO					**10.000,00**
	2008 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**615.100,00**
	1117 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas.				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	30.000,00
	2195 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - VAAT/VAAF/VAAR				**275.100,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	29.990,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15421070	0001	20.510,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15421070	0001	224.600,00
	2196 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - VAAT/VAAF/VAAR				**310.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	210.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA					**371.000,00**
	1041 Construção, Instalação e Reforma de Quiosque e Áreas de Convivência.				**29.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	29.500,00
	1046 Construção e Manutenção de Praças, Prédios e Logradouros Públicos				**90.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	70.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	20.500,00
	2143 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**135.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	14.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	6.000,00
	2182 Pavimentação, Manutenção e Drenagem de Ruas e Avenidas com Paralelepípedos e Asfalto.				**110.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	80.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17050000	0001	30.000,00
	1093 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	6.000,00
02 .009 SEC. MUN. DO ESPORTE, LAZER, TURISMO E DA CULTURA					**30.000,00**
	2145 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal do Esporte, do Lazer, do Turismo e da Cultura.				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
02 .013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**174.000,00**
	2057 Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde				**24.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	24.000,00
	2058 Manutenção das Ações da Atenção Primária				**150.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	50.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003110	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	50.000,00
02 .014 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.000,00**
	2169 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social.				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Arez

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:25137ED0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 - PROCESSO Nº 144302/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **COMERCIAL APOLO LTDA**						
CNPJ: **02.440.676/0001-21**		Email: **comlapolo@yahoo.com.br**		Telefone: **(84) 3231-6857**		
Endereço: **Rua Valdir Targino, 3558, Candelária, Natal/RN, CEP: 59064-670**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
07	Chapéu com aba de proteção tipo australiano - Modelo australiano, aba ampla, cordão de ajuste, tecido resistente e proteção para atividades externas; tamanhos/cores a definir.	CAL/CAICÓ ACESSÓRIOS	UND	500	16,00	8.000,00
09	Protetor solar FPS 60+ - FPS 60 ou superior, proteção UVA/UVB, dermatologicamente testado, embalagem íntegra, registro/notificação sanitária aplicável e validade mínima de 12 meses na entrega.	ALGSUN	UND	300	19,00	5.700,00
10	Boné básico - Tecido resistente, aba curva, regulagem traseira e personalização institucional conforme arte aprovada.	CAL/CAICÓ ACESSÓRIOS	UND	500	11,98	5.990,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 19.690,00, (dezenove mil, seiscentos e noventa reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 14 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Comercial Apolo LTDA
CNPJ nº 02.440.676/0001-21
ANTONIO FELIX BARBOSA FILHO
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:9CE86682

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 - PROCESSO Nº 144302/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **DANDARA SPORT LTDA**						
CNPJ: **51.543.641/0001-23**		Email: **dandarah.katarine@gmail.com**		Telefone: **(84) 99890-5825**		
Endereço: **Av Brigadeiro Everaldo Breves, 135, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-200**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
11	Camiseta básica - Malha confortável e resistente, manga curta, gola redonda, costuras reforçadas; personalização institucional conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	bmx	UND	500	21,99	10.995,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 10.995,00, (dez mil, novecentos e noventa e cinco reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS
8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 14 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Dandara SPORT LTDA
CNPJ nº 51.543.641/0001-23
DANDARAH KATARINE RODRIGUES DE LUNA FREIRE
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:5FA02AE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 - PROCESSO Nº 144302/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AREZ, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Arez/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **08.161.234/0001-22** com sede na Praça Getúlio Vargas 270, Arez/RN, 59.170-000, neste ato representado pela Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Bergson Iduino de Oliveira**,** brasileiro, casado, empresário, residente no Sítio Miranda – Fazenda Miranda, s/n, Patané, Zona Rural, AREZ/RN – CEP nº 59.170-000, inscrito no CPF sob nº 379.417.984-68, portador do RG nº 544140 ITEP/RN, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR – PROMITENTE CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2026-SRP, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, ITENS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE AREZ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: **Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA**						
CNPJ: **46.027.640/0001-96**		Email: **znortecomercioeservicos@gmail.com**			Telefone: **(84) 99890-5825**	
Endereço: **Rua Antonio Anselmo de Souza, 22, Vale do Sol, Parnamirim/RN, CEP: 59.143-110**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	Camisa tipo polo - Malha confortável e resistente; gola polo; manga curta; costuras reforçadas; personalização institucional em técnica adequada, conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	VIA SECRETA	UND	1.000	31,86	31.860,00
02	Calça tipo jeans - Jeans resistente, modelagem profissional, bolsos funcionais, fechamento por zíper e botão; tamanhos a definir.	VIA SECRETA	UND	200	49,90	9.980,00
04	Calçado tipo tênis - Fechado, confortável, solado antiderrapante, cabedal resistente, adequado a uso funcional; numeração a definir.	REPLAY	UND	100	49,80	4.980,00
05	Colete de identificação funcional - Tecido resistente, fechamento frontal e bolsos funcionais; identificação institucional conforme arte aprovada; tamanhos a definir.	CASA DO IPI	UND	100	62,00	6.200,00
06	Bolsa em lona - padrão SUS - Lona resistente, alças reforçadas, fechamento seguro e identificação visual no padrão SUS, conforme arte aprovada.	VIA SECRETA	UND	50	71,00	3.550,00
08	Calça de brim - Brim resistente, modelagem profissional, bolsos funcionais, costuras reforçadas; tamanhos e cores a definir.	BMX	UND	500	58,00	29.000,00

A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 85.570,00, (oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais).**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, ficando o Foro da Comarca de Nísia Floresta/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta.

Arez/RN, 14 de outubro de 2026.

Município De Arez/RN
CNPJ nº 08.161.234/0001-22
BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prominente Contratante

Z Norte Comercio E Servico LTDA
CNPJ nº 46.027.640/0001-96
WAGNER AZEVEDO SILVA
Prominente Contratada

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:AD4AE87B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E RESULTADO - PROCESSO Nº 144016/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

ASSUNTO: Registro de Preços para a Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das atividades, projetos, programas e eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura do Município de Arez/RN.

O Prefeito do Município de Arez/RN, tendo em vista a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 17/2026**, destinado ao **Registro de Preços para a Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das atividades, projetos, programas e eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura do Município de Arez/RN**, tendo transcorridas as fases de lances e análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa no Portal de Compras Públicas; e observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021; **ADJUDICA** o objeto da licitação à:

Vencedor: **JOZILMA MARIA DE CARVALHO**						
CNPJ: **04.805.345/0001-73**		Email: **dodysport@ymail.com**		Telefone: **(84) 3272-3429**		
Endereço: **Rua Edgar Dantas, 350, Santos Reis, Parnamirim /RN, CEP: 59141-150**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	JOGO DE CAMISAS COMPLETO FEMININO– TAMANHO ADULTO CONTENDO 22	marca propria	UND	5	939,00	4.695,00

	UNIDADES,SUBLIMADAS, NUMERADAS DE CAMISA POLIESPORTIVA DE LINHA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, DE ALTA RESISTÊNCIA COM ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉRMICO, GERANDO CONFORTO DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA, COM APLICAÇÃO DE HIDRÓFILO, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, 22 UNIDADES DE CALÇÃO DE LINHA, EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, SUNGA E ELÁSTICO REFORÇADO, 02 UNIDADES DE CAMISA DE GOLEIRO EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, SUNGA E ELÁSTICO REFORÇADO, 22 UNIDADES DE MEIÃO PÉ ATOALHADO, PUNHO DUPLO COM ELÁSTICO NO PÉ E TORNOZELO.					
04	UNIFORME ATLETISMO SUBLIMADO COMPOSTA POR, CALÇÃO TÉRMICO E CAMISA. TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, DE ALTA RESISTÊNCIA COM ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉRMICO, GERANDO CONFORTO DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA, COM APLICAÇÃO DE HIDRÓFILO, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER	marca propria	UND	30	50,99	1.529,70
05	CAMISETA REGATA, COMPOSTA POR 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE. NA PARTE FRONTAL COM APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA DO LOGOTIPO A DEFINIR COLORIDO (5 CORES), MEDIDA APROXIMADA DE 20,0 X 9,0CM, NAS COSTAS OS DIZERES A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA EM LETRAS DE COR À DEFINIR. COSTURA DUPLA. ARTES DIVERSAS, CONFORME CAMPANHAS. COR À DEFINIR. TAMANHOS: PP, P, M, G E GG	marca propria	UND	300	13,84	4.152,00
07	CONJUTO COMISSÃO, MALHA DRY ALTO CONFORTO, SENDO CAMISA, COM SUBLIMANÇÃO NA FRENTE E ESCUDO EM PATCH BORDADO COM GOLA COPA, CALÇÃO COM PATCH BORDADO. CONFORTO AMBOS COM TECNOLOGIA DRY TEC QUE ABSORVE O SUOR MAIS RÁPIDO DO TECIDO	marca propria	UND	50	88,00	4.400,00
08	BOLA OFICIAL DE FUTSAL PRIMEIRA LINHA- INDICADO PARA JOGO – COMPOSIÇÃO PU – SEM COSTURA – PESO 400 A 440G – CIRCUFERÊNCIA 62 A 64CM. APROVADA POR FEDERAÇÃO E/OU CONFEDERAÇÃO NACIONAL OU INTERNACIONAL DA MODALI DADE, CONFORME CERTIFICADO	penalty	UND	300	96,00	28.800,00
10	JOGO DE COLETE COM 10 UNIDADES PARA TREINAMENTO DUPLA FACE. CONFECCIONADO EM 100% POLIESTE R E ELASTICOS NAS LATERAIS. TAMANHO UNICO NAS MEDIDAS: ALTURA 45 CM E LARGURA 62 CM. CORORES VARIADAS. ACABAMENTO EM VIES.	marca propria	UND	20	144,00	2.880,00
31	KIT BANDEIRA ESCANTEIOS CAMPO DE FUTEBOL- MATERIAL BASE/HASTE PLÁSTICO 1,75cm; BANDEIROLAS 35x35. CARACTERÍST ICAS ADICIONAIS SISTEMA MECÂNICO DE MOLAS REVESTIDOS POR BORRACHA	scalibu	UND	6	274,00	1.644,00
32	PLACAR DE MESA ELETRÔNICO	scalibu	UND	4	824,00	3.296,00
40	PAR REDE PARA FUTSAL – FIO DE POLIPROPILENO (SEDA), COM 4MM TRANÇADO, MALHA 12X12 CM. VISTA FRONTAL 3,20X2,10M, VISTA LATERAL 2,10X1,00X0,60 M. COM ACABAMENTO ULTRAVIOLETA. APROVADA POR FEDERAÇÃO E/OU CONFEDERAÇÃO NACIONAL OU INTERNACIONAL DA MODALIDADE, CONFORME CERTIFICADO.	scalibu	Pares	20	180,00	3.600,00
42	REDE OFICIAL DE VÔLEI 04 FAIXAS EM ALGODÃO.	scalibu	UND	10	207,00	2.070,00
63	TROFÉU 1,70 M -, COM ALTURA DE 1,70 M, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5CM DE LARGURA EM POLIMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLIMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLIMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL. DUAS ESTUETAS DE HORNA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E NO PRIMEIRO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA CONTENDO TAMBÉM QUATRO ÁGUIAS FIXAS NAS LATERAIS. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	marca propria	UND	10	890,00	8.900,00
71	TAÇA MELHOR TREINADOR 20CM.	marca propria	UND	10	115,00	1.150,00
Total do vencedor R$:						67.116,70

Vencedor: **A NOVA SOLUCAO LTDA**						
CNPJ: **70.157.680/0001-37**		Email: **licitanovasolucao@gmail.com**		Telefone: **(84) 99931-6066**		
Endereço: **Av Presidente Getulio Vargas, 1328, Centro, Pau dos Ferros/RN, CEP: 59900-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
87	KIT DE UNIFORMES INFANTIL COMPLETO –CONTENDO 01 UNIDADES DE CAMISA ,SUBLIMADAS, NUMERADAS DE CAMISA POLIESPORTIVA DE LINHA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY ESPECIAL, DE ALTA RESISTÊNCIA COM ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉRMICO, GERANDO CONFORTO DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA, COM APLICAÇÃO DE HIDRÓFILO, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, 01 UNIDADES DE CALÇÃO DE LINHA, EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, REFORÇADO, 01 PAR DE MEIÃO PÉ ATOALHADO, PUNHO DUPLO COM ELÁSTICO NO PÉ E TORNOZELO; UNIFORMES SERÃO EM CORES DEFINIDAS PELA SECRETARIA	própria	KIT	500	81,03	40.515,00
Total do vencedor R$:						40.515,00

Vencedor: **HB PROTECTION LTDA**						
CNPJ: **40.276.871/0001-57**		Email: **hbprotection2@gmail.com**		Telefone: **(31) 99393-1144**		
Endereço: **Rua Santo André, 132 B, Parque Caravelas, Santana do Paraíso/MG, CEP: 35179-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
03	CAMISETA MANGA CURTA UNISSEX, COMPOSTA POR 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE. NA PARTE FRONTAL COM APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA DO LOGOTIPO A DEFINIR COLORIDO (5 CORES), MEDIDA APROXIMADA DE 20,0 X 9,0CM, NAS COSTAS OS DIZERES A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA EM LETRAS DE COR À DEFINIR,. ARTES DIVERSAS, CONFORME CAMPANHAS. COR À DEFINIR. TAMANHOS: PP, P, M, G E GG.	HB PROTECTION	UND	500	31,00	15.500,00
Total do vencedor R$:						15.500,00

Vencedor: **DANDARA SPORT LTDA**						
CNPJ: **51.543.641/0001-23**		Email: **dandarah.katarine@gmail.com**		Telefone: **(84) 9890-5825**		
Endereço: **AV BRIGADEIRO EVERALDO BREVES, 135, CENTRO, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59140-200**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
02	JOGO DE UNIFORMES COMPLETO– TAMANHO ADULTO CONTENDO 25 UNIDADES,SUBLIMADAS, NUMERADAS DE CAMISA POLIESPORTIVA DE LINHA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY ESPECIAL, DE ALTA RESISTÊNCIA COM ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉRMICO, GERANDO CONFORTO DURANTE A PRÁTICA ESPORTIVA, COM APLICAÇÃO DE HIDRÓFILO, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, 25 UNIDADES DE CALÇÃO DE LINHA, EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, 02 UNIDADES DE CAMISA DE GOLEIRO EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY, GRAMATURA 130 G, COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER, SUNGA E ELÁSTICO REFORÇADO, 25 UNIDADES DE MEIÃO PÉ ATOALHADO, PUNHO DUPLO COM ELÁSTICO NO PÉ E TORNOZELO; UNIFORMES SERÃO EM CORES DEFINIDAS PELA SECRETARIA	SPORT SEMPRE	UND	50	1.200,00	60.000,00
09	PAR DE MEIÃO PARA FUTEBOL CORES VARIADAS	delophia	UND	500	8,00	4.000,00
13	BOLA DE BEACH SOCCER – SEM COSTURA - COMPOSIÇÃO TPU – PESO 440 A 460g – CIRCUFERÊNCIA 69 A 71CM.	topper	UND	50	175,00	8.750,00

20	BAMBOLE CONFECCIONADO EM PVC TUBULAR REFORCADO PO R JUNCAO PLASTICA, MEDINDO 65CM DE DIAMETRO E TUBO DE APROXIMADAMENTE 14MM. CORES DIVERSAS.	pangue	UND	100	3,14	314,00
24	CONE DE SINALIZAÇÃO 50CM	scalibu	UND	100	22,00	2.200,00
27	CORDA DE PULAR DE SILIOCNE	ynins	UND	10	13,98	139,80
30	KIT BANDEIRA DE ARBITRAGEM	SCALIBU	KIT	6	59,00	354,00
41	PAR REDE TRAVES OFICIAL DE BEACH SOCCER – NYLON FIO 04	PANGUE	Pares	5	237,00	1.185,00
46	PAR CESTA DE BASQUETEBOL, MATERIAL MDF GREEN, COR VERDE, PESO DO PRODUTO 05 KG, AMBIENTE INTERNO/EXTERNO: ÁREA EXTERNA, RESISTENTE ÀS INTERPÉRIES.	PANGUE	Pares	5	40,00	200,00
48	TROFÉU EM MDF ACABAMENTO LAQUEADO BRILHANTE COM APLICAÇÃO DE RESINA DE 90CM DE ALTURA, COM LOGOMARCA DA COMPETIÇÃO E DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.	dritrofeus	UND	20	220,00	4.400,00
50	TROFÉU EM MDF ACABAMENTO LAQUEADO BRILHANTE COM APLICAÇÃO DE RESINA, ALTURA APROXIMADAMENTE 30CM COM 13 CM APROXIMADAMENTE DE COMPRIMENTO, COM LOGOMARCA DA COMPETIÇÃO E DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.	dritrofeu	UND	50	27,70	1.385,00
51	MEDALHA GRANDE 4CM PRATA	MEDASUL	UND	400	6,00	2.400,00
52	TROFEU EM MDF ACABAMENTO LAQUEADO BRILHANTE COM APLICAÇÃO DE RESINA, COM 20 CM DE ALTURA, COM LOGOMARCA DA COMPETIÇÃO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO	dri trofeus	UND	50	34,90	1.745,00
55	MEDALHA ESTAMPADA EM METAL COM 6 CM DE DIÂMETRO E 1,2 MM DE ESPESSURA COM FITA COM 2 CM DE LARGURA, PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO EVENTO COLORIDA NA PARTE FRONTAL E NA PARTE DE TRAS GRAVAÇÃO DOS DIZERES DA COMPETIÇÃO	SPORT SEMPRE	UND	500	6,38	3.190,00
57	TROFÉU EM MDF ACABAMENTO LAQUEADO BRILHANTE COM APLICAÇÃO DE RESINA, COM 40 CM DE ALTURA, COM LOGOMARCA DA COMPETIÇÃO E DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	SPORT SEMPRE	UND	20	68,96	1.379,20
58	TAÇA MODELO CHAMPIONS LEAGUE FEITA EM ALUMINIO POLIDO E DEPOIS BANHADA EM UM PROCESSO DE METALIZAÇÃO-COR PRATA-TAMANHO: 60 A 75 CM	VITORIA	UND	4	1.000,00	4.000,00
61	TROFÉU 1,10 M -, COM ALTURA DE 110CM, COM BASE OCTOGONAL DE 21,5CM DE LARGURA EM POLIMERO NA COR PRETA. QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLIMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, CONTENDO NO CENTRO UMA FIGURA DE BOLA DE FUTEBOL EM POLIMERO METALIZADA NA COR PRATA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA. UMA BASE EM POLIMERO OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUIAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLIMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA FIGURA DE BOLA DE FUTEBOL EM POLIMERO METALIZADA NA COR PRATA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	VITORIA	UND	10	398,00	3.980,00
62	TROFÉU 1,30 M -, COM ALTURA DE 1,30 M, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5CM DE LARGURA EM POLIMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLIMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLIMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL. UMA ESTUETA DE HORNA AO MÉRITO FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NA BASE DE MADEIRA LATERAL. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UND	10	246,00	2.460,00
64	TROFEU FUTEBOL SUPER MUNDIAL DE CLUBES TAMANHO 50CM OFICIAL DOURADO, O material do corpo é: metal e Acrilico espelhado.	VITORIA	UND	5	120,00	600,00
65	KIT FITA DE MARCAÇÃO BEACH SOCCER	PANGUE	KIT	10	163,80	1.638,00
66	KIT FITA DE MARCAÇÃO FUTEVOLEI.	PANGUE	KIT	10	100,00	1.000,00
67	KIT FITA DE MARCAÇÃO VÔLEI DE PRAIA	VITORIA	KIT	10	100,00	1.000,00
68	KIMONO JUDÔ	BUDICHO	UND	20	130,00	2.600,00
69	TAÇA MELHOR ARTILHEIRO 20CM.	VITORIA	UND	20	35,00	700,00
70	TAÇA MELHOR JOGADOR 20 CM	VITORIA	UND	10	35,00	350,00
73	HALTERES DE HIDROGINÁSTICA PESO SUBMERSO EQUIVALENT E A 2 KG E CONFECCIONADO EM EVA	VITORIA	UND	50	37,90	1.895,00
74	JOGO COM 4 ARGOLAS QUE AFUNDAM, DE PVC, COLORIDOS, PARA JOGOS E BRINCADEIRAS NA ÁGUA. TAMANHO: 19 CM DE DIÂMETRO (7,5 POLEGADAS)	scalibu	UND	50	53,10	2.655,00
75	NUMERAÇÃO DE PEITO COMPOSIÇÃO: LÁTEX, PESO DO PRODUTO: 44G, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,4X25X5 (PXLXA) CM /0,7X25X5 (PXLXA) CM / 1X25X5 (PXLXA) CM, ITENS INCLUSOS: 3 FAIXAS DE LÁTEX. MATERIAL IMPRESSO EM TYVEK 63G EM IMPRESSORA CERA SÓLIDA. IMPERMEÁVEL. TAMANHO A5. ARTE E NUMERAÇÃO PERSONALIZADAS E FORNECIDAS PELA SECRETARIA DO ESPORTE, LAZER, TURISMO E CULTURA. ACOMPANHA 4 ALFINETES PARA FIXAÇÃO TAMANHO 0 OU 00.	BMX	UND	50	1,90	95,00
78	FLUTUADOR PARA NATAÇÃO EM EVA LARGURA: 10CM/ ALTURA: 9CM/ COMPRIMENTO: 25CM	BEL	UND	50	34,00	1.700,00
79	PRANCHA DE NATAÇÃO COM DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 35C M LARGURA: 23CM ESPESSURA: 3CM MATERIAL: 100% EVA -	BEL	UND	50	36,00	1.800,00
82	TOCA DE NATAÇÃO - 100% SILICONE. O MODELO É UNISSEX E TEM TAMANHO ÚNICO. CORES VARIADAS. PERSONALIZADO	BEL	UND	100	13,40	1.340,00
83	CAMISETAS EM POLIAMIDA 100%, COM TECNOLOGIA AMNI SOUL, EM COR A SER DEFINIDA (TOM DE AZUL E/OU CINZA), COM ESTAMPA SERIGRAFADA CONFORME LAYOUT QUE SERÁ ENVIADO A EMPRESA VENCEDORA, NOS TAMANHOS P, M, G, GG,XGG CONFORME DEFINIÇÃO DA SECRETARIA.	SPORT SEMPRE	UND	600	24,40	14.640,00
84	CAMISA EM MALHA AERO DRY TELA 100% POLIÉSTER, COM GRAMATURA DE 140, COM SUBLIMAÇÃO FRENTE, COSTA E MANGA	SPORT SEMPRE	UND	600	23,90	14.340,00
85	CAMISA 100% POLIÉSTER SUBLIMADA FRENTE E COSTA, ESTILO ABADÁ , NOS TAMANHOS E ARTE A SER DEFINIDOS PELA SECRETARIA.	SPORT SEMPRE	UND	600	22,90	13.740,00
86	CAMISA EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER E COM 33% VISCOSE, 158 GR/M², ANTI PILLING, COM SERIGRAFIA FRENTE COSTA DE MANGA COM TAMANHO P AS XXG, EM GOLA POLO NA COR A SER DEFINIDADE COM SERIGRAFIA E FECHAMENTO POR BOTÃO.	SPORT SEMPRE	UND	300	28,20	8.460,00
88	CAMISA BÁSICA DE MEIA MALHA FIO 30.1 PENTEADA, 100% ALGODÃO, GRAMATURA 160 G/M 2, EM CORES VARIADAS, TAMANHOS P, M, G E GG, XGG COM ESTAMPA EM SERIGRAFIA	SPORT SEMPRE	UND	500	25,00	12.500,00
90	STEP RÍGIDO EM EVA ANTIDERRAPANTE PARA TREINAMENTO FUNCIONAL – 60CM	PANGUE	UND	20	120,00	2.400,00
92	TATAMES EVA DE 1MX1M, COM 30MM DE ESPESSURA.	IBEL	UND	300	82,00	24.600,00
93	JOGO DE XADREZ OFICIAL COM TABULEIRO FEITO EM MADEIRA 40 X 40 CM E ESPESSURA DE 9 MM. PECAS CONFECCIONADAS EM PLASTICO POLIETILENO	SPORT SEMPRE	UND	20	71,00	1.420,00
95	PLACAR ELETRONICO POLIESPORTIVO COM JORNAL ELETRONICO: CARACTERISTICAS MINIMAS EXIGIDAS: DIMENSOES: 3,00M X 1,25M X 6CM;PONTUACAO ATE 199 PONTOS, COM DIGITOS DE 20CM; SETS/FALTAS	BMX	UND	3	8.590,00	25.770,00

	ATE 19, COM DIGITOS DE 14CM; PERIODO DE JOGO ATE 9; CRONOMETRO ATE 59:59, COM TEMPOS PRE-PROGRAMAVEIS; SINALIZACAO DE ATE 2 PEDIDOS DE TEMPO POR EQUIPE; SINALIZACAO DE SERVICO PARA VOLEIBOL;SIRENE INTERMITENTE MINIMA DE 120DB; COMANDO SEM FIO MICROCONTROLADO COM DISPLAY LCD; JORNAL ELETRONICO COM 18CARACTERES FISICOS, ALTURA DE 11CM; ESTRUTURA EM ALUMINIO COM PINTURA ELETROSTATICA; FRONTAL EM ACRILICO OU POLICARBONATO;USO INTERNO; ALIMENTACAO BIVOLT; INSTALACAO INCLUSA;					
97	MESA DE FUTMESA, DESMONTÁVEL - ELABORADA PARA PEQUENOS ESPAÇOS, PODENDO SER LEVADA FACILMENTE DE UM LUGAR PARA OUTRO, RESISTENTE A UMIDADE - DIMENSÕES: 2,20X1,20X0,60M PESO: 50 KG,PERSONALIZADA COM ARTE DA SECRETARIA.	BMX	UND	5	1.500,00	7.500,00
98	CHUTEIRA DE FUTEBOL DE CAMPO CABEDAL CONFECCIONADO EM MATERIAL SINTÉTICO. COM FECHAMENTO EM CADARÇOS E ETIQUETA INTERNA, FORRO EM MATERIAL SINTÉTICO COM REFORÇO ACOLCHOADO NO CALCANHAR. PALMILHA EM EVA. SOLADO DE TPU COM TRAVAS DE DUPLA DENSIDADE. TAMANHOS A DEFINIR. UNIDADE: PAR.	UBRAX	UND	300	62,00	18.600,00
99	PÁ TRAVES PARA CAMPO DE FUTEBOL OFICIAL (FIFA) EM TUBOS METÁLICOS DE AÇO CARBONO DE 4 POLEGADAS DE DIÂMETRO, COM CHAPA DE 2 MILÍMETROS DE ESPESSURA. A TRAVE DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA CHUMBAR NO SOLO, MEDINDO 7.32 METROS DE LARGURA LIVRE, POR 2.44 METROS DE ALTURA LIVRE, COM HASTES PARA FIXAÇÃO DE REDE. OS TUBOS DAS HASTES DEVERÃO SER FABRICADOS COM TUDO DE AÇO CARBONO DE 1 ½ POLEGADA DE DIÂMETRO, EM CHAPA DE 2 MILÍMETROS DE ESPESSURA E PROFUNDIDADE DE 2.00 METROS. AS TRAVES DEVERÃO SER PINTADAS NA COR BRANCA COM TINTA ESMALTE SINTÉTICO, E POSSUIR GANCHOS PARA FIXAÇÃO DAS REDES ESPAÇADOS A CADA 30 CENTÍMETROS.	PANGUE	Pares	3	4.740,00	14.220,00
101	CALIBRADOR DIGITAL. ITENS INCLUSOS: 1 AGULHA + 1 CALIBRADOR DIGITAL	PANGUE	UND	5	78,00	390,00
103	JOGO DE 10 CONES COM 50CM EM MATERIAL EM POLIETILENO, BASE QUADRADA. MEDIDAS: 28,5CM COMPRIMENTO - 28,5CM LARGURA - 50CM ALTURA	PANGUE	JOGO	100	173,00	17.300,00
107	TRAVES DE FUTSAL. TRAVE DE FUTEBOL DE SALÃO NAS MEDIDAS OFICIAIS, COM BUCHA,IDEAL PARA ESCOLAS,E QUADRAS, PERFIL TUBULAR METÁLICO EM AÇO CARBONO,COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM.SOLDA MIG. DESMONTÁVEL. REQUADRO PARA APOIO DE REDE.BUCHAS DE ESPERA EM PVC E REBAIXO DE SUPERFÍCIE PARA RECEBER A TAMPA DE AÇO A NÍVEL DO PISO. GANCHOS DE SEGURANÇA TORCIDOS PARA MONTAGEM DA REDE.PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO	PANGUE	UND	5	2.450,00	12.250,00
Total do vencedor R$:						307.585,00

Vencedor: **FJCRP COMERCIAL LTDA**						
CNPJ: **57.358.556/0001-71**		Email: **lcrpcomercial@gmail.com**			Telefone: **(51) 98257-8524**	
Endereço: **Est Quatro Colonias Norte, 1837, Quatro Colonias Norte, Campo Bom/RS, CEP: 93721-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
14	BOLA DE HANDEBOL H2L.	MAGUSSY	UND	50	57,49	2.874,50
17	BOLA OFICIAL DE VÔLEI – INDICADO PARA JOGO – COMPOSIÇÃO MATERIAL COURO SINTÉTICO – PESO DO PRODUTO 260 A 280g – CICUFERÊNCIA 66 A 68CM.	MAGUSSY	UND	50	106,18	5.309,00
Total do vencedor R$:						8.183,50

Vencedor: **FISIC SPORTS EMPREENDIMENTOS LTDA**						
CNPJ: **33.519.601/0001-64**		Email: **jeffersonmiqueias21@gmail.com**			Telefone: **(87) 98168-4236**	
Endereço: **Rua Floriano Peixoto, 58, Centro, Trindade/PE, CEP: 56250-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
12	BOLA DE BASQUETE OFICIAL - COMPOSIÇÃO POLIURETANO - PESO 600 A 620g – CIRCUFERÊNCIA 75 A 77CM.	DUALT	UND	20	130,39	2.607,80
15	BOLA DE HANDEBOL H3L	DUALT	UND	50	81,43	4.071,50
43	REDES PARA VOLEIBOL – OFICIAL FIO DE POLIPROPILENO (SEDA), COM 2MM TRANÇADO, MEDINDO DE 0,95M A 1,00M DE COMPRIMENTO, COM 0,25 A 0,5M EM CADA LADO DAS BANDAS LATERAIS, NA COR PRETA.	PANGUE	UND	10	252,61	2.526,10
91	MESA PARA FUTMESA – MESA CURVADA PARA FUTMESA, MATERIAL MDF OU PLÁSTICO REFORÇADO, MEDIDAS: 140 X 203 X 65 CM (LARG X COMP X ALT), PERSONALIZADO DE ACORDO COM A ESCOLHA DA SECRETARIA.	FISIC	UND	5	1.499,09	7.495,45
96	MESA PARA TÊNIS DE MESA PROFISSIONAL COM REDE, RAQUETES E BOLAS. ESPECIFICAÇÃO DA MESA: ESTRUTURA EM AÇO 50MM COM PINTURA ELETROSTÁTICA, TAMPO DE MESA EM MDF DE, NO MÍNIMO, 25MM, PINTADO COM TINTA EPÓXI OU POLIURETANO E PARTE INFERIOR COM PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE, CAVALETES COM 8 RODAS DE 4 POLEGADAS EMBORRACHADAS, SENDO 4 DELAS COM SISTEMA DE FREIOS, FITA DE BORDA DE ALTO IMPACTO EM TODO SEU PERÍMETRO, REGULADORES DE NÍVEL NOS CAVALETES EXTERNOS, TAMPOS INDEPENDENTES, TRAVAS DE SEGURANÇA, FACILIDADE DE MONTAGEM E DESMONTAGEM; PIQUE DE BOLA: SOLTANDO A BOLINHA DE TÊNIS DE MESA A 40 CM DE ALTURA DEVERÁ RETORNAR 23 CM (MÍNIMO); DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 274CM (C) X 152,5CM (L) X 76CM (A); A MESA DEVERÁ ACOMPANHAR: CONJUNTO DE REDE E SUPORTE COM SISTEMA DE AJUSTE MICRO-VERTICAL APROVADO PELA ITTF PARA COMPETIÇÃO, REDE FEITA COM FIO DE AÇO DE ALGODÃO, RÉGUA PARA MEDIR ALTURA, PAR DE RAQUETE PROFISSIONAL APROVADO ITTF, COM, NO MÍNIMO, 90% DE MADEIRA NATURAL EM SUA COMPOSIÇÃO E CONJUNTO DE 10 BOLINHAS DE PLÁSTICO PROFISSIONAL; CARACTERÍSTICAS DA RAQUETE: BORRACHA 1,6 MM, ESPONJA DE 1,8 MM, FOLHA DE 6 MM, PESO 150 G. DIMENSÕES APROXIMADAS DA RAQUETE: 15 CM (L) X 25,5 CM (C) X 2,3 CM (E); CARACTERÍSTICAS DAS BOLINHAS: BOLINHAS DE PLÁSTICO PROFISSIONAL, APROVADAS PELA ITTF, TECNOLOGIA ABS 40+. DIMENSÕES APROXIMADAS DAS BOLINHAS: 40 MM (D) E PESO DE 2,7 G; ATENDER AS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TÊNIS DE MESA – ITTF; MONTAGEM: MONTAGEM A CARGO DA CONTRATADA; GARANTIA MÍNIMA: 01 ANO.	KLOPF	UND	10	2.749,53	27.495,30
Total do vencedor R$:						44.196,15

Vencedor: **VANINHA UTILIDADES LTDA**						
CNPJ: **58.421.861/0001-23**		Email: **vaninha@passarelafeliz.com.br**			Telefone: **(51) 99804-6072**	
Endereço: **Rod RS 452, 133 Sala 05, Centro, Feliz/RS, CEP: 95770-000**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
06	BOLA DE FUTEBOL PRIMEIRA LINHA COM CIRCUNFERÊNCIA MINÍMA DE 68,5CM E MÁXIMA DE 69,5CM, PESO MÁXIMO DE 445 GRAMAS, CÂMARA 6D, 8 GOMOS, PU PRO, CONSTRUÇÃO TERMOTEC, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, CAMADA INTERNA NEOTEC, DUPLA COLAGEM, MIOLO CÁPSULA SIS. (MARCA: ADIDAS, NIKE, PENALTY (Bola de Campo Penalty 8 Pro XXI) OU SUPERIOR).	NEDEL	UND	100	153,97	15.397,00
11	JOGO DE DAMA OFICIAL COM TABULEIRO FEITO EM MADEIRA 40X40 CM E ESPESSURA DE 9 MM. PECAS CONFECCIONADAS EM PLASTICO POLIETILENO.	JUNGES	UND	40	39,94	1.597,60
19	BOMBA PARA ENCHER BOLA DUPLA AÇÃO.	PUMP	UND	10	18,99	189,90

26	CORDA ELÁSTICA 06 METROS	NEDEL	UND	10	43,97	439,70
28	CINTURÃO DE TRAÇÃO	NEDEL	UND	10	156,96	1.569,60
29	CORDA NAVAL - 10MTS - 34MM	NEDEL	UND	3	215,42	646,26
33	PLACAR DE MESA EM PVC	NEDEL	UND	3	120,99	362,97
34	FAIXA PARA CAPITÃO DIVERSAS CORES	NEDEL	UND	10	10,99	109,90
35	KIT CARTÃO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO.	POKER	KIT	10	11,79	117,90
37	PAR REDE OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO MEXICO 6MM COLMEIA PAR – PANGUÉ – TAMANHO PADRÃO (7,56 C X 2,50m A X 180m F – FIO 6MM - SEDA .	NEDEL	Pares	10	499,99	4.999,90
38	ESCADAS DE AGILIDADE COM FITAS DE NYLON E DEGRAUS DE EVA	NEDEL	UND	5	29,99	149,95
39	PAR REDE DE BASQUETE – FIO DE SEDA, COR BRANCA, MEDIDAS DE NO MÍNIMO 0,40M E NO MÁXIMO 0,45M DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO DE 45 CM, FIO 4MM.	NEDEL	Pares	5	34,97	174,85
44	REDE OFICIAL DE FUTEVOLEI 4,5+ MARCAÇÃO 9,00 X 18,00) LARGURA 100CM	NEDEL	UND	10	234,49	2.344,90
47	PAR ANTENA OFICIAL PARA REDE DE VÔLEI	NEDEL	Pares	10	98,98	989,80
49	MEDALHA GRANDE 4CM DOURADA	VITÓRIA	UND	400	5,68	2.272,00
53	MEDALHA EM ACRÍLICO GRANDE 5,7 X 7,5 CM, COM LOGOMARCA DA COMPETIÇÃO E DA SECRETARIA .	VITÓRIA	UND	600	5,69	3.414,00
56	MEDALHA GRANDE 4CM BRONZE	VITÓRIA	UND	500	5,92	2.960,00
59	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA COM BASE QUADRADA MEDINDO 17CM DE LARGURA E 10,5CM DE ALTURA EM MDF PRETO, COM PEDESTAL DA TAÇA DOURADO SOBRE A BASE E TAÇA DOURADA NA PARTE SUPERIOR TENDO DISTANCIA ENTRE ALÇAS DE 29 CM NA COR DOURADA COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA DE METAL PARA GRAVAÇÃO QUE SERÁ DEFINIDA POSTERIORMENTE.	VITÓRIA	UND	30	214,93	6.447,90
60	TROFÉU COM 72 CM DE ALTURA COM BASE QUADRADA MEDINDO 17CM DE LARGURA E 16,5CM DE ALTURA EM MDF PRETO, COM PEDESTAL DA TAÇA DOURADO SOBRE A BASE E TAÇA DOURADA COM ALÇA NA PARTE SUPERIOR TENDO DISTANCIA ENTRE ALÇAS DE 29 CM NA COR DOURADA COM ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA DE METAL PARA GRAVAÇÃO QUE SERÁ DEFINIDA POSTERIORMENTE.	VITÓRIA	UND	30	144,76	4.342,80
72	BASTÃO PARA HIDROGINÁSTICA MEDE 1 METRO E PESA 1 KG. MATERIAL EMBORRACHADO	NEDEL	UND	50	44,99	2.249,50
80	PLACA DE HOMENAGEM EM AÇO COM 21CM X 15CM. BORDAS POLIDAS BRILHANTES. GRAVADA EM SUBLIMAÇÃO COLORIDA SEM RELEVOS, ACOMPANHANDO ESTOJO EM VELUDO COM 25CM X 22CM, COM BERÇO RECLINÁVEL. INTERIOR EM VELUDO E FITA DECORATIVA NA COR PRATEADA.	VITÓRIA	UND	200	174,99	34.998,00
89	AROS BASQUETE	NEDEL	UND	10	104,99	1.049,90
102	CAIXA TÉRMICA PARA VIAGEM EM POLIPROPILENO COM TAMPA. EQUIPADAS COM ALÇAS E RODINHAS PARA TRANSPORTE E ISOLAMENTO MÁXIMO PARA DURAÇÃO DO GELO. CAPACIDADE DE 42 LITROS	SOPRANO	UND	10	387,99	3.879,90
105	CRONÔMETRO DIGITAL FUNÇÃO TEMPO, PERMITE A TOMADA DE TEMPO PARCIAL CONTADOR DE ATÉ 24 HORAS EM 1/100 SEGUNDOS, VISOR NUMÉRICO GRANDE, BATERIA DE LÍTIO A PROVA D'AGUA, COM CORDÃO PARA PENDURAR	CONVOY	UND	10	26,99	269,90
Total do vencedor R$:						90.974,13

Vencedor: **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA**						
CNPJ: **63.129.821/0001-42**		Email: **distribuidoraguidoni@gmail.com**			Telefone: **(41) 9596-0216**	
Endereço: **Rua Buenos Aires, 71, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80250-070**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
21	APITO FOX 40 PEARL.	Velden	UND	20	27,87	557,40
22	PRATO DEMARCATÓRIO	Velden	UND	100	2,35	235,00
23	MINI CONE FLEXÍVEL DIVERSAS CORES 25CM	Velden	UND	100	5,12	512,00
25	CRONÔMETRO DIGITAL	Brasport	UND	10	61,11	611,10
36	KIT CARTÃO PARA ARBITRAGEM DE FUTSAL.	Velden	KIT	10	18,87	188,70
45	COLCHONETE REVESTIDO EM NAPA COM COSTURA REFORCAD A E ESPUMA DE POLIURETANO DENSIDADE 20. NAS MEDIDAS: LARGURA: 120 CM; COMPRIMENTO: 50CM; ALTURA: 03 CM. NA COR AZUL	Envolst	UND	50	57,54	2.877,00
76	KIT DE BOLAS DE TÊNIS DE MESA (3 GRAMAS, 4CM DE DIÂMETRO, COR LARANJA OU BRANCA – KIT C/ 50 UNIDADES)	Pista e Campo	KIT	20	78,97	1.579,40
81	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA - PERFIL: INICIANTE; - MATERIAL: MADEIRA E BORRACHA: LISA COM ESPONJA; - ESPONJA: 1,5MM; - CABO: CLÁSSICO (SHAKEHAND GRIP); - NÍVEL DE VELOCIDADE: 6; - NÍVEL DE EFEITO: 5; - NÍVEL DE CONTROLE: 5; - CABEÇA: COM PROTEÇÃO EMBORRACHADA; - PESO: 160G (+ OU - 10G); - MEDIDAS: 25,5CM X 15CM X 1,1CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ESPESSURA)	Pista e Campo	UND	50	27,47	1.373,50
94	SACO PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO CONFECCION ADO EM NYLON, COM ALCAS EM NYLON TRANCADA E FECHAMENTO EM ZIPER NA PARTE SUPERIOR, NAS MEDIDAS: COMPRIMENTO 48 CM, ALTURA 85 CM E LARGURA 28 CM	Velden	UND	5	92,23	461,15
100	CONE ESPORTIVO – KIT COM 10 CONES COLORIDOS PARA CIRCUITO LISO TREINO AGILIDADE FUNCIONAL SINALIZAÇÃO ESPORTIVA - MATERIAL: PLÁSTICO INJETADO – DIMENSÕES APROXIMADAS: 11CM LARGURA X 18CM ALTURA	Velden	UND	100	36,16	3.616,00
104	JOGO DE 10 CONE TIPO CHAPÉU CHINÊS, FEITO EM POLIETILENO FLEXÍVEL. MEDIDA 05 CM A X 20 CM DIÂMETRO	Velden	JOGO	100	31,30	3.130,00
106	QUADRO TÁTICO MAGNÉTICO DE FUTSAL COM TRIPÉ.DIMENSÕES:51CM X 85CM (LXA). ALTURA MONTADO: 1,60M. PESO APROXIMADO:7,8 KG. QUADRO COM DUAS OPÇÕES DE DEMONSTRAÇÃO, ATRAVÉS DE CANETA OU IMÃ. CANETA COM SISTEMA DE LIMPEZA A SECO, IMÃS QUE SIMULAM JOGADORES E A BOLA. TRIPÉ RETRÁTIL EM ALUMÍNIO, E COM SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO. ACOMPANHA BOLSA EM NYLON SUPER-RESISTENTE COM DOIS COMPARTIMENTOS LATERAIS, E UM ESTOJO PARA CANETA E IMÃS.	Kief	UND	5	796,96	3.984,80
108	BOLAS DE QUEIMADA. EM MATERIAL DE BORRACHA NUMERO 10.	Velden	UND	30	19,72	591,60
Total do vencedor R$:						19.717,65

Vencedor: **KEMARY ESPORTES LTDA**						
CNPJ: **58.546.968/0001-06**		Email: **kemaryesportesltda@gmail.com**			Telefone: **(24) 99972-6801**	
Endereço: **Rua Alan Kardec, 113, Jardim Tropical, Resende/RJ, CEP: 27541-290**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
16	BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA – INDICADO PARA JOGO – COMPOSIÇÃO MATERIAL SINTÉTICO – PESO DO PRODUTO 260 A 280g – CICUFERÊNCIA 66 A 68CM.	penalty	UND	50	130,66	6.533,00
18	BOLA OFICIAL DE FUTEVOLEI PRIMEIRA LINHA – INDICADO PARA JOGO – COMPOSIÇÃO CAPA DE COURO SINTÉTICO – PESO DO PRODUTO 260 A 280g – CIRCUFERÊNCIA DE 68 A 69CM	penalty	UND	20	186,99	3.739,80
77	ÓCULOS DE NATAÇÃO FABRICADOS EM TECNOLOGIA SOFT FRAME, QUE INTEGRA NARIZEIRA, MOLDURA E VENTOSAS. COM PROTEÇÃO UV E TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE (ANTI-FOG). ÁREA DE VEDAÇÃO TAMANHO G (VEDAÇÃO OCORRE ACIMA DAS SOBRANCELHAS).	poker	UND	100	64,99	6.499,00
Total do vencedor R$:						16.771,80

Vencedor: **ROGER ANDRE BRAUN**

CNPJ: **29.253.577/0001-97**			Email: **rmb.licitacao@hotmail.com**			Telefone: **(49) 99105-1644**
Endereço: **Rua Antonio Morandini e Par, 128 Letra e Sala 01, Saic, Chapecó/SC, CEP: 89802-162**						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
54	MEDALHAS PERSONALIZADAS EM ZAMAC EM 3D, NO BANHO DE CORES A DEFINIR COM FITA PERSONALIZADA EM GORGURÃO C/ 80X2,5CM MEDINDO NA SUA TOTALIDADE 10CM E ADESIVO EM VINIL BRANCO DE ALTO BRILHO. DESIGNER A SER DEFINIDO PELA SECRETARIA	rmb	UND	1.000	9,48	9.480,00
Total do vencedor R$:						9.480,00

O valor total da adjudicação realizada é de **R$ 620.039,93 (seiscentos e vinte mil e trinta e nove reais e noventa e três centavos).**

Arez/RN, 20 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:4A90EA54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 0150/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17030001/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PESSOA JURIDICA: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTÍFICOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A, CNPJ: 19.848.316/0001-66; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTÍFICOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A, CNPJ:** 19.848.316/0001-66; com sede na **Rua Dr. Alvaro Camargos, 1236 - São João Batista - Belo Horizonte/MG - Cep: 31.515-232**, neste ato representado pela Sra. **ANA LUIZA CAMPOS GONÇALVES**, inscrito(a) no CPF sob nº 700.xxx.xxx-44, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 17030001/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 013/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO, DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

EMPRESA: **Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A**						
CNPJ: **19.848.316/0001-66**						
ENDEREÇO: **Rua Dr. Alvaro Camargos, 1236 - São João Batista - Belo Horizonte/MG - Cep: 31.515-232**						
REPRESENTANTE LEGAL: **ANA LUIZA CAMPOS GONÇALVES**						
E-MAIL: **biolicitacao@biomedical.com.br** TELEFONE:						
COD.	**PRODUTO**	**MODELO**	**MARCA**	**QTD**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
0221	CATETER - CATETER - DUPLO-LÚMEN PARA ACESSO VENOSO CENTRAL: 7 FR: 20 CM	MMCVCBJ2-70-20	BEIJING TARGET MEDICAL TECHNOLOGIES, INC	1.000 UND	R$ 29,96	**R$ 29.960,00**
0223	CATETER - CATETER - DUPLO-LÚMEN PARA ACESSO VENOSO CENTRAL: 16 G /18 G: EM POLIURETANO TERMO SENSÍVEL	MMCVCBJ2-40-13	BEIJING TARGET MEDICAL TECHNOLOGIES, INC	150 UND	R$ 138,00	**R$ 20.700,00**
VALOR TOTAL						**R$ 50.660,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como fornecimento contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 50.660,00** (cinquenta mil e seiscentos e sessenta reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local do fornecimento do material.e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Das indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
O CONTRATANTE poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
2904 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
NATUREZA:
339030 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

Fundo Municipal Da Saúde De Baraúna/RN	Biomedical Produtos Científicos Médicos E Hospitalares S.A
BEVANIA SILVA COSTA DOS SANTOS	***ANA LUIZA CAMPOS GONÇALVES***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:CE3EC690

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 59/2026

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, após esgotadas as tentativas de entrega via remessa postal, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no ANEXO do presente edital, com suas respectivas infrações constatadas.

Caso queiram, os interessados poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital, interpor DEFESA DA AUTUAÇÃO. A defesa deverá ser entregue na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Senador José Bernardo, 336 - Centro – Caicó/RN, CEP: 59300-000, ou enviada para o e-mail: semutran@caico.rn.gov.br.
A Defesa Prévia deverá ser apresentada junto com os seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração e desdobramento.

Caicó/RN, 20 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

Rua Senador José Bernardo, 336 - Centro – Caicó/RN CNPJ (MF) 08.096.570/0001-39 | semutran@caico.rn.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS

Página : 1 / 6

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000059/2026

Placa	Nº Auto Infração	Data da Infração	Cód. da Infração	Desdobramento
APK3B53	R 00023732	31/08/2026 08:26	7455	0
GCU9G98	R 00023603	27/08/2026 15:12	7463	0
HXV4H54	R 00023853	04/09/2026 15:07	7455	0
KAG8H79	A 30021376	09/09/2026 14:12	6637	1
KAG8H79	A 30021378	09/09/2026 14:15	5010	0
KHM7E96	R 00023577	26/08/2026 08:46	7455	0
KHQ0I48	R 00023930	07/09/2026 10:29	7455	0
KIX3447	R 00023689	30/08/2026 05:39	7455	0
KKR6296	A 30020742	15/09/2026 14:13	6564	0
KKX3I60	R 00023871	04/09/2026 10:51	7463	0
KXE5G86	R 00023441	19/08/2026 23:02	7455	0
LLB6H54	R 00023429	19/08/2026 19:11	7455	0
MFP1A79	R 00024095	12/09/2026 13:18	7455	0
MMV1E54	R 00023427	19/08/2026 17:37	7455	0
MMV1E54	R 00023459	21/08/2026 17:53	7455	0
MMV7C99	R 00023981	07/09/2026 11:13	7455	0
MNQ5H50	R 00023479	21/08/2026 10:24	7455	0
MNQ5H50	R 00023656	25/08/2026 10:33	7455	0
MNQ5H50	R 00023798	31/08/2026 10:35	7455	0
MNQ5H50	R 00023852	04/09/2026 10:44	7455	0
MOS3H69	R 00023714	30/08/2026 10:01	7463	0
MXP0705	R 00023390	18/08/2026 07:42	7455	0
MXS4466	R 00023725	01/09/2026 06:16	7455	0
MYI1J48	R 00023802	01/09/2026 14:37	7455	0
MYP4D24	R 00023595	26/08/2026 16:55	7455	0
MYP4D24	R 00023668	26/08/2026 16:59	7455	0
MYQ7C61	A 30021374	05/09/2026 20:05	5010	0
MYT4048	R 00023423	19/08/2026 11:29	7455	0
MYV3A22	R 00023688	30/08/2026 07:48	7455	0
MYV9585	R 00023391	18/08/2026 10:39	7455	0
MYV9585	R 00023621	28/08/2026 09:35	7455	0
MYW7904	R 00023899	05/09/2026 08:30	7455	0
MZA8452	A 30021701	28/08/2026 10:20	5630	0
MZF2J80	R 00023756	26/08/2026 19:20	7463	0
MZH1J37	R 00023382	18/08/2026 11:21	7455	0
MZK9E67	A 30020977	28/08/2026 14:34	6084	1
NCL2G87	A 30021708	09/09/2026 08:50	7625	1
NNK3B60	R 00023570	23/08/2026 09:29	7455	0
NNL2B17	R 00023789	31/08/2026 21:16	7455	0
NNL5573	R 00023657	28/08/2026 15:36	7455	0
NNL6489	R 00023698	30/08/2026 08:19	7455	0
NNL9H12	A 30021259	14/09/2026 17:00	6050	1
NNO0133	A 30020345	25/08/2026 16:48	5401	0
NNW9H94	R 00023587	29/08/2026 10:04	7455	0
NNW9H94	R 00023709	30/08/2026 05:49	7455	0
NNX8D79	A 30020196	31/08/2026 17:08	5819	7
NNZ7G72	A 30021103	01/09/2026 10:25	5819	7
NOB8F60	R 00023499	22/08/2026 15:02	7455	0
NOC6B44	R 00023649	26/08/2026 17:30	7455	0
NOE0G56	R 00023950	06/09/2026 10:28	7455	0
NOE8J57	A 30020727	26/08/2026 10:10	7633	1
NOF2B63	A 30021460	03/09/2026 07:40	7340	0
NOG2C64	A 30021512	26/08/2026 10:44	7633	1
NOG2C64	A 30021513	26/08/2026 10:48	6599	2
NOG7707	R 00023846	03/09/2026 06:18	7455	0

NPS6H62	R 00023494	22/08/2026 07:15	7455	0
NPY9926	R 00023849	04/09/2026 06:27	7455	0
NPZ5394	R 00023804	30/08/2026 16:21	7455	0
NQG3B80	A 30020086	03/09/2026 16:18	5487	0
NQH1I17	R 00023929	07/09/2026 07:53	7455	0
NQJ8520	R 00023937	06/09/2026 16:10	7455	0
NSY9H35	R 00023489	22/08/2026 14:10	7455	0
OEJ2I29	R 00023490	22/08/2026 11:27	7455	0
OET0780	R 00023694	30/08/2026 07:11	7455	0
OFC8B77	A 30021432	31/08/2026 09:20	5380	0
OFP9515	R 00023568	23/08/2026 10:52	7455	0
OGC6799	R 00023532	23/08/2026 15:03	7455	0
OGF5154	R 00023609	26/08/2026 04:56	7455	0
OGF8053	R 00023701	29/08/2026 13:53	7455	0
OGF8053	R 00023771	01/09/2026 06:24	7455	0
OIM7J37	R 00023872	04/09/2026 13:44	7455	0
OJS2432	A 30020925	04/09/2026 14:10	7633	1
OJV3F18	R 00023788	26/08/2026 19:10	7455	0
OJX2173	R 00023412	20/08/2026 06:07	7455	0
OJX2173	R 00023419	19/08/2026 13:43	7455	0
OJX2173	R 00023458	21/08/2026 14:26	7455	0
OJX2173	R 00023474	21/08/2026 06:19	7463	0
OJX2173	R 00023497	22/08/2026 06:49	7455	0
OJX2173	R 00023626	26/08/2026 14:18	7455	0
OJX2173	R 00023778	31/08/2026 06:28	7463	0
OJX2173	R 00023869	04/09/2026 14:58	7463	0
OJX2173	R 00023964	07/09/2026 06:18	7455	0
OJX2173	R 00024032	08/09/2026 06:02	7455	0
OJX2173	R 00024091	12/09/2026 06:21	7455	0
OJX2173	R 00024094	11/09/2026 13:47	7455	0
OJX4J12	A 30020193	24/08/2026 11:06	5720	0
OJX4J12	A 30020194	24/08/2026 11:07	6599	2
OJX9C06	A 30020739	08/09/2026 13:50	6599	2
OJY6H64	R 00023386	18/08/2026 16:55	7455	0
OKB0A90	R 00023403	18/08/2026 13:20	7455	0

OKB0A90	R 00023452	20/08/2026 13:58	7455	0
OKC6141	R 00023560	24/08/2026 14:12	7455	0
OLM1J80	R 00024019	08/09/2026 14:55	7463	0
OSD0D93	R 00023571	23/08/2026 06:53	7455	0
OSW7F40	R 00023940	07/09/2026 11:57	7455	0
OWB0I59	R 00023496	22/08/2026 06:43	7463	0
OWB9142	R 00023447	19/08/2026 11:40	7455	0
OWB9142	R 00023505	22/08/2026 11:30	7463	0
OWB9142	R 00023521	24/08/2026 12:10	7455	0
OWB9142	R 00023692	29/08/2026 12:01	7455	0
OWC4C63	R 00023573	23/08/2026 12:30	7455	0
OWE1602	A 30021110	02/09/2026 11:40	5452	2
OWG2I88	R 00023955	06/09/2026 13:03	7455	0
PCZ3B66	R 00023616	27/08/2026 00:40	7463	0
PDF9D39	R 00023576	27/08/2026 11:44	7463	0
PFO9604	R 00023857	04/09/2026 08:09	7463	0
PGK4D13	A 30021652	25/08/2026 14:33	7625	2
PGL1E03	R 00023438	20/08/2026 07:25	7455	0
PGL1E03	R 00023890	05/09/2026 11:05	7455	0
PHO3C47	R 00023895	05/09/2026 13:46	7455	0
PIY7H61	A 30022267	24/08/2026 11:12	5878	0
PND4J20	R 00023884	04/09/2026 10:26	7455	0
POA8G69	R 00024054	10/09/2026 13:56	7455	0
PON5E82	R 00023799	30/08/2026 16:04	7455	0
PTE5H79	R 00023418	19/08/2026 07:28	7455	0
QFF9563	R 00023707	29/08/2026 17:03	7455	0
QFG2I74	R 00023379	18/08/2026 06:05	7455	0
QFH4C20	R 00023583	27/08/2026 07:51	7463	0
QFS5A02	R 00023672	26/08/2026 14:22	7455	0
QGA7451	A 30020350	31/08/2026 16:58	7048	1
QGA7451	A 30021251	31/08/2026 16:58	6599	2
QGA7804	R 00023897	05/09/2026 23:37	7455	0
QGC1006	R 00024076	12/09/2026 11:53	7455	0
QGC3572	R 00023730	02/09/2026 13:34	7455	0
QGC3572	R 00023781	02/09/2026 13:45	7455	0
QGD8918	A 30022276	02/09/2026 09:40	5967	0
QGD8918	A 30022277	02/09/2026 09:40	6599	2
QGE1817	R 00024074	12/09/2026 03:48	7463	0
QGF5154	R 00023904	05/09/2026 07:59	7455	0
QGF6B81	R 00023454	20/08/2026 23:13	7455	0
QGG6F55	R 00023763	31/08/2026 21:03	7455	0
QGH2I40	R 00023741	01/09/2026 12:12	7455	0
QGI9372	A 30021102	01/09/2026 08:10	7633	1
QGK2674	R 00023739	02/09/2026 05:57	7455	0
QGK2674	R 00023755	02/09/2026 05:47	7455	0
QGK2674	R 00023939	07/09/2026 10:39	7455	0
QGK3C95	R 00023413	19/08/2026 06:15	7455	0
QGK3C95	R 00023542	23/08/2026 06:25	7455	0
QGK3C95	R 00023683	30/08/2026 06:25	7455	0
QGL4I73	R 00023467	21/08/2026 14:26	7455	0
QGL4I73	R 00023913	05/09/2026 15:33	7455	0
QGM0B87	R 00023617	28/08/2026 09:54	7455	0

QGN5E03	R 00023960	07/09/2026 11:33	7455	0
QGO8E76	R 00023717	29/08/2026 18:23	7455	0
QGP4439	A 30020089	08/09/2026 15:54	5525	0
QGS7913	R 00023508	22/08/2026 16:03	7455	0
QGT2A12	R 00023759	31/08/2026 09:05	7455	0
QGU4671	R 00023953	06/09/2026 13:59	7455	0
QGV1B97	A 30020728	26/08/2026 13:43	6084	1

QGV8I01	R 00023809	28/08/2026 22:38	7455	0
QGW6H56	R 00023777	30/08/2026 12:34	7455	0
QGY8E40	R 00023531	24/08/2026 10:05	7455	0
QGY8I01	R 00023998	07/09/2026 07:56	7455	0
QGZ2C09	R 00023630	26/08/2026 10:28	7455	0
QGZ2C09	R 00023632	26/08/2026 10:04	7455	0
QLD8C43	R 00023706	29/08/2026 14:15	7455	0
QSA6J98	R 00023977	07/09/2026 14:20	7455	0
QSE2A00	R 00023914	05/09/2026 10:16	7455	0
QSE6I67	A 30020642	15/09/2026 14:05	7633	1
QSK4C01	A 30021435	31/08/2026 14:20	7633	1
QYE6H82	R 00023415	20/08/2026 08:41	7455	0
QYX7D86	R 00023604	25/08/2026 15:51	7455	0
RGE8D43	R 00023807	01/09/2026 12:02	7455	0
RGK8F38	A 30021653	28/08/2026 17:45	5010	0
RGK8F38	A 30021654	28/08/2026 17:45	6637	1
RGM0C69	R 00023402	18/08/2026 08:26	7455	0
RGM3J44	R 00023745	02/09/2026 12:02	7463	0
RGM5G98	R 00023995	07/09/2026 19:30	7455	0
RGN6C63	A 30020736	08/09/2026 08:24	5550	0
RLQ0F14	R 00023764	28/08/2026 20:42	7463	0
RLR9H48	R 00023782	30/08/2026 15:50	7455	0
RLT6E57	R 00023720	02/09/2026 15:09	7455	0
RLZ2A53	R 00023602	28/08/2026 10:24	7455	0
RLZ3J26	A 30021034	05/09/2026 09:57	5541	4
RQA5G12	R 00023426	20/08/2026 21:29	7455	0
RQA6E01	R 00023839	03/09/2026 00:04	7455	0
RQA8E01	R 00023481	21/08/2026 14:24	7455	0
RQA8E01	R 00023723	26/08/2026 20:07	7455	0
RQA8E01	R 00023883	04/09/2026 00:04	7455	0
RQB9H28	R 00023820	03/09/2026 13:26	7455	0
RQC3E36	A 30021361	05/09/2026 10:58	7340	0
RQE1I65	R 00023735	01/09/2026 15:36	7455	0
RQF2G59	A 30021514	26/08/2026 11:33	5908	0
RQF4F44	R 00023794	26/08/2026 23:00	7455	0
RQG0C61	R 00023705	29/08/2026 13:37	7455	0
RQH8H96	A 30020771	01/09/2026 10:50	5967	0
RQI1B62	A 30021033	05/09/2026 10:43	5487	0
RQJ7B45	R 00024126	11/09/2026 10:24	7455	0
RQL3G51	R 00023557	23/08/2026 05:30	7455	0
RSD2C98	R 00024004	09/09/2026 13:45	7455	0
RZJ3F51	A 30020090	08/09/2026 17:05	5495	0
RZU1H58	A 30020148	25/08/2026 09:50	6084	1
RZX0B47	R 00024036	08/09/2026 18:04	7455	0
SAJ0I22	R 00023874	04/09/2026 04:33	7455	0
SBJ4I19	R 00023867	04/09/2026 06:37	7455	0
SIH0D26	A 30020150	25/08/2026 09:52	5622	2
SII9A47	R 00023543	23/08/2026 15:20	7455	0
SJD8D68	R 00024006	08/09/2026 14:57	7455	0
SKU6C33	R 00024073	12/09/2026 02:00	7463	0
SKW5C41	A 30021106	01/09/2026 11:11	5932	0
SKX7B22	R 00024012	08/09/2026 12:03	7455	0
SLE9H69	R 00023624	25/08/2026 11:41	7455	0
SNM2I54	R 00024132	11/09/2026 01:55	7455	0
SNX7J74	R 00023997	07/09/2026 12:31	7455	0
SOO9B32	R 00023779	01/09/2026 22:26	7455	0
SOR3J00	R 00023588	28/08/2026 08:16	7455	0
SOZ1G72	R 00023527	24/08/2026 08:19	7455	0
SSL2H27	R 00023466	21/08/2026 12:29	7455	0

SSW0F86	A 30021469	11/09/2026 10:25	5541	1
TDL4D26	A 30021472	11/09/2026 13:50	7633	1
TEX8H61	R 00023584	26/08/2026 16:01	7455	0
TNW3H02	R 00023966	06/09/2026 09:51	7455	0
TNW3H02	R 00024039	09/09/2026 06:56	7455	0
TOT5B46	R 00023936	07/09/2026 12:52	7455	0
TOV4D98	R 00023856	04/09/2026 08:55	7455	0
TOY8D53	R 00024024	09/09/2026 12:57	7455	0
TOZ9G78	A 30019786	02/09/2026 08:49	5878	0
TOZ9G78	R 00023407	18/08/2026 09:32	7455	0
TOZ9G78	R 00023411	20/08/2026 14:20	7455	0
TOZ9G78	R 00023444	19/08/2026 07:17	7455	0
TOZ9G78	R 00023455	20/08/2026 09:31	7455	0
TOZ9G78	R 00023469	21/08/2026 15:10	7455	0
TOZ9G78	R 00023540	23/08/2026 06:32	7455	0
TOZ9G78	R 00023561	24/08/2026 14:31	7455	0
TOZ9G78	R 00023572	23/08/2026 08:50	7455	0
TOZ9G78	R 00023580	28/08/2026 13:10	7455	0
TOZ9G78	R 00023592	25/08/2026 07:27	7455	0
TOZ9G78	R 00023633	27/08/2026 09:01	7455	0

TOZ9G78	R 00023670	29/08/2026 06:26	7455	0
TOZ9G78	R 00023733	31/08/2026 08:24	7455	0
TOZ9G78	R 00023737	02/09/2026 14:19	7455	0
TOZ9G78	R 00023750	31/08/2026 09:42	7455	0
TOZ9G78	R 00023766	31/08/2026 16:17	7455	0
TOZ9G78	R 00023780	01/09/2026 13:11	7455	0
TOZ9G78	R 00023792	01/09/2026 06:39	7455	0
TOZ9G78	R 00023880	04/09/2026 13:40	7455	0
TOZ9G78	R 00023886	04/09/2026 14:24	7455	0
TOZ9G78	R 00023902	05/09/2026 16:23	7455	0
TOZ9G78	R 00023949	06/09/2026 09:36	7463	0
TOZ9G78	R 00023952	07/09/2026 06:57	7455	0
TOZ9G78	R 00023959	07/09/2026 13:54	7455	0
TOZ9G78	R 00023963	06/09/2026 07:32	7455	0
TOZ9G78	R 00024034	09/09/2026 13:36	7455	0
TOZ9G78	R 00024052	10/09/2026 08:17	7455	0
TOZ9G78	R 00024053	10/09/2026 13:38	7455	0
TOZ9G78	R 00024055	10/09/2026 09:30	7455	0
TOZ9G78	R 00024069	12/09/2026 12:48	7455	0
TOZ9G78	R 00024080	11/09/2026 07:41	7455	0
TOZ9G78	R 00024130	12/09/2026 07:38	7455	0
TPB6I02	R 00023679	29/08/2026 14:32	7455	0
TPE3G63	R 00023652	25/08/2026 10:13	7455	0
TPG3H49	R 00023850	04/09/2026 09:17	7455	0
TSP3I22	A 30020738	08/09/2026 11:20	6084	1
TSP9E35	R 00023660	27/08/2026 14:01	7455	0
TSQ7B93	R 00023550	24/08/2026 20:33	7463	0
TSQ7B93	R 00023700	29/08/2026 12:10	7455	0
TSQ8C76	R 00023566	23/08/2026 10:58	7455	0
TSQ9B65	R 00024047	10/09/2026 19:43	7455	0
TSR0G88	A 30021069	06/09/2026 21:00	5380	0
TSR0H34	R 00023487	21/08/2026 12:03	7455	0
TSR6I00	R 00023814	31/08/2026 14:44	7463	0
TSR8G34	R 00023676	29/08/2026 19:27	7455	0
TST6C83	R 00023414	20/08/2026 08:15	7455	0
TSV1B06	R 00024062	10/09/2026 00:08	7455	0
TSX5J18	R 00023986	06/09/2026 12:10	7455	0
TSY2F67	A 30020347	27/08/2026 18:00	7633	1
TSZ8J45	R 00023796	01/09/2026 21:58	7455	0

TXV8G30	R 00023433	19/08/2026 16:21	7455	0
TYO2A90	R 00023855	04/09/2026 13:27	7455	0
TZM3J84	R 00023654	27/08/2026 08:18	7455	0
UAI8E37	R 00023713	29/08/2026 17:55	7455	0
USS8E87	R 00023877	04/09/2026 17:16	7455	0

CAICO/RN, 20 DE OUTUBRO DE 2026

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - Caico / RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:04CC7907

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2024 AO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: P RAFAEL MAIA - ME, CNPJ/MF Nº 16.906.916/0001-45.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **P RAFEAL MAIA - ME**, **CNPJ/MF nº16.906.916/0001-45**, sediada na Rua: José de Anchieta Praxedes, n° 2015, Dr. Sebastião Maltez Fernandes, Caraúbas/RN,CEP: 59.780-000, neste ato representada por **PAULO RAFAEL MAIA**, portador(a) da Cédula de Identidade n° 2xxx25xITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 056.xx0.xx4-xx, doravante denominada **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) nos item 01, o que resultará em um aumento no valor de R$ 12.650,00 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais), nos termos dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2024, oriundo da Dispensa de Licitação nº 015/2024, cujo objeto consiste na **contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**, de acordo com as especificações constantes do contrato originário e da proposta da CONTRATADA, as quais passam a integrar o presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRESCIMO

2.1 Conforme expresso na cláusula primeira, fica acrescido em até 25% o quantitativo dos itens constantes do termo de contrato supramencionado, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUNT ORIGINAL	QUTD ADITIVADA	VALOR UNT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Serviços de instalação de ar condicionados de 9.000 a btusa 30.000 btus. O serviço deverá ser de acordo com as necessidades (todas as marcas) – sempre seguindo a especificação do fabricante e normas técnicas, incluindo o todo o material necessário para finalização do processo de instalação.	Serviços	60	22	R$ 575,00	R$ 12.650,00
Total						***R$ 12.650,00***

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2024 oriundos de Dispensa de Licitação nº 015/2024 - Processo Administrativo n° 425015/2024, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	P Rafeal Maia - ME
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***PAULO RAFAEL MAIA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6F6D3626

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 720033/2026.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de materiais esportivos, instrumentos musicais, insumos têxteis e itens de identificação (fardamento), destinados ao atendimento das atividades socioassistenciais, culturais, esportivas e recreativas desenvolvidas no âmbito do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Caraúbas/RN.

Na qualidade de Ordenador de Despesas do Município de Caraúbas/RN e no uso de minhas atribuições legais de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; e:

Considerandoainda os autos do processo referente ao Pregão Eletrônico em tela, encaminhado pelo Agente de Contratação Municipal;

Considerando, que não houve manifestação concernente à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos participantes, conforme art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021;

Considerandoo parecer jurídico expedido pela Procuradoria Geral do Município relativo ao processo epigrafado o qual concluiu pela legalidade dos atos processuais; e,

Com base nas informações apresentadas e art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021**HOMOLOGO**o presente procedimento de Chamada Pública, cujo teve como vencedores os seguintes participantes:

VANINHA UTILIDADES LTDA, CNPJ: 58.421.861/0001-23;

LOTE 01 – MATERIAIS ESPORTIVOS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	**BOLA DE FUTSAL MIRIM:** Confeccionada em material sintético resistente (PU, PVC ou similar), com costura reforçada ou tecnologia termo fundida, câmara interna em borracha butílica ou látex, circunferência entre 50 cm e 55 cm, peso entre 300 g e 330 g, com miolo removível e lubrificado, indicada para categoria mirim.	**NEDEL**	UND	3	R$ 92,62	R$ 277,86
2	**BOLA DE FUTSAL INFANTIL:** Confeccionada em material sintético resistente (PU, PVC ou similar), circunferência entre 55 e 59 cm, peso entre 350 g e 380 g, câmara em borracha butílica, miolo removível e lubrificado, costurada ou termo fusionada.	**NEDEL**	UND	3	R$ 70,67	R$ 212,01
3	**BOLA DE VÔLEI DE AREIA:** Produzida em material sintético resistente, circunferência entre 65 e 67 cm, peso entre 260 g e 280 g, câmara interna em borracha butílica ou látex, miolo substituível.	**NEDEL**	UND	3	R$ 117,66	R$ 352,98
4	**REDE DE VÔLEI DE AREIA:** Fabricada em fio sintético (PE ou PP), malha 10x10 cm, dimensões aproximadas de 8,50 m x 1,00 m, com faixa superior reforçada e sistema de tensionamento.	**NEDEL**	UND	2	R$ 174,83	R$ 349,66
5	**KIT PARA PRÁTICA DE BADMINTO:** composto por 02 raquetes fabricadas em material resistente (aço, alumínio, grafite ou similar), 03 petecas (shuttlecocks) em nylon ou material sintético, 01 rede confeccionada em nylon ou polietileno, suportes ou postes para fixação, além de bolsa ou estojo para transporte. Produto indicado para atividades esportivas, recreativas e treinamentos.	**P. CAMPO**	PCT	6	R$ 114,25	R$ 685,50

6	**KIT DE PING PONG**: Kit de Ping Pong (Tênis de Mesa) – Conjunto para prática de tênis de mesa, composto por 02 raquetes confeccionadas em madeira com revestimento em borracha, 03 bolas de tênis de mesa em plástico resistente (aprox. 40 mm) e 01 rede com suportes para fixação em mesa. Produto indicado para atividades esportivas, recreativas e escolares, garantindo durabilidade e bom desempenho para iniciantes e praticantes recreativos.	**CONVOY**	PCT	6	R$ 77,04	R$ 462,24
7	**KIT DE SLACKLINE**: Kit de Slackline 10 m – Conjunto completo para prática de slackline, composto por 01 fita principal em poliéster ou nylon de alta resistência com aproximadamente 10 metros de comprimento e cerca de 50 mm de largura, 01 catraca metálica com sistema de tensionamento, protetores para árvores ou pontos de fixação, além de bolsa ou embalagem para transporte. Equipamento indicado para atividades esportivas, recreativas e de equilíbrio, oferecendo segurança e resistência para uso em ambientes externos.	**IMPORT**	PCT	3	R$ 198,56	R$ 595,68
8	**BOLAS DE VINIL:** Bola de Vinil – Bola recreativa confeccionada em vinil (PVC) resistente, leve e flexível, indicada para atividades lúdicas, recreativas e esportivas, especialmente para uso infantil. Produto inflável, colorido, com diâmetro aproximado entre 20 e 25 cm, resistente ao uso contínuo e adequado para ambientes internos e externos.	**LIDER**	UND	6	R$ 24,36	R$ 146,16
9	**PACOTE DE BOLAS DE GUDE:** Conjunto de bolas de gude confeccionadas em vidro resistente, com acabamento liso e cores variadas. Produto acondicionado em pacote contendo aproximadamente 50 unidades, com diâmetro aproximado entre 14 e 16 mm, indicado para atividades recreativas, jogos tradicionais e ações educativas.	**NEDEL**	PCT	5	R$ 14,74	R$ 73,70
10	**JOGOS DE DARDOS:** Conjunto para prática de jogo de dardos, composto por 01 alvo circular confeccionado em material resistente (papel prensado, cortiça ou fibra) com marcação de pontuação, acompanhado de dardos com ponta metálica ou plástica e corpo em material resistente, indicado para atividades recreativas, esportivas e de lazer. Produto adequado para uso em ambientes internos ou externos.	**WESTERN**	PCT	6	R$ 74,16	R$ 444,96
11	**BOLAS DE BASQUETE:** Bola destinada à prática de basquete, confeccionada em material sintético resistente (borracha, PU ou PVC), com circunferência aproximada entre 74 e 78 cm e peso entre 600 e 650 g, com superfície texturizada para melhor aderência. Produto indicado para treinamentos, competições recreativas e atividades esportivas em quadras internas ou externas.	**STORM**	UND	2	R$ 128,12	R$ 256,24
12	**TABELA DE BASQUETE REMOVÍVEL:** Tabela de basquete confeccionada em material resistente (acrílico, policarbonato, madeira naval ou similar), com estrutura metálica reforçada, aro metálico com rede em nylon e sistema de fixação removível, permitindo fácil instalação e retirada. Produto indicado para uso em quadras esportivas, treinamentos e atividades recreativas.	**NEDEL**	UND	2	R$ 531,48	R$ 1.062,96
13	**BOLA DE CAMPO**: Bola de Futebol de Campo – Bola destinada à prática de futebol de campo, confeccionada em material sintético resistente (PU, PVC ou similar), com circunferência entre 68 e 70 cm e peso aproximado entre 410 e 450 g, câmara de ar em borracha butílica e miolo removível e lubrificado, garantindo maior retenção de ar e durabilidade para atividades esportivas.	**ALFA**	UND	2	R$ 251,11	R$ 502,22
14	**BOLAS DE VÔLEI DE QUADRA:** Bola destinada à prática de vôlei de quadra, confeccionada em material sintético resistente (PU, PVC ou similar), com circunferência entre 65 e 67 cm e peso aproximado entre 260 e 280 g, câmara de ar em borracha butílica ou látex e miolo removível e lubrificado, indicada para treinamentos, competições recreativas e atividades esportivas.	**KANXA**	UND	3	R$ 59,45	R$ 178,35
15	**REDE DE VÔLEI DE QUADRA:** Rede esportiva destinada à prática de vôlei de quadra, confeccionada em fio de polietileno (PE) ou polipropileno (PP) de alta resistência, com malha aproximada de 10 x 10 cm, medindo aproximadamente 9,50 m de comprimento por 1,00 m de altura, com faixa superior reforçada em lona ou PVC e cabo de aço ou corda para fixação, adequada para uso em quadras esportivas.	**NEDEL**	UND	2	R$ 168,63	R$ 337,26
16	**KIT DE MINI BAND:** Conjunto de faixas elásticas circulares (mini bands) confeccionadas em látex ou material elástico de alta resistência, composto por múltiplos níveis de resistência (leve, médio e forte). Indicado para exercícios de fortalecimento muscular, reabilitação, treinos funcionais e atividades físicas. O kit pode acompanhar bolsa para transporte e armazenamento.	**CONVOY**	PCT	30	R$ 52,30	R$ 1.569,00
17	**KIT DE THERA BAND / EXTENSOR ELASTICO PARA TREINO**: Conjunto de faixas elásticas de resistência (Thera Band ou similar) confeccionadas em látex ou material elástico de alta resistência, indicado para exercícios de fortalecimento muscular, alongamento, fisioterapia e treinamento funcional. O kit deve conter faixas com diferentes níveis de resistência (leve, médio e forte), podendo acompanhar bolsa ou embalagem para armazenamento e transporte.	**CONVOY**	PCT	30	R$ 28,62	R$ 858,60
18	**BAMBOLÊ 65CM:** Arco de Ginástica Rítmica Infantil – Bambolê confeccionado em plástico ou PVC resistente, com diâmetro aproximado de 65 cm, leve e seguro para uso infantil. Produto indicado para atividades de ginástica rítmica, recreação, coordenação motora e atividades físicas escolares, podendo apresentar cores variadas.	**SR**	UND	60	R$ 5,57	R$ 334,20
19	**BAMBOLÊ INFANTIL**: Bambolê fabricado em material plástico ou PVC resistente, leve e durável, indicado para atividades recreativas, exercícios físicos, ginástica e desenvolvimento da coordenação motora infantil. Produto com diâmetro aproximado entre 60 e 70 cm, em cores variadas, adequado para uso em escolas, projetos esportivos e atividades recreativas.	**SR**	UND	60	R$ 5,57	R$ 334,20
20	**FITA DE SUSPENSÃO PARA TREINAMENTO:** Equipamento para treinamento funcional composto por fitas em nylon ou poliéster de alta resistência, com alças ajustáveis e pegadores ergonômicos, sistema de regulagem de comprimento e ancoragem para fixação em portas, barras ou estruturas fixas. Produto indicado para exercícios de força, equilíbrio, flexibilidade e condicionamento físico, podendo acompanhar bolsa para transporte.	**NEDEL**	UND	12	R$ 79,51	R$ 954,12
21	**CORDA NAVAL DE 40MM**: Corda naval para treinamento funcional confeccionada em polietileno, poliéster ou polipropileno de alta resistência, com diâmetro aproximado de 40 mm e comprimento adequado para exercícios físicos. Possui extremidades seladas ou com manoplas para melhor pegada, sendo indicada para treinos de força, resistência e condicionamento físico.	**NEDEL**	UND	6	R$ 190,81	R$ 1.144,86
VALOR TOTAL						**R$ 11.132,79**

Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ: 46.027.640/0001-96;

LOTE 02 – EQUIPAMENTOS PARA TREINAMENTO FUNCIONAL E CONDICIONAMENTO FÍSICO						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT R$**	**VALOR TOTAL R$**
22	**CONE:** Cone para Atividades de Agilidade e Treinamento – Cone esportivo confeccionado em plástico ou PVC resistente, com altura aproximada entre 20 e 30 cm, base estável e cores vivas para melhor visualização. Produto indicado para treinamentos esportivos, circuitos de agilidade, coordenação motora e atividades recreativas.	**YNINS**	UND	20	R$ 9,00	R$ 180,00
23	**CHAPÉU CHINÊS**: Cone tipo chapéu chinês confeccionado em plástico ou PVC flexível e resistente, com altura aproximada entre 4 e 6 cm e diâmetro entre 18 e 20 cm, cores variadas e de alta visibilidade. Indicado para treinos esportivos, circuitos de agilidade, coordenação motora e atividades recreativas.	**BMX**	UND	10	R$ 4,50	R$ 45,00
24	**ESCADA DE AGILIDADE**: Escada de Agilidade – Equipamento esportivo utilizado para					

	treinamento de velocidade, coordenação e agilidade, composto por fitas em nylon ou poliéster resistente e degraus em plástico ou PVC ajustáveis, com comprimento aproximado entre 4 e 6 metros, podendo acompanhar bolsa para transporte e armazenamento.	**BMX**	UND	4	R$ 45,00	R$ 180,00
25	**CORDA DE PULAR**: Corda de pular para treinamento físico, composta por cabo de aço revestido em PVC, com comprimento ajustável, e pegadores anatômicos em plástico resistente, podendo conter rolamentos para maior velocidade e fluidez do movimento. Indicada para atividades físicas, treinos funcionais e condicionamento físico.	**YNINS**	UND	4	R$ 20,00	R$ 80,00
26	**PARES DE CONES COM BARREIRAS:** Pares de Cones com Barreiras para Treino – Conjunto para treinamento esportivo composto por cones confeccionados em plástico ou PVC resistente e hastes ou barreiras removíveis, permitindo a montagem de obstáculos para exercícios de agilidade, coordenação motora, velocidade e salto. Equipamento indicado para treinamentos esportivos e atividades recreativas.	**YNINS**	UND	52	R$ 25,00	R$ 1.300,00
27	**MINI BIKE ERGOMÉTRICA:** Equipamento compacto para exercícios físicos composto por estrutura metálica resistente, pedais com cintas de fixação, sistema de regulagem de intensidade, podendo possuir monitor digital para exibição de tempo, distância, rotações e calorias. Indicado para exercícios de membros inferiores e superiores, utilizado em treinos, fisioterapia e condicionamento físico.	**YNINS**	UND	9	R$ 160,00	R$ 1.440,00
28	**RODINHAS DE EXERCÍCIO ABDOMINAL:** Rodinha de Exercício Abdominal – Equipamento para treinamento físico composto por roda central em material resistente (PVC ou borracha) com eixo metálico e pegadores ergonômicos, indicado para exercícios de fortalecimento da musculatura abdominal, lombar e do core, proporcionando estabilidade e segurança durante o uso.	**YNINS**	UND	12	R$ 50,00	R$ 600,00
29	**APARELHO DE MEDIR PRESSÃO DE BRAÇO DIGITAL:** Equipamento digital destinado à medição automática da pressão arterial, com braçadeira ajustável para braço, visor digital de fácil leitura, sistema de medição automática de pressão sistólica, diastólica e frequência cardíaca, funcionamento por pilhas ou bateria, indicado para uso em atividades de acompanhamento de saúde e monitoramento básico.	**BMX**	UND	3	R$ 75,00	R$ 225,00
30	**BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA:** Balança eletrônica digital com tecnologia de bioimpedância, indicada para medição de peso corporal e análise de composição corporal, podendo apresentar indicadores como percentual de gordura corporal, massa muscular, índice de massa corporal (IMC) e água corporal. Possui visor digital, plataforma em vidro temperado ou material resistente e funcionamento por pilhas ou bateria.	**BMX**	UND	2	R$ 120,00	R$ 240,00
31	**KIT DE CANELEIRAS DE 2KG À 5KG:** Conjunto de caneleiras para treinamento físico, confeccionadas em nylon, neoprene ou material resistente, com fechamento em velcro ajustável, contendo diferentes níveis de peso, variando aproximadamente de 2 kg a 5 kg, indicado para exercícios de fortalecimento muscular e treinamento funcional.	**PANGUE**	PCT	12	R$ 85,00	R$ 1.020,00
32	**PARES DE HALTERES DE 2KG à 5KG:** Conjunto de halteres para treinamento físico, confeccionados em ferro fundido, aço ou material revestido em PVC ou borracha, com pesos variados entre 2 kg e 5 kg, formato anatômico para melhor pegada, indicados para exercícios de fortalecimento muscular, condicionamento físico e atividades esportivas.	**BMX**	PCT	12	R$ 58,00	R$ 696,00
33	**KIT DE HALTERES EM VÁRIOS TAMANHOS:** Conjunto de halteres para treinamento físico, confeccionados em ferro fundido, aço ou material revestido em PVC ou borracha, contendo pesos variados em diferentes tamanhos, indicados para exercícios de fortalecimento muscular, condicionamento físico e treinamento funcional.	**SCALIBU**	PCT	30	R$ 670,00	R$ 20.100,00
34	**KIT DE CANELEIRAS "TORNOZELEIRAS" COM PESOS VARIADOS**: Conjunto de caneleiras/tornozeleiras para exercícios físicos, confeccionadas em nylon, neoprene ou material resistente, com fechamento ajustável em velcro, contendo diferentes níveis de peso, indicadas para fortalecimento muscular, reabilitação, treinamento funcional e atividades físicas.	**SCALIBU**	PCT	30	R$ 100,00	R$ 3.000,00
VALOR TOTAL						**R$ 29.106,00**

LOTE 03 – MATERIAIS E ACESSORIOS PARA NATAÇÃO E HIDROGINASTICA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
35	**TOUCA DE NATAÇÃO INFANTIL:** Touca para natação confeccionada em silicone, látex ou material sintético flexível e resistente, tamanho infantil, anatômica, indicada para proteção dos cabelos e melhor ajuste durante atividades aquáticas, podendo apresentar cores variadas.	**IBEL**	UND	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
36	**TOUCA DE NATAÇÃO ADULTO:** Touca para natação confeccionada em silicone, látex ou material sintético de alta elasticidade, tamanho adulto, com ajuste confortável e anatômico, indicada para prática de natação em piscinas, treinos e atividades recreativas, podendo apresentar cores variadas.	**IBEL**	UND	50	R$ 22,00	R$ 1.100,00
37	**ÓCULOS DE NATAÇÃO INFANTIL:** Óculos para natação confeccionado em material resistente e flexível, com lentes em policarbonato ou material similar, vedação em silicone ou borracha macia, com tira elástica ajustável, indicado para uso infantil em atividades aquáticas, treinos e recreação, proporcionando conforto e proteção aos olhos.	**IBEL**	UND	40	R$ 28,00	R$ 1.120,00
38	**ÓCULOS DE NATAÇÃO ADULTO:** Óculos para natação confeccionado em lentes de policarbonato ou material similar, com vedação em silicone ou borracha, tiras elásticas ajustáveis e estrutura anatômica, indicado para treinos, atividades recreativas e prática de natação em piscinas.	**IBEL**	UND	40	R$ 20,00	R$ 800,00
39	**PRANCHA DE NATAÇÃO EM EVA:** Equipamento auxiliar para prática de natação confeccionado em EVA (etileno vinil acetato) de alta densidade, leve, flutuante e resistente, indicado para treinamento de natação, exercícios de flutuação e aprendizado aquático, com formato anatômico e cores variadas.	**IBEL**	UND	40	R$ 19,00	R$ 760,00
40	**BOIA ESPAGUETE FLUTUADOR GRANDE:** Flutuador tipo espaguete confeccionado em espuma de polietileno expandido ou material similar, leve, flexível e resistente, indicado para atividades aquáticas, recreação e apoio em exercícios de natação, com comprimento aproximado entre 1,50 m e 1,65 m, podendo apresentar cores variadas.	**IBEL**	UND	40	R$ 9,00	R$ 360,00
41	**POLIBÓIA EM EVA:** Equipamento auxiliar para treinamento de natação confeccionado em EVA de alta densidade, leve e resistente, utilizado para exercícios de flutuação e fortalecimento dos membros superiores durante a prática de natação, com formato anatômico e boa flutuabilidade, podendo apresentar cores variadas.	**IBEL**	UND	20	R$ 21,00	R$ 420,00
42	**PARES DE LUVA DE BOX EM EVA PARA HIDROGINÁSTICA:** Luvas tipo box para hidroginástica confeccionadas em EVA (etileno vinil acetato) de alta densidade, leves, flutuantes e resistentes à água, com formato anatômico e tiras ou encaixe para as mãos, indicadas para exercícios aquáticos, fortalecimento muscular e aumento da resistência durante atividades de hidroginástica.	**IBEL**	PCT	30	R$ 50,00	R$ 1.500,00
43	**BARRÃO HALTERES PARA HIDROGINÁSTICA:** Halter tipo barrão para hidroginástica confeccionado em EVA de alta densidade ou espuma flutuante, com pegador central e extremidades flutuantes, indicado para exercícios aquáticos de resistência, fortalecimento muscular e condicionamento físico em atividades de hidroginástica.	**IBEL**	PCT	30	R$ 30,00	R$ 900,00
44	**KIT DE BRINQUEDOS DE MERGULHOS PARA NATAÇÃO:** Conjunto de brinquedos aquáticos utilizados em atividades de natação e recreação, confeccionados em material plástico resistente e seguro para uso em água, contendo peças coloridas que afundam e facilitam exercícios de mergulho e busca subaquática, indicado para atividades recreativas, educativas e de adaptação ao meio aquático.	**IBEL**	PCT	2	R$ 60,00	R$ 120,00
VALOR TOTAL						**R$ 8.330,00**

LOTE 04 - EQUIPAMENTOS PARA ARTES MARCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
45	**RAQUETE CHUTE ALTO APARADOR ALMOFADA TREINO TAEKWONDO BOX:** Raquete Chute Alto / Aparador Almofada para Treino de Taekwondo e Boxe – Aparador tipo raquete para treino de artes marciais, confeccionado em material sintético	**SCALIBU**	UND	10	R$ 80,00	R$ 800,00

	resistente (PU, PVC ou similar), com enchimento em espuma de alta densidade para absorção de impacto. Possui pegador reforçado e alça de fixação, indicado para treinos de chutes, golpes e técnicas de precisão em modalidades como taekwondo, boxe e outras artes marciais.					
46	**MANOPLA DE FOCO PARA TREINO APARADOR LUTA PROFISSIONAL BOXE:** Par de manoplas de foco para treinamento de boxe e artes marciais, confeccionadas em couro sintético ou material sintético de alta resistência, com enchimento em espuma de alta densidade, formato anatômico e pegador interno com ajuste em velcro, indicadas para treinos de velocidade, precisão e técnica de golpes.	**SCALIBU**	UND	10	R$ 90,00	R$ 900,00
47	**APARADOR DE CHUTE PARA TREINO MUAY THAI:** Aparador de chute para artes marciais confeccionado em couro sintético, PU ou material similar de alta resistência, com camadas internas de espuma de alta densidade para absorção de impacto. Possui alças reforçadas e sistema de fixação com velcro, indicado para treinamento de chutes, joelhadas e golpes em modalidades como muay thai, kickboxing e artes marciais em geral.	**SCALIBU**	UND	10	R$ 149,00	R$ 1.490,00
VALOR TOTAL						**R$ 3.190,00**

LOTE 07 - MATERIAL E UNIFORMES PARA BALÉ E DANÇA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT R$**	**VALOR TOTAL R$**
83	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 7 A 8 ANOS – TAM. 27/28** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para crianças de 7 a 8 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	18	R$ 40,00	R$ 720,00
84	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 8 A 9 ANOS – TAM. 29/30** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para crianças de 8 a 9 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	18	R$ 40,00	R$ 720,00
85	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 9 A 10 ANOS – TAM. 31/32** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para crianças de 9 a 10 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	24	R$ 50,00	R$ 1.200,00
86	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 10 A 12 ANOS – TAM. 33/34** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para crianças de 10 a 12 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 40,00	R$ 800,00
87	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 12 A 14 ANOS – TAM. 35/36** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para adolescentes de 12 a 14 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	10	R$ 55,00	R$ 550,00
88	**SAPATILHA BALÉ MEIA PONTA: 14 A 16 ANOS – TAM. 37/38** Sapatilha meia ponta para ballet, unissex, confeccionada em material flexível (couro, lona ou similar), com sola em couro ou material sintético, elástico para ajuste e melhor fixação aos pés, proporcionando conforto, leveza e segurança durante a prática de dança. Indicada para adolescentes de 14 a 16 anos. Cores e modelo serão anexados posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	2	R$ 50,00	R$ 100,00
89	**MEIA CALÇA BALÉ SEM FURO SEM FURO EM POLIAMIDA FIO 40 COM PÉ: 7 A 8 ANOS – TAM. P** Meia-calça para ballet, sem furo, com pé, confeccionada em poliamida fio 40 ou similar, com elasticidade e ajuste confortável ao corpo, proporcionando liberdade de movimento e resistência para uso em atividades de dança. Indicada para crianças de 7 a 8 anos, com altura aproximada de 1,20 m a 1,30 m.	**EVIDENCE**	UND	18	R$ 30,00	R$ 540,00
90	**MEIA CALÇA BALÉ SEM FURO SEM FURO EM POLIAMIDA FIO 40 COM PÉ:** 9 a 10 anos – Tam. M Meia-calça para ballet, sem furo, com pé, confeccionada em poliamida fio 40 ou similar, com elasticidade e ajuste confortável ao corpo, proporcionando liberdade de movimento e resistência para uso em atividades de dança. Indicada para crianças de 9 a 10 anos, com altura aproximada de 1,30 m a 1,40 m.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 20,00	R$ 400,00
91	**MEIA CALÇA BALÉ SEM FURO SEM FURO EM POLIAMIDA FIO 40 COM PÉ: 11 A 12 ANOS – TAM. G** Meia-calça para ballet, sem furo, com pé, confeccionada em poliamida fio 40 ou similar, com elasticidade e ajuste confortável ao corpo, proporcionando liberdade de movimento e resistência para uso em atividades de dança. Indicada para crianças de 11 a 12 anos, com altura aproximada de 1,40 m a 1,50 m.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 24,00	R$ 480,00
92	**MEIA CALÇA BALÉ SEM FURO SEM FURO EM POLIAMIDA FIO 40 COM PÉ: 13 A 14 ANOS – TAM. GG** Meia-calça para ballet, sem furo, com pé, confeccionada em poliamida fio 40 ou similar, com elasticidade e ajuste confortável ao corpo, proporcionando liberdade de movimento e resistência para uso em atividades de dança. Indicada para adolescentes de 13 a 14 anos, com altura aproximada de 1,50 m a 1,60 m.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 22,00	R$ 440,00
93	**MEIA CALÇA BALÉ SEM FURO SEM FURO EM POLIAMIDA FIO 40 COM PÉ: 15 A 16 ANOS – TAM. XG** Meia-calça para ballet, sem furo, com pé, confeccionada em poliamida fio 40 ou similar, com elasticidade e ajuste confortável ao corpo, proporcionando liberdade de movimento e resistência para uso em atividades de dança. Indicada para adolescentes de 15 a 16 anos, com altura aproximada de 1,60 m a 1,70 m.	**EVIDENCE**	UND	2	R$ 22,00	R$ 44,00
94	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 6 ANOS – TAM. 6/8** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 6 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	3	R$ 24,00	R$ 72,00
95	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 7 ANOS – TAM. 8** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 7 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	10	R$ 24,00	R$ 240,00
96	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 8 ANOS – TAM. 10** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 8 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	8	R$ 24,00	R$ 192,00
97	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 9 ANOS – TAM. 12** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 9 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	15	R$ 23,00	R$ 345,00
98	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 10 ANOS – TAM. 14** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 10 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	2	R$ 22,00	R$ 44,00

99	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 11 ANOS – TAM. 16** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 11 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 26,00	R$ 520,00
100	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 12 ANOS – TAM. 18** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 12 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	2	R$ 25,00	R$ 50,00
101	**BODY INFANTIL PARA BALÉ: 13 ANOS – TAM. 20** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 13 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	15	R$ 25,00	R$ 375,00
102	**BODY INFANTIL PARA BALÉ 14 ANOS – TAM. 22** Body para balé confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 14 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	5	R$ 24,00	R$ 120,00
103	**COLLANT BODY PARA BALLET INFANTIL: 7 A 8 ANOS – TAM. P** Collant (body) para ballet juvenil, confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 7 a 8 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	18	R$ 28,00	R$ 504,00
104	**COLLANT BODY PARA BALLET INFANTIL: 9 A 10 ANOS – TAM. M** Collant (body) para ballet juvenil, confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 9 a 10 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 26,00	R$ 520,00
105	**COLLANT BODY PARA BALLET INFANTIL: 11 A 12 ANOS – TAM. G** Collant (body) para ballet juvenil, confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para crianças de 11 a 12 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	20	R$ 26,00	R$ 520,00
106	**COLLANT BODY PARA BALLET INFANTIL: 13 A 14 ANOS – TAM. GG** Collant (body) para ballet juvenil, confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para adolescentes de 13 a 14 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	15	R$ 25,00	R$ 375,00
107	**COLLANT BODY PARA BALLET INFANTIL: 15 A 16 ANOS – TAM. XG** Collant (body) para ballet juvenil, confeccionado em tecido com elasticidade (poliamida com elastano ou similar), com alças ou mangas curtas, modelagem anatômica, confortável e adequado para prática de atividades de dança. Indicado para adolescentes de 15 a 16 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**EVIDENCE**	UND	5	R$ 26,00	R$ 130,00
VALOR TOTAL						**R$ 10.281,00**

LOTE 10 – COLETES PARA TREINAMENTO ESPORTIVO						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT R$**	**VALOR TOTAL R$**
121	**COLETE FUTEBOL SIMPLES: TAM. P** Colete de futebol simples, confeccionado em tecido leve e respirável (poliéster ou similar), com modelagem ampla que permite o uso sobre outras vestimentas, proporcionando conforto e liberdade de movimento durante atividades esportivas. Possui acabamento reforçado e laterais abertas para melhor ventilação. Indicado para uso esportivo. Conforme modelo encaminhado pela Administração.	**ARTE PERFEITA**	UND	55	R$ 13,00	R$ 715,00
122	**COLETE FUTEBOL SIMPLES: TAM. M** Colete de futebol simples, confeccionado em tecido leve e respirável (poliéster ou similar), com modelagem ampla que permite o uso sobre outras vestimentas, proporcionando conforto e liberdade de movimento durante atividades esportivas. Possui acabamento reforçado e laterais abertas para melhor ventilação. Indicado para uso esportivo. Conforme modelo encaminhado pela Administração.	**ARTE PERFEITA**	UND	55	R$ 13,00	R$ 715,00
123	**COLETE FUTEBOL SIMPLES: TAM. G** Colete de futebol simples, confeccionado em tecido leve e respirável (poliéster ou similar), com modelagem ampla que permite o uso sobre outras vestimentas, proporcionando conforto e liberdade de movimento durante atividades esportivas. Possui acabamento reforçado e laterais abertas para melhor ventilação. Indicado para uso esportivo. Conforme modelo encaminhado pela Administração.	**ARTE PERFEITA**	UND	10	R$ 14,30	R$ 143,00
VALOR TOTAL						**R$ 1.573,00**
TOTAL						**R$ 52.480,00**

DANDARA SPORT LTDA, CNPJ: 51.543.641/0001-23;

LOTE 05 – INSTRUMENTOS MUSICAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNIT R$**	**VALOR TOTAL R$**
01	**VIOLÃO CLÁSSICO ELETROACÚSTICO PARA DESTROS:** Violão com 6 cordas de nylon, tamanho aproximado de 39", acabamento na cor natural, corpo com cutaway, braço com tensor regulável, escala aproximada de 648 mm e pestana de cerca de 48 mm. Equipado com sistema de captação ativo, equalizador de 3 bandas, afinador embutido e saída P10. Indicado para atividades educacionais e apresentações musicais.	**LUEN**	UND	3	R$ 700,00	R$ 2.100,00
02	**KIT VIOLÃO ELETROACÚSTICO COM ACESSÓRIOS:** Kit contendo violão eletroacústico com 6 cordas de nylon para destros, tamanho aproximado de 39 polegadas, acabamento na cor natural, corpo tipo flat com cutaway, braço com tensor regulável, escala aproximada de 650 mm, pestana com cerca de 48 mm, sistema de captação ativo com equalizador de 3 bandas, afinador cromático embutido e saída P10, acompanhado de acessórios básicos para uso.	**BMX**	PCT	20	R$ 700,00	R$ 14.000,00
03	**VIOLÃO ELETROACÚSTICO PARA DESTROS:** Violão com cordas de nylon, modelo flat com cutaway, acabamento natural com verniz brilhante, equipado com sistema de captação ativo, equalizador de 3 bandas e afinador cromático embutido. Possui saída P10, braço com tensor regulável, escala aproximada de 650 mm e pestana de cerca de 48 mm.	**LUEN**	UND	20	R$ 400,00	R$ 8.000,00
04	**SUPORTE PARA PARTITURA MUSICAL:** Estante tipo maestro, confeccionada em metal resistente, com altura regulável, base estável, estrutura dobrável, apoio para partituras com presilhas e acabamento resistente.	**LUEN**	UND	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
05	**ENCORDOAMENTO PARA VIOLÃO NYLON:** Conjunto com 6 cordas de nylon, tensão média, contendo cordas primas em nylon e bordões com revestimento metálico, proporcionando boa afinação, durabilidade e qualidade sonora. Modelo de referência NIG N475 ou equivalente.	**LUEN**	PCT	50	R$ 16,00	R$ 800,00
06	**ESCALETA 32 TECLAS:** Instrumento musical com 32 teclas, afinação padrão, corpo leve e resistente, acompanhado de bocal, mangueira extensora e bag para transporte. Indicado para atividades educacionais e musicais.	**LUEN**	PCT	10	R$ 109,00	R$ 1.090,00
07	**PEN DRIVE 8GB:** Dispositivo de armazenamento com capacidade mínima de 8 GB, interface USB 2.0 ou superior, compatível com diversos dispositivos, sistema plug and play, com boa velocidade de leitura e gravação.	**TOMATE**	UND	5	R$ 18,00	R$ 90,00

08	**QUADRO BRANCO 70x50 CM**: Superfície lisa para escrita com marcador, fácil limpeza, moldura resistente, com suporte para fixação em parede e porta-marcador.	**BMX**	UND	5	R$ 41,00	R$ 205,00
09	**MICROFONE SEM FIO:** Kit com dois microfones tipo handheld e receptor, com alcance adequado, transmissão estável, saída P10 ou XLR, alimentação por pilhas ou bateria, indicado para eventos e apresentações.	**TOMATE**	UND	2	R$ 280,00	R$ 560,00
10	**PANDEIRO 8 POLEGADAS (PELE SINTÉTICA):** Corpo em material plástico injetado, pele leitosa sintética, platinelas metálicas, leve e resistente, indicado para atividades musicais e culturais.	**LUEN**	UND	3	R$ 105,00	R$ 315,00
11	**PANDEIRO 8 POLEGADAS (PELE ANIMAL):** Corpo em ABS resistente, pele animal natural, platinelas metálicas, boa projeção sonora.	**LUEN**	UND	3	R$ 105,00	R$ 315,00
12	**AGOGÔ DUPLO CROMADO:** Instrumento metálico com duas campanas de tamanhos diferentes, aproximadamente 27 cm, com boa projeção sonora.	**LUEN**	UND	3	R$ 105,00	R$ 315,00
VALOR TOTAL						**R$ 29.790,00**

LOTE 08 – VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS DE CAPOEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	**CORDA DE ALGODÃO CAPOEIRA 8MM GRADUAÇÃO BATISMO:** Corda de algodão para capoeira, 8mm de diâmetro, utilizada em graduação/batismo, resistente, flexível, com acabamento reforçado e cores conforme sistema de graduação.	**SCALIBU**	MT	100	R$ 3,40	R$ 340,00
02	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA INFANTIL 7 A 8 ANOS – TAM. P** Calça abadá para capoeira (infantil/juvenil), unissex, confeccionada em tecido helanca (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para crianças de 7 a 8 anos, na cor branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	10	R$ 24,00	R$ 240,00
03	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA INFANTIL: 9 A 10 ANOS – TAM. M** Calça abadá para capoeira (infantil/juvenil), unissex, confeccionada em tecido helanca (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para crianças de 9 a 10 anos, na cor branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	30	R$ 23,00	R$ 690,00
04	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA INFANTIL: 11 A 12 ANOS – TAM. G** Calça abadá para capoeira (infantil/juvenil), unissex, confeccionada em tecido helanca (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para crianças de 11 a 12 anos, na cor Branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	40	R$ 29,90	R$ 1.196,00
05	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA INFANTIL: 13 A 15 ANOS – TAM. GG** Calça abadá para capoeira (infantil/juvenil), unissex, confeccionada em tecido helanca (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para adolescentes de 13 a 15 anos, na cor branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	30	R$ 29,90	R$ 897,00
06	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA ADULTO – TAM. P** Calça para capoeira adulto (abadá), confeccionada em tecido helanca light (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para adultos. Cor branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	12	R$ 29,90	R$ 358,80
07	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA ADULTO – TAM. M** Calça para capoeira adulto (abadá), confeccionada em tecido helanca light (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para adultos, na cor Branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	15	R$ 34,90	R$ 523,50
08	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA ADULTO – TAM. G** Calça para capoeira adulto (abadá), confeccionada em tecido helanca light (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para adultos, na cor Branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	10	R$ 34,90	R$ 349,00
09	**CALÇA ABADÁ CAPOEIRA ADULTO – TAM. GG** Calça para capoeira adulto (abadá), confeccionada em tecido helanca light (100% poliéster ou similar), leve, resistente e de secagem rápida, com elástico na cintura para melhor ajuste, modelagem confortável que proporciona liberdade de movimento durante a prática esportiva. Indicada para adultos, na cor branca. Arte será anexada posteriormente.	**SCALIBU**	UND	2	R$ 39,90	R$ 79,80
VALOR TOTAL						**R$ 4.674,10**

LOTE 09 – TECIDOS, MALHAS E AVIAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	**TECIDO CHIFFON:** Tecido tipo chiffon, composto por 100% poliéster, leve, fino e de textura suave, com caimento fluido e aspecto levemente transparente. Apresenta boa durabilidade, toque macio e acabamento uniforme, sendo indicado para confecção de peças de vestuário e itens decorativos. Material de qualidade adequada, com boa resistência e fácil manuseio para corte e costura.	**AVIL**	MT	300	R$ 11,00	R$ 3.300,00
02	**TECIDO TULE:** Tecido tipo tule, composto por 100% poliéster, confeccionado em malha leve, fina e vazada, com textura flexível e transparente. Apresenta bom caimento, resistência e fácil manuseio para corte e costura. Indicado para confecção de peças de vestuário, acessórios, decoração e atividades artesanais, com acabamento uniforme e qualidade adequada para uso contínuo.	**AVIL**	MT	300	R$ 6,50	R$ 1.950,00
03	**TECIDO CETIM:** Tecido tipo cetim, composto por 70% viscose e 30% poliéster, com superfície lisa, brilho suave e toque macio. Possui bom caimento, leveza e conforto, sendo indicado para confecção de peças de vestuário, figurinos e itens decorativos. Material com acabamento uniforme, boa resistência e adequado para corte e costura.	**AVIL**	MT	500	R$ 7,00	R$ 3.500,00
04	**MALHA ALGODÃO:** Malha confeccionada em 100% algodão, com toque macio, boa respirabilidade e conforto térmico. Apresenta boa absorção de umidade, resistência e durabilidade, sendo indicada para confecção de peças de vestuário, uniformes e artigos têxteis. Material com acabamento uniforme, adequado para corte e costura e para uso contínuo.	**AVIL**	KG	75	R$ 42,00	R$ 3.150,00
05	**MALHA PIQUET:** Malha tipo piquet, composta por 50% algodão e 50% poliéster, com textura característica em relevo, proporcionando boa respirabilidade, conforto e resistência. Apresenta boa durabilidade e estabilidade dimensional, sendo indicada para confecção de camisas tipo polo, uniformes e peças de vestuário. Material com acabamento uniforme, adequado para corte e costura.	**AVIL**	KG	75	R$ 25,00	R$ 1.875,00
VALOR TOTAL						**R$ 11.900,00**
TOTAL						**R$ 46.364,10**

R J COMERCIO TEXTIL E SERVICOS LTDA, CNPJ: 20.307.891/0001-30;

LOTE 06 - VESTUÁRIO ESPORTIVO E PERSONALIZADO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
60	**CAMISA INFANTIL – 2 A 3 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 2 a 3 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	10	R$ 12,00	R$ 120,00
61	**CAMISA INFANTIL – 4 ANOS A 5 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 4 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	20	R$ 12,40	R$ 248,00
62	**CAMISA INFANTIL – 6 ANOS A 7 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 6 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	80	R$ 11,99	R$ 959,20
63	**CAMISA INFANTIL – 8 ANOS A 9 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 8 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	120	R$ 11,99	R$ 1.438,80
64	**CAMISA INFANTIL – 10 ANOS A 11 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 10 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	130	R$ 11,99	R$ 1.558,70
65	**CAMISA INFANTIL – 12 ANOS A 13 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 12 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	100	R$ 11,99	R$ 1.199,00
66	**CAMISA INFANTIL – 14 ANOS A 15 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 14 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	30	R$ 12,99	R$ 389,70
67	**CAMISA INFANTIL – 16 A 17 ANOS** Camiseta confeccionada em malha PV (67% viscose e 33% poliéster), gramatura mínima de 160g/m², gola "V", acabamento reforçado, com personalização frontal. Indicada para crianças de 14 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	20	R$ 11,99	R$ 239,80
68	**SHORTS INFANTIL – 2 A 3 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 2 a 3 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	10	R$ 13,75	R$ 137,50
69	**SHORTS INFANTIL – 4 A 5 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 4 a 5 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	40	R$ 13,75	R$ 550,00
70	**SHORTS INFANTIL – 6 A 7 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 6 a 7 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	30	R$ 13,40	R$ 402,00
71	**SHORTS INFANTIL – 8 A 9 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 8 a 9 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente	**MARCA PROPRIA**	UND	80	R$ 13,40	R$ 1.072,00
72	**SHORTS INFANTIL – 10 A 11 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 10 a 11 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	70	R$ 12,89	R$ 902,30
73	**SHORTS INFANTIL – 12 A 13 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 12 a 13 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	120	R$ 13,40	R$ 1.608,00
74	**SHORTS INFANTIL – 14 A 15 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 14 a 15 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	20	R$ 13,40	R$ 268,00
75	**SHORTS INFANTIL – 16 A 17 ANOS** Shorts confeccionado em tecido leve e resistente (poliéster ou helanca), com elástico na cintura, costuras reforçadas, adequado para atividades esportivas e recreativas. Indicado para crianças de 16 a 17 anos. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	10	R$ 14,90	R$ 149,00
76	**CAMISA TAMANHO PP - ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	70	R$ 13,50	R$ 945,00
77	**CAMISA TAMANHO P - ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m², proporcionando conforto, durabilidade e boa respirabilidade. Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais. (Com arte em anexo).	**MARCA PROPRIA**	UND	120	R$ 11,79	R$ 1.414,80
78	**CAMISA TAMANHO M - ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	200	R$ 12,25	R$ 2.450,00
79	**CAMISA TAMANHO G - ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	60	R$ 13,99	R$ 839,40
80	**CAMISA TAMANHO GG – ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	10	R$ 13,99	R$ 139,90
81	**CAMISA TAMANHO XG – ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	5	R$ 16,99	R$ 84,95
82	**CAMISA TAMANHO XXG – ADULTO** Camiseta confeccionada em malha PV, composta por 67% viscose e 33% poliéster, com gramatura mínima de 160g/m². Modelo com gola tipo "V", acabamento reforçado e costuras resistentes, adequada para uso em atividades institucionais, com personalização na parte frontal. Cores e arte serão anexadas posteriormente.	**MARCA PROPRIA**	UND	5	R$ 17,99	R$ 89,95
VALOR TOTAL						**R$ 17.206,00**

Dê-se ciência e
Cumpra-se

Caraúbas/RN, 20 de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:69DFA5F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 7969/2026
Pregão Eletrônico nº 24/2026
Ata de Registro de Preços nº 89/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a rescisão da Empresa **RRA COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 44.307.153/0001-51, não atendeu Ordem de Fornecimento nº 1746/2026, no valor de R$ 546,00, oriundo licitação nº 24/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, do item que segue abaixo**:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
71	LUMINÁRIA DE LED 100W	LUMINARIA	UN	10	R$ 54,60	R$ 546,00

RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir o item o próximo colocado no processo da licitação nº 24/2026, na modalidade Pregão Eletrônico**, as empresas:**

NOVO CONVOCADO:
ELETROLED COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.415.310/0001-00**;**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
71	LUMINÁRIA DE LED 100W	SORTE LUZ	UN	10	R$ 60,00	R$ 600,00

Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 20 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:6EE4D0DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 186/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 27/2026

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08088254000115, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Fornecedores:

LIMPLURB COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº , estabelecido(a) à , saiu vencedora nos itens:

Cód.	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34010	CONTÊINER PLÁSTICO 1000 LITROS Descrição: Contêiner plástico com capacidade de 1000 litros com proteção U.V produzido em Polietileno. Possui munhões laterais para basculamento em carros de coleta de lixo, dreno para escoamento de líquidos, e 4 rodízios de PVC de 150 MM sendo 2 com travas de segurança. Lavável e higienizável. Medidas 111 x 138 x 85 CM (A x L x P)	Contelurb	un	15,0000	R$ 1.655,00	R$ 24.825,00
					VALOR TOTAL	R$ 24.825,00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS, COMPREENDENDO A

AQUISIÇÃO DE CONES DE SINALIZAÇÃO, PLACAS DE INTERDIÇÃO, DISPOSITIVOS SINALIZADORES DIVERSOS E LIXEIRAS PÚBLICAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES PÚBLICOS
Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Carnaúba dos Dantas/RN, 19 de Outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
P/Órgão Gerenciador e

RENATO CORREA COLOMBO
P/ Fornecedor.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:9D8F6350

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO								
PROCESSO ADMINISTRATIVO 6143/2026								
Modalidade:	Pregão Eletrônico							
Número/Ano:	46/2026			**Data de abertura:**			19/10/2026	
Data adjudicação:	20/10/2026			**Data homologação:**			20/10/2026	
Tipo de avaliação:	Por lote			**Critério de avaliação:**			Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance			**Condição de pagamento:**			TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS	
Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	Sim	
Objeto da licitação:								
AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL COMPLETOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E DEMAIS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.								

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, ADJUDICO a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
AR IMPORTS LTDA	63.482.340/0001-16	R$ 65.288,00
Total:		**R$ 65.288,00**

CARNAÚBA DOS DANTAS, 20 de outubro de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:CBAB8390

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO								
PROCESSO ADMINISTRATIVO 6143/2026								
Modalidade:	Pregão Eletrônico							
Número/Ano:	46/2026			**Data de abertura:**			19/10/2026	
Data adjudicação:	20/10/2026			**Data homologação:**			20/10/2026	
Tipo de avaliação:	Por lote			**Critério de avaliação:**			Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance			**Condição de pagamento:**			TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS	
Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	Sim	
Objeto da licitação:								
AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL COMPLETOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E DEMAIS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.								

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, HOMOLOGA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
AR IMPORTS LTDA	63.482.340/0001-16	R$ 65.288,00
Total:		**R$ 65.288,00**

CARNAÚBA DOS DANTAS, 20 de outubro de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:C614794A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 084/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 084/2026.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DIARIA

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca/Modelo	Valor unitário	Valor Total
0001	Concessão de Diária para Natal/RN.	UND	1		100,00	100,00

O(A) PREFEITA de Doutor Severiano/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art 1º - Conceder a servidora LUZIRENE LOBO DA CUNHA, ocupante do cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, a(s) diária(s) detalhada(s) no quadro acima, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL/RN, no período de 21 de outubro do corrente ano, com o objetivo de **PARTICIPAR DO IV ENCONTRO PRESENCIAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES MUNICIPAIS/ PROLEEI-RN – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O DIA 21 DE OUTUBRO DE 2026, NO PRAIAMAR HOTEL E CONVENÇÕES, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO GURGEL, 33 - PONTA NEGRA, NATAL - RN, 59090-050.**

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se

Doutor Severiano/RN, 20 de outubro 2026.

MARIA DE FATIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita de Doutor Severiano/RN
CPF: 009.xxx.xxx-12

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:1D3FBF47

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a alteração da Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN, constante da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI COMPLEMENTAR:
Art. 1º O art. 36 da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação tem a seguinte composição:
I – Gabinete do Secretário;
II – Coordenação-Geral de Gestão e Políticas Educacionais;
III – Coordenação de Alfabetização e de Educação Infantil;
IV – Coordenação do Ensino Fundamental;
V – Coordenação da Educação de Jovens e Adultos - EJA;
VI – Coordenação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;
VII – Coordenação de Transporte Escolar;
VIII – Diretoria de Sistemas Educacionais e de Busca Ativa Escolar;
IX – Diretoria de Alimentação Escolar;
X – Direção e Vice-Direção de Unidades Escolares." (NR)

Art. 2º O Anexo VIII da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a redação do Anexo, parte integrante da presente Lei Complementar.
Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Lei Complementar nº 60, de 20 de outubro de 2026

ANEXO

ANEXO VIII
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: Secretário Municipal de Educação	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: Regime remuneratório de subsídio fixado em lei.	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: Aquelas definidas na Lei Orgânica Municipal além das seguintes atribuições gerais: a) Fazer cumprir as atribuições de sua Secretaria; b) Planejar e controlar o orçamento da Secretaria e avaliar os resultados; c) Manter controle e acompanhamento de prestação de contas de convênios e contratos; d) Estabelecer controles de gestão; e) Fazer cumprir as atividades relacionadas com sua área de atuação que forem determinadas pelo Prefeito Municipal.	

CARGO: Secretário Municipal Adjunto de Educação	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC5	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Assessorar o secretário da pasta; b) Chefiar as atividades e atribuições da secretaria, quando designadas pelo Secretário Municipal; c) Substituir o Secretário nas suas ausências ou impedimentos; d) Participar na elaboração do planejamento estratégico e das políticas públicas de governo; e) Acompanhar a avaliação do desempenho dos Programas do Planejamento Estratégico e do alcance dos indicadores estabelecidos; f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador-Geral de Gestão e Políticas Pedagógicas	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC4	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Promover a integração contínua entre as coordenações e diretorias sob sua responsabilidade; b) Alinhar o fluxo de comunicação e trabalho entre os diferentes setores pedagógicos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação; c) Coordenar o planejamento e a execução das políticas, programas e ações educacionais do município; d) Garantir as diretrizes para que os projetos educacionais atendam às metas e normas da legislação vigente; e) Monitorar o desempenho das políticas e programas em andamento na rede municipal de ensino; f) Acompanhar os indicadores e resultados educacionais para subsidiar a tomada de decisões e correções de rotas. g) Prestar assessoramento direto à gestão superior da Secretaria em assuntos de políticas educacionais; h) Otimizar a aplicação de recursos pedagógicos e humanos nas áreas sob sua supervisão; i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador de Alfabetização e de Educação Infantil	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Planejar, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico realizado nas creches e pré-escolas do município; b) Acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens e interações das crianças na primeira infância, alinhando-as às diretrizes nacionais e estaduais; c) Garantir a transição suave, contínua e integrada da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental; d) Gerenciar diretamente as metas de alfabetização das crianças na idade certa; e) Monitorar as avaliações pedagógicas diagnósticas e os testes de fluência leitora da rede municipal; f) Coordenar a aplicação e o uso de materiais didáticos complementares focados no ciclo de alfabetização; g) Articular a formação continuada e o suporte pedagógico voltado especificamente para os professores alfabetizadores; h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador do Ensino Fundamental	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Orientar, acompanhar e monitorar de forma contínua a prática pedagógica e o cumprimento das matrizes curriculares do 1º ao 9º ano; b) Apoiar e subsidiar o corpo docente, promovendo a articulação pedagógica entre os diferentes professores e componentes curriculares, especialmente nos anos de transição; c) Acompanhar a consolidação da alfabetização ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental; d) Fomentar o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes nos anos finais, preparando-os para as etapas seguintes; e) Desenhar e implementar estratégias pedagógicas voltadas especificamente para o combate à distorção idade-série e redução da evasão escolar; f) Coordenar ações e intervenções pedagógicas com foco na elevação dos indicadores de aprendizagem e do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) municipal; g) Analisar os resultados de avaliações internas e externas para direcionar planos de recuperação de aprendizagem e intervenções de sucesso escolar; h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador da Educação de Jovens e Adultos - EJA	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Desenvolver diretrizes pedagógicas e metodologias específicas e adequadas à realidade social, cultural e geracional dos estudantes da EJA; b) Planejar currículos integrados e contextualizados, com foco especial na alfabetização tardia e no letramento; c) Promover ações contínuas de busca ativa escolar para reinserir jovens, adultos e idosos no ambiente educacional; d) Implementar estratégias de permanência com o objetivo de reduzir a evasão, adaptando a rotina e os formatos escolares à jornada do trabalhador; e) Articular e planejar a integração curricular da EJA com programas de qualificação profissional e formação inicial para o mercado de trabalho; f) Orientar e apoiar os professores da modalidade na aplicação de abordagens pedagógicas andragógicas (voltadas ao ensino de adultos); g) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Coordenar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em toda a rede municipal de ensino; b) Gerenciar a implementação e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), garantindo a infraestrutura e os materiais pedagógicos acessíveis necessários; c) Assegurar a elaboração e a aplicação do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para cada estudante elegível, monitorando seu progresso contínuo nas escolas; d) Orientar e supervisionar a adaptação curricular e de avaliações, visando eliminar barreiras à aprendizagem; e) Orientar e subsidiar o trabalho dos professores (tanto do AEE quanto das salas regulares) e dos cuidadores/monitores escolares no atendimento qualificado aos estudantes com deficiência, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação; f) Promover formações continuadas focadas em práticas pedagógicas inclusivas e andamento dos PDIs para as equipes escolares; g) Fomentar a articulação com as famílias dos estudantes e com a rede intersetorial (Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos) para garantir um suporte integral aos alunos da Educação Especial; h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Coordenador de Transporte Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Planejar, fiscalizar e gerenciar as rotas diárias do transporte escolar rural e urbano do município; b) Otimizar os itinerários e pontos de parada, visando reduzir o tempo de deslocamento e garantir o atendimento integral aos estudantes matriculados; c) Garantir a manutenção preventiva e corretiva regular de todos os veículos que integram a frota própria e terceirizada; d) Assegurar os padrões regulamentares de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), inspecionando itens obrigatórios e vistorias periódicas dos veículos e das frotas de apoio; e) Monitorar e gerenciar a aplicação dos recursos financeiros federais e estaduais vinculados, como o PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) e o PETERN (Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte), garantindo a prestação de contas regular; f) Subsidiar a elaboração de termos de referência para novos processos de licitação ou contratação de serviços terceirizados de transporte; g) Supervisionar a conduta e os horários dos motoristas e monitores de transporte escolar, zelando pelo bom atendimento e tratamento adequado aos alunos; h) Atender as demandas e reclamações da comunidade escolar e de pais e responsáveis, realizando os ajustes logísticos necessários; i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Diretor de Sistemas Educacionais e de Busca Ativa Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC2	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: **a) Gerenciar e manter atualizados** os sistemas oficiais de dados educacionais, incluindo o **Educacenso/INEP**, **SIGEduc/SISTEC (ou seus substitutos)** ou sistemas próprios implementados pelo município; **b) Apoiar e supervisionar o lançamento** de notas, frequência e diagnósticos em tempo real por parte das unidades escolares; **c) Subsidiar a Secretaria** com relatórios periódicos para tomada de decisões estratégicas e prestação de contas aos órgãos de controle; d) **Coordenar a estratégia intersetorial** de Busca Ativa Escolar no município, articulando ações diretas com a Assistência Social (CRAS/CREAS), Conselho Tutelar, Saúde e outras redes de proteção; e) **Mapear e localizar crianças e adolescentes** que estejam fora da escola ou em risco de evasão; **f) Implementar ações imediatas de rematrícula**, acolhimento e acompanhamento para garantir a permanência do estudante na escola; g) **Monitorar os índices de frequência e infrequência** escolar da rede municipal, gerando alertas precoces para evitar o abandono; **h) Avaliar os impactos das ações de busca ativa**, propondo ajustes metodológicos e novas parcerias institucionais. i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

CARGO: Diretor de Alimentação Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC2	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: a) Supervisionar a execução físico-financeira do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) no município; b) Garantir o cumprimento das diretrizes e exigências do programa, preparando os dados necessários para a prestação de contas junto ao FNDE e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE); c) Coordenar, em parceria com o Nutricionista Responsável Técnico (RT), a elaboração, a padronização e o cumprimento dos cardápios escolares; d) Assegurar o respeito às necessidades nutricionais dos alunos, faixas etárias e restrições alimentares específicas de estudantes da rede municipal. e) Gerenciar o armazenamento, a logística de distribuição e o controle de estoque dos insumos alimentares para todas as escolas e creches; f) Fiscalizar o padrão de qualidade e higiene dos alimentos recebidos e estocados, bem como as condições sanitárias das cozinhas e cantinas escolares; g) Promover a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar local e dos empreendedores familiares rurais, cumprindo o percentual mínimo obrigatório por lei; h) Articular junto às cooperativas e associações locais para planejar as chamadas públicas e alinhar a oferta do campo com o calendário escolar; i) **Supervisionar o trabalho de merendeiras** e auxiliares de cozinha, promovendo orientações de boas práticas de manipulação e combate ao desperdício; j) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Dispõe sobre a alteração da Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN, constante da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI COMPLEMENTAR:
Art. 1º O art. 36 da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação tem a seguinte composição:
I – Gabinete do Secretário;
II – Coordenação-Geral de Gestão e Políticas Educacionais;
III – Coordenação de Alfabetização e de Educação Infantil;
IV – Coordenação do Ensino Fundamental;
V – Coordenação da Educação de Jovens e Adultos - EJA;
VI – Coordenação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;
VII – Coordenação de Transporte Escolar;
VIII – Diretoria de Sistemas Educacionais e de Busca Ativa Escolar;
IX – Diretoria de Alimentação Escolar;
X – Direção e Vice-Direção de Unidades Escolares." (NR)

Art. 2º O Anexo VIII da Lei Complementar nº 58, de 16 de março de 2026, passa a vigorar com a redação do Anexo, parte integrante da presente Lei Complementar.
Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Lei Complementar nº 60, de 20 de outubro de 2026

ANEXO

ANEXO VIII
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: Secretário Municipal de Educação	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: Regime remuneratório de subsídio fixado em lei.	**QUANTIDADE:** 01 (um)
ATRIBUIÇÕES: Aquelas definidas na Lei Orgânica Municipal além das seguintes atribuições gerais:	

a) Fazer cumprir as atribuições de sua Secretaria;
b) Planejar e controlar o orçamento da Secretaria e avaliar os resultados;
c) Manter controle e acompanhamento de prestação de contas de convênios e contratos;
d) Estabelecer controles de gestão;
e) Fazer cumprir as atividades relacionadas com sua área de atuação que forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

CARGO: Secretário Municipal Adjunto de Educação	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC5	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Assessorar o secretário da pasta;
b) Chefiar as atividades e atribuições da secretaria, quando designadas pelo Secretário Municipal;
c) Substituir o Secretário nas suas ausências ou impedimentos;
d) Participar na elaboração do planejamento estratégico e das políticas públicas de governo;
e) Acompanhar a avaliação do desempenho dos Programas do Planejamento Estratégico e do alcance dos indicadores estabelecidos;
f) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador-Geral de Gestão e Políticas Pedagógicas	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC4	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Promover a integração contínua entre as coordenações e diretorias sob sua responsabilidade;
b) Alinhar o fluxo de comunicação e trabalho entre os diferentes setores pedagógicos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação;
c) Coordenar o planejamento e a execução das políticas, programas e ações educacionais do município;
d) Garantir as diretrizes para que os projetos educacionais atendam às metas e normas da legislação vigente;
e) Monitorar o desempenho das políticas e programas em andamento na rede municipal de ensino;
f) Acompanhar os indicadores e resultados educacionais para subsidiar a tomada de decisões e correções de rotas.
g) Prestar assessoramento direto à gestão superior da Secretaria em assuntos de políticas educacionais;
h) Otimizar a aplicação de recursos pedagógicos e humanos nas áreas sob sua supervisão;
i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador de Alfabetização e de Educação Infantil	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Planejar, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico realizado nas creches e pré-escolas do município;
b) Acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens e interações das crianças na primeira infância, alinhando-as às diretrizes nacionais e estaduais;
c) Garantir a transição suave, contínua e integrada da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental;
d) Gerenciar diretamente as metas de alfabetização das crianças na idade certa;
e) Monitorar as avaliações pedagógicas diagnósticas e os testes de fluência leitora da rede municipal;
f) Coordenar a aplicação e o uso de materiais didáticos complementares focados no ciclo de alfabetização;
g) Articular a formação continuada e o suporte pedagógico voltado especificamente para os professores alfabetizadores;
h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador do Ensino Fundamental	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Orientar, acompanhar e monitorar de forma contínua a prática pedagógica e o cumprimento das matrizes curriculares do 1º ao 9º ano;
b) Apoiar e subsidiar o corpo docente, promovendo a articulação pedagógica entre os diferentes professores e componentes curriculares, especialmente nos anos de transição;
c) Acompanhar a consolidação da alfabetização ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
d) Fomentar o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes nos anos finais, preparando-os para as etapas seguintes;
e) Desenhar e implementar estratégias pedagógicas voltadas especificamente para o combate à distorção idade-série e redução da evasão escolar;
f) Coordenar ações e intervenções pedagógicas com foco na elevação dos indicadores de aprendizagem e do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) municipal;
g) Analisar os resultados de avaliações internas e externas para direcionar planos de recuperação de aprendizagem e intervenções de sucesso escolar;
h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador da Educação de Jovens e Adultos - EJA	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Desenvolver diretrizes pedagógicas e metodologias específicas e adequadas à realidade social, cultural e geracional dos estudantes da EJA;
b) Planejar currículos integrados e contextualizados, com foco especial na alfabetização tardia e no letramento;
c) Promover ações contínuas de busca ativa escolar para reinserir jovens, adultos e idosos no ambiente educacional;
d) Implementar estratégias de permanência com o objetivo de reduzir a evasão, adaptando a rotina e os formatos escolares à jornada do trabalhador;
e) Articular e planejar a integração curricular da EJA com programas de qualificação profissional e formação inicial para o mercado de trabalho;
f) Orientar e apoiar os professores da modalidade na aplicação de abordagens pedagógicas andragógicas (voltadas ao ensino de adultos);
g) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Coordenar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em toda a rede municipal de ensino;
b) Gerenciar a implementação e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), garantindo a infraestrutura e os materiais pedagógicos acessíveis necessários;
c) Assegurar a elaboração e a aplicação do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para cada estudante elegível, monitorando seu progresso contínuo nas escolas;
d) Orientar e supervisionar a adaptação curricular e de avaliações, visando eliminar barreiras à aprendizagem;
e) Orientar e subsidiar o trabalho dos professores (tanto do AEE quanto das salas regulares) e dos cuidadores/monitores escolares no atendimento qualificado aos estudantes com deficiência, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
f) Promover formações continuadas focadas em práticas pedagógicas inclusivas e andamento dos PDIs para as equipes escolares;
g) Fomentar a articulação com as famílias dos estudantes e com a rede intersetorial (Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos) para garantir um suporte integral aos alunos da Educação Especial;
h) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Coordenador de Transporte Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC3	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Planejar, fiscalizar e gerenciar as rotas diárias do transporte escolar rural e urbano do município;
b) Otimizar os itinerários e pontos de parada, visando reduzir o tempo de deslocamento e garantir o atendimento integral aos estudantes matriculados;
c) Garantir a manutenção preventiva e corretiva regular de todos os veículos que integram a frota própria e terceirizada;
d) Assegurar os padrões regulamentares de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), inspecionando itens obrigatórios e vistorias periódicas dos veículos e das frotas de apoio;
e) Monitorar e gerenciar a aplicação dos recursos financeiros federais e estaduais vinculados, como o PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) e o PETERN (Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte), garantindo a prestação de contas regular;
f) Subsidiar a elaboração de termos de referência para novos processos de licitação ou contratação de serviços terceirizados de transporte;
g) Supervisionar a conduta e os horários dos motoristas e monitores de transporte escolar, zelando pelo bom atendimento e tratamento adequado aos alunos;
h) Atender as demandas e reclamações da comunidade escolar e de pais e responsáveis, realizando os ajustes logísticos necessários;
i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Diretor de Sistemas Educacionais e de Busca Ativa Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC2	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Gerenciar e manter atualizados os sistemas oficiais de dados educacionais, incluindo o **Educacenso/INEP**, **SIGEduc/SISTEC (ou seus substitutos)** ou sistemas próprios implementados pelo município;
b) Apoiar e supervisionar o lançamento de notas, frequência e diagnósticos em tempo real por parte das unidades escolares;
c) Subsidiar a Secretaria com relatórios periódicos para tomada de decisões estratégicas e prestação de contas aos órgãos de controle;
d) **Coordenar a estratégia intersetorial** de Busca Ativa Escolar no município, articulando ações diretas com a Assistência Social (CRAS/CREAS), Conselho Tutelar, Saúde e outras redes de proteção;

e) **Mapear e localizar crianças e adolescentes** que estejam fora da escola ou em risco de evasão;
f) Implementar ações imediatas de rematrícula, acolhimento e acompanhamento para garantir a permanência do estudante na escola;
g) **Monitorar os índices de frequência e infrequência** escolar da rede municipal, gerando alertas precoces para evitar o abandono;
h) Avaliar os impactos das ações de busca ativa, propondo ajustes metodológicos e novas parcerias institucionais.
i) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CARGO: Diretor de Alimentação Escolar	
PADRÃO BÁSICO DE VENCIMENTO: CC2	**QUANTIDADE:** 01 (um)

ATRIBUIÇÕES:
a) Supervisionar a execução físico-financeira do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) no município;
b) Garantir o cumprimento das diretrizes e exigências do programa, preparando os dados necessários para a prestação de contas junto ao FNDE e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
c) Coordenar, em parceria com o Nutricionista Responsável Técnico (RT), a elaboração, a padronização e o cumprimento dos cardápios escolares;
d) Assegurar o respeito às necessidades nutricionais dos alunos, faixas etárias e restrições alimentares específicas de estudantes da rede municipal.
e) Gerenciar o armazenamento, a logística de distribuição e o controle de estoque dos insumos alimentares para todas as escolas e creches;
f) Fiscalizar o padrão de qualidade e higiene dos alimentos recebidos e estocados, bem como as condições sanitárias das cozinhas e cantinas escolares;
g) Promover a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar local e dos empreendedores familiares rurais, cumprindo o percentual mínimo obrigatório por lei;
h) Articular junto às cooperativas e associações locais para planejar as chamadas públicas e alinhar a oferta do campo com o calendário escolar;
i) **Supervisionar o trabalho de merendeiras** e auxiliares de cozinha, promovendo orientações de boas práticas de manipulação e combate ao desperdício;
j) Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:DCF9ED3B

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Concede novo reajuste aos vencimentos dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Jaçanã/RN na forma que especifica e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI COMPLEMENTAR:
Art. 1º Fica concedido aos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública ativos, integrantes do quadro efetivo próprio do Poder Executivo do Município de Jaçanã/RN, novo reajuste de 11,92% (onze vírgula noventa e dois por cento) a ser aplicado sobre o vencimento básico do servidor de Nível 1 e Referência I, nos termos da Lei Municipal nº 140/2009, alterada pela Lei Municipal nº 181/2012, e da Lei Complementar Municipal nº 59/2026.
Parágrafo único. Com o reajuste previsto no *caput* deste artigo, o vencimento básico do servidor (Profissional de Nível 1 e Referência I) passará a ser de **R$** 3.847,97 **(três mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos)** para uma carga horária de 30h (trinta horas) semanais, valor este que servirá de base para aplicação das vantagens previstas no Plano de Carreira, de Cargos e Remuneração da categoria, conforme valores estabelecidos no quadro anexado a esta Lei Complementar.
Art. 2º Os gastos, ora majorados, correrão por conta dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB por meio da cota-parte do FUNDEB 70%.
§ 1º Havendo insuficiência de recursos na fonte financeira indicada no *caput*, a administração municipal poderá alocar recursos da cota parte do FUNDEB 30%, de parte dos recursos do FUNDEB/VAAT e outras fontes de receitas próprias para custeio das despesas, ora majoradas.
§ 2º Caso o reajuste previsto no *caput* do art. 1º não alcance o mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, ao final do exercício, realizar o rateio do valor faltante entre os profissionais do magistério da educação básica pública municipal, na forma do regulamento.
Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder no corrente ano, a abertura de novos créditos adicionais suplementares em mais 11,92% das despesas orçamentárias anuais.
Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2026.

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Lei Complementar nº 62, de 20 de outubro de 2026

Quadro de vencimentos dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Jaçanã/RN

PROGRESSÃO **PROMOÇÃO**	**REF. I**	**REF. II**	**REF. III**	**REF. IV**	**REF. V**	**REF. VI**
NÍVEL 1 (Magistério)	R$ 3.847,97	R$ 4.040,36	R$ 4.232,76	R$ 4.425,16	R$ 4.617,56	R$ 4.809,96
NÍVEL 2 (Graduação)	R$ 4.078,84	R$ 4.282,78	R$ 4.486,72	R$ 4.690,66	R$ 4.894,60	R$ 5.098,55
NÍVEL 3 (Especialização)	R$ 4.323,57	R$ 4.539,74	R$ 4.755,92	R$ 4.972,10	R$ 5.188,28	R$ 5.404,46
NÍVEL 4 (Mestrado)	R$ 4.582,98	R$ 4.812,12	R$ 5.041,27	R$ 5.270,42	R$ 5.499,57	R$ 5.728,72
NÍVEL 5 (Doutorado)	R$ 4.857,95	R$ 5.100,84	R$ 5.343,74	R$ 5.586,64	R$ 5.829,54	R$ 6.072,43

Jaçanã/RN, 20 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:BFBE0D15

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 029/2026

OBJETO:Registro de preços para locação de conjunto veicular pesado para transporte de materiais para atendimento às demandas da secretaria municipal de agricultura.

_____

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame;
Considerando, que após os lances e negociações diretas com a Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes;
Considerando, finalmente o que preconizado o Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP)

ADJUDICOo presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **TS LOCAÇOES E SERVIÇOS LTDA**						
CNPJ: **03.386.750/0001-31**				Email:	Telefone:	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00003	Locação de conjunto veicular pesado (Cavalo Mecânico + Semirreboque Basculante) com motorista, com idade máxima de 10 (dez) anos de fabricação, composto por: 01) Caminhão Trator com tração mínima 4x2 ou 6x2, motorização com potência mínima de 330 CV, equipado com sistema hidráulico completo para acionamento de caçamba (tomada de força, bomba e reservatório), cabine em bom estado com ar-condicionado e itens de segurança obrigatórios; 02) Semirreboque Basculante de 03 (três) eixos, com caixa de carga em aço estrutural de alta resistência e capacidade volumétrica mínima de 25m³, dotado de cilindro telescópico de basculamento, lona de proteção, sistema de freios ABS e sinalização conforme normas do CONTRAN; devendo o conjunto completo apresentar perfeito estado de conservação, pneus com vida útil segura e plena operacionalidade mecânica, ficando o equipamento integralmente à disposição da Prefeitura Municipal de Jucurutu para os serviços de transporte de materiais a granel. Combustível por conta da contratante.	volks	Mês	12,000000	42.000,00	504.000,00
Total:						504.000,00

Valor Total R$**504.000,00** (quinhentos e quatro mil reais);

Jucurutu/ RN, 20 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:4D0B030C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 029/2026

OBJETO:Registro de preços para locação de conjunto veicular pesado para transporte de materiais para atendimento às demandas da secretaria municipal de agricultura.

_____

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **TS LOCAÇOES E SERVIÇOS LTDA**						
CNPJ: **03.386.750/0001-31**				Email:	Telefone:	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00003	Locação de conjunto veicular pesado (Cavalo Mecânico + Semirreboque Basculante) com motorista, com idade máxima de 10 (dez) anos de fabricação, composto por: 01) Caminhão Trator com tração mínima 4x2 ou 6x2, motorização com potência mínima de 330 CV, equipado com sistema hidráulico completo para acionamento de caçamba (tomada de força, bomba e reservatório), cabine em bom estado com ar-condicionado e itens de segurança obrigatórios; 02) Semirreboque Basculante de 03 (três) eixos, com caixa de carga em aço estrutural de alta resistência e capacidade volumétrica mínima de 25m³, dotado de cilindro telescópico de basculamento, lona de proteção, sistema de freios ABS e sinalização conforme normas do CONTRAN; devendo o conjunto completo apresentar perfeito estado de conservação, pneus com vida útil segura e plena operacionalidade mecânica, ficando o equipamento integralmente à disposição da Prefeitura Municipal de Jucurutu para os serviços de transporte de materiais a granel. Combustível por conta da contratante.	volks	Mês	12,000000	42.000,00	504.000,00
Total:						504.000,00

Valor Total R$**504.000,00** (quinhentos e quatro mil reais);

CONVOQUEM-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

Jucurutu/ RN, 20 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:74F6C33F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 033/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 148/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição gradativa de materiais descartáveis destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Jucurutu/RN, correspondentes aos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 021/2026.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **JUCAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**						
CNPJ: **00.524.514/0001-46**				Email:	Telefone:	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	COPO DESCARTAVEL CAPACIDADE DE 300 ML. CAIXA COM 25 PCT DE 100UND CADA, TOTAL DE2.500UND. COMPOSICAO POLIPROPILENO ECORANTES ATOXICOS, com atendimento a NORMA ABNT 14.865/2002.	ULTRA	CX	63,000000	255,28	16.082,64
00003	PAPEL ALUMÍNIO (ROLO COM 7,5 METROS X 30CM)	BOMPACK	UN	1.454,000000	6,90	10.032,60
00004	PRATO DESCARTAVEL BRANCO, FUNDO, 23 CM, EMBALAGEM C/10UND. Fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxicos	CRISTALCOPO	PC	1.631,000000	5,25	8.562,75
00008	SACO PARA HOTDOG 20X10CM, EM MATERIALPLASTICO NAO RECICLADO, PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	NEWPLAST	PC	1.188,000000	19,17	22.773,96
00010	SACOLA BRANCA FINA 45X60, EM MATERIALNAO RECICLADO, PACOTE COM 1.000 UNIDADES	ULTRA	PC	25,000000	118,60	2.965,00
00011	SACOLA PLASTICA BRANCA REFORCADA 40X50CM, EM MATERIAL NAO RECICLADO	NEWPLAST	KG	298,000000	22,45	6.690,10
00012	SACOLA PLASTICA BRANCA REFORCADA 50X60CM, EM MATERIAL NAO RECICLADO	NEWPLAST	KG	445,000000	22,45	9.990,25
00013	SACOLA PLASTICA RECICLADA 30X45CM	ALPLAST	KG	48,000000	16,99	815,52
00014	SACOLA PLASTICA RECICLADA 40X50CM	ALPLAST	KG	44,000000	16,99	747,56
00015	SACOLA PLASTICA RECICLADA 50X60CM	ALPLAST	KG	83,000000	16,99	1.410,17
Total:						80.070,55

Vencedor(es): **SIS BEZERRA COMERCIO LTDA**						
CNPJ: **08.045.328/0001-36**				Email:	Telefone: **8430610491**	
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00002	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL, CORTRANSPARENTE, PARA SERVIR REFEICOES.TAMANHO MEDIO. PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	VABENE	PC	823,000000	5,00	4.115,00
00005	SACO DE PIPOCA, MEDIDAS 25X15CM, PCT C/ 100UNIDADES, MATERIAL EM PAPEL NAO RECICLADO	FESTA	PC	100,000000	7,17	717,00
00006	SACO PARA DINDIN 6X30CM, GROSSO, EMPLASTICO NAO RECICLADO, PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	PLAST DINDIN	PC	125,000000	36,00	4.500,00
00007	SACO PARA HAMBURGUER 20x20CM, EMMATERIAL PLASTICO NAO RECILADO, PACOTE COM 500 UNIDADES.	EXTRUSA PACK	PC	125,000000	20,90	2.612,50
Total:						11.944,50

Valor Total R$**92.015,05** (noventa e dois mil e quinze reais e cinco centavos);

CONVOQUEM-SE as empresas acima mencionadas para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

Jucurutu/ RN, 16 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:5D74D351

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2852026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2852026 – GP, Lagoa Nova/RN, 20 de outubro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 109.000,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**109.000,00**
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**109.000,00**
	1017 PAVIMENTAÇÃO E DRENAGENS DE RUAS E AVENIDAS				**109.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	109.000,00
Anexo II (Redução)					**109.000,00**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**109.000,00**
	1088 AMPLIAÇÃO E/OU MELHORIAS NO PRÉDIO DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**109.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	109.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:536BF6EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 092/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 092/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 20 de outubro de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**8.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - BOLSA FAMILIA - IGDBF				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	8.000,00
Anexo II (Redução)					**8.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**8.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - BOLSA FAMILIA - IGDBF				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	8.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:F0CB8823

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 12/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 12/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.709.243/0001 54, sediado na Rua Antônio de Souza Pinto, Jardim Ribeiro, Varginha/MG - CEP 37068-100, neste ato representada pelo Sr.**JOSE MARCIO RODRIGUES RIBEIRO**, inscrito no CPF n.º 051.457.286-89, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE,** tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 12/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 12/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme itens da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
22	AUTOCLAVE DE BANCADA - CAPACIDADE: 21 LITROS AUTOCLAVE PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO, COM SISTEMA DE RASTREABILIDADE QUE CUMPRE A NORMA NBRISO 13485. É NECESSÁRIO REALIZAR O DESBLOQUEIO ANTES DO PRIMEIRO USO, GARANTINDO ASSIM SEGURANÇA E RASTREABILIDADE DO PRODUTO. FÁCIL MANUSEIO; DESIGN MODERNO; DIGITAL COM DISPLAY DE LCD; 5 PROGRAMAS DE ESTERILIZAÇÃO; DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA; CAPACIDADE 21 LITROS; TECLADO, CÂMARA EM AÇO INOX OU ALUMÍNIO ANODIZADO, QUE FACILITA A LIMPEZA; CÂMARA COM 3 BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM ESPAÇO PARA 4ª BANDEJA OPCIONAL; SECAGEM COM PORTA FECHADA; 16 SISTEMAS DE SEGURANÇA; SISTEMA COM MICROCONTROLADOR; 2 ANOS DE GARANTIA; PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE O MANUAL DE INSTRUÇÕES. ERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A ISO 9001-SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, ISO 13485 - APARELHOS MÉDICOS - REQUISITOS PARA FINS REGULAMENTARES, ISO 14001 – GESTÃO AMBIENTAL E BPF - BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (ANVISA/RDC-Nº59). ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COR BRANCA COM TECLADO DE CONTROLE BICOLOR, CÂMARA AÇO INOX OU ALUMÍNIO ANODIZADO CAPACIDADE 21 LITROS, VOLTAGEM 127 OU 220 V FREQUÊNCIA 50/60 HZ DIMENSÕES AUTOCLAVE 39,5 X 38 X 61 CM (L X A X P) / CÂMARA 25 X 43 CM (D X P) GARANTIA 2 ANOS. REFERÊNCIA: VITALE CLASS.	DIGITAL E/ BS EQUIPAMENTOS	UNID	5	R$ 2.905,95	R$ 14.529,75
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 14.529,75**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 12/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

JOSE MARCIO RODRIGUES RIBEIRO
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:94CC02E0

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA MAQUIRA INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **MAQUIRA INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.823.205/0001-90, sediada na Av. Melvim Jones, nº 773, PQ Industrial Bandeirantes, Maringá, Paraná - CEP: 87070-030, neste ato representada pelo Sr.**ANDERSON BERGAMIM**, inscrito no CPF n.º 260.746.698-99, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 13/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 13/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme itens da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
30	BICARBONATO DE SÓDIO (EMBALAGEM (CX COM 15 SACHÊS DE 40G)	MAQUIRA	CX	10	R$ 28,48	R$ 284,80
75	CIMENTO FORRADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO HIDRO C- KIT COM 1 TUBO DE PASTA BASE DE 13G + 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA DE 11 G + 1 BLOCO DE MISTURA	MAQUIRA	KIT	12	R$ 14,71	R$ 176,52
78	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO- EMBALAGEM COM 1 SRGINGA DE 2G	MAQUIRA	KIT	36	R$ 17,07	R$ 614,52
82	CONDICIONADOR ACIDO FOSFÓRICO GEL A 37% - PC C/3 DE 2,5	MAQUIRA	KIT	60	R$ 3,46	R$ 207,60
102	ENDO ICE SPRAY 200 ML	MAQUIRA	FR	6	R$ 27,73	R$ 166,38
114	ESPONJA HEMOSTÁTICA HEMOSPON C/ 10 UNIDADES	MAQUIRA	UND	20	R$ 36,78	R$ 735,60
146	FORMOCRESOL 10ML	MAQUIRA	FR	24	R$ 10,66	R$ 255,84
163	HEMOSTÁTICO LIQUIDO	MAQUIRA	FR	6	R$ 11,83	R$ 70,98
194	PASTA DE POLIMENTO DIAMOND EXCEL, SIMILAR OU SUPEIOR 2G	MAQUIRA	TUBO	12	R$ 6,69	R$ 80,28
236	POSICIONADOR FILME AUTOCLAVAVEL ADULTO	MAQUIRA	KIT	12	R$ 44,64	R$ 535,68

247	RESINA FLUIDA A2	MAQUIRA	SER	48	R$ 11,02	R$ 528,96
253	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL - 2G	MAQUIRA	UND	48	R$ 9,02	R$ 432,96
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 4.090,12**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 13/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

ANDERSON BERGAMIM
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:B1AA3D48

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA SAÚDE DOCTOR COMERCIO LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **SAÚDE DOCTOR COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.511.020/0001-43, sediada na Rua Açu, nº 341, Tirol, Natal/RN - CEP 59020-110, neste ato representada pelo Sr.**CESAR CARLOS SILVEIRA MARIZ**, inscrito no CPF n.º 022.295.184-74, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 17/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 17/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme itens da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
2	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE GALÃO 5 LITROS GALÃO C/5LITROS AUTOCLAVE -	SANA FARMA	UND	120	R$ 12,58	R$ 1.509,60
28	BANDEJA EM AÇO INOX AC-036 24X18X1,5CM	FLEXINOX	UND	12	R$ 35,11	R$ 421,32
31	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 10CM X 100M	ESTERILCARE	ROLO	72	R$ 49,06	R$ 3.532,32
32	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 15CM X 100M	ESTERILCARE	ROLO	72	R$ 72,75	R$ 5.238,00
33	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 20CM X 100M	ESTERILCARE	ROLO	60	R$ 96,76	R$ 5.805,60
34	BOBINA PARA ESTERILIZAÇAO 8CM X 100M	ESTERILCARE	ROLO	90	R$ 39,27	R$ 3.534,30
80	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 13F N ESTERIL C/500	BIOTEXTIL	PCT	72	R$ 13,92	R$ 1.002,24
104	ESCOVA PARA PROFILAXIA CÔNICA, MÉDIA, - PACOTE C/ 10 UNID	MICRODONT	UND	12	R$ 8,10	R$ 97,20
167	KIT DISCO DE LIXA 16MM SORTIDO C/50 UND	TDV	KIT	6	R$ 51,96	R$ 311,76
168	KIT HIGIENE BUCAL: ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA, CREME DENTAL COM 1.450 PPM DE FLUOR 50G (SEM SABOR), FIO DENTAL 20M E SACOLINHA PLÁSTICA EM PVC COM PROXIMIDADES DE 20MM DE ESPESSURA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10X 20 CM, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO DE PRESSÃO OU SIMILAR, COM A FRENTE TRANSPARENTE E O VERSO BRANCO LEITOSO. REFERÊNCIA: COLGATE, COLGATE, SIMILAR OU SUPERIOR.	ALG	UND	1200	R$ 6,34	R$ 7.608,00
169	KIT HIGIENE BUCAL: ESCOVA DENTAL PORTÁTIL MACIA, CREME DENTAL COM 1.450 PPM DE FLUOR 30G, FIO DENTAL 20M, ENXAGUANTE BUCAL 60ML E SACOLINHA PLÁSTICA EM PVC COM PROXIMIDADES DE 20MM DE ESPESSURA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 X 20 CM, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO DE PRESSÃO OU SIMILAR, COM A FRENTE TRANSPARENTE E O VERSO BRANCO LEITOSO. REFERÊNCIA: COLGATE, SIMILAR OU SUPERIOR.	ALG	UND	1200	R$ 6,21	R$ 7.452,00
191	PAPEL CARBONO DUPLA FACE CONTACTO	IMPÉRIO DENTAL	CX	24	R$ 2,43	R$ 58,32
239	PULPO - SAN LIQUÍDO - CIMENTO ODONTOLÓGICO - 20ML	IODONTOSUL	FR	24	R$ 20,23	R$ 485,52
258	SONDA MM WHO (OMS) CABO 8MM	GOLGRAN	UND	36	R$ 49,16	R$ 1.769,76
263	TESOURA GOLDMAN FOX CURVA 13CM	GOLGRAN	UND	24	R$ 36,81	R$ 883,44
272	TOUCA DESC.C/ELAST. BRANCA C/1000 UND.	MEDIX	PCT	30	R$ 8,66	R$ 259,80
274	VERNIZ C/ FLUOR COM 5% DE FLURETO - 10ML	FGM	CX	18	R$ 23,04	R$ 414,72
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 40.383,90**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 17/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

CESAR CARLOS SILVEIRA MARIZ
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:FBD4185F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 54.860.907/0001-50, sediada na Rua Maria Delfina, nº 236 – Cinquentenário, Belo Horizonte/MG – CEP:30.570-030, neste ato representada pelo Sr.**CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY**, inscrito no CPF n.º 993.547.726-68, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 20/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 20/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme itens da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
68	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO SISTEMA MODELO CABEÇA STANDARD - PAP-SU B2; TAMANHO DA CABEÇA: Ø12,1 X AL 13,3 MM; VELOCIDADE 340.000 A 410.000 MIN; POTÊNCIA: 16 W; CORPO DE AÇO INOXIDÁVEL; SISTEMA CABEÇA LIMPA; SISTEMA PUSH BOTTON; SISTEMA DE TROCA DE CARTUCHO; SPRAY COM 8 FUROS ROLAMENTO CERÂMICA; ACOPLAMENTO BORDEN (2 VIAS); AUTOCLAVÁVEL (135ºC). OBS; APRESENTAR REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA E CATÁLAGOS NSK OU SIMILAR	DENTEMED/FOSHAN COXO MEDICAL INSTRUMENT	UND	18	R$ 230,00	R$ 4.140,00
69	CANETA PARA BAIXA ROTAÇÃO (CONTRA-ÂNGULO + MICROMOTOR) CORPO CONTRA-ÂNGULO DESIGN ARROJADO COM LINHAS ARREDONDAS; FABRICADO EM ALUMÍNIO, COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO; CORPO CONTRA-ÂNGULO FX25, SISTEMA DE TROCA BROCA: PRESS-BUTTON (PB). ROTAÇÃO MÁXIMA DE (VELOCIDADE)40.000 RPM TRANSMISSÃO 1:1 -CORPO MICROMOTOR DESIGN ARROJADO COM LINHAS ARREDONDAS; FABRICADO EM ALUMÍNIO, COM TRATAMENTO CROMADO ACETINADO; SPRAY EXTERNO, O SUPERAQUECIMENTO. ROTAÇÃO DE 5.000 RPM A 25.000 RPM POSSUI REGULAGEM DE ROTAÇÃO/INVERSÃO NO CORPO DO MICROMOTOR, ROTAÇÃO MÁXIMA DE (VELOCIDADE)40.000 RPM TRANSMISSÃO 1:1, APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATÁLOGOS E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE –	DENTEMED/FOSHAN COXO MEDICAL INSTRUMENT	UND	18	R$ 323,00	R$ 5.814,00
81	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO 220 V - ISENTO DE ÓLEO. REFERÊNCIA: DENTEMED.SIMILAR OU SUPERIOR, 40 LITROS	DENTEMED/DENTEMED	UND	4	R$ 2.800,00	R$ 11.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 21.154,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 20/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:6AB225EF

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA DENTAL IPO LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **DENTAL IPO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.567.060/0001-69, sediada na Rua Rudi Horst, N° 34, Sala 12, Centro, Iporã Do Oeste/SC – CEP: 89.899-000, neste ato representada pelo Sr. **ELCI TRICHES BERTI**, inscrito no CPF n.º 828.231.039-53, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 21/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 21/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021.
Fica concedido, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21, reajuste de aproximadamente 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNIT INICIAL	V. UNIT REAJ.	V. TOTAL
12	AMALGAMA 1 PORCAO GS-80 C/50 CAPS.	SDI/SDI LIMITED	CX	18	R$ 152,55	**R$ 158,99**	R$ 2.861,82
13	AMALGAMA 2 PORCOES C/50 CAPS	SDI/SDI LIMITED	CX	120	R$ 264,75	**R$ 275,93**	R$ 33.111,60
17	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% S/ VASO COM 50 TUB. + 8G DE LÍQUIDO KIT	DLA/DLA	UND	20	R$ 155,11	**R$ 161,66**	R$ 3.233,20
74	CIMENTO DE IONÔMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL RESTAURADOR – APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 10G DE PÓ + 8G DE LÍQUIDO + 1 D	FGM/DENTSCARE/DENTSCARE	KIT	36	R$ 20,45	**R$ 21,31**	R$ 767,16
76	CIMENTO IONÔMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL RESTAURADOR – EMBALAGEM COM 10G DE PÓ + 8G DE LÍQUIDO + 1 DOSADOR DE PÓ + 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO.	FGM/DENTSCARE/DENTSCARE	KIT	24	R$ 19,95	**R$ 20,79**	R$ 498,96
166	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR PO+LIQ A3	FGM/DENTSCARE/DENTSCARE	CX	36	R$ 20,75	**R$ 21,63**	R$ 778,68
248	RESINA FLUIDA A3	FGM/DENTSCARE/DENTSCARE	SER	48	R$ 11,28	**R$ 11,76**	R$ 564,48
249	RESTAURADOR PROVISORIO PÓ E LÍQUIDO. REFERÊNCIA: DENTSPLY SIRONA, SIMILAR OU SUPEIOR	BIODINÂMICA/BIODINÂMICA	CX	18	R$ 17,18	**R$ 17,91**	R$ 322,38
VALOR TOTAL REGISTRADO							**R$ 42.138,28**

1.3 Os valores registrados da ***Ata de Registro de Preços n.º 21/2025*** previsto na Cláusula Primeira será reajustado em **4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento)**, correspondente o valor de **R$ 42.138,28 (quarenta e dois mil, cento e trinta e oito reais e vinte e oito centavos)**, calculado de forma acumulada com base no índice inflacionário IPCA no período compreendido entre setembro de 2025 à setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 21/2025 foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

ELCI TRICHES BERTI
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:85764A63

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.884.097/0001- 43, sediada na Av. Maripá, nº 5457, Centro, Sl 2, Toledo/PR - CEP: 85.901-000, neste ato representada pelo Sr.**CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JUNIOR**, inscrito no CPF n.º 048.804.349-22, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no ***termo da Ata de Registro de Preços n.º 23/2025, originário do Processo n.º 107/2025, Pregão Eletrônico n.º 009/2025*** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 23/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
5	ALAVANCA SELDIN ADULTO DIREITA	COOPERFLEX	UND	36	R$ 29,95	R$ 1.078,20
6	ALAVANCA SELDIN ADULTO ESQUERDA	COOPERFLEX	UND	36	R$ 29,95	R$ 1.078,20
7	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA	COOPERFLEX	UND	36	R$ 29,95	R$ 1.078,20
10	ALICATE PERFURADOR GOLGRAN	COOPERFLEX	UND	2	R$ 104,43	R$ 208,86
11	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO	COOPERFLEX	UND	18	R$ 94,42	R$ 1.699,56
20	APLICADOR DICAL DUPLO	COOPERFLEX	UND	36	R$ 8,54	R$ 307,44
27	BANDEJA EM AÇO INOX AC-036 22X12X01CM	COOPERFLEX	UND	12	R$ 22,06	R$ 264,72
39	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 4	KAVO	UND	12	R$ 6,41	R$ 76,92
40	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 6	KAVO	UND	12	R$ 6,41	R$ 76,92
50	BROCA DE CARBONETO DE TUNGSTÊNIO REVESTIDA DE PLATINA	A.BURNS	UND	6	R$ 57,89	R$ 347,34
54	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA HASTE LONGA-ENDO Nº 1016	MICRODONT	UND	48	R$ 2,25	R$ 108,00
55	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1012	MICRODONT	UND	60	R$ 2,25	R$ 135,00
59	BRUNIDOR 29	COOPERFLEX	UND	12	R$ 8,35	R$ 100,20
60	CABO P/ ESPELHO BUCAL DE INOX	COOPERFLEX	UND	90	R$ 5,60	R$ 504,00
61	CABO PARA BISTURI Nº 03	COOPERFLEX	UND	30	R$ 7,77	R$ 233,10
63	CALCADOR DE PAIVA GOLGRAN SIMILAR OU SUPEIOR KIT COM 4 UNID	COOPERFLEX	UND	6	R$ 34,72	R$ 208,32
65	CALCADOR WARD 01	COOPERFLEX	UND	6	R$ 8,64	R$ 51,84
66	CALCADOR WARD 02	COOPERFLEX	UND	12	R$ 8,64	R$ 103,68
70	CÂNULA DE SUCÇÃO CURVO AÇO AISI	COOPERFLEX	UND	36	R$ 23,75	R$ 855,00
72	CARTAO P/ RX ODONTOLOGICO DE 2 FUROS C/100	DALLAS	PCT	6	R$ 13,70	R$ 82,20
79	COLGADURA UNITÁRIA	COOPERFLEX	UND	36	R$ 3,85	R$ 138,60
85	CUNHA CERVICAL (C/ 100UND)	AAF DO BRASIL	UND	12	R$ 9,85	R$ 118,20
86	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA (C/ 100UND)	AAF DO BRASIL	UND	24	R$ 7,81	R$ 187,44
88	CURETA DE DENTINA Nº 11.5 - ESCAVADOR	COOPERFLEX	UND	60	R$ 8,49	R$ 509,40
91	CURETA DE GRACEY Nº 17/18	COOPERFLEX	UND	12	R$ 14,89	R$ 178,68
94	CURETA FINLANDIA 14-15 C.O 8MM	CASSIFLEX	UND	12	R$ 40,67	R$ 488,04
95	CURETA LUCAS 85	COOPERFLEX	UND	18	R$ 10,65	R$ 191,70
100	DESCOLADOR MOLT Nº 9 – FAVA	COOPERFLEX	UND	18	R$ 18,03	R$ 324,54
107	ESCULPIDOR CLEVI DENT Nº 21	COOPERFLEX	UND	12	R$ 8,05	R$ 96,60
108	ESCULPIDOR DISCOID CLEOID ADULTO	COOPERFLEX	UND	12	R$ 8,54	R$ 102,48
109	ESPÁTULA Nº 07 DUPLA	COOPERFLEX	UND	18	R$ 10,65	R$ 191,70
111	ESPÁTULA SIMPLES 24	COOPERFLEX	UND	24	R$ 10,80	R$ 259,20
112	ESPÁTULA SUPRAFILL 01	COOPERFLEX	UND	60	R$ 55,35	R$ 3.321,00
113	ESPELHO BUCAL COM CABO PLANO Nº	COOPERFLEX	UND	360	R$ 7,04	R$ 2.534,40
116	EXPLORADOR 05	COOPERFLEX	UND	60	R$ 8,49	R$ 509,40
117	EXPLORADOR 47	COOPERFLEX	UND	60	R$ 8,44	R$ 506,40
122	FIO DENTAL S/ CAIXA 500M	ALG	ROLO	12	R$ 11,06	R$ 132,72
126	FLUOR GEL NEUTRO TÓPICO S/ SABOR 200ML	IODONTOSUL	FR	36	R$ 5,30	R$ 190,80
127	FLUOR GEL ACIDULADO SABOR T.FRUTTI DE 200ML	IODONTOSUL	FR	18	R$ 5,38	R$ 96,84
128	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 150	COOPERFLEX	UND	36	R$ 69,95	R$ 2.518,20
129	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 151	COOPERFLEX	UND	36	R$ 69,95	R$ 2.518,20
130	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 16	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
131	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 17	COOPERFLEX	UND	36	R$ 69,95	R$ 2.518,20
132	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 18 L	COOPERFLEX	UND	36	R$ 69,95	R$ 2.518,20
133	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 18 R	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
134	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO Nº 65	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
135	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 101	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
136	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 150	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
137	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 151	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
138	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 17	COOPERFLEX	UND	24	R$ 69,95	R$ 1.678,80
139	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 18D	COOPERFLEX	UND	24	R$ 71,05	R$ 1.705,20
140	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 18R	COOPERFLEX	UND	24	R$ 71,05	R$ 1.705,20
141	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 2	COOPERFLEX	UND	24	R$ 71,05	R$ 1.705,20
142	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 27	COOPERFLEX	UND	18	R$ 71,05	R$ 1.278,90
143	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 44	COOPERFLEX	UND	18	R$ 71,05	R$ 1.278,90
144	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 5	COOPERFLEX	UND	18	R$ 71,05	R$ 1.278,90
145	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL Nº 65	COOPERFLEX	UND	18	R$ 69,95	R$ 1.259,10
150	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 200	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
151	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 201	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
152	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 202	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
153	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 203	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
154	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 205	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,20	R$ 55,20
155	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 206	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
156	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 207	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
157	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 208	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
158	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 209	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
159	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 210	COOPERFLEX	UND	24	R$ 9,13	R$ 219,12

160	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 211	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
162	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº W8A	COOPERFLEX	UND	6	R$ 9,13	R$ 54,78
174	LIMA PARA OSSO Nº 11	COOPERFLEX	UND	18	R$ 34,05	R$ 612,90
183	MANDRIL CONTRA ANGULO P/DISCO	PREVEN	UND	6	R$ 4,02	R$ 24,12
192	PASTA BASE DE ÓXIDO DE ZINCO PARA TRATAMENTO DE ALVEOLITES	LYSANDA	CX	6	R$ 47,76	R$ 286,56
199	PINÇA ALLIS 15CM	COOPERFLEX	UND	6	R$ 27,65	R$ 165,90
200	PINÇA ANATOMICA DISSECAÇÃO 14CM	COOPERFLEX	UND	12	R$ 14,25	R$ 171,00
201	PINÇA ANATOMICA DISSECAÇÃO 16CM	COOPERFLEX	UND	12	R$ 16,91	R$ 202,92
202	PINÇA CLÍNICA ODONTOLÓGICA, 15CM	COOPERFLEX	UND	12	R$ 11,37	R$ 136,44
203	PINÇA CLINICA PARA ALGODÃO 317	COOPERFLEX	UND	48	R$ 11,37	R$ 545,76
205	PINÇA CRILE CURVA 16CM	COOPERFLEX	UND	36	R$ 23,75	R$ 855,00
209	PINÇA KELLY CURVA 16CM	COOPERFLEX	UND	24	R$ 20,35	R$ 488,40
222	PONTA DIAMANTADA FG 1011 ESFERICA	MICRODONT	UND	72	R$ 2,25	R$ 162,00
223	PONTA DIAMANTADA FG 1012 ESFERICA	MICRODONT	UND	72	R$ 2,25	R$ 162,00
224	PONTA DIAMANTADA FG 1015 ESFERICA	MICRODONT	UND	90	R$ 2,25	R$ 202,50
229	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 3195F	MICRODONT	UND	90	R$ 2,25	R$ 202,50
230	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 3195FF	MICRODONT	UND	90	R$ 2,25	R$ 202,50
235	PORTA ALGODÃO AÇO INOX, TAMANHO 8X10CM	COOPERFLEX	UND	10	R$ 55,95	R$ 559,50
237	POTE DAPPEN VIDRO COLORIDO C/12	AV	UND	6	R$ 6,95	R$ 41,70
238	PRENDEDOR DE BABADOR ODONTOLÓGICO JACARÉ COM CORRENTE	MAQUIRA	UND	6	R$ 5,95	R$ 35,70
254	SERINGA CARPULE	COOPERFLEX	UND	90	R$ 36,09	R$ 3.248,10
255	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO	COOPERFLEX	UND	150	R$ 36,09	R$ 5.413,50
256	SINDESMÓTOMO – QUINELATO	COOPERFLEX	UND	36	R$ 6,95	R$ 250,20
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 65.502,96**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 23/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JUNIOR
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:9175E90E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 — ATA Nº 0910001/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0819001/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 014/2026 — Ata nº 0910001/2026
Processo Administrativo: nº 0819001/2026

Pregão Eletrônico para Registro de Preços: nº 014/2026
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Borges/RN — CNPJ nº 08.349.029/0001-95
Fornecedor: Assunpção Tec Comércio de Equipamentos LTDA – ME — CNPJ nº 04.473.960/0001-20, com sede na Rua Eugênio Luciano de Melo, nº 371, Bairro Novo, CEP 53.030-160, Olinda/PE
Representante da empresa: Breno Marques Assunção
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de utensílios e eletrodomésticos, destinados à manutenção das atividades das unidades administrativas das diversas secretarias do Município de Olho D'Água do Borges/RN.

Itens registrados:

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0068	Fogão industrial 6 bocas	Itajobi	UND	7,00	2.100,00	14.700,00

Valor total da Ata: R$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais)
Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 20/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
Data de assinatura: 19/10/2026
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 9.488/2018; Decreto Municipal; Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Decreto nº 3.722/2001; Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

Signatários: Antonimar Amorim Carlos — Prefeito Municipal (representante do órgão); Breno Marques Assunção — representante da empresa.

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:EEBDA03E

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N. 2026151002 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1006003/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131001

EXTRATO DO CONTRATO N. 2026151002

PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 1006003/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131001

PARTES: MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN E EMPRESA **VITTAMED COMERCIAL LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 25.285.618/0001-76.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL E KIT PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ASSISTIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**FÓRMULA NUTRICIONAL ENTERAL E ORAL, HIPERCALÓRICA, 1,2 KCAL/ML**, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DESTINADA À ALIMENTAÇÃO POR VIA ENTERAL E/OU ORAL, PRONTA PARA USO OU CONFORME APRESENTAÇÃO COMERCIAL, INDICADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADE DE SUPORTE NUTRICIONAL AUMENTADO. DEVERÁ APRESENTAR COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL ADEQUADA, COM PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS, LIPÍDIOS, VITAMINAS E MINERAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E POSSUIR REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL.	UNIDADE	90	R$ 38.00	R$ 3.420,00
02	**KIT PARA ADMINISTRAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL**; KIT DESTINADO À ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, COMPOSTO POR:01 COPO DOSADOR COM CAPACIDADE DE 200 ML, GRADUADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL ADEQUADO PARA USO EM ALIMENTAÇÃO ENTERAL;01 EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, COMPATÍVEL COM A ADMINISTRAÇÃO DE DIETA POR SONDA, COM DISPOSITIVO DE CONTROLE DE FLUXO E CONEXÕES APROPRIADAS;01 SERINGA DE 20 ML, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SEM AGULHA, ADEQUADA PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA, MEDICAMENTOS E/OU LAVAGEM DA SONDA. OS COMPONENTES DEVERÃO SER FORNECIDOS EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE USO, DEVIDAMENTE EMBALADOS E IDENTIFICADOS, OBSERVANDO-SE AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E, QUANDO APLICÁVEL, POSSUIR REGISTRO OU REGULARIZAÇÃO JUNTO À ANVISA.	KIT	90	R$ 7,80	R$ 702,00

Unidade Orçamentária	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Funcional Programática	ÓRGÃO: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES
Elemento de Despesa	ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO
Subelemento	AÇÃO:10.122.0002.2042 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES
Fonte de Recursos	FONTE DE RECURSOS: 15001002 – IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 4.122,00 (QUATRO MIL CENTO E VINTE E DOIS REAIS).

AMPARO LEGAL: ART. 75, II, LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES

VIGÊNCIA: DA DATA DA ASSINATURA ATÉ 18 DE JANEIRO DE 2027

DATA DA ASSINATURA: 19 DE OUTUBRO DE 2026.

ASSINAM: ANTONIMAR AMORIM CARLOS, PREFEITO MUNICIPAL E **VITTAMED COMERCIAL LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 25.285.618/0001-76.

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:75AD0D2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 16/2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 16/2026

Abre Crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 764.781,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Pedra Preta, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 457/2025, de 23 dezembro de 2025 - LOA 2026.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 764.781,00 (setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e um reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 34	02.003.04. 122.0015. 2008.3.1 .90.04.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	24.000,00
Cód. red.: 35	02.003.04. 122.0015. 2008.3.1 .90.11.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	48.000,00
Cód. red.: 45	02.003.04. 122.0015. 2008.3.3 .90.34.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	17.000,00
Cód. red.: 49	02.003.04. 122.0015. 2008.3.3 .90.39.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	139.000,00
Cód. red.: 50	02.003.04. 122.0015. 2008.3.3 .90.40.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
	Sub-Total:	**233.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 116	02.007.15. 452.0007. 2041.3.1 .90.04.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	18.081,00
Cód. red.: 130	02.007.15. 452.0007. 2041.3.3 .90.93.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Indenizações e Restituições **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
	Sub-Total:	**38.081,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 223	**Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 02.008.12. 361.0008. 2092.3.1 .90.11.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	109.000,00
Cód. red.: 881	02.008.12. 361.0008. 2092.3.1 .90.16.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	8.000,00
Cód. red.: 232	02.008.12. 361.0008. 2092.3.3 .90.30.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Material de Consumo **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	36.000,00
Cód. red.: 233	02.008.12. 361.0008. 2092.3.3 .90.31.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.000,00
Cód. red.: 236	02.008.12. 361.0008. 2092.3.3 .90.34.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	18.000,00
Cód. red.: 243	02.008.12. 361.0008. 2092.3.3 .90.47.1.500.1001 **Natureza de despesa -** Obrigações Tributárias e Contributivas **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	30.000,00
Cód. red.: 379	02.008.13. 392.0026. 2060.4.4 .90.52.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Equipamentos e Material Permanente **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	3.100,00
	Sub-Total:	**274.100,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 471	02.010.04. 123.0029. 2138.3.1 .90.11.1.500.0000 **Natureza de despesa -** Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil **Fonte de recurso -** Recursos não Vinculados de Impostos	15.000,00
	Sub-Total:	**15.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 555	03.001.10. 301.0006. 2030.3.1 .90.92.1.500.1002 **Natureza de despesa -** Despesas de Exercícios Anteriores **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.600,00
Cód. red.: 567	03.001.10. 301.0006. 2030.3.3 .90.39.1.500.1002 **Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.000,00
Cód. red.: 576	03.001.10. 301.0006. 2031.3.1 .90.11.1.500.1002 **Natureza de despesa -** Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	29.000,00
Cód. red.: 586	03.001.10. 301.0006. 2032.3.1 .90.13.1.500.1002 **Natureza de despesa -** Obrigações Patronais **Fonte de recurso -** Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde **Natureza de despesa -** Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização **Fonte de recurso -** Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	15.000,00
Cód. red.: 605	03.001.10. 301.0006. 2074.3.3 .90.39.1.600.0000 **Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Fonte de recurso -** Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	12.000,00
Cód. red.: 616	03.001.10. 301.0006. 2099.3.3 .90.30.1.600.3130 **Natureza de despesa -** Material de Consumo	36.000,00

	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	
Cód. red.: 620	03.001.10. 301.0006. 2099.3.3 .90.39.1.600.3130	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	
Cód. red.: 639	03.001.10. 301.0006. 2104.3.3 .90.39.1.600.0000	5.300,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 702	03.001.10. 302.0006. 2070.3.3 .90.39.1.600.0000	12.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 731	03.001.10. 305.0006. 2040.3.1 .90.11.1.500.1002	1.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**175.900,00**
Órgão: 04 - FUNDO DE ASSISTENCIA		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 817	04.001.08. 244.0004. 2071.3.3 .90.14.1.500.0000	600,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 851	04.001.08. 244.0005. 2021.3.1 .90.04.1.500.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 862	04.001.08. 244.0005. 2021.3.3 .90.34.1.500.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 868	04.001.08. 244.0005. 2021.3.3 .90.48.1.500.0000	1.100,00
	Natureza de despesa - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**28.700,00**
	Total Parcial Suplementado:	**764.781,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 142	02.007.15. 452.0017. 1024.4.4 .90.51.1.700.0000	187.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	Sub-Total:	**187.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 165	02.008.12. 361.0008. 1059.4.4 .90.52.1.569.0000	447.781,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
Cód. red.: 314	02.008.12. 365.0008. 1041.4.4 .90.51.1.500.1001	130.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**577.781,00**
	Total Parcial Reduzido:	**764.781,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta - RN, 10 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
CPF: 008.213.744-78
Prefeito(a)

Publicado por:
Rodrigo Leonardo Alves Bandeira
Código Identificador:8B7BDA5C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N. 469 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nova Estrutura Organizacional e Administrativa da Câmara Municipal de Pedra Preta, através da criação de cargos, reorganiza o quadro de pessoal, funções gratificadas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL PEDRA PRETA, Estado do Rio Grande do Norte, por sua Mesa Diretora, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e no amparo do Regimento Interno, promulga a presente Lei nesta Casa do Legislativo, na forma que se segue:

TITULO I

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei altera a Estrutura organizacional da Câmara Municipal, reorganiza o quadro de pessoal, funções gratificadas e dá outras providências necessárias à sua execução.
Art. 2º - Para efeito de aplicação desta Lei Consideram-se:

I – Estrutura Administrativa da Câmara será aquela dada no Capítulo II e anexos I ao III desta lei, obtida pela disposição das unidades maiores e menores na ordem hierárquica ali estabelecida, revogando-se a organização anterior;
II – Quadro de pessoal é o conjunto de classes de cargos, e cargos de provimento em comissão existentes na Câmara Municipal;
III – Cargo público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos;
IV – Servidor público é toda pessoa física legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão;
V – Classe de cargos é o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo nível de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;
VI – Função gratificada ou função de confiança é a vantagem pecuniária de caráter transitório, criada para remunerar funções em nível de coordenação, chefia, direção, assessoramento e que faça parte de alguma comissão, exercidos por servidores ocupantes de cargo da Câmara Municipal;
VII – Cargo em comissão é o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, podendo recair em servidor de efetivo ou não.
Parágrafo único. Os vencimentos, atribuições, carga horária, quantitativos de vagas e demais informações sobre os cargos estão dispostos nos anexos I ao III desta Lei.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 3º - Compõem a Estrutura Administrativa do Poder Legislativo, subordinados diretamente ao (a) Presidente e demais membros da Mesa Diretora:
I – Gabinete da Presidência;
II – A Secretaria Administrativa do Legislativo;
III – A Procuradoria Legislativa;
IV – A Controladoria Legislativa;
V – A Diretoria Financeira;
VI – A Diretoria Contábil;

TÍTULO II CAPÍTULO I
DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DA ASSESSORIA DIRETA

Art. 4º – O Gabinete da Presidência é uma unidade de apoio imediato ao Chefe do Poder Legislativo, com o objetivo de conceder suporte funcional à Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN no exercício das funções, prerrogativas e responsabilidades atribuídas, em suas atividades de relações públicas, social e política.
Art. 5º - Fica criado junto ao Gabinete da Presidência em seus quadros os cargos de **Chefe de Gabinete, Assessor Parlamentar e Ouvidor Geral Legislativo**, de provimento em comissão de livre escolha e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara.
Art. 6º - A Procuradoria Legislativa é o órgão responsável pela assistência e assessoramento direto ao Presidente, à Mesa Diretora e à Câmara Municipal no desempenho de suas atribuições técnicas e, especialmente, em assuntos jurídicos e administrativos, sendo representada pelo Procurador Chefe Legislativo, competindo-lhe:
I – Representar e defender os interesses da Câmara Municipal judicialmente, quando esta detiver legitimidade, e extrajudicialmente;
II – Organizar os serviços administrativos da Procuradoria;
III – Avaliar e revisar pareceres sobre matéria jurídica;
IV – Prestar assessoramento jurídico aos diversos órgãos da Câmara, sempre que solicitado;
V – Emitir parecer sobre a juridicidade e constitucionalidade de proposições quando solicitado, respeitada a sua competência;
VI – Fornecer orientação sobre Processo Legislativo aos Vereadores e a Mesa Diretora;
VII - Emitir parecer em pedido de servidores, que contemplam controvérsia jurídica, ou designar membro para tal finalidade;
VIII – Emitir parecer sobre contratos e licitações, ou designar membro para tal finalidade;
IX – Assistir na elaboração de peças processuais, quando necessário, ou designar membro para tal finalidade;
X – Acompanhar feitos judiciais, representando à Câmara Municipal, mediante procuração;
XI – Acompanhar as publicações do Diário Oficial do Município, do Estado e da União, alertando aos diversos órgãos da Câmara, sobre assuntos de seu interesse.
Art. 7º – Fica criado junto a Procuradoria Legislativa nos seus quadros o cargo de **Procurador Chefe Legislativo**, de provimento em comissão de livre escolha e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara.
Art. 8º - A Controladoria Legislativa é o órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública legislativa e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, competindo-lhe:
I - Garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.
II – Proceder os exames prévios dos processos originários de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Legislativa Municipal.
III – Dar ciência imediata a Presidência da Mesa Diretora ao interessado e/ao ao titular do órgão ao que se subordine o autor ou autores de qualquer ato objeto de denúncia de irregularidade;
IV- Expedir Atos Normativos;
V – Determinar, acompanhar e avaliar a execução de auditoria;
VI – Sujerir ao Presidente a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vingente ao responsável pelo descumprimento das normas legais estabelecidas;
VII – Participar da elaboração e acompanhamento do balanço geral, das receitas e despesas, bem como da prestação contábil anual da Administração Legislativa;
VIII – Participar da elaboração e acompanhamento do relatório de gestão;
IX – Acompanhar a exata execução contábil e aplicação dos recursos empenhados;
X – Assinar balancetes, balanços gerais e demonstrativos de apuração contábil;
XI – Assessorar a Presidência e demais membros da Mesa, quando solicitado, em diligências perante o Tribunal de Contas do Estado;
XII – Elaborar, mensalmente, relatórios de gastos com pessoal e passá-los para a Presidencia e demais membros da Mesa até o último dia útil de cada mês.
Art. 9º - Fica criado junto Controladoria Legislativa nos seus quadros o cargo de **Controlador Chefe do Legislativo**, de provimento em comissão de livre escolha e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara.

Art. 10º - A Secretaria Administrativa do Legislativo é uma unidade de apoio imediato ao Chefe do Poder Legislativo, em suas atividades com a finalidade de planejar, coordenar, organizar e supervisionar a execução dos serviços administrativos e parlamentar.
Art. 11º - Fica criado junto a Secretaria Administrativa nos seus quadros os cargos de **Diretor Administrativo da Câmara Municipal, Coordenador Administrativo, Coordenador de Redação, Coordenador de Protocolo e Assessor de Imprensa e Comunicação**, estes de provimento em comissão de livre escolha e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara, além do cargo de Auxiliar Administrativo que será de provimento efetivo.

CAPÍTULO II
DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO EXECUTIVA

Art. 12º - A Diretoria Financeira é uma unidade localizada em nível de execução programática, com funções essencialmente executivas competindo-lhe coordenar, dirigir e supervisionar os assuntos relativos à contabilidade, executando e registrando os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e, além disso:
I - Efetuar, quando devido e mediante autorização da autoridade competente, o pagamento de diárias e/ou ressarcimentos de despesas de membros e servidores da Câmara;
II - Providenciar atos referentes à concessão de adiantamentos e promover o controle de gastos da espécie;
III – Autorizar a abertura de procedimentos para contratação de despesas;
IV – Promover as compras, licitações, análises de documentos, e outras atividades afins;
V – Controlar e elaborar demonstrativos e gráficos referentes à execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN;
VI – Classificar a despesa quanto à sua natureza, identificando a categoria econômica, o grupo de despesas a que pertence, a modalidade de aplicação, até em nível de sub-elementos de despesa.
VII – Emitir ordens de fornecimento, bem como acompanhar a emissão das futuras;
VIII – O desempenho de outras atividades correlatas.
Art. 13º - Fica criado junto a Diretoria Financeira nos seus quadros o cargo de **Tesoureiro**, com provimento em comissão, de livre escola e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara.
Art. 14º - A Diretoria Contábil é responsável pela contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Câmara Municipal, competindo-lhe, ainda:
I – Elaborar os demonstrativos mensais, os balancetes, os balanços e as prestações de contas;
II – Prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
III – Elaborar o Relatório de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária;
IV – Propor a adoção de medidas para que a execução orçamentária não ultrapasse os limites impostos pela legislação vigente e cumpra as vinculações constitucionalmente estabelecidas;
V – Assessorar a Mesa Diretora para elaboração de metas, programas e projetos estratégicos;
VI – Emitir os empenhos; e
VII – O desempenho de outras atividades correlatas.
Art. 15º - Fica criado junto a Diretoria Contábil nos seus quadros o cargo de **Assessor Contábil**, com provimento em comissão, de livre escola e nomeação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara.

CAPÍTULO III
DOS QUADROS DE PESSOAL

Art. 18º - O quadro dos cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal, nas quantidades, denominações, vencimentos, lotações, carga horária e atribuições para preenchimento ali especificados, passa a ser constante do anexo II.
Art. 19º - O quadro dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal, nas quantidades, denominações, vencimentos, carga horárias, e requisitos para preenchimento ali especificados, passa a ser constante do anexo II.

CAPÍTULO IV
DO PROVIMENTO

Art. 20º - O provimento dos cargos em comissão constante no Anexo II desta Lei se dará por nomeação, autorizada livre e discricionariamente pela Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN, podendo a escolha recair sobre servidor municipal ou não, obedecidos os requisitos de escolaridade constante daquele anexo, quando existente.

CAPÍTULO V
DA LOTAÇÃO

Art. 21º - A lotação representa a força de trabalho em seus aspectos qualitativos e quantitativos, necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas da Câmara Municipal de Pedra Preta.
Art. 22º - O afastamento de servidor do órgão em que estiver lotado, para exercício em outro, só se verificará mediante prévia autorização da Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN, para fim determinado, pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus do Órgão cedente.
Art. 23º - Atendido sempre o interesse do serviço, a Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN poderá alterar a lotação do servidor, *ex-officio* ou a pedido, desde que não haja desvio de função ou alteração de vencimento do servidor.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º - O enquadramento nominal de qualquer servidor em cargo criado por esta Lei se dará, através de Portaria da Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN.
Art. 25º - São partes integrantes da presente Lei os Anexos I a III que seguem anexos.
Art. 26º - Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2027.

Pedra Preta/RN, 20 de outubro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO II
CARGOS COMISSIONADOS/QUADRO DE VAGAS

1. Órgão de apoio e assessoramento direto ao Presidente

1.1 Gabinete do Presidente

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE R$
Chefe de Gabinete	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 3.000,00
Assessor Parlamentar	02 (duas)	Ensino Médio e CNH "B"	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00
Ouvidor Geral Legislativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00

1.2 Procuradoria do Legislativo

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE R$
Procurador Legislativo	01 (uma)	Superior em Direito e OAB	Comissionado	**20 horas/semana**	R$ 3.500,00

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE R$
Controlador Interno do Legislativo	01 (uma)	Superior em Ciên. Contábeis, Direito ou Economia	Comissionado	**20 horas/semana**	R$ 3.500,00

1.3 Controladoria do Legislativo

1.4 Secretaria Administrativa do Legislativo

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE R$
Secretário Administrativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 3.500,00
Coordenador Administrativo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00
Coordenador de Redação	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00
Coordenador de Protocolo	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00
Assessor de Imprensa e Com.	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semana**	R$ 1.800,00

2. Órgão de gestão executiva
2.1 Diretoria Financeira

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALARIO BASE R$
Tesoureiro	01 (uma)	Ensino Médio Completo	Comissionado	**40 horas/semanas**	R$ 3.500,00

2.2 Diretoria Contábil

NOMECLATURA	VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGOS	CARGA HORARIA	SALÁRIO BASE R$
Assessor Contábil	01 (uma)	Superior ou técnico em Ciências Contábeis e Registro no Conselho de Contabilidade	Comissionado	**20 horas/semanas**	R$ 3.500,00

ANEXO III

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: ASSESSOR PARLAMENTAR – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:

- Organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades externas da Câmara de Vereadores, por designação do Gabinete da Presidência;
- Responsabilizar-se pela execução das atividades externas de competência da Câmara;
- Assessorar Vereadores e o Presidente, nos assuntos pertinentes ao respectivo órgão;
- Zelar pela disciplina do pessoal nos respectivos órgãos;
- Cumprir e observar as prestações legais, regimentais e regulamentares, executar com zelo e presteza as tarefas que lhe forem competidas, cumprir ordens, determinações e instruções superiores e formular sugestões para o aprimoramento e aperfeiçoamento do trabalho por ele desenvolvido;
- Exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Presidente, ou a pedido de qualquer Vereador, após autorização do Gabinete da Presidência.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas, semanais;
Outras: Sujeito a viagens a serviço ou para treinamento.

CARGOS COMISSIONADOS / QUADRO DE VAGAS

CARGO: CHEFE DE GABINETE – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:

- Chefiar e coordenar a parte administrativa e operacional do Gabinete da Presidência;
- Coordenar as atividades do pessoal do Gabinete da Presidência;
- Organizar o atendimento ao público pelo Gabinete da Presidência;

- Organizar as audiências e entrevistas e agendar compromissos do Presidente;
- Preparar o expediente a ser despachado pelo Presidente;
- Incumbir-se da correspondência exclusiva do Presidente, e de outras atividades relativas ao expediente do seu gabinete;
- Acompanhar, nos diversos órgãos municipais da Câmara, o andamento das providencias solicitadas pelo Presidente;
- Incumbir-se da correspondência do Presidente, de sua redação e remessa;
- Atender pessoalmente ao Presidente, organizando sua agenda, e oferecendo-lhe condições de trabalho;
- Requerer soluções, junto aos órgãos competentes, sobre reclamações trazidas ao conhecimento do Presidente;
- Exercer os serviços de controle das atividades sociais do Presidente;
- Executar trabalhos de natureza especial que lhe forem atribuídos pelo Presidente;
- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídos pelo Presidente.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: OUVIDOR GERAL LEGISLATIVO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:
I – Receber, registrar, analisar e encaminhar reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais manifestações dirigidas à Câmara Municipal;
II – Acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes e prestar resposta aos interessados, observados os prazos legais;
III – Promover a interlocução entre a Câmara Municipal e a sociedade, incentivando a participação popular e o controle social;
IV – Elaborar relatórios periódicos das atividades da Ouvidoria, propondo medidas para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Legislativo;
V – Zelar pelo cumprimento das normas relativas à transparência, ao acesso à informação e à proteção dos direitos dos usuários dos serviços públicos;
VI – Desempenhar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência da Câmara, compatíveis com as atribuições do cargo.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas, semanais;
Outras: Sujeito a viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: PROCURADOR CHEFE DO LEGISLATIVO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL SUPERIOR
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas
ATRIBUIÇÕES:
- Responder pela representação e pelo assessoramento jurídico do Poder Legislativo;
- Representar e defender os interesses da Câmara Municipal, judicial e extrajudicialmente, de acordo com as determinações superiores;
- Prestar assessoramento jurídico aos diversos órgãos da Câmara, sempre que solicitado;
- Elaborar minutas de atos jurídicos;
- Informar às autoridades superiores sobre decisões judiciais e promover gestões necessárias ao seu cumprimento;
- Colecionar decisões judiciais e administrativas, registrando-as para subsidiar estudos, pareceres e informações;
- Manter-se atualizado com a legislação, a jurisprudencia e demais normas legais de interesse do Legislativo Municipal;
- Assessorar o Presidente e demais membros da Mesa, e aos diversos órgãos da Câmara, quando solicitado, na elaboração, exame e pareceres de projetos de leis, de resoluções, de decretos legislativos e demais atos legislativos;
- Acompanhar as publicações do Diário Oficial do Município, do Estado e da União, alertando aos diversos órgãos da Câmara, sobre assuntos de seu interesse;
- Disponibilizar os projetos de leis aprovados, requerimentos para a Diretoria de Imprensa e Comunicação para publicação no site.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Possuir diploma de nível superior com formação em Direito;
- Registro profissional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 20 horas, semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: CONTROLADOR INTERNO DO LEGISLATIVO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL SUPERIOR
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas
ATRIBUIÇÕES:
- Assinar ordens e outros documentos relativos ao pagamento de pessoal da Câmara e das despesas necessárias ao pleno funcionamento do Poder Legislativo e, na medida de sua competência, tomar as providencias para apuração de possíveis irregularidades;
- Acompanhar os processos relativos à execução orçamentária da Câmara;
- Responsabilizar-se, solidariamente, com o Diretor Financeiro, pelos valores da Câmara ou a ela caucionados;
- Assinar balancetes, balanços gerais e demonstrativos de apuração contábil;

- Verificar o empenho prévio das despesas da Câmara e o acompanhamento da execução orçamentária em todas as suas fases;
- Supervisionar e orientar os serviços contábeis e financeiros da Câmara, determinando adoção de previdências necessárias ao seu melhor desempenho;
- Examinar os processos referentes às contas da Câmara e, após, encaminhá-lo ao órgão competente para deliberação;
- Assessorar o Presidente e demais membros da Mesa, quando solicitado, em diligências perante o Tribunal de Contas do Estado;
- Verificar, acompanhar e prestar assessorial nos processos licitatórios em que a Câmara tiver interesse;
- Elaborar, mensalmente, relatórios de gastos com pessoal e passá-los às mãos do Presidente e demais membros da Mesa até o ultimo dia útil de cada mês.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Possuir diploma de nível superior com formação em Direito e/ou;
- Possuir diploma de nível superior com formação em Contábeis e/ou;
- Possuir diploma de nível superior com formação em Economia e/ou;
- Possuir diploma de nível superior com formação em Administração e/ou;
- Possuir diploma de nível superior com formação em Gestão Publica e/ou
- Escolaridade de nível médio com comprovada experiência em controle interno em órgão público;

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 20 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NÍVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:
Supervisionar os serviços de apoio administrativo, determinando as providencias necessárias ao seu melhor desempenho;
Acompanhar os processos de licitação;
Supervisionar a prestação de serviço e as compras de materiais e equipamentos necessários ao desempenho dos serviços da Câmara, mantendo controle sobre a guarda e conservação destes;
Assinar os papéis e documentos que lhe forem delegados pelo Presidente e demais membros da Mesa;
Desenvolver outras atividades que lhe sejam deferidas pelo Presidente e demais membros da Mesa;
Supervisionar o andamento dos serviços relacionados com o processo legislativo e os de secretaria com eles relacionados;
Promover a elaboração e determinar a expedição de atos da Mesa da Presidência e das Comissões, resoluções, decretos legislativos, autógrafos de leis, certidões, leis promulgadas pelo legislativo, convocações em geral, avisos e demais documentos;
Promover os serviços de registro e referencia legislativa, de biblioteca e documentação da Câmara;
Organizar e manter o serviço de efetivação de estudos e elaboração de documentos relacionados com matéria legislativa e de interesse do parlamentar e de suas prerrogativas legislativas;
Promover o assessoramento técnico aos vereadores;
Dar sequência à tramitação de processos legislativos;
Rever, periodicamente, os processos e documentos legislativos arquivados, propondo a destinação mais adequada a cada um;
Minutar e expedir certidões a respeito de decisões legislativas que lhe sejam determinadas pelo Presidente e demais membros da Mesa;
Supervisionar a elaboração da pauta da Ordem do Dia das sessões da Câmara;
Expedir relatórios sobre o andamento de processos legislativos aos vereadores;
Supervisionar a redação das atas das sessões da Câmara;
Acompanhar o desenrolar de quaisquer reuniões ou sessões especiais, quando realizadas no recinto do Plenário;
Supervisionar o protocolo de papéis, documentos e processos encaminhados à Câmara;
Cumprir e fazer cumprir as determinações do Presidente e dos demais membros da Mesa.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NÍVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:
- Despachar diretamente com o Diretor Administrativo os assuntos de interesse da Câmara Municipal;
- Atuar junto aos Chefes dos Setores, bem assim com órgãos diversos e partes interessadas nos serviços oferecidos pela unidade organizacional;
- Manter contato com servidores de outros Poderes, sempre que necessário e em decorrência de suas atividades funcionais;
- Recepcionar visitantes, marcar reuniões, fazer contatos telefônicos e informar sobre documentos e processos que se encontram no Gabinete da DiretorGeral;
- Preparar reuniões e conferências;
- Coordenar a expedição de ofícios e demais comunicações oficiais da competência da DiretorGeral, assinando-os para devido cumprimento, bem como as publicações e envios de documentos, orientar e supervisionar as atividades junto à equipe de servidores;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Diretor-Geral.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais.

Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: COORDENADOR DE REDAÇÃO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:
- Editar, na forma da redação oficial, textos de documentos inerentes à sua área de atuação;
- Providenciar a publicação dos atos oficiais emanados pela Presidência da Câmara e por sua Mesa Diretora no Diário Oficial, na forma da legislação em vigor;
- Manter banco de dados atualizados referentes aos atos normativos editados pela Mesa Diretora no Diário Oficial, na forma da legislação em vigor;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações do Presidente e dos demais membros da Mesa.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo
- Idade mínima de 18 anos.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: COORDENADOR DE PROTOCOLO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NÍVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:
- Atendimento ao Público (telefone);
- Atendimentos ao Público (Guichê);
- Recebimento de Documentos e Processos em geral (ofícios, memorando, requerimentos, etc..);
- Classificação dos Documentos Recebidos;
- Classificação e Expedição de Documentos;
- Pesquisas Sobre Processo(s): Histórico;
- Abrir processos administrativos;
- Distribuição Interna dos Documentos e Processos;
- Informação Sobre Andamento de Processos e Documentos;
- Cadastramento de Processos e Documentos;
- Conferência da documentação prevista no check-list;
- Recebimentos e devolução de correspondência e malote;
- Relação de remessa de material diverso;
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO – CARGO COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL MÉDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES:

- Coletar, organizar e informar ao presidente as matérias de interesse do legislativo e da municipalidade constantes de jornais, revistas e periódicos;
- Cuidar da promoção com fins educativos, informativos e de esclarecimentos a população pedra pretense, dos atos praticados pelo Poder Legislativo Municipal;
- Distribuir *release* diário aos meios de comunicação da região central, das ações do Poder Legislativo;
- Divulgar a imagem, missão, ações e objetivos estratégicos da Instituição;
- Organizar, coordenar os eventos e campanhas publicitárias e responder a demandas relacionadas a mídia;
- Zelar pelos cumprimentos das disposições legais e regulamentares em vigor indispensáveis a comunicação e marketing;
- Planejar, implantar e manter o site oficial da Câmara munindo-o de informações, notícias, fotos, vídeos, projetos de leis, leis aprovadas, relatórios de prestação de contas, relatórios de gestão fiscal, dentre outros;
- Efetuar a transmissão ao vivo das sessões ordinárias, extraordinárias, sessões itinerantes e solenes.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 40 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: TESOUREIRO – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL MEDIO
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 30 horas

ATRIBUIÇÕES:
- Coordenação das atividades relativas ao Setor Financeiro da Câmara; supervisão das atividades relativas ao controle;
- Requisitar e controlar o recebimento dos recursos financeiros colocados à disposição da Câmara, bem como controlar as aplicações financeiras;
- Controlar a execução orçamentária da Câmara Municipal;
- Acompanhar o desenvolvimento do Orçamento do Município;
- Auxiliar na elaboração da Redação Final da Proposta Orçamentária;
- Assinar, juntamente com o Presidente e o Contador, os balancetes, balanços e outros documentos contábeis;
- Elaborar o calendário e as formas de pagamento, movimentando conjuntamente com quem de direito, as contas bancárias;
– Apresentar relatórios ao Presidente, sobre os pagamentos autorizados e realizados;
– A controlar os numerários da Câmara Municipal, efetuar pagamentos, controlar contas correntes e talonários de cheques;
– Propor, implantar e manter rotinas para abertura de contas bancárias, aplicações financeiras, depósito e guarda de valores, comprovação de receitas e despesas, pagamento de fornecedores e despesas administrativas, conciliação bancária, preenchimento de cheques e ordenamento de processos, xerocar todos os cheques emitido;
- Conferir e registrar o recebimento de duodécimos;
- Manter o controle bancário e conferir os respectivos extratos de contas e saldos; - Observar os prazos legais relativos aos pagamentos e recolhimentos devidos;
- Conferir e arquivar a documentação do movimento financeiro diário;
- Efetuar a conciliação dos saldos bancários
- Atender as exigências legais emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
- Executar atividades correlatas que lhe forem determinadas pela Presidência

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Escolaridade mínima: 2º grau completo;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 30 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

DESCRIÇÃO DE CARGO
CARGO: ASSESSOR CONTÁBIL – CARGO EM COMISSÃO
ATIVIDADE DE NIVEL SUPERIOR
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas
ATRIBUIÇÕES:

- Escrituração dos atos contábeis de todos os bens, direitos e obrigações do Poder Legislativo;
- Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
- Encaminhar os dados magnéticos dos registros de receitas e despesas para consolidação pelo Poder Executivo;
- Elaborar e disponibilizar para a Diretoria de Imprensa e Comunicação os relatórios de gestão fiscal nos termos da Lei complementar 101/2001, para publicação;
- Emitir relatórios formais da execução orçamentária e financeira, bem como propor medidas preventivas ao fiel cumprimento da legislação vigente.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
- Possuir diploma de nível superior ou técnico com formação em Ciências Contábeis;
- Possuir registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Carga Horária: 20 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.
Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:5BE8C92A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 0172026

TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0172026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
A Comissão deContrataçãoda Prefeiturade RAFAEL GODEIRO, consoante autorização do(a) Sr(a).***Ludmila Carlos A. de A Rosado***, na qualidade de ordenador(a) de despesas a contratação da empresa: C H DE M LIMENZO JUNIOR SERVICOS DE RECREACAO E LAZER - 48329252000195 para o objeto supra, que são reconhecidos pelo público local e regional e irão animar a**festa de abertura do natal iluminado que ocorrerá em praça pública. Os artista/banda já realizarou diversas apresentações na região com grande aprovação e larga aprovação do público local. Os valores da contratação estão compatíveis com os valores de mercado, mediante consulta ao portal de festesjos e notas fiscais apresentadas. O artista tem exclusividade com a empresa, que possui CNAE compatível com a contratração em sintese.**
Quanto ao preço da atração estão inclusos todos os custos, quer sejam: com deslocamento; cachês; alimentação; hospedagem; comissão de empresarioe e etc:

Vencedor: C H DE M LIMENZO JUNIOR SERVICOS DE RECREACAO E LAZER							
CNPJ: 48329252000195							
Endereço: AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 422, TIROL, NATAL/RN							
Representante: CLAUDIO HENRIQUE DE MIRANDA L. JUNIOR							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**1391**	**Contratação de grupo artístico com personagens lúdicos para apresentações neste município. PAPAI NOEL DUENDE MENINO E MENINA MICKEY**	**SERV**		**1,00**	**13.600,0000**	**13.600,00**

		MINNIE BABY SHARK E SONIC.					
						Total	13.600,00

Reafirmamos que os valores ofertados com as artistas de mesmo gênero, juntando a esse procedimento segue notas fiscais dos artistas de outros shows realizados pela região.A inexigibilidade de licitação é proveniente do seguinte fato: A contratação de shows se dão para celebrar uma data de cunho cultural e histórico "O Natal Iluminado" é a expressão cultural do nosso povo e essa celebração favorece o bem estar social.
Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **Contratação de equipe de Teatro com personagens vivos para apresentação em praça publica no dia 29/11/2026**, com o objetivo de promover o bem estar social. In verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]
Destaque-se que a lei 14.133/21, estabeleceu em seu **art. 74**, que é inexigivel a licitação sempre que houver inviabilidade de competição, exemplificando algumas hipoteses em seus incisos. No caso em tela, e respeitando o princípio da Eficiência Administrativa, no Planejamento adequado da contratação e na celeridade e racionalização dos procedimentos, a escolha pelo procedimento previsto no Lei 14.133/2021, Art. 74, II, fundamentação adequada ao caso, portanto, não há a possibilidade de se usar um pregão eletrônico para tal.
Com efeito, reconheceu o legislador que a contratação de artistas enseja a inexigibilidade de licitação, haja vista que, sob determinadas condicionantes, torna inviável a competição, pois, arte não é uma ciência, não segue métodos, tampouco objetiva. Pode-se perceber que ela baseia-se em critérios subjetivos e na criatividade unica do interlocutor, "arte é expressão humana". Assim, a Lei reconhece quando: a) trata-se de artistas consagrados pela critica especializada **ou pela opinião pública. b) condicionada a contratação diretamente ou através de empresário exclusivo.**
Quanto ao reconhecimento público o Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais decidiu:
Contratação pública – Inexigibilidade – Profissional do setor artístico – Músicos– Consagração pela crítica ou pelo público – Configuração – TCE/MG. “Recurso de Reconsideração. Consagração diante da crítica e do público. (...) entendo que a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos tem fundamento na subjetividade que lhes é imanente e que reside no especialista. A arte não é ciência que objetivamente segue métodos, mas é criatividade expressa na subjetividade do artista. Assim, mesmo havendo outros artistas capazes e habilitados para a realização de eventos da mesma natureza, pode-se ter inexigibilidade de licitação em razão da singularidade da expressão artística. Contudo, a meu sentir, torna-se imprescindível cumprir o requisito de objetividade disposto na Lei de Licitação, para tal contratação, isto é, o artista contratado deve ser consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Ressalto que não é necessária a consagração pela crítica e pelo público, concomitantemente: um ou outro já é o suficiente. A meu ver, a consagração pela crítica especializada corresponde à aceitação, por especialistas conhecidos, da capacidade e do refinamento do trabalho avaliado. Quanto à consagração da opinião pública, entendo que este requisito baseia-se na sedimentação de uma reputação perante o público local. (...) (TCDF, Processo nº 3211/95, Decisão nº 14881/95)”. (TCE/MG, Recurso de Reconsideração, Rel. Conselheira Adriene Andrade, j. em 22.05.2007.)
Destarte, a Lei impõe que a contratação seja realizada diretamente por empresário exclusivo ou com os artistas. Desse modo o legislador, entendeu que terceiros poderiam auferir ganhos desproporcionais às custas dos artistas. No caso específico a empresa: **C H DE M LIMENZO JUNIOR SERVICOS DE RECREACAO E LAZER - 48329252000195 representa a Banda/Artista contratado.**
Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr (a). ***Ludmila Carlos A. de A Rosado***, Prefeita Municipal, do presente termo de inexigibilidade, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

RAFAEL GODEIRO - RN, 20 de outubro de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:CB72493A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09305/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2026, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Manoel de Souza Lima - Centro - Riacho de Santana - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futuro e eventual Fornecimento de Equipamentos e Materiais de informática destinados as Secretarias Municipais deste município; resolve registrar o preço nos seguintes termos:
Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - CNPJ nº 08.357.634/0001-08.

VENCEDOR: GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA						
CNPJ: 66.663.797/0001-15						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
9	Ar–Condicionado 12.000 Inverter – ArCondicionado Split Hi–Wall: Tecnologia Inverter; Capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h; Ciclo Frio; Unidade condensadora equipada com serpentina em tubos de cobre (para maior durabilidade); Classificação de Eficiência Energética "A" no INMETRO; Utilização de gás refrigerante ecológico (ex: R–410A ou R–32); Controle remoto incluso.	VIX/NEO 12KCO	Und	20	1.849,00	36.980,00
10	Ar–Condicionado 18.000 Inverter – Ar Condicionado Split Hi–Wall: Tecnologia Inverter; Capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h; Ciclo Frio; Unidade condensadora equipada com serpentina em tubos de cobre; Classificação de Eficiência Energética "A" no INMETRO; Utilização de gás refrigerante ecológico; Controle remoto incluso.	VIX/NEO 18KCO	Und	8	2.499,00	19.992,00
TOTAL						56.972,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA.
66.663.797/0001-15
Item(s): 9 - 10.

Valor: R$ 56.972,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros.

Riacho de Santana - RN, 30 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:94FF043F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
DECRETO 092/2026

DECRETO Nº 92/2026.

Abre crédito adicional extraordinário destinado ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, em complementação ao Decreto Municipal nº 018/2026; e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 016/2026, foi declarado estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07, de 16 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 017/2026, foi aberto crédito adicional extraordinário destinado ao reforço de dotações orçamentárias de pessoal e de serviços públicos essenciais de saúde e educação, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, não obstante a referida medida, o Município permanece sem dotação orçamentária específica para o adimplemento de obrigações contratuais junto a prestadores de serviços cuja atuação é indispensável à continuidade do funcionamento dos órgãos públicos municipais e à efetiva prestação de serviços públicos essenciais, notadamente aqueles relacionados no art. 2º do Decreto nº 016/2026 — atendimento médico-hospitalar, cooperativas médicas, fornecimento de medicamentos, transporte escolar, abastecimento de ambulâncias e veículos oficiais e coleta de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, em observância ao princípio da separação dos Poderes e à competência privativa do Poder Legislativo para autorizar a abertura de créditos especiais e suplementares (art. 41, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964), o Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal os Projetos de Leis do ano de 2026 de nº 07; 08; 09; 10; 11; 12; 16; 32; 34; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 62; 63; 64; 68; 70; 65; 66; 67, destinado à abertura de créditos suplementares e especiais para o adimplemento das obrigações referidas no considerando anterior e contratos de caráter continuado, tal qual, despesas consideradas indispensáveis para manutenção das políticas governamentais e serviço da administração pública;

CONSIDERANDO que os referidos Projetos de Lei foram rejeitados pela Câmara Municipal em sessão realizada em 15 de junho de 2026, 17 de agosto de 2026, exercício, em tese, legítimo e insindicável da competência legislativa ordinária para autorizar, ou não, a criação de nova dotação por crédito especial;

CONSIDERANDO que, todavia, a manutenção da ausência de dotação orçamentária para o adimplemento das obrigações estrita e comprovadamente indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados no art. 1º deste Decreto configura risco iminente de interrupção desses serviços, com grave prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público (art. 175, CF), da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF);

CONSIDERANDO que a presente medida não alcança a integralidade das despesas objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se, tão somente, à parcela estritamente necessária e urgente, correspondente a obrigações contratuais vencidas ou a vencer em caráter inadiável, vinculadas a serviços cuja interrupção comprometeria a continuidade de funções essenciais do Município, individualizadas no Anexo I deste Decreto;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional extraordinário, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e disciplinada pelos arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, constitui competência autônoma do Poder Executivo, distinta da competência legislativa para autorização de créditos especiais, e pressupõe, tão somente, a demonstração cumulativa de despesa imprevisível e urgente, aqui caracterizada pela impossibilidade jurídico-orçamentária superveniente de adimplemento de obrigações indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, sem qualquer relação com o mérito da decisão legislativa referida no quinto considerando;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 07/2026 – AJ/PGM, complementar ao Parecer Jurídico nº 04/2026 – AJ/PGM, e o demonstrativo técnico-contábil, ambos anexos a este Decreto, que examinaram especificamente a distinção entre a rejeição do(s) crédito(s) especial(iais) e os pressupostos autônomos do crédito extraordinário, e atestam a presença cumulativa desses pressupostos nos estritos limites ora fixados;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, c/c os arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, crédito adicional extraordinário no valor de RR 15.000,00 (quinze mil reais), destinado exclusivamente ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade dos seguintes serviços públicos essenciais, individualizadas no Anexo I deste Decreto:

I – Atendimento médico-hospitalar e cooperativas médicas, bem como para pagamento das despesas com eletricidade, água, internet, insumos para os veículos utilizados na saúde, sistemas e softweres, consultorias e assessorias relacionadas aos serviços de saúde, manutenção de centrais de ar, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de saúde;

II – Fornecimento de medicamentos e assistência farmacêutica;

III – transporte escolar, e os insumos indispensáveis à sua manutenção, sistemas e softweres, e alimentação escolar, empresas prestadoras de serviços relacionadas à atividade fim da educação, manutenção de centrais de ar, material gráfico, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de educação;

IV – Abastecimento de combustível para ambulâncias e veículos vinculados a serviços públicos;

V – Coleta de resíduos sólidos, incluindo as despesas com veículos e maquinário relacionados à limpeza urbana;

VI – Obrigações decorrentes de decisão judicial;

VII – os serviços de assessoria contábil, assessoria jurídica e assessorias relacionadas ao suporte de controle interno e recursos humanos;

VIII – a manutenção/locação do maquinário e veículos destinados às obras nas estradas vicinais, bem como os insumos que lhes sejam correlatos;

IX - Limpeza e higienização dos veículos e maquinário;

§ 1º O crédito ora aberto não abrange despesas de natureza discricionária, administrativa ordinária ou não essencial, ainda que tenham sido objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se estritamente às hipóteses de indispensabilidade e urgência demonstradas no Anexo I.

§ 2º O detalhamento dos contratos, credores, valores e da natureza essencial de cada obrigação incluída consta do Anexo I, parte integrante deste Decreto, instruído com a documentação comprobatória correspondente.

Art. 2º O crédito aberto por este Decreto terá vigência no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 016/2026, dê-se imediato conhecimento deste Decreto à Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação.

Art. 4º Encaminhe-se cópia deste Decreto, do Parecer Jurídico nº 05/2026 – AJ/PGM e do demonstrativo técnico-contábil que o fundamentam:

I – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive para atualização da Representação protocolada perante essa Corte;

II – Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

III – Aos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – Aos autos da Ação Declaratória de Ilegalidade em trâmite perante a 2ª Vara da Comarca de Apodi/RN.

Art. 6º Este Decreto não exime o Poder Executivo do cumprimento dos limites e das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, dos deveres de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e da regular prestação de contas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, 20 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional do Município de Rodolfo Fernandes/RN

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes				
	2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes			
		2006 - Secretaria Municipal de Educação		
		2.295 - Ações dos Repasses do Salário Educação QSE		
		3100 - 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	Fonte: 1550	R$ 12.000,00
Total da Ação:				**R$ 12.000,00**
		2.302 - Outras Políticas da Secretaria de Educação Administrativa e Básica		
		3041 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15001001	R$ 3.000,00
Total da Ação:				**R$ 3.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 15.000,00**

VALOR TOTAL: R$ R$ 15.000,00

quinze mil reais

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:A38AFAE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PE 023-2026 - REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 023-2026 - TERMO DE HOMOLOGACAO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO						
Prefeitura Municipal de Santo Antônio						
Prefeitura Municipal de Santo Antônio						
Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 023/2026						
Resultado da Homologação						
80260 - LOTE 1 - Valor Referência: 4.166.965,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
POSTO LAGOA D 19ANTA LTDA	N/C	1,00 Unidade	0,01 %	4.166.548,31	4.166.548,31	Homologado em 19/10/2026 12:35:34 Por: Raulison de Sena Ribeiro
RAULISON DE SENA RIBEIRO						
Autoridade Competente						

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:8F6B4D2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL — CRIANÇAS E ADOLESCENTES MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

O município de São Bento do Norte/RN possui população pequena, com 3.304 habitantes no Censo 2022 e estimativa de 3.442 habitantes em 2025, distribuídos em uma área territorial de 288,761 km². A densidade demográfica é baixa, de 11,44 habitantes/km², o que indica um território com população dispersa e possível necessidade de organização dos serviços públicos para atender tanto a zona urbana quanto áreas rurais.
No campo da infância e adolescência, observa-se que o município apresenta indicadores que exigem atenção intersetorial. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 98,28%, o que demonstra boa inserção das crianças em idade escolar no ensino regular. No entanto, a permanência, a aprendizagem, a inclusão escolar e o acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade devem permanecer como prioridades da gestão pública.
Na saúde, destaca-se a necessidade de fortalecimento das ações de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, vacinação, saúde bucal, saúde mental, prevenção de violências e articulação com o Programa Saúde na Escola. O município apresenta mortalidade infantil de 19,61 óbitos por mil nascidos vivos em 2023, indicador que aponta para a importância de manter ações qualificadas de pré-natal, puericultura, vigilância do recém-nascido, cuidado nutricional e acompanhamento das famílias mais vulneráveis.
Na assistência social e proteção de direitos, há registro de ações voltadas à infância e adolescência, como atividades do CRAS, Criança Feliz e Conselho Tutelar, além de mobilizações relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2021, a Secretaria de Assistência Social realizou ação porta a porta com CRAS, Criança Feliz e Conselho Tutelar, com distribuição de materiais informativos sobre o ECA.
Em 2026, a Prefeitura também realizou o I Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculado à campanha Maio Laranja, reunindo profissionais e representantes da rede de proteção. Esse dado demonstra que o município reconhece a violência contra crianças e adolescentes como problema relevante e busca fortalecer a rede de enfrentamento.
Na educação, o município tem desenvolvido ações de planejamento e fortalecimento da rede municipal, como jornada pedagógica, matrículas, retorno às aulas, atendimento educacional especializado e implantação de aulas de robótica nas escolas. Essas iniciativas indicam preocupação com acesso, permanência, inclusão e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Plano Plurianual do Município de São Bento Do Norte para o período de 2026 a 2029, a Agenda Transversal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como instrumento de planejamento estratégico destinado à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 2º A Agenda Transversal dos Direitos da Criança e do Adolescente compreende o conjunto articulado de programas, ações, metas físicas e financeiras, indicadores e estratégias executadas de forma intersetorial pelas políticas públicas municipais.
Parágrafo único. A Agenda observará as diretrizes metodológicas do UNICEF – Selo UNICEF – Edição 2025–2028, sem prejuízo da autonomia administrativa do Município.
Art. 3º Constituem objetivos da Agenda Transversal:
I – Assegurar prioridade absoluta às políticas públicas voltadas à infância e adolescência;
II – Reduzir desigualdades sociais que afetam crianças e adolescentes;
III – Melhorar indicadores de saúde materno-infantil;
IV – Elevar os índices de aprendizagem e permanência escolar;
V – Prevenir e enfrentar todas as formas de violência;
VI – Fortalecer a proteção social básica e especial;
VII – Ampliar a participação cidadã de adolescentes;
VIII – Promover a equidade racial, territorial e de gênero.
Art. 4º A execução da Agenda Transversal ocorrerá de forma integrada entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Administração, Finanças e demais órgãos correlatos.
§ 1º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Monitoramento da Agenda Transversal, responsável pelo acompanhamento dos indicadores e metas.

§ 2º O Poder Executivo poderá regulamentar a composição e funcionamento do Comitê por Decreto.

Art. 5º Ficam incluídas como metas prioritárias no PPA 2026–2029, dentre outras, as metas físicas anualizadas constantes do Anexo II desta Lei:
I – Redução da evasão escolar no ensino fundamental;
II – Elevação da alfabetização na idade certa;

III – Ampliação da cobertura vacinal infantil;
IV – Garantia de acompanhamento pré-natal adequado;
V – Redução da mortalidade infantil;
VI – Fortalecimento do CMDCA e do Conselho Tutelar;
VII – Implementação e monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância;
VIII – Funcionamento do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes – NUCA;
IX – Ampliação da notificação e acompanhamento de casos de violência;
X – Aperfeiçoamento do Comitê Intersetorial, garantindo a paridade de representação da sociedade civil e poder público, com participação ativa de adolescentes.
Art. 6º A Agenda Transversal será acompanhada por indicadores oficiais das áreas de saúde, educação, assistência social e proteção de direitos, mediante monitoramento trimestral e consolidação anual dos resultados, com ampla transparência pública.
Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, observadas as disposições da legislação fiscal.
Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de Decreto para detalhamento operacional.
Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
AGENDA TRANSVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PPA 2026–2029 – Município de São Bento Do Norte

Quadro — Recursos destinados à criança e ao adolescente conforme a LDO 2026 de São Bento do Norte/RN

Área prioritária da LDO 2026

Recursos/Ações voltadas à criança e ao adolescente

Finalidade

Educação básica

Recursos para manutenção das escolas municipais, aquisição de materiais didáticos, apoio pedagógico, transporte escolar e alimentação escolar

Garantir acesso, permanência e melhoria da qualidade da educação para crianças e adolescentes

Saúde da criança e do adolescente

Recursos para vacinação, puericultura, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, atendimento médico, odontológico e ações de promoção da saúde

Assegurar atenção integral à saúde de crianças e adolescentes na Atenção Primária

Programa Saúde na Escola — PSE

Recursos para ações educativas em saúde, prevenção de doenças, avaliação nutricional, saúde bucal, vacinação e promoção de hábitos saudáveis nas escolas

Integrar saúde e educação, promovendo prevenção e cuidado no ambiente escolar

Assistência social

Recursos para acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecimento do CRAS, PAIF e programas sociais

Proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e fortalecer vínculos familiares

Proteção dos direitos da criança e do adolescente

Recursos para apoio à rede de proteção, Conselho Tutelar, campanhas educativas e ações de enfrentamento à violência

Prevenir violações de direitos, abuso, negligência, exploração sexual e outras formas de violência

1. FINALIDADE
Consolidar no Plano Plurianual 2026–2029 o conjunto articulado de ações intersetoriais voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, em consonância com a metodologia do UNICEF – Selo UNICEF – Edição 2025–2028.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO I – SAÚDE MATERNO-INFANTIL

Objetivos:

· Ampliar cobertura vacinal

· Garantir pré-natal adequado

· Reduzirmortalidadeinfantil Indicadores:

· Percentual de cobertura vacinal

· Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal

· Taxa de mortalidade infantil

EIXO II – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Objetivos:

· Reduzir evasão escolar

· Elevar alfabetização na idade certa Indicadores:

· Taxa de abandono escolar

· Percentual de crianças alfabetizadas até o 2º ano

EIXO III – PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIAS

Objetivos:

· Fortalecer rede de proteção

· Ampliarnotificaçõeseacompanhamento Indicadores:

· Número de casos notificados e acompanhados

· Funcionamento regular do Conselho Tutelar

EIXO IV – ASSISTÊNCIA SOCIAL E PRIMEIRA INFÂNCIA

Objetivos:

· Fortalecer PAIF e serviços de convivência

· Implementar e monitorar Plano Municipal pela Primeira Infância Indicadores:

· Número de famílias acompanhadas

· Existência e execução do PMPI

EIXO V – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Objetivos:

· Manter e fortalecer o NUCA

· Incentivarprotagonismojuvenil Indicadores:

· Número de adolescentes participantes

· Realização de fóruns e encontros

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As ações previstas nesta Agenda Transversal ficam vinculadas aos programas e áreas programáticas do PPA 2026–2029 indicados no Anexo II, sem prejuízo de sua execução por ações orçamentárias correlatas e de adequação ou suplementação orçamentária, quando necessária.

4. MONITORAMENTO

O acompanhamento será realizado pelo Comitê Intersetorial da Agenda Transversal, com apuração trimestral dos indicadores, reunião de análise ao final de cada trimestre e consolidação anual até 31 de março do exercício subsequente. Cada secretaria responsável deverá alimentar os registros administrativos e encaminhar os resultados ao Comitê, que publicará relatório anual em meio oficial.

ANEXO II

MATRIZ DE VINCULAÇÃO AOS PROGRAMAS DO PPA METAS E MONITORAMENTO

A matriz a seguir integra os eixos da Agenda Transversal aos programas e áreas programáticas do PPA 2026–2029, estabelece metas físicas anualizadas e define responsáveis e periodicidade de acompanhamento.

Eixo e programa do PPA	Ação ou indicador	Linha de base	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Monitoramento e responsável
Eixo I Saúde da criança e do adolescente	Cobertura vacinal infantil (%)	Apurar até 90 dias da publicação	≥ 95%	≥ 95%	≥ 95%	≥ 95%	Trimestral — SMS — SI-PNI
Eixo I Saúde da criança e do adolescente	Gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal (%)	Apurar até 90 dias da publicação	≥ 80%	≥ 85%	≥ 90%	≥ 90%	Trimestral — SMS — SISAB
Eixo I Saúde da criança e do adolescente	Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	19,61 em 2023	≤ 18,6	≤ 17,6	≤ 16,7	≤ 15,7	Trimestral; consolidação anual — SMS — SIM/SINASC
Eixos I e II Programa Saúde na Escola	Escolas municipais com ações intersetoriais do PSE (%)	Apurar até 90 dias da publicação	≥ 80%	≥ 90%	100%	100%	Semestral — SMS e SME — registros do PSE
Eixo II Educação básica	Redução da taxa de abandono escolar em relação à linha de base	Taxa de 2025	≥ 5%	≥ 10%	≥ 15%	≥ 20%	Bimestral; consolidação anual — SME — Censo Escolar
Eixo II Educação básica	Crianças alfabetizadas até o 2º ano (%)	Apurar resultado de 2025	≥ 80%	≥ 85%	≥ 90%	≥ 95%	Semestral; consolidação anual — SME — avaliações educacionais
Eixo III Proteção dos direitos da criança e do adolescente	Casos notificados com acompanhamento pela rede de proteção (%)	Apurar até 90 dias da publicação	≥ 80%	≥ 85%	≥ 90%	≥ 95%	Trimestral — SMAS, SMS, SME e Conselho Tutelar
Eixo III Proteção dos direitos da criança e do adolescente	Funcionamento regular do Conselho Tutelar	Verificar situação na publicação	≥ 1 reunião/mês	≥ 1 reunião/mês	≥ 1 reunião/mês	≥ 1 reunião/mês	Mensal; informe trimestral — Conselho Tutelar e CMDCA
Eixo IV Assistência social	Ampliação das famílias acompanhadas pelo PAIF em relação à linha de base	Total acompanhado em 2025	≥ 5%	≥ 10%	≥ 15%	≥ 20%	Trimestral — SMAS/CRAS — RMA e Prontuário SUAS
Eixo IV Assistência social	Implementação e monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância	Verificar situação na publicação	Instituir ou atualizar o PMPI	1 relatório anual	1 relatório anual	1 relatório anual	Semestral — Comitê Intersetorial e SMAS
Eixo V Proteção dos direitos da criança e do adolescente	Adolescentes participantes do NUCA	Apurar até 90 dias da publicação	≥ 20	≥ 25	≥ 30	≥ 35	Trimestral — Articulador do Selo UNICEF e SMAS

Eixo V Proteção dos direitos da criança e do adolescente	Fóruns ou encontros de participação cidadã realizados	Apurar exercício anterior	≥ 2/ano	≥ 2/ano	≥ 2/ano	≥ 2/ano	Semestral — NUCA, CMDCA e SMAS

Critérios de apuração

• As linhas de base ainda não disponíveis serão apuradas pelas secretarias responsáveis em até 90 dias após a publicação da norma e registradas em ata do Comitê Intersetorial.

• As metas expressas como redução ou ampliação percentual são cumulativas e calculadas em relação à linha de base indicada.

• O Comitê poderá revisar metas mediante justificativa técnica, preservando a série histórica e a transparência das alterações.

• A consolidação anual deverá apresentar o valor alcançado, a comparação com a meta, as providências corretivas e a fonte de verificação.

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:57D7137A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO N.º 024/2026 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E DE USO HOSPITALAR.
MODALIDADE PE 024/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 44554219000108
Endereço: RUA RUA JOAO FLORENCIO, Nº 889, PARAIBA, CAICO/RN
Representante: JANETT MARINHO BATISTA DA SILVA

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	10820	ACETILCISTEINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	GEOLAB	200,00	10,7000	2.140,00
2	10819	ACETILCISTEINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	GEOLAB	200,00	9,3700	1.874,00
3	13356	DIAZEPAM, DOSAGEM 5MG	COMP	SANTISA	1.000,00	0,0400	40,00
4	10824	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM: 200 MG/ML, TIPO USO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	AIRELA	500,00	1,7900	895,00
5	11942	ACICLOVIR 400MG.	COMP	EMS	1.500,00	1,7400	2.610,00
6	10827	ALBENDAZOL, DOSAGEM: 40 MG/ML, USO: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 10 ML.	FRAS	GEOLAB	500,00	1,7900	895,00
7	10822	ACIDO ACETILSALICILICO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	IMEC	10.000,00	0,0400	400,00
8	10828	ALBENDAZOL, DOSAGEM: 400 MG.	COMP	PRATI	1.000,00	0,7500	750,00
9	10830	ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 0,50 MG.	COMP	GERMED	12.000,00	0,1000	1.200,00
10	10832	ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GERMED	6.000,00	0,1100	660,00
11	10823	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	AIRELA	15.000,00	0,1600	2.400,00
13	10834	AMBROXOL, CONCENTRACAO:3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE. (INFANTIL), FRASCO DE 120 ML.	FRAS	FARMACE	250,00	3,3200	830,00
15	11966	ANLODIPINO, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	GEOLAB	15.100,00	0,0300	453,00
17	10838	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, CONCENTRACAO: 500MG + 125 MG.	COMP	EMS	6.000,00	1,9900	11.940,00
19	11961	AMOXICILINA 875 MG	COMP	GERMED	20.000,00	1,4100	28.200,00
20	10829	ALENDRONATO DE SODIO, DOSAGEM: 70 MG.	COMP	GERMED	7.300,00	0,3500	2.555,00
21	10836	AMITRIPTILINA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	TEUTO	25.000,00	0,0500	1.250,00
22	10840	AMOXICILINA, DOSAGEM: 500 MG.	CAPS	UNICHEM	18.000,00	0,1900	3.420,00
23	10844	ATENOLOL, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	VITAMEDIC	10.000,00	0,0400	400,00
24	10837	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO DOSAGEM: 25 MG/ML + 6,25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL. FRASCO DE 75 ML.	FRAS	PRATI	2.000,00	16,6800	33.360,00
25	11947	ACIDO FOLICO 0,2 MG/ML, FRASCO DE 30ML.	FRAS	NATULAB	500,00	7,6000	3.800,00
26	10850	BIPERIDENO, DOSAGEM: 2 MG	COMP	CRISTALIA	8.000,00	0,4000	3.200,00
27	10852	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 6 MG	COMP	TEUTO	3.500,00	0,1500	525,00
28	10839	AMOXICILINA, DOSAGEM: 250 MG, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	PRATI	3.000,00	4,9000	14.700,00
29	11972	ATORVASTATINA CALCICA, DOSAGEM 40MG.	COMP	CIMED	6.000,00	0,4500	2.700,00
30	10860	CAPTOPRIL, CONCENTRACAO: 50 MG	COMP	GLOBO	3.000,00	0,1500	450,00
31	10833	AMBROXOL, CONCENTRACAO:6 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE. (ADULTO), FRASCO DE 120 ML.	FRAS	FARMACE	250,00	3,6500	912,50
32	10863	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, APRESENTACAO: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HIPOLABOR	150,00	10,7800	1.617,00
35	10845	ATENOLOL, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	VITAMEDIC	10.000,00	0,0600	600,00
36	10847	AZITROMICINA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	PHARLAB	15.000,00	0,8500	12.750,00
37	10851	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 3 MG	COMP	GERMED	6.000,00	0,1000	600,00
38	10853	BROMETO DE IPRATROPIO, DOSAGEM: 0,25 MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO. FRASCO DE 20 ML.	FRAS	PRATI	350,00	1,7000	595,00
39	11967	ANLODIPINO, DOSAGEM:10 MG.	COMP	GEOLAB	24.200,00	0,0700	1.694,00
40	10855	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 10 MG	COMP	PRATI	3.500,00	0,1400	490,00
41	10857	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 10MG + 250MG.	COMP	PHARLAB	5.000,00	0,4600	2.300,00
42	11973	AZITROMICINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 15 ML.	FRAS	PHARLAB	1.000,00	7,7900	7.790,00

43	11995	CARVEDILOL, DOSAGEM: 6,25 MG	COMP	CIMED	10.000,00	0,0700	700,00
44	10859	CAPTOPRIL, CONCENTRACAO: 25 MG	COMP	PRATI	2.600,00	0,0400	104,00
45	11994	CARVEDILOL, DOSAGEM: 25 MG	COMP	CIMED	18.000,00	0,1400	2.520,00
46	11989	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 200 MG	COMP	HIPOLABOR	9.500,00	0,1400	1.330,00
47	11992	CARBONATO DE LITIO, DOSAGEM: 300 MG	COMP	HIPOLABOR	22.000,00	0,3200	7.040,00
49	10871	CETOCONAZOL, DOSAGEM: 200 MG	COMP	PRATI	1.500,00	0,3600	540,00
50	10858	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM:6,67MG + 333MG/ML, INDICACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20,00 ML.	FRAS	NATULAB	500,00	7,2000	3.600,00
51	10868	CEFALEXINA, DOSAGEM: 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: PO P/ SUSPENSAO ORAL. FRASCO DE 100 ML.	FRAS	TEUTO	500,00	8,9500	4.475,00
52	10854	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 4 MG/ML, APRESENTACAO: GOTAS, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	VITAMEDIC	400,00	2,9000	1.160,00
53	11990	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 400 MG	COMP	TEUTO	6.000,00	0,4900	2.940,00
54	11997	CEFALEXINA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	TEUTO	9.000,00	0,4900	4.410,00
55	12001	CETOPROFENO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	MEDLEY	2.000,00	1,9300	3.860,00
56	12000	CETOCONAZOL, DOSAGEM:20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: CREME TOPICO, BISNAGA 30G	BISNA	HIPOLABOR	150,00	3,9900	598,50
57	10874	Ciclobenzaprina, dosagem: 5 mg	COMP	CIMED	7.000,00	0,0700	490,00
59	11998	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA, + NEOMICINA, CONCENTRACAO:0,5 MG/G + 20 MG/G + 1,5 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: POMADA 30G	BISNA	PHARLAB	250,00	12,7500	3.187,50
60	10877	CITALOPRAM, DOSAGEM: 20 MG	COMP	PRATI	9.000,00	0,1100	990,00
61	10885	CLORPROMAZINA, DOSAGEM:25 MG.	COMP	BLANVER	1.200,00	0,5600	672,00
62	10876	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	PRATI	6.000,00	0,3300	1.980,00
63	10879	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG	COMP	GEOLAB	5.000,00	0,0600	300,00
64	10878	CLINDAMICINA, DOSAGEM: 300 MG	COMP	TEUTO	3.200,00	1,3700	4.384,00
65	12004	CICLOBEZAPRINA, DOSAGEM: 10MG	COMP	CIMED	5.000,00	0,0700	350,00
66	12013	CLORIDRATO DE METILFENIDATO, CONCENTRACAO:10 MG, FORMA FARMACEUTICA: MICROGRANULOS DE LIBERACAO MODIFICADA.	COMP	ALTHAIA	7.200,00	0,5500	3.960,00
67	10888	COLAGENASE, CONCENTRACAO: 0,6UI/G, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	CRISTALIA	60,00	21,5000	1.290,00
68	10880	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2 MG	COMP	GEOLAB	14.500,00	0,0600	870,00
69	10884	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA, DOSAGEM: 8 MG	COMP	BIOLAB	3.000,00	0,3300	990,00
70	12012	CLOPIDOGREL, DOSAGEM: 75 MG	COMP	NOVARTIS	10.000,00	0,3900	3.900,00
71	10881	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL ? GOTAS, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	GEOLAB	1.000,00	3,1000	3.100,00
72	10892	DESLORATADINA, CONCENTRACAO: 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	GLOBO	500,00	8,4700	4.235,00
73	10875	CIPROFIBRATO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	GLOBO	18.000,00	0,4200	7.560,00
74	12025	DESVENLAFAXINA, DOSAGEM: 50MG	COMP	TEUTO	20.000,00	0,9500	19.000,00
75	12022	DAPAGLIFOZINA, DOSAGEM: 10 MG	COMP	EUROFARMA	12.000,00	1,2600	15.120,00
76	10896	DEXCLORFENIRAMINA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GEOLAB	2.000,00	0,0600	120,00
77	10889	COLAGENASE ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, CONCENTRACAO: 0,6UI + 1%, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	CRISTALIA	60,00	21,3500	1.281,00
78	10894	DESVENLAFAXINA, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	TEUTO	6.000,00	1,2400	7.440,00
79	12033	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA ASSOCIADA COM GENTAMICINA SULFATO, DOSAGEM: 0,5MG + 1MG/G, USO: POMADA, BISNAGA 30 G.	BISNA	EUROFARMA	200,00	8,5100	1.702,00
80	10893	DESLORATADINA, DOSAGEM:5 MG.	COMP	GERMED	5.000,00	0,6100	3.050,00
81	10898	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL POTASSICO, DOSAGEM:50 MG.	COMP	GEOLAB	3.500,00	0,0800	280,00
82	10887	CODEINA ASSOCIADO COM PARACETAMOL, DOSAGEM: 30MG + 500MG.	COMP	NOVA QUIMICA	2.000,00	1,2600	2.520,00
83	10886	CLORPROMAZINA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	BLANVER	5.000,00	0,7400	3.700,00
84	10902	DOXAZOSINA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	CIMED	3.000,00	0,0900	270,00
85	12038	DULOXETINA, DOSAGEM: 30MG	COMP	GERMED	10.000,00	0,8200	8.200,00
86	10891	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12 FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	ARTE NATIVA	150,00	4,7400	711,00
89	10897	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	SANTISA	6.000,00	0,0400	240,00
90	10890	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: B1, B2, B3, B5, B6.	COMP	AIRLE	7.500,00	0,0500	375,00
91	10899	DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	GREEN	30.000,00	0,1200	3.600,00
93	12031	DIPIRONA, DOSAGEM: 500MG/ML, FRASCO DE 10ML	FRAS	NATULAB	2.000,00	1,3100	2.620,00
94	10901	DOMPERIDONA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	GERMED	3.000,00	0,1300	390,00
97	11993	CARVEDILOL, DOSAGEM: 12,5 MG	COMP	CIMED	12.000,00	0,1000	1.200,00
98	10821	ACICLOVIR, DOSAGEM:50 MG/G, USO: CREME, BISNAGA DE 10 G.	BISNA	CIMED	100,00	3,4900	349,00
99	10825	ACIDO FOLICO, DOSAGEM: 5 MG	COMP	NATULAB	6.000,00	0,0500	300,00
100	10835	AMIODARONA, DOSAGEM: 200 MG.	COMP	GEOLAB	26.500,00	0,6100	16.165,00
101	10905	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	40.000,00	0,0600	2.400,00
102	10903	DULOXETINA, DOSAGEM: 60 MG.	COMP	GEOLAB	9.000,00	1,8100	16.290,00
103	12043	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20MG, FRASCO DE 15ML.	FRAS	GEOLAB	7.500,00	25,5400	191.550,00
104	12044	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	PRATI	18.000,00	0,2400	4.320,00
105	12042	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 10MG	COMP	GEOLAB	80.000,00	0,1400	11.200,00
106	12043	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20MG, FRASCO DE 15ML.	FRAS	GEOLAB	2.500,00	25,5400	63.850,00
107	10912	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20 MG.	CAPS	HIPOLABOR	17.500,00	0,0600	1.050,00
108	10911	FLUCONAZOL, DOSAGEM: 150 MG.	CAPS	GEOLAB	2.000,00	0,8100	1.620,00
109	12046	ESTRIOL 1MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	HIPOLABOR	4.500,00	19,0000	85.500,00
111	12056	HALOPERIDOL, DOSAGEM: 1MG	COMP	CRISTALIA	10.000,00	0,1900	1.900,00
112	10908	FENITOINA SODICA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	HIPOLABOR	9.000,00	0,1500	1.350,00
113	12046	ESTRIOL 1MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	HIPOLABOR	1.500,00	19,0000	28.500,00

114	10904	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	BELFAR	36.000,00	0,0500	1.800,00
115	12051	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20MG/ML, FRASCO DE 20ML.	FRAS	EMS	2.500,00	66,4000	166.000,00
116	12062	IBUPROFENO, DOSAGEM: 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	VITAMEDIC	6.000,00	2,5000	15.000,00
117	12059	HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM: 50MG	COMP	MEDLEY	10.000,00	0,1000	1.000,00
118	10913	FUROSEMIDA, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	PRATI	10.000,00	0,0600	600,00
119	10914	GLIBENCLAMIDA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	GEOLAB	15.000,00	0,0500	750,00
120	12045	ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	GEOLAB	13.000,00	0,2600	3.380,00
121	10915	GLIMEPIRIDA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GEOLAB	20.000,00	0,2100	4.200,00
122	10919	HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM 25 MG.	COMP	CIMED	50.000,00	0,0300	1.500,00
123	10917	HALOPERIDOL, CONCENTRACAO: 2 MG/ML, TIPO USO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	CRISTALIA	100,00	4,1000	410,00
124	12066	IVERMECTINA, DOSAGEM: 6MG.	COMP	VITAMEDIC	600,00	0,5500	330,00
126	12072	LEVOTINOXINA SODICA, DOSAGEM: 50 MG	COMP	MERCK	900,00	0,3200	288,00
127	10930	LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	HIPOLABOR	7.500,00	0,9000	6.750,00
128	10921	IBUPROFENO, DOSAGEM: 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 30 ML.	FRAS	NATULAB	1.000,00	2,7000	2.700,00
129	10931	LORATADINA, CONCENTRACAO: 10 MG.	COMP	GEOLAB	2.000,00	0,0800	160,00
131	10935	Metformina cloridrato, dosagem: 500 mg.	COMP	PRATI	47.000,00	0,1200	5.640,00
132	10922	IBUPROFENO, DOSAGEM: 600 MG.	COMP	VITAMEDIC	20.000,00	0,1600	3.200,00
133	10938	METILDOPA, DOSAGEM: 500 MG.	COMP	HIPOLABOR	300,00	1,5300	459,00
134	10937	METILDOPA, DOSAGEM: 250 MG.	COMP	HIPOLABOR	2.000,00	0,6200	1.240,00
135	12082	METRONIDAZOL 100MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	PRATI	10.000,00	6,0100	60.100,00
136	10936	METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 850 MG.	COMP	PRATI	60.000,00	0,1200	7.200,00
137	10943	NEOMICINA ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRACAO: 5MG + 250UI/G, BISNAGA 15 G.	BISNA	EMS	100,00	6,9900	699,00
138	10941	METRONIDAZOL, DOSAGEM:400 MG.	COMP	TEUTO	2.000,00	0,4500	900,00
139	10944	NIFEDIPINO, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	MEDQUIMICA	1.500,00	0,2200	330,00
141	12085	MICONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA 28 G.	BISNA	PRATI	10.500,00	5,0900	53.445,00
142	10940	METRONIDAZOL, DOSAGEM:250 MG.	COMP	PRATI	3.000,00	0,1700	510,00
143	12091	NISTATINA, DOSAGEM: 100.000 UI/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO 50 ML	FRAS	PRATI	500,00	6,7300	3.365,00
144	10946	NIMESULIDA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	GEOLAB	15.000,00	0,1100	1.650,00
145	12092	NISTATINA, DOSAGEM: 25.000 UI/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA 60 G.	BISNA	PRATI	1.000,00	11,2900	11.290,00
146	10953	OMEPRAZOL, CONCENTRACAO: 20 MG.	CAPS	CIMED	20.000,00	0,0800	1.600,00
147	10952	OLEO DE GIRASSOL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HADASSAH	600,00	4,8800	2.928,00
148	10939	METOCLOPRAMIDA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	BELFAR	3.500,00	0,1800	630,00
149	10957	PANTOPRAZOL, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	4.000,00	0,1400	560,00
150	10955	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM: 300 MG.	COMP	UNIAO QUIMICA	3.500,00	1,5200	5.320,00
152	10958	PANTOPRAZOL, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	CIMED	8.000,00	0,1600	1.280,00
153	10959	PARACETAMOL, DOSAGEM SOLUCAO ORAL: 200 MG/ML, FRASCO 15 ML.	FRAS	AIRELA	800,00	1,9800	1.584,00
155	12106	PREDNISOLONA, COMPOSICAO: FOSFATO SODICO, CONCENTRACAO: 3 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	HIPOLABOR	500,00	6,2200	3.110,00
156	10950	OLANZAPINA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	BIOCHIMICO	6.000,00	0,8400	5.040,00
157	10933	Losartana potassica, dosagem: 50 mg.	COMP	PRATI	60.000,00	0,0600	3.600,00
158	10956	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM: 600 MG.	COMP	MEDLEY	3.500,00	3,0700	10.745,00
159	12089	NIMESULIDA, DOSAGEM: 50 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO 15 ML.	FRAS	GEOLAB	120,00	2,6600	319,20
160	10954	OMEPRAZOL, CONCENTRACAO: 40 MG.	CAPS	CIMED	15.000,00	0,0800	1.200,00
161	12113	QUETIAPINA, DOSAGEM: 100MG	COMP	GEOLAB	10.000,00	0,5900	5.900,00
162	12103	PARACETAMOL, DOSAGEM: 750MG	COMP	VITAMEDIC	20.000,00	0,1400	2.800,00
163	10964	PROPRANOLOL, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	GEOLAB	3.500,00	0,0600	210,00
164	10963	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	HIPOLABOR	5.500,00	0,1700	935,00
166	10962	PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	HIPOLABOR	2.000,00	0,0800	160,00
167	10966	QUETIAPINA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	TEUTO	30.000,00	0,1600	4.800,00
168	12105	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG	COMP	ZYDUS	7.700,00	0,2000	1.540,00
169	12109	PREGABALINA, DOSAGEM: 150MG	COMP	GERMED	5.000,00	0,4500	2.250,00
170	10967	QUETIAPINA, DOSAGEM: 200 MG.	COMP	GEOLAB	5.000,00	1,4600	7.300,00
171	10970	RISPERIDONA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GLOBO	5.000,00	0,1200	600,00
172	12121	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL, COMPOSICAO: SODIO, POTASSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRACAO:90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L, FORMA FARMACEUTICA: PO PARA SOLUCAO ORAL, ENVELOPE COM APROXIMADAMENTE 28 G.	UND	NATULAB	1.000,00	0,9600	960,00
173	10976	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	GEOLAB	27.000,00	0,5900	15.930,00
174	12123	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25MG	COMP	EUROFARMA	10.000,00	1,5900	15.900,00
175	10969	RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG/ML, USO: SOLUCAO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, FRASCO DE 30 ML.	FRAS	CRISTALIA	1.000,00	13,8000	13.800,00
176	10977	SIMETICONA, CONCENTRACAO: 75 MG/ML, FRASCO DE 10 ML	FRAS	NATULAB	600,00	1,7600	1.056,00
177	10979	SINVASTATINA, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	CIMED	27.000,00	0,1400	3.780,00
178	10972	ROSUVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	PHARLAB	15.000,00	0,3100	4.650,00
179	10978	SINVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	31.000,00	0,0700	2.170,00
180	10975	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	GE	60.000,00	0,1300	7.800,00
181	10971	RISPERIDONA, DOSAGEM: 3 MG.	COMP	VITAMEDIC	3.000,00	0,2000	600,00
184	10980	SUCCINATO DE METOPROLOL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	MEDLEY	2.500,00	1,7500	4.375,00
186	10982	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, CONCENTRACAO: 400 MG + 80 MG.	COMP	PRATI	1.000,00	0,1700	170,00
194	12132	SULFATO FERROSO 25MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, GOTAS, FRASCO DE 30ML.	FRAS	NATULAB	5.000,00	1,3400	6.700,00
195	10974	SALBUTAMOL, DOSAGEM: 100MCG/DOSE, FRASCO 200 DOSE, FORMA FARMACEUTICA: AEROSOL ORAL.	FRAS	TEUTO	350,00	12,3800	4.333,00
196	10983	SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 40 MG.	COMP	AIRELA	15.000,00	0,0500	750,00

201	10984	TRAMADOL, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	TEUTO	1.000,00	0,3500	350,00
202	12137	TRAZODONA, DOSAGEM: 50MG	COMP	GLOBO	10.000,00	0,3600	3.600,00
204	10987	VALPROATO DE SODIO, CONCENTRACAO: 250 MG, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HIPOLABOR	250,00	10,1500	2.537,50
205	10986	VALPROATO DE SODIO, CONCENTRACAO: 500 MG.	COMP	ABBOTT	12.500,00	1,0900	13.625,00
207	10988	VENLAFAXINA, DOSAGEM: 75 MG.	COMP	TORRENT	10.000,00	0,8100	8.100,00
208	10993	AGUA PARA INJECAO, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	FARMACE	40.000,00	0,2300	9.200,00
209	10995	AMICACINA, DOSAGEM: 250 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML	AMP	TEUTO	600,00	4,9500	2.970,00
210	10991	ACIDO TRANEXAMICO, DOSAGEM 50 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.800,00	4,9500	8.910,00
211	10992	Adenosina, dosagem: 3 mg/ml, ampola de 2 ml.	AMP	HIPOLABOR	200,00	10,0000	2.000,00
214	10996	AMINOFILINA, DOSAGEM: 24 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	HIPOLABOR	300,00	3,8300	1.149,00
215	12152	ATROPINA, DOSAGEM: 0,50 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	SANTISA	200,00	1,8300	366,00
216	11003	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 4MG + 500MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	FARMACE	6.000,00	1,7500	10.500,00
217	10997	AMIODARONA, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	HIPOLABOR	500,00	4,4800	2.240,00
218	13357	ANESTESICO LIDOCAINA 2% COM FENILEFINA, CONCENTRACAO:20 MG + 0/,4 MG/ML, TUBETES DE 1,8 ML.	TB	HYPOFARMA	500,00	6,4300	3.215,00
219	10994	AMICACINA, DOSAGEM: 50 ML/ ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	TEUTO	1.000,00	1,7800	1.780,00
220	11001	BROMOPRIDA 5MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.500,00	1,8300	2.745,00
221	11005	CEFTRIAXONA, DOSAGEM: 1 G, FORMA FARMACEUTICA: PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	AMP	BLAU	5.000,00	5,3100	26.550,00
223	11006	CIMETIDINA, DOSAGEM: 150 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HYPOFARMA	1.500,00	0,1100	165,00
224	11004	CEFALOTINA SODICA, DOSAGEM: 1 G, FORMA FARMACEUTICA: PO LIOFILO PARA INJETAVEL.	AMP	BLAU	750,00	6,4700	4.852,50
225	12162	CIPROFLOXACINO, DOSAGEM: 2 MG/ML, BOLSA DE 200ML.	UND	ISOFARMA	600,00	21,3700	12.822,00
226	12164	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, DOSAGEM: 2%, APRESENTACAO: GELEIA, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	PHARLAB	120,00	5,7200	686,40
227	12161	CIPROFLOXACINO, DOSAGEM: 2 MG/ML, BOLSA DE 100ML.	UND	ISOFARMA	600,00	8,6500	5.190,00
228	12165	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, SEM VASO CONSTRITOR, AMPOLA DE 20ML.	AMP	HYPOFARMA	700,00	6,8200	4.774,00
229	10990	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM 100 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	SANTISA	1.500,00	1,2900	1.935,00
230	11002	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HIPOLABOR	5.000,00	1,2300	6.150,00
232	11012	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	3.500,00	1,6600	5.810,00
234	11009	CLINDAMICINA, DOSAGEM:150 MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HIPOLABOR	600,00	3,7800	2.268,00
235	11013	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HYPOFARMA	3.500,00	1,6400	5.740,00
236	11016	CLORIDRATO DE PROMETAZINA, DOSAGEM: 25 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.900,00	4,9800	9.462,00
237	11023	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 4 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	FARMACE	6.800,00	1,0700	7.276,00
238	11015	CLORIDRATO DE TRAMADOL, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	TEUTO	3.000,00	1,3800	4.140,00
239	11019	CURATIVO DE COBERTURA PARA FERIDA ASPECTO FISICO: CREME COMPONENTES: SOLUCAO POLIMERICA E DIMETICONA (CREME BARREIRA), BISNAGA DE 100 G.	BISNA	MISSNER	25,00	62,7600	1.569,00
240	11024	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	1.500,00	1,0600	1.590,00
241	11029	DOPAMINA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	CRISTALIA	100,00	6,2800	628,00
242	11020	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HYPOFARMA	6.100,00	1,0400	6.344,00
243	11028	DOBUTAMINA, DOSAGEM:25 MG/ML, AMPOLA DE 20 ML.	AMP	HYPOFARMA	100,00	8,5000	850,00
244	11018	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	6.000,00	1,4500	8.700,00
245	11026	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL SODICO, DOSAGEM: 25MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	FARMACE	3.000,00	1,1400	3.420,00
246	11027	DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 500 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	8.800,00	0,9100	8.008,00
247	11025	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL POTASSICO, DOSAGEM: 25MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	TEUTO	3.000,00	2,4900	7.470,00
248	11032	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,80 ML	UND	BLAU	1.000,00	35,6500	35.650,00
249	11033	EPINEFRINA, DOSAGEM: 1MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HYPOFARMA	1.200,00	1,3800	1.656,00
250	11038	FLUMAZENIL, DOSAGEM: 0,1 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	HIPOLABOR	50,00	6,6400	332,00
251	11034	ETOMIDATO, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	BLAU	50,00	13,9400	697,00
252	11030	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,40 ML	UND	BLAU	2.000,00	17,4300	34.860,00
253	11037	FENTANILA, DOSAGEM: 0,05 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	TEUTO	300,00	5,4900	1.647,00
255	11036	FENOBARBITAL SODICO, DOSAGEM: 100 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	CRISTALIA	300,00	4,5500	1.365,00
256	11044	HALOPERIDOL, CONCENTRACAO: 5 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	CRISTALIA	300,00	5,8000	1.740,00
257	11042	GLICONATO DE CALCIO, DOSAGEM:10%, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	ISOFARMA	200,00	2,5800	516,00
258	11045	HIDRALAZINA, DOSAGEM:20 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	CRISTALIA	600,00	15,0200	9.012,00
259	12199	HIDROCORTISONA, DOSAGEM: 100 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO	FRAS	BLAU	1.200,00	3,6500	4.380,00

		INJETAVEL.					
260	11041	GENTAMICINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	600,00	1,3100	786,00
261	11039	FOSFATO DE SODIO, APRESENTACAO: ENEMA, DOSAGEM: FOSFATO MONOBASICO 16% + FOSFATO DIBASICO 6%, FRASCO DE 130 ML.	FRAS	AIRELA	60,00	7,9600	477,60
262	11040	FUROSEMIDA, COMPOSICAO: 10 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	2.200,00	0,8600	1.892,00
263	11043	GLICOSE, CONCENTRACAO: 50%, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	EQUIPLEX	6.000,00	0,6400	3.840,00
264	11048	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM:5 MG/M, BOLSA DE 100 ML.	UND	HALEXISTAR	380,00	9,9600	3.784,80
265	12200	HIDROCORTISONA, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	1.800,00	5,7100	10.278,00
266	11050	METOCLOPRAMIDA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	2.500,00	0,7200	1.800,00
267	11053	MORFINA, DOSAGEM: 10 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HIPOLABOR	750,00	2,6600	1.995,00
269	11056	OCITOCINA, DOSAGEM: 5UI/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	BLAU	300,00	4,6500	1.395,00
270	12211	OXACILINA, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	1.200,00	5,6500	6.780,00
271	11052	MIDAZOLAM, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	CRISTALIA	1.200,00	2,8100	3.372,00
272	11055	NOREPINEFRINA, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HYPOFARMA	100,00	1,8700	187,00
273	11054	NITROGLICERINA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	CRISTALIA	50,00	61,1100	3.055,50
274	12210	OMEPRAZOL, DOSAGEM: 40 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	2.000,00	8,8400	17.680,00
276	12214	TENOXICAM, DOSAGEM 20 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	UNIAO QUIMICA	1.800,00	8,8800	15.984,00
277	12215	TENOXICAM, DOSAGEM 40 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	UNIAO QUIMICA	1.500,00	11,9900	17.985,00
278	12213	SUXAMETONIO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	30,00	36,4900	1.094,70
279	12188	FENITOINA SODICA, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	TEUTO	400,00	2,9200	1.168,00
280	13358	ACEBROFILINA, DOSAGEM: 10MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	CIMED	100,00	7,8600	786,00
281	11051	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 500 MG, FRASCO DE 100 ML.	UND	HALEXISTAR	1.100,00	5,4800	6.028,00
282	13359	ALOPURINOL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	PRATI	7.300,00	0,1500	1.095,00
283	13360	ACEBROFILINA, DOSAGEM: 5MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	CIMED	100,00	5,8800	588,00
284	13361	CETOCONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/ML (2%), FORMA FARMACEUTICA: XAMPU. EMBALAGEM DE 100ML.	FRAS	ARTE NATIVA	100,00	8,0000	800,00
285	13362	HIDROXIDO DE ALUMiNIO, DOSAGEM: 60MG/ML, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	IMEC	50,00	3,9400	197,00
286	13363	DEXCLORFENIRAMINA, DOSAGEM: 0,4 MG/ML, APRESENTACAO: XAROPE , FRASCO DE 100ML.	FRAS	NATULAB	100,00	2,3600	236,00
287	11031	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,60 ML	UND	BLAU	950,00	24,8800	23.636,00
288	13364	LACTULOSE, DOSAGEM: 667MG/ML, FRASCO DE 120 ML	FRAS	BIOLAB	500,00	10,8800	5.440,00
289	13365	DIPIRONA, DOSAGEM: 50MG/ML, APRESENTACAO XAROPE, FRASCO DE 100ML.	FRAS	MULTIMED	500,00	6,7800	3.390,00
290	13366	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 750 MG.	COMP	EUROFARMA	2.000,00	4,7800	9.560,00
291	13367	LORATADINA, CONCENTRACAO: 1MG/ML, APRESENTACAO: XAROPE, FRASCO DE 100 ML	FRAS	CIMED	500,00	4,1200	2.060,00
292	13368	PERMETRINA, DOSAGEM: 50MG/ML, APRESENTACA: LOCAO, FRASCO DE 60ML.	FRAS	NATIVITA	100,00	6,7600	676,00
294	13370	PROMETAZINA, DOSAGEM: 25 MG	COMP	CRISTALIA	2.000,00	0,2600	520,00
297	13373	CETOPROFENO, DOSAGEM 100MG/ML, AMPOLA DE 2ML.	AMP	CRISTALIA	500,00	3,4000	1.700,00
298	12216	VITAMINA K, DOSAGEM 10 MG/ML, AMPOLA DE 1ML.	AMP	HIPOLABOR	600,00	2,4800	1.488,00
						Total	1.676.272,70

Vencedor: G2 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 47647493000110

Endereço: Rua Giocondo Felippi, Nº 682, Presidente Kennedy, Francisco Beltrão/PR

Representante: Everton Luiz Bertolini de Castro

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
12	11960	AMOXICILINA + CLAVULANATO 875+125MG	COMP	ems	5.000,00	2,6900	13.450,00
200	12051	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20MG/ML, FRASCO DE 20ML.	FRAS	MEDLEY	7.500,00	30,0000	225.000,00
						Total	238.450,00

Vencedor: ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 41347974000123

Endereço: R ESPIRITO SANTO, Nº 1440, LINHO, ERECHIM/RS

Representante: IVANOR ZAIONS

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
16	11960	AMOXICILINA + CLAVULANATO 875+125MG	COMP	EMS	15.000,00	2,6500	39.750,00
48	10856	BUPROPIONA, DOSAGEM: 150 MG	COMP	GEOLAB	8.000,00	0,6300	5.040,00
130	10928	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG.	COMP	CIMED	1.500,00	1,2000	1.800,00
151	10951	OLANZAPINA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	PRATI DONADUZZI	13.000,00	1,0900	14.170,00
193	12048	FENOBARBITAL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	TEUTO	12.000,00	0,2000	2.400,00
197	12110	PREGABALINA, DOSAGEM: 75MG	COMP	TEUTO	10.000,00	0,2700	2.700,00
212	12153	BENZILPENICILINA, DOSAGEM: 1.200.000UI, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	TEUTO	3.100,00	8,2900	25.699,00
222	12154	BENZILPENICILINA, DOSAGEM: 600.000UI, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO	FRAS	TEUTO	2.100,00	10,3500	21.735,00

		INJETAVEL.					
268	12202	MEROPENEM, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BIOCHIMICO	1.200,00	18,7200	22.464,00
						Total	135.758,00

Vencedor: GIULLITE B MEDEIROS							
CNPJ: 21437704000104							
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, Nº 15, CENTRO, JARDIM DE PIRANHAS/RN							
Representante: GIULLITE BRENNER MEDEIROS							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
33	11839	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE, FRASCO COM 120 DOSES	FRAS	ACHE	200,00	32,2300	6.446,00
						Total	6.446,00

Vencedor: ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIREL							
CNPJ: 27029083000106							
Endereço: AVENIDA JOÃO XXIII, Nº , COHABINAL, PARNAMIRIM/RN							
Representante: MIRELLY PINHEIRO FERREIRA							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
34	10846	ATENOLOL ASSOCIADO A CLORTALIDONA, CONCENTRACAO: 100MG + 25MG.	COMP	VITAPAN	2.000,00	0,6500	1.300,00
58	11991	CARBONATO DE CALCIO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	NUTIVIT	15.000,00	0,2300	3.450,00
92	12027	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1%, APRESENTACAO: CREME BISNAGA 10G.	BISNA	HIPOLABOR	200,00	2,5700	514,00
165	10965	PROTETOR SOLAR, TIPO PROTECAO: UVA/UVB, FATOR PROTECAO: FATOR 60, FORMA FARMACEUTICA: LOCAO CREMOSA, FRASCO DE 120 G	FRAS	FRANCEFARMA	120,00	50,9400	6.112,80
182	10981	SULFADIAZINA, PRINCIPIO ATIVO: DE PRATA, DOSAGEM:1%, BISNAGA DE 50 G.	BISNA	NATIVITA	600,00	10,5100	6.306,00
198	12134	TINIDAZOL + MICONAZOL 30+20MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA DE 40 G.	BISNA	EUROFARMA	7.500,00	21,4100	160.575,00
199	12134	TINIDAZOL + MICONAZOL 30+20MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA DE 40 G.	BISNA	GEOLAB	2.500,00	21,4100	53.525,00
						Total	231.782,80

Valor total da contratação 2.288.709,50
São José do Seridó/RN, 08/10/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:3ECAB493

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO N.º 024/2026 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E DE USO HOSPITALAR.
MODALIDADE PE 024/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA							
CNPJ: 44554219000108							
Endereço: RUA RUA JOAO FLORENCIO, Nº 889, PARAIBA, CAICO/RN							
Representante: JANETT MARINHO BATISTA DA SILVA							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	10820	ACETILCISTEINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	GEOLAB	200,00	10,7000	2.140,00
2	10819	ACETILCISTEINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	GEOLAB	200,00	9,3700	1.874,00
3	13356	DIAZEPAM, DOSAGEM 5MG	COMP	SANTISA	1.000,00	0,0400	40,00
4	10824	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM: 200 MG/ML, TIPO USO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	AIRELA	500,00	1,7900	895,00
5	11942	ACICLOVIR 400MG.	COMP	EMS	1.500,00	1,7400	2.610,00
6	10827	ALBENDAZOL, DOSAGEM: 40 MG/ML, USO: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 10 ML.	FRAS	GEOLAB	500,00	1,7900	895,00
7	10822	ACIDO ACETILSALICILICO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	IMEC	10.000,00	0,0400	400,00
8	10828	ALBENDAZOL, DOSAGEM: 400 MG.	COMP	PRATI	1.000,00	0,7500	750,00
9	10830	ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 0,50 MG.	COMP	GERMED	12.000,00	0,1000	1.200,00
10	10832	ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GERMED	6.000,00	0,1100	660,00
11	10823	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	AIRELA	15.000,00	0,1600	2.400,00
13	10834	AMBROXOL, CONCENTRACAO:3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE. (INFANTIL), FRASCO DE 120 ML.	FRAS	FARMACE	250,00	3,3200	830,00
15	11966	ANLODIPINO, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	GEOLAB	15.100,00	0,0300	453,00
17	10838	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO, CONCENTRACAO: 500MG + 125 MG.	COMP	EMS	6.000,00	1,9900	11.940,00
19	11961	AMOXICILINA 875 MG	COMP	GERMED	20.000,00	1,4100	28.200,00
20	10829	ALENDRONATO DE SODIO, DOSAGEM: 70 MG.	COMP	GERMED	7.300,00	0,3500	2.555,00
21	10836	AMITRIPTILINA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	TEUTO	25.000,00	0,0500	1.250,00
22	10840	AMOXICILINA, DOSAGEM: 500 MG.	CAPS	UNICHEM	18.000,00	0,1900	3.420,00
23	10844	ATENOLOL, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	VITAMEDIC	10.000,00	0,0400	400,00

24	10837	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTASSIO DOSAGEM: 25 MG/ML + 6,25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL. FRASCO DE 75 ML.	FRAS	PRATI	2.000,00	16,6800	33.360,00
25	11947	ACIDO FOLICO 0,2 MG/ML, FRASCO DE 30ML.	FRAS	NATULAB	500,00	7,6000	3.800,00
26	10850	BIPERIDENO, DOSAGEM: 2 MG	COMP	CRISTALIA	8.000,00	0,4000	3.200,00
27	10852	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 6 MG	COMP	TEUTO	3.500,00	0,1500	525,00
28	10839	AMOXICILINA, DOSAGEM: 250 MG, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	PRATI	3.000,00	4,9000	14.700,00
29	11972	ATORVASTATINA CALCICA, DOSAGEM 40MG.	COMP	CIMED	6.000,00	0,4500	2.700,00
30	10860	CAPTOPRIL, CONCENTRACAO: 50 MG	COMP	GLOBO	3.000,00	0,1500	450,00
31	10833	AMBROXOL, CONCENTRACAO:6 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE. (ADULTO), FRASCO DE 120 ML.	FRAS	FARMACE	250,00	3,6500	912,50
32	10863	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, APRESENTACAO: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HIPOLABOR	150,00	10,7800	1.617,00
35	10845	ATENOLOL, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	VITAMEDIC	10.000,00	0,0600	600,00
36	10847	AZITROMICINA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	PHARLAB	15.000,00	0,8500	12.750,00
37	10851	BROMAZEPAM, DOSAGEM: 3 MG	COMP	GERMED	6.000,00	0,1000	600,00
38	10853	BROMETO DE IPRATROPIO, DOSAGEM: 0,25 MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO. FRASCO DE 20 ML.	FRAS	PRATI	350,00	1,7000	595,00
39	11967	ANLODIPINO, DOSAGEM:10 MG.	COMP	GEOLAB	24.200,00	0,0700	1.694,00
40	10855	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 10 MG	COMP	PRATI	3.500,00	0,1400	490,00
41	10857	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 10MG + 250MG.	COMP	PHARLAB	5.000,00	0,4600	2.300,00
42	11973	AZITROMICINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 15 ML.	FRAS	PHARLAB	1.000,00	7,7900	7.790,00
43	11995	CARVEDILOL, DOSAGEM: 6,25 MG	COMP	CIMED	10.000,00	0,0700	700,00
44	10859	CAPTOPRIL, CONCENTRACAO: 25 MG	COMP	PRATI	2.600,00	0,0400	104,00
45	11994	CARVEDILOL, DOSAGEM: 25 MG	COMP	CIMED	18.000,00	0,1400	2.520,00
46	11989	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 200 MG	COMP	HIPOLABOR	9.500,00	0,1400	1.330,00
47	11992	CARBONATO DE LITIO, DOSAGEM: 300 MG	COMP	HIPOLABOR	22.000,00	0,3200	7.040,00
49	10871	CETOCONAZOL, DOSAGEM: 200 MG	COMP	PRATI	1.500,00	0,3600	540,00
50	10858	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM:6,67MG + 333MG/ML, INDICACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20,00 ML.	FRAS	NATULAB	500,00	7,2000	3.600,00
51	10868	CEFALEXINA, DOSAGEM: 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: PO P/ SUSPENSAO ORAL. FRASCO DE 100 ML.	FRAS	TEUTO	500,00	8,9500	4.475,00
52	10854	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 4 MG/ML, APRESENTACAO: GOTAS, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	VITAMEDIC	400,00	2,9000	1.160,00
53	11990	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 400 MG	COMP	TEUTO	6.000,00	0,4900	2.940,00
54	11997	CEFALEXINA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	TEUTO	9.000,00	0,4900	4.410,00
55	12001	CETOPROFENO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	MEDLEY	2.000,00	1,9300	3.860,00
56	12000	CETOCONAZOL, DOSAGEM:20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: CREME TOPICO, BISNAGA 30G	BISNA	HIPOLABOR	150,00	3,9900	598,50
57	10874	Ciclobenzaprina, dosagem: 5 mg	COMP	CIMED	7.000,00	0,0700	490,00
59	11998	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA, + NEOMICINA, CONCENTRACAO:0,5 MG/G + 20 MG/G + 1,5 MG/G, FORMA FARMACEUTICA: POMADA 30G	BISNA	PHARLAB	250,00	12,7500	3.187,50
60	10877	CITALOPRAM, DOSAGEM: 20 MG	COMP	PRATI	9.000,00	0,1100	990,00
61	10885	CLORPROMAZINA, DOSAGEM:25 MG.	COMP	BLANVER	1.200,00	0,5600	672,00
62	10876	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	PRATI	6.000,00	0,3300	1.980,00
63	10879	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG	COMP	GEOLAB	5.000,00	0,0600	300,00
64	10878	CLINDAMICINA, DOSAGEM: 300 MG	COMP	TEUTO	3.200,00	1,3700	4.384,00
65	12004	CICLOBEZAPRINA, DOSAGEM: 10MG	COMP	CIMED	5.000,00	0,0700	350,00
66	12013	CLORIDRATO DE METILFENIDATO, CONCENTRACAO:10 MG, FORMA FARMACEUTICA: MICROGRANULOS DE LIBERACAO MODIFICADA.	COMP	ALTHAIA	7.200,00	0,5500	3.960,00
67	10888	COLAGENASE, CONCENTRACAO: 0,6UI/G, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	CRISTALIA	60,00	21,5000	1.290,00
68	10880	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2 MG	COMP	GEOLAB	14.500,00	0,0600	870,00
69	10884	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA, DOSAGEM: 8 MG	COMP	BIOLAB	3.000,00	0,3300	990,00
70	12012	CLOPIDOGREL, DOSAGEM: 75 MG	COMP	NOVARTIS	10.000,00	0,3900	3.900,00
71	10881	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL ? GOTAS, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	GEOLAB	1.000,00	3,1000	3.100,00
72	10892	DESLORATADINA, CONCENTRACAO: 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	GLOBO	500,00	8,4700	4.235,00
73	10875	CIPROFIBRATO, DOSAGEM: 100 MG	COMP	GLOBO	18.000,00	0,4200	7.560,00
74	12025	DESVENLAFAXINA, DOSAGEM: 50MG	COMP	TEUTO	20.000,00	0,9500	19.000,00
75	12022	DAPAGLIFOZINA, DOSAGEM: 10 MG	COMP	EUROFARMA	12.000,00	1,2600	15.120,00
76	10896	DEXCLORFENIRAMINA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GEOLAB	2.000,00	0,0600	120,00
77	10889	COLAGENASE ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, CONCENTRACAO: 0,6UI + 1%, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	CRISTALIA	60,00	21,3500	1.281,00
78	10894	DESVENLAFAXINA, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	TEUTO	6.000,00	1,2400	7.440,00
79	12033	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA ASSOCIADA COM GENTAMICINA SULFATO, DOSAGEM: 0,5MG + 1MG/G, USO: POMADA, BISNAGA 30 G.	BISNA	EUROFARMA	200,00	8,5100	1.702,00
80	10893	DESLORATADINA, DOSAGEM:5 MG.	COMP	GERMED	5.000,00	0,6100	3.050,00
81	10898	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL POTASSICO, DOSAGEM:50 MG.	COMP	GEOLAB	3.500,00	0,0800	280,00
82	10887	CODEINA ASSOCIADO COM PARACETAMOL, DOSAGEM: 30MG + 500MG.	COMP	NOVA QUIMICA	2.000,00	1,2600	2.520,00
83	10886	CLORPROMAZINA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	BLANVER	5.000,00	0,7400	3.700,00
84	10902	DOXAZOSINA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	CIMED	3.000,00	0,0900	270,00
85	12038	DULOXETINA, DOSAGEM: 30MG	COMP	GERMED	10.000,00	0,8200	8.200,00
86	10891	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12 FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	ARTE NATIVA	150,00	4,7400	711,00

89	10897	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	SANTISA	6.000,00	0,0400	240,00
90	10890	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: B1, B2, B3, B5, B6.	COMP	AIRLE	7.500,00	0,0500	375,00
91	10899	DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 500 MG	COMP	GREEN	30.000,00	0,1200	3.600,00
93	12031	DIPIRONA, DOSAGEM: 500MG/ML, FRASCO DE 10ML	FRAS	NATULAB	2.000,00	1,3100	2.620,00
94	10901	DOMPERIDONA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	GERMED	3.000,00	0,1300	390,00
97	11993	CARVEDILOL, DOSAGEM: 12,5 MG	COMP	CIMED	12.000,00	0,1000	1.200,00
98	10821	ACICLOVIR, DOSAGEM:50 MG/G, USO: CREME, BISNAGA DE 10 G.	BISNA	CIMED	100,00	3,4900	349,00
99	10825	ACIDO FOLICO, DOSAGEM: 5 MG	COMP	NATULAB	6.000,00	0,0500	300,00
100	10835	AMIODARONA, DOSAGEM: 200 MG.	COMP	GEOLAB	26.500,00	0,6100	16.165,00
101	10905	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	40.000,00	0,0600	2.400,00
102	10903	DULOXETINA, DOSAGEM: 60 MG.	COMP	GEOLAB	9.000,00	1,8100	16.290,00
103	12043	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20MG, FRASCO DE 15ML.	FRAS	GEOLAB	7.500,00	25,5400	191.550,00
104	12044	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	PRATI	18.000,00	0,2400	4.320,00
105	12042	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 10MG	COMP	GEOLAB	80.000,00	0,1400	11.200,00
106	12043	ESCITALOPRAM, DOSAGEM: 20MG, FRASCO DE 15ML.	FRAS	GEOLAB	2.500,00	25,5400	63.850,00
107	10912	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20 MG.	CAPS	HIPOLABOR	17.500,00	0,0600	1.050,00
108	10911	FLUCONAZOL, DOSAGEM: 150 MG.	CAPS	GEOLAB	2.000,00	0,8100	1.620,00
109	12046	ESTRIOL 1MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	HIPOLABOR	4.500,00	19,0000	85.500,00
111	12056	HALOPERIDOL, DOSAGEM: 1MG	COMP	CRISTALIA	10.000,00	0,1900	1.900,00
112	10908	FENITOINA SODICA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	HIPOLABOR	9.000,00	0,1500	1.350,00
113	12046	ESTRIOL 1MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	HIPOLABOR	1.500,00	19,0000	28.500,00
114	10904	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	BELFAR	36.000,00	0,0500	1.800,00
115	12051	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20MG/ML, FRASCO DE 20ML.	FRAS	EMS	2.500,00	66,4000	166.000,00
116	12062	IBUPROFENO, DOSAGEM: 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	VITAMEDIC	6.000,00	2,5000	15.000,00
117	12059	HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM: 50MG	COMP	MEDLEY	10.000,00	0,1000	1.000,00
118	10913	FUROSEMIDA, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	PRATI	10.000,00	0,0600	600,00
119	10914	GLIBENCLAMIDA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	GEOLAB	15.000,00	0,0500	750,00
120	12045	ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	GEOLAB	13.000,00	0,2600	3.380,00
121	10915	GLIMEPIRIDA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GEOLAB	20.000,00	0,2100	4.200,00
122	10919	HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM 25 MG.	COMP	CIMED	50.000,00	0,0300	1.500,00
123	10917	HALOPERIDOL, CONCENTRACAO: 2 MG/ML, TIPO USO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 20 ML.	FRAS	CRISTALIA	100,00	4,1000	410,00
124	12066	IVERMECTINA, DOSAGEM: 6MG.	COMP	VITAMEDIC	600,00	0,5500	330,00
126	12072	LEVOTINOXINA SODICA, DOSAGEM: 50 MG	COMP	MERCK	900,00	0,3200	288,00
127	10930	LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	HIPOLABOR	7.500,00	0,9000	6.750,00
128	10921	IBUPROFENO, DOSAGEM: 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO ORAL, FRASCO DE 30 ML.	FRAS	NATULAB	1.000,00	2,7000	2.700,00
129	10931	LORATADINA, CONCENTRACAO: 10 MG.	COMP	GEOLAB	2.000,00	0,0800	160,00
131	10935	Metformina cloridrato, dosagem: 500 mg.	COMP	PRATI	47.000,00	0,1200	5.640,00
132	10922	IBUPROFENO, DOSAGEM: 600 MG.	COMP	VITAMEDIC	20.000,00	0,1600	3.200,00
133	10938	METILDOPA, DOSAGEM: 500 MG.	COMP	HIPOLABOR	300,00	1,5300	459,00
134	10937	METILDOPA, DOSAGEM: 250 MG.	COMP	HIPOLABOR	2.000,00	0,6200	1.240,00
135	12082	METRONIDAZOL 100MG/G, APRESENTACAO: CREME VAGINAL, BISNAGA DE 50G.	BISNA	PRATI	10.000,00	6,0100	60.100,00
136	10936	METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 850 MG.	COMP	PRATI	60.000,00	0,1200	7.200,00
137	10943	NEOMICINA ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRACAO: 5MG + 250UI/G, BISNAGA 15 G.	BISNA	EMS	100,00	6,9900	699,00
138	10941	METRONIDAZOL, DOSAGEM:400 MG.	COMP	TEUTO	2.000,00	0,4500	900,00
139	10944	NIFEDIPINO, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	MEDQUIMICA	1.500,00	0,2200	330,00
141	12085	MICONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA 28 G.	BISNA	PRATI	10.500,00	5,0900	53.445,00
142	10940	METRONIDAZOL, DOSAGEM:250 MG.	COMP	PRATI	3.000,00	0,1700	510,00
143	12091	NISTATINA, DOSAGEM: 100.000 UI/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO 50 ML	FRAS	PRATI	500,00	6,7300	3.365,00
144	10946	NIMESULIDA, DOSAGEM:100 MG.	COMP	GEOLAB	15.000,00	0,1100	1.650,00
145	12092	NISTATINA, DOSAGEM: 25.000 UI/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA 60 G.	BISNA	PRATI	1.000,00	11,2900	11.290,00
146	10953	OMEPRAZOL, CONCENTRACAO: 20 MG.	CAPS	CIMED	20.000,00	0,0800	1.600,00
147	10952	OLEO DE GIRASSOL, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HADASSAH	600,00	4,8800	2.928,00
148	10939	METOCLOPRAMIDA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	BELFAR	3.500,00	0,1800	630,00
149	10957	PANTOPRAZOL, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	4.000,00	0,1400	560,00
150	10955	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM: 300 MG.	COMP	UNIAO QUIMICA	3.500,00	1,5200	5.320,00
152	10958	PANTOPRAZOL, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	CIMED	8.000,00	0,1600	1.280,00
153	10959	PARACETAMOL, DOSAGEM SOLUCAO ORAL: 200 MG/ML, FRASCO 15 ML.	FRAS	AIRELA	800,00	1,9800	1.584,00
155	12106	PREDNISOLONA, COMPOSICAO: FOSFATO SODICO, CONCENTRACAO: 3 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO DE 60 ML.	FRAS	HIPOLABOR	500,00	6,2200	3.110,00
156	10950	OLANZAPINA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	BIOCHIMICO	6.000,00	0,8400	5.040,00
157	10933	Losartana potassica, dosagem: 50 mg.	COMP	PRATI	60.000,00	0,0600	3.600,00
158	10956	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM: 600 MG.	COMP	MEDLEY	3.500,00	3,0700	10.745,00
159	12089	NIMESULIDA, DOSAGEM: 50 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, FRASCO 15 ML.	FRAS	GEOLAB	120,00	2,6600	319,20
160	10954	OMEPRAZOL, CONCENTRACAO: 40 MG.	CAPS	CIMED	15.000,00	0,0800	1.200,00
161	12113	QUETIAPINA, DOSAGEM: 100MG	COMP	GEOLAB	10.000,00	0,5900	5.900,00
162	12103	PARACETAMOL, DOSAGEM: 750MG	COMP	VITAMEDIC	20.000,00	0,1400	2.800,00
163	10964	PROPRANOLOL, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	GEOLAB	3.500,00	0,0600	210,00
164	10963	PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	HIPOLABOR	5.500,00	0,1700	935,00
166	10962	PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG.	COMP	HIPOLABOR	2.000,00	0,0800	160,00
167	10966	QUETIAPINA, DOSAGEM: 25 MG.	COMP	TEUTO	30.000,00	0,1600	4.800,00
168	12105	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG	COMP	ZYDUS	7.700,00	0,2000	1.540,00
169	12109	PREGABALINA, DOSAGEM: 150MG	COMP	GERMED	5.000,00	0,4500	2.250,00
170	10967	QUETIAPINA, DOSAGEM: 200 MG.	COMP	GEOLAB	5.000,00	1,4600	7.300,00

171	10970	RISPERIDONA, DOSAGEM: 2 MG.	COMP	GLOBO	5.000,00	0,1200	600,00
172	12121	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL, COMPOSICAO: SODIO, POTASSIO, CLORETO, CITRATO E GLICOSE, CONCENTRACAO:90 MEQ/L + 20 MEQ/L + 80 MEQ/L + 30 MEQ/L + 111 MMOL/L, FORMA FARMACEUTICA: PO PARA SOLUCAO ORAL, ENVELOPE COM APROXIMADAMENTE 28 G.	UND	NATULAB	1.000,00	0,9600	960,00
173	10976	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	GEOLAB	27.000,00	0,5900	15.930,00
174	12123	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25MG	COMP	EUROFARMA	10.000,00	1,5900	15.900,00
175	10969	RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG/ML, USO: SOLUCAO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, FRASCO DE 30 ML.	FRAS	CRISTALIA	1.000,00	13,8000	13.800,00
176	10977	SIMETICONA, CONCENTRACAO: 75 MG/ML, FRASCO DE 10 ML	FRAS	NATULAB	600,00	1,7600	1.056,00
177	10979	SINVASTATINA, DOSAGEM: 40 MG.	COMP	CIMED	27.000,00	0,1400	3.780,00
178	10972	ROSUVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	PHARLAB	15.000,00	0,3100	4.650,00
179	10978	SINVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG.	COMP	CIMED	31.000,00	0,0700	2.170,00
180	10975	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	GE	60.000,00	0,1300	7.800,00
181	10971	RISPERIDONA, DOSAGEM: 3 MG.	COMP	VITAMEDIC	3.000,00	0,2000	600,00
184	10980	SUCCINATO DE METOPROLOL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	MEDLEY	2.500,00	1,7500	4.375,00
186	10982	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, CONCENTRACAO: 400 MG + 80 MG.	COMP	PRATI	1.000,00	0,1700	170,00
194	12132	SULFATO FERROSO 25MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCAO ORAL, GOTAS, FRASCO DE 30ML.	FRAS	NATULAB	5.000,00	1,3400	6.700,00
195	10974	SALBUTAMOL, DOSAGEM: 100MCG/DOSE, FRASCO 200 DOSE, FORMA FARMACEUTICA: AEROSOL ORAL.	FRAS	TEUTO	350,00	12,3800	4.333,00
196	10983	SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 40 MG.	COMP	AIRELA	15.000,00	0,0500	750,00
201	10984	TRAMADOL, DOSAGEM: 50 MG.	COMP	TEUTO	1.000,00	0,3500	350,00
202	12137	TRAZODONA, DOSAGEM: 50MG	COMP	GLOBO	10.000,00	0,3600	3.600,00
204	10987	VALPROATO DE SODIO, CONCENTRACAO: 250 MG, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	HIPOLABOR	250,00	10,1500	2.537,50
205	10986	VALPROATO DE SODIO, CONCENTRACAO: 500 MG.	COMP	ABBOTT	12.500,00	1,0900	13.625,00
207	10988	VENLAFAXINA, DOSAGEM: 75 MG.	COMP	TORRENT	10.000,00	0,8100	8.100,00
208	10993	AGUA PARA INJECAO, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	FARMACE	40.000,00	0,2300	9.200,00
209	10995	AMICACINA, DOSAGEM: 250 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML	AMP	TEUTO	600,00	4,9500	2.970,00
210	10991	ACIDO TRANEXAMICO, DOSAGEM 50 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.800,00	4,9500	8.910,00
211	10992	Adenosina, dosagem: 3 mg/ml, ampola de 2 ml.	AMP	HIPOLABOR	200,00	10,0000	2.000,00
214	10996	AMINOFILINA, DOSAGEM: 24 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	HIPOLABOR	300,00	3,8300	1.149,00
215	12152	ATROPINA, DOSAGEM: 0,50 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	SANTISA	200,00	1,8300	366,00
216	11003	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 4MG + 500MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	FARMACE	6.000,00	1,7500	10.500,00
217	10997	AMIODARONA, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	HIPOLABOR	500,00	4,4800	2.240,00
218	13357	ANESTESICO LIDOCAINA 2% COM FENILEFINA, CONCENTRACAO:20 MG + 0/,4 MG/ML, TUBETES DE 1,8 ML.	TB	HYPOFARMA	500,00	6,4300	3.215,00
219	10994	AMICACINA, DOSAGEM: 50 ML/ ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	TEUTO	1.000,00	1,7800	1.780,00
220	11001	BROMOPRIDA 5MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.500,00	1,8300	2.745,00
221	11005	CEFTRIAXONA, DOSAGEM: 1 G, FORMA FARMACEUTICA: PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	AMP	BLAU	5.000,00	5,3100	26.550,00
223	11006	CIMETIDINA, DOSAGEM: 150 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HYPOFARMA	1.500,00	0,1100	165,00
224	11004	CEFALOTINA SODICA, DOSAGEM: 1 G, FORMA FARMACEUTICA: PO LIOFILO PARA INJETAVEL.	AMP	BLAU	750,00	6,4700	4.852,50
225	12162	CIPROFLOXACINO, DOSAGEM: 2 MG/ML, BOLSA DE 200ML.	UND	ISOFARMA	600,00	21,3700	12.822,00
226	12164	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, DOSAGEM: 2%, APRESENTACAO: GELEIA, BISNAGA DE 30 G.	BISNA	PHARLAB	120,00	5,7200	686,40
227	12161	CIPROFLOXACINO, DOSAGEM: 2 MG/ML, BOLSA DE 100ML.	UND	ISOFARMA	600,00	8,6500	5.190,00
228	12165	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, SEM VASO CONSTRITOR, AMPOLA DE 20ML.	AMP	HYPOFARMA	700,00	6,8200	4.774,00
229	10990	ACIDO ASCORBICO, DOSAGEM 100 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	SANTISA	1.500,00	1,2900	1.935,00
230	11002	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA, DOSAGEM: 20 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HIPOLABOR	5.000,00	1,2300	6.150,00
232	11012	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	3.500,00	1,6600	5.810,00
234	11009	CLINDAMICINA, DOSAGEM:150 MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HIPOLABOR	600,00	3,7800	2.268,00
235	11013	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HYPOFARMA	3.500,00	1,6400	5.740,00
236	11016	CLORIDRATO DE PROMETAZINA, DOSAGEM: 25 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	HIPOLABOR	1.900,00	4,9800	9.462,00
237	11023	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 4 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	FARMACE	6.800,00	1,0700	7.276,00
238	11015	CLORIDRATO DE TRAMADOL, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	TEUTO	3.000,00	1,3800	4.140,00
239	11019	CURATIVO DE COBERTURA PARA FERIDA ASPECTO FISICO: CREME COMPONENTES: SOLUCAO POLIMERICA E DIMETICONA (CREME BARREIRA), BISNAGA DE 100 G.	BISNA	MISSNER	25,00	62,7600	1.569,00
240	11024	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	1.500,00	1,0600	1.590,00
241	11029	DOPAMINA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	CRISTALIA	100,00	6,2800	628,00
242	11020	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HYPOFARMA	6.100,00	1,0400	6.344,00
243	11028	DOBUTAMINA, DOSAGEM:25 MG/ML, AMPOLA DE 20 ML.	AMP	HYPOFARMA	100,00	8,5000	850,00
244	11018	COMPLEXO B, COMPOSICAO BASICA: VITAMINAS: B1, B2, B6, B12 E PP, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	6.000,00	1,4500	8.700,00

245	11026	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL SODICO, DOSAGEM: 25MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	FARMACE	3.000,00	1,1400	3.420,00
246	11027	DIPIRONA SODICA, DOSAGEM: 500 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	8.800,00	0,9100	8.008,00
247	11025	DICLOFENACO, APRESENTACAO: SAL POTASSICO, DOSAGEM: 25MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	TEUTO	3.000,00	2,4900	7.470,00
248	11032	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,80 ML	UND	BLAU	1.000,00	35,6500	35.650,00
249	11033	EPINEFRINA, DOSAGEM: 1MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HYPOFARMA	1.200,00	1,3800	1.656,00
250	11038	FLUMAZENIL, DOSAGEM: 0,1 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	HIPOLABOR	50,00	6,6400	332,00
251	11034	ETOMIDATO, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	BLAU	50,00	13,9400	697,00
252	11030	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,40 ML	UND	BLAU	2.000,00	17,4300	34.860,00
253	11037	FENTANILA, DOSAGEM: 0,05 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	TEUTO	300,00	5,4900	1.647,00
255	11036	FENOBARBITAL SODICO, DOSAGEM: 100 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	CRISTALIA	300,00	4,5500	1.365,00
256	11044	HALOPERIDOL, CONCENTRACAO: 5 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	CRISTALIA	300,00	5,8000	1.740,00
257	11042	GLICONATO DE CALCIO, DOSAGEM:10%, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	ISOFARMA	200,00	2,5800	516,00
258	11045	HIDRALAZINA, DOSAGEM:20 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	CRISTALIA	600,00	15,0200	9.012,00
259	12199	HIDROCORTISONA, DOSAGEM: 100 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	1.200,00	3,6500	4.380,00
260	11041	GENTAMICINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	600,00	1,3100	786,00
261	11039	FOSFATO DE SODIO, APRESENTACAO: ENEMA, DOSAGEM: FOSFATO MONOBASICO 16% + FOSFATO DIBASICO 6%, FRASCO DE 130 ML.	FRAS	AIRELA	60,00	7,9600	477,60
262	11040	FUROSEMIDA, COMPOSICAO: 10 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	2.200,00	0,8600	1.892,00
263	11043	GLICOSE, CONCENTRACAO: 50%, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	EQUIPLEX	6.000,00	0,6400	3.840,00
264	11048	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM:5 MG/M, BOLSA DE 100 ML.	UND	HALEXISTAR	380,00	9,9600	3.784,80
265	12200	HIDROCORTISONA, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	1.800,00	5,7100	10.278,00
266	11050	METOCLOPRAMIDA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML.	AMP	SANTISA	2.500,00	0,7200	1.800,00
267	11053	MORFINA, DOSAGEM: 10 MG/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	HIPOLABOR	750,00	2,6600	1.995,00
269	11056	OCITOCINA, DOSAGEM: 5UI/ML, AMPOLA DE 1 ML.	AMP	BLAU	300,00	4,6500	1.395,00
270	12211	OXACILINA, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	1.200,00	5,6500	6.780,00
271	11052	MIDAZOLAM, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 3 ML.	AMP	CRISTALIA	1.200,00	2,8100	3.372,00
272	11055	NOREPINEFRINA, DOSAGEM: 2 MG/ML, AMPOLA DE 4 ML.	AMP	HYPOFARMA	100,00	1,8700	187,00
273	11054	NITROGLICERINA, DOSAGEM: 5 MG/ML, AMPOLA DE 10 ML.	AMP	CRISTALIA	50,00	61,1100	3.055,50
274	12210	OMEPRAZOL, DOSAGEM: 40 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	2.000,00	8,8400	17.680,00
276	12214	TENOXICAM, DOSAGEM 20 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	UNIAO QUIMICA	1.800,00	8,8800	15.984,00
277	12215	TENOXICAM, DOSAGEM 40 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	UNIAO QUIMICA	1.500,00	11,9900	17.985,00
278	12213	SUXAMETONIO, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BLAU	30,00	36,4900	1.094,70
279	12188	FENITOINA SODICA, DOSAGEM: 50 MG/ML, AMPOLA DE 5 ML.	AMP	TEUTO	400,00	2,9200	1.168,00
280	13358	ACEBROFILINA, DOSAGEM: 10MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	CIMED	100,00	7,8600	786,00
281	11051	METRONIDAZOL, DOSAGEM: 500 MG, FRASCO DE 100 ML.	UND	HALEXISTAR	1.100,00	5,4800	6.028,00
282	13359	ALOPURINOL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	PRATI	7.300,00	0,1500	1.095,00
283	13360	ACEBROFILINA, DOSAGEM: 5MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: XAROPE, FRASCO DE 120 ML.	FRAS	CIMED	100,00	5,8800	588,00
284	13361	CETOCONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/ML (2%), FORMA FARMACEUTICA: XAMPU. EMBALAGEM DE 100ML.	FRAS	ARTE NATIVA	100,00	8,0000	800,00
285	13362	HIDROXIDO DE ALUMiNIO, DOSAGEM: 60MG/ML, FRASCO DE 100 ML.	FRAS	IMEC	50,00	3,9400	197,00
286	13363	DEXCLORFENIRAMINA, DOSAGEM: 0,4 MG/ML, APRESENTACAO: XAROPE , FRASCO DE 100ML.	FRAS	NATULAB	100,00	2,3600	236,00
287	11031	ENOXAPARINA, CONCENTRACAO: 100 MG/ML, SERINGA DE 0,60 ML	UND	BLAU	950,00	24,8800	23.636,00
288	13364	LACTULOSE, DOSAGEM: 667MG/ML, FRASCO DE 120 ML	FRAS	BIOLAB	500,00	10,8800	5.440,00
289	13365	DIPIRONA, DOSAGEM: 50MG/ML, APRESENTACAO XAROPE, FRASCO DE 100ML.	FRAS	MULTIMED	500,00	6,7800	3.390,00
290	13366	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 750 MG.	COMP	EUROFARMA	2.000,00	4,7800	9.560,00
291	13367	LORATADINA, CONCENTRACAO: 1MG/ML, APRESENTACAO: XAROPE, FRASCO DE 100 ML	FRAS	CIMED	500,00	4,1200	2.060,00
292	13368	PERMETRINA, DOSAGEM: 50MG/ML, APRESENTACA: LOCAO, FRASCO DE 60ML.	FRAS	NATIVITA	100,00	6,7600	676,00
294	13370	PROMETAZINA, DOSAGEM: 25 MG	COMP	CRISTALIA	2.000,00	0,2600	520,00
297	13373	CETOPROFENO, DOSAGEM 100MG/ML, AMPOLA DE 2ML.	AMP	CRISTALIA	500,00	3,4000	1.700,00
298	12216	VITAMINA K, DOSAGEM 10 MG/ML, AMPOLA DE 1ML.	AMP	HIPOLABOR	600,00	2,4800	1.488,00
						Total	1.676.272,70

Vencedor: G2 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 47647493000110
Endereço: Rua Giocondo Felippi, Nº 682, Presidente Kennedy, Francisco Beltrão/PR
Representante: Everton Luiz Bertolini de Castro

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
12	11960	AMOXICILINA + CLAVULANATO 875+125MG	COMP	ems	5.000,00	2,6900	13.450,00
200	12051	FLUOXETINA, DOSAGEM: 20MG/ML, FRASCO DE 20ML.	FRAS	MEDLEY	7.500,00	30,0000	225.000,00
						Total	238.450,00

Vencedor: ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 41347974000123
Endereço: R ESPIRITO SANTO, Nº 1440, LINHO, ERECHIM/RS
Representante: IVANOR ZAIONS

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
16	11960	AMOXICILINA + CLAVULANATO 875+125MG	COMP	EMS	15.000,00	2,6500	39.750,00
48	10856	BUPROPIONA, DOSAGEM: 150 MG	COMP	GEOLAB	8.000,00	0,6300	5.040,00
130	10928	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG.	COMP	CIMED	1.500,00	1,2000	1.800,00
151	10951	OLANZAPINA, DOSAGEM: 10 MG.	COMP	PRATI DONADUZZI	13.000,00	1,0900	14.170,00
193	12048	FENOBARBITAL, DOSAGEM: 100 MG.	COMP	TEUTO	12.000,00	0,2000	2.400,00
197	12110	PREGABALINA, DOSAGEM: 75MG	COMP	TEUTO	10.000,00	0,2700	2.700,00
212	12153	BENZILPENICILINA, DOSAGEM: 1.200.000UI, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	TEUTO	3.100,00	8,2900	25.699,00
222	12154	BENZILPENICILINA, DOSAGEM: 600.000UI, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	TEUTO	2.100,00	10,3500	21.735,00
268	12202	MEROPENEM, DOSAGEM: 500 MG, APRESENTACAO EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FRAS	BIOCHIMICO	1.200,00	18,7200	22.464,00
						Total	135.758,00

Vencedor: GIULLITE B MEDEIROS
CNPJ: 21437704000104
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, Nº 15, CENTRO, JARDIM DE PIRANHAS/RN
Representante: GIULLITE BRENNER MEDEIROS

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
33	11839	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE, FRASCO COM 120 DOSES	FRAS	ACHE	200,00	32,2300	6.446,00
						Total	6.446,00

Vencedor: ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIREL
CNPJ: 27029083000106
Endereço: AVENIDA JOÃO XXIII, Nº , COHABINAL, PARNAMIRIM/RN
Representante: MIRELLY PINHEIRO FERREIRA

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
34	10846	ATENOLOL ASSOCIADO A CLORTALIDONA, CONCENTRACAO: 100MG + 25MG.	COMP	VITAPAN	2.000,00	0,6500	1.300,00
58	11991	CARBONATO DE CALCIO, DOSAGEM: 500 MG	COMP	NUTIVIT	15.000,00	0,2300	3.450,00
92	12027	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1%, APRESENTACAO: CREME BISNAGA 10G.	BISNA	HIPOLABOR	200,00	2,5700	514,00
165	10965	PROTETOR SOLAR, TIPO PROTECAO: UVA/UVB, FATOR PROTECAO: FATOR 60, FORMA FARMACEUTICA: LOCAO CREMOSA, FRASCO DE 120 G	FRAS	FRANCEFARMA	120,00	50,9400	6.112,80
182	10981	SULFADIAZINA, PRINCIPIO ATIVO: DE PRATA, DOSAGEM:1%, BISNAGA DE 50 G.	BISNA	NATIVITA	600,00	10,5100	6.306,00
198	12134	TINIDAZOL + MICONAZOL 30+20MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA DE 40 G.	BISNA	EUROFARMA	7.500,00	21,4100	160.575,00
199	12134	TINIDAZOL + MICONAZOL 30+20MG/G, APRESENTACAO: CREME, BISNAGA DE 40 G.	BISNA	GEOLAB	2.500,00	21,4100	53.525,00
						Total	231.782,80

Valor total da contratação 2.288.709,50
São José do Seridó/RN, 08/10/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:2EFF6F00

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO N.º 026/2026 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN.
MODALIDADE PE 026/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS
CNPJ: 03829590000158
Endereço: R JARQUES LUCIO DA SILVA, Nº 316, BOSQUE DO PIRANHAS, SAO BENTO/PB
Representante: NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	13076	TELEVISÃO SMART TV, NOVO, SEM USO ANTERIOR, COM TELA PLANA DE TECNOLOGIA LED OU SUPERIOR, TAMANHO DE 43 POLEGADAS, ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ ±1 POLEGADA, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 X 1080 PIXELS) OU SUPERIOR, FORMATO DE TELA 16:9 E TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 60 HZ. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL SMART TV QUE PERMITA ACESSO À INTERNET, INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE STREAMING E DEMAIS FUNCIONALIDADES COMPATÍVEIS COM TELEVISORES INTELIGENTES. DEVERÁ CONTAR COM CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH INTEGRADAS, NO MÍNIMO 3 (TRÊS) ENTRADAS HDMI, 1 (UMA) ENTRADA USB, 1 (UMA) ENTRADA DE REDE ETHERNET (RJ-45), SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL ÓPTICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE E RECEPTOR DE SINAL DIGITAL COMPATÍVEL COM O PADRÃO BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL. DEVERÁ PERMITIR ESPELHAMENTO DE TELA A PARTIR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS COMPATÍVEIS, POSSUIR ALTO-FALANTES INTEGRADOS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 16 W RMS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA (100–240 V, 50/60 HZ), MENU DE CONFIGURAÇÃO E MANUAL EM LÍNGUA PORTUGUESA (BRASIL), BEM COMO SER COMPATÍVEL COM SUPORTE DE FIXAÇÃO EM PAREDE NO PADRÃO VESA, QUANDO APLICÁVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO ACOMPANHADO DE CONTROLE REMOTO, PILHAS OU BATERIAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, BASE PARA INSTALAÇÃO SOBRE MESA COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, NÃO SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS USADOS, RECONDICIONADOS, REMANUFATURADOS OU PROVENIENTES DE MOSTRUÁRIO. DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES VIGENTES APLICÁVEIS, POSSUIR CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS, QUANDO EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO, E CONTAR COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, COMPONENTES, MÃO DE OBRA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SEM QUALQUER ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO.	UND	AOC	3,00	1.500,0000	4.500,00
3	13078	APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.	UND	VIX	13,00	3.400,0000	44.200,00
8	13083	BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO COLUNA, COMPATÍVEL COM GARRAFÃO DE 20 LITROS, NOVO, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA NATURAL E GELADA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, RESERVATÓRIO EM MATERIAL APROPRIADO PARA CONTATO COM ÁGUA POTÁVEL, BANDEJA COLETORA REMOVÍVEL, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL E CERTIFICAÇÃO CONFORME AS NORMAS VIGENTES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UND	ESMALTEC	9,00	730,0000	6.570,00
12	13087	CADEIRA MODELO SECRETÁRIA, GIRATÓRIA, ERGONÔMICA, COM BRAÇOS REGULÁVEIS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA, REGULAGEM DE ALTURA POR SISTEMA PNEUMÁTICO, MECANISMO DE INCLINAÇÃO, BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIOS, ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ERGONÔMICOS APLICÁVEIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE MONTAGEM, QUANDO NECESSÁRIO, E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MARTIFLEX	17,00	400,0000	6.800,00
18	13093	FOGÃO A GÁS CONVENCIONAL, NOVO, COM 4 (QUATRO) BOCAS, MESA DE ALTA RESISTÊNCIA, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO COM REVESTIMENTO AUTOLIMPANTE, GRADE(S) RESISTENTE(S), TAMPA DE VIDRO TEMPERADO E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V PARA O SISTEMA DE IGNIÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, ACABAMENTO NA COR BRANCA, ESTRUTURA RESISTENTE E DE FÁCIL LIMPEZA, SENDO FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE)	UND	ATLAS	7,00	625,0000	4.375,00

		MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
19	13094	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS, NOVO, DE ALTA PRESSÃO, COM 6 (SEIS) QUEIMADORES E CHAPA INTEGRADA, ESTRUTURA REFORÇADA EM AÇO COM ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, GRELHAS DE ALTA DURABILIDADE, QUEIMADORES DE ALTO RENDIMENTO, REGISTROS INDIVIDUAIS PARA CONTROLE DE CHAMA, ADEQUADO PARA USO INTENSIVO EM COZINHAS INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO, FORNECIDO COMPLETO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ITAJOBI	6,00	2.281,0000	13.686,00
20	13095	FORNO MICRO-ONDAS, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, GABINETE EM AÇO INOXIDÁVEL OU ACABAMENTO DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, PRATO GIRATÓRIO, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, FUNÇÃO GRILL, RECURSOS PARA DOURAR E TOSTAR ALIMENTOS, MÚLTIPLOS NÍVEIS DE POTÊNCIA, TIMER, DESCONGELAMENTO E DEMAIS FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM O USO DOMÉSTICO E INSTITUCIONAL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	AGRATTO	6,00	575,0000	3.450,00
21	13096	FREEZER HORIZONTAL, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 LITROS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 VOLTS, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, TAMPA(S) COM ABERTURA SUPERIOR, PÉS NIVELADORES AJUSTÁVEIS, DRENO PARA DEGELO E GABINETE DE ALTA RESISTÊNCIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA MAIS ECONÔMICA VIGENTE, ALÉM DE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FRICON	5,00	3.191,0000	15.955,00
28	13103	REFRIGERADOR ELÉTRICO, NOVO, TIPO FROST FREE, COM 1 (UMA) PORTA E CAPACIDADE TOTAL INTERNA ENTRE 322 E 343 LITROS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220V, PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS, GAVETA PARA FRUTAS E LEGUMES, COMPARTIMENTOS INTERNOS PARA ARMAZENAMENTO, CONTROLE DE TEMPERATURA, ILUMINAÇÃO INTERNA E PÉS NIVELADORES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	CONSUL	2,00	2.721,0000	5.442,00
29	13104	REFRIGERADOR ELÉTRICO, NOVO, TIPO FROST FREE, COM 2 (DUAS) PORTAS E CAPACIDADE TOTAL ENTRE 400 E 450 LITROS, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, PÉS NIVELADORES, SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO (FROST FREE), CONTROLE REGULÁVEL DE TEMPERATURA, PRATELEIRAS EM VIDRO TEMPERADO, COMPARTIMENTOS PARA FRUTAS E VERDURAS, LATICÍNIOS, PORTA-OVOS E PORTA-LATAS, ALÉM DE PORTA REVERSÍVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A OU EQUIVALENTE À CATEGORIA MAIS EFICIENTE DA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MIDEA	6,00	3.200,0000	19.200,00
30	13105	VENTILADOR DE COLUNA, NOVO, COM DIÂMETRO ENTRE 50 E 60 CM, OSCILANTE, DOTADO DE BASE DESMONTÁVEL, SISTEMA DE CONTROLE INDEPENDENTE DE VELOCIDADE E OSCILAÇÃO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 W, CONTROLE DE ROTAÇÃO DE ATÉ 1.150 RPM, CABO DE ALIMENTAÇÃO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,80 M E ALTURA TOTAL REGULÁVEL DE, NO MÍNIMO, 1,70 M. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR GRADE DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA RESISTENTE, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	VENTISOL	10,00	220,0000	2.200,00

						Total	126.378,00

Vencedor: IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA							
CNPJ: 60173263000124							
Endereço: Avenida Nossa Senhora Da Penha, Nº 2598, Santa Luíza, Vitória/ES							
Representante: DUDILYAN RAFAEL PADILHA							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
2	**13077**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**MULTI / MULTI / SPLIT INVERTER / 12KCOV**	**10,00**	**1.782,0000**	**17.820,00**
4	**13079**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**MULTI / MULTI / SPLIT INVERTER / 9KCOV**	**7,00**	**1.701,4700**	**11.910,29**
						Total	29.730,29

Vencedor: C.W.C. DISTRIBUIDORA LTDA							
CNPJ: 03538267000125							
Endereço: Rua Anísio Salatiel, Nº 01, Roger, João Pessoa/PB							
Representante: Carlos Wilson Guedes Chaves							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
5	**13080**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**NUVIA**	**8,00**	**2.549,0000**	**20.392,00**
						Total	20.392,00

Vencedor: GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA.							
CNPJ: 11427407000116							
Endereço: RUA: JOSE FAGUNDES DE LIRA, 78, Nº , GATO PRETO, SOUZA/PB							
Representante: francisco edpu da silva santos							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
6	**13081**	**ARMÁRIO DE AÇO, NOVO, COM 2 (DUAS) PORTAS DE ABRIR, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E TRATAMENTO ANTICORROSIVO. DEVERÁ POSSUIR PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS, FECHADURA COM CHAVE, PUXADORES RESISTENTES, ESTRUTURA REFORÇADA E CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO COMPATÍVEL COM USO ADMINISTRATIVO. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADO OU ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MONTAGEM, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.**	**UND**	**PRÓPRIA**	**13,00**	**689,9000**	**8.968,70**
7	**13082**	**ARQUIVO DE ESCRITÓRIO: ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS COM PUXADOR. CORREDIÇAS TELESCÓPICAS COM SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA, SISTEMA DE FECHAMENTO COM ACIONAMENTO POR CHAVE QUE TRAVA SIMULTANEAMENTE TODAS AS GAVETAS, COR CINZA DIMENSÕES APROXIMADAS DO ARQUIVO: 1,33 M DE ALTURA X 46 CM DE LARGURA X 55 CM DE PROFUNDIDADE, EM CHAPA DE APROXIMADAMENTE 26 E TAMPO SUPERIOR EM CHAPA 24.**	**UND**	**PRÓPRIA**	**8,00**	**1.086,9000**	**8.695,20**
17	**13092**	**ESTANTE DE AÇO, NOVA, COM 6 (SEIS) PRATELEIRAS REGULÁVEIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA, 0,92 M DE LARGURA E 0,40 M DE PROFUNDIDADE, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COLUNAS EM CHAPA Nº 16, FUNDO EM CHAPA Nº 20 E PRATELEIRAS EM CHAPA Nº 22, OU ESPESSURAS EQUIVALENTES QUE ASSEGUREM IGUAL OU SUPERIOR RESISTÊNCIA. CADA PRATELEIRA**	**UND**	**PRÓPRIA**	**10,00**	**478,9000**	**4.789,00**

		DEVERÁ SUPORTAR CARGA MÍNIMA DE 60 KG, DISTRIBUÍDA UNIFORMEMENTE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TRATAMENTO ANTICORROSIVO, NA COR CINZA OU PRETA, SAPATAS DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E DE ARMAZENAMENTO, SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
					Total	22.452,90	

Vencedor: RUMO CLIMATIZACAO LTDA

CNPJ: 20481118000196

Endereço: R JULIETE WALDRICH, Nº 663, Encano, Indaial/SC

Representante: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
9	**13084**	**BEBEDOURO INDUSTRIAL, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS, GABINETE E RESERVATÓRIO EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM 3 (TRÊS) TORNEIRAS, SENDO 2 (DUAS) PARA ÁGUA GELADA E 1 (UMA) PARA ÁGUA NATURAL, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO, CONTROLE DE TEMPERATURA POR TERMOSTATO COM REGULAGEM EM MÚLTIPLOS NÍVEIS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E COMPONENTES PRÓPRIOS PARA CONTATO COM ÁGUA POTÁVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COMPLETO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**ECOBLU**	**4,00**	**2.555,9000**	**10.223,60**
25	**13100**	**MÁQUINA DE SECAR ROUPAS PROFISSIONAL, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 KG, SISTEMA DE SECAGEM POR TAMBOR ROTATIVO, CESTO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, MOTOR DE POTÊNCIA COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, CONTROLE DE TEMPERATURA E TEMPO DE SECAGEM, ESTRUTURA ROBUSTA PARA USO CONTÍNUO E INTENSIVO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**MIDEA**	**1,00**	**2.411,5200**	**2.411,52**
						Total	12.635,12

Vencedor: D7MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 64602531000137

Endereço: R BRUNO MAIA DE MELO, Nº 81, Mangabeira, João Pessoa/PB

Representante: SOLANGE BELTRAO DE ARAUJO

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
10	**13085**	**CADEIRA DE PLÁSTICO TIPO POLTRONA, EMPILHÁVEL, COM BRAÇOS, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 180 KG, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**PLASTEX**	**15,00**	**53,5600**	**803,40**
15	**13090**	**CHALEIRA ELÉTRICA, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,7 LITRO, FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BASE ELÉTRICA INDEPENDENTE, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS A FERVURA, PROTEÇÃO CONTRA FUNCIONAMENTO SEM ÁGUA, INDICADOR DE NÍVEL DE ÁGUA, TAMPA COM ABERTURA SEGURA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL E POTÊNCIA ADEQUADA PARA AQUECIMENTO RÁPIDO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**AGRATTO**	**9,00**	**112,2300**	**1.010,07**
16	**13091**	**CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO, NOVO, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, POTÊNCIA APROXIMADA DE 210 W, MOTOR MONOFÁSICO, VAZÃO MÍNIMA DE AR DE 3.700 M³/H, COM FUNÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E UMIDIFICAÇÃO DO AMBIENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONTROLE DE VELOCIDADE, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ESTRUTURA RESISTENTE COM RODÍZIOS PARA FÁCIL DESLOCAMENTO, COMPONENTES DE ALTA DURABILIDADE E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA. DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER**	**UND**	**PHILCO**	**8,00**	**1.229,9000**	**9.839,20**

		FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.					
23	**13098**	**LIQUIDIFICADOR BASCULANTE INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE DE 25 LITROS NOVO, COM ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, COPO BASCULANTE EM AÇO INOXIDÁVEL, MOTOR DE ALTO DESEMPENHO, SISTEMA DE BASCULAMENTO QUE FACILITE O ESCOAMENTO DO CONTEÚDO, TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V, ADEQUADO PARA O PREPARO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**VITALEX**	**8,00**	**1.989,9000**	**15.919,20**
24	**13099**	**MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS AUTOMÁTICA, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 KG, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, ABERTURA SUPERIOR, GABINETE METÁLICO, CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL, DESTINADA ÀS FUNÇÕES DE LAVAGEM, ENXÁGUE E CENTRIFUGAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) PROGRAMAS DE LAVAGEM, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, SISTEMA DE ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**CONSUL**	**1,00**	**2.405,7000**	**2.405,70**
27	**13102**	**MESA DE PLÁSTICO, NOVA, EMPILHÁVEL, EM FORMATO QUADRADO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 70 X 70 CM, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTAR COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PLASTEX**	**50,00**	**75,9000**	**3.795,00**
31	**13106**	**VENTILADOR DE PAREDE, NOVO, COM DIÂMETRO ENTRE 40 E 60 CM, EQUIPADO COM 6 (SEIS) PÁS, 3 (TRÊS) VELOCIDADES, POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 W, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, FUNCIONAMENTO SILENCIOSO, OSCILAÇÃO HORIZONTAL E AJUSTE DE INCLINAÇÃO VERTICAL, GRADE DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA RESISTENTE E ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**VENTISOL**	**10,00**	**219,9000**	**2.199,00**
						Total	35.971,57

Vencedor: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO EPP

CNPJ: 70307939000189

Endereço: RUA RENATO DANTAS 869, Nº , CENTRO, CAICO/RN

Representante: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
11	**13086**	**CADEIRA DE PLÁSTICO TIPO BISTRÔ, SEM BRAÇOS, EMPILHÁVEL, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE 180 KG E ESTRUTURA REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**JESUS**	**210,00**	**41,0000**	**8.610,00**
						Total	8.610,00

Vencedor: GHPS BARRETO - ME

CNPJ: 27103616000144

Endereço: RUA CEL. JOSE CIPRIANO DA SILVA, 1084 AP 402, Nº 1084, RIO DOCE, Olinda/PE

Representante: GUSTAVO HENRIQUE PINTAN SÁ BARRETO

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
13	**13088**	**CADEIRA MODELO SECRETÁRIA, SEM BRAÇOS, ERGONÔMICA, COM ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE FIXA, ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ERGONÔMICOS APLICÁVEIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE MONTAGEM, QUANDO NECESSÁRIO, E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE**	**UND**	**PRISMA-CADCXALTA**	**10,00**	**200,0000**	**2.000,00**

		FABRICAÇÃO.					
14	**13089**	**CADEIRA SOBRE LONGARINA COM 3 (TRÊS) LUGARES, COMPOSTA POR ESTRUTURA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA, ASSENTOS E ENCOSTOS ERGONÔMICOS EM ESTOFADOS, COM ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE,PÉS COM SAPATAS DE PROTEÇÃO, ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, POSSUIR ESTRUTURA REFORÇADA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRISMA-LONG3**	**15,00**	**650,0000**	**9.750,00**
26	**13101**	**MESA DE ESCRITÓRIO, NOVA, COM 2 (DUAS) GAVETAS DOTADAS DE FECHADURA COM CHAVE, TAMPO CONFECCIONADO EM MDF OU MDP DE ALTA RESISTÊNCIA COM REVESTIMENTO MELAMÍNICO, ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,20 M DE LARGURA, 0,60 M DE PROFUNDIDADE E 0,75 M DE ALTURA, ADEQUADA PARA USO ADMINISTRATIVO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE, SAPATAS NIVELADORAS OU PROTETORAS, SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MONTAGEM E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRISMA-MEESC2G120**	**11,00**	**450,0000**	**4.950,00**
						Total	16.700,00

Valor total da contratação 272.869,88
São José do Seridó/RN, 20/10/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:FF172C60

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO N.º 026/2026 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN.
MODALIDADE PE 026/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS
CNPJ: 03829590000158
Endereço: R JARQUES LUCIO DA SILVA, Nº 316, BOSQUE DO PIRANHAS, SAO BENTO/PB
Representante: NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	**13076**	**TELEVISÃO SMART TV, NOVO, SEM USO ANTERIOR, COM TELA PLANA DE TECNOLOGIA LED OU SUPERIOR, TAMANHO DE 43 POLEGADAS, ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ ±1 POLEGADA, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 X 1080 PIXELS) OU SUPERIOR, FORMATO DE TELA 16:9 E TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 60 HZ. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA OPERACIONAL SMART TV QUE PERMITA ACESSO À INTERNET, INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE STREAMING E DEMAIS FUNCIONALIDADES COMPATÍVEIS COM TELEVISORES INTELIGENTES. DEVERÁ CONTAR COM CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH INTEGRADAS, NO MÍNIMO 3 (TRÊS) ENTRADAS HDMI, 1 (UMA) ENTRADA USB, 1 (UMA) ENTRADA DE REDE ETHERNET (RJ-45), SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL ÓPTICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE E RECEPTOR DE SINAL DIGITAL COMPATÍVEL COM O PADRÃO BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL. DEVERÁ PERMITIR ESPELHAMENTO DE TELA A PARTIR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS COMPATÍVEIS, POSSUIR ALTO-FALANTES INTEGRADOS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 16 W RMS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA (100–240 V, 50/60 HZ), MENU DE CONFIGURAÇÃO E MANUAL EM LÍNGUA PORTUGUESA (BRASIL), BEM COMO SER COMPATÍVEL COM SUPORTE DE FIXAÇÃO EM PAREDE NO PADRÃO VESA, QUANDO APLICÁVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO ACOMPANHADO DE CONTROLE REMOTO, PILHAS OU BATERIAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, BASE PARA INSTALAÇÃO SOBRE MESA COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRO USO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, NÃO SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS USADOS, RECONDICIONADOS, REMANUFATURADOS OU PROVENIENTES DE MOSTRUÁRIO. DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES VIGENTES APLICÁVEIS, POSSUIR CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS,**	**UND**	**AOC**	**3,00**	**1.500,0000**	**4.500,00**

		QUANDO EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO, E CONTAR COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, COMPONENTES, MÃO DE OBRA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SEM QUALQUER ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO.					
3	13078	APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.	UND	VIX	13,00	3.400,0000	44.200,00
8	13083	BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO COLUNA, COMPATÍVEL COM GARRAFÃO DE 20 LITROS, NOVO, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA NATURAL E GELADA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, RESERVATÓRIO EM MATERIAL APROPRIADO PARA CONTATO COM ÁGUA POTÁVEL, BANDEJA COLETORA REMOVÍVEL, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL E CERTIFICAÇÃO CONFORME AS NORMAS VIGENTES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UND	ESMALTEC	9,00	730,0000	6.570,00
12	13087	CADEIRA MODELO SECRETÁRIA, GIRATÓRIA, ERGONÔMICA, COM BRAÇOS REGULÁVEIS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA, REGULAGEM DE ALTURA POR SISTEMA PNEUMÁTICO, MECANISMO DE INCLINAÇÃO, BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIOS, ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ERGONÔMICOS APLICÁVEIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE MONTAGEM, QUANDO NECESSÁRIO, E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MARTIFLEX	17,00	400,0000	6.800,00
18	13093	FOGÃO A GÁS CONVENCIONAL, NOVO, COM 4 (QUATRO) BOCAS, MESA DE ALTA RESISTÊNCIA, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO COM REVESTIMENTO AUTOLIMPANTE, GRADE(S) RESISTENTE(S), TAMPA DE VIDRO TEMPERADO E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V PARA O SISTEMA DE IGNIÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, ACABAMENTO NA COR BRANCA, ESTRUTURA RESISTENTE E DE FÁCIL LIMPEZA, SENDO FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ATLAS	7,00	625,0000	4.375,00
19	13094	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS, NOVO, DE ALTA PRESSÃO, COM 6 (SEIS) QUEIMADORES E CHAPA INTEGRADA, ESTRUTURA REFORÇADA EM AÇO COM ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, GRELHAS DE ALTA DURABILIDADE, QUEIMADORES DE ALTO RENDIMENTO, REGISTROS INDIVIDUAIS PARA CONTROLE DE CHAMA, ADEQUADO PARA USO INTENSIVO EM COZINHAS INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO, FORNECIDO COMPLETO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ITAJOBI	6,00	2.281,0000	13.686,00
20	13095	FORNO MICRO-ONDAS, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, GABINETE EM AÇO INOXIDÁVEL OU ACABAMENTO DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, PRATO GIRATÓRIO, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, FUNÇÃO GRILL, RECURSOS PARA DOURAR E TOSTAR ALIMENTOS, MÚLTIPLOS NÍVEIS DE POTÊNCIA, TIMER, DESCONGELAMENTO E DEMAIS FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM O USO DOMÉSTICO E INSTITUCIONAL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	AGRATTO	6,00	575,0000	3.450,00
21	13096	FREEZER HORIZONTAL, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 LITROS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 VOLTS, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EFICIENTE, TAMPA(S) COM ABERTURA SUPERIOR, PÉS NIVELADORES AJUSTÁVEIS, DRENO PARA DEGELO E GABINETE DE ALTA RESISTÊNCIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	UND	FRICON	5,00	3.191,0000	15.955,00

		COMPATÍVEL COM A CATEGORIA MAIS ECONÔMICA VIGENTE, ALÉM DE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
28	**13103**	**REFRIGERADOR ELÉTRICO, NOVO, TIPO FROST FREE, COM 1 (UMA) PORTA E CAPACIDADE TOTAL INTERNA ENTRE 322 E 343 LITROS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220V, PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS, GAVETA PARA FRUTAS E LEGUMES, COMPARTIMENTOS INTERNOS PARA ARMAZENAMENTO, CONTROLE DE TEMPERATURA, ILUMINAÇÃO INTERNA E PÉS NIVELADORES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**CONSUL**	**2,00**	**2.721,0000**	**5.442,00**
29	**13104**	**REFRIGERADOR ELÉTRICO, NOVO, TIPO FROST FREE, COM 2 (DUAS) PORTAS E CAPACIDADE TOTAL ENTRE 400 E 450 LITROS, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, PÉS NIVELADORES, SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO (FROST FREE), CONTROLE REGULÁVEL DE TEMPERATURA, PRATELEIRAS EM VIDRO TEMPERADO, COMPARTIMENTOS PARA FRUTAS E VERDURAS, LATICÍNIOS, PORTA-OVOS E PORTA-LATAS, ALÉM DE PORTA REVERSÍVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) EMITIDA PELO INMETRO, COM CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A OU EQUIVALENTE À CATEGORIA MAIS EFICIENTE DA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**MIDEA**	**6,00**	**3.200,0000**	**19.200,00**
30	**13105**	**VENTILADOR DE COLUNA, NOVO, COM DIÂMETRO ENTRE 50 E 60 CM, OSCILANTE, DOTADO DE BASE DESMONTÁVEL, SISTEMA DE CONTROLE INDEPENDENTE DE VELOCIDADE E OSCILAÇÃO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 W, CONTROLE DE ROTAÇÃO DE ATÉ 1.150 RPM, CABO DE ALIMENTAÇÃO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,80 M E ALTURA TOTAL REGULÁVEL DE, NO MÍNIMO, 1,70 M. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR GRADE DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA RESISTENTE, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**VENTISOL**	**10,00**	**220,0000**	**2.200,00**
						Total	126.378,00

Vencedor: IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA

CNPJ: 60173263000124

Endereço: Avenida Nossa Senhora Da Penha, Nº 2598, Santa Luíza, Vitória/ES

Representante: DUDILYAN RAFAEL PADILHA

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
2	**13077**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**MULTI / MULTI / SPLIT INVERTER / 12KCOV**	**10,00**	**1.782,0000**	**17.820,00**
4	**13079**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**MULTI / MULTI / SPLIT INVERTER / 9KCOV**	**7,00**	**1.701,4700**	**11.910,29**
						Total	29.730,29

Vencedor: C.W.C. DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 03538267000125

Endereço: Rua Anísio Salatiel, Nº 01, Roger, João Pessoa/PB

Representante: Carlos Wilson Guedes Chaves

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
5	**13080**	**APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL, NOVO, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO, TECNOLOGIA INVERTER OU SUPERIOR, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, FLUIDO REFRIGERANTE AMBIENTALMENTE ADEQUADO, FILTRO DE AR LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO SEM FIO, FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER E MODO ECONÔMICO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, ACESSÓRIOS ORIGINAIS, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS.**	**UND**	**NUVIA**	**8,00**	**2.549,0000**	**20.392,00**
						Total	20.392,00

Vencedor: GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ: 11427407000116

Endereço: RUA: JOSE FAGUNDES DE LIRA, 78, Nº , GATO PRETO, SOUZA/PB

Representante: francisco edpu da silva santos

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
6	**13081**	**ARMÁRIO DE AÇO, NOVO, COM 2 (DUAS) PORTAS DE ABRIR, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E TRATAMENTO ANTICORROSIVO. DEVERÁ POSSUIR PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS, FECHADURA COM CHAVE, PUXADORES RESISTENTES, ESTRUTURA REFORÇADA E CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO COMPATÍVEL COM USO ADMINISTRATIVO. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADO OU ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MONTAGEM, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.**	**UND**	**PRÓPRIA**	**13,00**	**689,9000**	**8.968,70**
7	**13082**	**ARQUIVO DE ESCRITÓRIO: ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS COM PUXADOR. CORREDIÇAS TELESCÓPICAS COM SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA, SISTEMA DE FECHAMENTO COM ACIONAMENTO POR CHAVE QUE TRAVA SIMULTANEAMENTE TODAS AS GAVETAS, COR CINZA DIMENSÕES APROXIMADAS DO ARQUIVO: 1,33 M DE ALTURA X 46 CM DE LARGURA X 55 CM DE PROFUNDIDADE, EM CHAPA DE APROXIMADAMENTE 26 E TAMPO SUPERIOR EM CHAPA 24.**	**UND**	**PRÓPRIA**	**8,00**	**1.086,9000**	**8.695,20**
17	**13092**	**ESTANTE DE AÇO, NOVA, COM 6 (SEIS) PRATELEIRAS REGULÁVEIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA, 0,92 M DE LARGURA E 0,40 M DE PROFUNDIDADE, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COLUNAS EM CHAPA Nº 16, FUNDO EM CHAPA Nº 20 E PRATELEIRAS EM CHAPA Nº 22, OU ESPESSURAS EQUIVALENTES QUE ASSEGUREM IGUAL OU SUPERIOR RESISTÊNCIA. CADA PRATELEIRA DEVERÁ SUPORTAR CARGA MÍNIMA DE 60 KG, DISTRIBUÍDA UNIFORMEMENTE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TRATAMENTO ANTICORROSIVO, NA COR CINZA OU PRETA, SAPATAS DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E DE ARMAZENAMENTO, SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRÓPRIA**	**10,00**	**478,9000**	**4.789,00**
						Total	22.452,90

Vencedor: RUMO CLIMATIZACAO LTDA

CNPJ: 20481118000196

Endereço: R JULIETE WALDRICH, Nº 663, Encano, Indaial/SC

Representante: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
9	**13084**	**BEBEDOURO INDUSTRIAL, NOVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS, GABINETE E RESERVATÓRIO EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM 3 (TRÊS) TORNEIRAS, SENDO 2 (DUAS) PARA ÁGUA GELADA E 1 (UMA) PARA ÁGUA NATURAL, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO, CONTROLE DE TEMPERATURA POR TERMOSTATO COM REGULAGEM EM MÚLTIPLOS NÍVEIS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E COMPONENTES PRÓPRIOS PARA CONTATO COM ÁGUA POTÁVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COMPLETO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**ECOBLU**	**4,00**	**2.555,9000**	**10.223,60**
25	**13100**	**MÁQUINA DE SECAR ROUPAS PROFISSIONAL, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 KG, SISTEMA DE SECAGEM POR TAMBOR ROTATIVO, CESTO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, ALIMENTAÇÃO**	**UND**	**MIDEA**	**1,00**	**2.411,5200**	**2.411,52**

		ELÉTRICA EM 220 V, MOTOR DE POTÊNCIA COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, CONTROLE DE TEMPERATURA E TEMPO DE SECAGEM, ESTRUTURA ROBUSTA PARA USO CONTÍNUO E INTENSIVO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
						Total	12.635,12

Vencedor: D7MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA							
CNPJ: 64602531000137							
Endereço: R BRUNO MAIA DE MELO, Nº 81, Mangabeira, João Pessoa/PB							
Representante: SOLANGE BELTRAO DE ARAUJO							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
10	**13085**	**CADEIRA DE PLÁSTICO TIPO POLTRONA, EMPILHÁVEL, COM BRAÇOS, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 180 KG, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**PLASTEX**	**15,00**	**53,5600**	**803,40**
15	**13090**	**CHALEIRA ELÉTRICA, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,7 LITRO, FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BASE ELÉTRICA INDEPENDENTE, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS A FERVURA, PROTEÇÃO CONTRA FUNCIONAMENTO SEM ÁGUA, INDICADOR DE NÍVEL DE ÁGUA, TAMPA COM ABERTURA SEGURA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL E POTÊNCIA ADEQUADA PARA AQUECIMENTO RÁPIDO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**AGRATTO**	**9,00**	**112,2300**	**1.010,07**
16	**13091**	**CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO, NOVO, COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, POTÊNCIA APROXIMADA DE 210 W, MOTOR MONOFÁSICO, VAZÃO MÍNIMA DE AR DE 3.700 M³/H, COM FUNÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E UMIDIFICAÇÃO DO AMBIENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONTROLE DE VELOCIDADE, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ESTRUTURA RESISTENTE COM RODÍZIOS PARA FÁCIL DESLOCAMENTO, COMPONENTES DE ALTA DURABILIDADE E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA. DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**PHILCO**	**8,00**	**1.229,9000**	**9.839,20**
23	**13098**	**LIQUIDIFICADOR BASCULANTE INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE DE 25 LITROS NOVO, COM ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA EQUIVALENTE, COPO BASCULANTE EM AÇO INOXIDÁVEL, MOTOR DE ALTO DESEMPENHO, SISTEMA DE BASCULAMENTO QUE FACILITE O ESCOAMENTO DO CONTEÚDO, TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V, ADEQUADO PARA O PREPARO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**VITALEX**	**8,00**	**1.989,9000**	**15.919,20**
24	**13099**	**MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS AUTOMÁTICA, NOVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 KG, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, ABERTURA SUPERIOR, GABINETE METÁLICO, CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL, DESTINADA ÀS FUNÇÕES DE LAVAGEM, ENXÁGUE E CENTRIFUGAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) PROGRAMAS DE LAVAGEM, PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, SISTEMA DE ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CONFORME REGULAMENTAÇÃO VIGENTE E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**CONSUL**	**1,00**	**2.405,7000**	**2.405,70**
27	**13102**	**MESA DE PLÁSTICO, NOVA, EMPILHÁVEL, EM FORMATO QUADRADO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 70 X 70 CM, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA**	**UND**	**PLASTEX**	**50,00**	**75,9000**	**3.795,00**

		REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTAR COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
31	**13106**	**VENTILADOR DE PAREDE, NOVO, COM DIÂMETRO ENTRE 40 E 60 CM, EQUIPADO COM 6 (SEIS) PÁS, 3 (TRÊS) VELOCIDADES, POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 W, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, FUNCIONAMENTO SILENCIOSO, OSCILAÇÃO HORIZONTAL E AJUSTE DE INCLINAÇÃO VERTICAL, GRADE DE PROTEÇÃO, ESTRUTURA RESISTENTE E ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS, SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**VENTISOL**	**10,00**	**219,9000**	**2.199,00**
						Total	35.971,57

Vencedor: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO EPP
CNPJ: 70307939000189
Endereço: RUA RENATO DANTAS 869, Nº , CENTRO, CAICO/RN
Representante: ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
11	**13086**	**CADEIRA DE PLÁSTICO TIPO BISTRÔ, SEM BRAÇOS, EMPILHÁVEL, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADA PARA USO INTERNO E EXTERNO, RESISTENTE À UMIDADE, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE 180 KG E ESTRUTURA REFORÇADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ISENTO DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.**	**UND**	**JESUS**	**210,00**	**41,0000**	**8.610,00**
						Total	8.610,00

Vencedor: GHPS BARRETO - ME
CNPJ: 27103616000144
Endereço: RUA CEL. JOSE CIPRIANO DA SILVA, 1084 AP 402, Nº 1084, RIO DOCE, Olinda/PE
Representante: GUSTAVO HENRIQUE PINTAN SÁ BARRETO

Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
13	**13088**	**CADEIRA MODELO SECRETÁRIA, SEM BRAÇOS, ERGONÔMICA, COM ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, REVESTIMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM BASE FIXA, ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ERGONÔMICOS APLICÁVEIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE MONTAGEM, QUANDO NECESSÁRIO, E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRISMA-CADCXALTA**	**10,00**	**200,0000**	**2.000,00**
14	**13089**	**CADEIRA SOBRE LONGARINA COM 3 (TRÊS) LUGARES, COMPOSTA POR ESTRUTURA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA, ASSENTOS E ENCOSTOS ERGONÔMICOS EM ESTOFADOS, COM ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE,PÉS COM SAPATAS DE PROTEÇÃO, ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, POSSUIR ESTRUTURA REFORÇADA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRISMA-LONG3**	**15,00**	**650,0000**	**9.750,00**
26	**13101**	**MESA DE ESCRITÓRIO, NOVA, COM 2 (DUAS) GAVETAS DOTADAS DE FECHADURA COM CHAVE, TAMPO CONFECCIONADO EM MDF OU MDP DE ALTA RESISTÊNCIA COM REVESTIMENTO MELAMÍNICO, ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,20 M DE LARGURA, 0,60 M DE PROFUNDIDADE E 0,75 M DE ALTURA, ADEQUADA PARA USO ADMINISTRATIVO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE, SAPATAS NIVELADORAS OU PROTETORAS, SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MONTAGEM E POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**	**UND**	**PRISMA-MEESC2G120**	**11,00**	**450,0000**	**4.950,00**
						Total	16.700,00

Valor total da contratação 272.869,88
São José do Seridó/RN, 20/10/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:72D0654A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026-SRP

Processo Administrativo nº 2873/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e parcelada aquisição de insulinas destinado a atender as necessidades do fundo municipal de Saúde do município de São Paulo do Potengi - RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **BANDEIRANTES LAB PROD FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA**		
CNPJ: **70.027.479/0001-35**	Telefone: **84.3223-5602**	Email: **bandeiranteslabadm@gmail.com**
Endereço: **Rua Coronel Silvino Bezerra, 1423 , Lagoa Seca, Natal/RN, CEP: 59.031-140**		
Representante: **Dennis de Paiva Pessoa** - CPF: **057.xxx.xxx-62**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0015838 - Insulina Glargina 100UI/ml sol inj 3ml + sistema de aplicação	ELI LILLY	Unidade	4000	51,000	204.000,00
2	0015839 - Insulina Asparte 100UI/ml sol inj 3ml + sistema de aplicação	NOVO NORDISK	Unidade	3000	54,000	162.000,00
5	0015842 - Liraglutida 6mg/ml sol injetável + sistema de aplicação	EMS	Unidade	300	178,000	53.400,00
8	0015845 - Insulina semaglutida 1mg cx 4 agulhas novofine 4mm	COSMED	Unidade	240	515,000	123.600,00
9	0015846 - Insulina semaglutida 2,4mg cx 4 agulhas novofine 4mm	NOVO NORDISK	Unidade	240	1.358,670	326.080,80

Importa a presente em R$ 869.080,80, (oitocentos e sessenta e nove mil e oitenta reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA: 19/10/2027. São Paulo do Potengi/RN, 19 de outubro de 2026. ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Dennis de Paiva Pessoa – Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:8FF0DE2F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 323/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 323/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CNPJ: 14.851.152/0001-02 ENDEREÇO PRAÇA JOAQUIM ARAÚJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMÁTICA E ELETRODOMESTICOS LTDA -ME CNPJ: 42.092.696/0001-73 ENDEREÇO AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, , 131 ANDAR TERREO, SÃO JOSE, CAMPINA GRANDE/PB CEP:58406133

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	ROTEADOR WIRELESS GIGABIT 10/100/1000 DUAL BAND MU-MIMO AC1300 EC225-G5, PORTAS FULL GIGABIT, BANDAS DE 2.4 GHZ E 5 GHZ FUNCIONAM EM VELOCIDADES WI-FI AC1300	Unidade	MERCURSYS	03	189,00	567,00

VALOR TOTAL.....: R$ 567,00 (quinhentos e sessenta e sete reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa:
08.244.0017.2062 – Manutenção da Primeira Infância no SUAS
08.244.0018.2064 – Manutenção da Proteção Social Esp de Média Complexidade
08.244.0017.2066 – Manutenção do Programa Bolsa Família
Elemento de despesa:
44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa:
44.90.52.99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte:
1660000000 - Transferências de recursos do FNAS
1661000000 - Transferências de recursos do FEAS

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até **14 de outubro de 2027** contados da assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA.....: 19 de outubro de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATADA: MULTMAIS COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS LTDA - CNPJ: 42.XXX.XXX/XXXX-73 – Assinado em: 19/10/2026 19:30:25
PELA CONTRATANTE: Gabriela Beatriz Dantas Soares de Souza - CPF: 095.XXX.XXX-79 - Assinado em: 19/10/2026 14:36:32
FISCAL DO CONTRATO: VILMA SOARES SANTANA DA SILVA - CPF: 072.XXX.XXX-83 - Assinado em: 19/10/2026 14:37:33
TESTEMUNHA: Maria José Alves Medeiros - CPF: 047.XXX.XXX-13 - Assinado em: 19/10/2026 14:37:56
TESTEMUNHA: Isabelly christianne Silva Santos - CPF: 077.XXX.XXX-08 - Assinado em: 19/10/2026 14:39:45

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F9FB3FEF

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 330/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 97/2026

CONTRATO Nº.....: 330/2026

ORIGEM.....: Dispensa - 33/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: MARIA DA GUIA DANTAS, PESSOA FÍSICA, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 968.XXX.XXX-15, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PEDRO DE ALMEIDA SALDANHA, Nº 333, CENTRO, SÃO VICENTE/RN, CEP 59.340-000

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO E BUFFET, COM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, SERVIÇOS DE COQUETEL, SERVIÇO DE GARÇOM E LOCAÇÃO DE UTENSILIOS DE COZINHA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EVENTOS PEDAGÓGICOS, COMO FORMAÇÕES E WORKSHOPS DURANTE TODO O ANO DE 2026/2027.

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS COFFE BREAK COM: 04 opções de salgados; 01 opção de doce; 02 opções de suco; 02 opções de refrigerante, garrafa(s) térmicas com café, garrafa(s) térmicas com chá. (Cardápio sujeito à aprovação pelo(a) contratante).	UND	500	R$ 19,80	R$ 9.900,00
2	SERVIÇO DE BUFFET TIPO AMERICANO QUE ATENDA AO QUANTITATIVO DE PESSOAS E CARDÁPIO.Buffet Tipo Americano (Opção I)· Arroz refogado;· Farofa;· Salada agridoce;· Purê de macaxeira;· Coxa e sobrecoxa de frango assada.(Valor unitário cotado por pessoa).	UND	500	R$ 19,00	R$ 9.500,00
3	SERVIÇO DE BUFFET TIPO AMERICANO QUE ATENDA AO QUANTITATIVO DE PESSOAS E CARDÁPIO.Buffet Tipo Americano (Opção II)· Arroz refogado;· Farofa;· Salada agridoce;· Salpicão;· Strogonoff de carne.(Valor unitário cotado por pessoa).	UND	500	R$ 19,60	R$ 9.800,00
4	SERVIÇO DE COQUETEL SIMPLES.Entrada: · Canapés (Torradas e bolachinhas com patês);. Salgados (04 opções).Bebidas: · Refrigerante (2 opções);. Suco (2 opções);. Licor (3 opções);. Ponche.(Valor unitário cotado por pessoa).	UND	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00
5	LOCAÇÃO DE: Talheres completos, Pratos, Taças, Jarras, Refratários, Réchauds, Bandejas e demais itens necessários a promoção das refeições. Em louça, cerâmica e inox.	UND	500	R$ 14,00	R$ 7.000,00
6	SERVIÇO DE DECORAÇÃO: em eventos promovidos pela SEMEC, incluindo todo material e arranjos necessários a decoração, tipo painel em tecido, tapetes, arranjos com flores artificiais e etc. (cores opcionais de acordo com a necessidade do evento).	UND	06	R$ 940,00	R$ 5.640,00
7	SERVIÇOS DE GARÇOM/GARÇONETE, COM NO MÍNIMO 05 PROFISSIONAIS: pessoas devidamente trajada e identificada, que realize serviços de garçom como servir bebidas, recolher recipientes desocupados, preparar mesa de refeições e executar outras tarefas de mesma natureza.	UND	06	R$ 199,00	R$ 1.194,00

VALOR TOTAL.....: R$ 53.034,00 (cinquenta e três mil e trinta e quatro reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação: Projetos/Atividades: 12.368.0027.2015 – Manutenção da Secretaria de Educação; e 12.368.0027.2018 – Manutenção da Cota do Salário Educação. Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Subelemento: 3.3.90.36.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Fontes de Recursos: 1550000000 – Transferências Salário Educação; e 1500100100 – Receita de Impostos e Transferências – Educação.

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação estende-se até 19 de outubro de 2027, contado da assinatura do contrato

DATA DA ASSINATURA.....: 20 de outubro de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS PORTADORA DO CPF Nº 031.XXX.XXX-06

PELA CONTRATADA: MARIA DA GUIA DANTAS PORTADORA DO CPF: 968.XXX.XXX-15

FISCAL DO CONTRATO: ISADORA ELLEN DE LACERDA COSTA BEZERRA PORTADORA DO CPF: 124.XXX.XXX-62

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:199C980F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54/2026 PREGÃO ELETRONICO 19/2026

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e substituição de peças e acessórios e serviços de guincho para os veículos que compõe a frota do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: MOTO PECAS NATAL DELIVERY LTDA **(CNPJ: 46.347.587/0001-00),** Rua Buenos Aires, 0 LOTE 10 QUADRA1, Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59072-010.

Saiu vencedora dos itens/lote(es):

	01						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Descon.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0000983 - MOTOCICLETAS - MÃO DE OBRA	GENUINO OU ORIGINAL	h	40,000000	44%	65,170	2.606,80
2	0001097 - MOTOCICLETAS - PEÇAS	GENUINO OU ORIGINAL	UND	1,000000	44%	4.480,000	4.480,00
	VALOR GLOBAL 01						**7.086,80**

	02						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Descon.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0001098 - VEICULOS DE PEQUENO PORTE - MAO DE OBRA	GENUINO OU ORIGINAL	h	800,000000	51%	72,070	57.656,00
4	0001099 - VEICULOS DE PEQUENO PORTE - PECAS	GENUINO OU ORIGINAL	UND	1,000000	51%	147.000,000	147.000,00
	VALOR GLOBAL 02						**204.656,00**

	03						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Descon.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0001100 - VEICULOS DE MEDIO PORTE - MAO DE OBRA	GENUINO OU ORIGINAL	h	620,000000	50%	81,730	50.672,60
6	0001101 - VEICULOS DE MEDIO PORTE - PECAS	GENUINO OU ORIGINAL	UND	1,000000	50%	85.000,000	85.000,00
	VALOR GLOBAL 03						**135.672,60**

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 14 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

IVIS LEVI LOPES ARAUJO AGUIAR
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:6FCB4CD8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 55/2026 PREGÃO ELETRONICO 19/2026

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e substituição de peças e acessórios e serviços de guincho para os veículos que compõe a frota do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

FORNECEDOR: S R A SILVA EMPREENDIMENTOS **(CNPJ: 44.107.923/0001-12),** R. TOMAZ SILVEIRA, 0 , centro, Lagoa Nova/RN, CEP: 59390-000.

Saiu vencedora dos itens/lote(es):

Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quantidade**	**Desconto**	**Preço unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
9	0001104 – Máquinas	Mecânica Ferreira	h	350,000000	50%	138,630	48.520,50

	pesadas/agrícolas/tratores – mão de obra						
10	0001105 – Máquinas pesadas/agrícolas/tratores – peças	Mecânica Ferreira	UND	1,000000	50%	150.000,000	150.000,00
	VALOR GLOBAL DO GRUPO 05						**198.520,50**

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Os recursos a serem utilizado para as despesas oriundas deste processo está previsto na Lei Orçamentária Anual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 14 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA DAS ARP: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito

SAMARA RUTHE AMARO SILVA
Representante Legal

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:5DD7EB93

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL

EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022), CICLO 2.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade, e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Triunfo Potiguar/RN.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer torna público o presente edital, elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1 - OBJETO DO EDITAL
1.1 – O objetivo deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro de forma descentralizada nas diversas categorias, como artes cênicas, circo, música, cultura popular, folguedos, dança, capoeira, artesanato, eventos culturais, economia criativa, culinária cultural, audiovisual e demais linguagens culturais identificadas no cadastro cultural do município, visando incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Triunfo Potiguar/RN.

1.2 - Cada proponente poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição.

1.3 – Quando houver duas inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.

1.4 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	20 de outubro de 2026
2	Inscrições da proposta	20 de outubro a 2 de novembro de 2026
3	Análise do mérito cultural e aplicação de pontuações extras	31 de outubro a 04 de novembro de 2026
4	Divulgação do resultado provisório	05 de novembro de 2026
5	Recurso à fase de mérito cultural	06 a 10 de novembro de 2026
6	Análise de recursos pela comissão	11 e 12 de novembro de 2026
7	Divulgação final da fase de mérito	13 de novembro de 2026
8	Envio dos documentos de habilitação	14 a 17 de novembro de 2026
09	Habilitação de documentos e aferição de políticas de cotas	18 a 19 de novembro de 2026
10	Resultado provisório da habilitação	20 de novembro de 2026
11	Recurso à fase de habilitação	23 e 24 de novembro de 2026
12	Análise de recursos	25 a 26 de novembro de 2026
13	Divulgação do resultado final	27 de novembro de 2026
14	Elaboração e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 a de novembro a 04 de dezembro de 2026
15	Realização de pagamentos	Até 31 de dezembro de 2026.

2. DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO

2.1 – O presente edital é no valor total de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para fomento cultural destinado a agentes culturais, distribuídos da seguinte forma:

CATEGORIA	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS PRETAS OU PARDAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QNTD TOTAL DE VAGAS	VALOR POR PROJETO	VALOR TOTAL
A	1	0	0	0	1	8.000,00	8.000,00
B	1	1	0	0	2	6.000,00	12.000,00
C	6	3	1	1	10	1.000,00	10.000,00

2.2 – A despesa correrá à conta de dotação orçamentária, Conforme Lei 151/2025, de 2 de dezembro de 2025, Lei Orçamentária Anual 2026, Natureza de Despesa: 339031 – Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

2.3 - Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios, por não configurar como uma prestação de serviços.

2.4 – Os recursos destinados aos contemplados seguirá ordem de assinatura do Termo de Execução Cultural, sem necessidade de aguardar ordem cronológica de pagamentos.

2.5 – Havendo orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas poderão ser ampliadas.

3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

3.1 – O apoio financeiro será orientado às seguintes características:

a) Categoria A: Refere-se ao apoio concedido a agentes culturais, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas com reconhecida atuação no setor artístico-cultural, para desenvolvimento de ações que venham a fortalecer o setor cultural do município, podendo ser uma proposta continuada ou inédita.

b) Categoria B: Refere-se ao apoio concedido a agentes culturais, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas com reconhecida atuação no setor artístico-cultural, para desenvolvimento de ações que venham a fortalecer o setor cultural do município, devendo ser fomento para ações continuadas.

a) Categoria C: Refere-se ao apoio concedido a agentes culturais, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas com reconhecida atuação no setor artístico-cultural, para desenvolvimento de ações que venham a fortalecer o setor cultural do município, devendo ser fomento para ações continuadas.

3.2 – Os agentes culturais que submeterem proposta de projetos deverão comprovar explicitamente atuação em atividades artístico-culturais há no mínimo 12 meses, antes da inscrição, através de fotos, links, matérias, prints, portfólio cultural e documentos oficiais legíveis.

3.2.1 – Os agentes culturais deverão comprovar pelo menos duas atividades que realizou durante os últimos 12 meses incluindo participações em espetáculos, fóruns de cultura, promoção de eventos culturais, produção, atuação, dentre outros, sob pena de desclassificação.

3.2.2 – A comprovações por tempo de atuação, deverão considerar a trajetória cultural do propoente na linguagem a que vai concorrer, sendo validada a partir dos documentos enviados para fins de constatação, considerando ainda, atuação em outras áreas culturais.

3.3 – Ausência portfólio ou comprovações referente a atuação artístico-cultural, desenvolvimento da economia criativa, economia solidária, desclassifica o proponente na triagem documental.

4 - QUEM PODE PARTICIPAR

4.1 – Agentes culturais que residem e domiciliam no município de Triunfo Potiguar/RN há pelo menos 12 meses, a contar da data de inscrição, com 18 anos completos.

4.2 – Proponentes que comprovam domicílio no município, mas não residem, poderão se inscrever e só serão contemplados se houver sobra de vagas e comprovar ação cultural continuada na cidade.

4.3 – Agente cultural é a pessoa jurídica, pessoa física ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

4.4 – O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física, com idade mínima de 18 anos;

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos e sem fins lucrativos, com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, referente à modalidade cultural, expressa no CNPJ;

III – Coletivo cultural, grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

IV – Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.

V – Não será permitido inscrição de MEI ou Empresário Individual, quando a pessoa física responsável efetuar inscrição, devendo fazer opção por apenas uma representação.

VI – No caso de microempreendedor individual ou outra modalidade de empresa, somente serão aceitas inscrições de CNPJ cuja finalidade cultural esteja expressa nas atividades previstas em seu CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas).

4.5 – Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de cinco (5) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.

4.6 – As propostas devem conter obrigatoriamente uma equipe de gestão com o número mínimo de três (3) pessoas conforme solicitadas no formulário de inscrição

4.7 – O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque com capacidade de decisão no projeto, sob pena de desclassificação imediata da proposta.

5 - QUEM NÃO PODE PARTICIPAR
5.1 – Não podem se inscrever neste Edital proponentes que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de servidor público da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, quando tiverem envolvimento na elaboração, análise ou julgamento de propostas.
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (governador, prefeito, vice-prefeito), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor) da Procuradoria (Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV – Agente cultural com prestação de contas pendentes ou sem apresentar relatório final da Lei Paulo Gustavo, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Ciclo 1 e/ou com sanções em vigência.
V – Não comprovar ações culturais continuadas ou domicílio no município de Triunfo Potiguar/RN.
VI – Funcionários comissionados, contratos e efetivos pertencentes aos quadros da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

5.2 - O agente cultural que integrar o Conselho Municipal de Política Cultural somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.3 **–** A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, o que não inviabiliza a sua participação neste edital.

5.4 – É terminantemente proibido apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração.

6 - ETAPAS DO EDITAL
6.1 – Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I **- Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II **– Triagem documental** – Etapa de análise documental em que são conferidos o correto preenchimento dos formulários oficiais, envio de comprovações culturais e demais itens obrigatórios.
III **- Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
IV **- Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
V **- Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais contemplados serão convocados para efetuarem a abertura de conta específica e assinar o Termo de Execução Cultural.

7. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
7.1 - As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulado no item 1.4, podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal, através de ato institucional.

7.2 - O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, à Rua Antônio Balbino, 84, Centro, CEP.: 59.685-000, Triunfo Potiguar/RN, no horário de expediente de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 13h.

7.3 - O proponente pode encaminhar a documentação por meio eletrônico para o e-mail sec.cultura@gmail.com, respeitado o cronograma de inscrições do edital.

7.4 – As propostas enviadas devem conter todos os documentos assinados, em arquivo PDF único, até às 23h59min, do último dia de inscrição.

7.5 - Uma mesma proposta enviada em vários e-mails contendo arquivos separados será desclassificada.

7.6 – Todas as propostas deverão apresentar orçamento simplificado, contendo valores compatíveis com os preços praticados no mercado.
a) - A identificação de valores manifestamente superiores aos praticados para bens ou serviços similares poderá ensejar a adequação ou supressão dos itens orçamentários, mediante análise técnica, quando constatada incompatibilidade com os valores de mercado.
b) – Os pareceristas poderão fazer consultas em diários oficiais dos municípios da região, Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte ou Parâmetros de Preços do Governo Federal (https://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/).
c) – Quando uma proposta tratar da realização de oficinas ou formação, fica permitido o valor máximo de R$ 120,00 (cento e vinte reais) por hora aula.

7.7 – Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, sob pena de não serem avaliadas pela equipe de pareceristas.

7.8 – O proponente deve entregar as propostas por meio de formulário oficial fornecido pelo município em formatos editáveis, sob pena de desclassificação, em caso de entrega diferente.

7.9 – Propostas entregues sem assinatura física ou digital pelo proponente será desclassificada em qualquer etapa do edital.

8 – DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO
8.1 **–** Documentos de inscrição a serem enviados:
a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (Anexo I);
b) Declaração de que representa um coletivo cultural, quando for o caso (Anexo II);
c) Autodeclaração para Políticas Afirmativas, quando for concorrer às cotas e/ou solicitar pontuações extras (Anexo IV);
d) Portfólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural);
e) Mini currículo da equipe de trabalho.

8.2 - O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

8.3 - A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

9 – ANÁLISE DE MÉRITO E SELEÇÃO DE PROJETOS

9.1 – A análise de mérito e seleção dos projetos culturais será realizada por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município, com portaria publicada no Diário Oficial, com prazo de pelo menos 03 (três) dias antes da avaliação.

9.2 – A Comissão de Avaliação e Seleção deve ser composta por pareceristas com experiencia prévia em outras análises, ter nível superior completo ou cursando, ter capacidade de interpretação dos critérios e/ou certificação de parecerista emitido pelo Ministério da Cultura.

9.3 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
a) Tenham interesse direto na matéria;
b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

9.4 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

9.5 – A Comissão de Avaliação e Seleção é soberana em suas aplicações de notas, devendo fazer as devidas anotações e contribuições sobre as notas que não atingirem pontuação 50% da pontuação estabelecidas no edital.

9.6 – Para esta seleção, serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do critério	Descrição	Pontuação
A	**Qualidade do Projeto - Descrição, objetivos e metas -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objetivo, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	**1 a 20**
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município** – A análise deverá considerar a contribuição para o enriquecimento e potencialização da cultura local nos aspectos sociais, artísticos e culturais.	**1 a 15**
	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - Analisar se o projeto	
C	apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica e geográfica, bem como, formação de equipe de trabalho.	**1 a 10**
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	**1 a 10**
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	**1 a 10**
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	**1 a 10**
G	**Trajetória cultural** – Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta para análise, considerando a linguagem a qual esta concorrendo. Aplicar 5 pontos para proponente com até 5 anos de comprovações; Aplicar 15 pontos para proponente entre 6 a 10 anos de comprovações;	**5 a 25**
	Aplicar 20 pontos para proponente entre 11 a 25 anos de comprovações; Aplicar 25 pontos para proponentes acima de 26 anos de comprovações.	
TOTAL DE PONTUAÇÃO..... **100,00**		

9.7 – A Comissão de Avaliação poderá zerar o critério, quando for observado documento em branco, ausência de preenchimento ou ausência de portfólio cultural.

9.8 – O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 50 pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado e não receberá pontuação extra.

9.9 – Cada projeto poderá atingir até 115,00 pontos, somados a avaliação de mérito e as pontuações extras.

9.10 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, somando e dividindo pelo número de pareceristas, sendo vedada publicação de nota individual.

9.11 – Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:
a. maior pontuação no item A;
b. maior pontuação no item B;
c. maior pontuação no item G.

9.12 - Persistindo o empate, o Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.

9.13 – A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.

9.14 – A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/RN (www.triunfopotiguar.rn.gov.br).

9.15 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer através do e-mail sec.cultura@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma (anexo V).

9.16 – Os recursos apresentados após o prazo, sem assinatura e sem o preenchimento do documento oficial (anexo V) não serão avaliados.

9.17 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial ou no site da Prefeitura de Triunfo Potiguar/RN (www.triunfopotiguar.rn.gov.br).

9.18 – A decisão da comissão de avaliação é soberana, não cabendo recurso após o resultado final.

10 - PONTUAÇÕES EXTRAS
10.1 – Pontuações extras podem ser adicionadas para os seguintes grupos afirmativos:
a) pessoas negras (pretas ou pardas);
b) mulheres (cis ou trans/travestis) e pessoas dissidentes de gênero;
c) pessoas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de povos das águas e nômades – artistas circenses e parquistas);
d) pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, não binárias, queer/questionando, intersexo, assexuais, pansexuais, andrógine, gênero fluido ou outra variabilidade);
e) pessoas com deficiência;
f) pessoas idosas;
g) Agentes culturais residentes na zona rural do município.

10.2. As pontuações extras podem ser cumulativas e serão aplicadas de acordo com os seguintes critérios:
a) proponentes que atendam a um ou dois critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 05 (cinco) pontos em sua nota;
b) proponentes que atendam a três ou quatro critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 10 (dez) pontos em sua nota; e
c) proponentes que atendam a cinco ou mais critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 15 (quinze) pontos em sua nota.

10.3. As pontuações extras terão um limite máximo de 15 (quinze) pontos por inscrição e serão somadas à nota obtida na análise de mérito cultural.

10.4. Para solicitar as pontuações extras, o agente cultural responsável pela inscrição deve preencher a Autodeclaração para Políticas Afirmativas (Anexo IV)

10.5. As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas quando 50% mais um da direção sejam pessoas pretas ou pardas ou da mesma categoria de cotas, e os coletivos culturais com maioria que assina a declaração indicando o responsável pelo recebimento dos recursos ou maioria da equipe da mesma categoria de cotas.

10.6. Só serão considerados para pontuações extras os critérios que tiverem sido mencionados na autodeclaração.

10.7. Caso o projeto seja selecionado na etapa de análise de mérito, os proponentes deverão enviar, na etapa de habilitação, cartas substanciais (Anexo VI)

10.8. As pontuações extras serão retiradas na etapa de habilitação, caso o agente cultural não seja reconhecido pela comissão organizadora deste Edital, por meio da análise dos documentos comprobatórios.

10.9. No caso de haver denúncia e/ou constatação de declaração falsa para concorrer às cotas e pontuações extras, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, a inscrição será desclassificada, além de aplicação de outras sanções administrativas e civis cabíveis, bem como penais previstas no Art. 299 do Código Penal.

10.10. Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento do apoio financeiro, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

11- DA HABILITAÇÃO
11.1 – Na etapa de habilitação, será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios e o atendimento às condições previstas nos itens 12 e 13.

11.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

11.3 - A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/RN (www.triunfopotiguar.rn.gov.br).

11.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, exclusivamente através do e-mail sec.cultura@gmail.com do prazo previsto neste edital, (anexo V).

11.5 – Os recursos apresentados após o prazo, sem assinatura e sem o preenchimento do documento oficial (anexo V) não serão avaliados

12 – HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:
a. Cópia atualizada do cartão do CNPJ, em que conste a finalidade cultural expressa na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;
b. Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;
c. Cópia da ata de última eleição que deu poderes ao representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
d. Cópia do RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
e. Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro, assinar Declaração de Residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
f. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
g. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
h. Certidão de Débitos Municipal;
i. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
j. Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal.
k. Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO VI) ou documento comprobatório para PCD, como laudo, comprovante de BPC.

13 – PESSOA FÍSICA E/OU RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:

a. Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
b. Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome de terceiro, assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
c. Certidão Negativa de Débito Municipal;
d. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
e. Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.
f. Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO VI) ou documento comprobatório para PcD, como laudo, comprovante de BPC.

14 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS
14.1 – O presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.

14.2 - Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades.

15 - CATEGORIA DE COTAS
15.1 - Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas e
c) Pessoas com deficiência.

15.2 – A quantidade de cota destinada está descrita no item 2.1.

15.3 – Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher autodeclaração.

15.4 – A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

16 - CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE
16.1 - Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo, nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionados de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

16.2 – Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

16.3 – No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado para ampla concorrência.

17 – ACESSIBILIDADE
17.1 – Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e/ou comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

17.2 – Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

18 - REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
18.1 – O remanejamento de recurso poderá ser destinado para atendimento a suplentes de outro edital, lançamento de novo edital ou ações que fortaleçam as políticas culturais do município, assegurado os princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, em cumprimento o Plano de Aplicação de Recursos.
18.2 – A decisão sobre o remanejamento de recursos fica a critério do órgão gestor responsável pela aplicação de recursos.

19 - ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DE RECURSOS
19.1 – O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado de forma presencial ou em caso de impedimento, deverá ser assinado pelo sistema gov. ou outro formato previsto em Lei.

19.2 – O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

19.3 – Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária informada especificamente, em qualquer banco, para o recebimento dos recursos deste Edital, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital, podendo ser alterado a critério da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

19.4 – A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

19.5 – O município poderá analisar a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.

19.6 – O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

19.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por no máximo 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor ou por ato administrativo.

19.8 – A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais quando solicitada pelo proponente, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

20 – DAS OBRIGAÇÕES
20.1 – Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, Política Nacional Aldir Blanc, Sistema Nacional de Cultura, Ministério da Cultura e Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

20.2 – O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

20.3 – As aplicações de marcas estão sujeitas a análise, conforme Lei 9.507/1997 que versa sobre o período eleitoral brasileiro.

21 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
21.1 – Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão A Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

21.2 – O proponente deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 dias, após o fim da vigência estipulada no Termo de Execução Cultural devendo conter comprovações de pagamentos, documentos fiscais, extratos de conta e demais documentos exigidos no Termo de Execução Cultural ou Instrução Normativa específica.

21.3 – A ausência da prestação poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Termo de Execução Cultural;
III – Devolução de recursos corrigidos;
IV - Suspensão temporária de participação em processo de seleção pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

22 **– DISPOSIÇÕES FINAIS**
22.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial, canais oficiais de comunicação e no site da Prefeitura de Triunfo Potiguar (www.triunfopotiguar.rn.gov.br).

22.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site (www.triunfopotiguar.rn.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail sec.cultura@gmail.com, canal utilizado para dúvidas e demais informações.

22.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

22.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação imediata do proponente.

22.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de qualquer responsabilidade civil ou penal.

22.6 – As iniciativas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, orientação sexual, cor, idade ou outras formas de discriminação, capacitismo ou incitação à violência serão desclassificadas, com fundamento no inciso IV do caput do Art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

22.7 – A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer poderá, sempre que julgar necessário, diligenciar o proponente para a verificação dos documentos apresentados em qualquer etapa.

22.8 - Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.

22.9 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.

22.10 – Compõem este Edital os seguintes anexos:

a. Anexo I - Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho;
b. Anexo II – Declaração para coletivo sem CNPJ;
c. Anexo III – Declaração de residência;
d. Anexo IV – Autodeclaração para Políticas Afirmativas;
e. Anexo V – Formulário de recurso;
f. Anexo VI – Modelo de carta substanciada;
g. Anexo VII – Termo de Execução Cultural;
h. Anexo VIII – Relatório de Execução do Objeto.

Triunfo Potiguar/RN, 20 de outubro de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

DIAGO SILVA GURGEL
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

2 – PREENCHIMENTO PARA PESSOA FÍSICA*:*
(Se for um proponente pessoa jurídica, *preencha a partir do Item 4)*

2.1 – DADOS DO PROPONENTE:
Nome completo:
Nome artístico ou nome social (se houver): CPF: RG: Data de nascimento: / / E-mail: Telefone: ( ) Endereço completo/morador da zona urbana: Avenida/Rua/Travessa Nº
Bairro: Cidade: Estado: CEP:
Endereço completo/morador da zona rural:
Nome da comunidade: Nº da Casa:

3 – RESUMO DA TRAJETÓRIA CULTURAL DO PROPONENTE:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Encaminhar comprovações em anexo).

3.1 - Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço à comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3.2 - Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

3.3 – Orientação sexual:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual
( ) Bissexual ( ) Pansexual
( ) Não informar

3.4- Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena ( ) Amarela

3.5 - Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

3.5.1 - Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual ( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

3.6 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

3.7 - Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação Completa
( ) Pós-Graduação Incompleta

3.8 - Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s

3.9- Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim

3.9.1 - Caso tenha respondido "sim":
a) - Nome do coletivo:
b) - Ano de Criação:
c) - Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
d) – Descreva um resumo da trajetória cultural do coletivo.

4 – PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA
4.1 - Razão Social:
4.2 - Nome fantasia:
4.3 - CNPJ:
4.4 - Endereço da sede:
4.5 - Cidade:
4.6 - Estado:
4.7 - Número de representantes legais:
4.8 - Nome do representante legal:
4.9 - CPF do representante legal:
4.10 - E-mail do representante legal:
4.11 - Telefone do representante legal:

5 – Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

6 – Orientação sexual do representante legal:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual
( ) Bissexual ( ) Pansexual
( ) Não informar

7 - Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela ( ) Indígena

8 - Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

8.1 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física
( ) Intelectual ( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

9 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

10 - Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação Completa

( ) Pós-Graduação Incompleta

11. DADOS DO PROJETO
a) – Nome do Projeto:
b) **– Escolha a linguagem artística a que vai concorrer** *(ex. teatro, dança, circo, música)*

c) **Descrição do projeto** (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização).

d) **– Objetivos do projeto** (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos).

e) **– Metas** (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

f) **– Perfil do público a ser atingido pelo projeto** (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?).

g) - Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária) ( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico ( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais ( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos ( ) Outros, indicar qual

h) Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque qual medida ou quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência - PCD´s, tais como intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

13 - Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra

14 – Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra

15 - Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

16 **– Local onde o projeto será executado** (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

17 – Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

18 - Equipe que vai compor o seu projeto
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	**Função no projeto**	**CPF/CNPJ**	**Mini currículo**
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

19 – Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/8/2024	11/10/2024
Ex. Apresentação de espetáculo	Agenda de espetáculos gratuitos a comunidade	12/08/2024	31/12/2024
Ex. Prestação de contas	Entrega de relatório de execução do objeto	01/01/2025	30/01/2025

20 - Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais, site, blog.

21 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Item	Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ex.: Fotógrafo	Serviço	1	R$1.100,00	R$1.100,00
2	Ex.: Produtor	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

22 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Triunfo Potiguar /RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO NOME DO COLETIVO CULTURAL:
DATA DE FUNDAÇÃO:
DADOS DO REPRESENTANTE:

NOME			
CPF		CELULAR	
ENDEREÇO			
E-MAIL			

As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico , elegem a pessoa indicada, acima qualificada, como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

Nome do Representante Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (Lei Nº. 7.115/83)
Eu documento de identidade órgão exp. CPF
nacionalidade naturalidade telefone (DDD e n°) celular e-mail na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de Triunfo Potiguar/RN há anos, e atualmente no endereço

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante" "Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

Nome completo e assinatura

ANEXO IV - AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS
(Para os agentes culturais concorrentes às cotas e pontuações extras)
Eu, , sob o RG de n.º , CPF de n.º
, **DECLARO**, para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL N.º 01/2026**, que sou pessoa:
( ) NEGRA (PRETA OU PARDA);
( ) MULHER (CISGÊNERO OU TRANS/TRAVESTI); ( ) DISSIDENTE DE GÊNERO;
( ) INDÍGENA;
( ) QUILOMBOLA; ( ) CIGANA;
( ) DE TERREIRO DE MATRIZ AFRO-AMERÍNDIA; ( ) DOS POVOS DAS ÁGUAS;
( ) CIRCENSE;
( ) PARQUISTA;

( ) LGBTQIAPN+;
( ) COM DEFICIÊNCIA; ( ) IDOSA;
( ) QUE SOU MORADOR DA ZONA RURAL OU ZONA PERIFÉRICA

1 - Vai concorrer às cotas? ( ) sim ( ) não.

2 - Deseja concorrer às categorias de contas para:
( ) Pessoa negra ou parda ( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com Deficiência

3 – Solicito pontuações extras para

Estou ciente de que, se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará o cancelamento da opção para as cotas ou pontuações extras direcionadas às políticas afirmativas.

Esta declaração tem validade apenas para o processo seletivo acima indicado. Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO V
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer,
Com base na **Etapa de Seleção/etapa de habilitação** *(informar se o recurso é pra fase de seleção ou de habilitação)* do Edital 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento Cultural, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção/habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

.

Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL ANEXO VI - CARTA SUBSTANCIADA

Eu xxxxxx, xxxxx, CPF nº xxxxxx, RG nº xxxxxx, DECLARO que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração étnico-racial: xxxxxxxx.

(O agente cultural deve apresentar aqui sua história, explicando porque se considera pessoa negra ou parda. Deve ainda anexar foto de perfil, foto de).

Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

Obs. Anexar uma foto de perfil esquerdo ou perfil direito, foto do mão aberta pegando a parte de cima e de frente, destacando as partes do tórax para cima.

EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº XXX/2026, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), CICLO 2, DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE, CNPJ.: 01.612.376/0001-10, com endereço à Rua Antônio Balbino, n° 84, Centro, CEP: 59.685-000, Triunfo Potiguar/RN, neste ato representado pela Sra. [NOME DO (A) PREFEITO (A)], e o Senhor(a) AGENTE CULTURAL, [NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG],

expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à Rua , nº , Bairro: , CEP.: , Triunfo Potiguar/RN, telefone (84) 9999 9999, e-mail: exemplo@exemplo.com , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural , contemplado no processo de seleção pública pelo Edital 01/2026 – Edital de Fomento cultural.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ X.XX,XX (xxxxxxxxxxxxxxx).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, específica para movimentação de recurso no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural, bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias após a vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar/Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto deverá comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II – Notas fiscais em caso de compra de equipamentos e locações com a devida comprovação de pagamento por meio de transferência;
III – Notas Fiscais ou documentos pessoais (RG, CPF e comprovantes de residência), recibo ou descrição do serviço no texto, em caso de pagamento via PIX, para pessoas físicas prestadoras de serviços;
IV – Comprovações de publicidade com as devidas aplicações de marcas dos patrocinadores;
V – Comprovações de acessibilidade utilizadas no projeto;
VI – Extrato da conta específica com todos os pagamentos realizados; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.

7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses: I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.

12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicados.
13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogada por 60 dias.
14. PUBLICAÇÃO
14.1 O extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Triunfo Potiguar/RN.
15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Campo Grande para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita

DIAGO SILVA GURGEL
Secretário Municipal De Esporte, Cultura E Lazer

XXXXXXXXXXX
Agente Cultural

EDITAL Nº 01/2026 – PMTP/SMECL
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL
ANEXO VIII
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
1. **DADOS DO PROJETO**
Nome do projeto: Nome do agente cultural proponente: Nº do Termo de Execução Cultural: Vigência do projeto: Valor repassado para o projeto: Data de entrega desse relatório:
2. RESULTADOS DO PROJETO:
2.1. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.2. **Descreva as ações** desenvolvidas.
Descreva as ações que foram desenvolvidas com base no seu projeto aprovado, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. INFORME SOBRE AS METAS DO PROJETO
( ) Metas integralmente cumpridas
( ) Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER) ( ) Metas não cumpridas (se houver). Justifique:

4. PRODUTOS GERADOS
4.1. A execução do projeto gerou algum produto?
( ) Sim ( ) Não

4.2. **Quais produtos culturais foram gerados?** (Pode marcar mais de uma opção). ( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo ( ) Formação ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Palestra
( ) Artesanato
( ) Equipamento ( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site
( ) Música
( ) Outros:
4.3. Se houve produtos gerados, como ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
( ) Instagram ( ) Site
( ) Facebook ( ) YouTube ( ) Site
( ) Local fixo de acesso público
( ) Foram gerados bens intangíveis.
5. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
(Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no projeto)
5.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais coletivas.
( ) Fortaleceu a identidade cultural regional.
( ) Promoveu as práticas culturais no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.
6. PÚBLICO ALCANÇADO:
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presença. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante, informe as justificativas.
7. EQUIPE DO PROJETO:
7.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

7.2 **Se houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto, indique quem saiu e quem entrou.**

Nome do profissional	**Função**	**CPF.**	**Equipe inicial**	**Equipe final?**
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim.	Não
Ex. José Bento	Oficineiro	952133211011	Não	Sim

8. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
8.1 De que forma aconteceram as ações e atividades do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local. ( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
8.2 Em que localização do município o projeto aconteceu?
Ex. 1 - Zona Rural, comunidade Céu Azul
Ex. 2 – Zona Periférica, rua da Cajarana Ex. 3 – Zona Urbana, Praça da Matriz
8.3 **Informe onde o projeto foi realizado. (**pode marcar mais de uma opção) ( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual. ( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

9. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram e anexe as comprovações.

10. DESCREVA DE QUE FORMA AS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE FORAM UTILIZADAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO PROJETO:

11. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, extrato bancário, notas fiscais, recibos, entre outros.

Triunfo Potiguar/RN, de de 2026.

Nome Completo e Assinatura Do Responsável

Publicado por:
Joana Darc Estevam da Fonseca Silva
Código Identificador:E5C2B972

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2027

Estado do Rio Grande do Norte
MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE
CNPJ: 08.170.540/0001-25
R. Quinze de Novembro, 45 – Centro, Maxaranguape/RN CEP: 59580-000

PROJETO DE LEI Nº 1138/2026

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027.

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Maxaranguape para o exercício financeiro de 2027, de acordo com a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal que "Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2027", compreendendo:
I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta;
II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta.

TÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º - O orçamento fiscal e da seguridade social do Município de Maxaranguape, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas fixadas/autorizadas acrescida da reserva de contingência, no montante de R$ 73.340.846,00 (setenta e três milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e quarenta e seis reais).
Parágrafo Único – Incidirá como dedução sobre o valor bruto da receita estimada para o exercício de 2027, à conta retificadora que representará as contribuições automáticas debitadas dos recursos do ente público municipal, em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB.
Art. 3º - A receita decorrerá da arrecadação de Tributos, Contribuições, Receita Patrimonial, Receita de Serviço, Transferências Correntes e outras conforme a legislação vigente, e discriminada em anexo, a esta Lei.

CAPÍTULO II
FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4° - A despesa total é fixada no valor de R$ 73.340.846,00 (setenta e três milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e quarenta e seis reais).
I – No Orçamento Fiscal é fixada em R$ 57.866.521,00 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais).
II – No Orçamento da Seguridade Social é fixada em R$ 15.474.325,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais).
§ 1º - A diferença entre a Receita e a Despesa, na importância de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), servirá como Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal, que será destinada a cobrir passivos contingentes e atender eventuais imprevistos.
§ 2º - Caso não seja necessária à utilização da reserva de contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de outubro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.
Art. 5° - A despesa fixada à conta de recursos previsto neste Capítulo, e executada orçamentária e financeiramente, observada a discriminação em anexo, a esta Lei.

Parágrafo Único – A discriminação da despesa desta Lei, desdobradas em despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesas de que tratam as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

TÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

CAPÍTULO I
DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6° - O Poder Executivo fica autorizado a:
I - Suplementar as dotações orçamentárias que necessitem de reforço orçamentário, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes de:
a) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
b) excesso de arrecadação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
c) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do inciso III do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
d) reserva de Contingência.
II – Reabrir os saldos orçamentários decorrentes dos créditos adicionais especiais abertos no último quadrimestre de 2026, nos termos do art. 45 da Lei 4.320/1964 c/c o art. 167, §2° da Constituição Federal;
§ 1º - A autorização prevista no inciso I deste artigo é limitada a 35% (trinta e cinco por cento) do valor total fixado para as despesas do exercício de 2027, conforme dispõe o §8º do artigo 165 da Constituição Federal, e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964.
§ 2º - Não serão computados no limite autorizativo previsto no § 1º deste artigo os créditos suplementares abertos com fundamento, que se sujeitarão aos seguintes subtetos específicos:
I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, por fonte ou destinação de recursos;
II - até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada, o excesso de arrecadação efetivamente apurado, por fonte ou destinação de recursos;
III - até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada, o ingresso de recursos provenientes exclusivamente das seguintes espécies de transferências intergovernamentais ou instrumentos de repasse, não previstos ou previstos insuficientemente nesta Lei Orçamentária:
a) convênios celebrados com a União, com os Estados ou com outros entes federados;
b) contratos de repasse firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública federal ou estadual;
c) transferências fundo a fundo determinadas por lei ou instrumento normativo específico;
d) transferências especiais realizadas nos termos do art. 166-A da Constituição Federal;
e) emendas parlamentares de finalidade definida, nos termos do art. 166, § 9º, da Constituição Federal;
f) termos de compromisso celebrados com fundos federais setoriais mediante instrumento formal;
g) auxílios financeiros ou contribuições concedidos por outros entes ou entidades públicas mediante instrumento formal.
§ 3º - Os créditos adicionais de que trata o § 2º deste artigo deverão ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhes deram causa, e o respectivo ato de abertura deverá:
I – identificar a respectiva fonte ou destinação de recursos;
II – atualizar simultaneamente a estimativa de receita em montante igual ao da abertura do crédito.
§ 4º - A movimentação de crédito orçamentário realizada dentro do mesmo órgão e no mesmo Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, não será computada no limite de que trata o § 1º deste artigo, podendo ser formalizada por Portaria do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e por Portaria do Presidente da Câmara, no âmbito do Poder Legislativo.
§ 5º - As hipóteses de exclusão do limite autorizativo previstas neste artigo são taxativas e não comportam interpretação extensiva ou analógica, sendo vedada a abertura de crédito adicional além do limite estabelecido no § 1º mediante enquadramento em situação não expressamente prevista.
Art. 7° - Excetuam-se, ainda, do limite autorizado no § 1º do art. 6º desta Lei os créditos adicionais destinados a atender, exclusivamente:
I – insuficiência de dotações do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, quando financiados por anulação de despesas consignadas ao mesmo Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;
II – insuficiência de dotações destinadas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV;
III – insuficiência de dotações de amortização de principal e encargos da dívida fundada ou flutuante do Município;
IV – despesas obrigatórias decorrentes de calamidade pública ou estado de emergência reconhecidos por Decreto do Poder Executivo municipal, publicado no órgão oficial de divulgação do Município, até o limite das necessidades devidamente comprovadas no ato declaratório.

CAPÍTULO II
DA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8° - O Poder Executivo fica autorizado a contratação de operações de crédito, em cumprimento ao disposto no art. 32, §1º, Inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 9º - O Poder Executivo fica autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação da Receita, até o valor fixado nesta Lei, de acordo com Resolução n° 078, de 01 de julho de 1998, do Senado Federal e alterada pela Resolução 043/2001.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Havendo o comprometimento do cumprimento das metas de resultado primário e nominal, por uma insuficiente realização de receita, o Poder Executivo promoverá redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, fixando por atos próprios, limitações ao empenhamento da despesa e movimentação, incidindo, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas, pela ordem mencionada:
I. Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
II. Despesas a título de ajuda de custo;
III. Despesas com locação de mão de obra;
IV. Despesas com locação de veículos;
V. Despesas com combustíveis;
VI. Despesas com treinamento;
VII. Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII. Outras despesas de custeio;
IX. Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
X. Despesas com comissionados;
XI. Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XII. Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.
§1º - Na hipótese de recuperação da receita realizada, a recomposição do nível de empenhamento das dotações a que se refere o Caput deste artigo, será feita de forma proporcional às limitações efetivadas.
§2º - Objetivando dar suporte ao que preconiza o Caput deste artigo, o alcance das metas fiscais deverá ser monitorado bimestralmente, conjuntamente pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 11 – Nos termos do Art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, e suas alterações posteriores, as despesas de caráter continuado e as despesas de Capital relativas a projetos em andamentos decorrentes de relação contratual, serão reempenhadas nas dotações próprias, ou em caso de inópia orçamentária, por transposição, remanejamento ou transferência de recursos.
Art. 12 - No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Receitas – QDR e Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2027.
§1º - O Quadro de Detalhamento de Receitas – QDR, será detalhado por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Subalínea e fonte de recursos.
§2º - O Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD será detalhado por Órgão/Unidade Orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.
§3º - Os Quadros de Detalhamento referentes ao Poder Executivo serão elaborados na forma definida no Caput e aprovados por Decreto.
§4º - O Quadro de Detalhamento da Despesa referente ao Poder Legislativo serão elaborados na forma definida no Caput e aprovados por Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
§5º - As codificações da receita e da despesa poderão ser alteradas, a fim de adaptar a classificação adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda para efeito de consolidação das contas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 13 - Durante a execução orçamentaria, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá promover alterações nos Quadros de Detalhamento de Receita e Despesa de que trata o artigo anterior, observada a programação de despesa fixada na Lei Orçamentaria Anual ou através de créditos adicionais.
Art. 14 - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2027, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa.
Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2027, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2023 a 2025 e/ou outro condicionante de natureza econômico- financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.
Art. 15 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2027, revogadas as disposições em contrários.

Maxaranguape/RN, 16 de outubro de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeito(a) Constitucional

Município de Maxaranguape
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO 2027

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Despesa Orçamentária por Função	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Função	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
01 LEGISLATIVA		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
	Fiscal	2.661.482	2.661.482	0
02 JUDICIARIA		**44.021**	**44.021**	**0**
	Fiscal	44.021	44.021	0
04 ADMINISTRAÇÃO		**10.744.358**	**10.518.336**	**226.022**
	Fiscal	10.744.358	10.518.336	226.022
06 SEGURANÇA PÚBLICA		**72.056**	**72.056**	**0**
	Fiscal	72.056	72.056	0
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL		**2.263.657**	**1.414.746**	**848.911**
	Fiscal	186.222	186.222	0
	Seguridade Social	2.077.435	1.228.524	848.911
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL		**124.112**	**124.112**	**0**
	Fiscal	124.112	124.112	0
10 SAÚDE		**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
	Seguridade Social	13.396.890	50.043	13.346.847
11 TRABALHO		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
12 EDUCAÇÃO		**25.690.879**	**50.044**	**25.640.835**
	Fiscal	25.690.879	50.044	25.640.835
13 CULTURA		**335.526**	**285.458**	**50.068**
	Fiscal	335.526	285.458	50.068
14 DIREITO DA CIDADANIA		**282.956**	**75.251**	**207.705**
	Fiscal	282.956	75.251	207.705
15 URBANISMO		**8.131.227**	**4.753.987**	**3.377.240**
	Fiscal	8.131.227	4.753.987	3.377.240
17 SANEAMENTO		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
	Fiscal	2.148.656	1.000	2.147.656
18 GESTÃO AMBIENTAL		**61.032**	**61.032**	**0**
	Fiscal	61.032	61.032	0
20 AGRICULTURA		**2.140.343**	**2.130.010**	**10.333**
	Fiscal	2.140.343	2.130.010	10.333
23 COMERCIO E SERVIÇOS		**890.380**	**488.401**	**401.979**
	Fiscal	890.380	488.401	401.979
25 ENERGIA		**100.085**	**75.064**	**25.021**
	Fiscal	100.085	75.064	25.021
26 TRANSPORTE		**150.042**	**150.042**	**0**
	Fiscal	150.042	150.042	0
27 DESPORTO E LAZER		**1.214.503**	**35.013**	**1.179.490**
	Fiscal	1.214.503	35.013	1.179.490
28 ENCARGOS ESPECIAIS		**2.138.641**	**2.138.641**	**0**
	Fiscal	2.138.641	2.138.641	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Função		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Função	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
99 RESERVA DE CONTINGENCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por SubFunção		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
SubFunção	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
031 AÇÃO LEGISLATIVA		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
	Fiscal	2.661.482	2.661.482	0
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		**44.021**	**44.021**	**0**
	Fiscal	44.021	44.021	0
091 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		**3.835.641**	**3.825.308**	**10.333**

	Fiscal	3.835.641	3.825.308	10.333
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		**8.781.943**	**7.388.589**	**1.393.354**
	Fiscal	7.862.555	6.600.301	1.262.254
	Seguridade Social	919.388	788.288	131.100
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		**1.027.479**	**1.027.479**	**0**
	Fiscal	1.027.479	1.027.479	0
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		**100.087**	**75.065**	**25.022**
	Fiscal	100.087	75.065	25.022
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		**200.387**	**200.387**	**0**
	Fiscal	200.387	200.387	0
181 POLICIAMENTO		**247.234**	**147.234**	**100.000**
	Fiscal	247.234	147.234	100.000
182 DEFESA CIVIL		**172.056**	**172.056**	**0**
	Fiscal	172.056	172.056	0
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		**112.100**	**112.100**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
	Seguridade Social	50.044	50.044	0
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		**748.367**	**271.271**	**477.096**
	Fiscal	186.222	186.222	0
	Seguridade Social	562.145	85.049	477.096
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		**720.900**	**409.227**	**311.673**
	Fiscal	124.112	124.112	0
	Seguridade Social	596.788	285.115	311.673
245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS		**50.070**	**20.028**	**30.042**
	Seguridade Social	50.070	20.028	30.042
301 ATENÇÃO BÁSICA		**12.598.403**	**50.043**	**12.548.360**
	Seguridade Social	12.598.403	50.043	12.548.360
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		**377.419**	**0**	**377.419**
	Seguridade Social	377.419	0	377.419
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		**270.000**	**0**	**270.000**
	Seguridade Social	270.000	0	270.000
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		**50.068**	**0**	**50.068**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por SubFunção		Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
SubFunção	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
361 ENSINO FUNDAMENTAL		**18.762.615**	**0**	**18.762.615**
	Fiscal	18.762.615	0	18.762.615
362 ENSINO MÉDIO		**50.069**	**0**	**50.069**
	Fiscal	50.069	0	50.069
365 EDUCAÇÃO INFANTIL		**4.963.671**	**0**	**4.963.671**
	Fiscal	4.963.671	0	4.963.671
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		**501.980**	**0**	**501.980**
	Fiscal	501.980	0	501.980
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL		**200.246**	**0**	**200.246**
	Fiscal	200.246	0	200.246
392 DIFUSÃO CULTURAL		**335.526**	**285.458**	**50.068**
	Fiscal	335.526	285.458	50.068
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		**333.000**	**125.295**	**207.705**
	Fiscal	333.000	125.295	207.705
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA		**7.239.631**	**4.644.936**	**2.594.695**
	Fiscal	7.239.631	4.644.936	2.594.695
452 SERVIÇOS URBANOS		**852.552**	**69.007**	**783.545**
	Fiscal	852.552	69.007	783.545
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
	Fiscal	2.148.656	1.000	2.147.656
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		**61.032**	**61.032**	**0**

	Fiscal	61.032	61.032	0
542 CONTROLE AMBIENTAL		**50.044**	**50.044**	**0**
	Fiscal	50.044	50.044	0
605 ABASTECIMENTO		**200.145**	**200.145**	**0**
	Fiscal	200.145	200.145	0
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		**125.050**	**125.050**	**0**
	Fiscal	125.050	125.050	0
609 DEFESAAGROPECUÁRIA		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
691 PROMOÇÃO COMERCIAL		**840.337**	**438.358**	**401.979**
	Fiscal	840.337	438.358	401.979
692 COMERCIALIZAÇÃO		**50.138**	**50.138**	**0**
	Fiscal	50.138	50.138	0
695 TURISMO		**100.086**	**100.086**	**0**
	Fiscal	100.086	100.086	0
752 ENERGIA ELÉTRICA		**125.096**	**100.075**	**25.021**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por SubFunção		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
SubFunção	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	125.096	100.075	25.021
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO		**150.042**	**150.042**	**0**
	Fiscal	150.042	150.042	0
812 DESPORTO COMUNITÁRIO		**1.214.503**	**35.013**	**1.179.490**
	Fiscal	1.214.503	35.013	1.179.490
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		**2.126.628**	**2.126.628**	**0**
	Fiscal	2.126.628	2.126.628	0
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
0001 SAÚDE PARA TODOS:		**895.432**	**0**	**895.432**
CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE				
	Seguridade Social	895.432	0	895.432
0002 EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE		**539.904**	**100.000**	**439.904**
	Fiscal	539.904	100.000	439.904
0003 FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL		**457.234**	**357.234**	**100.000**
	Fiscal	457.234	357.234	100.000
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE		**3.602.482**	**784.849**	**2.817.633**
	Fiscal	3.602.482	784.849	2.817.633
0005 CAMPO FORTE: MODERNIZANDO A AGRICULTURA AQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP		**450.552**	**450.552**	**0**
	Fiscal	450.552	450.552	0
0006 LEGISLATIVO COLABORATIVO E TRANSPARENTE: FORTALECENDO A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA		**136.727**	**136.727**	**0**
	Fiscal	136.727	136.727	0
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA		**33.420.767**	**19.890.921**	**13.529.846**
	Fiscal	20.742.848	19.387.135	1.355.713
	Seguridade Social	12.677.919	503.786	12.174.133
0008 GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA		**1.293.465**	**539.750**	**753.715**
	Fiscal	50.044	25.022	25.022
	Seguridade Social	1.243.421	514.728	728.693
0009 VALORIZAÇÃO A CULTURA LOCAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO		**85.032**	**85.032**	**0**
	Fiscal	85.032	85.032	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**

0011 REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA		**330.202**	**260.053**	**70.149**
	Seguridade Social	330.202	260.053	70.149
0013 GESTÃO DA EDUCAÇÃO		**24.658.247**	**100.087**	**24.558.160**
	Fiscal	24.658.247	100.087	24.558.160
0016 ESPORTE E LAZER PARA TODOS		**1.361.941**	**35.013**	**1.326.928**
	Fiscal	1.361.941	35.013	1.326.928
0017 ÁGUA PARA TODOS E SANEAMENTO MODERNO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL		**602.956**	**0**	**602.956**
	Fiscal	602.956	0	602.956
0018 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO		**2.487.521**	**2.487.521**	**0**
	Fiscal	2.487.521	2.487.521	0
0021 GESTÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL		**1.545.700**	**1.000**	**1.544.700**
	Fiscal	1.545.700	1.000	1.544.700
0026 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APOIO ÀS CRIANÇAS ATÍPICAS		**495.333**	**0**	**495.333**
	Fiscal	495.333	0	495.333
0028 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
0031 Atenção Integral às Crianças Atípicas		**327.351**	**0**	**327.351**
	Seguridade Social	327.351	0	327.351
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL		**99.493**	**99.493**	**0**
	Fiscal	99.493	99.493	0
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR 912404(1076265-82/2021)		**256.833**	**23.794**	**233.039**
	Fiscal	256.833	23.794	233.039
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021		**130.289**	**30.067**	**100.222**
	Fiscal	130.289	30.067	100.222
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021		**75.096**	**25.032**	**50.064**
	Fiscal	75.096	25.032	50.064
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)		**491.456**	**0**	**491.456**
	Fiscal	491.456	0	491.456
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA		**688.034**	**0**	**688.034**
	Fiscal	688.034	0	688.034
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS		**50.000**	**50.000**	**0**
	Fiscal	50.000	50.000	0
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL		**10.000**	**10.000**	**0**
	Fiscal	10.000	10.000	0
1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL		**10.000**	**10.000**	**0**
	Fiscal	10.000	10.000	0
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL		**137.234**	**37.234**	**100.000**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
	Fiscal	137.234	37.234	100.000
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA		**35.024**	**35.024**	**0**
	Fiscal	35.024	35.024	0
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES		**37.234**	**37.234**	**0**
	Fiscal	37.234	37.234	0

1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO		**50.103**	**50.103**	**0**
	Fiscal	50.103	50.103	0
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE		**43.439**	**0**	**43.439**
	Fiscal	43.439	0	43.439
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS		**18.617**	**0**	**18.617**
	Fiscal	18.617	0	18.617
1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		**100.440**	**0**	**100.440**
	Fiscal	100.440	0	100.440
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS		**75.096**	**0**	**75.096**
	Fiscal	75.096	0	75.096
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA		**45.031**	**0**	**45.031**
	Fiscal	45.031	0	45.031
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS		**20.007**	**0**	**20.007**
	Fiscal	20.007	0	20.007
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO		**100.102**	**0**	**100.102**
	Fiscal	100.102	0	100.102
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO		**100.138**	**0**	**100.138**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	100.138	0	100.138
1033 A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden		**25.085**	**25.085**	**0**
	Fiscal	25.085	25.085	0
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES		**50.138**	**50.138**	**0**
	Fiscal	50.138	50.138	0
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		**100.000**	**0**	**100.000**
	Fiscal	100.000	0	100.000
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE		**31.028**	**0**	**31.028**
	Fiscal	31.028	0	31.028
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO		**100.000**	**0**	**100.000**
	Fiscal	100.000	0	100.000
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE		**196.579**	**0**	**196.579**
	Fiscal	196.579	0	196.579
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES		**57.267**	**0**	**57.267**
	Fiscal	57.267	0	57.267
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO		**55.030**	**0**	**55.030**
	Fiscal	55.030	0	55.030
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES		**147.438**	**0**	**147.438**
	Fiscal	147.438	0	147.438
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS		**251.281**	**50.256**	**201.025**
	Fiscal	251.281	50.256	201.025
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS		**50.042**	**25.021**	**25.021**
	Fiscal	50.042	25.021	25.021

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)		**50.044**	**10.009**	**40.035**
	Fiscal	50.044	10.009	40.035
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR		**151.192**	**50.238**	**100.954**
	Fiscal	151.192	50.238	100.954
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES		**100.000**	**0**	**100.000**
	Fiscal	100.000	0	100.000
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		**55.007**	**55.007**	**0**

	Seguridade Social	55.007	55.007	0
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO		**100.000**	**100.000**	**0**
	Seguridade Social	100.000	100.000	0
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO		**45.034**	**25.019**	**20.015**
	Seguridade Social	45.034	25.019	20.015
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS		**80.161**	**30.027**	**50.134**
	Seguridade Social	80.161	30.027	50.134
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO		**25.011**	**25.011**	**0**
	Fiscal	25.011	25.011	0
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO		**50.207**	**50.207**	**0**
	Fiscal	50.207	50.207	0
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS		**50.000**	**50.000**	**0**
	Fiscal	50.000	50.000	0
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		**150.608**	**0**	**150.608**
	Seguridade Social	150.608	0	150.608
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL		**70.084**	**0**	**70.084**
	Seguridade Social	70.084	0	70.084

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		**357.652**	**0**	**357.652**
	Seguridade Social	357.652	0	357.652
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES		**201.082**	**0**	**201.082**
	Seguridade Social	201.082	0	201.082
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO		**257.946**	**50.241**	**207.705**
	Fiscal	257.946	50.241	207.705
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS		**1.238.521**	**5.003**	**1.233.518**
	Fiscal	1.238.521	5.003	1.233.518
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS		**30.015**	**0**	**30.015**
	Fiscal	30.015	0	30.015
1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS		**10.000**	**10.000**	**0**
	Fiscal	10.000	10.000	0
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		**25.034**	**25.034**	**0**
	Fiscal	25.034	25.034	0
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL		**1.000**	**0**	**1.000**
	Fiscal	1.000	0	1.000
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS		**50.000**	**50.000**	**0**
	Fiscal	50.000	50.000	0
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO		**50.042**	**25.021**	**25.021**
	Fiscal	50.042	25.021	25.021
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS		**350.000**	**0**	**350.000**
	Fiscal	350.000	0	350.000
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS		**50.000**	**50.000**	**0**
	Fiscal	50.000	50.000	0
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS		**25.010**	**25.010**	**0**
	Fiscal	25.010	25.010	0
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS		**40.028**	**20.014**	**20.014**
	Fiscal	40.028	20.014	20.014
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		**50.000**	**50.000**	**0**
	Seguridade Social	50.000	50.000	0
1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO		**50.043**	**0**	**50.043**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Ação — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Ação	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
	Fiscal	50.043	0	50.043
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais		**98.281**	**0**	**98.281**
	Fiscal	98.281	0	98.281
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade		**196.579**	**0**	**196.579**

	Fiscal	196.579	0	196.579
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)		**50.135**	**0**	**50.135**
	Fiscal	50.135	0	50.135
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA		**2.483.798**	**2.483.798**	**0**
	Fiscal	2.483.798	2.483.798	0
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)		**37.234**	**37.234**	**0**
	Fiscal	37.234	37.234	0
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM		**3.723**	**3.723**	**0**
	Fiscal	3.723	3.723	0
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		**1.240.872**	**1.240.872**	**0**
	Fiscal	1.240.872	1.240.872	0
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**124.166**	**124.166**	**0**
	Fiscal	124.166	124.166	0
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		**44.021**	**44.021**	**0**
	Fiscal	44.021	44.021	0
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**1.104.987**	**0**	**1.104.987**
	Fiscal	1.104.987	0	1.104.987
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO		**50.044**	**50.044**	**0**
	Fiscal	50.044	50.044	0
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE		**635.719**	**0**	**635.719**
	Fiscal	635.719	0	635.719
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		**50.067**	**0**	**50.067**
	Fiscal	50.067	0	50.067
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		**3.234.695**	**0**	**3.234.695**
	Fiscal	3.234.695	0	3.234.695
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN		**30.474**	**0**	**30.474**
	Fiscal	30.474	0	30.474
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL		**201.081**	**0**	**201.081**
	Fiscal	201.081	0	201.081
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL		**302.434**	**0**	**302.434**
	Fiscal	302.434	0	302.434
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO		**50.069**	**0**	**50.069**
	Fiscal	50.069	0	50.069
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		**274.929**	**0**	**274.929**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**

	Fiscal	274.929	0	274.929
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA		**50.069**	**0**	**50.069**
	Fiscal	50.069	0	50.069
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE		**10.002**	**0**	**10.002**
	Fiscal	10.002	0	10.002
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA		**50.041**	**0**	**50.041**
	Fiscal	50.041	0	50.041
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA		**50.045**	**0**	**50.045**
	Fiscal	50.045	0	50.045
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL		**50.042**	**0**	**50.042**
	Fiscal	50.042	0	50.042
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS		**150.384**	**150.384**	**0**
	Fiscal	150.384	150.384	0
2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS		**50.042**	**50.042**	**0**
	Fiscal	50.042	50.042	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL		**3.774.490**	**0**	**3.774.490**
	Fiscal	3.774.490	0	3.774.490
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL		**9.704.715**	**0**	**9.704.715**
	Fiscal	9.704.715	0	9.704.715

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE		**610.385**	**0**	**610.385**
	Fiscal	610.385	0	610.385
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE		**50.069**	**0**	**50.069**
	Fiscal	50.069	0	50.069
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL		**2.435.650**	**0**	**2.435.650**
	Fiscal	2.435.650	0	2.435.650
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL		**80.238**	**0**	**80.238**
	Fiscal	80.238	0	80.238
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE		**455.476**	**0**	**455.476**
	Fiscal	455.476	0	455.476
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA		**251.690**	**0**	**251.690**
	Fiscal	251.690	0	251.690
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS		**10.002**	**10.002**	**0**
	Fiscal	10.002	10.002	0
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO		**25.011**	**25.011**	**0**
	Fiscal	25.011	25.011	0
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS		**112.443**	**112.443**	**0**
	Fiscal	112.443	112.443	0
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO		**2.120.674**	**2.120.674**	**0**
	Fiscal	2.120.674	2.120.674	0
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE		**50.043**	**50.043**	**0**

	Fiscal	50.043	50.043	0
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA		**50.043**	**50.043**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS		**2.068.338**	**2.068.338**	**0**
	Fiscal	2.068.338	2.068.338	0
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO		**759.609**	**759.609**	**0**
	Fiscal	759.609	759.609	0
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP		**759.610**	**759.610**	**0**
	Fiscal	759.610	759.610	0
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO		**217.827**	**217.827**	**0**
	Fiscal	217.827	217.827	0
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		**2.279.309**	**2.279.309**	**0**
	Fiscal	2.279.309	2.279.309	0
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO		**50.044**	**50.044**	**0**
	Fiscal	50.044	50.044	0
2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA		**100.173**	**100.173**	**0**
	Fiscal	100.173	100.173	0
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL		**50.042**	**50.042**	**0**
	Fiscal	50.042	50.042	0
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO		**453.743**	**453.743**	**0**
	Seguridade Social	453.743	453.743	0
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		**1.714.967**	**1.704.634**	**10.333**
	Fiscal	1.714.967	1.704.634	10.333
2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES		**45.035**	**45.035**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	45.035	45.035	0
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA		**30.015**	**30.015**	**0**
	Fiscal	30.015	30.015	0
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS		**190.243**	**190.243**	**0**
	Fiscal	190.243	190.243	0
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE		**2.548.940**	**0**	**2.548.940**
	Seguridade Social	2.548.940	0	2.548.940
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE		**150.384**	**0**	**150.384**
	Seguridade Social	150.384	0	150.384
2085 REDE CEGONHA		**15.006**	**0**	**15.006**
	Seguridade Social	15.006	0	15.006
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		**50.043**	**50.043**	**0**
	Seguridade Social	50.043	50.043	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS		**270.000**	**0**	**270.000**
	Seguridade Social	270.000	0	270.000
2088 SAÚDE BUCAL - SB		**51.069**	**0**	**51.069**
	Seguridade Social	51.069	0	51.069
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE		**2.052.121**	**0**	**2.052.121**
	Seguridade Social	2.052.121	0	2.052.121
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB		**50.069**	**0**	**50.069**
	Seguridade Social	50.069	0	50.069
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**3.194.429**	**0**	**3.194.429**

	Seguridade Social	3.194.429	0	3.194.429
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		**246.023**	**246.023**	**0**
	Fiscal	246.023	246.023	0
2095 NSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL		**50.044**	**50.044**	**0**
	Fiscal	50.044	50.044	0
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL		**30.015**	**30.015**	**0**
	Fiscal	30.015	30.015	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE		**31.017**	**31.017**	**0**
	Fiscal	31.017	31.017	0
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		**4.746.706**	**4.234.939**	**511.767**
	Fiscal	4.746.706	4.234.939	511.767
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA		**792.552**	**9.007**	**783.545**
	Fiscal	792.552	9.007	783.545
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO		**50.042**	**50.042**	**0**
	Fiscal	50.042	50.042	0
2102 ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		**3.606.780**	**0**	**3.606.780**
	Seguridade Social	3.606.780	0	3.606.780
2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE		**101.000**	**0**	**101.000**
	Seguridade Social	101.000	0	101.000
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO		**50.044**	**50.044**	**0**
	Fiscal	50.044	50.044	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB		**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
	Fiscal	1.266.932	1.266.932	0
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		**50.044**	**25.022**	**25.022**
	Fiscal	50.044	25.022	25.022
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL		**200.387**	**200.387**	**0**
	Fiscal	200.387	200.387	0
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL		**20.007**	**20.007**	**0**
	Fiscal	20.007	20.007	0
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE		**15.004**	**15.004**	**0**
	Fiscal	15.004	15.004	0
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA		**20.006**	**20.006**	**0**

	Fiscal	20.006	20.006	0
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL		**30.015**	**30.015**	**0**
	Fiscal	30.015	30.015	0
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS		**50.043**	**50.043**	**0**
	Fiscal	50.043	50.043	0
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES		**50.043**	**0**	**50.043**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA		**50.044**	**0**	**50.044**
	Fiscal	50.044	0	50.044
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO		**50.044**	**1.000**	**49.044**
	Fiscal	50.044	1.000	49.044
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL		**550.070**	**0**	**550.070**
	Fiscal	550.070	0	550.070
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		**50.043**	**0**	**50.043**
	Fiscal	50.043	0	50.043
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE		**1.195.397**	**0**	**1.195.397**
	Fiscal	1.195.397	0	1.195.397
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);		**201.082**	**0**	**201.082**
	Seguridade Social	201.082	0	201.082
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)		**50.068**	**0**	**50.068**
	Seguridade Social	50.068	0	50.068
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)		**26.133**	**0**	**26.133**
	Seguridade Social	26.133	0	26.133
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos		**100.000**	**100.000**	**0**
	Fiscal	100.000	100.000	0
2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**DE**	**50.070**	**20.028**	**30.042**
	Seguridade Social	50.070	20.028	30.042
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**364.645**	**334.545**	**30.100**
	Seguridade Social	364.645	334.545	30.100
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO IDOSO	**DO**	**50.044**	**50.044**	**0**
	Seguridade Social	50.044	50.044	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Ação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA		**50.070**	**35.049**	**15.021**
	Seguridade Social	50.070	35.049	15.021
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS		**281.792**	**0**	**281.792**
	Seguridade Social	281.792	0	281.792
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS		**80.173**	**0**	**80.173**
	Seguridade Social	80.173	0	80.173
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE		**50.070**	**0**	**50.070**
	Seguridade Social	50.070	0	50.070
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**50.040**	**0**	**50.040**
	Seguridade Social	50.040	0	50.040
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS		**50.069**	**0**	**50.069**
	Seguridade Social	50.069	0	50.069
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**50.040**	**25.020**	**25.020**

	Seguridade Social	50.040	25.020	25.020
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS		**50.042**	**50.042**	**0**
	Seguridade Social	50.042	50.042	0
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF		**71.082**	**0**	**71.082**
	Seguridade Social	71.082	0	71.082
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		**95.353**	**0**	**95.353**
	Seguridade Social	95.353	0	95.353
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais		**100.270**	**0**	**100.270**
	Fiscal	100.270	0	100.270
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
9001 Reserva de Contigencia		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL	**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	99.493	99.493	0
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	37.234	37.234	0
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	2.483.798	2.483.798	0
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	37.234	37.234	0
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	3.723	3.723	0
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	50.000	50.000	0
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000	10.000	0
1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	10.000	10.000	0
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	100.000	100.000	0
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	100.000	100.000	0
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	137.234	37.234	100.000
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL	100.000	100.000	0
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000	0	100.000
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.240.872	1.240.872	0
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	62.056	62.056	0
2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124.166	124.166	0
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	62.056	62.056	0
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	50.043	50.043	0
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	62.056	62.056	0
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	44.021	44.021	0
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	62.056	62.056	0
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	62.056	62.056	0
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	100.000	100.000	0
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	43.439	0	43.439
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	18.617	0	18.617
1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.440	0	100.440
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.043	0	50.043
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.096	0	75.096
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.031	0	45.031
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.007	0	20.007
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.102	0	100.102
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.138	0	100.138

1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.043	0	50.043
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	50.043	0	50.043
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	50.043	0	50.043
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	50.043	0	50.043
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	50.043	0	50.043
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.043	0	50.043
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50.044	0	50.044
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50.044	1.000	49.044
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	1.195.397	0	1.195.397
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)	491.456	0	491.456
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	688.034	0	688.034
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	31.028	0	31.028
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	100.000	0	100.000
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	196.579	0	196.579
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	57.267	0	57.267
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	55.030	0	55.030
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	147.438	0	147.438
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	98.281	0	98.281
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	196.579	0	196.579
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.135	0	50.135
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.104.987	0	1.104.987
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	50.044	50.044	0
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	635.719	0	635.719
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	50.067	0	50.067
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.234.695	0	3.234.695
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	30.474	0	30.474
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	201.081	0	201.081
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	302.434	0	302.434
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	50.069	0	50.069
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	50.068	0	50.068
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	50.068	0	50.068
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	274.929	0	274.929
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	50.069	0	50.069
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	10.002	0	10.002
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	50.068	0	50.068
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	50.068	0	50.068
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	50.041	0	50.041
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	50.068	0	50.068
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	50.045	0	50.045
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.042	0	50.042
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	150.384	150.384	0
2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	50.042	50.042	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	50.068	0	50.068
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	3.774.490	0	3.774.490
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	9.704.715	0	9.704.715
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	610.385	0	610.385
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	50.069	0	50.069
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	2.435.650	0	2.435.650
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	80.238	0	80.238
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	455.476	0	455.476
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	251.690	0	251.690
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.002	10.002	0
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.011	25.011	0
2102 ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.	50.068	0	50.068
2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		

Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	50.068	0	50.068
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	20.007	20.007	0
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	15.004	15.004	0
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.006	20.006	0
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.015	30.015	0
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	550.070	0	550.070
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.043	0	50.043
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.270	0	100.270
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.068	0	50.068
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	**200.387**	**200.387**	**0**
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	200.387	200.387	0
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
1033 A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden	25.085	25.085	0
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	251.281	50.256	201.025
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.042	25.021	25.021
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	50.044	10.009	40.035
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	151.192	50.238	100.954
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	100.000	0	100.000
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	112.443	112.443	0
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50.043	50.043	0
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	2.120.674	2.120.674	0
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	50.043	50.043	0
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	50.043	50.043	0
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	50.043	50.043	0
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	50.043	50.043	0
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	50.043	50.043	0
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	2.068.338	2.068.338	0
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	759.609	759.609	0
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	759.610	759.610	0
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária	**317.913**	**317.913**	**0**
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	217.827	217.827	0
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	50.043	50.043	0
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	50.043	50.043	0
11.001 Secretaria Municipal de Administração	**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35.024	35.024	0
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	100.000	100.000	0
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	100.000	100.000	0
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.279.309	2.279.309	0
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	50.044	50.044	0
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	50.044	50.044	0
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	1.266.932	1.266.932	0
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	50.043	50.043	0
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	**150.215**	**150.215**	**0**
2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	100.173	100.173	0
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL	50.042	50.042	0
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	**833.989**	**738.818**	**95.171**
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.007	55.007	0
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	100.000	100.000	0
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.034	25.019	20.015
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	80.161	30.027	50.134
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000	50.000	0
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	453.743	453.743	0
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.044	25.022	25.022
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**1.293.490**	**514.728**	**778.762**

2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.070	20.028	30.042
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	364.645	334.545	30.100
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	50.044	50.044	0
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	50.070	35.049	15.021
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	281.792	0	281.792
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	80.173	0	80.173
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	50.070	0	50.070
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.040	0	50.040
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	50.069	0	50.069
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.040	25.020	25.020
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	50.042	50.042	0
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	71.082	0	71.082
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	95.353	0	95.353
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	100.000	100.000	0
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.103	50.103	0
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.138	50.138	0
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO	25.011	25.011	0
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.207	50.207	0
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	50.000	50.000	0
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.043	50.043	0
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.714.967	1.704.634	10.333
2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.035	45.035	0
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.015	30.015	0
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	**190.243**	**190.243**	**0**
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	190.243	190.243	0
16.001 Secretaria Municipal de Saúde	**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.608	0	150.608
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.084	0	70.084
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652	0	357.652
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	201.082	0	201.082
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.548.940	0	2.548.940
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	150.384	0	150.384
2085 REDE CEGONHA	15.006	0	15.006
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.043	50.043	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	270.000	0	270.000
2088 SAÚDE BUCAL - SB	51.069	0	51.069
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	2.052.121	0	2.052.121
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	50.069	0	50.069
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	50.068	0	50.068
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.194.429	0	3.194.429
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	50.068	0	50.068
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.606.780	0	3.606.780
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	101.000	0	101.000
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	50.068	0	50.068
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	50.068	0	50.068
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	50.068	0	50.068
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);	201.082	0	201.082
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	50.068	0	50.068
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	26.133	0	26.133
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	**357.099**	**357.099**	**0**
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	246.023	246.023	0
2095 NSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	50.044	50.044	0
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30.015	30.015	0
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	31.017	31.017	0
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR	256.833	23.794	233.039

912404(1076265-82/2021)			
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.289	30.067	100.222
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021	75.096	25.032	50.064
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	257.946	50.241	207.705
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1.238.521	5.003	1.233.518
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.015	0	30.015
1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000	10.000	0
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034	25.034	0
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1.000	0	1.000
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	50.000	50.000	0
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.042	25.021	25.021
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000	0	350.000
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	50.000	50.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e Ação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	25.010	25.010	0
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.028	20.014	20.014
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.746.706	4.234.939	511.767
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	792.552	9.007	783.545
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	50.042	50.042	0
99.001 Reserva de Contigência	**650.000**	**650.000**	**0**
9001 Reserva de Contigencia	650.000	650.000	0
Total:	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Receitas e Despesas Segundo as Categorias Econômicas - Geral			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
RECEITA			**DESPESA**		
Especificação	**Parcial**	**Total**	**Especificação**	**Parcial**	**Total**
RECEITAS CORRENTES		**69.167.806**	**DESPESAS CORRENTES**		**59.880.720**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.120.018		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.608.810	
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	358.628	
CONTRIBUIÇÕES	783.545		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.913.282	
RECEITA PATRIMONIAL	853.327				
RECEITA DE SERVIÇOS	2.419.872				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.857.834				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.210				
			SUPERÁVIT CORRENTE		9.147.239
TOTAL RECEITAS CORRENTES		**69.167.806**	**TOTRAL DESPESAS CORRENTES**		**69.167.806**
RECEITAS DE CAPITAL		**4.033.193**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**12.670.279**
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000		INVESTIMENTO	9.483.124	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.833.193		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	3.187.155	
DÉFICIT DE CAPITAL		8.637.086			
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL		**12.670.279**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**		**12.670.279**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		**139.847**	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**139.847**
RECEITA DE SERVIÇOS	129.024		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		139.847
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.823				
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES		**69.167.806**	**DESPESAS CORRENTES**		**59.880.720**
RECEITAS DE CAPITAL		**4.033.193**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**12.670.279**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**139.847**	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**139.847**
			RESERVA DE CONTIGÊNCIA		**650.000**
Total		**73.340.846**	**Total**		**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Despesa			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Grupo**	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES			**60.020.567**	**20.090.537**	**39.930.030**
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		36.608.810	12.024.068	24.584.742
		Fiscal	29.121.597	11.613.731	17.507.866
		Seguridade Social	7.487.213	410.337	7.076.876

	2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		358.628	358.628	0
		Fiscal	358.628	358.628	0
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.053.129	7.707.841	15.345.288
		Fiscal	16.487.604	7.074.724	9.412.880
		Seguridade Social	6.565.525	633.117	5.932.408
4 DESPESAS DE CAPITAL			**12.670.279**	**5.138.202**	**7.532.077**
	4 INVESTIMENTO		9.483.124	2.021.773	7.461.351
		Fiscal	8.061.537	1.786.660	6.274.877
		Seguridade Social	1.421.587	235.113	1.186.474
	6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		3.187.155	3.116.429	70.726
		Fiscal	3.187.155	3.116.429	70.726
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			**650.000**	**650.000**	**0**
	9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		650.000	650.000	0
		Fiscal	650.000	650.000	0
		Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
		Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
		Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Demonstrativo das Receitas e Despesas Segundo as Categorias Econômicas - Seguridade — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

RECEITA			**DESPESA**		
Especificação	**Parcial**	**Total**	**Especificação**	**Parcial**	**Total**
RECEITAS CORRENTES		**5.507.751**	**DESPESAS CORRENTES**		**14.041.405**
RECEITA PATRIMONIAL	150.700		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.487.213	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.355.051		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.554.192	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000				
DÉFICIT CORRENTE		8.544.987			
			TOTRAL DESPESAS CORRENTES		**14.052.738**
TOTAL RECEITAS CORRENTES		**14.052.738**			
RECEITAS DE CAPITAL		**49.750**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**1.421.587**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	49.750		INVESTIMENTO	1.421.587	
DÉFICIT DE CAPITAL		1.371.837			
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL		**1.421.587**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**		**1.421.587**
			DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**11.333**
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.333
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES		**5.507.751**	**DESPESAS CORRENTES**		**14.041.405**
RECEITAS DE CAPITAL		**49.750**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**1.421.587**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**0**	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**11.333**
Transf. do Orçamento Fiscal		**9.916.824**			
Total		**15.474.325**	**Total**		**15.474.325**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Demonstrativo das Receitas e Despesas Segundo as Categorias Econômicas - Fiscal — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

RECEITA			**DESPESA**		
Especificação	**Parcial**	**Total**	**Especificação**	**Parcial**	**Total**
RECEITAS CORRENTES		**63.660.055**	**DESPESAS CORRENTES**		**45.839.315**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.120.018		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.121.597	
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	358.628	
CONTRIBUIÇÕES	783.545		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.359.090	
RECEITA PATRIMONIAL	702.627				
RECEITA DE SERVIÇOS	2.419.872				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.502.783				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	131.210				
			SUPERÁVIT CORRENTE		17.692.226
TOTAL RECEITAS CORRENTES		**63.660.055**	**TOTRAL DESPESAS CORRENTES**		**63.660.055**
RECEITAS DE CAPITAL		**3.983.443**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**11.248.692**
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000		INVESTIMENTO	8.061.537	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.783.443		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	3.187.155	
DÉFICIT DE CAPITAL		7.265.249			
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL		**11.248.692**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**		**11.248.692**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		**139.847**	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**128.514**

RECEITA DE SERVIÇOS	129.024		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		128.514
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.823				
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES		**63.660.055**	**DESPESAS CORRENTES**		**45.839.315**
RECEITAS DE CAPITAL		**3.983.443**	**DESPESAS DE CAPITAL**		**11.248.692**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		**139.847**	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**		**128.514**
			RESERVA DE CONTIGÊNCIA		**650.000**
			Transf. para o Orçamento de Seguridade		9.916.824
Total		**67.783.345**	**Total**		**67.783.345**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria Econômica		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria Econômica	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES		**60.020.567**	**20.090.537**	**39.930.030**
	Fiscal	45.967.829	19.047.083	26.920.746
	Seguridade Social	14.052.738	1.043.454	13.009.284
4 DESPESAS DE CAPITAL		**12.670.279**	**5.138.202**	**7.532.077**
	Fiscal	11.248.692	4.903.089	6.345.603
	Seguridade Social	1.421.587	235.113	1.186.474
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
0001 SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE			**895.432**	**0**	**895.432**
	16.001 Secretaria Municipal de Saúde		895.432	0	895.432
		1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.608	0	150.608
		1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.084	0	70.084
		1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652	0	357.652
		1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	201.082	0	201.082
		2085 REDE CEGONHA	15.006	0	15.006
		2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	101.000	0	101.000
0002 EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE			**539.904**	**100.000**	**439.904**
	02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		100.000	100.000	0
		2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	100.000	100.000	0
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		439.904	0	439.904
		1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	31.028	0	31.028
		1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	100.000	0	100.000
		1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	196.579	0	196.579
		1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	57.267	0	57.267
		1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	55.030	0	55.030
0003 FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL			**457.234**	**357.234**	**100.000**
	02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		457.234	357.234	100.000
		1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000	10.000	0
		1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	10.000	10.000	0
		1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	100.000	100.000	0
		1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	100.000	100.000	0
		1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	137.234	37.234	100.000
		1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL	100.000	100.000	0
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE			**3.602.482**	**784.849**	**2.817.633**
	02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		150.000	50.000	100.000
		1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	50.000	50.000	0
		1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000	0	100.000

	08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		627.644	160.609	467.035
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		1033 A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden	25.085	25.085	0
		1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	251.281	50.256	201.025
		1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.042	25.021	25.021
		1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	50.044	10.009	40.035
		1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	151.192	50.238	100.954
		1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	100.000	0	100.000
	11.001 Secretaria Municipal de Administração		235.024	235.024	0
		1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35.024	35.024	0
		1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	100.000	100.000	0
		1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	100.000	100.000	0
	18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		2.589.814	339.216	2.250.598
		1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR 912404(1076265-82/2021)	256.833	23.794	233.039
		1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.289	30.067	100.222
		1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021	75.096	25.032	50.064
		1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	257.946	50.241	207.705
		1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1.238.521	5.003	1.233.518
		1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.015	0	30.015
		1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000	10.000	0
		1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034	25.034	0
		1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1.000	0	1.000
		1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	50.000	50.000	0
		1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.042	25.021	25.021
		1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000	0	350.000
		1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	50.000	50.000	0
		1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	25.010	25.010	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.028	20.014	20.014
0005 CAMPO FORTE: MODERNIZANDO A AGRICULTURA AQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP			**450.552**	**450.552**	**0**
	14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		450.552	450.552	0
		1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	100.000	100.000	0
		1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.103	50.103	0
		1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.138	50.138	0
		1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO	25.011	25.011	0
		1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.207	50.207	0
		1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	50.000	50.000	0
		1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.043	50.043	0
		2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.035	45.035	0
		2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.015	30.015	0
0006 LEGISLATIVO COLABORATIVO E TRANSPARENTE: FORTALECENDO A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA			**136.727**	**136.727**	**0**
	01.001 CÂMARA MUNICIPAL		136.727	136.727	0
		1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	99.493	99.493	0
		1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	37.234	37.234	0
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA			**33.420.767**	**19.890.921**	**13.529.846**
	01.001 CÂMARA MUNICIPAL		37.234	37.234	0

		2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	37.234	37.234	0
	02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		2.017.606	2.017.606	0
		2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.240.872	1.240.872	0
		2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
		2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	62.056	62.056	0
		2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124.166	124.166	0
		2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
		2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
		2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	62.056	62.056	0
		2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	50.043	50.043	0
		2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	62.056	62.056	0
		2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0

Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	44.021	44.021	0
		2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	62.056	62.056	0
		2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	62.056	62.056	0
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		250.494	200.426	50.068
		2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	150.384	150.384	0
		2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	50.042	50.042	0
		2102 ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.	50.068	0	50.068
	07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		200.387	200.387	0
		2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	200.387	200.387	0
	08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		2.533.375	2.533.375	0
		2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	112.443	112.443	0
		2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50.043	50.043	0
		2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	2.120.674	2.120.674	0
		2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	50.043	50.043	0
		2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	50.043	50.043	0
		2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	50.043	50.043	0
		2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	50.043	50.043	0
		2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	50.043	50.043	0
	09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		3.687.643	3.687.643	0
		2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	2.068.338	2.068.338	0
		2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	759.609	759.609	0
		2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	759.610	759.610	0
		2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	50.043	50.043	0
		2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
	10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária		317.913	317.913	0
		2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	217.827	217.827	0
		2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	50.043	50.043	0
		2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	50.043	50.043	0

Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	11.001 Secretaria Municipal de Administração		3.696.372	3.696.372	0
		2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.279.309	2.279.309	0
		2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	50.044	50.044	0
		2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	50.044	50.044	0
		2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	1.266.932	1.266.932	0
		2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	50.043	50.043	0
	12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		150.215	150.215	0
		2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	100.173	100.173	0
		2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL	50.042	50.042	0
	13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		453.743	453.743	0
		2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	453.743	453.743	0

		SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO			
	13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		50.069	0	50.069
		2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	50.069	0	50.069
	14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		1.714.967	1.704.634	10.333
		2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.714.967	1.704.634	10.333
	15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		190.243	190.243	0
		2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	190.243	190.243	0
	16.001 Secretaria Municipal de Saúde		12.174.107	50.043	12.124.064
		2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.548.940	0	2.548.940
		2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	150.384	0	150.384
		2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.043	50.043	0
		2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	270.000	0	270.000
		2088 SAÚDE BUCAL - SB	51.069	0	51.069
		2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	2.052.121	0	2.052.121
		2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	50.069	0	50.069
		2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	50.068	0	50.068
		2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.194.429	0	3.194.429
		2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	50.068	0	50.068
		2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.606.780	0	3.606.780
		2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	50.068	0	50.068
		2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	50.068	0	50.068
	17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		357.099	357.099	0
		2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	246.023	246.023	0
		2095 NSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	50.044	50.044	0
		2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30.015	30.015	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	31.017	31.017	0
	18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		5.589.300	4.293.988	1.295.312
		2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.746.706	4.234.939	511.767
		2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	792.552	9.007	783.545
		2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	50.042	50.042	0
0008 GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA			**1.293.465**	**539.750**	**753.715**
	13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		50.044	25.022	25.022
		2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.044	25.022	25.022
	13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		1.243.421	514.728	728.693
		2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.070	20.028	30.042
		2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	364.645	334.545	30.100
		2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	50.044	50.044	0
		2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	50.070	35.049	15.021
		2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	281.792	0	281.792
		2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	80.173	0	80.173
		2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	50.070	0	50.070
		2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.040	0	50.040
		2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.040	25.020	25.020
		2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	50.042	50.042	0
		2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	71.082	0	71.082
		2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	95.353	0	95.353
0009 VALORIZAÇÃO A CULTURA LOCAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO			**85.032**	**85.032**	**0**
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		85.032	85.032	0
		2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	20.007	20.007	0
		2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	15.004	15.004	0
		2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.006	20.006	0
		2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.015	30.015	0

0011 REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA			**330.202**	**260.053**	**70.149**
	13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		330.202	260.053	70.149
		1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.007	55.007	0
		1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	100.000	100.000	0
		1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.034	25.019	20.015
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	80.161	30.027	50.134
		1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000	50.000	0
0013 GESTÃO DA EDUCAÇÃO			**24.658.247**	**100.087**	**24.558.160**
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		24.658.247	100.087	24.558.160
		2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.104.987	0	1.104.987
		2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	50.044	50.044	0
		2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	635.719	0	635.719
		2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	50.067	0	50.067
		2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.234.695	0	3.234.695
		2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	30.474	0	30.474
		2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	201.081	0	201.081
		2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	302.434	0	302.434
		2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	50.069	0	50.069
		2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	50.068	0	50.068
		2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	50.068	0	50.068
		2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	274.929	0	274.929
		2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	50.069	0	50.069
		2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	10.002	0	10.002
		2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	50.068	0	50.068
		2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	50.068	0	50.068
		2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	50.041	0	50.041
		2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	50.068	0	50.068
		2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	50.045	0	50.045
		2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
		2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
		2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.042	0	50.042
		2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	50.068	0	50.068
		2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	3.774.490	0	3.774.490
		2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	9.704.715	0	9.704.715
		2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	610.385	0	610.385
		2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	50.069	0	50.069
		2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	2.435.650	0	2.435.650
		2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	80.238	0	80.238
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	455.476	0	455.476
		2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	251.690	0	251.690
		2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
		2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO	50.043	50.043	0
		2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	50.068	0	50.068
		2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	550.070	0	550.070
		2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.043	0	50.043
0016 ESPORTE E LAZER PARA TODOS			**1.361.941**	**35.013**	**1.326.928**
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		1.361.941	35.013	1.326.928
		1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)	491.456	0	491.456
		1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	688.034	0	688.034
		1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	147.438	0	147.438

		2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.002	10.002	0
		2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.011	25.011	0
0017 ÁGUA PARA TODOS E SANEAMENTO MODERNO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL			**602.956**	**0**	**602.956**
	03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		602.956	0	602.956
		1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	43.439	0	43.439
		1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	18.617	0	18.617
		1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.440	0	100.440
		1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.043	0	50.043
		1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.096	0	75.096
		1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.031	0	45.031
		1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.007	0	20.007
		1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.102	0	100.102
		1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.138	0	100.138
		1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.043	0	50.043
0018 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO			**2.487.521**	**2.487.521**	**0**
	01.001 CÂMARA MUNICIPAL		2.487.521	2.487.521	0
		2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	2.483.798	2.483.798	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Programa, Unidade Orçamentária e Ação			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Programa	**Unidade**	**Ação**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	3.723	3.723	0
0021 GESTÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL			**1.545.700**	**1.000**	**1.544.700**
	03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		1.545.700	1.000	1.544.700
		2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	50.043	0	50.043
		2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	50.043	0	50.043
		2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	50.043	0	50.043
		2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	50.043	0	50.043
		2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.043	0	50.043
		2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50.044	0	50.044
		2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50.044	1.000	49.044
		2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	1.195.397	0	1.195.397
0026 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APOIO ÀS CRIANÇAS ATÍPICAS			**495.333**	**0**	**495.333**
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		495.333	0	495.333
		1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	98.281	0	98.281
		1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	196.579	0	196.579
		1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.135	0	50.135
		3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.270	0	100.270
		3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.068	0	50.068
0028 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			**650.000**	**650.000**	**0**
	99.001 Reserva de Contigência		650.000	650.000	0
		9001 Reserva de Contigencia	650.000	650.000	0
0031 Atenção Integral às Crianças Atípicas			**327.351**	**0**	**327.351**
	16.001 Secretaria Municipal de Saúde		327.351	0	327.351
		2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	50.068	0	50.068
		2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);	201.082	0	201.082
		2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	50.068	0	50.068
		2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	26.133	0	26.133
		Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
		Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
		Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Modalidade de Aplicação		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Modalidade de Aplicação	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		**3.793.555**	**131.725**	**3.661.830**
	Fiscal	181.768	131.725	50.043
	Seguridade Social	3.611.787	0	3.611.787

70 TRANSFERENCIA A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		**62.056**	**62.056**	**0**
	Fiscal	62.056	62.056	0
71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEIO		**22.541**	**0**	**22.541**
	Seguridade Social	22.541	0	22.541
90 APLICAÇÕES DIRETAS		**68.672.847**	**24.916.666**	**43.756.181**
	Fiscal	56.844.183	23.639.099	33.205.084
	Seguridade Social	11.828.664	1.277.567	10.551.097
91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS		**139.847**	**118.292**	**21.555**
	Fiscal	128.514	117.292	11.222
	Seguridade Social	11.333	1.000	10.333
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
	Fiscal	2.661.482	2.661.482	0
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
	Fiscal	2.724.840	2.524.840	200.000
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
	Fiscal	2.148.656	1.000	2.147.656
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
	Fiscal	27.290.951	420.558	26.870.393
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**200.387**	**200.387**	**0**
	Fiscal	200.387	200.387	0
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
	Fiscal	3.161.019	2.693.984	467.035
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
	Fiscal	3.687.643	3.687.643	0
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária		**317.913**	**317.913**	**0**
	Fiscal	317.913	317.913	0
11.001 Secretaria Municipal de Administração		**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
	Fiscal	3.931.396	3.931.396	0
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**150.215**	**150.215**	**0**
	Fiscal	150.215	150.215	0
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		**833.989**	**738.818**	**95.171**
	Fiscal	50.044	25.022	25.022
	Seguridade Social	783.945	713.796	70.149
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		**1.293.490**	**514.728**	**778.762**
	Seguridade Social	1.293.490	514.728	778.762
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
	Fiscal	2.165.519	2.155.186	10.333
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		**190.243**	**190.243**	**0**
	Fiscal	190.243	190.243	0
16.001 Secretaria Municipal de Saúde		**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
	Seguridade Social	13.396.890	50.043	13.346.847
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**357.099**	**357.099**	**0**
	Fiscal	357.099	357.099	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
	Fiscal	8.179.114	4.633.204	3.545.910
99.001 Reserva de Contigência		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Órgão		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Órgão	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01 - Câmara Municipal		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
	Fiscal	2.661.482	2.661.482	0
02 - Gabinete do Prefeito		**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
	Fiscal	2.724.840	2.524.840	200.000
03 - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
	Fiscal	2.148.656	1.000	2.147.656
06 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
	Fiscal	27.290.951	420.558	26.870.393
07 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**200.387**	**200.387**	**0**
	Fiscal	200.387	200.387	0
08 - Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo		**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
	Fiscal	3.161.019	2.693.984	467.035
09 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
	Fiscal	3.687.643	3.687.643	0
10 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		**317.913**	**317.913**	**0**
	Fiscal	317.913	317.913	0
11 - Secretaria Municipal de Administração		**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
	Fiscal	3.931.396	3.931.396	0
12 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**150.215**	**150.215**	**0**
	Fiscal	150.215	150.215	0
13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		**2.127.479**	**1.253.546**	**873.933**
	Fiscal	50.044	25.022	25.022
	Seguridade Social	2.077.435	1.228.524	848.911
14 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
	Fiscal	2.165.519	2.155.186	10.333
15 - Sec. Mun. de Relações Institucionais		**190.243**	**190.243**	**0**
	Fiscal	190.243	190.243	0
16 - Secretaria Municipal de Saúde		**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
	Seguridade Social	13.396.890	50.043	13.346.847
17 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**357.099**	**357.099**	**0**
	Fiscal	357.099	357.099	0
18 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana		**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
	Fiscal	8.179.114	4.633.204	3.545.910
99 - Reserva de Contigência		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Órgão e Unidade Orçamentária		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Órgão Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01 Câmara Municipal		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL		2.661.482	2.661.482	0
	Fiscal	2.661.482	2.661.482	0
02 Gabinete do Prefeito		**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		2.724.840	2.524.840	200.000
	Fiscal	2.724.840	2.524.840	200.000
03 Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		2.148.656	1.000	2.147.656
	Fiscal	2.148.656	1.000	2.147.656
06 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		27.290.951	420.558	26.870.393
	Fiscal	27.290.951	420.558	26.870.393
07 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**200.387**	**200.387**	**0**
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		200.387	200.387	0
	Fiscal	200.387	200.387	0
08 Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo		**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		3.161.019	2.693.984	467.035
	Fiscal	3.161.019	2.693.984	467.035
09 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**3.687.643**	**3.687.643**	**0**

09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		3.687.643	3.687.643	0
	Fiscal	3.687.643	3.687.643	0
10 Sec. Municipal de Gestão Tributária		**317.913**	**317.913**	**0**
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária		317.913	317.913	0
	Fiscal	317.913	317.913	0
11 Secretaria Municipal de Administração		**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
11.001 Secretaria Municipal de Administração		3.931.396	3.931.396	0
	Fiscal	3.931.396	3.931.396	0
12 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**150.215**	**150.215**	**0**
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		150.215	150.215	0
	Fiscal	150.215	150.215	0
13 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		**2.127.479**	**1.253.546**	**873.933**
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		833.989	738.818	95.171
	Fiscal	50.044	25.022	25.022
	Seguridade Social	783.945	713.796	70.149
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Órgão e Unidade Orçamentária		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Órgão Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		1.293.490	514.728	778.762
	Seguridade Social	1.293.490	514.728	778.762
14 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		2.165.519	2.155.186	10.333
	Fiscal	2.165.519	2.155.186	10.333
15 Sec. Mun. de Relações Institucionais		**190.243**	**190.243**	**0**
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		190.243	190.243	0
	Fiscal	190.243	190.243	0
16 Secretaria Municipal de Saúde		**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
16.001 Secretaria Municipal de Saúde		13.396.890	50.043	13.346.847
	Seguridade Social	13.396.890	50.043	13.346.847
17 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**357.099**	**357.099**	**0**
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		357.099	357.099	0
	Fiscal	357.099	357.099	0
18 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana		**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		8.179.114	4.633.204	3.545.910
	Fiscal	8.179.114	4.633.204	3.545.910
99 Reserva de Contigência		**650.000**	**650.000**	**0**
99.001 Reserva de Contigência		650.000	650.000	0
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**60.020.567**	**20.090.537**	**39.930.030**
01.001 - CÂMARA MUNICIPAL	**2.549.781**	**2.549.781**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.549.781	2.549.781	0
02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	**2.067.563**	**2.067.563**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.067.563	2.067.563	0
03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**1.596.248**	**1.000**	**1.595.248**
1.501 Outros Recursos não Vinculados	1.000	1.000	0
1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	1.595.248	0	1.595.248
06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**24.527.690**	**380.535**	**24.147.155**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	380.535	380.535	0
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.853.772	0	4.853.772
1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	2.006.479	0	2.006.479
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	9.821.710	0	9.821.710
1.540.1071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	1.336.604	0	1.336.604
1.540.1072 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	500.000	0	500.000
1.541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	58.113	0	58.113

1.541.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	0	117.578
1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	478.395	0	478.395
1.542.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	2.978.176	0	2.978.176
1.543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	58.113	0	58.113
1.546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	103.625	0	103.625
1.550 Transferência do Salário-Educação	634.719	0	634.719
1.551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	35.047	0	35.047
1.552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	502.706	0	502.706
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	501.466	0	501.466
1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	80.110	0	80.110
1.571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.474	0	30.474
1.716 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	50.068	0	50.068
07.001 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	**199.384**	**199.384**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	199.384	199.384	0
08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	**2.462.418**	**2.452.409**	**10.009**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.452.409	2.452.409	0
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.009	0	10.009
09.001 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	**1.878.061**	**1.878.061**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	1.878.061	1.878.061	0
10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária	**305.857**	**305.857**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	305.857	305.857	0
11.001 - Secretaria Municipal de Administração	**2.394.446**	**2.394.446**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.394.446	2.394.446	0
12.001 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	**145.206**	**145.206**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	145.206	145.206	0
13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	**548.745**	**523.723**	**25.022**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	523.723	523.723	0
1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.022	0	25.022
13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**1.258.449**	**504.719**	**753.730**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	504.719	504.719	0
1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	723.630	0	723.630
1.661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	30.100	0	30.100
14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	**1.934.739**	**1.934.739**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	1.934.739	1.934.739	0
15.001 - Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	**185.233**	**185.233**	**0**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	185.233	185.233	0
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde	**12.295.588**	**40.034**	**12.255.554**
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	40.034	40.034	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria		**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.500.1002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.670.207	0	7.670.207
1.600	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.912.627	0	2.912.627
1.601	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	37.652	0	37.652
1.604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	264.855	0	264.855
1.605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	800.000	0	800.000
1.621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.014	0	10.014
1.706.3110	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	560.199	0	560.199
17.001 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**349.066**	**349.066**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	349.066	349.066	0
18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		**5.322.093**	**4.178.781**	**1.143.312**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	4.178.781	4.178.781	0
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.000	0	1.000
1.718	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	309	0	309
1.720	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	358.458	0	358.458
1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	783.545	0	783.545
4 DESPESAS DE CAPITAL		**12.670.279**	**5.138.202**	**7.532.077**
01.001 - CÂMARA MUNICIPAL		**111.701**	**111.701**	**0**

1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	111.701	111.701	0
02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		**657.277**	**457.277**	**200.000**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	457.277	457.277	0
1.755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	200.000	0	200.000
03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		**552.408**	**0**	**552.408**
1.753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	552.408	0	552.408
06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**2.763.261**	**40.023**	**2.723.238**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	40.023	40.023	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria		**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	46.066	0	46.066
1.540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	269.653	0	269.653
1.542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	701.876	0	701.876
1.550	Transferência do Salário-Educação	1.000	0	1.000
1.551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	15.020	0	15.020
1.569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	70.096	0	70.096
1.570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	399.741	0	399.741
1.573	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.296	0	40.296
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.179.490	0	1.179.490
07.001 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**1.003**	**1.003**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.003	1.003	0
08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		**698.601**	**241.575**	**457.026**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	241.575	241.575	0
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	356.549	0	356.549
1.706.3110	Transferências da União decorrentes de emendas	100.477	0	100.477
	parlamentares individuais			
09.001 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**1.809.582**	**1.809.582**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.809.582	1.809.582	0
10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		**12.056**	**12.056**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	12.056	12.056	0
11.001 - Secretaria Municipal de Administração		**1.536.950**	**1.536.950**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	271.018	271.018	0
1.501	Outros Recursos não Vinculados	1.265.932	1.265.932	0
12.001 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**5.009**	**5.009**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	5.009	5.009	0
13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		**285.244**	**215.095**	**70.149**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	215.095	215.095	0
1.665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	70.149	0	70.149
13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		**35.041**	**10.009**	**25.032**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	10.009	10.009	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria		**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.032	0	25.032
14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**230.780**	**220.447**	**10.333**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	220.447	220.447	0
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.333	0	10.333
15.001 - Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		**5.010**	**5.010**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	5.010	5.010	0
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde		**1.101.302**	**10.009**	**1.091.293**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	10.009	10.009	0
1.500.1002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	214.473	0	214.473
1.600	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	278.293	0	278.293
1.601	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	249.072	0	249.072
1.604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	5.145	0	5.145
1.631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.845	0	25.845
1.632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.865	0	10.865
1.633	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	0	10.000
1.635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	15.100	0	15.100
1.706.3110	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	282.500	0	282.500
17.001 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**8.033**	**8.033**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	8.033	8.033	0

18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		**2.857.021**	**454.423**	**2.402.598**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	454.423	454.423	0
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.850.756	0	1.850.756
1.701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	350.000	0	350.000
1.706	Transferência Especial da União	103.000	0	103.000
1.710	Transferência Especial dos Estados	200	0	200
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Categoria, Unidade e Fonte		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria		**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.720	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	86.542	0	86.542
1.750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.100	0	12.100
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
99.001 - Reserva de Contigência		**650.000**	**650.000**	**0**
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0001 - SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE		
Órgão Responsável: 16.001 - Secretaria Municipal de Saúde		
Objetivo Geral: 0001 - APRIMORAMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE FUNDO DE SAÚDE		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0124 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidade	1062 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.608
0136 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	1064 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.084
0137 - REDE CEGONHA	2085 - REDE CEGONHA	15.006
0138 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1065 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652
0139 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	1066 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	201.082
0140 - PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	2109 - PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	101.000
Programa: 0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE		
Órgão Responsável: 06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Objetivo Geral: 0007 - QUALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0088 - Remoção de Obst. Arquit. para Acessibilidade	1036 - REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARAACESSIBILIDADE	31.028
0090 - Const., reforma e Ampl. de unid. de Ensino	1038 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	100.000
0091 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	1039 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	196.579
0092 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	1040 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	57.267
0093 - Const ref. e Ampl. de Todas as Mod. de Ens.	1041 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	55.030
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL		
Órgão Responsável: 02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		
Objetivo Geral: 0012 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL.		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0075 - AQUISIÇÃO DE COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	1012 - AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000
0076 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	1013 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARAA DEFESA CIVIL	10.000
0077 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	1014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	100.000
0078 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	1015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	100.000
0079 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	1016 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	137.234
0080 - AQUISIÇÃO DE VIATURA PARAA GUARDA MUNICIPAL	1017 - AQUISIÇÃO DE VIATURA PARAA GUARDA MUNICIPAL	100.000
Programa: 0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP		
Órgão Responsável: 14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		
Objetivo Geral: 0011 - IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INTEGRADO		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0103 - Aquisição de equipamentos para o centro	1058 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO	25.011
0104 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	1021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	100.000
0105 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	1022 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.103
0106 - Const. do Centro De Comercialização	1059 - CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.207
0107 - Aquis. de Máquina Pesadas	1060 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	50.000
0108 - Apoio ao Peq. Prod. com Doação de Fert. e Sementes	2080 - APOIO AAGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.035
0109 - Aquis. de Vacinas para Doação aos Peq.	1061 - AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.043

0110 - Realização de Cortes de Terra	2081 - REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.015
0164 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	1034 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.138
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0009 - VALORIZAÇÃO A CULTURA LOCAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO		
Órgão Responsável: 06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Objetivo Geral: 0013 - VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL E DIVERSIDADE ARTÍSTICA.		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0099 - EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	2126 - EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	20.007
0100 - FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	2127 - FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	15.004
0101 - APOIO A BANDA DE MÚSICA	2128 - APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.006
0102 - EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	2129 - EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.015
Programa: 0011 - REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA		
Órgão Responsável: 13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		
Objetivo Geral: 0002 - FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO E AMPARO SOCIAL.		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0119 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1053 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.007
0120 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	1054 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	100.000
0121 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	1055 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.034
0122 - REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	1056 - REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	80.161
0123 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	1082 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000
Programa: 0016 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS		
Órgão Responsável: 06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Objetivo Geral: 0008 - ESTÍMULO ABRANGENTE AO ESPORTE E LAZER.		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0086 - CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN	1009 - CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)	491.456
0087 - CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN	1010 - CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	688.034
0095 - Const., Ref. e Ampliaç. de Quadras de Esportes	1043 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	147.438
0097 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	2050 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.002
0098 - Jogos Escolares Municipais Básico	2051 - JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.011
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0017 - ÁGUA PARA TODOS E SANEAMENTO MODERNO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL		
Órgão Responsável: 03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		
Objetivo Geral: 0015 - GARANTIR A EXCELÊNCIA E A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO EM MAXARANGUAPE, POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0082 - Obras de Saneamento Basico	1083 - OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.043
0126 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	1024 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	43.439
0127 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	1025 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	18.617
0128 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1026 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.440
0129 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	1027 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.043
0130 - PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	1028 - PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.096
0131 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	1029 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.031
0132 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	1030 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.007
0133 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	1031 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.102
0134 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	1032 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.138
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE		
Órgão Responsável: 02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		
Objetivo Geral: 0005 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0074 - AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	1011 - AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	50.000
0081 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1035 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000
Órgão Responsável: 08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		
Objetivo Geral: 0016 - CONSOLIDAR MAXARANGUAPE COMO POLO TURÍSTICO DE EXCELÊNCIA, AMPLIANDO FLUXO DE VISITANTES E FOMENTANDO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0112 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	1045 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	251.281
0113 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	1046 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.042
0114 - REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M.	1047 - REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M.	50.044

TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	
0115 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES	1048 - CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	151.192
0116 - CONSTRUÇÃO DOS QUIOSQUES DO RIO	1049 - CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	100.000
0163 - CONSTRUÇÃO E MANUTANÇÃO ESPAÇO MOTORHOME: TURISMO E EVENTOS	1033 - A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden	25.085
Órgão Responsável: 11.001 - Secretaria Municipal de Administração		
Objetivo Geral: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0083 - PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURAADMINISTRATIVA	1018 - PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURAADMINISTRATIVA	35.024
0084 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	1019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	100.000
0085 - Ampliação e Reforma da Prefeitura Munic.	1052 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	100.000
Órgão Responsável: 18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		
Objetivo Geral: 0009 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E QUALIDADE URBANA.		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0142 - PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	1004 - PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR 912404(1076265-82/2021)	256.833
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE		
0143 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	1005 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.289
0144 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	1005 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.289
0145 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ)	1006 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021	75.096
0147 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1069 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1.238.521
0148 - PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	1070 - PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.015
0149 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	1071 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000
0150 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1072 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034
0151 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	1076 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000
0152 - AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1073 - AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1.000
0153 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	1074 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	50.000
0154 - OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	1075 - OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.042
0155 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	1076 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000
0156 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	1077 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	50.000
0157 - ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	1078 - ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	25.010
0158 - EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	1079 - EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.028
0159 - COMPLEXO POLIESPORTIVO	1068 - COMPLEXO POLIESPORTIVO	257.946
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo de Compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Programa		**Exercício - 2027 -** Em R$ 1,00
Programa: 0026 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APOIO ÀS CRIANÇAS ATÍPICAS		
Órgão Responsável: 06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Objetivo Geral: 0018 - Garantir educação inclusiva, com Atendimento Educacional Especializado (AEE)		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0165 - Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	3001 - Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.270
0166 - Formação Continuada em Educação Inclusiva	3002 - Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.068
0167 - Contratação de Cuidadores Educacionais	1084 - Contratação de Cuidadores Educacionais	98.281
0168 - Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	1086 - Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	196.579
0169 - Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	1087 - Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.135
Programa: 0006 - LEGISLATIVO COLABORATIVO E TRANSPARENTE: FORTALECENDO A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA		
Órgão Responsável: 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL		
Objetivo Geral: 0004 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EFICIENTE DO LEGISLATIVO		
ENTREGA	**AÇÃO**	**Valor LOA**
0071 - Reforma e Ampl.do Predio da Câmara Mun.	1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	99.493
0073 - AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	1020 - AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	37.234

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
01.001 - CÂMARA MUNICIPAL					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.026	25.026	0

1002 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	74.467	74.467	0
1020 - AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	37.234	37.234	0
2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.483.798	2.483.798	0
2003 - MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DAATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	37.234	37.234	0
2004 - CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	3.723	3.723	0
		Total UO:	**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1011 - AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1012 - AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	10.000	0
1013 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARAA DEFESA CIVIL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	10.000	0
1014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1016 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	137.234	137.234	0
1017 - AQUISIÇÃO DE VIATURA PARAA GUARDA MUNICIPAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1035 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
2005 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.240.872	1.240.872	0
2006 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2007 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2008 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	124.166	124.166	0
2009 - APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2010 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2011 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2012 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.043	50.043	0
2013 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2014 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
2015 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	44.021	44.021	0
2107 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2113 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	62.056	62.056	0
2156 - Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	100.000	100.000	0
		Total UO:	**2.724.840**	**2.724.840**	**0**
03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1024 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	43.439	43.439	0
1025 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	18.617	18.617	0
1026 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	40.176	40.176	0
1026 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	60.264	60.264	0
1027 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	20.017	20.017	0
1027 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.026	30.026	0
1028 - PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	35.045	35.045	0
1028 - PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	40.051	40.051	0
1029 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	15.010	15.010	0
1029 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.021	30.021	0
1030 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	20.007	20.007	0
1031 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	40.040	40.040	0
1031 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	60.062	60.062	0
1032 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	40.056	40.056	0
1032 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	60.082	60.082	0
1083 - OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.043	50.043	0
2132 - PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.043	50.043	0
2133 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2134 - PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2135 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2136 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2137 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	20.018	20.018	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
2137 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.026	30.026	0
2138 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.000	1.000	0
2138 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	20.018	20.018	0

2138 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	29.026	29.026	0
2141 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	Outras	3 - DESPESAS CORRENTES	1.144.689	1.144.689	0
2141 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.708	50.708	0
		Total UO:	**2.148.656**	**2.148.656**	**0**
06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1009 - CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	491.456	491.456	0
1010 - CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	688.034	688.034	0
1036 - REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARAACESSIBILIDADE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	31.028	31.028	0
1038 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1039 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	196.579	196.579	0
1040 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	57.267	57.267	0
1041 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	55.030	55.030	0
1043 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	147.438	147.438	0
1084 - Contratação de Cuidadores Educacionais	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	98.281	98.281	0
1086 - Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	196.579	196.579	0
1087 - Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.135	50.135	0
2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.104.987	1.104.987	0
2017 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.040	45.040	0
2017 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	634.719	634.719	0
2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.000	1.000	0
2019 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	35.047	35.047	0
2019 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	15.020	15.020	0
2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	3.224.661	3.224.661	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.034	10.034	0
2021 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	Estadual	3 - DESPESAS CORRENTES	30.474	30.474	0
2022 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	201.081	201.081	0
2023 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	302.434	302.434	0
2024 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.069	50.069	0
2025 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2026 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	224.886	224.886	0
2028 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.069	50.069	0
2029 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	10.002	10.002	0
2030 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2031 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2032 - MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.037	45.037	0
2032 - MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
2033 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2034 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.045	50.045	0
2035 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2036 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2037 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.038	45.038	0
2037 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
2038 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	150.384	150.384	0
2039 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.038	45.038	0
2039 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
2040 - PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.068	50.068	0
2041 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.868.699	2.868.699	0
2041 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	57.113	57.113	0
2041 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	290.565	290.565	0
2041 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	558.113	558.113	0
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	9.469.559	9.469.559	0
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	235.156	235.156	0
2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	192.568	192.568	0
2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.068	5.068	0
2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	407.681	407.681	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		

Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
2043 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.068	5.068	0
2044 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.069	50.069	0
2045 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	30.528	30.528	0
2045 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.405.122	2.405.122	0
2046 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	80.238	80.238	0
2047 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	455.476	455.476	0
2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	251.690	251.690	0
2049 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2050 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	10.002	10.002	0
2051 - JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.011	25.011	0
2102 - AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR DE CULTURA - LEI PAULO GUSTAVO	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2104 - PROCESSO SELETIVO PARAAÇÕES DE EDUCAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2105 - PROGRAMA BRASILALFABETIZADO	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.054	40.054	0
2105 - PROGRAMA BRASILALFABETIZADO	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.014	10.014	0
2126 - EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.007	20.007	0
2127 - FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	15.004	15.004	0
2128 - APOIO A BANDA DE MÚSICA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.006	20.006	0
2129 - EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.015	30.015	0
2139 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	500.000	500.000	0
2139 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.056	40.056	0
2139 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.014	10.014	0
2140 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
3001 - Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	100.270	100.270	0
3002 - Formação Continuada em Educação Inclusiva	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
		Total UO:	**27.290.951**	**27.290.951**	**0**
07.001 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2124 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	199.384	199.384	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
2124 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.003	1.003	0
		Total UO:	**200.387**	**200.387**	**0**
08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1033 - CONSTRUÇÃO E MANUTANÇÃO ESPAÇO MOTORHOME: TURISMO E EVENTOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.085	25.085	0
1045 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.256	50.256	0
1045 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	201.025	201.025	0
1046 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.021	25.021	0
1046 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.021	25.021	0
1047 - REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.009	10.009	0
1047 - REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	10.009	10.009	0
1047 - REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.026	30.026	0
1048 - CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NAARVORE DO AMOR	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.238	50.238	0
1048 - CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NAARVORE DO AMOR	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.954	100.954	0
1049 - CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
2053 - ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	112.443	112.443	0
2054 - INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2055 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.069.734	2.069.734	0
2055 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.940	50.940	0
2056 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2057 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2058 - PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.017	20.017	0
2058 - PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.026	30.026	0
2059 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2117 - DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
		Total UO:	**3.161.019**	**3.161.019**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
09.001 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2060 - AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	268.884	268.884	0
2060 - AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.799.454	1.799.454	0
2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	749.481	749.481	0
2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.128	10.128	0
2062 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	759.610	759.610	0
2063 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2066 - PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
		Total UO:	**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2064 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	205.771	205.771	0
2064 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.056	12.056	0
2100 - PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2118 - AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
		Total UO:	**317.913**	**317.913**	**0**
11.001 - Secretaria Municipal de Administração					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1018 - PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURAADMINISTRATIVA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	35.024	35.024	0
1019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1052 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
2065 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.229.309	2.229.309	0
2065 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.035	40.035	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.009	10.009	0
2112 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.035	40.035	0
2112 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.009	10.009	0
2114 - AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.266.932	1.266.932	0
2130 - RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
		Total UO:	**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
12.001 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2068 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	95.164	95.164	0
2068 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.009	5.009	0
2069 - APOIO AO PESCADOR ARTESANAL (EQUIPAMENTOS E INSUMOS)	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.042	50.042	0
		Total UO:	**150.215**	**150.215**	**0**
13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1053 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	5.007	5.007	0
1053 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1054 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.000	100.000	0
1055 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	5.004	5.004	0
1055 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.015	20.015	0
1055 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.015	20.015	0
1056 - REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.027	20.027	0
1056 - REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	10.000	0
1056 - REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.134	50.134	0
1082 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.000	25.000	0
1082 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.000	25.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	443.663	443.663	0
2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.080	10.080	0
2120 - PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.022	25.022	0

2120 - PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.022	25.022	0
		Total UO:	**833.989**	**833.989**	**0**
13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2175 - APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.028	20.028	0
2175 - APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	30.042	30.042	0
2177 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	334.545	334.545	0
2177 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Estadual	3 - DESPESAS CORRENTES	30.100	30.100	0
2178 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.035	40.035	0
2178 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.009	10.009	0
2179 - BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	35.049	35.049	0
2179 - BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	15.021	15.021	0
2180 - INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	276.785	276.785	0
2180 - INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.007	5.007	0
2181 - BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	80.173	80.173	0
2182 - APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.063	45.063	0
2182 - APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.007	5.007	0
2183 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.036	45.036	0
2183 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
2184 - MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.055	40.055	0
2184 - MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.014	10.014	0
2185 - CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.020	25.020	0
2185 - CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	25.020	25.020	0
2186 - MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.042	50.042	0
2187 - INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	71.082	71.082	0
2188 - BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	95.353	95.353	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
		Total UO:	**1.293.490**	**1.293.490**	**0**
14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.000	50.000	0
1021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1022 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.041	20.041	0
1022 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.062	30.062	0
1034 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.055	20.055	0
1034 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.083	30.083	0
1058 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.011	25.011	0
1059 - CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	20.083	20.083	0
1059 - CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.124	30.124	0
1060 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1061 - AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.043	50.043	0
2079 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.699.467	1.699.467	0
2079 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.167	5.167	0
2079 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.333	10.333	0
2080 - APOIO AAGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.035	45.035	0
2081 - REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	30.015	30.015	0
		Total UO:	**2.165.519**	**2.165.519**	**0**
15.001 - Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2082 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	185.233	185.233	0
2082 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.010	5.010	0
		Total UO:	**190.243**	**190.243**	**0**
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde					
	Fonte de		**Valores por instrumento**		**Diferença**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Ação	**Financiamento**	**Categoria Econômica**	**LDO**	**LOA**	**LDO - LOA**
1062 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	37.652	37.652	0
1062 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	37.652	37.652	0
1062 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	37.652	37.652	0
1062 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	37.652	37.652	0
1064 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	70.084	70.084	0

1065 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	75.152	75.152	0
1065 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	282.500	282.500	0
1066 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	201.082	201.082	0
2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.529.307	2.529.307	0
2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	19.633	19.633	0
2084 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	115.294	115.294	0
2084 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	35.090	35.090	0
2085 - REDE CEGONHA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	15.006	15.006	0
2086 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.034	40.034	0
2086 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.009	10.009	0
2087 - AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	264.855	264.855	0
2087 - AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.145	5.145	0
2088 - SAÚDE BUCAL - SB	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.000	2.000	0
2088 - SAÚDE BUCAL - SB	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	49.069	49.069	0
2089 - ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.923.641	1.923.641	0
2089 - ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	118.480	118.480	0
2089 - ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	Outras	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	10.000	0
2090 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	Estadual	3 - DESPESAS CORRENTES	10.014	10.014	0
2090 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.055	40.055	0
2091 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2092 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.954.304	2.954.304	0
2092 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	11.952	11.952	0
2092 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Estadual	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.865	10.865	0
2092 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	217.308	217.308	0
2093 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	2.016.644	2.016.644	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
2103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.590.136	1.590.136	0
2109 - PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	101.000	101.000	0
2110 - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	40.054	40.054	0
2110 - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.014	10.014	0
2111 - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2142 - Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2144 - Transporte Sanitário Adaptado (VIAG)	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	201.082	201.082	0
2145 - Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.068	50.068	0
2146 - Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	26.133	26.133	0
		Total UO:	**13.396.890**	**13.396.890**	**0**
17.001 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
2094 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	237.990	237.990	0
2094 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	8.033	8.033	0
2095 - INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	50.044	50.044	0
2096 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	30.015	30.015	0
2097 - GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	31.017	31.017	0
		Total UO:	**357.099**	**357.099**	**0**
18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	23.794	23.794	0
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	Estadual	4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.100	12.100	0
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	220.939	220.939	0
1005 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.067	30.067	0
1005 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	100.222	100.222	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
1006 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ)	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.032	25.032	0

1006 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ)	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.064	50.064	0
1068 - COMPLEXO POLIESPORTIVO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.241	50.241	0
1068 - COMPLEXO POLIESPORTIVO	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	207.705	207.705	0
1069 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.003	5.003	0
1069 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Estadual	4 - DESPESAS DE CAPITAL	200	200	0
1069 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	1.000	1.000	0
1069 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.232.318	1.232.318	0
1070 - PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	30.015	30.015	0
1071 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	10.000	0
1072 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.034	25.034	0
1073 - AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.000	1.000	0
1074 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1075 - OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.021	25.021	0
1075 - OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.021	25.021	0
1076 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	Estadual	4 - DESPESAS DE CAPITAL	350.000	350.000	0
1077 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	50.000	0
1078 - ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	12.505	12.505	0
1078 - ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.505	12.505	0
1079 - EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.014	20.014	0
1079 - EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.014	20.014	0
2098 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	4.121.547	4.121.547	0
2098 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	113.701	113.701	0
2098 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Federal	3 - DESPESAS CORRENTES	358.458	358.458	0
2098 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Federal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	153.000	153.000	0
2099 - MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	783.545	783.545	0
2099 - MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.007	9.007	0
2101 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	Municipal	3 - DESPESAS CORRENTES	45.038	45.038	0
2101 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	Municipal	4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.004	5.004	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo de compatibilidade PPA x LDO x LOA: Por Unidade			Exercício: **2027**- Em R$ 1,00		
		Total UO:	**8.179.114**	**8.179.114**	**0**
99.001 - Reserva de Contigência					
Ação	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Valores por instrumento LDO**	**LOA**	**Diferença LDO - LOA**
9001 - Reserva de Contigencia	Municipal	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	650.000	0
		Total UO:	**650.000**	**650.000**	**0**
		Total Geral:	**73.340.846**	**73.340.846**	**0**

* Linhas destacadas indicam registros incompatíveis.

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso				Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Grupo**	**Fonte de Recurso**	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES				**60.020.567**	**20.090.537**	**39.930.030**
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			36.608.810	12.024.068	24.584.742
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		12.024.068	12.024.068	0
			Fiscal	11.613.731	11.613.731	0
			Seguridade Social	410.337	410.337	0
		1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		3.543.546	0	3.543.546
			Fiscal	3.543.546	0	3.543.546
		1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.502.796	0	4.502.796
			Seguridade Social	4.502.796	0	4.502.796
		1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos		30.204	0	30.204
			Fiscal	30.204	0	30.204
		1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		9.821.710	0	9.821.710
			Fiscal	9.821.710	0	9.821.710
		1.540.1072 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica		500.000	0	500.000
			Fiscal	500.000	0	500.000
		1.541.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		117.578	0	117.578

			Fiscal	117.578	0	117.578
		1.542.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		2.978.176	0	2.978.176
			Fiscal	2.978.176	0	2.978.176
		1.550 Transferência do Salário-Educação		1.000	0	1.000
			Fiscal	1.000	0	1.000
		1.552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		1.000	0	1.000
			Fiscal	1.000	0	1.000
		1.553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		10.054	0	10.054
			Fiscal	10.054	0	10.054
		1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		20.028	0	20.028
			Fiscal	20.028	0	20.028
		1.600 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.342.648	0	1.342.648
			Seguridade Social	1.342.648	0	1.342.648
		1.604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		228.843	0	228.843
			Seguridade Social	228.843	0	228.843

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Categoria	Grupo	Fonte de Recurso	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
		1.605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.		539.322	0	539.322
			Seguridade Social	539.322	0	539.322
		1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		463.267	0	463.267
			Seguridade Social	463.267	0	463.267
		1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos		484.570	0	484.570
			Fiscal	484.570	0	484.570
	2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA			358.628	358.628	0
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		358.628	358.628	0
			Fiscal	358.628	358.628	0
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES			23.053.129	7.707.841	15.345.288
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		7.706.841	7.706.841	0
			Fiscal	7.073.724	7.073.724	0
			Seguridade Social	633.117	633.117	0
		1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.310.226	0	1.310.226
			Fiscal	1.310.226	0	1.310.226
		1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde		3.167.411	0	3.167.411
			Seguridade Social	3.167.411	0	3.167.411
		1.501 Outros Recursos não Vinculados		1.000	1.000	0
			Fiscal	1.000	1.000	0
		1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos		1.976.275	0	1.976.275
			Fiscal	1.976.275	0	1.976.275
		1.540.1071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica		1.336.604	0	1.336.604
			Fiscal	1.336.604	0	1.336.604
		1.541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		58.113	0	58.113
			Fiscal	58.113	0	58.113
		1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		478.395	0	478.395
			Fiscal	478.395	0	478.395
		1.543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		58.113	0	58.113
			Fiscal	58.113	0	58.113
		1.546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI		103.625	0	103.625
			Fiscal	103.625	0	103.625
		1.550 Transferência do Salário-Educação		633.719	0	633.719
			Fiscal	633.719	0	633.719
		1.551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		35.047	0	35.047
			Fiscal	35.047	0	35.047

		1.552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		501.706	0	501.706
			Fiscal	501.706	0	501.706
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso				Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Grupo**	**Fonte de Recurso**	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		1.553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		491.412	0	491.412
			Fiscal	491.412	0	491.412
		1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		60.082	0	60.082
			Fiscal	60.082	0	60.082
		1.571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		30.474	0	30.474
			Fiscal	30.474	0	30.474
		1.600 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.569.979	0	1.569.979
			Seguridade Social	1.569.979	0	1.569.979
		1.601 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		37.652	0	37.652
			Seguridade Social	37.652	0	37.652
		1.604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		36.012	0	36.012
			Seguridade Social	36.012	0	36.012
		1.605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.		260.678	0	260.678
			Seguridade Social	260.678	0	260.678
		1.621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		10.014	0	10.014
			Seguridade Social	10.014	0	10.014
		1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		285.385	0	285.385
			Fiscal	25.022	0	25.022
			Seguridade Social	260.363	0	260.363
		1.661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		30.100	0	30.100
			Seguridade Social	30.100	0	30.100
		1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		11.009	0	11.009
			Fiscal	11.009	0	11.009
		1.706.3110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais		560.199	0	560.199
			Seguridade Social	560.199	0	560.199
		1.716 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura		50.068	0	50.068
			Fiscal	50.068	0	50.068
		1.718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022		309	0	309
			Fiscal	309	0	309
		1.720 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997		358.458	0	358.458
			Fiscal	358.458	0	358.458
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso				Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Grupo**	**Fonte de Recurso**	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
		1.751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		783.545	0	783.545
			Fiscal	783.545	0	783.545
		1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos		1.110.678	0	1.110.678
			Fiscal	1.110.678	0	1.110.678
4 DESPESAS DE CAPITAL				**12.670.279**	**5.138.202**	**7.532.077**
	4 INVESTIMENTO			9.483.124	2.021.773	7.461.351
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		2.021.773	2.021.773	0
			Fiscal	1.786.660	1.786.660	0
			Seguridade Social	235.113	235.113	0
		1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		46.066	0	46.066

			Fiscal	46.066	0	46.066
		1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde		214.473	0	214.473
			Seguridade Social	214.473	0	214.473
		1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos		269.653	0	269.653
			Fiscal	269.653	0	269.653
		1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		701.876	0	701.876
			Fiscal	701.876	0	701.876
		1.550 Transferência do Salário-Educação		1.000	0	1.000
			Fiscal	1.000	0	1.000
		1.551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		15.020	0	15.020
			Fiscal	15.020	0	15.020
		1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		70.096	0	70.096
			Fiscal	70.096	0	70.096
		1.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		399.741	0	399.741
			Fiscal	399.741	0	399.741
		1.573 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013		40.296	0	40.296
			Fiscal	40.296	0	40.296
		1.600 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde		278.293	0	278.293
			Seguridade Social	278.293	0	278.293
		1.601 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		249.072	0	249.072
			Seguridade Social	249.072	0	249.072
		1.604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		5.145	0	5.145
			Seguridade Social	5.145	0	5.145
		1.631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		25.845	0	25.845
			Seguridade Social	25.845	0	25.845

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Categoria	Grupo	Fonte de Recurso	Esfera	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
		1.632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		10.865	0	10.865
			Seguridade Social	10.865	0	10.865
		1.633 Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		10.000	0	10.000
			Seguridade Social	10.000	0	10.000
		1.635 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde- Lei nº 12.858/2013		15.100	0	15.100
			Seguridade Social	15.100	0	15.100
		1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		25.032	0	25.032
			Seguridade Social	25.032	0	25.032
		1.665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		70.149	0	70.149
			Seguridade Social	70.149	0	70.149
		1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		3.397.128	0	3.397.128
			Fiscal	3.397.128	0	3.397.128
		1.701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		350.000	0	350.000
			Fiscal	350.000	0	350.000
		1.706 Transferência Especial da União		103.000	0	103.000
			Fiscal	103.000	0	103.000
		1.706.3110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais		382.977	0	382.977
			Fiscal	100.477	0	100.477
			Seguridade Social	282.500	0	282.500
		1.710 Transferência Especial dos Estados		200	0	200
			Fiscal	200	0	200

		1.720 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997		86.542	0	86.542
			Fiscal	86.542	0	86.542
		1.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		12.100	0	12.100
			Fiscal	12.100	0	12.100
		1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos		481.682	0	481.682
			Fiscal	481.682	0	481.682
		1.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		200.000	0	200.000
			Fiscal	200.000	0	200.000
	6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA			3.187.155	3.116.429	70.726
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		1.850.497	1.850.497	0
			Fiscal	1.850.497	1.850.497	0
		1.501 Outros Recursos não Vinculados		1.265.932	1.265.932	0
			Fiscal	1.265.932	1.265.932	0
		1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos		70.726	0	70.726
			Fiscal	70.726	0	70.726
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				**650.000**	**650.000**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Despesa por Categoria, Grupo Despesa e Fonte de Recurso				Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Categoria	**Grupo**	**Fonte de Recurso**	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			650.000	650.000	0
		1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		650.000	650.000	0
			Fiscal	650.000	650.000	0
			Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
			Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
			Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		**4.899.838**	**0**	**4.899.838**
	Fiscal	4.899.838	0	4.899.838
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde		**7.884.680**	**0**	**7.884.680**
	Seguridade Social	7.884.680	0	7.884.680
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos		**24.611.807**	**24.611.807**	**0**
	Fiscal	23.333.240	23.333.240	0
	Seguridade Social	1.278.567	1.278.567	0
1.501 Outros Recursos não Vinculados		**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
	Fiscal	1.266.932	1.266.932	0
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		**9.821.710**	**0**	**9.821.710**
	Fiscal	9.821.710	0	9.821.710
1.540.1071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica		**1.336.604**	**0**	**1.336.604**
	Fiscal	1.336.604	0	1.336.604
1.540.1072 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica		**500.000**	**0**	**500.000**
	Fiscal	500.000	0	500.000
1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos		**2.276.132**	**0**	**2.276.132**
	Fiscal	2.276.132	0	2.276.132
1.541.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		**117.578**	**0**	**117.578**
	Fiscal	117.578	0	117.578
1.541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		**58.113**	**0**	**58.113**
	Fiscal	58.113	0	58.113
1.542.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%		**2.978.176**	**0**	**2.978.176**
	Fiscal	2.978.176	0	2.978.176
1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		**1.180.271**	**0**	**1.180.271**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	1.180.271	0	1.180.271
1.543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		**58.113**	**0**	**58.113**
	Fiscal	58.113	0	58.113
1.546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI		**103.625**	**0**	**103.625**

	Fiscal	103.625	0	103.625
1.550 Transferência do Salário-Educação		**635.719**	**0**	**635.719**
	Fiscal	635.719	0	635.719
1.551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		**50.067**	**0**	**50.067**
	Fiscal	50.067	0	50.067
1.552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		**502.706**	**0**	**502.706**
	Fiscal	502.706	0	502.706
1.553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		**501.466**	**0**	**501.466**
	Fiscal	501.466	0	501.466
1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE		**150.206**	**0**	**150.206**
	Fiscal	150.206	0	150.206
1.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		**399.741**	**0**	**399.741**
	Fiscal	399.741	0	399.741
1.571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação		**30.474**	**0**	**30.474**
	Fiscal	30.474	0	30.474
1.573 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013		**40.296**	**0**	**40.296**
	Fiscal	40.296	0	40.296
1.600 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde		**3.190.920**	**0**	**3.190.920**
	Seguridade Social	3.190.920	0	3.190.920
1.601 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		**286.724**	**0**	**286.724**
	Seguridade Social	286.724	0	286.724
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias		**270.000**	**0**	**270.000**
	Seguridade Social	270.000	0	270.000
1.605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.		**800.000**	**0**	**800.000**
	Seguridade Social	800.000	0	800.000
1.621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		**10.014**	**0**	**10.014**
	Seguridade Social	10.014	0	10.014
1.631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		**25.845**	**0**	**25.845**
	Seguridade Social	25.845	0	25.845
1.632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		**10.865**	**0**	**10.865**
	Seguridade Social	10.865	0	10.865
1.633 Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde		**10.000**	**0**	**10.000**
	Seguridade Social	10.000	0	10.000
1.635 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013		**15.100**	**0**	**15.100**
	Seguridade Social	15.100	0	15.100
1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		**773.684**	**0**	**773.684**
	Fiscal	25.022	0	25.022
	Seguridade Social	748.662	0	748.662
1.661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		**30.100**	**0**	**30.100**
	Seguridade Social	30.100	0	30.100
1.665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		**70.149**	**0**	**70.149**
	Seguridade Social	70.149	0	70.149
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		**3.408.137**	**0**	**3.408.137**
	Fiscal	3.408.137	0	3.408.137
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1.701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		**350.000**	**0**	**350.000**
	Fiscal	350.000	0	350.000
1.706.3110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais		**943.176**	**0**	**943.176**
	Fiscal	100.477	0	100.477
	Seguridade Social	842.699	0	842.699
1.706 Transferência Especial da União		**103.000**	**0**	**103.000**
	Fiscal	103.000	0	103.000
1.710 Transferência Especial dos Estados		**200**	**0**	**200**
	Fiscal	200	0	200
1.716 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura		**50.068**	**0**	**50.068**
	Fiscal	50.068	0	50.068
1.718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022		**309**	**0**	**309**
	Fiscal	309	0	309

1.720 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997		**445.000**	**0**	**445.000**
	Fiscal	445.000	0	445.000
1.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		**12.100**	**0**	**12.100**
	Fiscal	12.100	0	12.100
1.751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		**783.545**	**0**	**783.545**
	Fiscal	783.545	0	783.545
1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos		**2.147.656**	**0**	**2.147.656**
	Fiscal	2.147.656	0	2.147.656
1.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		**200.000**	**0**	**200.000**
	Fiscal	200.000	0	200.000
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo da Despesa por Poder e Órgão		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Poder	**Órgão**	**Valor**	**Total**
Poder Legislativo			**2.661.482**
	Câmara Municipal	2.661.482	
Poder Executivo			**70.679.364**
	Gabinete do Prefeito	2.724.840	
	Serviço Autônomo de Águas e Esgotos	2.148.656	
	Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	27.290.951	
	Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	200.387	
	Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo	3.161.019	
	Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	3.687.643	
	Sec. Municipal de Gestão Tributária	317.913	
	Secretaria Municipal de Administração	3.931.396	
	Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	150.215	
	Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação	2.127.479	
	Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	2.165.519	
	Sec. Mun. de Relações Institucionais	190.243	
	Secretaria Municipal de Saúde	13.396.890	
	Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	357.099	
	Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana	8.179.114	
	Reserva de Contigência	650.000	
Total:			**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Evolução da Despesa			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Despesa	**Realizada - 2025**	**Parte Relativa %**	**Fixada - 2026**	**Parte Relativa %**	**Prevista - 2027**
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais	25.483.186,94	35,76	29.515.645,00	41,20	36.608.810,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	0,00	0,00	350.000,00	0,49	358.628,00
Outras Despesas Correntes	37.656.239,43	52,85	29.991.119,00	41,86	23.053.129,00
Total	63.139.426,37	88,61	59.856.764,00	83,54	60.020.567,00
Despesas de Capital					
Investimento	6.156.278,01	8,64	9.175.679,00	12,81	9.483.124,00
Amortização da Dívida Interna	1.960.243,06	2,75	1.960.000,00	2,74	3.187.155,00
Total	8.116.521,07	11,39	11.135.679,00	15,54	12.670.279,00
Reserva de Contigência					
Reserva de Contigência	0,00	0,00	655.799,00	0,92	650.000,00
Total	0,00	0,00	655.799,00	0,92	650.000,00
Total Geral	71.255.947,44	100,00	71.648.242,00	100,00	73.340.846,00

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL	**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	99.493	99.493	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.026**	**25.026**	**0**

3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.026**	**25.026**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.026	25.026	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**74.467**	**74.467**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**74.467**	**74.467**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	74.467	74.467	0
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	37.234	37.234	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**37.234**	**37.234**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**37.234**	**37.234**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	37.234	37.234	0
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	2.483.798	2.483.798	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.483.798**	**2.483.798**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.699.899**	**1.699.899**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.699.899	1.699.899	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**783.899**	**783.899**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	21.717	21.717	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	737.182	737.182	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	25.000	25.000	0
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	37.234	37.234	0
3 DESPESAS CORRENTES	**37.234**	**37.234**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**37.234**	**37.234**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	37.234	37.234	0
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	3.723	3.723	0
3 DESPESAS CORRENTES	**3.723**	**3.723**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.723**	**3.723**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	3.723	3.723	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	137.234	37.234	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**137.234**	**37.234**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**137.234**	**37.234**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	137.234	37.234	100.000
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.240.872	1.240.872	0
3 DESPESAS CORRENTES	**1.240.872**	**1.240.872**	**0**

3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.003.875**	**1.003.875**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.003.875	1.003.875	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**236.997**	**236.997**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	236.997	236.997	0
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.70 TRANSFERENCIA A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	62.056	62.056	0
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124.166	124.166	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**124.166**	**124.166**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**83.095**	**83.095**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	83.095	83.095	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**41.071**	**41.071**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	41.071	41.071	0
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**27.028**	**27.028**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	27.028	27.028	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.028**	**35.028**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	5.004	5.004	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.024	30.024	0
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**39.570**	**39.570**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	39.570	39.570	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**22.486**	**22.486**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	22.486	22.486	0
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	50.043	50.043	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**50.043**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.009**	**10.009**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**52.047**	**52.047**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	52.047	52.047	0
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**42.038**	**42.038**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	42.038	42.038	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**20.018**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	20.018	0
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	44.021	44.021	0
3 DESPESAS CORRENTES	**44.021**	**44.021**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**23.994**	**23.994**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	23.994	23.994	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.027	20.027	0
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA	62.056	62.056	0
CIVIL - COMPDEC			
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**

3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**42.038**	**42.038**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	42.038	42.038	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**20.018**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	20.018	0
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	100.000	100.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**100.000**	**100.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**100.000**	**100.000**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	43.439	0	43.439
4 DESPESAS DE CAPITAL	**43.439**	**0**	**43.439**
4.4 INVESTIMENTO	**43.439**	**0**	**43.439**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	43.439	0	43.439
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	18.617	0	18.617
4 DESPESAS DE CAPITAL	**18.617**	**0**	**18.617**
4.4 INVESTIMENTO	**18.617**	**0**	**18.617**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	18.617	0	18.617
1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.440	0	100.440
3 DESPESAS CORRENTES	**40.176**	**0**	**40.176**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.176**	**0**	**40.176**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.176	0	40.176
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.264**	**0**	**60.264**
4.4 INVESTIMENTO	**60.264**	**0**	**60.264**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.264	0	60.264
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**0**	**20.017**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**0**	**20.017**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	0	20.017
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	0	30.026
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.096	0	75.096
3 DESPESAS CORRENTES	**35.045**	**0**	**35.045**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.045**	**0**	**35.045**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.045	0	35.045
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.051**	**0**	**40.051**
4.4 INVESTIMENTO	**40.051**	**0**	**40.051**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.051	0	40.051
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.031	0	45.031
3 DESPESAS CORRENTES	**15.010**	**0**	**15.010**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.010**	**0**	**15.010**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.010	0	15.010
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.021**	**0**	**30.021**
4.4 INVESTIMENTO	**30.021**	**0**	**30.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.021	0	30.021
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.007	0	20.007
3 DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**0**	**20.007**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**0**	**20.007**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.007	0	20.007
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.102	0	100.102
3 DESPESAS CORRENTES	**40.040**	**0**	**40.040**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.040**	**0**	**40.040**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.040	0	40.040

4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.062**	**0**	**60.062**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4 INVESTIMENTO	**60.062**	**0**	**60.062**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.062	0	60.062
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.138	0	100.138
3 DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**0**	**40.056**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**0**	**40.056**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.056	0	40.056
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.082**	**0**	**60.082**
4.4 INVESTIMENTO	**60.082**	**0**	**60.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.082	0	60.082
1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.043	0	50.043
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**0**	**50.043**
4.4 INVESTIMENTO	**50.043**	**0**	**50.043**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	50.043	0	50.043
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**0**	**50.043**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**0**	**50.043**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**40.034**	**0**	**40.034**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	0	40.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	0	10.009
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50.044	0	50.044
3 DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**0**	**20.018**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**0**	**20.018**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	0	20.018
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	0	30.026
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50.044	1.000	49.044
3 DESPESAS CORRENTES	**21.018**	**1.000**	**20.018**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**21.018**	**1.000**	**20.018**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	21.018	1.000	20.018
4 DESPESAS DE CAPITAL	**29.026**	**0**	**29.026**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4 INVESTIMENTO	**29.026**	**0**	**29.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	29.026	0	29.026
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	1.195.397	0	1.195.397
3 DESPESAS CORRENTES	**1.144.689**	**0**	**1.144.689**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**444.536**	**0**	**444.536**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	444.536	0	444.536
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**700.153**	**0**	**700.153**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	700.153	0	700.153
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.708**	**0**	**50.708**

4.4 INVESTIMENTO	**30.025**	**0**	**30.025**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.025	0	30.025
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**20.683**	**0**	**20.683**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.683	0	20.683
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)	491.456	0	491.456
4 DESPESAS DE CAPITAL	**491.456**	**0**	**491.456**
4.4 INVESTIMENTO	**491.456**	**0**	**491.456**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	491.456	0	491.456
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	688.034	0	688.034
4 DESPESAS DE CAPITAL	**688.034**	**0**	**688.034**
4.4 INVESTIMENTO	**688.034**	**0**	**688.034**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	688.034	0	688.034
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	31.028	0	31.028
4 DESPESAS DE CAPITAL	**31.028**	**0**	**31.028**
4.4 INVESTIMENTO	**31.028**	**0**	**31.028**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	31.028	0	31.028
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	196.579	0	196.579
4 DESPESAS DE CAPITAL	**196.579**	**0**	**196.579**
4.4 INVESTIMENTO	**196.579**	**0**	**196.579**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	196.579	0	196.579
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	57.267	0	57.267
4 DESPESAS DE CAPITAL	**57.267**	**0**	**57.267**
4.4 INVESTIMENTO	**57.267**	**0**	**57.267**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	57.267	0	57.267
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	55.030	0	55.030
4 DESPESAS DE CAPITAL	**55.030**	**0**	**55.030**
4.4 INVESTIMENTO	**55.030**	**0**	**55.030**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	55.030	0	55.030
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	147.438	0	147.438
4 DESPESAS DE CAPITAL	**147.438**	**0**	**147.438**
4.4 INVESTIMENTO	**147.438**	**0**	**147.438**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	147.438	0	147.438
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	98.281	0	98.281
3 DESPESAS CORRENTES	**98.281**	**0**	**98.281**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**98.281**	**0**	**98.281**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	98.281	0	98.281
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	196.579	0	196.579
3 DESPESAS CORRENTES	**196.579**	**0**	**196.579**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**196.579**	**0**	**196.579**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	196.579	0	196.579
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.135	0	50.135
3 DESPESAS CORRENTES	**50.135**	**0**	**50.135**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.135**	**0**	**50.135**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.135	0	50.135
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.104.987	0	1.104.987
3 DESPESAS CORRENTES	**1.104.987**	**0**	**1.104.987**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**220.775**	**0**	**220.775**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	220.775	0	220.775
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**884.212**	**0**	**884.212**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	873.990	0	873.990
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	10.222	0	10.222
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	50.044	50.044	0

3 DESPESAS CORRENTES	**45.040**	**45.040**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.040**	**45.040**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.040	45.040	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	635.719	0	635.719
3 DESPESAS CORRENTES	**634.719**	**0**	**634.719**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.000**	**0**	**1.000**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**633.719**	**0**	**633.719**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	633.719	0	633.719
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4 INVESTIMENTO	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	50.067	0	50.067
3 DESPESAS CORRENTES	**35.047**	**0**	**35.047**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.047**	**0**	**35.047**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.047	0	35.047
4 DESPESAS DE CAPITAL	**15.020**	**0**	**15.020**
4.4 INVESTIMENTO	**15.020**	**0**	**15.020**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.020	0	15.020
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.234.695	0	3.234.695
3 DESPESAS CORRENTES	**3.224.661**	**0**	**3.224.661**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**3.049.064**	**0**	**3.049.064**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.049.064	0	3.049.064
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**175.597**	**0**	**175.597**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	175.597	0	175.597
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.034**	**0**	**10.034**
4.4 INVESTIMENTO	**10.034**	**0**	**10.034**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.034	0	10.034
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	30.474	0	30.474
3 DESPESAS CORRENTES	**30.474**	**0**	**30.474**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.474**	**0**	**30.474**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.474	0	30.474
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	201.081	0	201.081
3 DESPESAS CORRENTES	**201.081**	**0**	**201.081**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.054**	**0**	**10.054**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.054	0	10.054
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**191.027**	**0**	**191.027**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	191.027	0	191.027
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	302.434	0	302.434
3 DESPESAS CORRENTES	**302.434**	**0**	**302.434**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.000**	**0**	**1.000**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**301.434**	**0**	**301.434**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	301.434	0	301.434
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	274.929	0	274.929

3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
4 DESPESAS DE CAPITAL	**224.886**	**0**	**224.886**
4.4 INVESTIMENTO	**224.886**	**0**	**224.886**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	224.886	0	224.886
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	10.002	0	10.002
3 DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**0**	**10.002**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**0**	**10.002**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.002	0	10.002
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	50.041	0	50.041
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**45.037**	**0**	**45.037**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**20.017**	**0**	**20.017**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	0	20.017
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.020**	**0**	**25.020**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.020	0	25.020
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	50.045	0	50.045
3 DESPESAS CORRENTES	**50.045**	**0**	**50.045**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.045**	**0**	**50.045**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.045	0	50.045
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.042	0	50.042
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**0**	**45.038**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**5.004**	**0**	**5.004**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**0**	**40.034**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	0	40.034
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	150.384	150.384	0
3 DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**150.384**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**150.384**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	150.384	150.384	0

2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.038	45.038	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	50.068	0	50.068
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.068**	**0**	**50.068**
4.4 INVESTIMENTO	**50.068**	**0**	**50.068**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	3.774.490	0	3.774.490
3 DESPESAS CORRENTES	**3.159.264**	**0**	**3.159.264**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.159.264**	**0**	**3.159.264**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.158.264	0	3.158.264
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**615.226**	**0**	**615.226**
4.4 INVESTIMENTO	**615.226**	**0**	**615.226**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	615.226	0	615.226
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	9.704.715	0	9.704.715
3 DESPESAS CORRENTES	**9.704.715**	**0**	**9.704.715**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**9.704.715**	**0**	**9.704.715**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	9.704.715	0	9.704.715
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	610.385	0	610.385
3 DESPESAS CORRENTES	**600.249**	**0**	**600.249**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**600.249**	**0**	**600.249**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	600.249	0	600.249
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.136**	**0**	**10.136**
4.4 INVESTIMENTO	**10.136**	**0**	**10.136**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.136	0	10.136
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.069**	**0**	**50.069**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	2.435.650	0	2.435.650
3 DESPESAS CORRENTES	**2.435.650**	**0**	**2.435.650**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.435.650**	**0**	**2.435.650**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.435.650	0	2.435.650
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	80.238	0	80.238
3 DESPESAS CORRENTES	**80.238**	**0**	**80.238**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**80.238**	**0**	**80.238**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	80.238	0	80.238
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	455.476	0	455.476
3 DESPESAS CORRENTES	**455.476**	**0**	**455.476**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**455.476**	**0**	**455.476**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	455.476	0	455.476
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	251.690	0	251.690
3 DESPESAS CORRENTES	**251.690**	**0**	**251.690**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**251.690**	**0**	**251.690**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	251.690	0	251.690
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.002	10.002	0
3 DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**10.002**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**10.002**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.002	10.002	0
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.011	25.011	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.011**	**25.011**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.011**	**25.011**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.011	25.011	0
2102 ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.054	0	40.054
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	20.007	20.007	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**20.007**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**20.007**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.007	20.007	0
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	15.004	15.004	0
3 DESPESAS CORRENTES	**15.004**	**15.004**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.004**	**15.004**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.004	15.004	0
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.006	20.006	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.006**	**20.006**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.006**	**20.006**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.006	20.006	0
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.015	30.015	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.015**	**30.015**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.015**	**30.015**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	550.070	0	550.070
3 DESPESAS CORRENTES	**540.056**	**0**	**540.056**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**520.028**	**0**	**520.028**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	520.028	0	520.028
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.028**	**0**	**20.028**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.028	0	20.028
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	50.043	0	50.043
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.270	0	100.270
3 DESPESAS CORRENTES	**100.270**	**0**	**100.270**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**100.270**	**0**	**100.270**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.270	0	100.270
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**

07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	**200.387**	**200.387**	**0**
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	200.387	200.387	0
3 DESPESAS CORRENTES	**199.384**	**199.384**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**181.336**	**181.336**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	181.336	181.336	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**18.048**	**18.048**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	18.048	18.048	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.003**	**1.003**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**1.003**	**1.003**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.003	1.003	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
1033 A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden	25.085	25.085	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.085**	**25.085**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.085**	**25.085**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.085	25.085	0
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	251.281	50.256	201.025
4 DESPESAS DE CAPITAL	**251.281**	**50.256**	**201.025**
4.4 INVESTIMENTO	**251.281**	**50.256**	**201.025**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	251.281	50.256	201.025
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.042	25.021	25.021
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4 INVESTIMENTO	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	25.021	25.021
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	50.044	10.009	40.035
3 DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	0	10.009
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.035**	**10.009**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**40.035**	**10.009**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	10.009	30.026
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	151.192	50.238	100.954
4 DESPESAS DE CAPITAL	**151.192**	**50.238**	**100.954**
4.4 INVESTIMENTO	**151.192**	**50.238**	**100.954**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	151.192	50.238	100.954
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	112.443	112.443	0
3 DESPESAS CORRENTES	**112.443**	**112.443**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**112.443**	**112.443**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	112.443	112.443	0
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	2.120.674	2.120.674	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.069.734**	**2.069.734**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.224.135**	**1.224.135**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.224.135	1.224.135	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**845.599**	**845.599**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	845.599	845.599	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.940**	**50.940**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.940**	**50.940**	**0**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.940	50.940	0
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**20.017**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**20.017**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	20.017	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**30.026**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**30.026**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	30.026	0
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	2.068.338	2.068.338	0
3 DESPESAS CORRENTES	**268.884**	**268.884**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**258.542**	**258.542**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	258.542	258.542	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.342**	**10.342**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.342	10.342	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.799.454**	**1.799.454**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**1.799.454**	**1.799.454**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.799.454	1.799.454	0
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	759.609	759.609	0
3 DESPESAS CORRENTES	**749.481**	**749.481**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**470.958**	**470.958**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	470.958	470.958	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**278.523**	**278.523**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	101.281	101.281	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	176.242	176.242	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.128**	**10.128**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.128**	**10.128**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.128	10.128	0
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	759.610	759.610	0
3 DESPESAS CORRENTES	**759.610**	**759.610**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**759.610**	**759.610**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	759.610	759.610	0
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**

10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária	**317.913**	**317.913**	**0**
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	217.827	217.827	0
3 DESPESAS CORRENTES	**205.771**	**205.771**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**145.545**	**145.545**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	145.545	145.545	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**60.226**	**60.226**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.226	60.226	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**12.056**	**12.056**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**12.056**	**12.056**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.056	12.056	0
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
11.001 Secretaria Municipal de Administração	**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35.024	35.024	0
3 DESPESAS CORRENTES	**35.024**	**35.024**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.024**	**35.024**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.024	35.024	0
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.279.309	2.279.309	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.229.309**	**2.229.309**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.519.389**	**1.519.389**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.519.389	1.519.389	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**709.920**	**709.920**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	618.628	618.628	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	91.292	91.292	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	1.266.932	1.266.932	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.266.932	1.266.932	0
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	50.043	50.043	0

3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.043**	**50.043**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	**150.215**	**150.215**	**0**
2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	100.173	100.173	0
3 DESPESAS CORRENTES	**95.164**	**95.164**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**75.128**	**75.128**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.128	75.128	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.036**	**20.036**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.036	20.036	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.009**	**5.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.009**	**5.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.009	5.009	0
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	50.042	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	**833.989**	**738.818**	**95.171**
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.007	55.007	0
3 DESPESAS CORRENTES	**5.007**	**5.007**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.007**	**5.007**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	5.007	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.034	25.019	20.015
3 DESPESAS CORRENTES	**5.004**	**5.004**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.004**	**5.004**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.030**	**20.015**	**20.015**
4.4 INVESTIMENTO	**40.030**	**20.015**	**20.015**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.030	20.015	20.015
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	80.161	30.027	50.134
3 DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.027	20.027	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.134**	**10.000**	**50.134**
4.4 INVESTIMENTO	**60.134**	**10.000**	**50.134**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.134	10.000	50.134
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000	50.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.000**	**25.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.000**	**25.000**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000	25.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.000**	**25.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.000**	**25.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000	25.000	0
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	453.743	453.743	0
3 DESPESAS CORRENTES	**443.663**	**443.663**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**292.328**	**292.328**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	292.328	292.328	0

3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**151.335**	**151.335**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	150.335	150.335	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.080**	**10.080**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.080**	**10.080**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.080	10.080	0
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.044	25.022	25.022
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**25.022**	**25.022**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**25.022**	**25.022**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.044	25.022	25.022
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**1.293.490**	**514.728**	**778.762**
2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.070	20.028	30.042
3 DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**20.028**	**30.042**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**20.028**	**30.042**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.070	20.028	30.042
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	364.645	334.545	30.100
SOCIAL			
3 DESPESAS CORRENTES	**364.645**	**334.545**	**30.100**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**107.995**	**107.995**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	107.995	107.995	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**256.650**	**226.550**	**30.100**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	256.650	226.550	30.100
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	50.070	35.049	15.021
3 DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**35.049**	**15.021**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.014**	**10.014**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	10.014	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**25.035**	**15.021**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.056	25.035	15.021
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	281.792	0	281.792
3 DESPESAS CORRENTES	**276.785**	**0**	**276.785**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**241.736**	**0**	**241.736**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	241.736	0	241.736
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.049**	**0**	**35.049**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.049	0	35.049
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4 INVESTIMENTO	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	0	5.007
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	80.173	0	80.173
3 DESPESAS CORRENTES	**80.173**	**0**	**80.173**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**75.162**	**0**	**75.162**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.162	0	75.162
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.011**	**0**	**5.011**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.011	0	5.011
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	50.070	0	50.070
3 DESPESAS CORRENTES	**45.063**	**0**	**45.063**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.014**	**0**	**10.014**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.049**	**0**	**35.049**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	5.007	0	5.007
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.042	0	30.042

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4 INVESTIMENTO	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	0	5.007
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.040	0	50.040
3 DESPESAS CORRENTES	**45.036**	**0**	**45.036**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.012**	**0**	**15.012**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.012	0	15.012
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.024**	**0**	**30.024**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.024	0	30.024
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**40.055**	**0**	**40.055**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.055**	**0**	**40.055**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.055	0	40.055
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.040	25.020	25.020
3 DESPESAS CORRENTES	**50.040**	**25.020**	**25.020**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.040**	**25.020**	**25.020**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.040	25.020	25.020
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	50.042	0
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	71.082	0	71.082
3 DESPESAS CORRENTES	**71.082**	**0**	**71.082**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**51.070**	**0**	**51.070**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	51.070	0	51.070
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.012**	**0**	**20.012**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.012	0	20.012
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	95.353	0	95.353
3 DESPESAS CORRENTES	**95.353**	**0**	**95.353**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**70.273**	**0**	**70.273**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	70.273	0	70.273
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.080**	**0**	**25.080**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.080	0	25.080
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	100.000	100.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.000**	**50.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.000**	**50.000**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.103	50.103	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.041**	**20.041**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.041**	**20.041**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.041	20.041	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.062**	**30.062**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.062**	**30.062**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.062	30.062	0
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.138	50.138	0

3 DESPESAS CORRENTES	**20.055**	**20.055**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.055**	**20.055**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.055	20.055	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.083**	**30.083**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.083**	**30.083**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.083	30.083	0
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO	25.011	25.011	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.011**	**25.011**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.011**	**25.011**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.011	25.011	0
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.207	50.207	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.083**	**20.083**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.083**	**20.083**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.083	20.083	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.124**	**30.124**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.124**	**30.124**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.124	30.124	0
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE	1.714.967	1.704.634	10.333
AGRICULTURA			
3 DESPESAS CORRENTES	**1.699.467**	**1.699.467**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.095.314**	**1.095.314**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.095.314	1.095.314	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**604.153**	**604.153**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	604.153	604.153	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**15.500**	**5.167**	**10.333**
4.4 INVESTIMENTO	**15.500**	**5.167**	**10.333**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.500	5.167	10.333
2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.035	45.035	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.035**	**45.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.035**	**45.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.035	45.035	0
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.015	30.015	0
3 DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	**190.243**	**190.243**	**0**
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	190.243	190.243	0
3 DESPESAS CORRENTES	**185.233**	**185.233**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**145.153**	**145.153**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	145.153	145.153	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.080**	**40.080**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.080	40.080	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.010**	**5.010**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.010**	**5.010**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.010	5.010	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
16.001 Secretaria Municipal de Saúde	**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**

1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.608	0	150.608
3 DESPESAS CORRENTES	**75.304**	**0**	**75.304**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**75.304**	**0**	**75.304**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.304	0	75.304
4 DESPESAS DE CAPITAL	**75.304**	**0**	**75.304**
4.4 INVESTIMENTO	**75.304**	**0**	**75.304**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.304	0	75.304
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.084	0	70.084
4 DESPESAS DE CAPITAL	**70.084**	**0**	**70.084**
4.4 INVESTIMENTO	**70.084**	**0**	**70.084**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	70.084	0	70.084
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652	0	357.652
4 DESPESAS DE CAPITAL	**357.652**	**0**	**357.652**
4.4 INVESTIMENTO	**357.652**	**0**	**357.652**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	357.652	0	357.652
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	201.082	0	201.082
4 DESPESAS DE CAPITAL	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4 INVESTIMENTO	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	201.082	0	201.082
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.548.940	0	2.548.940
3 DESPESAS CORRENTES	**2.529.307**	**0**	**2.529.307**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.332.976**	**0**	**2.332.976**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.332.976	0	2.332.976
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**196.331**	**0**	**196.331**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	185.998	0	185.998
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	10.333	0	10.333
4 DESPESAS DE CAPITAL	**19.633**	**0**	**19.633**
4.4 INVESTIMENTO	**19.633**	**0**	**19.633**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	19.633	0	19.633
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	150.384	0	150.384
3 DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**0**	**150.384**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**0**	**150.384**
3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEI	15.038	0	15.038
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	135.346	0	135.346
2085 REDE CEGONHA	15.006	0	15.006
3 DESPESAS CORRENTES	**15.006**	**0**	**15.006**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.006**	**0**	**15.006**
3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEI	7.503	0	7.503
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	7.503	0	7.503
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**40.034**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**40.034**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	40.034	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	270.000	0	270.000
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**264.855**	**0**	**264.855**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**228.843**	**0**	**228.843**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	228.843	0	228.843
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**36.012**	**0**	**36.012**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	36.012	0	36.012
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.145**	**0**	**5.145**
4.4 INVESTIMENTO	**5.145**	**0**	**5.145**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.145	0	5.145
2088 SAÚDE BUCAL - SB	51.069	0	51.069
3 DESPESAS CORRENTES	**51.069**	**0**	**51.069**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.021**	**0**	**15.021**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.021	0	15.021
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**36.048**	**0**	**36.048**

3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	36.048	0	36.048
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	2.052.121	0	2.052.121
3 DESPESAS CORRENTES	**1.923.641**	**0**	**1.923.641**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.816.881**	**0**	**1.816.881**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.816.881	0	1.816.881
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**106.760**	**0**	**106.760**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	106.760	0	106.760
4 DESPESAS DE CAPITAL	**128.480**	**0**	**128.480**
4.4 INVESTIMENTO	**128.480**	**0**	**128.480**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	128.480	0	128.480
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.194.429	0	3.194.429
3 DESPESAS CORRENTES	**3.171.612**	**0**	**3.171.612**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.169.820**	**0**	**2.169.820**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.169.820	0	2.169.820
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1.001.792**	**0**	**1.001.792**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.001.792	0	1.001.792
4 DESPESAS DE CAPITAL	**22.817**	**0**	**22.817**
4.4 INVESTIMENTO	**22.817**	**0**	**22.817**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	22.817	0	22.817
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO	3.606.780	0	3.606.780
C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
3 DESPESAS CORRENTES	**3.606.780**	**0**	**3.606.780**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.606.780**	**0**	**3.606.780**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	3.606.780	0	3.606.780
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	101.000	0	101.000
3 DESPESAS CORRENTES	**101.000**	**0**	**101.000**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**101.000**	**0**	**101.000**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	101.000	0	101.000
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.054	0	40.054
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);	201.082	0	201.082
4 DESPESAS DE CAPITAL	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4 INVESTIMENTO	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	201.082	0	201.082
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	50.068	0	50.068

3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	26.133	0	26.133
3 DESPESAS CORRENTES	**26.133**	**0**	**26.133**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**26.133**	**0**	**26.133**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	26.133	0	26.133
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	**357.099**	**357.099**	**0**
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	246.023	246.023	0
3 DESPESAS CORRENTES	**237.990**	**237.990**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**203.849**	**203.849**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	203.849	203.849	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**34.141**	**34.141**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	34.141	34.141	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**8.033**	**8.033**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**8.033**	**8.033**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	8.033	8.033	0
2095 NSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**50.044**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**50.044**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.044	50.044	0
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30.015	30.015	0
3 DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	31.017	31.017	0
3 DESPESAS CORRENTES	**31.017**	**31.017**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**31.017**	**31.017**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	31.017	31.017	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR 912404(1076265-82/2021)	256.833	23.794	233.039
4 DESPESAS DE CAPITAL	**256.833**	**23.794**	**233.039**
4.4 INVESTIMENTO	**256.833**	**23.794**	**233.039**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	256.833	23.794	233.039
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.289	30.067	100.222
4 DESPESAS DE CAPITAL	**130.289**	**30.067**	**100.222**
4.4 INVESTIMENTO	**130.289**	**30.067**	**100.222**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	130.289	30.067	100.222
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021	75.096	25.032	50.064
4 DESPESAS DE CAPITAL	**75.096**	**25.032**	**50.064**
4.4 INVESTIMENTO	**75.096**	**25.032**	**50.064**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.096	25.032	50.064
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	257.946	50.241	207.705
4 DESPESAS DE CAPITAL	**257.946**	**50.241**	**207.705**
4.4 INVESTIMENTO	**257.946**	**50.241**	**207.705**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	257.946	50.241	207.705
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1.238.521	5.003	1.233.518
3 DESPESAS CORRENTES	**1.000**	**0**	**1.000**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1.000**	**0**	**1.000**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.237.521**	**5.003**	**1.232.518**
4.4 INVESTIMENTO	**1.237.521**	**5.003**	**1.232.518**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.237.521	5.003	1.232.518
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.015	0	30.015
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.015**	**0**	**30.015**
4.4 INVESTIMENTO	**30.015**	**0**	**30.015**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	0	30.015

1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034	25.034	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.034**	**25.034**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.034**	**25.034**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.034	25.034	0
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4 INVESTIMENTO	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.042	25.021	25.021
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4 INVESTIMENTO	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	25.021	25.021
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000	0	350.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**350.000**	**0**	**350.000**
4.4 INVESTIMENTO	**350.000**	**0**	**350.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	350.000	0	350.000
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS	25.010	25.010	0
ARQUITETÔNICOS			
3 DESPESAS CORRENTES	**12.505**	**12.505**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**12.505**	**12.505**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.505	12.505	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**12.505**	**12.505**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**12.505**	**12.505**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.505	12.505	0
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.028	20.014	20.014
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.028**	**20.014**	**20.014**
4.4 INVESTIMENTO	**40.028**	**20.014**	**20.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.028	20.014	20.014
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.746.706	4.234.939	511.767
3 DESPESAS CORRENTES	**4.480.005**	**4.121.238**	**358.767**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**3.515.823**	**3.515.823**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.515.823	3.515.823	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**964.182**	**605.415**	**358.767**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	964.182	605.415	358.767
4 DESPESAS DE CAPITAL	**266.701**	**113.701**	**153.000**
4.4 INVESTIMENTO	**266.701**	**113.701**	**153.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	266.701	113.701	153.000
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	792.552	9.007	783.545
3 DESPESAS CORRENTES	**783.545**	**0**	**783.545**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**783.545**	**0**	**783.545**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	783.545	0	783.545
4 DESPESAS DE CAPITAL	**9.007**	**9.007**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**9.007**	**9.007**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	9.007	9.007	0
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.512**	**15.512**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.512	15.512	0

3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**29.526**	**29.526**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	29.526	29.526	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
99.001 Reserva de Contigência	**650.000**	**650.000**	**0**
9001 Reserva de Contigencia	650.000	650.000	0
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**650.000**	**650.000**	**0**
9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**650.000**	**650.000**	**0**
9.9.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	650.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Modalidade de Aplicação	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
Total:	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo da Despesa por Poder, Órgão e Função		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Poder	**Órgão**	**Função**	**Valor**
Poder Legislativo			**2.661.482**
	01 - Câmara Municipal		2.661.482
		01 - LEGISLATIVA	2.661.482
Poder Executivo			**70.679.364**
	02 - Gabinete do Prefeito		2.724.840
		02 - JUDICIARIA	44.021
		04 - ADMINISTRAÇÃO	2.086.330
		06 - SEGURANÇA PÚBLICA	72.056
		08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	186.222
		09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	124.112
		26 - TRANSPORTE	100.000
		28 - ENCARGOS ESPECIAIS	112.099
	03 - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		2.148.656
		17 - SANEAMENTO	2.148.656
	06 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		27.290.951
		04 - ADMINISTRAÇÃO	50.043
		12 - EDUCAÇÃO	25.690.879
		13 - CULTURA	335.526
		27 - DESPORTO E LAZER	1.214.503
	07 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		200.387
		04 - ADMINISTRAÇÃO	200.387
	08 - Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo		3.161.019
		04 - ADMINISTRAÇÃO	2.220.760
		15 - URBANISMO	100.086
		23 - COMERCIO E SERVIÇOS	840.173
	09 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		3.687.643
		04 - ADMINISTRAÇÃO	2.928.033
		28 - ENCARGOS ESPECIAIS	759.610
	10 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		317.913
		04 - ADMINISTRAÇÃO	267.870
		25 - ENERGIA	50.043
	11 - Secretaria Municipal de Administração		3.931.396
		04 - ADMINISTRAÇÃO	2.564.464
		11 - TRABALHO	100.000
		28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.266.932
	12 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		150.215
		04 - ADMINISTRAÇÃO	100.173
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	

Demonstrativo da Despesa por Poder, Órgão e Função		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Poder	**Órgão**	**Função**	**Valor**
		20 - AGRICULTURA	50.042
	13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		2.127.479
		04 - ADMINISTRAÇÃO	50.044
		08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.077.435
	14 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		2.165.519
		04 - ADMINISTRAÇÃO	25.011
		20 - AGRICULTURA	2.090.301
		23 - COMERCIO E SERVIÇOS	50.207
	15 - Sec. Mun. de Relações Institucionais		190.243
		04 - ADMINISTRAÇÃO	190.243
	16 - Secretaria Municipal de Saúde		13.396.890
		10 - SAÚDE	13.396.890
	17 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		357.099
		15 - URBANISMO	296.067
		18 - GESTÃO AMBIENTAL	61.032
	18 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana		8.179.114
		04 - ADMINISTRAÇÃO	61.000
		14 - DIREITO DA CIDADANIA	282.956
		15 - URBANISMO	7.735.074
		25 - ENERGIA	50.042
		26 - TRANSPORTE	50.042
	99 - Reserva de Contigência		650.000
		99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	650.000
		Total:	**73.340.846**

QUADRO RESUMO

	Poder Legislativo	**Poder Executivo**	**Total**
01 - LEGISLATIVA	2.661.482	0	2.661.482
02 - JUDICIARIA	0	44.021	44.021
04 - ADMINISTRAÇÃO	0	10.744.358	10.744.358
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0	72.056	72.056
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	2.263.657	2.263.657
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	124.112	124.112
10 - SAÚDE	0	13.396.890	13.396.890
11 - TRABALHO	0	100.000	100.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo da Despesa por Poder, Órgão e Função | Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Poder | **Órgão** | **Função** | **Valor**
| **Poder Legislativo** | **Poder Executivo** | **Total**

12 - EDUCAÇÃO	0	25.690.879	25.690.879
13 - CULTURA	0	335.526	335.526
14 - DIREITO DA CIDADANIA	0	282.956	282.956
15 - URBANISMO	0	8.131.227	8.131.227
17 - SANEAMENTO	0	2.148.656	2.148.656
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0	61.032	61.032
20 - AGRICULTURA	0	2.140.343	2.140.343
23 - COMERCIO E SERVIÇOS	0	890.380	890.380
25 - ENERGIA	0	100.085	100.085
26 - TRANSPORTE	0	150.042	150.042
27 - DESPORTO E LAZER	0	1.214.503	1.214.503
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	0	2.138.641	2.138.641
99 - RESERVA DE CONTINGENC	0	650.000	650.000
Total	**2.661.482**	**70.679.364**	**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
01 Câmara Municipal								
01.001 CÂMARA MUNICIPAL	**2.661.482**	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0
01 - LEGISLATIVA	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0

031 - AÇÃO LEGISLATIVA	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0
0006 - LEGISLATIVO COLABORATIVO E TRANSPARENTE: FORTALECENDO A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	136.727	0	0	25.026	111.701	0	0	0
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	**99.493**	0	0	25.026	74.467	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	99.493	0	0	25.026	74.467	0	0	0
0001 - Maxaranguape	99.493	0	0	25.026	74.467	0	0	0
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	**37.234**	0	0	0	37.234	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	37.234	0	0	0	37.234	0	0	0
0001 - Maxaranguape	37.234	0	0	0	37.234	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	37.234	0	0	37.234	0	0	0	0
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	**37.234**	0	0	37.234	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	37.234	0	0	37.234	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	37.234	0	0	37.234	0	0	0	0
0018 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	2.487.521	1.699.899	0	787.622	0	0	0	0
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	**2.483.798**	1.699.899	0	783.899	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	2.483.798	1.699.899	0	783.899	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.483.798	1.699.899	0	783.899	0	0	0	0
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	**3.723**	0	0	3.723	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	3.723	0	0	3.723	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	3.723	0	0	3.723	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
02 Gabinete do Prefeito								
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	**2.724.840**	1.271.647	0	795.916	607.234	0	50.043	0
02 - JUDICIARIA	44.021	23.994	0	20.027	0	0	0	0
062 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	44.021	23.994	0	20.027	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	44.021	23.994	0	20.027	0	0	0	0
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	**44.021**	23.994	0	20.027	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	44.021	23.994	0	20.027	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	44.021	23.994	0	20.027	0	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.086.330	1.087.951	0	501.145	497.234	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.677.040	1.045.913	0	481.127	150.000	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	**100.000**	0	0	100.000	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	150.000	0	0	0	150.000	0	0	0
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	**50.000**	0	0	0	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.755- Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.427.040	1.045.913	0	381.127	0	0	0	0
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	**1.240.872**	1.003.875	0	236.997	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	1.240.872	1.003.875	0	236.997	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.240.872	1.003.875	0	236.997	0	0	0	0
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	**62.056**	0	0	62.056	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	**62.056**	42.038	0	20.018	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	42.038	0	20.018	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	42.038	0	20.018	0	0	0	0
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	**62.056**	0	0	62.056	0	0	0	0

1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
181 - POLICIAMENTO	237.234	0	0	0	237.234	0	0	0
0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL	237.234	0	0	0	237.234	0	0	0
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	**137.234**	0	0	0	137.234	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	37.234	0	0	0	37.234	0	0	0
0001 - Maxaranguape	37.234	0	0	0	37.234	0	0	0
1.755- Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
182 - DEFESA CIVIL	172.056	42.038	0	20.018	110.000	0	0	0
0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL	110.000	0	0	0	110.000	0	0	0
1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	**10.000**	0	0	0	10.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	42.038	0	20.018	0	0	0	0
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	**62.056**	42.038	0	20.018	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	42.038	0	20.018	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	42.038	0	20.018	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	72.056	10.009	0	52.047	10.000	0	0	0
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	62.056	10.009	0	52.047	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	10.009	0	52.047	0	0	0	0
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	**62.056**	10.009	0	52.047	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	10.009	0	52.047	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	10.009	0	52.047	0	0	0	0
181 - POLICIAMENTO	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	**10.000**	0	0	0	10.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	186.222	83.095	0	103.127	0	0	0	0
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	**62.056**	0	0	62.056	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	124.166	83.095	0	41.071	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	124.166	83.095	0	41.071	0	0	0	0
2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**124.166**	83.095	0	41.071	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	124.166	83.095	0	41.071	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	124.166	83.095	0	41.071	0	0	0	0
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	124.112	66.598	0	57.514	0	0	0	0
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	62.056	27.028	0	35.028	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	27.028	0	35.028	0	0	0	0
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	**62.056**	27.028	0	35.028	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	27.028	0	35.028	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	27.028	0	35.028	0	0	0	0
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	62.056	39.570	0	22.486	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	39.570	0	22.486	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**62.056**	39.570	0	22.486	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	39.570	0	22.486	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	39.570	0	22.486	0	0	0	0
26 - TRANSPORTE	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0003 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	112.099	0	0	62.056	0	0	50.043	0
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	**62.056**	0	0	62.056	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	62.056	0	0	62.056	0	0	0	0
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	**50.043**	0	0	0	0	0	50.043	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
03 Serviço Autônomo de Águas e Esgotos								
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**2.148.656**	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0
17 - SANEAMENTO	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0
0017 - ÁGUA PARA TODOS E SANEAMENTO MODERNO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL	602.956	0	0	210.351	392.605	0	0	0
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	**43.439**	0	0	0	43.439	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	43.439	0	0	0	43.439	0	0	0
0001 - Maxaranguape	43.439	0	0	0	43.439	0	0	0
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	**18.617**	0	0	0	18.617	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	18.617	0	0	0	18.617	0	0	0
0001 - Maxaranguape	18.617	0	0	0	18.617	0	0	0
1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**100.440**	0	0	40.176	60.264	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	100.440	0	0	40.176	60.264	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.440	0	0	40.176	60.264	0	0	0
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	**50.043**	0	0	20.017	30.026	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	20.017	30.026	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	20.017	30.026	0	0	0
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	**75.096**	0	0	35.045	40.051	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	75.096	0	0	35.045	40.051	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.096	0	0	35.045	40.051	0	0	0
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	**45.031**	0	0	15.010	30.021	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	45.031	0	0	15.010	30.021	0	0	0
0001 - Maxaranguape	45.031	0	0	15.010	30.021	0	0	0
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	**20.007**	0	0	20.007	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	20.007	0	0	20.007	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.007	0	0	20.007	0	0	0	0
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	**100.102**	0	0	40.040	60.062	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	100.102	0	0	40.040	60.062	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.102	0	0	40.040	60.062	0	0	0
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	**100.138**	0	0	40.056	60.082	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	100.138	0	0	40.056	60.082	0	0	0

0001 - Maxaranguape	100.138	0	0	40.056	60.082	0	0	0
1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	**50.043**	0	0	0	50.043	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	0	50.043	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	0	50.043	0	0	0
0021 - GESTÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	1.545.700	484.570	0	901.327	89.077	0	70.726	0
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	**50.043**	0	0	0	0	0	50.043	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	0	0	0	50.043	0
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	**50.043**	40.034	0	10.009	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	40.034	0	10.009	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	40.034	0	10.009	0	0	0	0
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**50.044**	0	0	20.018	30.026	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	50.044	0	0	20.018	30.026	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	20.018	30.026	0	0	0
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	**50.044**	0	0	21.018	29.026	0	0	0
1.501- Outros Recursos não Vinculados	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	49.044	0	0	20.018	29.026	0	0	0
0001 - Maxaranguape	49.044	0	0	20.018	29.026	0	0	0
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	**1.195.397**	444.536	0	700.153	30.025	0	20.683	0
1.753- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	1.195.397	444.536	0	700.153	30.025	0	20.683	0
0001 - Maxaranguape	1.195.397	444.536	0	700.153	30.025	0	20.683	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
06 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte								
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**27.290.951**	17.023.296	0	7.504.394	2.763.261	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
12 - EDUCAÇÃO	25.690.879	17.023.296	0	7.118.831	1.548.752	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.162.254	220.775	0	884.212	57.267	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	**57.267**	0	0	0	57.267	0	0	0
1.542- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
0001 - Maxaranguape	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**1.104.987**	220.775	0	884.212	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	18.762.615	13.014.519	0	4.823.252	924.844	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	86.058	0	0	0	86.058	0	0	0

1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	**31.028**	0	0	0	31.028	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	31.028	0	0	0	31.028	0	0	0
0001 - Maxaranguape	31.028	0	0	0	31.028	0	0	0
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	**55.030**	0	0	0	55.030	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	55.030	0	0	0	55.030	0	0	0
0001 - Maxaranguape	55.030	0	0	0	55.030	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	18.033.786	12.765.833	0	4.576.605	691.348	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	**635.719**	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
1.550- Transferência do Salário-Educação	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**50.067**	0	0	35.047	15.020	0	0	0
1.551- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**3.234.695**	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	3.234.695	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
0001 - Maxaranguape	3.234.695	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	**30.474**	0	0	30.474	0	0	0	0
1.571- Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	**201.081**	10.054	0	191.027	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	201.081	10.054	0	191.027	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.081	10.054	0	191.027	0	0	0	0
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	**302.434**	1.000	0	301.434	0	0	0	0
1.552- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	302.434	1.000	0	301.434	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	302.434	1.000	0	301.434	0	0	0	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	**50.068**	0	0	0	50.068	0	0	0
1.569- Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.068	0	0	0	50.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	0	50.068	0	0	0
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	**3.774.490**	0	0	3.159.264	615.226	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.540.1071- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	1.589.208	0	0	1.532.095	57.113	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.589.208	0	0	1.532.095	57.113	0	0	0
1.541- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
1.542- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	732.452	0	0	174.339	558.113	0	0	0
0001 - Maxaranguape	732.452	0	0	174.339	558.113	0	0	0
1.543- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	**9.704.715**	9.704.715	0	0	0	0	0	0
1.540.1070- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	9.469.559	9.469.559	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	9.469.559	9.469.559	0	0	0	0	0	0
1.541.1070- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0

1.542.1070- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0016 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**147.438**	0	0	0	147.438	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
0001 - Maxaranguape	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
0026 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APOIO ÀS CRIANÇAS ATÍPICAS	495.333	248.686	0	246.647	0	0	0	0
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	**98.281**	98.281	0	0	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	98.281	98.281	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	98.281	98.281	0	0	0	0	0	0
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	**196.579**	0	0	196.579	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	100.270	0	0	100.270	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.270	0	0	100.270	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	96.309	0	0	96.309	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	96.309	0	0	96.309	0	0	0	0
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	**50.135**	50.135	0	0	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.135	50.135	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.135	50.135	0	0	0	0	0	0
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	**100.270**	100.270	0	0	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	100.270	100.270	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.270	100.270	0	0	0	0	0	0
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
362 - ENSINO MÉDIO	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.963.671	3.461.223	0	960.833	541.615	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	296.579	0	0	0	296.579	0	0	0
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.570- Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	59.704	0	0	0	59.704	0	0	0
0001 - Maxaranguape	59.704	0	0	0	59.704	0	0	0
1.573- Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0
0001 - Maxaranguape	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	**196.579**	0	0	0	196.579	0	0	0
1.542- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	81.428	0	0	0	81.428	0	0	0
0001 - Maxaranguape	81.428	0	0	0	81.428	0	0	0
1.570- Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	115.151	0	0	0	115.151	0	0	0
0001 - Maxaranguape	115.151	0	0	0	115.151	0	0	0

0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	4.667.092	3.461.223	0	960.833	245.036	0	0	0
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	**274.929**	0	0	50.043	224.886	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
1.570- Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	224.886	0	0	0	224.886	0	0	0
0001 - Maxaranguape	224.886	0	0	0	224.886	0	0	0
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	**10.002**	0	0	10.002	0	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	**610.385**	0	0	600.249	10.136	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	197.636	0	0	192.568	5.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	197.636	0	0	192.568	5.068	0	0	0
1.542- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	309.124	0	0	304.056	5.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	309.124	0	0	304.056	5.068	0	0	0
1.546- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	**50.069**	50.069	0	0	0	0	0	0
1.540.1070- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	30.041	30.041	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.041	30.041	0	0	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	20.028	20.028	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.028	20.028	0	0	0	0	0	0
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	**2.435.650**	2.435.650	0	0	0	0	0	0
1.540.1070- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	20.352	20.352	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.352	20.352	0	0	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	10.176	10.176	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.176	10.176	0	0	0	0	0	0
1.542.1070- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	2.405.122	2.405.122	0	0	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	2.405.122	2.405.122	0	0	0	0	0	0
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	**80.238**	0	0	80.238	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	80.238	0	0	80.238	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	80.238	0	0	80.238	0	0	0	0
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	**455.476**	455.476	0	0	0	0	0	0
1.542.1070- Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT -	455.476	455.476	0	0	0	0	0	0

Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%								
0001 - Maxaranguape	455.476	455.476	0	0	0	0	0	0
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	**550.070**	520.028	0	20.028	10.014	0	0	0
1.540.1072- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0
1.569- Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.070	20.028	0	20.028	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.070	20.028	0	20.028	10.014	0	0	0
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	501.980	271.707	0	215.255	15.018	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	501.980	271.707	0	215.255	15.018	0	0	0
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	**50.041**	20.017	0	25.020	5.004	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	20.017	20.017	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.017	20.017	0	0	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	30.024	0	0	25.020	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.024	0	0	25.020	5.004	0	0	0
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	**50.045**	0	0	50.045	0	0	0	0
1.540- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	50.045	0	0	50.045	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.045	0	0	50.045	0	0	0	0
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	**251.690**	251.690	0	0	0	0	0	0
1.540.1070- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	251.690	251.690	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	251.690	251.690	0	0	0	0	0	0
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**50.068**	0	0	40.054	10.014	0	0	0
1.569- Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	200.246	55.072	0	140.170	5.004	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	200.246	55.072	0	140.170	5.004	0	0	0
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553- Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.042**	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
1.500.1001- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.042	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.042	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	50.068	0	0	0	0	0	0
1.540.1070- Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	50.068	50.068	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	50.068	0	0	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0

2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	**50.044**	0	0	45.040	5.004	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
13 - CULTURA	335.526	0	0	300.507	35.019	0	0	0
392 - DIFUSÃO CULTURAL	335.526	0	0	300.507	35.019	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	250.494	0	0	245.490	5.004	0	0	0
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	**150.384**	0	0	150.384	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	150.384	0	0	150.384	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	150.384	0	0	150.384	0	0	0	0
2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	**50.042**	0	0	45.038	5.004	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.042	0	0	45.038	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.042	0	0	45.038	5.004	0	0	0
2102 AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR DE CULTURA - LEI PAULO GUSTAVO	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.716- Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0009 - VALORIZAÇÃO A CULTURA LOCAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO	85.032	0	0	55.017	30.015	0	0	0
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	**20.007**	0	0	20.007	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	20.007	0	0	20.007	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.007	0	0	20.007	0	0	0	0
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	**15.004**	0	0	15.004	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	15.004	0	0	15.004	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.004	0	0	15.004	0	0	0	0
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	**20.006**	0	0	20.006	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	20.006	0	0	20.006	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.006	0	0	20.006	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	**30.015**	0	0	0	30.015	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	30.015	0	0	0	30.015	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.015	0	0	0	30.015	0	0	0
27 - DESPORTO E LAZER	1.214.503	0	0	35.013	1.179.490	0	0	0
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	1.214.503	0	0	35.013	1.179.490	0	0	0
0016 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS	1.214.503	0	0	35.013	1.179.490	0	0	0
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673	**491.456**	0	0	0	491.456	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	491.456	0	0	0	491.456	0	0	0
0001 - Maxaranguape	491.456	0	0	0	491.456	0	0	0
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	**688.034**	0	0	0	688.034	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	688.034	0	0	0	688.034	0	0	0
0001 - Maxaranguape	688.034	0	0	0	688.034	0	0	0
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	**10.002**	0	0	10.002	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	**25.011**	0	0	25.011	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.011	0	0	25.011	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.011	0	0	25.011	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
07 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social								
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	**200.387**	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	**200.387**	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
0001 - Maxaranguape	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
08 Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo								
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	**3.161.019**	1.224.135	0	1.238.283	698.601	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.220.760	1.224.135	0	945.685	50.940	0	0	0
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.120.674	1.224.135	0	845.599	50.940	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	2.120.674	1.224.135	0	845.599	50.940	0	0	0
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	**2.120.674**	1.224.135	0	845.599	50.940	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	2.120.674	1.224.135	0	845.599	50.940	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.120.674	1.224.135	0	845.599	50.940	0	0	0
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
695 - TURISMO	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
15 - URBANISMO	100.086	0	0	10.009	90.077	0	0	0
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.086	0	0	10.009	90.077	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	100.086	0	0	10.009	90.077	0	0	0
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	**50.042**	0	0	0	50.042	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	**50.044**	0	0	10.009	40.035	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	10.009	0	0	0	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.009	0	0	0	10.009	0	0	0

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	40.035	0	0	10.009	30.026	0	0	0
0001 - Maxaranguape	40.035	0	0	10.009	30.026	0	0	0
23 - COMERCIO E SERVIÇOS	840.173	0	0	282.589	557.584	0	0	0
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	790.130	0	0	232.546	557.584	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	527.558	0	0	0	527.558	0	0	0
1033 CONSTRUÇÃO E MANUTANÇÃO ESPAÇO MOTORHOME: TURISMO E EVENTOS	**25.085**	0	0	0	25.085	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.085	0	0	0	25.085	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.085	0	0	0	25.085	0	0	0
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	**251.281**	0	0	0	251.281	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.256	0	0	0	50.256	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.256	0	0	0	50.256	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	201.025	0	0	0	201.025	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.025	0	0	0	201.025	0	0	0
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NAARVORE DO AMOR	**151.192**	0	0	0	151.192	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.238	0	0	0	50.238	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.238	0	0	0	50.238	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	50.477	0	0	0	50.477	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.477	0	0	0	50.477	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	50.477	0	0	0	50.477	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.477	0	0	0	50.477	0	0	0
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	262.572	0	0	232.546	30.026	0	0	0
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	**112.443**	0	0	112.443	0	0	0	0

1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	112.443	0	0	112.443	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	112.443	0	0	112.443	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	**50.043**	0	0	20.017	30.026	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	20.017	30.026	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	20.017	30.026	0	0	0
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
695 - TURISMO	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
09 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento								
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	**3.687.643**	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.928.033	470.958	308.585	338.908	10.128	0	1.799.454	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.068.338	0	258.542	10.342	0	0	1.799.454	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	2.068.338	0	258.542	10.342	0	0	1.799.454	0
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	**2.068.338**	0	258.542	10.342	0	0	1.799.454	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	2.068.338	0	258.542	10.342	0	0	1.799.454	0
0001 - Maxaranguape	2.068.338	0	258.542	10.342	0	0	1.799.454	0
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	809.652	470.958	0	328.566	10.128	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	809.652	470.958	0	328.566	10.128	0	0	0
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	**759.609**	470.958	0	278.523	10.128	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	759.609	470.958	0	278.523	10.128	0	0	0
0001 - Maxaranguape	759.609	470.958	0	278.523	10.128	0	0	0
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	**50.043**	0	50.043	0	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	759.610	0	0	759.610	0	0	0	0
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	759.610	0	0	759.610	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	759.610	0	0	759.610	0	0	0	0
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	**759.610**	0	0	759.610	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	759.610	0	0	759.610	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	759.610	0	0	759.610	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
10 Sec. Municipal de Gestão Tributária								
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária	**317.913**	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	267.870	145.545	0	110.269	12.056	0	0	0
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	217.827	145.545	0	60.226	12.056	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	217.827	145.545	0	60.226	12.056	0	0	0
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	**217.827**	145.545	0	60.226	12.056	0	0	0

1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	217.827	145.545	0	60.226	12.056	0	0	0
0001 - Maxaranguape	217.827	145.545	0	60.226	12.056	0	0	0
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
25 - ENERGIA	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
752 - ENERGIA ELÉTRICA	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	**50.043**	0	50.043	0	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	50.043	0	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
11 Secretaria Municipal de Administração								
11.001 Secretaria Municipal de Administração	**3.931.396**	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.266.932	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.564.464	1.569.432	0	825.014	170.018	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.564.464	1.569.432	0	825.014	170.018	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	135.024	0	0	35.024	100.000	0	0	0
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	**35.024**	0	0	35.024	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	35.024	0	0	35.024	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	35.024	0	0	35.024	0	0	0	0
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	2.429.440	1.569.432	0	789.990	70.018	0	0	0
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**2.279.309**	1.519.389	0	709.920	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	2.279.309	1.519.389	0	709.920	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.279.309	1.519.389	0	709.920	50.000	0	0	0
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	**50.044**	0	0	40.035	10.009	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	**50.044**	0	0	40.035	10.009	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	**50.043**	50.043	0	0	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	50.043	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	50.043	0	0	0	0	0	0
11 - TRABALHO	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.266.932	0	0	0	0	0	1.266.932	0
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.266.932	0	0	0	0	0	1.266.932	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.266.932	0	0	0	0	0	1.266.932	0
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	**1.266.932**	0	0	0	0	0	1.266.932	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	1.000	0	0	0	0	0	1.000	0
0001 - Maxaranguape	1.000	0	0	0	0	0	1.000	0
1.501- Outros Recursos não Vinculados	1.265.932	0	0	0	0	0	1.265.932	0
0001 - Maxaranguape	1.265.932	0	0	0	0	0	1.265.932	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
12 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca								
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	**150.215**	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	100.173	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.173	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	100.173	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	**100.173**	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.173	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.173	75.128	0	20.036	5.009	0	0	0
20 - AGRICULTURA	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
605 - ABASTECIMENTO	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL (EQUIPAMENTOS E INSUMOS)	**50.042**	0	0	50.042	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
13 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação								
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	**833.989**	292.328	0	256.417	285.244	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	**50.044**	0	0	50.044	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	783.945	292.328	0	206.373	285.244	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	453.743	292.328	0	151.335	10.080	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	453.743	292.328	0	151.335	10.080	0	0	0
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	**453.743**	292.328	0	151.335	10.080	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	453.743	292.328	0	151.335	10.080	0	0	0
0001 - Maxaranguape	453.743	292.328	0	151.335	10.080	0	0	0
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	50.000	0	0	25.000	25.000	0	0	0
0011 - REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	50.000	0	0	25.000	25.000	0	0	0
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	**50.000**	0	0	25.000	25.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	0	0	25.000	25.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	25.000	25.000	0	0	0
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	280.202	0	0	30.038	250.164	0	0	0
0011 - REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	280.202	0	0	30.038	250.164	0	0	0
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	**55.007**	0	0	5.007	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	55.007	0	0	5.007	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	55.007	0	0	5.007	50.000	0	0	0
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			

Unidade Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	0	100.000	0	0	0
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	**45.034**	0	0	5.004	40.030	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.019	0	0	5.004	20.015	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.019	0	0	5.004	20.015	0	0	0
1.665- Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	20.015	0	0	0	20.015	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.015	0	0	0	20.015	0	0	0
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	**80.161**	0	0	20.027	60.134	0	0	0

1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	30.027	0	0	20.027	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.027	0	0	20.027	10.000	0	0	0
1.665- Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	50.134	0	0	0	50.134	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.134	0	0	0	50.134	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
13 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação								
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**1.293.490**	581.276	0	677.173	35.041	0	0	0
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.293.490	581.276	0	677.173	35.041	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	364.645	107.995	0	256.650	0	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	364.645	107.995	0	256.650	0	0	0	0
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**364.645**	107.995	0	256.650	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	334.545	107.995	0	226.550	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	334.545	107.995	0	226.550	0	0	0	0
1.661- Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	30.100	0	0	30.100	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.100	0	0	30.100	0	0	0	0
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	**50.044**	0	0	40.035	10.009	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	40.035	10.009	0	0	0
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	512.145	351.938	0	145.189	15.018	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	512.145	351.938	0	145.189	15.018	0	0	0
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	**50.070**	10.014	0	40.056	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	35.049	10.014	0	25.035	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	35.049	10.014	0	25.035	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	15.021	0	0	15.021	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.021	0	0	15.021	0	0	0	0
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	**281.792**	241.736	0	35.049	5.007	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	281.792	241.736	0	35.049	5.007	0	0	0
0001 - Maxaranguape	281.792	241.736	0	35.049	5.007	0	0	0
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	**80.173**	75.162	0	5.011	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	80.173	75.162	0	5.011	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	80.173	75.162	0	5.011	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	**50.070**	10.014	0	35.049	5.007	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.070	10.014	0	35.049	5.007	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.070	10.014	0	35.049	5.007	0	0	0
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**50.040**	15.012	0	30.024	5.004	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.040	15.012	0	30.024	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.040	15.012	0	30.024	5.004	0	0	0
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	316.586	121.343	0	185.229	10.014	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.069	0	0	40.055	10.014	0	0	0
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	**50.069**	0	0	40.055	10.014	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.069	0	0	40.055	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.069	0	0	40.055	10.014	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	266.517	121.343	0	145.174	0	0	0	0
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**50.040**	0	0	50.040	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.020	0	0	25.020	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.020	0	0	25.020	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.020	0	0	25.020	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.020	0	0	25.020	0	0	0	0
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	**50.042**	0	0	50.042	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0

0001 - Maxaranguape	50.042	0	0	50.042	0	0	0	0
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	**71.082**	51.070	0	20.012	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	71.082	51.070	0	20.012	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	71.082	51.070	0	20.012	0	0	0	0
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	**95.353**	70.273	0	25.080	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	95.353	70.273	0	25.080	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	95.353	70.273	0	25.080	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	50.070	0	0	50.070	0	0	0	0
0008 - GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	50.070	0	0	50.070	0	0	0	0
2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DAASSISTÊNCIA SOCIAL	**50.070**	0	0	50.070	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	20.028	0	0	20.028	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.028	0	0	20.028	0	0	0	0
1.660- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	30.042	0	0	30.042	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.042	0	0	30.042	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
14 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário								
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	**2.165.519**	1.095.314	0	839.425	230.780	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	25.011	0	0	0	25.011	0	0	0
752 - ENERGIA ELÉTRICA	25.011	0	0	0	25.011	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	25.011	0	0	0	25.011	0	0	0
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	**25.011**	0	0	0	25.011	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.011	0	0	0	25.011	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.011	0	0	0	25.011	0	0	0
20 - AGRICULTURA	2.090.301	1.095.314	0	819.342	175.645	0	0	0
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.714.967	1.095.314	0	604.153	15.500	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.714.967	1.095.314	0	604.153	15.500	0	0	0
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**1.714.967**	1.095.314	0	604.153	15.500	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	1.704.634	1.095.314	0	604.153	5.167	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.704.634	1.095.314	0	604.153	5.167	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.333	0	0	0	10.333	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.333	0	0	0	10.333	0	0	0
605 - ABASTECIMENTO	150.103	0	0	70.041	80.062	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	150.103	0	0	70.041	80.062	0	0	0
1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	**100.000**	0	0	50.000	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	100.000	0	0	50.000	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.000	0	0	50.000	50.000	0	0	0
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	**50.103**	0	0	20.041	30.062	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.103	0	0	20.041	30.062	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.103	0	0	20.041	30.062	0	0	0
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	125.050	0	0	75.050	50.000	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	125.050	0	0	75.050	50.000	0	0	0
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	**50.000**	0	0	0	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
2080 APOIO AAGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	**45.035**	0	0	45.035	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	45.035	0	0	45.035	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	45.035	0	0	45.035	0	0	0	0
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	**30.015**	0	0	30.015	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	30.015	0	0	30.015	0	0	0	0

0001 - Maxaranguape	30.015	0	0	30.015	0	0	0	0
609 - DEFESAAGROPECUÁRIA	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
692 - COMERCIALIZAÇÃO	50.138	0	0	20.055	30.083	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	50.138	0	0	20.055	30.083	0	0	0
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	**50.138**	0	0	20.055	30.083	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.138	0	0	20.055	30.083	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.138	0	0	20.055	30.083	0	0	0
23 - COMERCIO E SERVIÇOS	50.207	0	0	20.083	30.124	0	0	0
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	50.207	0	0	20.083	30.124	0	0	0
0005 - CAMPO FORTE: MODERNIZANDO AAGRICULTURAAQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	50.207	0	0	20.083	30.124	0	0	0
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	**50.207**	0	0	20.083	30.124	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.207	0	0	20.083	30.124	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.207	0	0	20.083	30.124	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
15 Sec. Mun. de Relações Institucionais								
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	**190.243**	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	**190.243**	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
0001 - Maxaranguape	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
16 Secretaria Municipal de Saúde								
16.001 Secretaria Municipal de Saúde	**13.396.890**	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0
10 - SAÚDE	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
0001 - SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	**101.000**	0	0	101.000	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
301 - ATENÇÃO BÁSICA	12.598.403	6.384.766	0	5.318.562	895.075	0	0	0
0001 - SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE	794.432	0	0	90.310	704.122	0	0	0
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**150.608**	0	0	75.304	75.304	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
1.601- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	**70.084**	0	0	0	70.084	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	70.084	0	0	0	70.084	0	0	0
0001 - Maxaranguape	70.084	0	0	0	70.084	0	0	0
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**357.652**	0	0	0	357.652	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	75.152	0	0	0	75.152	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.152	0	0	0	75.152	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	282.500	0	0	0	282.500	0	0	0
0001 - Maxaranguape	282.500	0	0	0	282.500	0	0	0
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	**201.082**	0	0	0	201.082	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.601- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
2085 REDE CEGONHA	**15.006**	0	0	15.006	0	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.006	0	0	15.006	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.006	0	0	15.006	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	11.803.971	6.384.766	0	5.228.252	190.953	0	0	0
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**2.548.940**	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.548.940	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.548.940	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	**150.384**	0	0	150.384	0	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	115.294	0	0	115.294	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	115.294	0	0	115.294	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.013	0	0	5.013	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	5.013	0	0	5.013	0	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	30.077	0	0	30.077	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.077	0	0	30.077	0	0	0	0
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	**50.043**	0	0	40.034	10.009	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0
2088 SAÚDE BUCAL - SB	**51.069**	15.021	0	36.048	0	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000	0	0	2.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.000	0	0	2.000	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	49.069	15.021	0	34.048	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	49.069	15.021	0	34.048	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	**2.052.121**	1.816.881	0	106.760	128.480	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.476.550	1.302.593	0	106.760	67.197	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.476.550	1.302.593	0	106.760	67.197	0	0	0
1.601- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.338	0	0	0	10.338	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.338	0	0	0	10.338	0	0	0
1.605- Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	514.288	514.288	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	514.288	514.288	0	0	0	0	0	0
1.631- Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0
1.633- Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
1.635- Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.055	0	0	40.055	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	40.055	0	0	40.055	0	0	0	0
1.621- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**3.194.429**	2.169.820	0	1.001.792	22.817	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.966.256	2.169.820	0	784.484	11.952	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.966.256	2.169.820	0	784.484	11.952	0	0	0
1.632- Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	217.308	0	0	217.308	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	217.308	0	0	217.308	0	0	0	0
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	**3.606.780**	0	0	3.606.780	0	0	0	0
1.500.1002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.016.644	0	0	2.016.644	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.016.644	0	0	2.016.644	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.016.644	0	0	1.016.644	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.016.644	0	0	1.016.644	0	0	0	0
1.605- Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	260.678	0	0	260.678	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	260.678	0	0	260.678	0	0	0	0
1.706.3110- Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	312.814	0	0	312.814	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	312.814	0	0	312.814	0	0	0	0
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	**50.068**	0	0	40.054	10.014	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	**50.068**	50.068	0	0	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
1.605- Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	377.419	0	0	176.337	201.082	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0031 - Atenção Integral às Crianças Atípicas	327.351	0	0	126.269	201.082	0	0	0
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG)	**201.082**	0	0	0	201.082	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	**26.133**	0	0	26.133	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	26.133	0	0	26.133	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	26.133	0	0	26.133	0	0	0	0
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	**270.000**	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
1.604- Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
0001 - Maxaranguape	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0

Serviços Públicos de Saúde								
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
17 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo								
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	**357.099**	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0
15 - URBANISMO	296.067	203.849	0	84.185	8.033	0	0	0
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	246.023	203.849	0	34.141	8.033	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	246.023	203.849	0	34.141	8.033	0	0	0
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	**246.023**	203.849	0	34.141	8.033	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	246.023	203.849	0	34.141	8.033	0	0	0
0001 - Maxaranguape	246.023	203.849	0	34.141	8.033	0	0	0
542 - CONTROLE AMBIENTAL	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
2095 INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	**50.044**	0	0	50.044	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0
18 - GESTÃO AMBIENTAL	61.032	0	0	61.032	0	0	0	0
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	61.032	0	0	61.032	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	61.032	0	0	61.032	0	0	0	0
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	**30.015**	0	0	30.015	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	30.015	0	0	30.015	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.015	0	0	30.015	0	0	0	0
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	**31.017**	0	0	31.017	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	31.017	0	0	31.017	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	31.017	0	0	31.017	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
18 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana								
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	**8.179.114**	3.531.335	0	1.790.758	2.857.021	0	0	0
04 - ADMINISTRAÇÃO	61.000	0	0	0	61.000	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	**50.000**	0	0	0	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.000	0	0	0	1.000	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	1.000	0	0	0	1.000	0	0	0
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	**1.000**	0	0	0	1.000	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.000	0	0	0	1.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.000	0	0	0	1.000	0	0	0
452 - SERVIÇOS URBANOS	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	**10.000**	0	0	0	10.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
14 - DIREITO DA CIDADANIA	282.956	0	0	12.505	270.451	0	0	0
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	282.956	0	0	12.505	270.451	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	282.956	0	0	12.505	270.451	0	0	0
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	**257.946**	0	0	0	257.946	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.241	0	0	0	50.241	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.241	0	0	0	50.241	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	207.705	0	0	0	207.705	0	0	0
0001 - Maxaranguape	207.705	0	0	0	207.705	0	0	0
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	**25.010**	0	0	12.505	12.505	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.010	0	0	12.505	12.505	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.010	0	0	12.505	12.505	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			

Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
15 - URBANISMO	7.735.074	3.515.823	0	1.748.727	2.470.524	0	0	0
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.892.522	3.515.823	0	965.182	2.411.517	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	2.145.816	0	0	1.000	2.144.816	0	0	0
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	**256.833**	0	0	0	256.833	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	23.794	0	0	0	23.794	0	0	0
0001 - Maxaranguape	23.794	0	0	0	23.794	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	220.939	0	0	0	220.939	0	0	0
0001 - Maxaranguape	220.939	0	0	0	220.939	0	0	0
1.750- Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.100	0	0	0	12.100	0	0	0
0001 - Maxaranguape	12.100	0	0	0	12.100	0	0	0
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	**130.289**	0	0	0	130.289	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	30.067	0	0	0	30.067	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.067	0	0	0	30.067	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	100.222	0	0	0	100.222	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.222	0	0	0	100.222	0	0	0
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ)	**75.096**	0	0	0	75.096	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.032	0	0	0	25.032	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.032	0	0	0	25.032	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	50.064	0	0	0	50.064	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.064	0	0	0	50.064	0	0	0
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	**1.238.521**	0	0	1.000	1.237.521	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	5.003	0	0	0	5.003	0	0	0
0001 - Maxaranguape	5.003	0	0	0	5.003	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.146.776	0	0	1.000	1.145.776	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.146.776	0	0	1.000	1.145.776	0	0	0
1.710- Transferência Especial dos Estados	200	0	0	0	200	0	0	0
0001 - Maxaranguape	200	0	0	0	200	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.720- Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	86.542	0	0	0	86.542	0	0	0
0001 - Maxaranguape	86.542	0	0	0	86.542	0	0	0
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	**30.015**	0	0	0	30.015	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	30.015	0	0	0	30.015	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.015	0	0	0	30.015	0	0	0
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**25.034**	0	0	0	25.034	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.034	0	0	0	25.034	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.034	0	0	0	25.034	0	0	0
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	**350.000**	0	0	0	350.000	0	0	0
1.701- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	350.000	0	0	0	350.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	350.000	0	0	0	350.000	0	0	0
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	**40.028**	0	0	0	40.028	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	20.014	0	0	0	20.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.014	0	0	0	20.014	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	20.014	0	0	0	20.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.014	0	0	0	20.014	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	4.746.706	3.515.823	0	964.182	266.701	0	0	0
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	**4.746.706**	3.515.823	0	964.182	266.701	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	4.234.939	3.515.823	0	605.415	113.701	0	0	0
0001 - Maxaranguape	4.234.939	3.515.823	0	605.415	113.701	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
1.706- Transferência Especial da União	103.000	0	0	0	103.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	103.000	0	0	0	103.000	0	0	0
1.718- Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	309	0	0	309	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	309	0	0	309	0	0	0	0

1.720- Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	358.458	0	0	358.458	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	358.458	0	0	358.458	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
452 - SERVIÇOS URBANOS	842.552	0	0	783.545	59.007	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	**50.000**	0	0	0	50.000	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	792.552	0	0	783.545	9.007	0	0	0
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	**792.552**	0	0	783.545	9.007	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	9.007	0	0	0	9.007	0	0	0
0001 - Maxaranguape	9.007	0	0	0	9.007	0	0	0
1.751- Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	783.545	0	0	783.545	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	783.545	0	0	783.545	0	0	0	0
25 - ENERGIA	50.042	0	0	0	50.042	0	0	0
752 - ENERGIA ELÉTRICA	50.042	0	0	0	50.042	0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	50.042	0	0	0	50.042	0	0	0
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	**50.042**	0	0	0	50.042	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
1.700- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.021	0	0	0	25.021	0	0	0
26 - TRANSPORTE	50.042	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	50.042	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.042	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	**50.042**	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	50.042	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.042	15.512	0	29.526	5.004	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Programa de Trabalho					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Unidade Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
99 Reserva de Contigência								
99.001 Reserva de Contigência	**650.000**	0	0	0	0	0	0	0
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	650.000	0	0	0	0	0	0	0
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	0	0	0	0	0	0	0
0028 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	0	0	0	0	0	0	0
9001 Reserva de Contigencia	**650.000**	0	0	0	0	0	0	0
1.500- Recursos não Vinculados de Impostos	650.000	0	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	650.000	0	0	0	0	0	0	0
Total:	**73.340.846**	**36.608.810**	**358.628**	**23.053.129**	**9.483.124**	**0**	**3.187.155**	**0,00**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Despesa Orçamentária por Poder, Órgão e Fonte						Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Poder	**Órgão**	**Valor**	**Pessoal e Encargos**	**Juros e Encargo s da**	**Outras Despesa s**	**Investimentos**	**Inverssõe s**	**Amortozaçã o da Dívida**	**Outras Despesa s de**
Poder Legislativo		**2.661.482**	**1.699.899**	**0**	**849.882**	**111.701**	**0**	**0**	**0,00**
	01 - Câmara Municipal	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
	01 - Fiscal	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
Poder Executivo		**70.679.364**	**34.908.911**	**358.628**	**22.203.247**	**9.371.423**	**0**	**3.187.155**	**0,00**
	02 - Gabinete do Prefeito	2.724.840	1.271.647	0	795.916	607.234	0	50.043	0,00
	01 - Fiscal	2.724.840	1.271.647	0	795.916	607.234	0	50.043	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.524.840	1.271.647	0	795.916	407.234	0	50.043	0,00
	1.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	200.000	0	0	0	200.000	0	0	0,00
	03 - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0,00
	01 - Fiscal	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0,00
	1.501 - Outros Recursos não Vinculados	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0,00
	1.753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e	2.147.656	484.570	0	1.110.678	481.682	0	70.726	0,00

	Preços Públicos								
	06 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	27.290.951	17.023.296	0	7.504.394	2.763.261	0	0	0,00
	01 - Fiscal	27.290.951	17.023.296	0	7.504.394	2.763.261	0	0	0,00
	1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.899.838	3.543.546	0	1.310.226	46.066	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	420.558	0	0	380.535	40.023	0	0	0,00
	1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	9.821.710	9.821.710	0	0	0	0	0	0,00
	1.540.1071 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0,00
	1.540.1072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0,00
	1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	2.276.132	30.204	0	1.976.275	269.653	0	0	0,00
	1.541.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0,00
	1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0,00
	1.542.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	2.978.176	2.978.176	0	0	0	0	0	0,00
	1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.180.271	0	0	478.395	701.876	0	0	0,00
	1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0,00
	1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0,00
	1.550 - Transferência do Salário-Educação	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0,00
	1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0,00

Poder	Órgão	Valor	Pessoal e Encargos	Juros e Encargo s da	Outras Despesa s	Investimentos	Inverssõe s	Amortizaçã o da Dívida	Outras Despesa s de
	1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	502.706	1.000	0	501.706	0	0	0	0,00
	1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	501.466	10.054	0	491.412	0	0	0	0,00
	1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	150.206	20.028	0	60.082	70.096	0	0	0,00
	1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	399.741	0	0	0	399.741	0	0	0,00
	1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0,00
	1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.179.490	0	0	0	1.179.490	0	0	0,00
	1.716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0,00
	07 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	01 - Fiscal	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	08 - Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo	3.161.019	1.224.135	0	1.238.283	698.601	0	0	0,00
	01 - Fiscal	3.161.019	1.224.135	0	1.238.283	698.601	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.693.984	1.224.135	0	1.228.274	241.575	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	366.558	0	0	10.009	356.549	0	0	0,00
	1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	100.477	0	0	0	100.477	0	0	0,00
	09 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00
	01 - Fiscal	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00

	10 - Sec. Municipal de Gestão Tributária	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	01 - Fiscal	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	11 - Secretaria Municipal de Administração	3.931.396	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.266.932	0,00
	01 - Fiscal	3.931.396	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.266.932	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.665.464	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.000	0,00
	1.501 - Outros Recursos não Vinculados	1.265.932	0	0	0	0	0	1.265.932	0,00
	12 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	01 - Fiscal	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação	2.127.479	873.604	0	933.590	320.285	0	0	0,00
	01 - Fiscal	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0,00

Poder	Órgão	Valor	Pessoal e Encargos	Juros e Encargo s da	Outras Despesa s	Investimentos	Inverssõe s	Amortizaçã o da Dívida	Outras Despesa s de
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0,00
	1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0,00
	02 - Seguridade Social	2.077.435	873.604	0	883.546	320.285	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.228.524	410.337	0	593.083	225.104	0	0	0,00
	1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	748.662	463.267	0	260.363	25.032	0	0	0,00
	1.661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	30.100	0	0	30.100	0	0	0	0,00
	1.665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	70.149	0	0	0	70.149	0	0	0,00
	14 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	2.165.519	1.095.314	0	839.425	230.780	0	0	0,00
	01 - Fiscal	2.165.519	1.095.314	0	839.425	230.780	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.155.186	1.095.314	0	839.425	220.447	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.333	0	0	0	10.333	0	0	0,00
	15 - Sec. Mun. de Relações Institucionais	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	01 - Fiscal	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	16 - Secretaria Municipal de Saúde	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0,00
	02 - Seguridade Social	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0,00
	1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.884.680	4.502.796	0	3.167.411	214.473	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0,00
	1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.190.920	1.342.648	0	1.569.979	278.293	0	0	0,00
	1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	286.724	0	0	37.652	249.072	0	0	0,00
	1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0,00
	1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	800.000	539.322	0	260.678	0	0	0	0,00
	1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0,00
	1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0,00
	1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0,00
	1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0,00
	1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0,00
	1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	842.699	0	0	560.199	282.500	0	0	0,00

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Despesa Orçamentária por Poder, Órgão e Fonte Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Poder	Órgão	Valor	Pessoal e Encargos	Juros e Encargo s da	Outras Despesa s	Investimentos	Inverssõe s	Amortizaçã o da Dívida	Outras Despesa s de

	17 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00
	01 - Fiscal	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00
	18 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana	8.179.114	3.531.335	0	1.790.758	2.857.021	0	0	0,00
	01 - Fiscal	8.179.114	3.531.335	0	1.790.758	2.857.021	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.633.204	3.531.335	0	647.446	454.423	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.851.756	0	0	1.000	1.850.756	0	0	0,00
	1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	350.000	0	0	0	350.000	0	0	0,00
	1.706 - Transferência Especial da União	103.000	0	0	0	103.000	0	0	0,00
	1.710 - Transferência Especial dos Estados	200	0	0	0	200	0	0	0,00
	1.718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	309	0	0	309	0	0	0	0,00
	1.720 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	445.000	0	0	358.458	86.542	0	0	0,00
	1.750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.100	0	0	0	12.100	0	0	0,00
	1.751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	783.545	0	0	783.545	0	0	0	0,00
	99 - Reserva de Contigência	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	01 - Fiscal	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	Total:	**73.340.846**	**36.608.810**	**358.628**	**23.053.129**	**9.483.124**	**0**	**3.187.155**	**0,00**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Poder e Unidade — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Poder	Unidade	Valor	Pessoal e Encargos	Juros e Encargo s da	Outras Despesa s	Investimentos	Inverssõe s	Amortizaçã o da Dívida	Outras Despesa s de
Poder Legislativo		**2.661.482**	**1.699.899**	**0**	**849.882**	**111.701**	**0**	**0**	**0,00**
	01.001 - CÂMARA MUNICIPAL	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
	01 - Fiscal	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.661.482	1.699.899	0	849.882	111.701	0	0	0,00
Poder Executivo		**70.679.364**	**34.908.911**	**358.628**	**22.203.247**	**9.371.423**	**0**	**3.187.155**	**0,00**
	02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	2.724.840	1.271.647	0	795.916	607.234	0	50.043	0,00
	01 - Fiscal	2.724.840	1.271.647	0	795.916	607.234	0	50.043	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.524.840	1.271.647	0	795.916	407.234	0	50.043	0,00
	1.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	200.000	0	0	0	200.000	0	0	0,00
	03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0,00
	01 - Fiscal	2.148.656	484.570	0	1.111.678	481.682	0	70.726	0,00
	1.501 - Outros Recursos não Vinculados	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0,00
	1.753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	2.147.656	484.570	0	1.110.678	481.682	0	70.726	0,00
	06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	27.290.951	17.023.296	0	7.504.394	2.763.261	0	0	0,00
	01 - Fiscal	27.290.951	17.023.296	0	7.504.394	2.763.261	0	0	0,00
	1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.899.838	3.543.546	0	1.310.226	46.066	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	420.558	0	0	380.535	40.023	0	0	0,00
	1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	9.821.710	9.821.710	0	0	0	0	0	0,00
	1.540.1071 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0,00
	1.540.1072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0,00
	1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	2.276.132	30.204	0	1.976.275	269.653	0	0	0,00
	1.541.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0,00
	1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0,00
	1.542.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da	2.978.176	2.978.176	0	0	0	0	0	0,00

	Educação Básica - 70%								
	1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.180.271	0	0	478.395	701.876	0	0	0,00
	1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0,00
	1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0,00
	1.550 - Transferência do Salário-Educação	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0,00
	1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0,00
	1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	502.706	1.000	0	501.706	0	0	0	0,00
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Despesa Orçamentária por Poder e Unidade						Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Poder	**Unidade**	**Valor**	**Pessoal e Encargos**	**Juros e Encargo s da**	**Outras Despesa s**	**Investimentos**	**Inverssõe s**	**Amortizaçã o da Dívida**	**Outras Despesa s de**
	1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	501.466	10.054	0	491.412	0	0	0	0,00
	1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	150.206	20.028	0	60.082	70.096	0	0	0,00
	1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	399.741	0	0	0	399.741	0	0	0,00
	1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0,00
	1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.179.490	0	0	0	1.179.490	0	0	0,00
	1.716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0,00
	07.001 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	01 - Fiscal	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	200.387	181.336	0	18.048	1.003	0	0	0,00
	08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	3.161.019	1.224.135	0	1.238.283	698.601	0	0	0,00
	01 - Fiscal	3.161.019	1.224.135	0	1.238.283	698.601	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.693.984	1.224.135	0	1.228.274	241.575	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	366.558	0	0	10.009	356.549	0	0	0,00
	1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	100.477	0	0	0	100.477	0	0	0,00
	09.001 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00
	01 - Fiscal	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.687.643	470.958	308.585	1.098.518	10.128	0	1.799.454	0,00
	10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	01 - Fiscal	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	317.913	145.545	50.043	110.269	12.056	0	0	0,00
	11.001 - Secretaria Municipal de Administração	3.931.396	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.266.932	0,00
	01 - Fiscal	3.931.396	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.266.932	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.665.464	1.569.432	0	825.014	270.018	0	1.000	0,00
	1.501 - Outros Recursos não Vinculados	1.265.932	0	0	0	0	0	1.265.932	0,00
	12.001 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	01 - Fiscal	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	150.215	75.128	0	70.078	5.009	0	0	0,00
	13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	833.989	292.328	0	256.417	285.244	0	0	0,00
	01 - Fiscal	50.044	0	0	50.044	0	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0,00
	1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.022	0	0	25.022	0	0	0	0,00
	02 - Seguridade Social	783.945	292.328	0	206.373	285.244	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	713.796	292.328	0	206.373	215.095	0	0	0,00
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Despesa Orçamentária por Poder e Unidade						Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Poder	**Unidade**	**Valor**	**Pessoal e Encargos**	**Juros e Encargo s da**	**Outras Despesa s**	**Investimentos**	**Inverssõe s**	**Amortizaçã o da Dívida**	**Outras Despesa s de**
	1.665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	70.149	0	0	0	70.149	0	0	0,00
	13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	1.293.490	581.276	0	677.173	35.041	0	0	0,00

	SOCIAL (FMAS)								
	02 - Seguridade Social	1.293.490	581.276	0	677.173	35.041	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	514.728	118.009	0	386.710	10.009	0	0	0,00
	1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	748.662	463.267	0	260.363	25.032	0	0	0,00
	1.661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	30.100	0	0	30.100	0	0	0	0,00
	14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	2.165.519	1.095.314	0	839.425	230.780	0	0	0,00
	01 - Fiscal	2.165.519	1.095.314	0	839.425	230.780	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.155.186	1.095.314	0	839.425	220.447	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.333	0	0	0	10.333	0	0	0,00
	15.001 - Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	01 - Fiscal	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	190.243	145.153	0	40.080	5.010	0	0	0,00
	16.001 - Secretaria Municipal de Saúde	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0,00
	02 - Seguridade Social	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0,00
	1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.884.680	4.502.796	0	3.167.411	214.473	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0,00
	1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.190.920	1.342.648	0	1.569.979	278.293	0	0	0,00
	1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	286.724	0	0	37.652	249.072	0	0	0,00
	1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0,00
	1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	800.000	539.322	0	260.678	0	0	0	0,00
	1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0,00
	1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0,00
	1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0,00
	1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0,00
	1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0,00
	1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	842.699	0	0	560.199	282.500	0	0	0,00
	17.001 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00
	01 - Fiscal	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Despesa Orçamentária por Poder e Unidade — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Poder	Unidade	Valor	Pessoal e Encargos	Juros e Encargo s da	Outras Despesa s	Investimentos	Inverssõe s	Amortizaçã o da Dívida	Outras Despesa s de
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	357.099	203.849	0	145.217	8.033	0	0	0,00
	18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	8.179.114	3.531.335	0	1.790.758	2.857.021	0	0	0,00
	01 - Fiscal	8.179.114	3.531.335	0	1.790.758	2.857.021	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	4.633.204	3.531.335	0	647.446	454.423	0	0	0,00
	1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.851.756	0	0	1.000	1.850.756	0	0	0,00
	1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	350.000	0	0	0	350.000	0	0	0,00
	1.706 - Transferência Especial da União	103.000	0	0	0	103.000	0	0	0,00
	1.710 - Transferência Especial dos Estados	200	0	0	0	200	0	0	0,00
	1.718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	309	0	0	309	0	0	0	0,00
	1.720 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	445.000	0	0	358.458	86.542	0	0	0,00
	1.750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.100	0	0	0	12.100	0	0	0,00
	1.751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço	783.545	0	0	783.545	0	0	0	0,00

	de Iluminação Pública - COSIP								
	99.001 - Reserva de Contigência	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	01 - Fiscal	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	650.000	0	0	0	0	0	0	0,00
	Total:	**73.340.846**	**36.608.810**	**358.628**	**23.053.129**	**9.483.124**	**0**	**3.187.155**	**0,00**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00
	Valor
Base de Cálculo de Recursos	
I - Receita de Impostos	**5.638.623**
IPTU	1.879.642
IRRF	1.679.832
ITBI	466.441
ISS	1.612.708
II - Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	**176.763**
III - Transferências Legais	**34.670.926**
FPM	27.526.865
FPM - Cotas Extraordinárias	3.009.001
ITR	82.476
ICMS	3.806.873
IPVA	234.913
IPI	10.412
Outras Transf. ou Compensações Fin. Provenientes de Imp. e Transf. Constitucionais	386
Receita Base de Cálculo do Percentual	**40.486.312**
IV - Total das Receitas Transferidas ao FUNDEB - Equivalente a 20%	**6.332.385**
Resumo da Aplicação	
Subfunção de Governo (FR: 500+502+718 com CO: 1001)	
Ensino Fundamental	3.714.790
Educação Especial	50.042
Educação Infantil	10.002
Educação de Jovens e Adultos	20.017
Outras subfunções	1.104.987
V - Total Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	**4.899.838**
VI -Total das Despesas para Fins de Limite (IV + V)	**11.232.223**
Valor Exigido da Apuração do Limite Mínimo	**10.121.578**
Percentual apurado	**27,74**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo dos Índices de Aplicação das Receitas do FUNDEB	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00
RECEITAS DO FUNDEB	**RECEITA PREVISTA**
1 - TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS DO FUNDEB	**18.430.322**
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Impostos e Transferências	13.934.446
1.1.1 - Principal	13.883.446
1.1.2 - Rendimentos de Aplicação	50.000
1.1.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	1.000
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	175.691
1.2.1 - Principal	175.691
1.2.2 - Rendimentos de Aplicação	0
1.2.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0
1.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	4.158.447
1.3.1 - Principal	4.158.447
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação	0
1.3.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0
1.4 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	58.113
1.4.1 - Principal	58.113
1.4.2 - Rendimentos de Aplicação	0
1.4.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0
1.5 - Complementação da União ao FUNDEB - ETI	103.625
1.5.1 - Principal	103.625
1.5.2 - Rendimentos de Aplicação	0
1.5.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb	0

DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA FIXADA		
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	**13.417.464**		
2.1 - Ensino Fundamental	9.704.715		
2.2 - Educação Infantil	3.410.991		
2.3 - Educação de Jovens e Adultos	251.690		
2.4 - Educação Especial	50.068		
2.5 - Administração Geral	0		
3 - Outras Despesas	**5.012.858**		
3.1 - Ensino Fundamental	4.073.267		
3.2 - Educação Infantil	802.255		
3.3 - Educação de Jovens e Adultos	80.069		
3.4 - Educação Especial	0		
3.5 - Administração Geral	57.267		
3.6 - Transporte (escolar)	0		
3.7 - Outras	0		
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	**18.430.322**		
LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB	**Valor Exigido**	**Valor Fixado**	**% Fixado**
5 - Indicadores do FUNDEB			
5.1 - Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	12.901.225	13.417.464	**72,80**
5.2 - Mínimo de 4% do Fundeb com criação de matriculas em Educação em	737.213	1.836.604	**9,97**
Tempo Integral (ETI)			
5.3 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao Fundeb - VAAT em despesa de capital	623.767	701.876	**16,88**
5.4 - Percentual da Complementação da União ao Fundeb - VAAT na Educação infantil (Indicador IEI)	2.012.273	3.251.150	**78,18**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo dos Índices de Aplicação das Receitas do FUNDEB	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Nota: Valor mínimo exigido para o Índice da Educação Infantil (IEI), conforme estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 29 de abril de 2026.	

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo da Aplicação com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
	Valor
Base de Cálculo de Recursos	
I - Receita de Impostos	**5.638.623**
IPTU	1.879.642
IRRF	1.679.832
ITBI	466.441
ISS	1.612.708
II - Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	**176.763**
III - Transferências Legais	**31.661.925**
FPM	27.526.865
ITR	82.476
ICMS	3.806.873
IPVA	234.913
IPI	10.412
Outras Transf. ou Compensações Fin. Provenientes de Imp. e Transf. Constitucionais	386
Receita Base de Cálculo do Percentual	**37.477.311**
Resumo da Aplicação	
Subfunção de Governo	
Atenção Básica	7.884.680
IV - Despesa com Ações e Serviços Públicos em Saúdes (ASPS)	**7.884.680**
Despesa Mínima a ser aplicada em ASPS	**5.621.597**
Percentual apurado	**21,03**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo das Despesas Fixadas com Pessoal - Executivo	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Despesas Com Pessoal	Valor
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	34.908.911
Pessoal Ativo	34.908.911
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF	0
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	378.414

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	48.051
Decorrentes de Decisão Judicial	316.417
Despesas de Exercícios Anteriores	13.946
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP (III) = (I -II)	34.530.497,00
Receita Corrente Líquida	69.167.806
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP sobre a RCL = (III/IV) * 100	**49,92**
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF - 54,00%)	37.350.615,24
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF - 51,30%)	35.483.084,48

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo das Despesas Fixadas com Pessoal - Legislativo	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Despesas Com Pessoal	Valor
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	1.699.899
Pessoal Ativo	1.699.899
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF	0
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	11.376
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.342
Decorrentes de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	1.034
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP (III) = (I -II)	1.688.523,00
Receita Corrente Líquida	69.167.806
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP sobre a RCL = (III/IV) * 100	**2,44**
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF - 6,00%)	4.150.068,36
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF - 5,70%)	3.942.564,94

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo das Despesas Fixadas com Pessoal - Consolidado	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Despesas Com Pessoal	Valor
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	36.608.810
Pessoal Ativo	36.608.810
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF	0
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	389.790
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	58.393
Decorrentes de Decisão Judicial	316.417
Despesas de Exercícios Anteriores	14.980
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP (III) = (I -II)	36.219.020,00
Receita Corrente Líquida	69.167.806
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP sobre a RCL = (III/IV) * 100	**52,36**
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF - 60,00%)	41.500.683,60
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF - 57,00%)	39.425.649,42

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1 RECEITAS CORRENTES				**69.167.806**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			6.120.018	
1.1.1 IMPOSTOS		5.815.386		
1.1.1.2 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO		2.522.346		
1.1.1.2.50 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		2.034.705		
1.1.1.2.50.0.1.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-	Fiscal	1.879.642		
PRINCIPAL				
1.1.1.2.50.0.2.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA- MULTAS E JUROS DE MORA	Fiscal	110		
1.1.1.2.50.0.3.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA- DÍVIDA ATIVA	Fiscal	151.962		
1.1.1.2.50.0.4.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDAATIVA	Fiscal	2.991		
1.1.1.2.53 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS		487.641		
1.1.1.2.53.0.1.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	Fiscal	466.441		

1.1.1.2.53.0.2.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA	Fiscal	5.500		
1.1.1.2.53.0.3.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDAATIVA	Fiscal	12.700		
1.1.1.2.53.0.4.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDAATIVA	Fiscal	3.000		
1.1.1.3 IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		1.679.832		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Receita Orçametária por Natureza — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Natureza	Esfera	Desdobramento	Fonte	Categoria Econônica
1.1.1.3.03 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE		1.679.832		
1.1.1.3.03.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO		1.579.832		
1.1.1.3.03.1.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO		1.579.832		
1.1.1.3.03.1.1.01 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	Fiscal	1.479.832		
1.1.1.3.03.1.1.02 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
1.1.1.3.03.4 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS		100.000		
1.1.1.3.03.4.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS		100.000		
1.1.1.3.03.4.1.01 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
1.1.1.4 IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		1.613.208		
1.1.1.4.51 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS		1.613.208		
1.1.1.4.51.1 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		1.613.208		
1.1.1.4.51.1.1.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	Fiscal	1.612.708		
1.1.1.4.51.1.3.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDAATIVA	Fiscal	500		
1.1.2 TAXAS		304.632		
1.1.2.1 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		207.000		
1.1.2.1.01 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO		205.000		
1.1.2.1.01.0.1 Taxa de Inspeção, controle e Fiscalização		204.000		
1.1.2.1.01.0.1.01 Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestadores de Serviços	Fiscal	1.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Receita Orçametária por Natureza — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Natureza	Esfera	Desdobramento	Fonte	Categoria Econônica
1.1.2.1.01.0.1.02 TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E HABITAÇÃO	Fiscal	1.000		
1.1.2.1.01.0.1.06 TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	Fiscal	1.000		
1.1.2.1.01.0.1.10 TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	Fiscal	1.000		
1.1.2.1.01.0.1.99 OUTRAS TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	Fiscal	200.000		
1.1.2.1.01.0.2 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTA E JUROS DE MORA		1.000		
1.1.2.1.01.0.2.01 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTA E JUROS DE MORA	Fiscal	1.000		
1.1.2.1.04 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		2.000		
1.1.2.1.04.0.1 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		1.000		
1.1.2.1.04.0.1.01 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.1.2.1.04.0.2 TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTA E JUROS DE MORA		1.000		
1.1.2.1.04.0.2.01 TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTA E JUROS DE MORA	Fiscal	1.000		
1.1.2.2 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		97.632		
1.1.2.2.01 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		97.632		
1.1.2.2.01.0.1 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL		92.632		
1.1.2.2.01.0.1.01 TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS	Fiscal	1.000		
1.1.2.2.01.0.1.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Fiscal	91.632		
1.1.2.2.01.0.3 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDAATIVA		3.000		
1.1.2.2.01.0.3.01 TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS - DIVIDAATIVA	Fiscal	1.000		
1.1.2.2.01.0.3.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDAATIVA	Fiscal	2.000		
1.1.2.2.01.0.4 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA		2.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Receita Orçametária por Natureza — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Natureza	Esfera	Desdobramento	Fonte	Categoria Econônica
1.1.2.2.01.0.4.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDAATIVA	Fiscal	2.000		
1.2 CONTRIBUIÇÕES			783.545	
1.2.4 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		783.545		
1.2.4.1 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		783.545		
1.2.4.1.50 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		783.545		
1.2.4.1.50.0.1.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- PRINCIPAL	Fiscal	783.545		
1.3 RECEITA PATRIMONIAL			853.327	

1.3.1 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		4.000		
1.3.1.1 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		4.000		
1.3.1.1.99 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS		4.000		
1.3.1.1.99.0.1.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	Fiscal	4.000		
1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS		756.261		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS		756.261		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		756.261		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		750.261		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL		750.261		
1.3.2.1.01.1.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	Fiscal	60.000		
1.3.2.1.01.1.1.02 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ROYALTIES	Seguridade Social	100		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.3.2.1.01.1.1.03 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDEB	Fiscal	50.000		
1.3.2.1.01.1.1.06 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS FNDE	Fiscal	112.206		
1.3.2.1.01.1.1.07 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE	Seguridade Social	25.000		
1.3.2.1.01.1.1.08 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNAS	Seguridade Social	6.000		
1.3.2.1.01.1.1.09 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	Fiscal	40.000		
1.3.2.1.01.1.1.10 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CIDE	Fiscal	100		
1.3.2.1.01.1.1.12 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS SAÚDE	Seguridade Social	1.000		
1.3.2.1.01.1.1.13 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.14 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	Fiscal	1.000		
1.3.2.1.01.1.1.16 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE IMPOSTOS	Seguridade Social	1.000		
1.3.2.1.01.1.1.19 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSO ASSIST. SOCIAL - ESTADO	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.20 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MDE	Fiscal	15.426		
1.3.2.1.01.1.1.22 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PDDE	Fiscal	100		
1.3.2.1.01.1.1.23 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNAE	Fiscal	10.000		
1.3.2.1.01.1.1.24 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNATE	Fiscal	500		
1.3.2.1.01.1.1.28 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO BÁSICA	Seguridade Social	3.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.3.2.1.01.1.1.29 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.30 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.31 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ASSIST. FARMACÊUTICA	Seguridade Social	1.000		
1.3.2.1.01.1.1.32 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - INVEST. REDE DE SAÚDE	Seguridade Social	2.000		
1.3.2.1.01.1.1.33 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS SUS	Seguridade Social	40.000		
1.3.2.1.01.1.1.39 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA - ESTADO	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.41 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAAE	Fiscal	6.423		
1.3.2.1.01.1.1.45 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAIS	Seguridade Social	1.000		
1.3.2.1.01.1.1.48 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - LC 195/2022 - DEMAIS SETORES	Fiscal	50.068		
1.3.2.1.01.1.1.50 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - EC 120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Seguridade Social	70.000		
1.3.2.1.01.1.1.53 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. DA UNIÃO - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	Seguridade Social	100		
1.3.2.1.01.1.1.55 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO	Fiscal	200		
1.3.2.1.01.1.1.99 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTRAS	Fiscal	253.538		
1.3.2.1.01.2 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO		6.000		
1.3.2.1.01.2.1.00 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	6.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.3.6 CESSÃO DE DIREITOS		93.066		
1.3.6.1 CESSÃO DE DIREITOS		93.066		
1.3.6.1.01 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS		93.066		
1.3.6.1.01.1 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO		93.066		
1.3.6.1.01.1.1.00 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	Fiscal	93.066		
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS			2.419.872	
1.6.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		2.414.872		

1.6.1.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		2.414.872		
1.6.1.1.01 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		2.006.000		
1.6.1.1.01.0.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL		2.006.000		
1.6.1.1.01.0.1.02 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	Fiscal	2.000.000		
1.6.1.1.01.0.1.03 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE ESGOTOS	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.01.0.1.04 SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.01.0.1.05 SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO, RESERVA E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.01.0.1.08 SERVIÇOS DE LIGAÇÃO	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.01.0.1.10 SERVIÇOS DE DESLIGAMENTO	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.01.0.1.99 OUTRAS RECEITAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	Fiscal	1.000		
1.6.1.1.02 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		408.872		
1.6.1.1.02.0.1.00 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	Fiscal	408.872		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.6.9 OUTROS SERVIÇOS		5.000		
1.6.9.9 OUTROS SERVIÇOS		5.000		
1.6.9.9.50 SERVIÇOS SUJEITOS À REGULAÇÃO		4.000		
1.6.9.9.50.1 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA		1.000		
1.6.9.9.50.1.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.6.9.9.50.2 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO		1.000		
1.6.9.9.50.2.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.6.9.9.50.3 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		1.000		
1.6.9.9.50.3.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.6.9.9.50.4 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS		1.000		
1.6.9.9.50.4.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.6.9.9.99 OUTROS SERVIÇOS		1.000		
1.6.9.9.99.0.1.00 OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			58.857.834	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		41.500.401		
1.7.1.1 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		28.258.755		
1.7.1.1.51 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM		25.030.493		
1.7.1.1.51.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL		22.021.492		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL		22.021.492		
1.7.1.1.51.1.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	Fiscal	27.486.865		
1.7.1.1.51.1.1.02 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - ACRÉSCIMO FPM	Fiscal	40.000		
1.7.1.1.51.1.1.09 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - DEDUÇÃO FUNDEB	Fiscal	-5.505.373		
1.7.1.1.51.2 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS		3.009.001		
1.7.1.1.51.2.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS		3.009.001		
1.7.1.1.51.2.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS	Fiscal	1.447.879		
1.7.1.1.51.2.1.02 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - ACRÉSCIMO FPM	Fiscal	1.561.122		
1.7.1.1.52 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		65.981		
1.7.1.1.52.0.1 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		65.981		
1.7.1.1.52.0.1.01 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	Fiscal	82.476		
1.7.1.1.52.0.1.09 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - DEDUÇÃO DO FUNDEB	Fiscal	-16.495		
1.7.1.1.56 REPASSE DA UNIÃO PARA FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO		1.000		
1.7.1.1.56.0.1 REPASSE DA UNIÃO PARA FOROS, LAUDÊNIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.1.98 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO		3.161.281		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.1.98.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	Fiscal	3.161.281		
1.7.1.2 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		445.000		
1.7.1.2.52 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO		445.000		
1.7.1.2.52.4 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP		445.000		

1.7.1.2.52.4.1.00 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP - PRINCIPAL	Fiscal	445.000		
1.7.1.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		4.431.444		
1.7.1.3.50 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – REPASSES		4.146.720		
FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.7.1.3.50.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ATENÇÃO PRIMÁRIA		2.786.719		
1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA		2.786.719		
1.7.1.3.50.1.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	Seguridade Social	1.478.719		
1.7.1.3.50.1.1.03 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.04 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.05 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO PARAAÇÕES ESTRATÉGICAS	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.06 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DO APS	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.07 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - IMPLEMENTO DE POLÍTICAS PARA REDE CEGONHA	Seguridade Social	1.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.3.50.1.1.08 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Seguridade Social	1.000.000		
1.7.1.3.50.1.1.09 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	Seguridade Social	100.000		
1.7.1.3.50.1.1.10 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE TENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	Seguridade Social	100.000		
1.7.1.3.50.1.1.11 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.12 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DAATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.13 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.1.1.98 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA CONSTITUCIONAL 120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Seguridade Social	100.000		
1.7.1.3.50.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ATENÇÃO ESPECIALIZADA		300.001		
1.7.1.3.50.2.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA		300.001		
1.7.1.3.50.2.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	Seguridade Social	300.000		
1.7.1.3.50.2.1.03 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.2.1.98 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - DEDUÇÃO MAC	Seguridade Social	-1.000		
1.7.1.3.50.2.1.99 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OUTROS PROGRAMAS DAATENÇÃO ESPECIALIZADA	Seguridade Social	1		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.3.50.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE		202.000		
1.7.1.3.50.3.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		202.000		
1.7.1.3.50.3.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	Seguridade Social	100.000		
1.7.1.3.50.3.1.02 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.3.1.03 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.3.1.99 TRANSF. DE REC. DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EMENDA CONSTITUCIONAL 120/2022 - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	Seguridade Social	100.000		
1.7.1.3.50.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		50.000		
1.7.1.3.50.4.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		50.000		
1.7.1.3.50.4.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	Seguridade Social	50.000		
1.7.1.3.50.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – GESTÃO DO SUS		801.000		
1.7.1.3.50.5.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS		801.000		
1.7.1.3.50.5.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS - PRINCIPAL	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.3.50.5.1.02 TRANSF. DE REC. DO SUS - GESTÃO DO SUS - COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	Seguridade Social	800.000		
1.7.1.3.50.9 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – OUTROS PROGRAMAS		7.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.3.50.9.1.00 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	Seguridade Social	7.000		
1.7.1.3.51 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		284.724		
1.7.1.3.51.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA		284.724		
1.7.1.3.51.1.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DESTINADOS À ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	Seguridade Social	284.724		
1.7.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -FNDE		1.711.358		
1.7.1.4.50 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		629.719		
1.7.1.4.50.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	629.719		
1.7.1.4.51 TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE		49.967		

1.7.1.4.51.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE - PRINCIPAL	Fiscal	49.967		
1.7.1.4.52 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE		492.706		
1.7.1.4.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - PRINCIPAL		492.706		
1.7.1.4.52.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	Fiscal	449.706		
1.7.1.4.52.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - CRECHE	Fiscal	10.000		
1.7.1.4.52.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - PRÉ ESCOLA	Fiscal	10.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Natureza		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.4.52.0.1.04 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - FUNDAMENTAL	Fiscal	10.000		
1.7.1.4.52.0.1.05 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - AEE	Fiscal	10.000		
1.7.1.4.52.0.1.06 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - MAIS EDUCAÇÃO	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.52.0.1.07 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - EJA	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.52.0.1.08 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE- PNAE QUILOMBOLA	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.53 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE		500.966		
1.7.1.4.53.0.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL		500.966		
1.7.1.4.53.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	Fiscal	496.966		
1.7.1.4.53.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE - INFANTIL	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.53.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - FUNDAMENTAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.53.0.1.04 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - MÉDIO	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.53.0.1.05 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - EJA	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.54 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM		2.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.4.54.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO		1.000		
1.7.1.4.54.1.1.00 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.54.2 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM CAMPO		1.000		
1.7.1.4.54.2.1.00 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM CAMPO	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.55 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA BRASILALFABETIZADO - PBA		1.000		
1.7.1.4.55.0.1.00 PROGRAMA BRASILALFABETIZADO - PBA	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.56 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARAATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA		1.000		
1.7.1.4.56.0.1.00 PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARAATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.57 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE		1.000		
1.7.1.4.57.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.58 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO AAQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARAA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL		1.000		
1.7.1.4.58.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO AAQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARAA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.4.59 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REESTFÍSICA		1.000		
1.7.1.4.59.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REESTFÍSICA - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Natureza		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE		31.000		
1.7.1.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		31.000		
1.7.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL	Fiscal	30.000		
1.7.1.4.99.0.1.02 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB		4.495.876		
1.7.1.5.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAT		4.158.447		
1.7.1.5.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT		4.158.447		
1.7.1.5.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	Fiscal	4.158.447		
1.7.1.5.51 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAF		175.691		
1.7.1.5.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAF		175.691		
1.7.1.5.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAF	Fiscal	175.691		
1.7.1.5.52 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAR		58.113		
1.7.1.5.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR		58.113		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.5.52.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	Fiscal	58.113		
1.7.1.5.53 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI		103.625		
1.7.1.5.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	Fiscal	103.625		
1.7.1.6 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS		767.684		
1.7.1.6.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS		767.684		
1.7.1.6.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS		767.684		
1.7.1.6.50.0.1.01 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSITÊNCIA SOCIAL - IGD-SUAS	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.02 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA ACESSUAS	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.03 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF / CRAS	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.04 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO - IGDBF	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.05 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.06 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA BPC NA ESCOLA	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.07 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - AEPETI	Seguridade Social	10.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.6.50.0.1.08 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DO PROGRAMA APRIMORA REDE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.10 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.11 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.12 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI/CREAS	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.13 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MSE	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.14 TRANSF. REC. FNAS - PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Seguridade Social	10.000		
1.7.1.6.50.0.1.15 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE ALTA COMPLEXIDADE I	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.16 TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.17 TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.19 TRANSF. REC. FNAS - SIGTV	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.20 TRANSF. REC. FNAS - PROCAD	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.21 Transf. Rec. FNAS - Piso Fixo de Alta Complexidade (PAC I) - Crianças e Adolescentes	Seguridade Social	1.000		
1.7.1.6.50.0.1.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	Seguridade Social	640.684		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.7 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		344.899		
1.7.1.7.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		14.845		
1.7.1.7.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		14.845		
1.7.1.7.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	Seguridade Social	14.845		
1.7.1.7.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		1.000		
1.7.1.7.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		1.000		
1.7.1.7.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.7.1.7.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		229.054		
1.7.1.7.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	Fiscal	229.054		
1.7.1.7.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		100.000		
1.7.1.7.99.0.1.00 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRICIPAL	Fiscal	100.000		
1.7.1.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		1.045.385		
1.7.1.9.57 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO		1.045.076		
1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO		1.045.076		
1.7.1.9.57.0.1.01 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	Fiscal	52.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.1.9.57.0.1.01 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	Seguridade Social	50.000		
1.7.1.9.57.0.1.02 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	Fiscal	943.076		
1.7.1.9.61 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022		309		
1.7.1.9.61.0.1 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022		309		
1.7.1.9.61.0.1.01 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - PRINCIPAL	Fiscal	386		
1.7.1.9.61.0.1.09 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - DEDUÇÃO DO FUNDEB	Fiscal	-77		
1.7.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		3.473.987		
1.7.2.1 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		3.253.758		
1.7.2.1.50 COTA-PARTE DO ICMS		3.045.498		
1.7.2.1.50.0.1 COTA-PARTE DO ICMS		3.045.498		

1.7.2.1.50.0.1.01 COTA-PARTE DO ICMS	Fiscal	3.806.873		
1.7.2.1.50.0.1.09 COTA-PARTE DO ICMS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	Fiscal	-761.375		
1.7.2.1.51 COTA-PARTE DO IPVA		187.930		
1.7.2.1.51.0.1 COTA-PARTE DO IPVA		187.930		
1.7.2.1.51.0.1.01 COTA-PARTE DO IPVA	Fiscal	234.913		
1.7.2.1.51.0.1.09 COTA-PARTE DO IPVA - DEDUÇÃO DO FUNDEB	Fiscal	-46.983		
1.7.2.1.52 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS		8.330		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.2.1.52.0.1 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS		8.330		
1.7.2.1.52.0.1.01 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	Fiscal	10.412		
1.7.2.1.52.0.1.09 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	Fiscal	-2.082		
1.7.2.1.53 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		12.000		
1.7.2.1.53.0.1.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	Fiscal	12.000		
1.7.2.2 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		55.296		
1.7.2.2.52 COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO		55.296		
1.7.2.2.52.0.1.00 COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - PRINCIPAL	Fiscal	55.296		
1.7.2.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		10.014		
1.7.2.3.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE – SUS		10.014		
1.7.2.3.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		10.014		
1.7.2.3.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	Seguridade Social	10.014		
1.7.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		124.919		
1.7.2.4.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		1.115		
1.7.2.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		1.115		
1.7.2.4.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS - PRINCIPAL	Seguridade Social	1.115		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.2.4.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		73.855		
1.7.2.4.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		73.855		
1.7.2.4.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	73.855		
1.7.2.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		49.949		
1.7.2.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		49.949		
1.7.2.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	Seguridade Social	49.949		
1.7.2.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		30.000		
1.7.2.9.51 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		30.000		
1.7.2.9.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		30.000		
1.7.2.9.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	Seguridade Social	10.000		
1.7.2.9.51.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Seguridade Social	10.000		
1.7.2.9.51.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS ESTADUAL	Seguridade Social	10.000		
1.7.5 TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		13.883.446		
1.7.5.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		13.883.446		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.7.5.1.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB		13.883.446		
1.7.5.1.50.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB - PRINCIPAL	Fiscal	13.883.446		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES			133.210	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		79.076		
1.9.2.1 INDENIZAÇÕES		3.000		
1.9.2.1.99 OUTRAS INDENIZAÇÕES		3.000		
1.9.2.1.99.0.1.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.9.2.1.99.0.1.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	Seguridade Social	2.000		
1.9.2.2 RESTITUIÇÕES		76.076		
1.9.2.2.06 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.000		
1.9.2.2.06.3 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.000		
1.9.2.2.06.3.1 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	Fiscal	1.000		
1.9.2.2.51 RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB		1.000		
1.9.2.2.51.0.1.00 RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB - PRINCIPAL 1.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES	Fiscal	1.000 74.076		

1.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	Fiscal	74.076		
1.9.9 DEMAIS RECEITAS CORRENTES		54.134		
1.9.9.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		54.134		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
1.9.9.9.99 OUTRAS RECEITAS		54.134		
1.9.9.9.99.2 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS		54.134		
1.9.9.9.99.2.1.00 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	Fiscal	44.134		
1.9.9.9.99.2.2.00 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	Fiscal	10.000		
2 RECEITAS DE CAPITAL				**4.033.193**
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS			200.000	
2.2.1 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000		
2.2.1.3 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES		100.000		
2.2.1.3.01 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES		100.000		
2.2.1.3.01.0.1.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
2.2.2 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100.000		
2.2.2.1 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100.000		
2.2.2.1.01 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100.000		
2.2.2.1.01.0.1.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			3.833.193	
2.4.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		3.423.969		
2.4.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		3.423.969		
2.4.1.4.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		10.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
2.4.1.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		10.000		
2.4.1.4.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	Seguridade Social	10.000		
2.4.1.4.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		324.886		
2.4.1.4.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		324.886		
2.4.1.4.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	324.886		
2.4.1.4.52 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		871.890		
2.4.1.4.52.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	Fiscal	871.890		
2.4.1.4.53 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		10.000		
2.4.1.4.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	Fiscal	10.000		
2.4.1.4.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		100.000		
2.4.1.4.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
2.4.1.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		2.107.193		
2.4.1.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		2.107.193		
2.4.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	Fiscal	2.097.193		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
2.4.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	Seguridade Social	10.000		
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		399.224		
2.4.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		399.224		
2.4.2.2.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		8.750		
2.4.2.2.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS		8.750		
2.4.2.2.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	Seguridade Social	8.750		
2.4.2.2.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		29.474		
2.4.2.2.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		29.474		
2.4.2.2.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	Fiscal	29.474		
2.4.2.2.52 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO		100.000		
2.4.2.2.52.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
2.4.2.2.53 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE		100.000		
2.4.2.2.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
2.4.2.2.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		100.000		
2.4.2.2.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	Fiscal	100.000		
2.4.2.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		61.000		

2.4.2.2.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES		61.000		
2.4.2.2.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	Fiscal	50.000		
2.4.2.2.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	Seguridade Social	11.000		
2.4.3 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		10.000		
2.4.3.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		10.000		
2.4.3.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		10.000		
2.4.3.2.99.0.1.00 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	Seguridade Social	10.000		
7 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA				**139.847**
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS			129.024	
7.6.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		129.024		
7.6.1.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		129.024		
7.6.1.1.01 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		129.024		
7.6.1.1.01.0.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL		129.024		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçametária por Natureza			Exercício:**2027** - Em R$ 1,00	
Natureza	**Esfera**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econônica**
7.6.1.1.01.0.1.02 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	Fiscal	129.024		
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES			10.823	
7.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		10.823		
7.9.2.2 RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		10.823		
7.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES		10.823		
7.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	Fiscal	10.823		
			Total	**Geral: 73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Tesouro/ Outras Fontes**	**Intra Orçamentária**	**Redução FUNDEB**	**Valor**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	Tesouro	0	-6.332.308	37.396.325
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	10.823	0	1.266.932
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	Outras Fontes	0	0	13.934.446
1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	Outras Fontes	0	0	175.691
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	Outras Fontes	0	0	4.158.447
1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	Outras Fontes	0	0	58.113
1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	Outras Fontes	0	0	103.625
1.550 - Transferência do Salário-Educação	Outras Fontes	0	0	635.719
1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Outras Fontes	0	0	50.067
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Outras Fontes	0	0	502.706
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Outras Fontes	0	0	501.466
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	Outras Fontes	0	0	150.206
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Outras Fontes	0	0	399.741
1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Outras Fontes	0	0	30.474
1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	Outras Fontes	0	0	40.296
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	Outras Fontes	0	0	3.190.920
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Outras Fontes	0	0	286.724
1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	Outras Fontes	0	0	270.000
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	Outras Fontes	0	0	800.000
1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Outras Fontes	0	0	10.014
1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	0	0	25.845
1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	0	0	10.865
1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	0	0	10.000
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	Outras Fontes	0	0	15.100
1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Outras Fontes	0	0	773.684
1.661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	Outras Fontes	0	0	30.100

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçamentária por Fonte de Recurso		Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Fonte de Recurso	**Tesouro/ Outras Fontes**	**Intra Orçamentária**	**Redução FUNDEB**	**Valor**
1.665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	Outras Fontes	0	0	70.149
1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Outras Fontes	0	0	3.408.137
1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	Outras Fontes	0	0	350.000
1.706 - Transferência Especial da União	Outras Fontes	0	0	103.000
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	Outras Fontes	0	0	943.176

1.710 - Transferência Especial dos Estados	Outras Fontes	0	0	200
1.716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	Outras Fontes	0	0	50.068
1.718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	Outras Fontes	0	-77	309
1.720 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	Outras Fontes	0	0	445.000
1.750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Outras Fontes	0	0	12.100
1.751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	Outras Fontes	0	0	783.545
1.753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	Outras Fontes	129.024	0	2.147.656
1.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	Outras Fontes	0	0	200.000
	Total:	**139.847**	**-6.332.385**	**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Evolução da Receita do Tesouro — Exercício:**2027** - Em R$ 1,00

RECEITA	**Receita Arrecadada**						**Receita Orçada**			
	2023	**%**	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**
RECEITAS CORRENTES										
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.842.769,49	5,26	4.195.869,52	6,12	5.581.608,50	8,29	2.915.977,00	4,07	6.120.018,00	8,34
Contribuições	628.908,05	1,16	736.572,54	1,07	750.514,63	1,11	800.507,00	1,12	783.545,00	1,07
Receita Patrimonial	629.044,42	1,16	557.588,21	0,81	409.501,17	0,61	1.954.769,00	2,73	853.327,00	1,16
Receita de Serviços	1.819.871,37	3,37	1.984.740,09	2,89	2.310.401,85	3,43	3.805.814,00	5,31	2.419.872,00	3,30
Transferências Correntes	42.444.165,76	78,53	50.695.701,77	73,94	54.830.376,18	81,40	59.843.278,00	83,52	58.857.834,00	80,25
Outras Receitas Correntes	1.355.629,80	2,51	4.081.189,42	5,95	139.744,17	0,21	45.580,00	0,06	133.210,00	0,18
TOTAL	**49.720.388,89**	**91,99**	**62.251.661,55**	**90,79**	**64.022.146,50**	**95,05**	**69.365.925,00**	**96,81**	**69.167.806,00**	**94,31**
RECEITAS DE CAPITAL										
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,27
Transferências de Capital	4.327.099,54	8,01	6.280.027,86	9,16	3.334.775,50	4,95	2.155.224,00	3,01	3.833.193,00	5,23
TOTAL	**4.327.099,54**	**8,01**	**6.280.027,86**	**9,16**	**3.334.775,50**	**4,95**	**2.155.224,00**	**3,01**	**4.033.193,00**	**5,50**
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTES										
Receita de Serviços	70,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.093,00	0,18	129.024,00	0,18
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	31.221,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	10.823,00	0,01
TOTAL	**70,26**	**0,00**	**31.221,00**	**0,05**	**0,00**	**0,00**	**127.093,00**	**0,18**	**139.847,00**	**0,19**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Evolução da Receita do Tesouro — Exercício:**2027** - Em R$ 1,00

RECEITA	**Receita Arrecadada**						**Receita Orçada**			
	2023	**%**	**2024**	**%**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**
TOTAL GERAL	**54.047.558,69**	**100,00**	**68.562.910,41**	**100,00**	**67.356.922,00**	**100,00**	**71.648.242,00**	**100,00**	**73.340.846,00**	**100,00**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Receita Orçametária por Órgão e Natureza — Exercício:**2027** - Em R$ 1,00

Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
03 Serviço Autônomo de Águas e Esgotos			
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO			
I - Receita			**2.484.090**
1 RECEITAS CORRENTES			2.344.243
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		83.632	
1.1.2 TAXAS	83.632		
1.1.2.2 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	83.632		
1.1.2.2.01 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	83.632		
1.1.2.2.01.0.1 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	79.632		
1.1.2.2.01.0.1.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**79.632**		
1.1.2.2.01.0.3 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	2.000		
1.1.2.2.01.0.3.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	**2.000**		
1.1.2.2.01.0.4 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA	2.000		
1.1.2.2.01.0.4.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA	**2.000**		
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		6.423	
1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS	6.423		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	6.423		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	6.423		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	6.423		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	6.423		
1.3.2.1.01.1.1.41 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAAE	**6.423**		

1.6 RECEITA DE SERVIÇOS		2.010.000	
1.6.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	2.006.000		
1.6.1.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	2.006.000		
1.6.1.1.01 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	2.006.000		
1.6.1.1.01.0.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	2.006.000		
1.6.1.1.01.0.1.02 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	**2.000.000**		
1.6.1.1.01.0.1.03 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE ESGOTOS	**1.000**		
1.6.1.1.01.0.1.04 SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	**1.000**		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.6.1.1.01.0.1.05 SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO, RESERVA E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	**1.000**		
1.6.1.1.01.0.1.08 SERVIÇOS DE LIGAÇÃO	**1.000**		
1.6.1.1.01.0.1.10 SERVIÇOS DE DESLIGAMENTO	**1.000**		
1.6.1.1.01.0.1.99 OUTRAS RECEITAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	**1.000**		
1.6.9 OUTROS SERVIÇOS	4.000		
1.6.9.9 OUTROS SERVIÇOS	4.000		
1.6.9.9.50 SERVIÇOS SUJEITOS À REGULAÇÃO	4.000		
1.6.9.9.50.1 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.000		
1.6.9.9.50.1.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PRINCIPAL	**1.000**		
1.6.9.9.50.2 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1.000		
1.6.9.9.50.2.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PRINCIPAL	**1.000**		
1.6.9.9.50.3 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.000		
1.6.9.9.50.3.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PRINCIPAL	**1.000**		
1.6.9.9.50.4 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	1.000		
1.6.9.9.50.4.1.00 SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		229.054	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	229.054		
1.7.1.7 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	229.054		
1.7.1.7.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	229.054		
1.7.1.7.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	**229.054**		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.134	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.000		
1.9.2.2 RESTITUIÇÕES	1.000		
1.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.000		
1.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	**1.000**		
1.9.9 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	14.134		
1.9.9.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.134		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.9.9.9.99 OUTRAS RECEITAS	14.134		
1.9.9.9.99.2 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	14.134		
1.9.9.9.99.2.1.00 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	**14.134**		
7 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA			139.847
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS		129.024	
7.6.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	129.024		
7.6.1.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	129.024		
7.6.1.1.01 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	129.024		
7.6.1.1.01.0.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	129.024		
7.6.1.1.01.0.1.02 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	**129.024**		
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.823	
7.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.823		
7.9.2.2 RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.823		
7.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES	10.823		
7.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	**10.823**		
Total			**2.484.090**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
06 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte			
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte			
I - Receita			**21.712.271**

1 RECEITAS CORRENTES			21.357.911
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		245.300	
1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS	245.300		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	245.300		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	245.300		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	239.300		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	239.300		
1.3.2.1.01.1.1.03 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDEB	**50.000**		
1.3.2.1.01.1.1.06 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS FNDE	**112.206**		
1.3.2.1.01.1.1.14 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	**1.000**		
1.3.2.1.01.1.1.20 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MDE	**15.426**		
1.3.2.1.01.1.1.22 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PDDE	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.23 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNAE	**10.000**		
1.3.2.1.01.1.1.24 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNATE	**500**		
1.3.2.1.01.1.1.48 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - LC 195/2022 - DEMAIS SETORES	**50.068**		
1.3.2.1.01.2 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.000		
1.3.2.1.01.2.1.00 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**6.000**		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		21.110.611	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.153.310		
1.7.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -FNDE	1.711.358		
1.7.1.4.50 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	629.719		
1.7.1.4.50.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**629.719**		
1.7.1.4.51 TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE	49.967		
1.7.1.4.51.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE - PRINCIPAL	**49.967**		
1.7.1.4.52 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	492.706		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.4.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - PRINCIPAL	492.706		
1.7.1.4.52.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	**449.706**		
1.7.1.4.52.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - CRECHE	**10.000**		
1.7.1.4.52.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - PRÉ ESCOLA	**10.000**		
1.7.1.4.52.0.1.04 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - FUNDAMENTAL	**10.000**		
1.7.1.4.52.0.1.05 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - AEE	**10.000**		
1.7.1.4.52.0.1.06 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - MAIS EDUCAÇÃO	**1.000**		
1.7.1.4.52.0.1.07 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - EJA	**1.000**		
1.7.1.4.52.0.1.08 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE- PNAE QUILOMBOLA	**1.000**		
1.7.1.4.53 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE	500.966		
1.7.1.4.53.0.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL	500.966		
1.7.1.4.53.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	**496.966**		
1.7.1.4.53.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE - INFANTIL	**1.000**		
1.7.1.4.53.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - FUNDAMENTAL	**1.000**		
1.7.1.4.53.0.1.04 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - MÉDIO	**1.000**		
1.7.1.4.53.0.1.05 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - EJA	**1.000**		
1.7.1.4.54 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	2.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.4.54.1 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO	1.000		
1.7.1.4.54.1.1.00 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO	**1.000**		
1.7.1.4.54.2 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM CAMPO	1.000		
1.7.1.4.54.2.1.00 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM CAMPO	**1.000**		
1.7.1.4.55 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	1.000		
1.7.1.4.55.0.1.00 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	**1.000**		
1.7.1.4.56 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	1.000		
1.7.1.4.56.0.1.00 PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.4.57 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE	1.000		
1.7.1.4.57.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.4.58 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO A AQUISIÇÃO DE	1.000		
EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL			
1.7.1.4.58.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.4.59 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REESTFÍSICA	1.000		
1.7.1.4.59.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REESTFÍSICA - PRINCIPAL	**1.000**		

1.7.1.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	31.000		
1.7.1.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	31.000		
1.7.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL	**30.000**		
1.7.1.4.99.0.1.02 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	**1.000**		
1.7.1.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB	4.495.876		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.5.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAT	4.158.447		
1.7.1.5.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	4.158.447		
1.7.1.5.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	**4.158.447**		
1.7.1.5.51 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAF	175.691		
1.7.1.5.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAF	175.691		
1.7.1.5.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAF	**175.691**		
1.7.1.5.52 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAR	58.113		
1.7.1.5.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	58.113		
1.7.1.5.52.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	**58.113**		
1.7.1.5.53 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	103.625		
1.7.1.5.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	**103.625**		
1.7.1.7 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.000		
1.7.1.7.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.000		
1.7.1.7.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.000		
1.7.1.7.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	945.076		
1.7.1.9.57 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	945.076		
1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	945.076		
1.7.1.9.57.0.1.01 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	**2.000**		
1.7.1.9.57.0.1.02 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	**943.076**		
1.7.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	73.855		
1.7.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	73.855		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.2.4.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	73.855		
1.7.2.4.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	73.855		
1.7.2.4.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**73.855**		
1.7.5 TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	13.883.446		
1.7.5.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	13.883.446		
1.7.5.1.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB	13.883.446		
1.7.5.1.50.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB - PRINCIPAL	**13.883.446**		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.000	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.000		
1.9.2.2 RESTITUIÇÕES	2.000		
1.9.2.2.51 RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB	1.000		
1.9.2.2.51.0.1.00 RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB - PRINCIPAL	**1.000**		
1.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.000		
1.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	**1.000**		
2 RECEITAS DE CAPITAL			354.360
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		354.360	
2.4.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	324.886		
2.4.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	324.886		
2.4.1.4.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	324.886		
2.4.1.4.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	324.886		
2.4.1.4.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**324.886**		
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	29.474		
2.4.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	29.474		
2.4.2.2.51 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	29.474		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
2.4.2.2.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	29.474		
2.4.2.2.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	**29.474**		
Total			**21.712.271**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
10 Sec. Municipal de Gestão Tributária			
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária			
I - Receita			**43.586.984**
1 RECEITAS CORRENTES			39.957.901
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		6.036.386	
1.1.1 IMPOSTOS	5.815.386		
1.1.1.2 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	2.522.346		
1.1.1.2.50 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	2.034.705		
1.1.1.2.50.0.1.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	**1.879.642**		
1.1.1.2.50.0.2.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	**110**		
1.1.1.2.50.0.3.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	**151.962**		
1.1.1.2.50.0.4.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	**2.991**		
1.1.1.2.53 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	487.641		
1.1.1.2.53.0.1.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	**466.441**		
1.1.1.2.53.0.2.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA	**5.500**		
1.1.1.2.53.0.3.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA	**12.700**		
1.1.1.2.53.0.4.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	**3.000**		
1.1.1.3 IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.679.832		
1.1.1.3.03 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	1.679.832		
1.1.1.3.03.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	1.579.832		
1.1.1.3.03.1.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	1.579.832		
1.1.1.3.03.1.1.01 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	**1.479.832**		
1.1.1.3.03.1.1.02 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO - PRINCIPAL	**100.000**		
1.1.1.3.03.4 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	100.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.1.1.3.03.4.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	100.000		
1.1.1.3.03.4.1.01 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	**100.000**		
1.1.1.4 IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	1.613.208		
1.1.1.4.51 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	1.613.208		
1.1.1.4.51.1 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	1.613.208		
1.1.1.4.51.1.1.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	**1.612.708**		
1.1.1.4.51.1.3.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	**500**		
1.1.2 TAXAS	221.000		
1.1.2.1 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	207.000		
1.1.2.1.01 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	205.000		
1.1.2.1.01.0.1 Taxa de Inspeção, controle e Fiscalização	204.000		
1.1.2.1.01.0.1.01 Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestadores de Serviços	**1.000**		
1.1.2.1.01.0.1.02 TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E HABITAÇÃO	**1.000**		
1.1.2.1.01.0.1.06 TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	**1.000**		
1.1.2.1.01.0.1.10 TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	**1.000**		
1.1.2.1.01.0.1.99 OUTRAS TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	**200.000**		
1.1.2.1.01.0.2 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTA E JUROS DE MORA	1.000		
1.1.2.1.01.0.2.01 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTA E JUROS DE MORA	**1.000**		
1.1.2.1.04 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.000		
1.1.2.1.04.0.1 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.000		
1.1.2.1.04.0.1.01 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	**1.000**		
1.1.2.1.04.0.2 TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTA E JUROS DE MORA	1.000		
1.1.2.1.04.0.2.01 TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTA E JUROS DE MORA	**1.000**		
1.1.2.2 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	14.000		
1.1.2.2.01 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	14.000		
1.1.2.2.01.0.1 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	13.000		
1.1.2.2.01.0.1.01 TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS	**1.000**		
1.1.2.2.01.0.1.99 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**12.000**		
1.1.2.2.01.0.3 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	1.000		

1.1.2.2.01.0.3.01 TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS - DIVIDA ATIVA	**1.000**		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.2 CONTRIBUIÇÕES		783.545	
1.2.4 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	783.545		
1.2.4.1 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	783.545		
1.2.4.1.50 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	783.545		
1.2.4.1.50.0.1.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	**783.545**		
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		450.904	
1.3.1 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	4.000		
1.3.1.1 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	4.000		
1.3.1.1.99 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.000		
1.3.1.1.99.0.1.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	**4.000**		
1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS	353.838		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	353.838		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	353.838		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	353.838		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	353.838		
1.3.2.1.01.1.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	**60.000**		
1.3.2.1.01.1.1.09 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	**40.000**		
1.3.2.1.01.1.1.10 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CIDE	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.55 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO	**200**		
1.3.2.1.01.1.1.99 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTRAS	**253.538**		
1.3.6 CESSÃO DE DIREITOS	93.066		
1.3.6.1 CESSÃO DE DIREITOS	93.066		
1.3.6.1.01 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	93.066		
1.3.6.1.01.1 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	93.066		
1.3.6.1.01.1.1.00 CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	**93.066**		
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS		409.872	
1.6.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	408.872		
1.6.1.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	408.872		
1.6.1.1.02 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	408.872		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.6.1.1.02.0.1.00 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	**408.872**		
1.6.9 OUTROS SERVIÇOS	1.000		
1.6.9.9 OUTROS SERVIÇOS	1.000		
1.6.9.9.99 OUTROS SERVIÇOS	1.000		
1.6.9.9.99.0.1.00 OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		32.163.118	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	28.854.064		
1.7.1.1 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	28.258.755		
1.7.1.1.51 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	25.030.493		
1.7.1.1.51.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	22.021.492		
1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	22.021.492		
1.7.1.1.51.1.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	**27.486.865**		
1.7.1.1.51.1.1.02 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - ACRÉSCIMO FPM	**40.000**		
1.7.1.1.51.1.1.09 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - DEDUÇÃO FUNDEB	**-5.505.373**		
1.7.1.1.51.2 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS	3.009.001		
1.7.1.1.51.2.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS	3.009.001		
1.7.1.1.51.2.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS	**1.447.879**		
1.7.1.1.51.2.1.02 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - ACRÉSCIMO FPM	**1.561.122**		
1.7.1.1.52 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	65.981		
1.7.1.1.52.0.1 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	65.981		
1.7.1.1.52.0.1.01 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	**82.476**		
1.7.1.1.52.0.1.09 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - DEDUÇÃO DO FUNDEB	**-16.495**		
1.7.1.1.56 REPASSE DA UNIÃO PARA FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO	1.000		
1.7.1.1.56.0.1 REPASSE DA UNIÃO PARA FOROS, LAUDÊNIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.1.98 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO	3.161.281		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.1.1.98.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	**3.161.281**		
1.7.1.2 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	445.000		
1.7.1.2.52 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	445.000		
1.7.1.2.52.4 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP	445.000		
1.7.1.2.52.4.1.00 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP - PRINCIPAL	**445.000**		
1.7.1.7 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	100.000		
1.7.1.7.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	100.000		
1.7.1.7.99.0.1.00 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRICIPAL	**100.000**		
1.7.1.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	50.309		
1.7.1.9.57 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	50.000		
1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	50.000		
1.7.1.9.57.0.1.01 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	**50.000**		
1.7.1.9.61 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022	309		
1.7.1.9.61.0.1 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022	309		
1.7.1.9.61.0.1.01 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - PRINCIPAL	**386**		
1.7.1.9.61.0.1.09 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - DEDUÇÃO DO FUNDEB	**-77**		
1.7.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.309.054		
1.7.2.1 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	3.253.758		
1.7.2.1.50 COTA-PARTE DO ICMS	3.045.498		
1.7.2.1.50.0.1 COTA-PARTE DO ICMS	3.045.498		
1.7.2.1.50.0.1.01 COTA-PARTE DO ICMS	**3.806.873**		
1.7.2.1.50.0.1.09 COTA-PARTE DO ICMS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	**-761.375**		
1.7.2.1.51 COTA-PARTE DO IPVA	187.930		
1.7.2.1.51.0.1 COTA-PARTE DO IPVA	187.930		
1.7.2.1.51.0.1.01 COTA-PARTE DO IPVA	**234.913**		
1.7.2.1.51.0.1.09 COTA-PARTE DO IPVA - DEDUÇÃO DO FUNDEB	**-46.983**		
1.7.2.1.52 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	8.330		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.2.1.52.0.1 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	8.330		
1.7.2.1.52.0.1.01 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	**10.412**		
1.7.2.1.52.0.1.09 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	**-2.082**		
1.7.2.1.53 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	12.000		
1.7.2.1.53.0.1.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	**12.000**		
1.7.2.2 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	55.296		
1.7.2.2.52 COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO	55.296		
1.7.2.2.52.0.1.00 COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - PRINCIPAL	**55.296**		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		114.076	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	74.076		
1.9.2.1 INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99 OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99.0.1.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	**1.000**		
1.9.2.2 RESTITUIÇÕES	73.076		
1.9.2.2.06 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000		
1.9.2.2.06.3 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000		
1.9.2.2.06.3.1 RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	**1.000**		
1.9.2.2.99 OUTRAS RESTITUIÇÕES	72.076		
1.9.2.2.99.0.1.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	**72.076**		
1.9.9 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	40.000		
1.9.9.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000		
1.9.9.9.99 OUTRAS RECEITAS	40.000		
1.9.9.9.99.2 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	40.000		
1.9.9.9.99.2.1.00 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	**30.000**		
1.9.9.9.99.2.2.00 OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	**10.000**		
2 RECEITAS DE CAPITAL			3.629.083
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS		200.000	
2.2.1 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000		

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício:**2027** - Em R$ 1,00

Unidade Orçamentária	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
2.2.1.3 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	100.000		
2.2.1.3.01 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	100.000		
2.2.1.3.01.0.1.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	**100.000**		
2.2.2 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000		
2.2.2.1 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000		
2.2.2.1.01 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000		
2.2.2.1.01.0.1.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	**100.000**		
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.429.083	
2.4.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.079.083		
2.4.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.079.083		
2.4.1.4.52 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	871.890		
2.4.1.4.52.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	**871.890**		
2.4.1.4.53 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	10.000		
2.4.1.4.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	**10.000**		
2.4.1.4.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	100.000		
2.4.1.4.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	**100.000**		
2.4.1.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.097.193		
2.4.1.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	2.097.193		
2.4.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	**2.097.193**		
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	350.000		
2.4.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	350.000		
2.4.2.2.52 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	100.000		
2.4.2.2.52.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	**100.000**		
2.4.2.2.53 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	100.000		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
2.4.2.2.53.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	**100.000**		
2.4.2.2.54 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	100.000		
2.4.2.2.54.0.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	**100.000**		
2.4.2.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	50.000		
2.4.2.2.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	50.000		
2.4.2.2.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	**50.000**		
Total			**43.586.984**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
13 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação			
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)			
I - Receita			**925.933**
1 RECEITAS CORRENTES			905.933
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		7.300	
1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS	7.300		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	7.300		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.300		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.300		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	7.300		
1.3.2.1.01.1.1.08 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNAS	**6.000**		
1.3.2.1.01.1.1.13 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.19 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSO ASSIST. SOCIAL - ESTADO	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.39 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA - ESTADO	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.45 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAIS	**1.000**		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		897.633	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	817.684		
1.7.1.6 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	767.684		
1.7.1.6.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	767.684		
1.7.1.6.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	767.684		
1.7.1.6.50.0.1.01 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSITÊNCIA SOCIAL - IGD-SUAS	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.02 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA ACESSUAS	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.03 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF / CRAS	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.04 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO - IGDBF	**10.000**		

1.7.1.6.50.0.1.05 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.06 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA BPC NA ESCOLA	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.07 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - AEPETI	**10.000**		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.6.50.0.1.08 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DO PROGRAMA APRIMORA REDE	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.10 TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.11 TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.12 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI/CREAS	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.13 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MSE	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.14 TRANSF. REC. FNAS - PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	**10.000**		
1.7.1.6.50.0.1.15 TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE ALTA COMPLEXIDADE I	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.16 TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.17 TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.19 TRANSF. REC. FNAS - SIGTV	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.20 TRANSF. REC. FNAS - PROCAD	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.21 Transf. Rec. FNAS - Piso Fixo de Alta Complexidade (PAC I) - Crianças e Adolescentes	**1.000**		
1.7.1.6.50.0.1.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	**640.684**		
1.7.1.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	50.000		
1.7.1.9.57 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	50.000		
1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	50.000		
1.7.1.9.57.0.1.01 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	**50.000**		
1.7.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	79.949		
1.7.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	49.949		
1.7.2.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	49.949		
1.7.2.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	49.949		
1.7.2.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	**49.949**		
1.7.2.9 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	30.000		
1.7.2.9.51 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000		
1.7.2.9.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000		
1.7.2.9.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	**10.000**		
1.7.2.9.51.0.1.02 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	**10.000**		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.2.9.51.0.1.03 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS ESTADUAL	**10.000**		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.000		
1.9.2.1 INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99 OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99.0.1.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	**1.000**		
2 RECEITAS DE CAPITAL			20.000
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		20.000	
2.4.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.1.4.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.1.4.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	10.000		
2.4.1.4.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	**10.000**		
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.2.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.2.2.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.2.2.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	**10.000**		
Total			**925.933**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
16 Secretaria Municipal de Saúde			
16.001 Secretaria Municipal de Saúde			
I - Receita			**4.631.568**
1 RECEITAS CORRENTES			4.601.818
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		143.400	

1.3.2 VALORES MOBILIÁRIOS	143.400		
1.3.2.1 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	143.400		
1.3.2.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	143.400		
1.3.2.1.01.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	143.400		
1.3.2.1.01.1.1 REMUNERAÇAO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	143.400		
1.3.2.1.01.1.1.02 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ROYALTIES	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.07 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE	**25.000**		
1.3.2.1.01.1.1.12 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS SAÚDE	**1.000**		
1.3.2.1.01.1.1.16 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE IMPOSTOS	**1.000**		
1.3.2.1.01.1.1.28 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO BÁSICA	**3.000**		
1.3.2.1.01.1.1.29 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.30 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**100**		
1.3.2.1.01.1.1.31 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ASSIST. FARMACÊUTICA	**1.000**		
1.3.2.1.01.1.1.32 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - INVEST. REDE DE SAÚDE	**2.000**		
1.3.2.1.01.1.1.33 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS SUS	**40.000**		
1.3.2.1.01.1.1.50 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - EC 120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	**70.000**		
1.3.2.1.01.1.1.53 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. DA UNIÃO - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	**100**		
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.457.418	
1.7.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.446.289		
1.7.1.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	4.431.444		
1.7.1.3.50 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	4.146.720		
1.7.1.3.50.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ATENÇÃO PRIMÁRIA	2.786.719		
1.7.1.3.50.1.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA	2.786.719		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.3.50.1.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	**1.478.719**		
1.7.1.3.50.1.1.03 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.04 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.05 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.06 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DO APS	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.07 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - IMPLEMENTO DE POLÍTICAS PARA REDE CEGONHA	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.08 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	**1.000.000**		
1.7.1.3.50.1.1.09 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	**100.000**		
1.7.1.3.50.1.1.10 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE TENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	**100.000**		
1.7.1.3.50.1.1.11 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.12 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.13 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	**1.000**		
1.7.1.3.50.1.1.98 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA CONSTITUCIONAL 120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	**100.000**		
1.7.1.3.50.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ATENÇÃO ESPECIALIZADA	300.001		
1.7.1.3.50.2.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	300.001		
1.7.1.3.50.2.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	**300.000**		
1.7.1.3.50.2.1.03 TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	**1.000**		
1.7.1.3.50.2.1.98 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - DEDUÇÃO MAC	**-1.000**		
1.7.1.3.50.2.1.99 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OUTROS PROGRAMAS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	**1**		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.3.50.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE	202.000		
1.7.1.3.50.3.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	202.000		
1.7.1.3.50.3.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	**100.000**		
1.7.1.3.50.3.1.02 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	**1.000**		
1.7.1.3.50.3.1.03 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**1.000**		
1.7.1.3.50.3.1.99 TRANSF. DE REC. DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EMENDA CONSTITUCIONAL 120/2022 - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	**100.000**		
1.7.1.3.50.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	50.000		
1.7.1.3.50.4.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	50.000		
1.7.1.3.50.4.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	**50.000**		
1.7.1.3.50.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – GESTÃO DO SUS	801.000		
1.7.1.3.50.5.1 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	801.000		
1.7.1.3.50.5.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS - PRINCIPAL	**1.000**		
1.7.1.3.50.5.1.02 TRANSF. DE REC. DO SUS - GESTÃO DO SUS - COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	**800.000**		
1.7.1.3.50.9 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – OUTROS PROGRAMAS	7.000		
1.7.1.3.50.9.1.00 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	**7.000**		

1.7.1.3.51 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	284.724		
1.7.1.3.51.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	284.724		
1.7.1.3.51.1.1.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DESTINADOS À ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	**284.724**		
1.7.1.7 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.845		
1.7.1.7.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	14.845		
1.7.1.7.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	14.845		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
1.7.1.7.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	**14.845**		
1.7.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	11.129		
1.7.2.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	10.014		
1.7.2.3.50 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE – SUS	10.014		
1.7.2.3.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	10.014		
1.7.2.3.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	**10.014**		
1.7.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	1.115		
1.7.2.4.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	1.115		
1.7.2.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.115		
1.7.2.4.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS - PRINCIPAL	**1.115**		
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000	
1.9.2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.000		
1.9.2.1 INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99 OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.000		
1.9.2.1.99.0.1.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	**1.000**		
2 RECEITAS DE CAPITAL			29.750
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		29.750	
2.4.1 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.1.4 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.1.4.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	10.000		
2.4.1.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	10.000		
2.4.1.4.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	**10.000**		
2.4.2 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.750		
2.4.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	9.750		
2.4.2.2.50 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	8.750		
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Receita Orçametária por Órgão e Natureza	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria Econômica**
2.4.2.2.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	8.750		
2.4.2.2.50.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	**8.750**		
2.4.2.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	1.000		
2.4.2.2.99.0.1 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	1.000		
2.4.2.2.99.0.1.01 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	**1.000**		
2.4.3 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.3.2 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.3.2.99 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	10.000		
2.4.3.2.99.0.1.00 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	**10.000**		
Total			**4.631.568**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Resumo Geral da Receita		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza da Receita		**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
1 RECEITAS CORRENTES		**69.167.806**	**38.652.434**	**30.515.372**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		6.120.018	6.101.386	18.632
	Fiscal	6.120.018	6.101.386	18.632
1.2 CONTRIBUIÇÕES		783.545	0	783.545
	Fiscal	783.545	0	783.545
1.3 RECEITA PATRIMONIAL		853.327	498.453	354.874
	Fiscal	702.627	472.453	230.174
	Seguridade Social	150.700	26.000	124.700
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS		2.419.872	419.872	2.000.000
	Fiscal	2.419.872	419.872	2.000.000
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		58.857.834	31.500.513	27.357.321

	Fiscal	53.502.783	31.500.513	22.002.270
	Seguridade Social	5.355.051	0	5.355.051
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		133.210	132.210	1.000
	Fiscal	131.210	130.210	1.000
	Seguridade Social	2.000	2.000	0
2 RECEITAS DE CAPITAL		**4.033.193**	**0**	**4.033.193**
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS		200.000	0	200.000
	Fiscal	200.000	0	200.000
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.833.193	0	3.833.193
	Fiscal	3.783.443	0	3.783.443
	Seguridade Social	49.750	0	49.750
7 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		**139.847**	**10.823**	**129.024**
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS		129.024	0	129.024
	Fiscal	129.024	0	129.024
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.823	10.823	0
	Fiscal	10.823	10.823	0
	Total	**73.340.846**	**38.663.257**	**34.677.589**
	Fiscal			0
	Seguridade Social			0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Elemento da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Elemento da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		**5.013.033**	**1.448.682**	**3.564.351**
	Fiscal	3.801.344	1.332.803	2.468.541
	Seguridade Social	1.211.689	115.879	1.095.810
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		**28.355.930**	**9.579.214**	**18.776.716**
	Fiscal	23.235.816	9.309.912	13.925.904
	Seguridade Social	5.120.114	269.302	4.850.812
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		**2.296.653**	**956.106**	**1.340.547**
	Fiscal	1.969.893	930.950	1.038.943
	Seguridade Social	326.760	25.156	301.604
14 DIÁRIAS - CIVIL		**278.665**	**234.295**	**44.370**
	Fiscal	229.345	214.179	15.166
	Seguridade Social	49.320	20.116	29.204
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		**553.404**	**14.082**	**539.322**
	Fiscal	14.082	14.082	0
	Seguridade Social	539.322	0	539.322
18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		**5.017**	**0**	**5.017**
	Fiscal	5.017	0	5.017
19 AUXÍLIO-FARDAMENTO		**5.017**	**0**	**5.017**
	Fiscal	5.017	0	5.017
21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		**358.628**	**358.628**	**0**
	Fiscal	358.628	358.628	0
30 MATERIAL DE CONSUMO		**5.118.107**	**997.374**	**4.120.733**
	Fiscal	4.366.681	856.794	3.509.887
	Seguridade Social	751.426	140.580	610.846
31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		**130.122**	**110.095**	**20.027**
	Fiscal	130.122	110.095	20.027
32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		**492.113**	**286.355**	**205.758**
	Fiscal	288.689	135.272	153.417
	Seguridade Social	203.424	151.083	52.341
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		**140.956**	**119.610**	**21.346**
	Fiscal	125.748	109.569	16.179
	Seguridade Social	15.208	10.041	5.167
34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		**346.707**	**137.881**	**208.826**
	Fiscal	265.707	62.347	203.360
	Seguridade Social	81.000	75.534	5.466

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Elemento da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Elemento da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		**693.370**	**553.483**	**139.887**

	Fiscal	693.370	553.483	139.887
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		**347.381**	**160.071**	**187.310**
	Fiscal	221.943	129.975	91.968
	Seguridade Social	125.438	30.096	95.342
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		**8.989.303**	**3.160.970**	**5.828.333**
	Fiscal	7.560.452	3.042.185	4.518.267
	Seguridade Social	1.428.851	118.785	1.310.066
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		**927.267**	**457.711**	**469.556**
	Fiscal	711.658	395.023	316.635
	Seguridade Social	215.609	62.688	152.921
41 CONTRIBUIÇÕES		**199.788**	**193.781**	**6.007**
	Fiscal	194.781	193.781	1.000
	Seguridade Social	5.007	0	5.007
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		**51.708**	**51.708**	**0**
	Fiscal	51.708	51.708	0
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		**1.278.853**	**1.048.190**	**230.663**
	Fiscal	1.264.346	1.039.116	225.230
	Seguridade Social	14.507	9.074	5.433
48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		**52.165**	**35.065**	**17.100**
	Fiscal	40.034	30.025	10.009
	Seguridade Social	12.131	5.040	7.091
51 OBRAS E INSTALAÇÕES		**6.104.014**	**892.445**	**5.211.569**
	Fiscal	5.903.546	837.430	5.066.116
	Seguridade Social	200.468	55.015	145.453
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		**3.115.354**	**1.076.445**	**2.038.909**
	Fiscal	2.015.406	946.347	1.069.059
	Seguridade Social	1.099.948	130.098	969.850
61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		**221.084**	**50.000**	**171.084**
	Fiscal	101.000	0	101.000
	Seguridade Social	120.084	50.000	70.084
70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		**22.541**	**0**	**22.541**
	Seguridade Social	22.541	0	22.541
71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		**3.187.155**	**3.116.429**	**70.726**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Elemento da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Elemento da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	3.187.155	3.116.429	70.726
85 CONTRATO DE GESTÃO		**3.656.823**	**0**	**3.656.823**
	Fiscal	50.043	0	50.043
	Seguridade Social	3.606.780	0	3.606.780
91 SENTENÇAS JUDICIAIS		**347.392**	**16.342**	**331.050**
	Fiscal	80.473	16.342	64.131
	Seguridade Social	266.919	0	266.919
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**249.270**	**69.815**	**179.455**
	Fiscal	226.530	63.775	162.755
	Seguridade Social	22.740	6.040	16.700
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		**94.633**	**87.616**	**7.017**
	Fiscal	90.593	83.576	7.017
	Seguridade Social	4.040	4.040	0
94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		**58.393**	**16.346**	**42.047**
	Fiscal	27.394	16.346	11.048
	Seguridade Social	30.999	0	30.999
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES		**60.020.567**	**20.090.537**	**39.930.030**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**36.608.810**	**12.024.068**	**24.584.742**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		36.608.810	12.024.068	24.584.742

3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		5.013.033	1.448.682	3.564.351
	Fiscal	3.801.344	1.332.803	2.468.541
	Seguridade Social	1.211.689	115.879	1.095.810
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		28.355.930	9.579.214	18.776.716
	Fiscal	23.235.816	9.309.912	13.925.904
	Seguridade Social	5.120.114	269.302	4.850.812
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.296.653	956.106	1.340.547
	Fiscal	1.969.893	930.950	1.038.943
	Seguridade Social	326.760	25.156	301.604
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		553.404	14.082	539.322
	Fiscal	14.082	14.082	0
	Seguridade Social	539.322	0	539.322
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		316.417	5.000	311.417
	Fiscal	58.088	5.000	53.088
	Seguridade Social	258.329	0	258.329
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.980	4.638	10.342
	Fiscal	14.980	4.638	10.342
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		58.393	16.346	42.047
	Fiscal	27.394	16.346	11.048
	Seguridade Social	30.999	0	30.999
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		**358.628**	**358.628**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS		358.628	358.628	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		358.628	358.628	0
	Fiscal	358.628	358.628	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**23.053.129**	**7.707.841**	**15.345.288**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		3.793.555	131.725	3.661.830
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES		135.698	130.691	5.007
	Fiscal	130.691	130.691	0
	Seguridade Social	5.007	0	5.007
3.3.50.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.034	1.034	0
	Fiscal	1.034	1.034	0
3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO		3.656.823	0	3.656.823
	Fiscal	50.043	0	50.043
	Seguridade Social	3.606.780	0	3.606.780
3.3.70 TRANSFERENCIA A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		62.056	62.056	0
3.3.70.41 CONTRIBUIÇÕES		62.056	62.056	0
	Fiscal	62.056	62.056	0
3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEI		22.541	0	22.541
3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		22.541	0	22.541
	Seguridade Social	22.541	0	22.541
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		19.035.130	7.395.768	11.639.362
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		278.665	234.295	44.370
	Fiscal	229.345	214.179	15.166
	Seguridade Social	49.320	20.116	29.204
3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		5.017	0	5.017
	Fiscal	5.017	0	5.017
3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO		5.017	0	5.017
	Fiscal	5.017	0	5.017
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		5.118.107	997.374	4.120.733
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	4.366.681	856.794	3.509.887
	Seguridade Social	751.426	140.580	610.846
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		130.122	110.095	20.027
	Fiscal	130.122	110.095	20.027
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		492.113	286.355	205.758
	Fiscal	288.689	135.272	153.417
	Seguridade Social	203.424	151.083	52.341
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		140.956	119.610	21.346
	Fiscal	125.748	109.569	16.179
	Seguridade Social	15.208	10.041	5.167
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		346.707	137.881	208.826

	Fiscal	265.707	62.347	203.360
	Seguridade Social	81.000	75.534	5.466
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		693.370	553.483	139.887
	Fiscal	693.370	553.483	139.887
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		347.381	160.071	187.310
	Fiscal	221.943	129.975	91.968
	Seguridade Social	125.438	30.096	95.342
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		8.856.839	3.068.678	5.788.161
	Fiscal	7.439.321	2.950.893	4.488.428
	Seguridade Social	1.417.518	117.785	1.299.733
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		927.267	457.711	469.556
	Fiscal	711.658	395.023	316.635
	Seguridade Social	215.609	62.688	152.921
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES		2.034	1.034	1.000
	Fiscal	2.034	1.034	1.000
3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		51.708	51.708	0
	Fiscal	51.708	51.708	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.277.819	1.047.156	230.663
	Fiscal	1.263.312	1.038.082	225.230
	Seguridade Social	14.507	9.074	5.433
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		52.165	35.065	17.100
	Fiscal	40.034	30.025	10.009
	Seguridade Social	12.131	5.040	7.091
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		30.975	11.342	19.633
	Fiscal	22.385	11.342	11.043
	Seguridade Social	8.590	0	8.590
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		210.235	62.294	147.941
	Fiscal	188.582	56.254	132.328
	Seguridade Social	21.653	6.040	15.613
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		68.633	61.616	7.017
	Fiscal	64.593	57.576	7.017
	Seguridade Social	4.040	4.040	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		139.847	118.292	21.555
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		113.847	92.292	21.555
	Fiscal	102.514	91.292	11.222
	Seguridade Social	11.333	1.000	10.333
3.3.91.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		26.000	26.000	0
	Fiscal	26.000	26.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Natureza da Despesa	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4 DESPESAS DE CAPITAL		**12.670.279**	**5.138.202**	**7.532.077**
4.4 INVESTIMENTO		**9.483.124**	**2.021.773**	**7.461.351**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		9.483.124	2.021.773	7.461.351
4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		18.617	0	18.617
	Fiscal	18.617	0	18.617
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		6.104.014	892.445	5.211.569
	Fiscal	5.903.546	837.430	5.066.116
	Seguridade Social	200.468	55.015	145.453
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.115.354	1.076.445	2.038.909
	Fiscal	2.015.406	946.347	1.069.059
	Seguridade Social	1.099.948	130.098	969.850
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		221.084	50.000	171.084
	Fiscal	101.000	0	101.000
	Seguridade Social	120.084	50.000	70.084
4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		24.055	2.883	21.172
	Fiscal	22.968	2.883	20.085
	Seguridade Social	1.087	0	1.087
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		**3.187.155**	**3.116.429**	**70.726**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS		3.187.155	3.116.429	70.726
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		3.187.155	3.116.429	70.726
	Fiscal	3.187.155	3.116.429	70.726
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**

9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
9.9.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		650.000	650.000	0
9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		650.000	650.000	0
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo dos Investimentos por Órgão Unidade		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Órgão	**Unidade Orçamentária**	**Total**
Poder Legislativo		**111.701**
01 Câmara Municipal		**111.701**
	01.001 CÂMARA MUNICIPAL	111.701
Poder Executivo		**9.371.423**
02 Gabinete do Prefeito		**607.234**
	02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	607.234
03 Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		**481.682**
	03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	481.682
06 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**2.763.261**
	06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	2.763.261
07 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**1.003**
	07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	1.003
08 Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo		**698.601**
	08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	698.601
09 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**10.128**
	09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	10.128
10 Sec. Municipal de Gestão Tributária		**12.056**
	10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária	12.056
11 Secretaria Municipal de Administração		**270.018**
	11.001 Secretaria Municipal de Administração	270.018
12 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**5.009**
	12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	5.009
13 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		**320.285**
	13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	285.244
	13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	35.041
14 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**230.780**
	14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	230.780
15 Sec. Mun. de Relações Institucionais		**5.010**
	15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	5.010
16 Secretaria Municipal de Saúde		**1.101.302**
	16.001 Secretaria Municipal de Saúde	1.101.302
17 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**8.033**
	17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	8.033
18 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana		**2.857.021**
	18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	2.857.021
	Total	**9.483.124**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL		**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**2.549.781**	**2.549.781**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.699.899**	**1.699.899**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.699.899	1.699.899	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.532.364	1.532.364	0
	Fiscal	1.532.364	1.532.364	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		155.125	155.125	0
	Fiscal	155.125	155.125	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		1.034	1.034	0
	Fiscal	1.034	1.034	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.034	1.034	0

	Fiscal	1.034	1.034	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		10.342	10.342	0
	Fiscal	10.342	10.342	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**849.882**	**849.882**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		25.440	25.440	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES		24.406	24.406	0
	Fiscal	24.406	24.406	0
3.3.50.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.034	1.034	0
	Fiscal	1.034	1.034	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		799.442	799.442	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		51.708	51.708	0
	Fiscal	51.708	51.708	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		56.879	56.879	0
	Fiscal	56.879	56.879	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		51.708	51.708	0
	Fiscal	51.708	51.708	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		10.342	10.342	0
	Fiscal	10.342	10.342	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		258.542	258.542	0
	Fiscal	258.542	258.542	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.103	3.103	0
	Fiscal	3.103	3.103	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		155.151	155.151	0
	Fiscal	155.151	155.151	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		103.417	103.417	0
	Fiscal	103.417	103.417	0
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES		1.034	1.034	0
	Fiscal	1.034	1.034	0
3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		51.708	51.708	0
	Fiscal	51.708	51.708	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		3.103	3.103	0
	Fiscal	3.103	3.103	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.171	5.171	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	5.171	5.171	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		47.576	47.576	0
	Fiscal	47.576	47.576	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		25.000	25.000	0
3.3.91.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		25.000	25.000	0
	Fiscal	25.000	25.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**111.701**	**111.701**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**111.701**	**111.701**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		111.701	111.701	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		74.467	74.467	0
	Fiscal	74.467	74.467	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		37.234	37.234	0
	Fiscal	37.234	37.234	0
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
3 DESPESAS CORRENTES		**2.067.563**	**2.067.563**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.271.647**	**1.271.647**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.271.647	1.271.647	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		307.710	307.710	0
	Fiscal	307.710	307.710	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		951.860	951.860	0
	Fiscal	951.860	951.860	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		11.060	11.060	0
	Fiscal	11.060	11.060	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.017	1.017	0
	Fiscal	1.017	1.017	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**795.916**	**795.916**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		5.004	5.004	0

3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES		5.004	5.004	0
	Fiscal	5.004	5.004	0
3.3.70 TRANSFERENCIA A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		62.056	62.056	0
3.3.70.41 CONTRIBUIÇÕES		62.056	62.056	0
	Fiscal	62.056	62.056	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		728.856	728.856	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		92.734	92.734	0
	Fiscal	92.734	92.734	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		180.682	180.682	0
	Fiscal	180.682	180.682	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		40.683	40.683	0
	Fiscal	40.683	40.683	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		5.000	5.000	0
	Fiscal	5.000	5.000	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		33.189	33.189	0
	Fiscal	33.189	33.189	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		270.474	270.474	0
	Fiscal	270.474	270.474	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa				
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		90.064	90.064	0
	Fiscal	90.064	90.064	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		16.030	16.030	0
	Fiscal	16.030	16.030	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**657.277**	**457.277**	**200.000**
4.4 INVESTIMENTO		**607.234**	**407.234**	**200.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		607.234	407.234	200.000
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		100.000	100.000	0
	Fiscal	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		407.234	307.234	100.000
	Fiscal	407.234	307.234	100.000
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		100.000	0	100.000
	Fiscal	100.000	0	100.000
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		**50.043**	**50.043**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS		50.043	50.043	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		50.043	50.043	0
	Fiscal	50.043	50.043	0
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
3 DESPESAS CORRENTES		**1.596.248**	**1.000**	**1.595.248**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**484.570**	**0**	**484.570**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		484.570	0	484.570
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		209.902	0	209.902
	Fiscal	209.902	0	209.902
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		192.233	0	192.233
	Fiscal	192.233	0	192.233
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		31.025	0	31.025
	Fiscal	31.025	0	31.025
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		40.034	0	40.034
	Fiscal	40.034	0	40.034
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		10.342	0	10.342
	Fiscal	10.342	0	10.342
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		1.034	0	1.034
	Fiscal	1.034	0	1.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**1.111.678**	**1.000**	**1.110.678**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.111.678	1.000	1.110.678
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		1.034	0	1.034
	Fiscal	1.034	0	1.034
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		235.279	0	235.279
	Fiscal	235.279	0	235.279
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		1.034	0	1.034
	Fiscal	1.034	0	1.034
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		5.171	0	5.171

	Fiscal	5.171	0	5.171
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.171	0	5.171
	Fiscal	5.171	0	5.171
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
			Recursos do	**Recursos Outras**
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Tesouro**	**Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		737.361	0	737.361
	Fiscal	737.361	0	737.361
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		5.171	0	5.171
	Fiscal	5.171	0	5.171
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		101.120	0	101.120
	Fiscal	101.120	0	101.120
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		11.043	0	11.043
	Fiscal	11.043	0	11.043
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.294	1.000	7.294
	Fiscal	8.294	1.000	7.294
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000	0	1.000
	Fiscal	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL		**552.408**	**0**	**552.408**
4.4 INVESTIMENTO		**481.682**	**0**	**481.682**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		481.682	0	481.682
4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		18.617	0	18.617
	Fiscal	18.617	0	18.617
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		293.126	0	293.126
	Fiscal	293.126	0	293.126
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		169.939	0	169.939
	Fiscal	169.939	0	169.939
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		**70.726**	**0**	**70.726**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS		70.726	0	70.726
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		70.726	0	70.726
	Fiscal	70.726	0	70.726
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
3 DESPESAS CORRENTES		**24.527.690**	**380.535**	**24.147.155**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**17.023.296**	**0**	**17.023.296**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		17.023.296	0	17.023.296
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		2.258.639	0	2.258.639
	Fiscal	2.258.639	0	2.258.639
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		13.733.671	0	13.733.671
	Fiscal	13.733.671	0	13.733.671
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		1.007.918	0	1.007.918
	Fiscal	1.007.918	0	1.007.918
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		13.054	0	13.054
	Fiscal	13.054	0	13.054
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		10.014	0	10.014
	Fiscal	10.014	0	10.014
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**7.504.394**	**380.535**	**7.123.859**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		50.043	0	50.043
3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO		50.043	0	50.043
	Fiscal	50.043	0	50.043
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		7.443.129	380.535	7.062.594
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		25.142	11.010	14.132
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	25.142	11.010	14.132
3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		5.017	0	5.017
	Fiscal	5.017	0	5.017
3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO		5.017	0	5.017
	Fiscal	5.017	0	5.017
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		3.338.743	74.143	3.264.600
	Fiscal	3.338.743	74.143	3.264.600
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		120.113	100.086	20.027

	Fiscal	120.113	100.086	20.027
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		163.423	10.006	153.417
	Fiscal	163.423	10.006	153.417
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		15.145	0	15.145
	Fiscal	15.145	0	15.145
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		153.360	0	153.360
	Fiscal	153.360	0	153.360
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		134.716	0	134.716
	Fiscal	134.716	0	134.716
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		111.836	25.039	86.797
	Fiscal	111.836	25.039	86.797
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.794.985	150.243	2.644.742
	Fiscal	2.794.985	150.243	2.644.742
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		306.459	5.004	301.455
	Fiscal	306.459	5.004	301.455
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES		1.000	0	1.000
	Fiscal	1.000	0	1.000
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		124.110	0	124.110
	Fiscal	124.110	0	124.110
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		15.013	5.004	10.009
	Fiscal	15.013	5.004	10.009
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		123.033	0	123.033
	Fiscal	123.033	0	123.033
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.017	0	6.017
	Fiscal	6.017	0	6.017
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		11.222	0	11.222
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		11.222	0	11.222
	Fiscal	11.222	0	11.222
4 DESPESAS DE CAPITAL		**2.763.261**	**40.023**	**2.723.238**
4.4 INVESTIMENTO		**2.763.261**	**40.023**	**2.723.238**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		2.763.261	40.023	2.723.238
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		1.934.451	0	1.934.451
	Fiscal	1.934.451	0	1.934.451
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		828.810	40.023	788.787
	Fiscal	828.810	40.023	788.787
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social		**200.387**	**200.387**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**199.384**	**199.384**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**181.336**	**181.336**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		181.336	181.336	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		51.003	51.003	0
	Fiscal	51.003	51.003	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		105.269	105.269	0
	Fiscal	105.269	105.269	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		25.064	25.064	0
	Fiscal	25.064	25.064	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**18.048**	**18.048**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		18.048	18.048	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.013	5.013	0
	Fiscal	5.013	5.013	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		1.003	1.003	0
	Fiscal	1.003	1.003	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.003	1.003	0
	Fiscal	1.003	1.003	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		9.023	9.023	0
	Fiscal	9.023	9.023	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		1.003	1.003	0
	Fiscal	1.003	1.003	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.003	1.003	0
	Fiscal	1.003	1.003	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**1.003**	**1.003**	**0**

4.4 INVESTIMENTO		**1.003**	**1.003**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.003	1.003	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.003	1.003	0
	Fiscal	1.003	1.003	0
08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
3 DESPESAS CORRENTES		**2.462.418**	**2.452.409**	**10.009**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.224.135**	**1.224.135**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.224.135	1.224.135	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		50.940	50.940	0
	Fiscal	50.940	50.940	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.152.819	1.152.819	0
	Fiscal	1.152.819	1.152.819	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		20.376	20.376	0
	Fiscal	20.376	20.376	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**1.238.283**	**1.228.274**	**10.009**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.238.283	1.228.274	10.009
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		20.376	20.376	0
	Fiscal	20.376	20.376	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		80.966	80.966	0
	Fiscal	80.966	80.966	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		10.009	10.009	0
	Fiscal	10.009	10.009	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		5.094	5.094	0
	Fiscal	5.094	5.094	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		14.316	14.316	0
	Fiscal	14.316	14.316	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.101.428	1.091.419	10.009
	Fiscal	1.101.428	1.091.419	10.009
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.094	6.094	0
	Fiscal	6.094	6.094	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**698.601**	**241.575**	**457.026**
4.4 INVESTIMENTO		**698.601**	**241.575**	**457.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		698.601	241.575	457.026
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		617.635	160.609	457.026
	Fiscal	617.635	160.609	457.026
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		80.966	80.966	0
	Fiscal	80.966	80.966	0
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**1.878.061**	**1.878.061**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**470.958**	**470.958**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		470.958	470.958	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		50.641	50.641	0
	Fiscal	50.641	50.641	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		253.203	253.203	0
	Fiscal	253.203	253.203	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		167.114	167.114	0
	Fiscal	167.114	167.114	0
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		**308.585**	**308.585**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS		308.585	308.585	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		308.585	308.585	0
	Fiscal	308.585	308.585	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**1.098.518**	**1.098.518**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		101.281	101.281	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES		101.281	101.281	0
	Fiscal	101.281	101.281	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		996.237	996.237	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.064	5.064	0
	Fiscal	5.064	5.064	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		131.307	131.307	0
	Fiscal	131.307	131.307	0

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		70.658	70.658	0
	Fiscal	70.658	70.658	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		5.064	5.064	0
	Fiscal	5.064	5.064	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		759.610	759.610	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	759.610	759.610	0
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		11.342	11.342	0
	Fiscal	11.342	11.342	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		13.192	13.192	0
	Fiscal	13.192	13.192	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		1.000	1.000	0
3.3.91.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000	1.000	0
	Fiscal	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**1.809.582**	**1.809.582**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**10.128**	**10.128**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		10.128	10.128	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.128	10.128	0
	Fiscal	10.128	10.128	0
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		**1.799.454**	**1.799.454**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.799.454	1.799.454	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		1.799.454	1.799.454	0
	Fiscal	1.799.454	1.799.454	0
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária		**317.913**	**317.913**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**305.857**	**305.857**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**145.545**	**145.545**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		145.545	145.545	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		20.075	20.075	0
	Fiscal	20.075	20.075	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		120.451	120.451	0
	Fiscal	120.451	120.451	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		5.019	5.019	0
	Fiscal	5.019	5.019	0
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		**50.043**	**50.043**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS		50.043	50.043	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		50.043	50.043	0
	Fiscal	50.043	50.043	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**110.269**	**110.269**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		110.269	110.269	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		10.038	10.038	0
	Fiscal	10.038	10.038	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10.038	10.038	0
	Fiscal	10.038	10.038	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		70.118	70.118	0
	Fiscal	70.118	70.118	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		20.075	20.075	0
	Fiscal	20.075	20.075	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**12.056**	**12.056**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**12.056**	**12.056**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		12.056	12.056	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.056	12.056	0
	Fiscal	12.056	12.056	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
11.001 Secretaria Municipal de Administração		**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**2.394.446**	**2.394.446**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.569.432**	**1.569.432**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.569.432	1.569.432	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		764.296	764.296	0
	Fiscal	764.296	764.296	0

3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		394.714	394.714	0
	Fiscal	394.714	394.714	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		388.457	388.457	0
	Fiscal	388.457	388.457	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		11.965	11.965	0
	Fiscal	11.965	11.965	0
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		5.000	5.000	0
	Fiscal	5.000	5.000	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		5.000	5.000	0
	Fiscal	5.000	5.000	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**825.014**	**825.014**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		733.722	733.722	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		10.000	10.000	0
	Fiscal	10.000	10.000	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		70.018	70.018	0
	Fiscal	70.018	70.018	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000	10.000	0
	Fiscal	10.000	10.000	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		58.509	58.509	0
	Fiscal	58.509	58.509	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10.000	10.000	0
	Fiscal	10.000	10.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		155.042	155.042	0
	Fiscal	155.042	155.042	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		140.034	140.034	0
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA				
	Fiscal	140.034	140.034	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		269.119	269.119	0
	Fiscal	269.119	269.119	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.000	1.000	0
	Fiscal	1.000	1.000	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000	10.000	0
	Fiscal	10.000	10.000	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		91.292	91.292	0
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		91.292	91.292	0
	Fiscal	91.292	91.292	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**1.536.950**	**1.536.950**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**270.018**	**270.018**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		270.018	270.018	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		270.018	270.018	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Fiscal	270.018	270.018	0
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.266.932	1.266.932	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		1.266.932	1.266.932	0
	Fiscal	1.266.932	1.266.932	0
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		**150.215**	**150.215**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**145.206**	**145.206**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**75.128**	**75.128**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		75.128	75.128	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		5.009	5.009	0
	Fiscal	5.009	5.009	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		60.102	60.102	0
	Fiscal	60.102	60.102	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		10.017	10.017	0
	Fiscal	10.017	10.017	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**70.078**	**70.078**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		70.078	70.078	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.009	5.009	0
	Fiscal	5.009	5.009	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		5.009	5.009	0

	Fiscal	5.009	5.009	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		25.021	25.021	0
	Fiscal	25.021	25.021	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.009	5.009	0
	Fiscal	5.009	5.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		5.009	5.009	0
	Fiscal	5.009	5.009	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		25.021	25.021	0
	Fiscal	25.021	25.021	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**5.009**	**5.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**5.009**	**5.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		5.009	5.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.009	5.009	0
	Fiscal	5.009	5.009	0
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		**833.989**	**738.818**	**95.171**
3 DESPESAS CORRENTES		**548.745**	**523.723**	**25.022**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**292.328**	**292.328**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		292.328	292.328	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		100.803	100.803	0
	Seguridade Social	100.803	100.803	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		181.445	181.445	0
	Seguridade Social	181.445	181.445	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		10.080	10.080	0
	Seguridade Social	10.080	10.080	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**256.417**	**231.395**	**25.022**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		255.417	230.395	25.022
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.040	5.040	0
	Seguridade Social	5.040	5.040	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		35.122	30.118	5.004
	Fiscal	10.008	5.004	5.004
	Seguridade Social	25.114	25.114	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		60.614	60.614	0
GRATUITA				
	Seguridade Social	60.614	60.614	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE		15.120	15.120	0
CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO				
	Seguridade Social	15.120	15.120	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.040	5.040	0
	Seguridade Social	5.040	5.040	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		85.223	75.214	10.009
	Fiscal	20.018	10.009	10.009
	Seguridade Social	65.205	65.205	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		30.098	20.089	10.009
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA				
	Fiscal	20.018	10.009	10.009
	Seguridade Social	10.080	10.080	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.040	5.040	0
	Seguridade Social	5.040	5.040	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		5.040	5.040	0
	Seguridade Social	5.040	5.040	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.040	5.040	0
	Seguridade Social	5.040	5.040	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.040	4.040	0
	Seguridade Social	4.040	4.040	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO		1.000	1.000	0
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.000	1.000	0
	Seguridade Social	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**285.244**	**215.095**	**70.149**
4.4 INVESTIMENTO		**285.244**	**215.095**	**70.149**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		285.244	215.095	70.149

4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		125.164	55.015	70.149
	Seguridade Social	125.164	55.015	70.149
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		110.080	110.080	0
	Seguridade Social	110.080	110.080	0
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		50.000	50.000	0
	Seguridade Social	50.000	50.000	0
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		**1.293.490**	**514.728**	**778.762**
3 DESPESAS CORRENTES		**1.258.449**	**504.719**	**753.730**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**581.276**	**118.009**	**463.267**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		581.276	118.009	463.267
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		393.137	15.076	378.061
	Seguridade Social	393.137	15.076	378.061
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		153.029	87.857	65.172
	Seguridade Social	153.029	87.857	65.172
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		35.110	15.076	20.034
	Seguridade Social	35.110	15.076	20.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**677.173**	**386.710**	**290.463**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		5.007	0	5.007
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES		5.007	0	5.007
	Seguridade Social	5.007	0	5.007
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		672.166	386.710	285.456
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		39.113	15.076	24.037
	Seguridade Social	39.113	15.076	24.037
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		195.641	110.462	85.179
	Seguridade Social	195.641	110.462	85.179
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		95.473	90.469	5.004
	Seguridade Social	95.473	90.469	5.004
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.041	10.041	0
	Seguridade Social	10.041	10.041	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		60.414	60.414	0
	Seguridade Social	60.414	60.414	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		50.097	20.052	30.045
	Seguridade Social	50.097	20.052	30.045
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		110.163	42.571	67.592
	Seguridade Social	110.163	42.571	67.592
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		100.186	32.591	67.595
	Seguridade Social	100.186	32.591	67.595
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		4.034	4.034	0
	Seguridade Social	4.034	4.034	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		5.004	0	5.004
	Seguridade Social	5.004	0	5.004
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.000	1.000	1.000
	Seguridade Social	2.000	1.000	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL		**35.041**	**10.009**	**25.032**
4.4 INVESTIMENTO		**35.041**	**10.009**	**25.032**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		35.041	10.009	25.032
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		35.041	10.009	25.032
	Seguridade Social	35.041	10.009	25.032
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
3 DESPESAS CORRENTES		**1.934.739**	**1.934.739**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.095.314**	**1.095.314**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.095.314	1.095.314	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		51.666	51.666	0
	Fiscal	51.666	51.666	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.033.315	1.033.315	0
	Fiscal	1.033.315	1.033.315	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		10.333	10.333	0
	Fiscal	10.333	10.333	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**839.425**	**839.425**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		839.425	839.425	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.167	5.167	0
	Fiscal	5.167	5.167	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		195.991	195.991	0
	Fiscal	195.991	195.991	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		100.245	100.245	0
	Fiscal	100.245	100.245	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		61.999	61.999	0
	Fiscal	61.999	61.999	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.167	5.167	0
	Fiscal	5.167	5.167	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		450.189	450.189	0
	Fiscal	450.189	450.189	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		10.333	10.333	0
	Fiscal	10.333	10.333	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.167	5.167	0
	Fiscal	5.167	5.167	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.167	5.167	0
	Fiscal	5.167	5.167	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**230.780**	**220.447**	**10.333**
4.4 INVESTIMENTO		**230.780**	**220.447**	**10.333**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		230.780	220.447	10.333
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		140.269	140.269	0
	Fiscal	140.269	140.269	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		90.511	80.178	10.333
	Fiscal	90.511	80.178	10.333
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		**190.243**	**190.243**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**185.233**	**185.233**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**145.153**	**145.153**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		145.153	145.153	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		20.041	20.041	0
	Fiscal	20.041	20.041	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		120.102	120.102	0
	Fiscal	120.102	120.102	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		5.010	5.010	0
	Fiscal	5.010	5.010	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**40.080**	**40.080**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		40.080	40.080	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.010	5.010	0
	Fiscal	5.010	5.010	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		5.010	5.010	0
	Fiscal	5.010	5.010	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.010	5.010	0
	Fiscal	5.010	5.010	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10.020	10.020	0
	Fiscal	10.020	10.020	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		10.020	10.020	0
	Fiscal	10.020	10.020	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.010	5.010	0
	Fiscal	5.010	5.010	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**5.010**	**5.010**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**5.010**	**5.010**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		5.010	5.010	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.010	5.010	0

	Fiscal	5.010	5.010	0
16.001 Secretaria Municipal de Saúde		**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
3 DESPESAS CORRENTES		**12.295.588**	**40.034**	**12.255.554**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**6.613.609**	**0**	**6.613.609**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		6.613.609	0	6.613.609
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		717.749	0	717.749
	Seguridade Social	717.749	0	717.749
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		4.785.640	0	4.785.640
	Seguridade Social	4.785.640	0	4.785.640
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		281.570	0	281.570
	Seguridade Social	281.570	0	281.570
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		539.322	0	539.322
	Seguridade Social	539.322	0	539.322
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		258.329	0	258.329
	Seguridade Social	258.329	0	258.329
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		30.999	0	30.999
	Seguridade Social	30.999	0	30.999
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**5.681.979**	**40.034**	**5.641.945**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO		3.606.780	0	3.606.780
3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO		3.606.780	0	3.606.780
	Seguridade Social	3.606.780	0	3.606.780
3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEIO		22.541	0	22.541
3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		22.541	0	22.541
	Seguridade Social	22.541	0	22.541
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		2.042.325	40.034	2.002.291
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		5.167	0	5.167
	Seguridade Social	5.167	0	5.167
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		530.671	5.004	525.667
	Seguridade Social	530.671	5.004	525.667
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		47.337	0	47.337
	Seguridade Social	47.337	0	47.337
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		5.167	0	5.167
	Seguridade Social	5.167	0	5.167
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		5.466	0	5.466

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
	Seguridade Social	5.466	0	5.466
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		70.301	5.004	65.297
	Seguridade Social	70.301	5.004	65.297
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.242.150	10.009	1.232.141
	Seguridade Social	1.242.150	10.009	1.232.141
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		105.343	20.017	85.326
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA				
	Seguridade Social	105.343	20.017	85.326
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.433	0	5.433
	Seguridade Social	5.433	0	5.433
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		2.087	0	2.087
	Seguridade Social	2.087	0	2.087
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS		8.590	0	8.590
	Seguridade Social	8.590	0	8.590
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.613	0	14.613
	Seguridade Social	14.613	0	14.613
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS		10.333	0	10.333
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10.333	0	10.333
	Seguridade Social	10.333	0	10.333
4 DESPESAS DE CAPITAL		**1.101.302**	**10.009**	**1.091.293**
4.4 INVESTIMENTO		**1.101.302**	**10.009**	**1.091.293**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.101.302	10.009	1.091.293
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		75.304	0	75.304
	Seguridade Social	75.304	0	75.304

4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		954.827	10.009	944.818
	Seguridade Social	954.827	10.009	944.818
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		70.084	0	70.084
	Seguridade Social	70.084	0	70.084
4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.087	0	1.087
	Seguridade Social	1.087	0	1.087
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		**357.099**	**357.099**	**0**
3 DESPESAS CORRENTES		**349.066**	**349.066**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**203.849**	**203.849**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		203.849	203.849	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		180.753	180.753	0
	Fiscal	180.753	180.753	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		20.084	20.084	0
	Fiscal	20.084	20.084	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**145.217**	**145.217**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		145.217	145.217	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		57.038	57.038	0
	Fiscal	57.038	57.038	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA		38.126	38.126	0
	Fiscal	38.126	38.126	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		16.017	16.017	0
	Fiscal	16.017	16.017	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		31.024	31.024	0
	Fiscal	31.024	31.024	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.004	1.004	0
	Fiscal	1.004	1.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL		**8.033**	**8.033**	**0**
4.4 INVESTIMENTO		**8.033**	**8.033**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		8.033	8.033	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		8.033	8.033	0
	Fiscal	8.033	8.033	0
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
3 DESPESAS CORRENTES		**5.322.093**	**4.178.781**	**1.143.312**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**3.531.335**	**3.531.335**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS		3.531.335	3.531.335	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		10.418	10.418	0
	Fiscal	10.418	10.418	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		3.404.960	3.404.960	0
	Fiscal	3.404.960	3.404.960	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		113.291	113.291	0
	Fiscal	113.291	113.291	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		1.083	1.083	0
	Fiscal	1.083	1.083	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.583	1.583	0
	Fiscal	1.583	1.583	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**1.790.758**	**647.446**	**1.143.312**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS		1.790.758	647.446	1.143.312
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL		2.084	2.084	0

	Fiscal	2.084	2.084	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		120.017	115.013	5.004
	Fiscal	120.017	115.013	5.004
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		2.084	2.084	0
	Fiscal	2.084	2.084	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		101.001	51.001	50.000
	Fiscal	101.001	51.001	50.000
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.084	2.084	0
	Fiscal	2.084	2.084	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade e Natureza da Despesa		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.558.821	472.514	1.086.307
	Fiscal	1.558.821	472.514	1.086.307
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.083	1.083	0
	Fiscal	1.083	1.083	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.584	1.583	2.001
	Fiscal	3.584	1.583	2.001
4 DESPESAS DE CAPITAL		**2.857.021**	**454.423**	**2.402.598**
4.4 INVESTIMENTO		**2.857.021**	**454.423**	**2.402.598**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		2.857.021	454.423	2.402.598
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		2.743.598	362.085	2.381.513
	Fiscal	2.743.598	362.085	2.381.513
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		89.455	89.455	0
	Fiscal	89.455	89.455	0
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		1.000	0	1.000
	Fiscal	1.000	0	1.000
4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		22.968	2.883	20.085
	Fiscal	22.968	2.883	20.085
99.001 Reserva de Contigência		**650.000**	**650.000**	**0**
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**650.000**	**650.000**	**0**
9.9.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		650.000	650.000	0
9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		650.000	650.000	0
	Fiscal	650.000	650.000	0
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Região		Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Região	**Esfera**	**Total**	**Recursos do Recursos Tesouro**	**Outras Fontes**
0001 Maxaranguape		**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade Social	15.474.325	1.278.567	14.195.758
	Total	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**
	Fiscal:	57.866.521	24.600.172	33.266.349
	Seguridade:	15.474.325	1.278.567	14.195.758

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
01.001 CÂMARA MUNICIPAL	**2.661.482**	**2.661.482**	**0**
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	99.493	99.493	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.026**	**25.026**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.026**	**25.026**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.026	25.026	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.026	25.026	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**74.467**	**74.467**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**74.467**	**74.467**	**0**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	74.467	74.467	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	74.467	74.467	0
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	37.234	37.234	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**37.234**	**37.234**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**37.234**	**37.234**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	37.234	37.234	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.234	37.234	0
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	2.483.798	2.483.798	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.483.798**	**2.483.798**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.699.899**	**1.699.899**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.699.899	1.699.899	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.532.364	1.532.364	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	155.125	155.125	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.034	1.034	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.034	1.034	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.342	10.342	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**783.899**	**783.899**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	21.717	21.717	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	20.683	20.683	0
3.3.50.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.034	1.034	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	737.182	737.182	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	51.708	51.708	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	56.879	56.879	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	51.708	51.708	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	10.342	10.342	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	258.542	258.542	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.103	3.103	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	130.125	130.125	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	103.417	103.417	0
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	1.034	1.034	0
3.3.90.46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	51.708	51.708	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.103	3.103	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.171	5.171	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.342	10.342	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	25.000	25.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.91.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000	25.000	0
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DAATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	37.234	37.234	0
3 DESPESAS CORRENTES	**37.234**	**37.234**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**37.234**	**37.234**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	37.234	37.234	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.234	37.234	0
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	3.723	3.723	0
3 DESPESAS CORRENTES	**3.723**	**3.723**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.723**	**3.723**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	3.723	3.723	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	3.723	3.723	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
02.001 Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito	**2.724.840**	**2.524.840**	**200.000**
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000	50.000	0
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000	10.000	0

1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARAA DEFESA CIVIL	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000	10.000	0
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000	100.000	0
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000	100.000	0
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	137.234	37.234	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**137.234**	**37.234**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**137.234**	**37.234**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	137.234	37.234	100.000
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	137.234	37.234	100.000
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARAA GUARDA MUNICIPAL	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000	100.000	0
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000	0	100.000
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.240.872	1.240.872	0
3 DESPESAS CORRENTES	**1.240.872**	**1.240.872**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.003.875**	**1.003.875**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.003.875	1.003.875	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	255.302	255.302	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	744.505	744.505	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.051	3.051	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.017	1.017	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**236.997**	**236.997**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	236.997	236.997	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	40.683	40.683	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.342	20.342	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.683	40.683	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.051	3.051	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	71.196	71.196	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	60.025	60.025	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.017	1.017	0
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.70 TRANSFERENCIAA INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	62.056	62.056	0
3.3.70.41 CONTRIBUIÇÕES	62.056	62.056	0
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	32.029	32.029	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0

2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124.166	124.166	0
3 DESPESAS CORRENTES	**124.166**	**124.166**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**83.095**	**83.095**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	83.095	83.095	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.090	80.090	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.005	3.005	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**41.071**	**41.071**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	41.071	41.071	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.009	5.009	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15.026	15.026	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.002	1.002	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.017	10.017	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.017	10.017	0
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**27.028**	**27.028**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	27.028	27.028	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	22.024	22.024	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.004	5.004	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.028**	**35.028**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	5.004	5.004	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	5.004	5.004	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.024	30.024	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.004	5.004	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.004	5.004	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	5.004	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.004	5.004	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.004	5.004	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.004	5.004	0
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**39.570**	**39.570**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	39.570	39.570	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	30.384	30.384	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.186	9.186	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**22.486**	**22.486**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	22.486	22.486	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	9.186	9.186	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.114	4.114	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.186	9.186	0
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	32.029	32.029	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.009	10.009	0
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	50.043	50.043	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**50.043**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	50.043	50.043	0
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.009**	**10.009**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.009	10.009	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**52.047**	**52.047**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	52.047	52.047	0

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	32.029	32.029	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**42.038**	**42.038**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	42.038	42.038	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	42.038	42.038	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**20.018**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	20.018	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	44.021	44.021	0
3 DESPESAS CORRENTES	**44.021**	**44.021**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**23.994**	**23.994**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	23.994	23.994	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.994	23.994	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.027	20.027	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.009	5.009	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.000	5.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.009	5.009	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.009	5.009	0
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**42.038**	**42.038**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	42.038	42.038	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	42.038	42.038	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**20.018**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	20.018	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	62.056	62.056	0
3 DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**62.056**	**62.056**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	62.056	62.056	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	42.039	42.039	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	100.000	100.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**100.000**	**100.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**100.000**	**100.000**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000	100.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
03.001 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**2.148.656**	**1.000**	**2.147.656**
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	43.439	0	43.439
4 DESPESAS DE CAPITAL	**43.439**	**0**	**43.439**
4.4 INVESTIMENTO	**43.439**	**0**	**43.439**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	43.439	0	43.439
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	43.439	0	43.439
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	18.617	0	18.617
4 DESPESAS DE CAPITAL	**18.617**	**0**	**18.617**
4.4 INVESTIMENTO	**18.617**	**0**	**18.617**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	18.617	0	18.617
4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.617	0	18.617

1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.440	0	100.440
3 DESPESAS CORRENTES	**40.176**	**0**	**40.176**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.176**	**0**	**40.176**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.176	0	40.176
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.088	0	20.088
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.088	0	20.088
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.264**	**0**	**60.264**
4.4 INVESTIMENTO	**60.264**	**0**	**60.264**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.264	0	60.264
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.132	0	30.132
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.132	0	30.132
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**0**	**20.017**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**0**	**20.017**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	0	20.017
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.017	0	20.017
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	0	30.026
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.026	0	30.026
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.096	0	75.096
3 DESPESAS CORRENTES	**35.045**	**0**	**35.045**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.045**	**0**	**35.045**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.045	0	35.045
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.045	0	35.045
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.051**	**0**	**40.051**
4.4 INVESTIMENTO	**40.051**	**0**	**40.051**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.051	0	40.051
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.051	0	40.051
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.031	0	45.031
3 DESPESAS CORRENTES	**15.010**	**0**	**15.010**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.010**	**0**	**15.010**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.010	0	15.010
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.010	0	15.010
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.021**	**0**	**30.021**
4.4 INVESTIMENTO	**30.021**	**0**	**30.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.021	0	30.021
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.021	0	30.021
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.007	0	20.007
3 DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**0**	**20.007**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**0**	**20.007**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.007	0	20.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.007	0	20.007
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.102	0	100.102
3 DESPESAS CORRENTES	**40.040**	**0**	**40.040**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.040**	**0**	**40.040**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.040	0	40.040
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.020	0	20.020
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.020	0	20.020
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.062**	**0**	**60.062**
4.4 INVESTIMENTO	**60.062**	**0**	**60.062**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.062	0	60.062
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.031	0	30.031
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.031	0	30.031
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.138	0	100.138
3 DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**0**	**40.056**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**0**	**40.056**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.056	0	40.056
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.028	0	20.028
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.028	0	20.028

4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.082**	**0**	**60.082**
4.4 INVESTIMENTO	**60.082**	**0**	**60.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.082	0	60.082
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.041	0	30.041
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.041	0	30.041
1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.043	0	50.043
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**0**	**50.043**
4.4 INVESTIMENTO	**50.043**	**0**	**50.043**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.043	0	50.043
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	50.043	0	50.043
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.043**	**0**	**50.043**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**0**	**50.043**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	50.043	0	50.043
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.043	0	50.043
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.043	0	50.043
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**40.034**	**0**	**40.034**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	0	40.034
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	40.034	0	40.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	0	10.009
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.009	0	10.009
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	0	50.043
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50.044	0	50.044
3 DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**0**	**20.018**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.018**	**0**	**20.018**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.018	0	20.018
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	0	10.009
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	0	10.009
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**0**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	0	30.026
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.026	0	30.026
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50.044	1.000	49.044
3 DESPESAS CORRENTES	**21.018**	**1.000**	**20.018**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**21.018**	**1.000**	**20.018**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	21.018	1.000	20.018
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	0	10.009
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	0	10.009
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**29.026**	**0**	**29.026**
4.4 INVESTIMENTO	**29.026**	**0**	**29.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	29.026	0	29.026
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.026	0	29.026
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	1.195.397	0	1.195.397
3 DESPESAS CORRENTES	**1.144.689**	**0**	**1.144.689**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**444.536**	**0**	**444.536**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	444.536	0	444.536
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	209.902	0	209.902
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	192.233	0	192.233
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.025	0	31.025
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.342	0	10.342
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.034	0	1.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**700.153**	**0**	**700.153**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	700.153	0	700.153
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	1.034	0	1.034
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	155.125	0	155.125
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.034	0	1.034
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.171	0	5.171
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.171	0	5.171
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	517.085	0	517.085
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.171	0	5.171
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.034	0	1.034
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.034	0	1.034
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.294	0	7.294
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.708**	**0**	**50.708**
4.4 INVESTIMENTO	**30.025**	**0**	**30.025**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.025	0	30.025
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	9.342	0	9.342
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.683	0	20.683
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**20.683**	**0**	**20.683**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.683	0	20.683
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	20.683	0	20.683
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**27.290.951**	**420.558**	**26.870.393**
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673	491.456	0	491.456
4 DESPESAS DE CAPITAL	**491.456**	**0**	**491.456**
4.4 INVESTIMENTO	**491.456**	**0**	**491.456**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	491.456	0	491.456
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	491.456	0	491.456
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	688.034	0	688.034
4 DESPESAS DE CAPITAL	**688.034**	**0**	**688.034**
4.4 INVESTIMENTO	**688.034**	**0**	**688.034**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	688.034	0	688.034
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	688.034	0	688.034
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	31.028	0	31.028
4 DESPESAS DE CAPITAL	**31.028**	**0**	**31.028**
4.4 INVESTIMENTO	**31.028**	**0**	**31.028**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	31.028	0	31.028
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	31.028	0	31.028
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000	0	100.000
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	196.579	0	196.579
4 DESPESAS DE CAPITAL	**196.579**	**0**	**196.579**
4.4 INVESTIMENTO	**196.579**	**0**	**196.579**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	196.579	0	196.579
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	196.579	0	196.579
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	57.267	0	57.267
4 DESPESAS DE CAPITAL	**57.267**	**0**	**57.267**

4.4 INVESTIMENTO	**57.267**	**0**	**57.267**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	57.267	0	57.267
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.267	0	57.267
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	55.030	0	55.030
4 DESPESAS DE CAPITAL	**55.030**	**0**	**55.030**
4.4 INVESTIMENTO	**55.030**	**0**	**55.030**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	55.030	0	55.030
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	55.030	0	55.030
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	147.438	0	147.438
4 DESPESAS DE CAPITAL	**147.438**	**0**	**147.438**
4.4 INVESTIMENTO	**147.438**	**0**	**147.438**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	147.438	0	147.438
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	147.438	0	147.438
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	98.281	0	98.281
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**98.281**	**0**	**98.281**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**98.281**	**0**	**98.281**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	98.281	0	98.281
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	98.281	0	98.281
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	196.579	0	196.579
3 DESPESAS CORRENTES	**196.579**	**0**	**196.579**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**196.579**	**0**	**196.579**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	196.579	0	196.579
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	196.579	0	196.579
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.135	0	50.135
3 DESPESAS CORRENTES	**50.135**	**0**	**50.135**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.135**	**0**	**50.135**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.135	0	50.135
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.135	0	50.135
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.104.987	0	1.104.987
3 DESPESAS CORRENTES	**1.104.987**	**0**	**1.104.987**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**220.775**	**0**	**220.775**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	220.775	0	220.775
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.222	0	10.222
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	204.442	0	204.442
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.111	0	5.111
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000	0	1.000
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**884.212**	**0**	**884.212**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	873.990	0	873.990
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	4.111	0	4.111
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	102.221	0	102.221
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.111	0	5.111
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	51.111	0	51.111
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.666	0	30.666
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	613.326	0	613.326
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	51.111	0	51.111
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	1.000	0	1.000
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	9.222	0	9.222
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.111	0	5.111
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000	0	1.000
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	10.222	0	10.222
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.222	0	10.222
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.040**	**45.040**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.040**	**45.040**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.040	45.040	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10.009	10.009	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.009	10.009	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.004	5.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	5.004	0
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	635.719	0	635.719
3 DESPESAS CORRENTES	**634.719**	**0**	**634.719**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.000**	**0**	**1.000**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000	0	1.000
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**633.719**	**0**	**633.719**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	633.719	0	633.719
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	450.742	0	450.742
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000	0	50.000
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	53.516	0	53.516
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.035	0	1.035
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000	0	7.000
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.176	0	5.176
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	51.758	0	51.758
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.492	0	14.492
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4 INVESTIMENTO	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000	0	1.000
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	50.067	0	50.067
3 DESPESAS CORRENTES	**35.047**	**0**	**35.047**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.047**	**0**	**35.047**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.047	0	35.047
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15.020	0	15.020
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.007	0	5.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.020	0	15.020
4 DESPESAS DE CAPITAL	**15.020**	**0**	**15.020**
4.4 INVESTIMENTO	**15.020**	**0**	**15.020**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.020	0	15.020
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.020	0	15.020
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.234.695	0	3.234.695
3 DESPESAS CORRENTES	**3.224.661**	**0**	**3.224.661**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**3.049.064**	**0**	**3.049.064**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.049.064	0	3.049.064
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.032.198	0	1.032.198
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.006.832	0	2.006.832
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.034	0	10.034
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**175.597**	**0**	**175.597**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	175.597	0	175.597
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.017	0	5.017
3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.017	0	5.017
3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO	5.017	0	5.017
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.034	0	10.034
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.017	0	5.017
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.034	0	10.034
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.342	0	100.342
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.017	0	5.017
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.034	0	10.034
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.017	0	5.017
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.017	0	5.017
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.017	0	5.017
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.017	0	5.017
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.034**	**0**	**10.034**

4.4 INVESTIMENTO	**10.034**	**0**	**10.034**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.034	0	10.034
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.034	0	10.034
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	30.474	0	30.474
3 DESPESAS CORRENTES	**30.474**	**0**	**30.474**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.474**	**0**	**30.474**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.474	0	30.474
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.079	0	5.079
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.395	0	25.395
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	201.081	0	201.081
3 DESPESAS CORRENTES	**201.081**	**0**	**201.081**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.054**	**0**	**10.054**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.054	0	10.054
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.054	0	10.054
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**191.027**	**0**	**191.027**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	191.027	0	191.027
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.270	0	50.270
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.027	0	5.027
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	135.730	0	135.730
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	302.434	0	302.434
3 DESPESAS CORRENTES	**302.434**	**0**	**302.434**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.000**	**0**	**1.000**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000	0	1.000
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**301.434**	**0**	**301.434**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	301.434	0	301.434
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	296.393	0	296.393
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.041	0	5.041
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.041	0	30.041
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.068	0	50.068
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	45.061	0	45.061
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.007	0	5.007
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	274.929	0	274.929
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	0	50.043
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	0	10.009
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.034	0	40.034
4 DESPESAS DE CAPITAL	**224.886**	**0**	**224.886**
4.4 INVESTIMENTO	**224.886**	**0**	**224.886**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	224.886	0	224.886
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	224.886	0	224.886
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.041	0	30.041
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	10.002	0	10.002

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**0**	**10.002**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**0**	**10.002**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.002	0	10.002
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.001	0	5.001
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.001	0	5.001
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.054	0	40.054
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.054	0	40.054
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	50.041	0	50.041
3 DESPESAS CORRENTES	**45.037**	**0**	**45.037**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**20.017**	**0**	**20.017**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	0	20.017
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.004	0	5.004
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.009	0	10.009
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.004	0	5.004
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.020**	**0**	**25.020**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.020	0	25.020
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.004	0	5.004
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.004	0	5.004
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	0	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.004	0	5.004
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.004	0	5.004
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	0	5.004
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.068	0	50.068
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	50.045	0	50.045
3 DESPESAS CORRENTES	**50.045**	**0**	**50.045**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.045**	**0**	**50.045**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.045	0	50.045
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	0	10.009
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.009	0	10.009
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.009	0	10.009
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	0	10.009
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.009	0	10.009
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**

3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.068	0	50.068
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.054	0	40.054
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.042	0	50.042
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**0**	**45.038**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**5.004**	**0**	**5.004**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.004	0	5.004
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**0**	**40.034**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	0	40.034
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.004	0	5.004
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	0	10.009
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.004	0	5.004
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	0	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.013	0	15.013
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	0	5.004
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	150.384	150.384	0
3 DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**150.384**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**150.384**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	150.384	150.384	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.128	50.128	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.051	20.051	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.026	10.026	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.179	70.179	0
2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.038	45.038	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	1.001	1.001	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	4.003	4.003	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15.013	15.013	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.004	5.004	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	5.004	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.004	5.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	5.004	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	50.068	0	50.068
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.068**	**0**	**50.068**
4.4 INVESTIMENTO	**50.068**	**0**	**50.068**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.068	0	50.068
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	3.774.490	0	3.774.490
3 DESPESAS CORRENTES	**3.159.264**	**0**	**3.159.264**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.159.264**	**0**	**3.159.264**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.158.264	0	3.158.264
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	1.510.943	0	1.510.943
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	58.113	0	58.113
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	53.018	0	53.018

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.220.377	0	1.220.377
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	174.339	0	174.339
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	58.113	0	58.113
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83.361	0	83.361
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	1.000	0	1.000
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**615.226**	**0**	**615.226**
4.4 INVESTIMENTO	**615.226**	**0**	**615.226**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	615.226	0	615.226
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	615.226	0	615.226
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	9.704.715	0	9.704.715
3 DESPESAS CORRENTES	**9.704.715**	**0**	**9.704.715**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**9.704.715**	**0**	**9.704.715**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	9.704.715	0	9.704.715
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	817.578	0	817.578
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.919.558	0	7.919.558
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	967.579	0	967.579
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	610.385	0	610.385
3 DESPESAS CORRENTES	**600.249**	**0**	**600.249**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**600.249**	**0**	**600.249**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	600.249	0	600.249
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	458.357	0	458.357
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.270	0	20.270
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.811	0	60.811
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	60.811	0	60.811
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.136**	**0**	**10.136**
4.4 INVESTIMENTO	**10.136**	**0**	**10.136**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.136	0	10.136
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.136	0	10.136
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.069**	**0**	**50.069**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.027	0	20.027
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.014	0	10.014
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.014	0	10.014
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.014	0	10.014
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	2.435.650	0	2.435.650
3 DESPESAS CORRENTES	**2.435.650**	**0**	**2.435.650**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.435.650**	**0**	**2.435.650**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.435.650	0	2.435.650
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.176	0	10.176
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.415.298	0	2.415.298
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.176	0	10.176
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	80.238	0	80.238
3 DESPESAS CORRENTES	**80.238**	**0**	**80.238**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**80.238**	**0**	**80.238**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	80.238	0	80.238
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	40.119	0	40.119
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	30.089	0	30.089
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.030	0	10.030
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	455.476	0	455.476
3 DESPESAS CORRENTES	**455.476**	**0**	**455.476**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**455.476**	**0**	**455.476**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	455.476	0	455.476
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	455.476	0	455.476
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	251.690	0	251.690

3 DESPESAS CORRENTES	**251.690**	**0**	**251.690**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**251.690**	**0**	**251.690**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	251.690	0	251.690
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	251.690	0	251.690
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.068	0	50.068
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.002	10.002	0
3 DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**10.002**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.002**	**10.002**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.002	10.002	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	10.002	10.002	0
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.011	25.011	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.011**	**25.011**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.011**	**25.011**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.011	25.011	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.009	20.009	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.002	5.002	0
2102 AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR DE CULTURA - LEI PAULO GUSTAVO	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.027	0	20.027
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
2104 PROCESSO SELETIVO PARAAÇÕES DE EDUCAÇÃO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	50.043	0
2105 PROGRAMA BRASILALFABETIZADO	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.054	0	40.054
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.027	0	20.027
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.014	0	10.014
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	20.007	20.007	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**20.007**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.007**	**20.007**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.007	20.007	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	20.007	20.007	0
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	15.004	15.004	0
3 DESPESAS CORRENTES	**15.004**	**15.004**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.004**	**15.004**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.004	15.004	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15.004	15.004	0
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.006	20.006	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.006**	**20.006**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.006**	**20.006**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.006	20.006	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.003	10.003	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.003	10.003	0
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.015	30.015	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.015**	**30.015**	**0**

4.4 INVESTIMENTO	**30.015**	**30.015**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.015	30.015	0
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	550.070	0	550.070
3 DESPESAS CORRENTES	**540.056**	**0**	**540.056**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**520.028**	**0**	**520.028**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	520.028	0	520.028
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	210.014	0	210.014
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	310.014	0	310.014
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.028**	**0**	**20.028**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.028	0	20.028
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	0	10.014
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.014	0	10.014
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.043	0	50.043
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**0**	**50.043**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	50.043	0	50.043
3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	50.043	0	50.043
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.270	0	100.270
3 DESPESAS CORRENTES	**100.270**	**0**	**100.270**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**100.270**	**0**	**100.270**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.270	0	100.270
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.270	0	100.270
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.068	0	50.068
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
07.001 Sec Mun de Comunicação e Infor. Social	**200.387**	**200.387**	**0**
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	200.387	200.387	0
3 DESPESAS CORRENTES	**199.384**	**199.384**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**181.336**	**181.336**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	181.336	181.336	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	51.003	51.003	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	105.269	105.269	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.064	25.064	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**18.048**	**18.048**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	18.048	18.048	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.013	5.013	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	1.003	1.003	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.003	1.003	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.023	9.023	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.003	1.003	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.003	1.003	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.003**	**1.003**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**1.003**	**1.003**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.003	1.003	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.003	1.003	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**

08.001 Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo	**3.161.019**	**2.693.984**	**467.035**
1033 CONSTRUÇÃO E MANUTANÇÃO ESPAÇO MOTORHOME: TURISMO E EVENTOS	25.085	25.085	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.085**	**25.085**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.085**	**25.085**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.085	25.085	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25.085	25.085	0
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	251.281	50.256	201.025
4 DESPESAS DE CAPITAL	**251.281**	**50.256**	**201.025**
4.4 INVESTIMENTO	**251.281**	**50.256**	**201.025**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	251.281	50.256	201.025
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	251.281	50.256	201.025
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.042	25.021	25.021
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4 INVESTIMENTO	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	25.021	25.021
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.042	25.021	25.021
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	50.044	10.009	40.035
3 DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.009**	**0**	**10.009**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	0	10.009
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	0	10.009
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.035**	**10.009**	**30.026**
4.4 INVESTIMENTO	**40.035**	**10.009**	**30.026**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	10.009	30.026
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.035	10.009	30.026
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	151.192	50.238	100.954
4 DESPESAS DE CAPITAL	**151.192**	**50.238**	**100.954**
4.4 INVESTIMENTO	**151.192**	**50.238**	**100.954**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	151.192	50.238	100.954
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	151.192	50.238	100.954
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	100.000	0	100.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**0**	**100.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	0	100.000
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000	0	100.000
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	112.443	112.443	0
3 DESPESAS CORRENTES	**112.443**	**112.443**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**112.443**	**112.443**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	112.443	112.443	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.222	9.222	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102.221	102.221	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	1.000	0
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	40.034	40.034	0
JURÍDICA			
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	2.120.674	2.120.674	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.069.734**	**2.069.734**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.224.135**	**1.224.135**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.224.135	1.224.135	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.940	50.940	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.152.819	1.152.819	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.376	20.376	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**845.599**	**845.599**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	845.599	845.599	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	20.376	20.376	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.940	50.940	0

3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.094	5.094	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.094	5.094	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	759.001	759.001	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.094	5.094	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.940**	**50.940**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.940**	**50.940**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.940	50.940	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.940	50.940	0
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	50.043	0
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO	50.043	50.043	0
POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE			
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	50.043	0
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**20.017**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.017**	**20.017**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.017	20.017	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.017	20.017	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.026**	**30.026**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.026**	**30.026**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.026	30.026	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.026	30.026	0
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.034	40.034	0
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO	50.043	50.043	0
EXTERIOR			
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
09.001 Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento	**3.687.643**	**3.687.643**	**0**
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	2.068.338	2.068.338	0
3 DESPESAS CORRENTES	**268.884**	**268.884**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**258.542**	**258.542**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	258.542	258.542	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	258.542	258.542	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**10.342**	**10.342**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.342	10.342	0
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.342	10.342	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.799.454**	**1.799.454**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**1.799.454**	**1.799.454**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.799.454	1.799.454	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.799.454	1.799.454	0
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	759.609	759.609	0
3 DESPESAS CORRENTES	**749.481**	**749.481**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**470.958**	**470.958**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	470.958	470.958	0

3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.641	50.641	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	253.203	253.203	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	167.114	167.114	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**278.523**	**278.523**	**0**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	101.281	101.281	0
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	101.281	101.281	0
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	176.242	176.242	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.064	5.064	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	101.281	101.281	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.641	50.641	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	5.064	5.064	0
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA			
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000	1.000	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.192	13.192	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	1.000	1.000	0
3.3.91.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.128**	**10.128**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.128**	**10.128**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.128	10.128	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.128	10.128	0
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	759.610	759.610	0
3 DESPESAS CORRENTES	**759.610**	**759.610**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**759.610**	**759.610**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	759.610	759.610	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	759.610	759.610	0
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	30.026	30.026	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
10.001 Sec. Municipal de Gestão Tributária	**317.913**	**317.913**	**0**
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	217.827	217.827	0
3 DESPESAS CORRENTES	**205.771**	**205.771**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**145.545**	**145.545**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	145.545	145.545	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.075	20.075	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.451	120.451	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.019	5.019	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**60.226**	**60.226**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.226	60.226	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.038	10.038	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.038	10.038	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.075	20.075	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.075	20.075	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**12.056**	**12.056**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**12.056**	**12.056**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.056	12.056	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.056	12.056	0
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	**50.043**	**50.043**	**0**

3.2.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	50.043	50.043	0
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
11.001 Secretaria Municipal de Administração	**3.931.396**	**3.931.396**	**0**
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35.024	35.024	0
3 DESPESAS CORRENTES	**35.024**	**35.024**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.024**	**35.024**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.024	35.024	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.024	35.024	0
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000	100.000	0
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000	100.000	0
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.279.309	2.279.309	0
3 DESPESAS CORRENTES	**2.229.309**	**2.229.309**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.519.389**	**1.519.389**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.519.389	1.519.389	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	764.296	764.296	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	394.714	394.714	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	338.414	338.414	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11.965	11.965	0
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	5.000	5.000	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000	5.000	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**709.920**	**709.920**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	618.628	618.628	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10.000	10.000	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.000	50.000	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000	10.000	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	58.509	58.509	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000	10.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000	100.000	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	100.000	100.000	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	269.119	269.119	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	1.000	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000	10.000	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	91.292	91.292	0
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.292	91.292	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000	50.000	0
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0

3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.009	10.009	0
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.009	10.009	0
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	1.266.932	1.266.932	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**1.266.932**	**1.266.932**	**0**
4.6.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.266.932	1.266.932	0
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.266.932	1.266.932	0
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.043**	**50.043**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.043	50.043	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
12.001 Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca	**150.215**	**150.215**	**0**
2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	100.173	100.173	0
3 DESPESAS CORRENTES	**95.164**	**95.164**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**75.128**	**75.128**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.128	75.128	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.009	5.009	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.102	60.102	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.017	10.017	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.036**	**20.036**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.036	20.036	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.009	5.009	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.009	5.009	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.009	5.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.009	5.009	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.009**	**5.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.009**	**5.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.009	5.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.009	5.009	0
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL (EQUIPAMENTOS E INSUMOS)	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	50.042	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.021	25.021	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	25.021	25.021	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
13.001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã	**833.989**	**738.818**	**95.171**
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.007	55.007	0
3 DESPESAS CORRENTES	**5.007**	**5.007**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.007**	**5.007**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	5.007	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.007	5.007	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**

4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	50.000	50.000	0
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	100.000	100.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**100.000**	**100.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000	100.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000	100.000	0
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.034	25.019	20.015
3 DESPESAS CORRENTES	**5.004**	**5.004**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.004**	**5.004**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.004	5.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.030**	**20.015**	**20.015**
4.4 INVESTIMENTO	**40.030**	**20.015**	**20.015**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.030	20.015	20.015
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.030	20.015	20.015
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	80.161	30.027	50.134
3 DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.027**	**20.027**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.027	20.027	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.027	10.027	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**60.134**	**10.000**	**50.134**
4.4 INVESTIMENTO	**60.134**	**10.000**	**50.134**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	60.134	10.000	50.134
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	60.134	10.000	50.134
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000	50.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**25.000**	**25.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.000**	**25.000**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000	25.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000	25.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.000**	**25.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.000**	**25.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.000	25.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000	25.000	0
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	453.743	453.743	0
3 DESPESAS CORRENTES	**443.663**	**443.663**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**292.328**	**292.328**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	292.328	292.328	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100.803	100.803	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	181.445	181.445	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.080	10.080	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**151.335**	**151.335**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	150.335	150.335	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.040	5.040	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.080	10.080	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	60.614	60.614	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15.120	15.120	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.040	5.040	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.201	25.201	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.080	10.080	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.040	5.040	0
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.040	5.040	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.040	5.040	0
3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.040	4.040	0
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	1.000	1.000	0
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000	1.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.080**	**10.080**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.080**	**10.080**	**0**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.080	10.080	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.080	10.080	0
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.044	25.022	25.022
3 DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**25.022**	**25.022**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**25.022**	**25.022**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.044	25.022	25.022
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.008	5.004	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.018	10.009	10.009
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.018	10.009	10.009
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
13.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**1.293.490**	**514.728**	**778.762**
2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.070	20.028	30.042
3 DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**20.028**	**30.042**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**20.028**	**30.042**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.070	20.028	30.042
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	5.007	5.007
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.014	5.007	5.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.021	5.007	10.014
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.021	5.007	10.014
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	364.645	334.545	30.100
3 DESPESAS CORRENTES	**364.645**	**334.545**	**30.100**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**107.995**	**107.995**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	107.995	107.995	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.069	10.069	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.857	87.857	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.069	10.069	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**256.650**	**226.550**	**30.100**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	256.650	226.550	30.100
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10.069	10.069	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	89.514	60.414	29.100
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	65.448	65.448	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.034	5.034	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	60.414	60.414	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.034	5.034	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.034	5.034	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.069	10.069	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.034	4.034	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000	1.000	1.000
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.035**	**40.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.035	40.035	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.009	10.009	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.009	10.009	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	50.070	35.049	15.021
3 DESPESAS CORRENTES	**50.070**	**35.049**	**15.021**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.014**	**10.014**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	10.014	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.007	5.007	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.007	5.007	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.056**	**25.035**	**15.021**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.056	25.035	15.021
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.007	5.007	0

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	5.007	5.007
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.007	5.007	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.014	5.007	5.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	5.007	5.007
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	281.792	0	281.792
3 DESPESAS CORRENTES	**276.785**	**0**	**276.785**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**241.736**	**0**	**241.736**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	241.736	0	241.736
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	236.729	0	236.729
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.007	0	5.007
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.049**	**0**	**35.049**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	35.049	0	35.049
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.007	0	5.007
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.007	0	5.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	0	10.014
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.007	0	5.007
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4 INVESTIMENTO	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	0	5.007
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.007	0	5.007
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	80.173	0	80.173
3 DESPESAS CORRENTES	**80.173**	**0**	**80.173**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**75.162**	**0**	**75.162**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.162	0	75.162
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.108	0	50.108
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.054	0	25.054
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**5.011**	**0**	**5.011**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.011	0	5.011
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	1.000	0	1.000
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	4.011	0	4.011
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA			
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	50.070	0	50.070
3 DESPESAS CORRENTES	**45.063**	**0**	**45.063**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**10.014**	**0**	**10.014**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.007	0	5.007
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.007	0	5.007
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**35.049**	**0**	**35.049**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	5.007	0	5.007
3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	5.007	0	5.007
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.042	0	30.042
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.007	0	5.007
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	0	10.014
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	5.007	0	5.007
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA			
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4 INVESTIMENTO	**5.007**	**0**	**5.007**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.007	0	5.007
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.007	0	5.007
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.040	0	50.040
3 DESPESAS CORRENTES	**45.036**	**0**	**45.036**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.012**	**0**	**15.012**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.012	0	15.012
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.004	0	5.004
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.004	0	5.004
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.004	0	5.004
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.024**	**0**	**30.024**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.024	0	30.024

3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.004	0	5.004
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.004	0	5.004
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	0	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.004	0	5.004
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.004	0	5.004
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.004	0	5.004
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**0**	**5.004**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	0	5.004
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	0	5.004
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**40.055**	**0**	**40.055**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.055**	**0**	**40.055**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.055	0	40.055
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	0	10.014
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.014	0	10.014
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.040	25.020	25.020
3 DESPESAS CORRENTES	**50.040**	**25.020**	**25.020**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.040**	**25.020**	**25.020**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.040	25.020	25.020
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.008	5.004	5.004
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.008	5.004	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.012	7.506	7.506
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.012	7.506	7.506
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.042**	**50.042**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	50.042	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25.021	25.021	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.021	25.021	0
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	71.082	0	71.082
3 DESPESAS CORRENTES	**71.082**	**0**	**71.082**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**51.070**	**0**	**51.070**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	51.070	0	51.070
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	51.070	0	51.070
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.012**	**0**	**20.012**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.012	0	20.012
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	4.003	0	4.003
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.003	0	5.003
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.003	0	5.003
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.003	0	6.003
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	95.353	0	95.353
3 DESPESAS CORRENTES	**95.353**	**0**	**95.353**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**70.273**	**0**	**70.273**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	70.273	0	70.273
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	30.143	0	30.143
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.114	0	35.114
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.016	0	5.016
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**25.080**	**0**	**25.080**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.080	0	25.080
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.016	0	5.016
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.016	0	5.016
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.016	0	5.016
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.016	0	5.016
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.016	0	5.016
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
14.001 Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário	**2.165.519**	**2.155.186**	**10.333**
1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	100.000	100.000	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.000**	**50.000**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.000**	**50.000**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000	50.000	0
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.103	50.103	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.041**	**20.041**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.041**	**20.041**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.041	20.041	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.041	20.041	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.062**	**30.062**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.062**	**30.062**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.062	30.062	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.062	30.062	0
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.138	50.138	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.055**	**20.055**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.055**	**20.055**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.055	20.055	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.055	20.055	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.083**	**30.083**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.083**	**30.083**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.083	30.083	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.083	30.083	0
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	25.011	25.011	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.011**	**25.011**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**25.011**	**25.011**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.011	25.011	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.011	25.011	0
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.207	50.207	0
3 DESPESAS CORRENTES	**20.083**	**20.083**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**20.083**	**20.083**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	20.083	20.083	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.083	20.083	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.124**	**30.124**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**30.124**	**30.124**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.124	30.124	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.124	30.124	0
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	50.000	50.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000	50.000	0
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.043**	**50.043**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.043	50.043	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.043	50.043	0
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.714.967	1.704.634	10.333
3 DESPESAS CORRENTES	**1.699.467**	**1.699.467**	**0**

3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.095.314**	**1.095.314**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.095.314	1.095.314	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	51.666	51.666	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.033.315	1.033.315	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.333	10.333	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**604.153**	**604.153**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	604.153	604.153	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.167	5.167	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	195.991	195.991	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.167	5.167	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	61.999	61.999	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.167	5.167	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	309.995	309.995	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.333	10.333	0
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.167	5.167	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.167	5.167	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**15.500**	**5.167**	**10.333**
4.4 INVESTIMENTO	**15.500**	**5.167**	**10.333**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.500	5.167	10.333
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.500	5.167	10.333
2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.035	45.035	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.035**	**45.035**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**45.035**	**45.035**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	45.035	45.035	0
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.035	45.035	0
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.015	30.015	0
3 DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.015	30.015	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
15.001 Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec	**190.243**	**190.243**	**0**
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	190.243	190.243	0
3 DESPESAS CORRENTES	**185.233**	**185.233**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**145.153**	**145.153**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	145.153	145.153	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.041	20.041	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.102	120.102	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.010	5.010	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.080**	**40.080**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.080	40.080	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.010	5.010	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.010	5.010	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.010	5.010	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.020	10.020	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	10.020	10.020	0
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA			
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.010	5.010	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.010**	**5.010**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.010**	**5.010**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.010	5.010	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.010	5.010	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
16.001 Secretaria Municipal de Saúde	**13.396.890**	**50.043**	**13.346.847**
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.608	0	150.608
3 DESPESAS CORRENTES	**75.304**	**0**	**75.304**

3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**75.304**	**0**	**75.304**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.304	0	75.304
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	75.304	0	75.304
4 DESPESAS DE CAPITAL	**75.304**	**0**	**75.304**
4.4 INVESTIMENTO	**75.304**	**0**	**75.304**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.304	0	75.304
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	75.304	0	75.304
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.084	0	70.084
4 DESPESAS DE CAPITAL	**70.084**	**0**	**70.084**
4.4 INVESTIMENTO	**70.084**	**0**	**70.084**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	70.084	0	70.084
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	70.084	0	70.084
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652	0	357.652
4 DESPESAS DE CAPITAL	**357.652**	**0**	**357.652**
4.4 INVESTIMENTO	**357.652**	**0**	**357.652**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	357.652	0	357.652
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.652	0	357.652
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	201.082	0	201.082
4 DESPESAS DE CAPITAL	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4 INVESTIMENTO	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	201.082	0	201.082
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	201.082	0	201.082
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.548.940	0	2.548.940
3 DESPESAS CORRENTES	**2.529.307**	**0**	**2.529.307**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.332.976**	**0**	**2.332.976**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.332.976	0	2.332.976
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	51.666	0	51.666
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.909.317	0	1.909.317
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	82.665	0	82.665
3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	258.329	0	258.329
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.999	0	30.999
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**196.331**	**0**	**196.331**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	185.998	0	185.998
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	5.167	0	5.167
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	103.332	0	103.332
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.167	0	5.167
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.033	0	1.033
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.333	0	10.333
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	24.800	0	24.800
JURÍDICA			
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	30.999	0	30.999
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.000	0	1.000
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.167	0	4.167
3.3.91 APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	10.333	0	10.333
3.3.91.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.333	0	10.333
4 DESPESAS DE CAPITAL	**19.633**	**0**	**19.633**
4.4 INVESTIMENTO	**19.633**	**0**	**19.633**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	19.633	0	19.633
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.633	0	19.633
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	150.384	0	150.384
3 DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**0**	**150.384**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**150.384**	**0**	**150.384**
3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEI	15.038	0	15.038
3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.038	0	15.038
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	135.346	0	135.346
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	130.333	0	130.333
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.013	0	5.013
2085 REDE CEGONHA	15.006	0	15.006
3 DESPESAS CORRENTES	**15.006**	**0**	**15.006**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**15.006**	**0**	**15.006**

3.3.71 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚB. MEDIANTE CONTRATO RATEI	7.503	0	7.503
3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.503	0	7.503
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	7.503	0	7.503
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	7.503	0	7.503
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.043	50.043	0
3 DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**40.034**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.034**	**40.034**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.034	40.034	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.004	5.004	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.004	5.004	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.017	20.017	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.009**	**10.009**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.009	10.009	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.009	10.009	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	270.000	0	270.000
3 DESPESAS CORRENTES	**264.855**	**0**	**264.855**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**228.843**	**0**	**228.843**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	228.843	0	228.843
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.289	0	10.289
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	197.975	0	197.975
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.579	0	20.579
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**36.012**	**0**	**36.012**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	36.012	0	36.012
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.289	0	10.289
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.289	0	10.289
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.145	0	5.145
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.289	0	10.289
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.145**	**0**	**5.145**
4.4 INVESTIMENTO	**5.145**	**0**	**5.145**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.145	0	5.145
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.145	0	5.145
2088 SAÚDE BUCAL - SB	51.069	0	51.069
3 DESPESAS CORRENTES	**51.069**	**0**	**51.069**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.021**	**0**	**15.021**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.021	0	15.021
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.014	0	10.014
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.007	0	5.007
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**36.048**	**0**	**36.048**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	36.048	0	36.048
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000	0	2.000
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.007	0	4.007
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	2.052.121	0	2.052.121
3 DESPESAS CORRENTES	**1.923.641**	**0**	**1.923.641**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**1.816.881**	**0**	**1.816.881**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.816.881	0	1.816.881
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	568.592	0	568.592
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	723.663	0	723.663
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.338	0	10.338
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	514.288	0	514.288
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**106.760**	**0**	**106.760**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	106.760	0	106.760
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	2.380	0	2.380
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.338	0	10.338
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	94.042	0	94.042
4 DESPESAS DE CAPITAL	**128.480**	**0**	**128.480**
4.4 INVESTIMENTO	**128.480**	**0**	**128.480**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	128.480	0	128.480
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	128.480	0	128.480
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	50.069	0	50.069
3 DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.069**	**0**	**50.069**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.069	0	50.069
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	30.041	0	30.041
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.014	0	10.014
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.027	0	20.027
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.014	0	10.014
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.194.429	0	3.194.429
3 DESPESAS CORRENTES	**3.171.612**	**0**	**3.171.612**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**2.169.820**	**0**	**2.169.820**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	2.169.820	0	2.169.820
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	52.154	0	52.154
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.954.685	0	1.954.685
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	162.981	0	162.981
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1.001.792**	**0**	**1.001.792**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.001.792	0	1.001.792
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	218.308	0	218.308
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	4.433	0	4.433
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.433	0	5.433
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	706.251	0	706.251
3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	54.327	0	54.327
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.433	0	5.433
3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.087	0	1.087
3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.087	0	1.087
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.433	0	5.433
4 DESPESAS DE CAPITAL	**22.817**	**0**	**22.817**
4.4 INVESTIMENTO	**22.817**	**0**	**22.817**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	22.817	0	22.817
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.730	0	21.730
4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.087	0	1.087
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10.014	0	10.014
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.027	0	20.027
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.606.780	0	3.606.780
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3 DESPESAS CORRENTES	**3.606.780**	**0**	**3.606.780**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.606.780**	**0**	**3.606.780**
3.3.50 TRANSF. INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVO	3.606.780	0	3.606.780
3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	3.606.780	0	3.606.780
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	101.000	0	101.000
3 DESPESAS CORRENTES	**101.000**	**0**	**101.000**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**101.000**	**0**	**101.000**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	101.000	0	101.000
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	101.000	0	101.000
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	50.068	0	50.068

3 DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**40.054**	**0**	**40.054**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.054	0	40.054
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	20.027	0	20.027
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.027	0	20.027
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4 INVESTIMENTO	**10.014**	**0**	**10.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.014	0	10.014
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.014	0	10.014
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**50.068**	**0**	**50.068**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25.034	0	25.034
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	25.034	0	25.034
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.068	0	50.068
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG)	201.082	0	201.082
4 DESPESAS DE CAPITAL	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4 INVESTIMENTO	**201.082**	**0**	**201.082**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	201.082	0	201.082
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	201.082	0	201.082
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	50.068	0	50.068
3 DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.068**	**0**	**50.068**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.068	0	50.068
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25.034	0	25.034
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.034	0	25.034
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	26.133	0	26.133
3 DESPESAS CORRENTES	**26.133**	**0**	**26.133**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**26.133**	**0**	**26.133**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	26.133	0	26.133
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26.133	0	26.133
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
17.001 Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo	**357.099**	**357.099**	**0**
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	246.023	246.023	0
3 DESPESAS CORRENTES	**237.990**	**237.990**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**203.849**	**203.849**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	203.849	203.849	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.004	1.004	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	180.753	180.753	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.084	20.084	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.004	1.004	0
3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.004	1.004	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**34.141**	**34.141**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	34.141	34.141	0
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	1.004	1.004	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	1.004	1.004	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.004	1.004	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	28.117	28.117	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.004	1.004	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.004	1.004	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.004	1.004	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**8.033**	**8.033**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**8.033**	**8.033**	**0**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	8.033	8.033	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.033	8.033	0
2095 INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	50.044	50.044	0
3 DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**50.044**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**50.044**	**50.044**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.044	50.044	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15.013	15.013	0
3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	10.009	10.009	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.013	15.013	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30.015	30.015	0
3 DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**30.015**	**30.015**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	30.015	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	30.015	30.015	0
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	31.017	31.017	0
3 DESPESAS CORRENTES	**31.017**	**31.017**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**31.017**	**31.017**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	31.017	31.017	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11.006	11.006	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.011	20.011	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
18.001 Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban	**8.179.114**	**4.633.204**	**3.545.910**
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONT	256.833	23.794	233.039
4 DESPESAS DE CAPITAL	**256.833**	**23.794**	**233.039**
4.4 INVESTIMENTO	**256.833**	**23.794**	**233.039**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	256.833	23.794	233.039
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	233.865	20.911	212.954
4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.968	2.883	20.085
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA	130.289	30.067	100.222
4 DESPESAS DE CAPITAL	**130.289**	**30.067**	**100.222**
4.4 INVESTIMENTO	**130.289**	**30.067**	**100.222**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	130.289	30.067	100.222
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	130.289	30.067	100.222
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ)	75.096	25.032	50.064
4 DESPESAS DE CAPITAL	**75.096**	**25.032**	**50.064**
4.4 INVESTIMENTO	**75.096**	**25.032**	**50.064**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	75.096	25.032	50.064
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	75.096	25.032	50.064
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	257.946	50.241	207.705
4 DESPESAS DE CAPITAL	**257.946**	**50.241**	**207.705**
4.4 INVESTIMENTO	**257.946**	**50.241**	**207.705**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	257.946	50.241	207.705
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	257.946	50.241	207.705
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	1.238.521	5.003	1.233.518
3 DESPESAS CORRENTES	**1.000**	**0**	**1.000**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1.000**	**0**	**1.000**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.237.521**	**5.003**	**1.232.518**
4.4 INVESTIMENTO	**1.237.521**	**5.003**	**1.232.518**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.237.521	5.003	1.232.518
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.237.521	5.003	1.232.518
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.015	0	30.015
4 DESPESAS DE CAPITAL	**30.015**	**0**	**30.015**
4.4 INVESTIMENTO	**30.015**	**0**	**30.015**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	30.015	0	30.015
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.015	0	30.015
1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	10.000	10.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**10.000**	**10.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**10.000**	**10.000**	**0**

4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	10.000	10.000	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000	10.000	0
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034	25.034	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**25.034**	**25.034**	**0**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
4.4 INVESTIMENTO	**25.034**	**25.034**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	25.034	25.034	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.034	25.034	0
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	1.000	0	1.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4 INVESTIMENTO	**1.000**	**0**	**1.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	1.000	0	1.000
4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000	0	1.000
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000	50.000	0
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.042	25.021	25.021
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4 INVESTIMENTO	**50.042**	**25.021**	**25.021**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.042	25.021	25.021
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.042	25.021	25.021
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	350.000	0	350.000
4 DESPESAS DE CAPITAL	**350.000**	**0**	**350.000**
4.4 INVESTIMENTO	**350.000**	**0**	**350.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	350.000	0	350.000
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	350.000	0	350.000
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	50.000	50.000	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**50.000**	**50.000**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000	50.000	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000	50.000	0
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	25.010	25.010	0
3 DESPESAS CORRENTES	**12.505**	**12.505**	**0**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**12.505**	**12.505**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.505	12.505	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.505	12.505	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**12.505**	**12.505**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**12.505**	**12.505**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	12.505	12.505	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12.505	12.505	0
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.028	20.014	20.014
4 DESPESAS DE CAPITAL	**40.028**	**20.014**	**20.014**
4.4 INVESTIMENTO	**40.028**	**20.014**	**20.014**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	40.028	20.014	20.014
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.028	20.014	20.014
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.746.706	4.234.939	511.767
3 DESPESAS CORRENTES	**4.480.005**	**4.121.238**	**358.767**
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**3.515.823**	**3.515.823**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	3.515.823	3.515.823	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.414	5.414	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.399.956	3.399.956	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	108.287	108.287	0
3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.083	1.083	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.083	1.083	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**964.182**	**605.415**	**358.767**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	964.182	605.415	358.767

3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	1.083	1.083	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	100.000	100.000	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.083	1.083	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000	50.000	50.000
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.083	1.083	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	758.767	450.000	308.767
3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.083	1.083	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.083	1.083	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**266.701**	**113.701**	**153.000**
4.4 INVESTIMENTO	**266.701**	**113.701**	**153.000**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	266.701	113.701	153.000
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	261.287	108.287	153.000
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.414	5.414	0
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	792.552	9.007	783.545
3 DESPESAS CORRENTES	**783.545**	**0**	**783.545**
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**783.545**	**0**	**783.545**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	783.545	0	783.545
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	5.004	0	5.004
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	777.540	0	777.540
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.001	0	1.001
4 DESPESAS DE CAPITAL	**9.007**	**9.007**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**9.007**	**9.007**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	9.007	9.007	0
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.004	5.004	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.003	4.003	0
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	50.042	50.042	0
3 DESPESAS CORRENTES	**45.038**	**45.038**	**0**
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**15.512**	**15.512**	**0**
3.1.90 APLICAÇÕES DIRETAS	15.512	15.512	0
3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.004	5.004	0
3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.004	5.004	0
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.004	5.004	0
3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500	500	0
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**29.526**	**29.526**	**0**
3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	29.526	29.526	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	1.001	1.001	0
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15.013	15.013	0
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.001	1.001	0
3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.001	1.001	0
3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.001	1.001	0
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.009	10.009	0
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500	500	0
4 DESPESAS DE CAPITAL	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4 INVESTIMENTO	**5.004**	**5.004**	**0**
4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	5.004	5.004	0
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.004	5.004	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Unidade Orçamentária	**Total**	**Recursos do Tesouro**	**Recursos Outras Fontes**
99.001 Reserva de Contigência	**650.000**	**650.000**	**0**
9001 Reserva de Contigencia	650.000	650.000	0
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**650.000**	**650.000**	**0**
9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**650.000**	**650.000**	**0**
9.9.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	650.000	0
9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000	650.000	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Despesa Orçamentária por Unidade, Ação e Natureza da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		

Unidade Orçamentária	Total	Recursos do Tesouro	Recursos Outras Fontes
Total:	**73.340.846**	**25.878.739**	**47.462.107**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Classificação Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
06.001 Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**25.690.879**	17.023.296	0	7.118.831	1.548.752	0	0	0
12 - EDUCAÇÃO	25.690.879	17.023.296	0	7.118.831	1.548.752	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.162.254	220.775	0	884.212	57.267	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	**57.267**	0	0	0	57.267	0	0	0
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
0001 - Maxaranguape	57.267	0	0	0	57.267	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**1.104.987**	220.775	0	884.212	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.104.987	220.775	0	884.212	0	0	0	0
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	18.762.615	13.014.519	0	4.823.252	924.844	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	86.058	0	0	0	86.058	0	0	0
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	**31.028**	0	0	0	31.028	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	31.028	0	0	0	31.028	0	0	0
0001 - Maxaranguape	31.028	0	0	0	31.028	0	0	0
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	**55.030**	0	0	0	55.030	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	55.030	0	0	0	55.030	0	0	0
0001 - Maxaranguape	55.030	0	0	0	55.030	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	18.033.786	12.765.833	0	4.576.605	691.348	0	0	0
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	**635.719**	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
1.550 - Transferência do Salário-Educação	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	635.719	1.000	0	633.719	1.000	0	0	0
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**50.067**	0	0	35.047	15.020	0	0	0
1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.067	0	0	35.047	15.020	0	0	0
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**3.234.695**	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	3.234.695	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
0001 - Maxaranguape	3.234.695	3.049.064	0	175.597	10.034	0	0	0
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	**30.474**	0	0	30.474	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Classificação Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.474	0	0	30.474	0	0	0	0
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	**201.081**	10.054	0	191.027	0	0	0	0
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	201.081	10.054	0	191.027	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.081	10.054	0	191.027	0	0	0	0
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	**302.434**	1.000	0	301.434	0	0	0	0
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	302.434	1.000	0	301.434	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	302.434	1.000	0	301.434	0	0	0	0
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	**50.068**	0	0	0	50.068	0	0	0
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.068	0	0	0	50.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	0	50.068	0	0	0
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	**3.774.490**	0	0	3.159.264	615.226	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	1.589.208	0	0	1.532.095	57.113	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.589.208	0	0	1.532.095	57.113	0	0	0
1.540.1071 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.336.604	0	0	1.336.604	0	0	0	0
1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0

1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	732.452	0	0	174.339	558.113	0	0	0
0001 - Maxaranguape	732.452	0	0	174.339	558.113	0	0	0
1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	58.113	0	0	58.113	0	0	0	0
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	**9.704.715**	9.704.715	0	0	0	0	0	0
1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	9.469.559	9.469.559	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	9.469.559	9.469.559	0	0	0	0	0	0
1.541.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
1.542.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	117.578	117.578	0	0	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Classificação Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	**50.043**	0	0	50.043	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0016 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**147.438**	0	0	0	147.438	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
0001 - Maxaranguape	147.438	0	0	0	147.438	0	0	0
0026 - Qualificação do Capital Hum. por Consurso e Proc. Seletivos	495.333	248.686	0	246.647	0	0	0	0
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	**98.281**	98.281	0	0	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	98.281	98.281	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	98.281	98.281	0	0	0	0	0	0
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	**196.579**	0	0	196.579	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	100.270	0	0	100.270	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.270	0	0	100.270	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	96.309	0	0	96.309	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	96.309	0	0	96.309	0	0	0	0
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	**50.135**	50.135	0	0	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.135	50.135	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.135	50.135	0	0	0	0	0	0
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	**100.270**	100.270	0	0	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	100.270	100.270	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	100.270	100.270	0	0	0	0	0	0
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
362 - ENSINO MÉDIO	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Classificação Orçamentária	Valor	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inverssões Financeira	Amortozação da Dívida	Outras Despesas de Capital
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.963.671	3.461.223	0	960.833	541.615	0	0	0
0002 - EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	296.579	0	0	0	296.579	0	0	0
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	**100.000**	0	0	0	100.000	0	0	0
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	59.704	0	0	0	59.704	0	0	0
0001 - Maxaranguape	59.704	0	0	0	59.704	0	0	0
1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0
0001 - Maxaranguape	40.296	0	0	0	40.296	0	0	0

1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	**196.579**	0	0	0	196.579	0	0	0
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	81.428	0	0	0	81.428	0	0	0
0001 - Maxaranguape	81.428	0	0	0	81.428	0	0	0
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	115.151	0	0	0	115.151	0	0	0
0001 - Maxaranguape	115.151	0	0	0	115.151	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	4.667.092	3.461.223	0	960.833	245.036	0	0	0
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	**274.929**	0	0	50.043	224.886	0	0	0
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	50.043	0	0	0	0
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	224.886	0	0	0	224.886	0	0	0
0001 - Maxaranguape	224.886	0	0	0	224.886	0	0	0
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.069	0	0	50.069	0	0	0	0
2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	**10.002**	0	0	10.002	0	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.002	0	0	10.002	0	0	0	0
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	**610.385**	0	0	600.249	10.136	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	197.636	0	0	192.568	5.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	197.636	0	0	192.568	5.068	0	0	0
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	309.124	0	0	304.056	5.068	0	0	0
0001 - Maxaranguape	309.124	0	0	304.056	5.068	0	0	0
1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	103.625	0	0	103.625	0	0	0	0
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	**50.069**	50.069	0	0	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	20.028	20.028	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.028	20.028	0	0	0	0	0	0
1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	30.041	30.041	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.041	30.041	0	0	0	0	0	0
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	**2.435.650**	2.435.650	0	0	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	10.176	10.176	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.176	10.176	0	0	0	0	0	0
1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	20.352	20.352	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.352	20.352	0	0	0	0	0	0
1.542.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	2.405.122	2.405.122	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.405.122	2.405.122	0	0	0	0	0	0
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	**80.238**	0	0	80.238	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	80.238	0	0	80.238	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	80.238	0	0	80.238	0	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos**	**Juros e Encargos da**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de**

		Sociais	Dívida					Capital
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	**455.476**	455.476	0	0	0	0	0	0
1.542.1070 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	455.476	455.476	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	455.476	455.476	0	0	0	0	0	0
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	**550.070**	520.028	0	20.028	10.014	0	0	0
1.540.1072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	500.000	500.000	0	0	0	0	0	0
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.070	20.028	0	20.028	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.070	20.028	0	20.028	10.014	0	0	0
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	501.980	271.707	0	215.255	15.018	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	501.980	271.707	0	215.255	15.018	0	0	0
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	**50.041**	20.017	0	25.020	5.004	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	20.017	20.017	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	20.017	20.017	0	0	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	30.024	0	0	25.020	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.024	0	0	25.020	5.004	0	0	0
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	**50.045**	0	0	50.045	0	0	0	0
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	50.045	0	0	50.045	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.045	0	0	50.045	0	0	0	0
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	**251.690**	251.690	0	0	0	0	0	0
1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	251.690	251.690	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	251.690	251.690	0	0	0	0	0	0
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**50.068**	0	0	40.054	10.014	0	0	0
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	200.246	55.072	0	140.170	5.004	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	200.246	55.072	0	140.170	5.004	0	0	0
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.042**	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.042	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.042	5.004	0	40.034	5.004	0	0	0
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	**50.068**	50.068	0	0	0	0	0	0
1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	50.068	50.068	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	50.068	0	0	0	0	0	0
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
0013 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	**50.044**	0	0	45.040	5.004	0	0	0
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.044	0	0	45.040	5.004	0	0	0
Total:	**25.690.879**	**17.023.296**	**0**	**7.118.831**	**1.548.752**	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento da Saúde					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
16.001 Secretaria Municipal de Saúde	**13.396.890**	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0
10 - SAÚDE	13.396.890	6.613.609	0	5.681.979	1.101.302	0	0	0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
0001 - SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	**101.000**	0	0	101.000	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
301 - ATENÇÃO BÁSICA	12.598.403	6.384.766	0	5.318.562	895.075	0	0	0
0001 - SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE	794.432	0	0	90.310	704.122	0	0	0
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**150.608**	0	0	75.304	75.304	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.304	0	0	37.652	37.652	0	0	0
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	**70.084**	0	0	0	70.084	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	70.084	0	0	0	70.084	0	0	0
0001 - Maxaranguape	70.084	0	0	0	70.084	0	0	0
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**357.652**	0	0	0	357.652	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	75.152	0	0	0	75.152	0	0	0
0001 - Maxaranguape	75.152	0	0	0	75.152	0	0	0
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	282.500	0	0	0	282.500	0	0	0
0001 - Maxaranguape	282.500	0	0	0	282.500	0	0	0
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	**201.082**	0	0	0	201.082	0	0	0
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
2085 REDE CEGONHA	**15.006**	0	0	15.006	0	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.006	0	0	15.006	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.006	0	0	15.006	0	0	0	0

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento da Saúde					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	11.803.971	6.384.766	0	5.228.252	190.953	0	0	0
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**2.548.940**	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.548.940	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.548.940	2.332.976	0	196.331	19.633	0	0	0
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	**150.384**	0	0	150.384	0	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	115.294	0	0	115.294	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	115.294	0	0	115.294	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.013	0	0	5.013	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	5.013	0	0	5.013	0	0	0	0
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	30.077	0	0	30.077	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	30.077	0	0	30.077	0	0	0	0
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	**50.043**	0	0	40.034	10.009	0	0	0
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.043	0	0	40.034	10.009	0	0	0
2088 SAÚDE BUCAL - SB	**51.069**	15.021	0	36.048	0	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000	0	0	2.000	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.000	0	0	2.000	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	49.069	15.021	0	34.048	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	49.069	15.021	0	34.048	0	0	0	0
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	**2.052.121**	1.816.881	0	106.760	128.480	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e	1.476.550	1.302.593	0	106.760	67.197	0	0	0

Serviços Públicos de Saúde								
0001 - Maxaranguape	1.476.550	1.302.593	0	106.760	67.197	0	0	0
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.338	0	0	0	10.338	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.338	0	0	0	10.338	0	0	0
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	514.288	514.288	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	514.288	514.288	0	0	0	0	0	0
1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento da Saúde					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
0001 - Maxaranguape	25.845	0	0	0	25.845	0	0	0
1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.000	0	0	0	10.000	0	0	0
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0
0001 - Maxaranguape	15.100	0	0	0	15.100	0	0	0
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	**50.069**	0	0	50.069	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.055	0	0	40.055	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	40.055	0	0	40.055	0	0	0	0
1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.014	0	0	10.014	0	0	0	0
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**3.194.429**	2.169.820	0	1.001.792	22.817	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.966.256	2.169.820	0	784.484	11.952	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.966.256	2.169.820	0	784.484	11.952	0	0	0
1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0
0001 - Maxaranguape	10.865	0	0	0	10.865	0	0	0
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	217.308	0	0	217.308	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	217.308	0	0	217.308	0	0	0	0
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	**3.606.780**	0	0	3.606.780	0	0	0	0
1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.016.644	0	0	2.016.644	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	2.016.644	0	0	2.016.644	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.016.644	0	0	1.016.644	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	1.016.644	0	0	1.016.644	0	0	0	0
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	260.678	0	0	260.678	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	260.678	0	0	260.678	0	0	0	0
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	312.814	0	0	312.814	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	312.814	0	0	312.814	0	0	0	0
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	**50.068**	0	0	40.054	10.014	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento da Saúde					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	40.054	10.014	0	0	0
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	**50.068**	50.068	0	0	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	25.034	25.034	0	0	0	0	0	0
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	377.419	0	0	176.337	201.082	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0

0031 - A definir	327.351	0	0	126.269	201.082	0	0	0
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);	**201.082**	0	0	0	201.082	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
0001 - Maxaranguape	201.082	0	0	0	201.082	0	0	0
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	**26.133**	0	0	26.133	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	26.133	0	0	26.133	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	26.133	0	0	26.133	0	0	0	0
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	**270.000**	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento da Saúde					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00			
Classificação Orçamentária	**Valor**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**Juros e Encargos da Dívida**	**Outras Despesas Correntes**	**Investimentos**	**Inverssões Financeira**	**Amortozação da Dívida**	**Outras Despesas de Capital**
1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
0001 - Maxaranguape	270.000	228.843	0	36.012	5.145	0	0	0
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0007 - GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	**50.068**	0	0	50.068	0	0	0	0
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
0001 - Maxaranguape	50.068	0	0	50.068	0	0	0	0
Total:	**13.396.890**	**6.613.609**	**0**	**5.681.979**	**1.101.302**	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 01 - Câmara Municipal		
Unidade 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	2.003.000	2.661.482
Função		
01 LEGISLATIVA	2.003.000	2.661.482
Sub-Função		
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.003.000	2.661.482
Programa		
0006 LEGISLATIVO COLABORATIVO E TRANSPARENTE: FORTALECENDO A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	50.000	136.727
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	30.000	37.234
0018 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.923.000	2.487.521
Ação		
1002 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	50.000	99.493
1020 AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES	0	37.234
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	1.920.000	2.483.798
2003 MANUTENÇÃO DA COTA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR(CEAP)	30.000	37.234
2004 CONTRIBUIÇÃO FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAM	3.000	3.723
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.162.000	1.699.899
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	816.000	849.882
4 INVESTIMENTO	25.000	111.701
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.003.000	2.661.482

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	1.699.899		849.882	111.701				**2.661.482**
15000000								**0**
Total	**1.699.899**		**849.882**	**111.701**				**2.661.482**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 02 - Gabinete do Prefeito		
Unidade 02.001 - Gabinete do Prefeito/Vice-Prefeito		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	1.765.822	2.724.840
Função		
02 JUDICIARIA	100.000	44.021
04 ADMINISTRAÇÃO	1.305.000	2.086.330
06 SEGURANÇA PÚBLICA	50.000	72.056
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	135.000	186.222
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	85.822	124.112
26 TRANSPORTE	0	100.000
28 ENCARGOS ESPECIAIS	90.000	112.099
Sub-Função		
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	100.000	44.021
091 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	40.000	62.056
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.185.000	1.677.040
181 POLICIAMENTO	40.000	247.234
182 DEFESA CIVIL	90.000	172.056
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	40.000	62.056
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	140.000	186.222
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	80.822	124.112
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0	100.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.000	50.043
Programa		
0002 EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	0	100.000
0003 FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA MUNICIPAL	90.000	457.234
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	70.000	150.000
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.605.822	2.017.606

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Ação		
1011 AQUISIÇÃO DE BENS VEÍCULOS	70.000	50.000
1012 AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E COLETES BALISTICOS PARA GUARDA MUNICIPAL	10.000	10.000
1013 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DEFESA CIVIL	50.000	10.000
1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA DEFESA CIVIL	0	100.000
1015 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O DEMUTRAN	0	100.000
1016 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA GUARDA MUNICIPAL	30.000	137.234
1017 AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A GUARDA MUNICIPAL	0	100.000
1035 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0	100.000
2005 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	995.000	1.240.872
2006 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE ASSOCIATIVA DO MUNICIPIO	50.000	62.056
2007 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	40.000	62.056
2008 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	95.000	124.166
2009 APOIO AO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	45.000	62.056
2010 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40.822	62.056
2011 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS	40.000	62.056
2012 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM PRECATÓRIOS	50.000	50.043
2013 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	40.000	62.056
2014 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	40.000	62.056
2015 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	100.000	44.021
2107 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	40.000	62.056
2113 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E PROCESSOS SELETIVOS.	30.000	62.056
2156 Gestão de Recursos Humanos, Materias e Processos Seletivos	0	100.000

Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	893.356	1.271.647
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	662.466	795.916
4 INVESTIMENTO	160.000	607.234
6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	50.000	50.043
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	1.765.822	2.524.840
1.755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0	200.000

Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	1.271.647		795.916	407.234		50.043		**2.524.840**
1.755				200.000				**200.000**
15000000								**0**
Total	**1.271.647**		**795.916**	**607.234**		**50.043**		**2.724.840**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 03 - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Unidade 03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	1.959.053	2.148.656
Função		
17 SANEAMENTO	1.959.053	2.148.656
Sub-Função		
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.959.053	2.148.656
Programa		
0017 ÁGUA PARA TODOS E SANEAMENTO MODERNO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL	540.000	602.956
0021 GESTÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	1.419.053	1.545.700
Ação		
1024 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO SAAE	0	43.439
1025 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	0	18.617
1026 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100.000	100.440
1027 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	50.000	50.043
1028 PERFURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POÇOS	75.000	75.096
1029 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS CASAS DE BOMBA	45.000	45.031
1030 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNICOS	20.000	20.007
1031 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE REDES DE ESGOTO SANITÁRIO	100.000	100.102
1032 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	100.000	100.138
1083 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	50.000	50.043
2132 PARCELAMENTO DE DÉBITOS – RGPS	50.000	50.043
2133 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	50.000	50.043
2134 PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PASEP	50.000	50.043
2135 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000	50.043
2136 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.000	50.043
2137 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50.000	50.044
2138 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	50.000	50.044
2141 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO SAAE	1.069.053	1.195.397
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	383.000	484.570
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.086.053	1.111.678
4 INVESTIMENTO	420.000	481.682
6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	70.000	70.726
Fonte		
1.501 Outros Recursos não Vinculados	0	1.000
1.753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	1.959.053	2.147.656

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil						
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00						
Fonte x Grupo Despesa							
	1 - PESSOAL E ENCARGOS	2 - JUROS E ENCARGOS DA	3 - OUTRAS DESPESAS	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCI	Total

	SOCIAIS	DÍVIDA	CORRENTES				A	
1.501			1.000					**1.000**
1.753	484.570		1.110.678	481.682		70.726		**2.147.656**
15000000								**0**
Total	**484.570**		**1.111.678**	**481.682**		**70.726**		**2.148.656**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 06 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade 06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	21.376.000	27.290.951
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	0	50.043
12 EDUCAÇÃO	20.841.000	25.690.879
13 CULTURA	300.000	335.526
27 DESPORTO E LAZER	235.000	1.214.503
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.080.000	1.212.297
361 ENSINO FUNDAMENTAL	16.851.000	18.762.615
362 ENSINO MÉDIO	50.000	50.069
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	2.110.000	4.963.671
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	500.000	501.980
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	200.000	200.246
392 DIFUSÃO CULTURAL	300.000	335.526
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	50.000	50.044
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	235.000	1.214.503
Programa		
0002 EDUCAR, CULTIVAR E INSPIRAR: FORMAÇÃO INTEGRAL PARA O CIDADÃO MAXARANGUAPENSE	91.000	439.904
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	250.000	250.494
0009 VALORIZAÇÃO A CULTURA LOCAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO	50.000	85.032
0013 GESTÃO DA EDUCAÇÃO	20.400.000	24.658.247
0016 ESPORTE E LAZER PARA TODOS	235.000	1.361.941
0026 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E APOIO ÀS CRIANÇAS ATÍPICAS	350.000	495.333

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Ação		
1009 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADES895692(106673-03/2019)	200.000	491.456
1010 CONTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN M.CIDADANIA	0	688.034
1036 REMOÇÃO DE OBSTACULO ARQUITETÔNICO PARA ACESSIBILIDADE	15.000	31.028
1038 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	70.000	100.000
1039 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO - CRECHE	0	196.579
1040 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TODAS AS MODALIDADES	0	57.267
1041 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TODAS AS MODALIDADES DE ENSINO	6.000	55.030
1043 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	147.438
1084 Contratação de Cuidadores Educacionais	50.000	98.281
1086 Adequação Estrutural de Escolas para Acessibilidade	100.000	196.579
1087 Centro de Apoio às Famílias Atípicas (Educação e Orientação)	50.000	50.135
2016 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.080.000	1.104.987
2017 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	50.000	50.044
2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO - QSE	1.300.000	635.719
2019 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	50.000	50.067
2020 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.850.000	3.234.695
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN	30.000	30.474
2022 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. FUNDAMENTAL	200.000	201.081
2023 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - ENS. FUNDAMENTAL	300.000	302.434
2024 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - ENS. MÉDIO	50.000	50.069
2025 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - CRECHE	50.000	50.068
2026 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRÉ ESCOLA	50.000	50.068
2027 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	50.000	274.929
2028 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - PRÉ ESCOLA	50.000	50.069

2029 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	10.000	10.002
2030 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - CRECHE	50.000	50.068
2031 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EJA	50.000	50.068
2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO EJA	50.000	50.041
2033 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EJA	50.000	50.068
2034 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - EJA	50.000	50.045
2035 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000	50.068
2036 PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000	50.068
2037 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000	50.042
2038 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	150.000	150.384
2039 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	50.000	50.042
2040 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	50.000	50.068
2041 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. FUNDAMENTAL	4.650.000	3.774.490
2042 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. FUNDAMENTAL	6.000.000	9.704.715
2043 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - CRECHE	500.000	610.385
2044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	50.000	50.069
2045 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - ENS. INFANTIL	650.000	2.435.650
2046 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - ENS. INFANTIL	80.000	80.238
2047 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - CRECHE	450.000	455.476
2048 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EJA	250.000	251.690
2049 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000	50.068
2050 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	10.000	10.002
2051 JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS BÁSICO	25.000	25.011

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
2102 ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.	50.000	50.068
2104 PROCESSO SELETIVO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO	0	50.043
2105 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	50.000	50.068
2126 EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL	0	20.007
2127 FESTIVAL MULTICULTURAL DE MAXARANGUAPE	0	15.004
2128 APOIO A BANDA DE MÚSICA	20.000	20.006
2129 EQUIPAR PATRIMONIO CULTURAL	30.000	30.015
2139 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL	50.000	550.070
2140 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000	50.043
3001 Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	100.000	100.270
3002 Formação Continuada em Educação Inclusiva	50.000	50.068
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.585.000	17.023.296
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.065.000	7.504.394
4 INVESTIMENTO	726.000	2.763.261

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	335.000	420.558
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	5.425.000	4.899.838
1.540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	4.741.000	2.276.132
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	6.150.000	9.821.710
1.540.1071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica	0	1.336.604
1.540.1072 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica	0	500.000
1.541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	50.000	58.113
1.541.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	100.000	117.578
1.542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	505.000	1.180.271
1.542.1070 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%	1.170.000	2.978.176
1.543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	50.000	58.113
1.546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	0	103.625
1.550 Transferência do Salário-Educação	1.300.000	635.719
1.551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	50.000	50.067
1.552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	500.000	502.706
1.553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	500.000	501.466
1.569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	150.000	150.206

1.570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	29.759	399.741
1.571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	30.000	30.474
1.573 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	40.241	40.296
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	200.000	1.179.490
1.716 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	50.000	50.068

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Quadro Síntese da Despesa — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500			380.535	40.023				**420.558**
1.500.1001	3.543.546		1.310.226	46.066				**4.899.838**
1.540	30.204		1.976.275	269.653				**2.276.132**
1.540.1070	9.821.710							**9.821.710**
1.540.1071			1.336.604					**1.336.604**
1.540.1072	500.000							**500.000**
1.541			58.113					**58.113**
1.541.1070	117.578							**117.578**
1.542			478.395	701.876				**1.180.271**
1.542.1070	2.978.176							**2.978.176**
1.543			58.113					**58.113**
1.546			103.625					**103.625**
1.550	1.000		633.719	1.000				**635.719**
1.551			35.047	15.020				**50.067**
1.552	1.000		501.706					**502.706**
1.553	10.054		491.412					**501.466**
1.569	20.028		60.082	70.096				**150.206**
1.570				399.741				**399.741**
1.571			30.474					**30.474**
1.573				40.296				**40.296**
1.700				1.179.490				**1.179.490**
1.716			50.068					**50.068**
15000000								**0**
Total	**17.023.296**		**7.504.394**	**2.763.261**				**27.290.951**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Quadro Síntese da Despesa — Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Órgão 07 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social

Unidade 07.001 - Sec Mun de Comunicação e Infor. Social

Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	150.000	200.387
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	150.000	200.387
Sub-Função		
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	150.000	200.387
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	150.000	200.387
Ação		
2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL	150.000	200.387
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	131.000	181.336
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.000	18.048
4 INVESTIMENTO	1.000	1.003
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	150.000	200.387

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	181.336		18.048	1.003				**200.387**
15000000								**0**

Total	**181.336**		**18.048**	**1.003**				**200.387**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 08 - Sec Mun de Desenv Econômico e Turismo		
Unidade 08.001 - Sec Mun de Desenvolvimento e Turismo		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	2.135.000	3.161.019
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	1.200.000	2.220.760
15 URBANISMO	100.000	100.086
23 COMERCIO E SERVIÇOS	835.000	840.173
Sub-Função		
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.100.000	2.120.674
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.000	50.043
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000	100.086
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	785.000	790.130
695 TURISMO	100.000	100.086
Programa		
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	625.000	627.644
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.510.000	2.533.375
Ação		
1033 A implantação de espaço público estruturado para acolher motorhomes e sediar eventos turísticos justifica-se pelo crescimento do caravanismo e pela ausência de infraestrutura local adequada, ocasionando perda de permanência de visitantes, oportunidades econômicas e riscos ambientais. O projeto orden	25.000	25.085
1045 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE EVENTOS TURISTICOS	250.000	251.281
1046 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS COM TERMINAIS TURISTICOS	50.000	50.042
1047 REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ORLA DE BARRA DE MAXARANGUAPE - RN - M. TURISMO 84707 (1040132-34/2017)	50.000	50.044
1048 CONSTRUÇÃO DO MIRANTE NA ARVORE DO AMOR	250.000	151.192
1049 CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES	0	100.000
2053 ATRAÇÕES E EVENTOS DIVERSOS	110.000	112.443
2054 INVESTIMENTOS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50.000	50.043
2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO	1.100.000	2.120.674
2056 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO	50.000	50.043
2057 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E PROMOÇÃO DO POTÊNCIAL TURISTICO DO MUN. DE MAXARANGUAPE	50.000	50.043
2058 PADRONIZAÇÃO DE EQUIPE DE ATENDIMENTO AO TURISTA	50.000	50.043
2059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	50.000	50.043
2117 DIVULGAÇÃO DO DESTINO LOCAL NO BRASIL E NO EXTERIOR	50.000	50.043
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000	1.224.135
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.220.000	1.238.283
4 INVESTIMENTO	695.000	698.601
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	1.670.000	2.693.984
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	365.000	366.558
1.706.3110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	100.000	100.477

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Quadro Síntese da Despesa						Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	1.224.135		1.228.274	241.575				**2.693.984**
1.700			10.009	356.549				**366.558**
1.706.3110				100.477				**100.477**
15000000								**0**
Total	**1.224.135**		**1.238.283**	**698.601**				**3.161.019**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 09 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		
Unidade 09.001 - Sec. Mun. de Fin., Orçam. e Planejamento		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**

Total	3.600.000	3.687.643
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	2.850.000	2.928.033
28 ENCARGOS ESPECIAIS	750.000	759.610
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000.000	2.068.338
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	800.000	809.652
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	800.000	809.653
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	3.600.000	3.687.643
Ação		
2060 AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA JUNTO A RFB/INSS	2.000.000	2.068.338
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	750.000	759.609
2062 CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	750.000	759.610
2063 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	50.000	50.043
2066 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA POR CONTRATO	50.000	50.043
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	465.000	470.958
2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	300.000	308.585
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.085.000	1.098.518
4 INVESTIMENTO	10.000	10.128
6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	1.740.000	1.799.454
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	3.600.000	3.687.643

Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	470.958	308.585	1.098.518	10.128		1.799.454		**3.687.643**
15000000								**0**
Total	**470.958**	**308.585**	**1.098.518**	**10.128**		**1.799.454**		**3.687.643**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 10 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		
Unidade 10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	320.000	317.913
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	270.000	267.870
25 ENERGIA	50.000	50.043
Sub-Função		
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	220.000	217.827
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	50.000	50.043
752 ENERGIA ELÉTRICA	50.000	50.043
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	320.000	317.913
Ação		
2064 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE TRIBUTAÇÃO	220.000	217.827
2100 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA JUNTO A COSERN	50.000	50.043
2118 AEROFOTOGRAMETRIA E RECENSEAMENTO IMOBILIÁRIO	50.000	50.043
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.000	145.545
2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	50.000	50.043
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000	110.269
4 INVESTIMENTO	15.000	12.056
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	320.000	317.913

Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total

1.500	145.545	50.043	110.269	12.056				**317.913**
15000000								**0**
Total	**145.545**	**50.043**	**110.269**	**12.056**				**317.913**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 11 - Secretaria Municipal de Administração		
Unidade 11.001 - Secretaria Municipal de Administração		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	7.323.789	3.931.396
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	7.273.789	2.564.464
11 TRABALHO	0	100.000
28 ENCARGOS ESPECIAIS	50.000	1.266.932
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.273.789	2.564.464
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	0	100.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.000	1.266.932
Programa		
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	35.000	235.024
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	7.288.789	3.696.372
Ação		
1018 PROMOÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35.000	35.024
1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	0	100.000
1052 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE	0	100.000
2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	7.088.789	2.279.309
2067 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO	50.000	50.044
2112 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO	50.000	50.044
2114 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS/RFB	50.000	1.266.932
2130 RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO AO INSS	50.000	50.043
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.778.789	1.569.432
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.325.000	825.014
4 INVESTIMENTO	170.000	270.018
6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	50.000	1.266.932
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	7.323.789	2.665.464
1.501 Outros Recursos não Vinculados	0	1.265.932

Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	1.569.432		825.014	270.018		1.000		**2.665.464**
1.501						1.265.932		**1.265.932**
15000000								**0**
Total	**1.569.432**		**825.014**	**270.018**		**1.266.932**		**3.931.396**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 12 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		
Unidade 12.001 - Sec. Mun. de Aquicultura e Pesca		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	150.000	150.215
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	100.000	100.173
20 AGRICULTURA	50.000	50.042
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000	100.173
605 ABASTECIMENTO	50.000	50.042
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	150.000	150.215
Ação		

2068 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AQUICULTURA E PESCA	100.000	100.173
2069 APOIO AO PESCADOR ARTESANAL	50.000	50.042
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.000	75.128
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000	70.078
4 INVESTIMENTO	5.000	5.009
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	150.000	150.215

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	75.128		70.078	5.009				**150.215**
15000000								**0**
Total	**75.128**		**70.078**	**5.009**				**150.215**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		
Unidade 13.001 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitaçã		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	715.000	833.989
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	50.000	50.044
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	665.000	783.945
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	470.000	453.743
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.000	50.044
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0	50.000
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	195.000	280.202
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	470.000	453.743
0008 GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	50.000	50.044
0011 REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	195.000	330.202
Ação		
1053 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0	55.007
1054 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	0	100.000
1055 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO	45.000	45.034
1056 REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS	150.000	80.161
1082 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	50.000
2070 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	470.000	453.743
2120 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000	50.044
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	290.000	292.328
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.000	256.417
4 INVESTIMENTO	150.000	285.244
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	620.000	738.818
1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	25.000	25.022
1.665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	70.000	70.149

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	292.328		231.395	215.095				**738.818**
1.660			25.022					**25.022**
1.665				70.149				**70.149**
15000000								**0**
Total	**292.328**		**256.417**	**285.244**				**833.989**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		
Unidade 13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	0	1.293.490
Função		
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	1.293.490
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	364.645
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	0	50.044
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0	512.145
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0	316.586
245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0	50.070
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	0	50.069
0008 GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	0	1.243.421
Ação		
2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	50.070
2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	364.645
2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO	0	50.044
2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	0	50.070
2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	0	281.792
2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS	0	80.173
2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	0	50.070
2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0	50.040
2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS	0	50.069
2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	50.040
2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	0	50.042
2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	0	71.082
2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0	95.353
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	581.276
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	677.173
4 INVESTIMENTO	0	35.041
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	0	514.728
1.660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0	748.662
1.661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0	30.100

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
Quadro Síntese da Despesa				Exercício: **2027** - Em R$ 1,00				
Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	118.009		386.710	10.009				**514.728**
1.660	463.267		260.363	25.032				**748.662**
1.661			30.100					**30.100**
15000000								**0**
Total	**581.276**		**677.173**	**35.041**				**1.293.490**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 14 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		
Unidade 14.001 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	2.250.000	2.165.519
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	25.000	25.011
20 AGRICULTURA	2.175.000	2.090.301
23 COMERCIO E SERVIÇOS	50.000	50.207

Sub-Função		
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.950.000	1.714.967
605 ABASTECIMENTO	50.000	150.103
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	75.000	125.050
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	50.000	50.043
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	50.000	50.207
692 COMERCIALIZAÇÃO	50.000	50.138
752 ENERGIA ELÉTRICA	25.000	25.011
Programa		
0005 CAMPO FORTE: MODERNIZANDO A AGRICULTURA AQUIC. E PESCA E VALORIZANDO O PRODUTOR RURAL DE MAXARANGUAP	300.000	450.552
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	1.950.000	1.714.967
Ação		
1021 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO MATADOURO	0	100.000
1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADO	50.000	50.103
1034 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRACAS DE FERIAS LIVRES	50.000	50.138
1058 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO	25.000	25.011
1059 CONST/RECUPERAÇÃO E MANUTEÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	50.000	50.207
1060 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	0	50.000
1061 AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA DOAÇÃO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	50.000	50.043
2079 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.950.000	1.714.967
2080 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO DE FERTILIZANTES E SEMENTES	45.000	45.035
2081 REALIZAÇÃO DE CORTES DE TERRA	30.000	30.015
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.060.000	1.095.314
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.060.000	839.425
4 INVESTIMENTO	130.000	230.780
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.240.000	2.155.186
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.000	10.333

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Quadro Síntese da Despesa					Exercício: **2027** - Em R$ 1,00		
Fonte x Grupo Despesa							
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	1.095.314		839.425	220.447				**2.155.186**
1.700				10.333				**10.333**
15000000								**0**
Total	**1.095.314**		**839.425**	**230.780**				**2.165.519**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 15 - Sec. Mun. de Relações Institucionais		
Unidade 15.001 - Sec. Mun. de Relações Institucionais e proj. espec		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	120.000	190.243
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	120.000	190.243
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	120.000	190.243
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	120.000	190.243
Ação		
2082 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	120.000	190.243
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.000	145.153
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000	40.080
4 INVESTIMENTO	5.000	5.010
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	120.000	190.243

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	145.153		40.080	5.010				**190.243**
15000000								**0**
Total	**145.153**		**40.080**	**5.010**				**190.243**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 16 - Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade 16.001 - Secretaria Municipal de Saúde		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	11.090.887	13.396.890
Função		
10 SAÚDE	11.090.887	13.396.890
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	101.000
301 ATENÇÃO BÁSICA	9.570.887	12.598.403
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	400.000	377.419
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.070.000	270.000
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.000	50.068
Programa		
0001 SAÚDE PARA TODOS: CUIDADO INTEGRAL E ACESSO UNIVERSAL PARA O POVO MAXARANGUAPENSE	510.000	895.432
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	10.230.887	12.174.107
0031 Atenção Integral às Crianças Atípicas	350.000	327.351
Ação		
1062 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	150.000	150.608
1064 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	70.000	70.084
1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000	357.652
1066 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	200.000	201.082
2083 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.499.000	2.548.940
2084 CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO DE SAÚDE	150.000	150.384
2085 REDE CEGONHA	15.000	15.006
2086 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.000	50.043
2087 AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS	1.070.000	270.000
2088 SAÚDE BUCAL - SB	50.000	51.069
2089 ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE	1.721.887	2.052.121
2090 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - AFB	50.000	50.069
2091 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA	50.000	50.068
2092 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.940.000	3.194.429
2093 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR - MAC	50.000	50.068
2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTRATO DE GESTÃO C/ INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.500.000	3.606.780
2109 PROCESSOS SELETIVOS PARA PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE	0	101.000
2110 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	50.000	50.068
2111 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF	50.000	50.068
2142 Atendimento Multiprofissional Especializado (SESS)	50.000	50.068
2144 Transporte Sanitário Adaptado (VIAG);	200.000	201.082
2145 Fornecimento de Medicamentos, Fórmulas e Suplementos (%)	50.000	50.068
2146 Gestão da Linha de Cuidado, Regulação e Monitoramento (UND)	50.000	26.133
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.782.000	6.613.609
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.502.000	5.681.979
4 INVESTIMENTO	806.887	1.101.302

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	50.000	50.043
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.554.000	7.884.680
1.600 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.120.000	3.190.920
1.601 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	285.000	286.724
1.604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	1.070.000	270.000
1.605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	415.000	800.000

1.621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	10.000	10.014
1.631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	25.000	25.845
1.632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	10.000	10.865
1.633 Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0	10.000
1.635 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	21.887	15.100
1.706.3110 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	530.000	842.699

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500			40.034	10.009				**50.043**
1.500.1002	4.502.796		3.167.411	214.473				**7.884.680**
1.600	1.342.648		1.569.979	278.293				**3.190.920**
1.601			37.652	249.072				**286.724**
1.604	228.843		36.012	5.145				**270.000**
1.605	539.322		260.678					**800.000**
1.621			10.014					**10.014**
1.631				25.845				**25.845**
1.632				10.865				**10.865**
1.633				10.000				**10.000**
1.635				15.100				**15.100**
1.706.3110			560.199	282.500				**842.699**
15000000								**0**
Total	**6.613.609**		**5.681.979**	**1.101.302**				**13.396.890**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 17 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		
Unidade 17.001 - Sec Mun de Sustentab Ambien e Urbanismo		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	356.000	357.099
Função		
15 URBANISMO	295.000	296.067
18 GESTÃO AMBIENTAL	61.000	61.032
Sub-Função		
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	245.000	246.023
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	61.000	61.032
542 CONTROLE AMBIENTAL	50.000	50.044
Programa		
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	356.000	357.099
Ação		
2094 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	245.000	246.023
2095 NSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO URBANO/AMBIENTAL MUNICIPAL	50.000	50.044
2096 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30.000	30.015
2097 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	31.000	31.017
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	203.000	203.849
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000	145.217
4 INVESTIMENTO	8.000	8.033
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	356.000	357.099

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	203.849		145.217	8.033				**357.099**
15000000								**0**
Total	**203.849**		**145.217**	**8.033**				**357.099**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00

Órgão 18 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana		
Unidade 18.001 - Sec Mun. de Infraestrutura e Mob. Urban		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	11.432.714	8.179.114
Função		
04 ADMINISTRAÇÃO	80.000	61.000
14 DIREITO DA CIDADANIA	375.000	282.956
15 URBANISMO	10.877.714	7.735.074
25 ENERGIA	50.000	50.042
26 TRANSPORTE	50.000	50.042
Sub-Função		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	80.000	50.000
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	375.000	282.956
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	10.068.207	6.893.522
452 SERVIÇOS URBANOS	809.507	852.552
752 ENERGIA ELÉTRICA	50.000	50.042
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	50.000	50.042
Programa		
0004 DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO EFICIENTE	1.911.278	2.589.814
0007 GESTÃO PÚBLICA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	9.521.436	5.589.300
Ação		
1004 PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS QUE LIGA CARAÚBAS A BR101 A COMUNIDADE DOM MARCOLINO EM MAXARANGUAPE - CONTRATO DE REPASSE MDR 912404(1076265-82/2021)	250.000	256.833
1005 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ENTRE AS COMUNIDADES DE MARACAJAÚ E CARAÚBAS, EM MAXARANGUAPE/RN 2º ETAPA CONT. MDR 914939(1076018-52/2021	130.000	130.289
1006 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN(COMUNIDADE DE CARAÚBAS E MARACAJAÚ) MCIDADES 9128837(1076018-56/2021	75.000	75.096
1068 COMPLEXO POLIESPORTIVO	350.000	257.946
1069 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	856.278	1.238.521
1070 PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS	30.000	30.015
1071 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	0	10.000
1072 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000	25.034
1073 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	0	1.000
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	0	50.000
1075 OBRAS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	50.000	50.042
1076 CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	0	350.000
1077 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESTRUTURAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	80.000	50.000
1078 ACESSIBILIDADE, REMOÇÃO DE OBSTACULOS ARQUITETÔNICOS	25.000	25.010
1079 EXECUÇÃO DE PRAÇAS E PASSEIOS PÚBLICOS	40.000	40.028
2098 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.661.929	4.746.706
2099 MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	809.507	792.552
2101 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	50.000	50.042
Grupo de Despesa		
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.522.500	3.531.335
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.075.600	1.790.758
4 INVESTIMENTO	4.834.614	2.857.021

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	6.082.822	4.633.204
1.700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	4.413.114	1.851.756
1.701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0	350.000
1.706 Transferência Especial da União	0	103.000
1.710 Transferência Especial dos Estados	0	200
1.718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	0	309
1.720 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	127.093	445.000
1.750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.178	12.100
1.751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	800.507	783.545

Fonte x Grupo Despesa								
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500	3.531.335		647.446	454.423				**4.633.204**
1.700			1.000	1.850.756				**1.851.756**

1.701				350.000				**350.000**
1.706				103.000				**103.000**
1.710				200				**200**
1.718			309					**309**
1.720			358.458	86.542				**445.000**
1.750				12.100				**12.100**
1.751			783.545					**783.545**
15000000								**0**
Total	**3.531.335**		**1.790.758**	**2.857.021**				**8.179.114**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Quadro Síntese da Despesa	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão 99 - Reserva de Contigência		
Unidade 99.001 - Reserva de Contigência		
Código / Especificação	**PLO. 2026**	**PLO.2027**
Total	0	650.000
Função		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	0	650.000
Sub-Função		
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	650.000
Programa		
0028 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	650.000
Ação		
9001 Reserva de Contigencia	0	650.000
Grupo de Despesa		
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	650.000
Fonte		
1.500 Recursos não Vinculados de Impostos	0	650.000

Fonte x Grupo Despesa

	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTO	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total
1.500							650.000	**650.000**
15000000								**0**
Total							**650.000**	**650.000**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçamentária por Órgão e Fonte	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão	**Tesouro/Outras Fontes**	**Valor**
03 - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		**2.484.090**
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	107.380
1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Outras Fontes	229.054
1.753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	Outras Fontes	2.147.656
06 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte		**21.712.271**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	Tesouro	15.426
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	1.000
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	Outras Fontes	13.934.446
1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	Outras Fontes	175.691
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	Outras Fontes	4.158.447
1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	Outras Fontes	58.113
1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	Outras Fontes	103.625
1.550 - Transferência do Salário-Educação	Outras Fontes	635.719
1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Outras Fontes	50.067
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Outras Fontes	502.706
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Outras Fontes	501.466
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	Outras Fontes	150.206
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Outras Fontes	399.741
1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Outras Fontes	30.474
1.706 - Transferência Especial da União	Outras Fontes	2.000
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	Outras Fontes	943.076
1.716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	Outras Fontes	50.068
10 - Sec. Municipal de Gestão Tributária		**43.586.984**

1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	Tesouro	37.354.899
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	1.156.552
1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	Outras Fontes	40.296
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	Outras Fontes	15.000
1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Outras Fontes	3.179.083
1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	Outras Fontes	350.000
1.706 - Transferência Especial da União	Outras Fontes	50.000
1.710 - Transferência Especial dos Estados	Outras Fontes	200
1.718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022	Outras Fontes	309
1.720 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997	Outras Fontes	445.000
1.750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Outras Fontes	12.100
1.751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	Outras Fontes	783.545
1.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	Outras Fontes	200.000
13 - Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação		**925.933**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Receita Orçamentária por Órgão e Fonte	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00	
Órgão	**Tesouro/Outras Fontes**	**Valor**
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	1.000
1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Outras Fontes	773.684
1.661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	Outras Fontes	30.100
1.665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	Outras Fontes	70.149
1.706 - Transferência Especial da União	Outras Fontes	51.000
16 - Secretaria Municipal de Saúde		**4.631.568**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos	Tesouro	26.000
1.501 - Outros Recursos não Vinculados	Tesouro	1.000
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde	Outras Fontes	3.190.920
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Outras Fontes	286.724
1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	Outras Fontes	270.000
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	Outras Fontes	800.000
1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Outras Fontes	10.014
1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	25.845
1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	10.865
1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Outras Fontes	10.000
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	Outras Fontes	100
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	Outras Fontes	100
	Total:	**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
03.001 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	**2.484.090**
1.501 - Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Tesouro)	107.380
01 - Fiscal	107.380
1122010199 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63.000
1122010399 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	1.000
1122010499 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA	1.000
1321011141 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAAE	6.423
1611010103 - SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE ESGOTOS	1.000
1611010104 - SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	1.000
1611010105 - SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO, RESERVA E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.000
1611010108 - SERVIÇOS DE LIGAÇÃO	1.000
1611010110 - SERVIÇOS DE DESLIGAMENTO	1.000
1611010199 - OUTRAS RECEITAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	1.000
1699501100 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PRINCIPAL	1.000
1699502100 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PRINCIPAL	1.000
1699503100 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PRINCIPAL	1.000
1699504100 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS - PRINCIPAL	1.000
1922990100 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	1.000
1999992100 - OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	14.134
7922990100 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	10.823
1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Outras Fontes)	229.054

01 - Fiscal	229.054
1717540100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	229.054
1.753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos (Outras Fontes)	2.147.656
01 - Fiscal	2.147.656
1122010199 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16.632
1122010399 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	1.000
1122010499 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA	1.000
1611010102 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	2.000.000
7611010102 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	129.024

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
06.001 - Sec Mun.de Educação, Cultura e Esporte	**21.712.271**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Tesouro)	15.426
01 - Fiscal	15.426
1321011120 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MDE	15.426
1.501 - Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Tesouro)	1.000
01 - Fiscal	1.000
1922990100 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	1.000
1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos (Outras Fontes)	13.934.446
01 - Fiscal	13.934.446
1321011103 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDEB	50.000
1751500100 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB - PRINCIPAL	13.883.446
1922510100 - RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB - PRINCIPAL	1.000
1.541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Outras Fontes)	175.691
01 - Fiscal	175.691
1715510101 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAF	175.691
1.542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT (Outras Fontes)	4.158.447
01 - Fiscal	4.158.447
1715500101 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	4.158.447
1.543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Outras Fontes)	58.113
01 - Fiscal	58.113
1715520101 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	58.113
1.546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI (Outras Fontes)	103.625
01 - Fiscal	103.625
1715530100 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	103.625
1.550 - Transferência do Salário-Educação (Outras Fontes)	635.719
01 - Fiscal	635.719
1321012100 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	6.000
1714500100 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	629.719
1.551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Outras Fontes)	50.067
01 - Fiscal	50.067
1321011122 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PDDE	100
1714510100 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE - PRINCIPAL	49.967
1.552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Outras Fontes)	502.706
01 - Fiscal	502.706
1321011123 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNAE	10.000
1714520101 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	449.706
1714520102 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - CRECHE	10.000
1714520103 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - PRÉ ESCOLA	10.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
1714520104 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - FUNDAMENTAL	10.000
1714520105 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - AEE	10.000
1714520106 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - MAIS EDUCAÇÃO	1.000
1714520107 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE - EJA	1.000
1714520108 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE- PNAE QUILOMBOLA	1.000
1.553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Outras Fontes)	501.466
01 - Fiscal	501.466

1321011124 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PNATE	500
1714530101 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	496.966
1714530102 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE - INFANTIL	1.000
1714530103 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - FUNDAMENTAL	1.000
1714530104 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - MÉDIO	1.000
1714530105 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - EJA	1.000
1.569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE (Outras Fontes)	150.206
01 - Fiscal	150.206
1321011106 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS FNDE	112.206
1714541100 - PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO	1.000
1714542100 - PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM CAMPO	1.000
1714550100 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	1.000
1714560100 - PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA - PRINCIPAL	1.000
1714570100 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE - PRINCIPAL	1.000
1714580100 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL - PRINCIPAL	1.000
1714590100 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REESTFÍSICA - PRINCIPAL	1.000
1714990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL	30.000
1714990102 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	1.000
1.570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação (Outras Fontes)	399.741
01 - Fiscal	399.741
1717510101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	1.000
1724510101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	73.855
2414510101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	324.886

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
1.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação (Outras Fontes)	30.474
01 - Fiscal	30.474
1321011114 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	1.000
2422510101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	29.474
1.706 - Transferência Especial da União (Outras Fontes)	2.000
01 - Fiscal	2.000
1719570101 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	2.000
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais (Outras Fontes)	943.076
01 - Fiscal	943.076
1719570102 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	943.076
1.716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura (Outras Fontes)	50.068
01 - Fiscal	50.068
1321011148 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - LC 195/2022 - DEMAIS SETORES	50.068

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
10.001 - Sec. Municipal de Gestão Tributária	**43.586.984**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Tesouro)	37.354.899
01 - Fiscal	37.354.899
1112500100 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	1.879.642
1112500200 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	110
1112500300 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	151.962
1112500400 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	2.991
1112530100 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	466.441
1112530200 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA	5.500
1112530300 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA	12.700
1112530400 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	3.000
1113031101 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	1.479.832
1113031102 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO - PRINCIPAL	100.000
1113034101 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	100.000
1114511100 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.612.708
1114511300 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	500
1321011109 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	40.000
1711511101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	27.486.865

1711511102 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - ACRÉSCIMO FPM	40.000
1711511109 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - DEDUÇÃO FUNDEB	-5.505.373
1711512101 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORDINÁRIAS	1.447.879
1711512102 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - ACRÉSCIMO FPM	1.561.122
1711520101 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	82.476
1711520109 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - DEDUÇÃO DO FUNDEB	-16.495
1711980100 - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	3.161.281
1721500101 - COTA-PARTE DO ICMS	3.806.873
1721500109 - COTA-PARTE DO ICMS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	-761.375
1721510101 - COTA-PARTE DO IPVA	234.913
1721510109 - COTA-PARTE DO IPVA - DEDUÇÃO DO FUNDEB	-46.983
1721520101 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	10.412
1721520109 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - DEDUÇÃO DO FUNDEB	-2.082
1.501 - Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Tesouro)	1.156.552
01 - Fiscal	1.156.552
1121010101 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestadores de Serviços	1.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
1121010102 - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E HABITAÇÃO	1.000
1121010106 - TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	1.000
1121010110 - TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	1.000
1121010199 - OUTRAS TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	200.000
1121010201 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTA E JUROS DE MORA	1.000
1121040101 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	1.000
1121040201 - TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTA E JUROS DE MORA	1.000
1122010101 - TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS	1.000
1122010199 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	12.000
1122010301 - TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS - DIVIDA ATIVA	1.000
1311990100 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	4.000
1321011101 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	60.000
1321011199 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTRAS	253.538
1361011100 - CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	93.066
1611020100 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	408.872
1699990100 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.000
1711560100 - REPASSE DA UNIÃO PARA FOROS, LAUDÊNIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	1.000
1921990100 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.000
1922063100 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	1.000
1922990100 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	72.076
1999992100 - OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	30.000
1999992200 - OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	10.000
1.573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013 (Outras Fontes)	40.296
01 - Fiscal	40.296
1722520100 - COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - PRINCIPAL	40.296
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013 (Outras Fontes)	15.000
01 - Fiscal	15.000
1722520100 - COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - PRINCIPAL	15.000
1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Outras Fontes)	3.179.083
01 - Fiscal	3.179.083
1717990100 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRICIPAL	100.000
2414520100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	871.890
2414530100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	10.000
2414540100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	100.000
2414990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	2.097.193
1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Outras Fontes)	350.000
01 - Fiscal	350.000
2422520100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	100.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**

2422530100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE - PRINCIPAL	100.000
2422540100 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE - PRINCIPAL	100.000
2422990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	50.000
1.706 - Transferência Especial da União (Outras Fontes)	50.000
01 - Fiscal	50.000
1719570101 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	50.000
1.710 - Transferência Especial dos Estados (Outras Fontes)	200
01 - Fiscal	200
1321011155 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO	200
1.718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 (Outras Fontes)	309
01 - Fiscal	309
1719610101 - AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - PRINCIPAL	386
1719610109 - AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC 123/2022 - DEDUÇÃO DO FUNDEB	-77
1.720 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997 (Outras Fontes)	445.000
01 - Fiscal	445.000
1712524100 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP - PRINCIPAL	445.000
1.750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Outras Fontes)	12.100
01 - Fiscal	12.100
1321011110 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CIDE	100
1721530100 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	12.000
1.751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (Outras Fontes)	783.545
01 - Fiscal	783.545
1241500100 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	783.545
1.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta (Outras Fontes)	200.000
01 - Fiscal	200.000
2213010100 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	100.000
2221010100 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	100.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027 -** Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
13.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	**925.933**
1.501 - Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Tesouro)	1.000
02 - Seguridade Social	1.000
1921990100 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.000
1.660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Outras Fontes)	773.684
02 - Seguridade Social	773.684
1321011108 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNAS	6.000
1716500101 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSITÊNCIA SOCIAL - IGD-SUAS	10.000
1716500102 - TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA ACESSUAS	10.000
1716500103 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF / CRAS	10.000
1716500104 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO - IGDBF	10.000
1716500105 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	10.000
1716500106 - TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA BPC NA ESCOLA	10.000
1716500107 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - AEPETI	10.000
1716500108 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DO PROGRAMA APRIMORA REDE	1.000
1716500110 - TRANSF. REC. FNAS - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	10.000
1716500111 - TRANSF. REC. FNAS - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	10.000
1716500112 - TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI/CREAS	10.000
1716500113 - TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MSE	10.000
1716500114 - TRANSF. REC. FNAS - PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	10.000
1716500115 - TRANSF. REC. FNAS - PISO FIXO DE ALTA COMPLEXIDADE I	1.000
1716500116 - TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	1.000
1716500117 - TRANSF. REC. FNAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	1.000
1716500119 - TRANSF. REC. FNAS - SIGTV	1.000
1716500120 - TRANSF. REC. FNAS - PROCAD	1.000
1716500121 - Transf. Rec. FNAS - Piso Fixo de Alta Complexidade (PAC I) - Crianças e Adolescentes	1.000
1716500199 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	640.684
1.661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Outras Fontes)	30.100
02 - Seguridade Social	30.100
1321011119 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSO ASSIST. SOCIAL - ESTADO	100
1729510101 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	10.000

1729510102 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	10.000
1729510103 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS ESTADUAL	10.000
1.665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social (Outras Fontes)	70.149
02 - Seguridade Social	70.149
1321011113 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA	100
1321011139 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA - ESTADO	100

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
1724990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	49.949
2414990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	10.000
2422990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	10.000
1.706 - Transferência Especial da União (Outras Fontes)	51.000
02 - Seguridade Social	51.000
1321011145 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. ESPECIAIS	1.000
1719570101 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	50.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
16.001 - Secretaria Municipal de Saúde	**4.631.568**
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Tesouro)	26.000
02 - Seguridade Social	26.000
1321011107 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE	25.000
1321011116 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE IMPOSTOS	1.000
1.501 - Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Tesouro)	1.000
02 - Seguridade Social	1.000
1921990100 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.000
1.600 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Outras Fontes)	3.190.920
02 - Seguridade Social	3.190.920
1321011128 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO BÁSICA	3.000
1321011129 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	100
1321011130 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	100
1321011131 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ASSIST. FARMACÊUTICA	1.000
1321011133 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS SUS	40.000
1713501101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	1.478.719
1713501103 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	1.000
1713501104 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA	1.000
1713501105 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	1.000
1713501106 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DO APS	1.000
1713501107 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - IMPLEMENTO DE POLÍTICAS PARA REDE CEGONHA	1.000
1713501108 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	1.000.000
1713501109 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	100.000
1713501110 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE TENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	100.000
1713501111 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	1.000
1713501112 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	1.000
1713501113 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	1.000
1713502101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	300.000
1713502103 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	1.000
1713502198 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - DEDUÇÃO MAC	-1.000
1713502199 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OUTROS PROGRAMAS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1
1713503101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	100.000
1713503102 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	1.000
1713503103 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000
1713504101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	50.000

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
1713505101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS - PRINCIPAL	1.000

1713509100 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	7.000
1.601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Outras Fontes)	286.724
02 - Seguridade Social	286.724
1321011132 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - INVEST. REDE DE SAÚDE	2.000
1713511100 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DESTINADOS À ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	284.724
1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Outras Fontes)	270.000
02 - Seguridade Social	270.000
1321011150 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - EC 120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	70.000
1713501198 - TRANSF. DE REC. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA CONSTITUCIONAL	100.000
120/2022 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1713503199 - TRANSF. DE REC. DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EMENDA CONSTITUCIONAL 120/2022 - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	100.000
1.605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem. (Outras Fontes)	800.000
02 - Seguridade Social	800.000
1713505102 - TRANSF. DE REC. DO SUS - GESTÃO DO SUS - COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	800.000
1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Outras Fontes)	10.014
02 - Seguridade Social	10.014
1723500101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO - PRINCIPAL	10.014
1.631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Outras Fontes)	25.845
02 - Seguridade Social	25.845
1321011112 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS SAÚDE	1.000
1717500101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	14.845
2414500101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	10.000
1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Outras Fontes)	10.865
02 - Seguridade Social	10.865
1724500101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS - PRINCIPAL	1.115
2422500101 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - PRINCIPAL	8.750
2422990101 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	1.000
1.633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Outras Fontes)	10.000
02 - Seguridade Social	10.000
2432990100 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	10.000
1.635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013 (Outras Fontes)	100

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
QDR - Quadro Detalhado da Receita	Exercício: **2027** - Em R$ 1,00
Unidade Orçamentária	**Valor**
02 - Seguridade Social	100
1321011102 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ROYALTIES	100
1.706.3110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais (Outras Fontes)	100
02 - Seguridade Social	100
1321011153 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSF. DA UNIÃO - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	100
Total:	**73.340.846**

MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Exercício: 2027 - Em R$ 1,00
Natureza da Receita	**Valor**
RECEITAS CORRENTES (I)	**75.499.191**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.120.018
IPTU	2.034.705
ISS	1.613.208
ITBI	487.641
IRRF	1.679.832
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	304.632
Contribuições	783.545
Receita Patrimonial	853.327
Rendimentos de Aplicação Financeira	756.261
Outras Receitas Patrimoniais	97.066
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	2.419.872
Transferências Correntes	65.189.219
Cota-Parte do FPM	30.535.866
Cota-Parte do ICMS	3.806.873

Cota-Parte do IPVA	234.913
Cota-Parte do ITR	82.476
Transferências da LC 61/1989	10.412
Transferências do FUNDEB	18.379.322
Outras Transferências Correntes	12.139.357
Outras Receitas Correntes	133.210
DEDUÇÕES (II)	**-6.332.385**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-6.332.385
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**69.166.806**

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:C4F46080

